



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Caroline Magalhães Lima

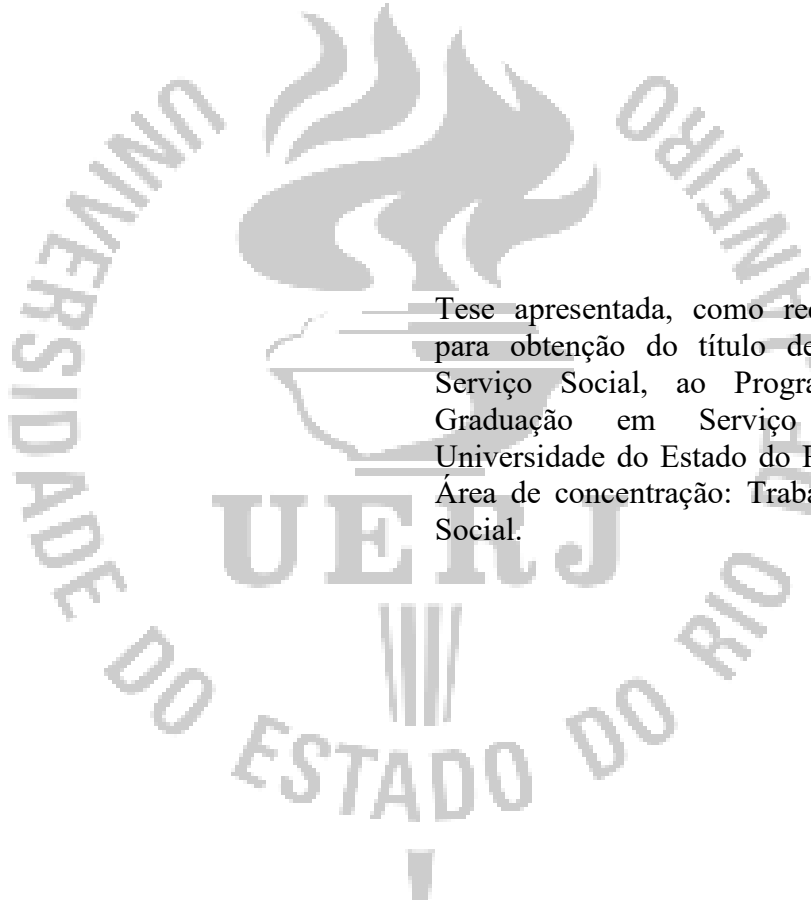
Cultura da crise e ofensiva ideológica burguesa no Brasil do tempo presente

Rio de Janeiro

2023

Caroline Magalhães Lima

Cultura da crise e ofensiva ideológica burguesa no Brasil do tempo presente



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Elaine Rossetti Behring

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

L732 Lima, Caroline Magalhães.
 Cultura da crise e ofensiva ideológica burguesa no Brasil do tempo presente /
 Caroline Magalhães Lima. – 2023.
 294 f.

 Orientador: Elaine Rossetti Behring.
 Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade
 de Serviço Social.

 1. Cultura política – Brasil – Teses. 2. Hegemonia – Brasil – Teses. 3. Crises –
 Brasil – Teses. I. Behring, Elaine Rossetti. II. Universidade do Estado do Rio de
 Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 32

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Caroline Magalhães Lima

Cultura da crise e ofensiva ideológica burguesa no Brasil do tempo presente

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 11 de setembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Elaine Rossetti Behring (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Procópio da Silva
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof. Dr. Felipe Abranches Demier
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof.^a Dr.^a Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Mauro Luís Iasi
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

À memória de mais de 700.000 brasileiros e brasileiras vítimas do descaso no enfrentamento à pandemia. Aos meus parentes que se foram.

À memória da Vó Xixi, de José Israel Torres Martins, de Fernanda dos Passos Saraiva, Phillipe Coelho e Marylúcia Mesquita.

AGRADECIMENTOS

“O desamparo, o medo do futuro, o medo de perder pessoas queridas, a incerteza em relação ao meu talento literário e à minha própria sanidade mental, me atormentaram durante toda a minha formação. Eu me fundei sobre um solo movediço, que a qualquer momento, poderia me dragar de novo para o fundo de um abismo. Como não enlouquecer?” (ABREU, 2022, p. 26).

Durante quatro anos muitas seriam as pessoas a se agradecer, mas dados os limites dessas breves páginas elenco aquelas que me ajudam nesse processo de formação, oferecendo amparo, chão firme e segurança para sonhar.

Aos profissionais que *cuidam* e lutam contra os preconceitos: Dr. Cristiano Clemente, Cristiana Moura e César Jales, fundamentais para minha existência e resistência cotidiana.

À minha orientadora, Elaine Behring, por toda doçura e tudo que me proporcionou, com sua imensurável generosidade, apresentou-me autores e autoras, o mundo da pesquisa em Fundo Público e Política Social, a melhor coxinha do Rio de Janeiro e o aumigo Chico, de quem tive o privilégio de receber lambeijos. Leverei do doutorado uma indescritível gratidão por essa mulher que acreditou em mim, mesmo quando minha autoestima não me permitia fazê-lo.

À família, que sempre entendeu o distanciamento, incentivou o encerramento e apoiou a pesquisa. Ao meu pai, Otacílio, fundamental para o desenvolvimento de meu terceiro capítulo, com quem tive muitos diálogos e tracei caminhos a quatro mãos. À minha mãe, Salete, que garantiu as condições objetivas do cotidiano para a finalização desse material. Ao meu irmão, Tiago, pelos momentos de respiro, e ao sobrinho Bernardo, que me tranquiliza nos picos de ansiedade e acolhe nas angústias. À família que escolhi: Sarah Carvajal, Carol Alcântara, Nayana Pessoa, Henrique Alves e Raphael Martins, por tudo e por tanto. Ao Raphael, por ter lutado pela minha vida, pelo zelo na recuperação em meu processo de adoecimento, por ter sido sustento e suporte. Por realizar meu sonho de menina. Por ser meu melhor amigo, independente de tudo, e por abrir mão de tanto por mim. Pela Grimm, por todo o amor, seus lambeijos e sua aumizade. À tropa que sempre me permite voltar, em especial a Stela Mantini, Allana Cândido e Carol de Castro, mesmo distantes, sempre em meu coração.

Às queridas professoras Sara Graneman, Mavi Rodrigues, Maria Inês Bravo, Isabel Cardoso, Rosângela Barbosa e aos queridos professores José Paulo Netto, Marcelo Braz, Maurílio Mattos, Gilberto Calil, Estênio Azevedo, Emiliano Aquino: pelas interlocuções, dicas, aulas, puxões de orelha. Ao amigo e camarada querido Mauro Luís Iasi, por tudo isso e pela vivência; por aceitar compor a banca examinadora dessa tese, enquanto uma de suas principais referências. À Ana Paula Procópio por aceitar o convite para a banca e construir um Serviço

Social antirracista. Ao professor Felipe Demier por também compor a banca, pelas provocações na hora do café e cigarrinho, e pelas piadas que fazem rir. À amada professora Ana Elizabete Mota, por ser inspiração, por desde Recife ter oferecido acolhimento sem julgamento e pelo compromisso com “o melhor do mundo”, como diria Olga Benário.

Ao Ítalo por ler, corrigir a primeira versão, opinar e também pelas “coisas da vida”. Ao Wladimir pelas sugestões num dos pontos mais polêmicos e difíceis dessa tese. Ao Lima por contribuir diretamente com o debate sobre o papel da mídia. Aos camaradas que constroem o PCB. Às mulheres que constroem o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM) no Ceará, por me fortalecerem em tantos momentos, por lutarem por nós e pela nossa classe.

Às companheiras e aos companheiros que lutam pelo direito à moradia digna e à terra, construindo a OPA e o MST. Aos e às que constroem com seriedade o movimento sindical docente. Às companheiras e aos companheiros que constroem o GTP QAUASS da ABEPSS, pelos ensinamentos e por sermos coletivo.

Às amigas construídas nas noites cariocas, em especial: Carol Santos, Bruna Távora, Angélica Paixão e Joy Pitz. Às e aos colegas da turma de doutorado 2019 em Serviço Social do PPGSS/UERJ, pela paciência e pelas trocas, em especial à Thaís Lopes, amiga querida que fiz nas idas à cantina em busca de *croissant* de chocolate. Às e aos colegas do GOPSS, e às colegas do URBANUSS.

A todas/os/es estudantes que tive o prazer de conhecer e de construir saber coletivamente nesse último contrato de Universidade Estadual do Ceará (UECE). Vocês são o motivo. Ao Lucas e ao Jean, que tanto me ajudam no exercício da profissão. Às e aos colegas do colegiado do Curso de Serviço Social da UECE, de onde me despeço, por compreenderem o momento de finalização da tese, em especial à Samilly Alexandre, Larissa Pinheiro, Priscila Amaral e Paula Raquel Jales, mulheres fortes e inspiradoras.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) por tornar possível a realização dessa pesquisa ao me conceder uma bolsa de estudos, ainda que essa não suprisse as necessidades reais emergidas em um contexto tão difícil.

A todas as trabalhadoras e aos trabalhadores que contribuíram com o fazer reflexivo dessa tese. Invisíveis ao meu olhar, afogado em solo movediço, são trazidos à minha mente e meu coração, vermelho, que pulsa no ritmo do esperar de nossa revolução.



Medo
Ilustração de Abelardo da Hora (1924-2014)
Nanquim (0,59x0,48m)

Sem data

Arcevo do Memorial Abelardo da Hora, João Pessoa - PB

RESUMO

LIMA, Caroline Magalhães. **Cultura da crise e ofensiva ideológica burguesa no Brasil do tempo presente**. 2023. 294 f. Tese. (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Esta tese tomou como objetivo apreender o movimento da ofensiva ideológica burguesa contra a classe trabalhadora, a partir das contratendências operadas pelo capital em resposta à sua crise, no Brasil do tempo presente. Partiu-se da hipótese de que o golpe de 2016 se constituiu em um momento de aceleração brusca das condições necessárias à implementação intransigente do ajuste fiscal permanente, com a reprogramação da cultura da crise incidindo na consciência da classe trabalhadora a partir dos aparelhos privados de hegemonia que realizam a manipulação do medo e a difusão de um “terrorismo econômico”, a fim de garantir a restauração da hegemonia burguesa. Sustentada no método de Marx, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico para embasar nossas análises sobre a ofensiva ideológica burguesa na vida cotidiana de nossa classe. A categoria cultura da crise, objeto de estudo da professora Ana Elizabete Mota, foi tomada como central para entender o “espírito do tempo” do Brasil atual. Como recorte metodológico, optamos por focar em dois aparelhos privados de hegemonia, apontados por Gramsci entre os principais: a mídia e as igrejas, além disso, estudamos o papel de intelectuais orgânicos da burguesia na formulação dessa cultura da crise. De nossa análise, identificamos que esses três são difusores de uma ofensiva ideológica contra a classe trabalhadora que busca cimentar o consenso e propalar o “terrorismo econômico”, o “terrorismo de Estado”, e taticamente travar uma “guerra psicológica” que enfraquece nosso polo na luta de classes. No primeiro capítulo, fizemos uma breve incursão sobre o processo de formação sociohistórica brasileira, de onde se firmam as raízes que erguem as relações de classe e os elementos do processo de constituição da hegemonia burguesa no tempo presente, dos quais destacamos a violência e o racismo. No segundo capítulo, trouxemos o medo como elemento constituinte da cultura da crise, que influi diretamente na estratégia de incidência dos aparelhos privados de hegemonia na consciência, afetando a cotidianidade da vida das classes. No terceiro e último capítulo, trouxemos as expressões concretas da ofensiva ideológica burguesa, em que o “espírito do tempo” se manifesta na materialidade das relações entre Estado e classes sociais. Assim, acreditamos que se confirma a tese de Ana Elizabete Mota, da existência de uma cultura da crise, mas que foi reprogramada no tempo presente, a partir dos aparelhos privados de hegemonia que realizam a manipulação do medo e a difusão de um “terrorismo econômico”, a fim de garantir a restauração da hegemonia burguesa no cenário de crise mundial do capital, caracterizada pela autora como uma crise orgânica.

Palavras-chave: Crise do capital. Cultura da crise. Mundo do trabalho. Medo. Neofascismo.

RÉSUMÉ

LIMA, Caroline Magalhães. **Culture de crise et offensive idéologique bourgeoise au Brésil aujourd'hui**. 2023. 294 f. Tese. (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Cette thèse visait à appréhender le mouvement de l'offensive idéologique bourgeoise contre la classe ouvrière, à partir des contre-tendances opérées par le capital en réponse à sa crise, au Brésil à l'heure actuelle. L'hypothèse est que le coup d'État de 2016 a été un moment d'accélération soudaine des conditions nécessaires à la mise en œuvre intransigeante de l'ajustement fiscal permanent, avec la reprogrammation de la culture de crise affectant la conscience de la classe ouvrière à partir des dispositifs privés d'hégémonie qui procèdent à la manipulation de la peur et à la diffusion d'un « terrorisme économique », afin de garantir la restauration de l'hégémonie bourgeoise. Appuyée sur la méthode de Marx, une recherche bibliographique a été menée pour fonder nos analyses sur l'offensive idéologique bourgeoise dans la vie quotidienne de notre classe. La catégorie de la culture de crise, objet d'étude du professeur Ana Elizabete Mota, a été considérée comme centrale pour comprendre « l'esprit du temps » au Brésil d'aujourd'hui. Comme approche méthodologique, nous avons choisi de nous focaliser sur les appareils privés d'hégémonie, pointés par Gramsci parmi les principaux: les médias et les églises, de plus, nous avons étudié le rôle des intellectuels bourgeois dans la formulation de cette culture de crise. De notre analyse, nous avons identifié qu'il s'agit de diffuseurs d'une offensive idéologique contre la classe ouvrière qui cherche à cimenter le consensus et à propager le « terrorisme économique », ou « terrorisme d'État », et à mener tactiquement une « guerre psychologique » qui affaiblit notre pôle dans la lutte des classes. Dans le premier chapitre, nous avons fait une brève incursion dans le processus de formation socio-historique brésilien, à partir duquel se raffermissent les racines qui soulèvent les relations de classe et les éléments du processus de constitution de l'hégémonie bourgeoise à l'heure actuelle, dont nous soulignons la violence et le racisme. Dans le deuxième chapitre, nous apportons la peur comme élément constitutif de la culture de crise, qui influence directement la stratégie d'incidence des dispositifs privés d'hégémonie dans la conscience, affectant la vie quotidienne des classes. Dans le troisième et dernier chapitre, nous apportons les expressions concrètes de l'offensive idéologique bourgeoise, dans laquelle « l'esprit du temps » se manifeste dans la matérialité des rapports entre l'État et les classes sociales. Ainsi, nous croyons que la thèse d'Ana Elizabete Mota est confirmée, de l'existence d'une culture de crise, mais qui a été reprogrammée dans le temps présent, à partir des dispositifs privés d'hégémonie qui procèdent à la manipulation de la peur et à la diffusion d'un "terrorisme économique", afin de garantir la restauration de l'hégémonie bourgeoise dans le scénario de la crise mondiale du capital, caractérisée par l'auteur comme une crise organique.

Mots-clés: Crise du capital. Culture de crise. Monde de travail. Craindre. Néofascisme.

ABSTRACT

LIMA, Caroline Magalhães. **Crisis culture and ideological offensive in Brazil's present-day**. 2023. 294 f. Tese. (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This thesis aimed to apprehend the movement of the bourgeois ideological offensive against the working class, from the countertrends operated by capital in response to its crisis, in Brazil at the present time. It was based on the hypothesis that the 2016 coup was a moment of sudden acceleration of the conditions necessary for the intransigent implementation of the permanent fiscal adjustment, with the reprogramming of the culture of crisis affecting the consciousness of the working class from the private devices of hegemony that carry out the manipulation of fear and the spread of an “economic terrorism”, in order to guarantee the restructuring of bourgeois hegemony. Supported by Marx's method, a bibliographical research was carried out to base our analyzes on the bourgeois ideological offensive in the everyday life of our class. The crisis culture category, object of study by Professor Ana Elizabete Mota, was taken as central to understanding the “spirit of the times” in Brazil. As a methodological approach, we chose to focus on two private apparatuses of hegemony, pointed out by Gramsci among the main ones: the media and the churches. From our analysis, we identified that these three are disseminators of an ideological offensive against the working class that seeks to cement consensus and propagate “economic terrorism”, “state terrorism”, and tactically wage a “psychological war” that weakens our pole in the class struggle. In the first chapter, we made a brief incursion into the process of Brazilian socio-historical formation, from which the roots that raise class relations and the elements of the process of constitution of bourgeois hegemony in the present time are firmed, of which we highlight violence and racismo. In the second chapter, we bring fear as a constituent element of the culture of crisis, which directly influences the strategy of incidence of private devices of hegemony in consciousness, affecting the everyday life of classes. In the third and last chapter, we bring the concrete expressions of the bourgeois ideological offensive, in which the “spirit of the time” manifests itself in the materiality of the relations between the State and social classes. Thus, we believe that the thesis of Ana Elizabete Mota is confirmed, with the existence of a culture of crisis, but which has been reprogrammed in the present, from the private devices of hegemony that carry out the manipulation of fear and the spread of an “economic terrorism”, in order to guarantee the restoration of bourgeois hegemony in the scenario of the world capital crisis, characterized by the author as an organic crisis.

Keywords: Capital crisis. Crisis culture. World of work. Fear. Neofascism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
APHs	Aparelhos Privados de Hegemonia
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNCoop	Confederação Nacional das Cooperativas
CNF	Confederação Nacional das Instituições Financeiras
CNI	Confederação Nacional das Instituições Financeiras
CNSeg	Confederação Nacional das Seguradoras e de Previdência Privada
CNT	Confederação Nacional dos Transportes
Covid-19	(Co)rona (Vi)rus (D)isease (2019)
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
DEM	Democratas
DOI-CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
Dr.	Doutor
Dr. ^a	Doutora
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EUA	Estados Unidos da América
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIEC	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
IAP	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisas Aplicadas

IRA	<i>Irish Republican Army</i>
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LGBTQIA PN+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, <i>queers</i> , interssexos, assexuais, panssexuais, não-binários e demais sujeitos que não estão inseridos na heteronormatividade e/ou na cisgeneridade
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEI	Microempreendedor Individual
MP	Medida Provisória
MPC	Modo de Produção Capitalista
MST	Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDRAE	Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PP	Partido Progressistas
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PPS	Partido Popular Socialista (CIDADANIA)
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro (REPUBLICANOS)
Prof.	Professor
Prof. ^a	Professora
PRP	Partido de Representação Popular
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SD	Solidariedade
SEDET	Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho do Estado do Ceará
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TV	televisão
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UJC	União da Juventude Comunista
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	HEGEMONIA BURGUESA E RELAÇÕES DE CLASSE NA PARTICULARIDADE DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA.....	34
1.1	O processo histórico de formação social brasileira: violência no Brasil colônia como particularidade que compõe nossa essência.....	35
1.2	O golpe da República: a violência da autocracia burguesa delineando nossa história.....	47
1.3	A ditadura do grande capital: o terrorismo estatal como arma da burguesia contra a classe trabalhadora.....	60
1.4	O neoliberalismo como projeto da burguesia para o Brasil.....	72
1.5	Os governos petistas: a conciliação de classes como estratégia de governabilidade.....	88
1.6	Democracia blindada: a violência do golpe contra a classe trabalhadora.....	100
2	O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA E A OFENSIVA IDEOLÓGICA BURGUESA CONTRA A CLASSE TRABALHADORA....	111
2.1	Como se constitui o processo de consciência.....	119
2.2	Classe em si e classe para si.....	125
2.3	A violência do cotidiano e incidência do medo na consciência da classe.....	134
2.4	Apassivamento e resistências.....	156
3	AS EXPRESSÕES CONCRETAS DA OFENSIVA IDEOLÓGICA.....	172
3.1	A situação de insegurança da existência da classe trabalhadora brasileira e a ofensiva ideológica burguesa: conservadorismo e crise.....	184
3.2	O “espírito do tempo” do tempo presente: o debate da decadência e a atualidade brasileira.....	215
3.3	Os ataques à política de Seguridade Social como contratendência do capital à crise e sua sustentação ideológica.....	223
3.4	A participação política da mídia brasileira no impeachment de Dilma (2016) e na eleição de Bolsonaro (2018).....	232

3.5	A decadência ideológica e o conservadorismo na religião: o evangelicalismo branco como elemento da ofensiva ideológica no tempo presente.....	249
	CONSIDERAÇÕES PARA NOVOS INÍCIOS.....	271
	REFERÊNCIAS.....	277

INTRODUÇÃO

“Noite e Vigília

Na vigília se faz medo a incerteza,
Do quanto, do tempo do visível,
Até descer à casa do invisível,
A luz, a memória, o pensamento.
No telhado, chega o sol e se despede;
Cintila mais uma noite nos seus astros.
Sem fronteiras, ventura e desventura,
Iluminam e deixam sulcos sobre o corpo.
Incerteza entre os anos e o sonho,
Com palavras reinvento o infinito.
No retorno, sem a chave, sem a porta;
Faço e refaço meu silêncio.”

(Margarida Lucena da Hora¹)

A pesquisa ora delineada buscará apreender o movimento da ofensiva ideológica burguesa contra a classe trabalhadora, a partir das contratendências operadas pelo capital em resposta à sua crise no Brasil do tempo presente. Parte-se da hipótese de que *o golpe de 2016 se constituiu em um momento de aceleração brusca das condições necessárias à implementação intransigente do ajuste fiscal permanente, com a reprogramação da cultura da crise incidindo na consciência da classe trabalhadora a partir dos aparelhos privados de hegemonia, que realizam a manipulação do medo e a difusão de um “terrorismo econômico”, a fim de garantir a restauração da hegemonia burguesa*. Golpe que não é compreendido, por ora, como mera data ou marco, mas um processo em si, e em continuidade, que aponta para a emergência de um novo padrão de reprodução de capital na particularidade brasileira².

¹ “Margarida Lucena da Hora. Nascida Margarida Maria de Sampaio Lucena foi uma escritora, poeta e advogada. Foi sócia-fundadora da ABDE – Secção de Pernambuco (atual UBE – União Brasileira dos Escritores). Nasceu em Guarabira (PB) e faleceu em Recife (PE), aos 86 anos de idade.” (REVISTA CORREIO DAS ARTES, 2020, p. 10). Esse poema, escrito em 26 de dezembro de 1983, provocou em nós a reflexão sobre a virada política pela qual nosso país passou no processo de redemocratização, o que implica a memória do passado da militância política da própria poetisa, cujo marido, artista de nossa epígrafe, havia sido sentenciado à morte em 1964 por ser excessivamente comunista. Honrar a memória das lutas e a obra desses “operários das artes” é também uma forma dessa autora alimentar em si a sensibilidade diante da realidade embrutecedora do capitalismo desvelada por essa tese. Assim, em cada seção traremos uma poesia ou trecho bibliográfico que nos remeta ao assunto abordado em formato de epígrafe.

² Que padrão é este? Pergunta que diversos autores e autoras têm se esforçado para responder. Citamos aqui os esforços de Cislighi (2020), Castelo (2020a), Miranda (2020), Behring (2019, 2020), Jaumont (2022) dentre outros. Nesta tese, tomaremos a categoria “padrão de reprodução do capital” como chave analítica, compreendida a partir da formulação de Jaime Osório, o qual afirma que esta “[...] surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o

Para suportar tema tão abrangente, optou-se pelo estudo das recentes transformações na sociedade brasileira, especialmente no âmbito da relação Estado e classes sociais, apoiada em uma cultura da crise (MOTA, 2015), que concorre para a operação de contrarreformas, afetando de forma contumaz o cotidiano³ da classe trabalhadora. Sobre o termo cultura da crise, Ana Elizabete Mota afirma se tratar da “formação da cultura como um processo social que estabelece o nexo entre crise e constituição de hegemonia no interior das práticas sociais das classes. Por isso mesmo, a cultura não se constitui numa categoria de análise, mas no próprio objeto da investigação” (MOTA, 2015, p. 31). Sendo, pois, objeto de investigação, coube a este trabalho recuperá-lo e compreendê-lo em sua atualidade, identificar as possíveis transformações a que foi submetido a partir da ofensiva ideológica burguesa contra a classe trabalhadora, que a atinge objetiva e subjetivamente. As contrarreformas operadas pela burguesia através do Estado e os cortes realizados no orçamento de políticas sociais para a captura do fundo público⁴ pelo capital, a partir da crise sistêmica irrompida em 2008 (NETTO, 2012), de forma desigual e combinada⁵,

processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as *contradições* que esses processos geram.” (OSORIO, 2012, p. 40-41).

³ Partimos de uma perspectiva crítica ao abordar a categoria cotidiano. Tomamos como principal referência os trabalhos desenvolvidos por Henri Lefebvre, que em sua obra *A vida cotidiana no mundo moderno* (1968) toma o cotidiano “como conjunto de atividades em aparência modestas, como conjunto de produtos e de obras bem diferentes dos seres vivos [...], não seria apenas aquilo que escapa aos mitos da natureza, do divino e do humano. Não constituiria ele uma primeira esfera de sentido, um domínio no qual a atividade produtora (criadora) se projeta, precedendo assim criações novas? Esse campo, esse domínio não se resumiria nem a uma determinação da subjetividade dos filósofos, nem a uma representação objetiva (ou “objetal”) de objetos classificados em categorias [...]. Seria algo mais: não uma queda vertiginosa, nem um bloqueio ou obstáculo, mas um campo e uma renovação simultânea, uma etapa e um trampolim, um momento composto de momentos (necessidades, trabalho, diversão – produtos e obras – passividade e criatividade – meios e finalidade etc.), interação dialética da qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis).” (LEFEBVRE, 1991, p. 20). É no cotidiano que os seres humanos produzem a história, daí a necessidade de compreendê-lo como tempo e lugar, fusão de múltiplos elementos e determinações essenciais no modo de produção capitalista. Lefebvre utiliza a filosofia como par dialético do cotidiano, enquanto Gramsci utiliza a filosofia como par dialético do senso comum. Daí este trabalho entender a filosofia como ciência do conhecimento, como tentativa de desvendar a realidade e o *ser das coisas*, dos próprios seres. Entendê-la como processo de conhecimento. Feita essa introdução, essa questão será melhor abordada no corpo do texto.

⁴ Segundo Behring (2012), “[...] o fundo público é um elemento fundamental, constituindo-se em causa contrariante da queda tendencial da taxa de lucros, tendência intermitente do capitalismo e que está na origem do advento das crises” (p. 155).

⁵ Ao tratar sobre a História da Revolução Russa, Trotsky apresenta o processo de desenvolvimento do país como lento, “apresentando como consequência uma economia atrasada, uma estrutura social primitiva e baixo nível cultural.” (2017, p. 31). Ainda assim, seu desenvolvimento naquele momento se diferenciava do de um país mais avançado como a Inglaterra, por exemplo, uma vez que “um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente esses países reproduzindo todas as etapas de seu passado.” (2017, p. 32). O capitalismo em sua universalidade possibilitou o avanço civilizatório e o desenvolvimento como marca da humanidade. Um povo considerado atrasado é capaz de assimilar o desenvolvimento até então realizado por outros povos sem necessitar passar pelas etapas anteriores que levaram ao grau de desenvolvimento atual. Para Trotsky: “O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado.” (2017, p. 32) Haveria assim, uma combinação entre “desenvolvimento” e “atraso”, o que explicaria porque no movimento de desenvolvimento da indústria na Rússia, houve um fortalecimento do czarismo. “A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do

enquanto contratendência à sua crise, impactam diretamente o cotidiano de profissionais e de usuários/as das políticas sociais, que compõem a classe trabalhadora, constantemente atacada material e ideologicamente.

A atuação de assistentes sociais também se encontra comprometida pela própria perpetuação do processo de precarização do cotidiano profissional, consequência do ajuste fiscal permanente (BEHRING, 2021). Em seu cotidiano, as/os assistentes sociais têm enfrentado uma série de desafios para a realização de seu trabalho, dentre os quais se destaca a desproporcional quantidade de demandas postas pela lógica gerencialista da produtividade e o burocratismo assumido pelo Estado, que prioriza a perspectiva quantitativa em detrimento da qualitativa, evidenciando a imediatividade, a heterogeneidade e a superficialidade, características do cotidiano, chão da alienação.

Essa lógica alienante, imposta ao trabalho profissional, prejudica a relação direta com usuárias/os e o processo de análise sobre a própria realidade na qual se insere, o que demanda um imprescindível exercício de reflexão crítica (tão olvidado e negado pelo discurso da dicotomia entre teoria e prática). Mas haveria a possibilidade de superação da prática alienada no exercício profissional, já que a(o) própria(o) profissional se insere nessa classe que sofre as ofensivas ideológicas do capital? É possível superar a prática alienada, inserindo-se em relações sociais de produção capitalistas? Essas são questões que já contam com certo acúmulo no debate e que foram respondidas pelo exercício de reflexão coletiva da categoria. Especialmente no processo de viragem da profissão, de ruptura com a hegemonia do chamado Serviço Social Tradicional, pesquisas e reflexões pessoais e coletivas apoiadas no método de Marx e influenciadas pelo contexto de luta de diversos movimentos sociais pela redemocratização e pela manutenção e obtenção de conquistas sociais, resistindo aos ataques do neoliberalismo, se debruçaram sobre a discussão da possibilidade de ruptura com a lógica societária do capital, aproximando o horizonte do projeto profissional a um projeto societário emancipador⁶.

processus histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral, a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha” (TROTSKY, 2017, p. 33).

⁶ Sobre isso, Yasbek (2009) afirma: “Este referencial [marxista], a partir dos anos 80 e avançando nos anos 90, vai imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país. Vai permear as ações voltadas à formação de assistentes sociais na sociedade brasileira (o currículo de 1982 e as atuais diretrizes curriculares); os eventos acadêmicos e aqueles resultantes da experiência associativa dos profissionais, como suas Convenções, Congressos, Encontros e Seminários; está presente na regulamentação legal do exercício profissional e em seu Código de Ética. Sob sua influência ganha visibilidade um novo momento e uma nova qualidade no processo de recriação da profissão na busca de sua ruptura com seu histórico conservadorismo (cf. NETTO, 1996, p. 111) e

Mesmo com o acúmulo obtido a partir dos esforços de toda uma geração de assistentes sociais, o debate sobre consciência e alienação não perpassa nossa prática profissional (apesar de estar imerso na prática cotidiana). Ele pouco está presente em nossa formação inicial (apesar de todo o acúmulo e de nossa intervenção não dissociar estrutura e superestrutura). Em breve consulta a títulos, palavras-chaves e resumos de artigos contidos em um dos maiores periódicos de Serviço Social no Brasil (se não da América Latina), a revista *Serviço Social e Sociedade*, realizada no mês de outubro de 2020 através de *links* disponíveis na plataforma eletrônica *SciELO*, foram identificados apenas 05 (cinco) artigos tratando temas como alienação, consciência, ideologia e subjetividade, nos últimos 10 anos. Isso revela a necessidade de que para rompermos com o fetichismo da instrumentalidade (CHAGAS; DO VALE, 2020), para tomarmos o necessário “banho de realidade” que sustenta a prática profissional (IAMAMOTO, 2000), é preciso que também nos debruçemos sob os elementos ideopolíticos da realidade em que se insere nossa prática, a fim de enfrentar o discurso de dicotomia entre teoria e prática (SANTOS, 2013) e de articular elementos que contribuam com um trabalho refletido, crítico, coerente e competente, superador do automatismo.

A construção de hegemonia⁷ é campo da luta de classes em que o Serviço Social se insere: “Seu trabalho situa-se predominantemente no campo político-ideológico: **o profissional**

no avanço da produção de conhecimentos, nos quais a tradição marxista aparece hegemonicamente como uma das referências básicas. Nesta tradição o Serviço Social vai apropriar-se a partir dos anos 80 do pensamento de Antonio Gramsci e particularmente de suas abordagens acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia, da hegemonia, da subjetividade e da cultura das classes subalternas. Vai chegar a Agnes Heller e à sua problematização do cotidiano, à Georg Lukács e à sua ontologia do ser social fundada no trabalho, à E.P. Thompson e à sua concepção acerca das “experiências humanas”, à Eric Hobsbawm um dos mais importantes historiadores marxistas da contemporaneidade e a tantos outros cujos pensamentos começam a permear nossas produções teóricas, nossas reflexões e posicionamentos ideopolíticos. Obviamente, este processo de construção da hegemonia de novos referenciais teórico-metodológicos e interventivos, a partir da tradição marxista, para a profissão ocorre em um amplo debate em diferentes fóruns de natureza acadêmica e/ou organizativa, além de permear a produção intelectual da área. Trata-se de um debate plural, que implica na convivência e no diálogo de diferentes tendências, mas que supõe uma direção hegemônica. A questão do pluralismo, sem dúvida uma das questões do tempo presente, desde aos anos 80 vem-se constituindo objeto de polêmicas e reflexões do Serviço Social. Temática complexa que constitui como afirma Coutinho (1991, p. 5 - 15) um fenômeno do mundo moderno e da visão individualista do homem. É o autor em questão que problematiza a proposta de hegemonia com pluralismo, no necessário diálogo e no debate de idéias, apontando os riscos de posicionamentos ecléticos (que conciliam o inconciliável ao apoiarem-se em pensamentos divergentes). Assim, em diferentes espaços, o conjunto de tendências teórico-metodológicas e posições ideopolíticas se confrontam, sendo inegável a centralidade assumida pela tradição marxista nesse processo.” (YASBEK, 2009, p. 154-155).

⁷ A categoria hegemonia é importante ao considerarmos a disputa ideológica operada pela burguesia e sua tentativa de dominação sobre a classe trabalhadora. Em Gramsci, a categoria hegemonia aparece como forma de dominação e direção. Dominação exercida sobre as classes adversárias e direção sobre as classes aliadas, sobre os aparelhos privados de hegemonia (COSPIO, 2017). Segundo Busnello: “O pano de fundo histórico que Gramsci utiliza para desenvolver o conceito de hegemonia é, basicamente, o da Revolução Francesa e do Risorgimento italiano, “uma muito radical e vinda de baixo, que foi a Revolução Francesa, e a outra uma revolução de cima, passiva” (GORENDER, 1988, p. 58). A articulação dessas duas revoluções permitiu ao pensador italiano analisar uma ampla base de consenso do novo Estado francês em comparação com o consenso limitado atingido pelo Estado na Itália unificada (SASSOON, 1988). A partir da comparação que faz desses dois

é requerido para exercer funções de controle social e de reprodução da ideologia dominante junto aos segmentos subalternos” (IAMAMOTO, 2000, p. 98, grifo nosso). Assim, essa pesquisa se faz relevante também devido o significado social de nossa profissão e o compromisso de nossa prática com a direção social de nosso Projeto Ético-Político.

Se quisermos investigar *o movimento da ofensiva ideológica burguesa contra a classe trabalhadora*, se faz necessário entender que, justamente por estar em movimento, é preciso acompanhá-lo na realidade concreta da luta de classes. Acreditamos que apreender o movimento no Brasil do tempo presente, ainda que com os limites postos a esta pesquisa, contribuirá também com o acúmulo coletivo sobre *consciência, ideologia e alienação*.

Foi de reflexões e inquietações oriundas da vivência junto a movimentos partidários, sindicais e sociais atuantes na cidade de Fortaleza, Ceará, que surgiu o interesse pela temática. Nesses espaços, o diálogo entre camaradas, companheiros e companheiras sempre tendia a uma posição de resistência que implicava em uma coragem coletiva, animadora. Mas no âmbito de diálogos sobre a vida cotidiana, sempre estava presente o medo do avanço autocrático da burguesia, do neofascismo como fenômeno social - que permeava nossas relações intrafamiliares, com colegas de trabalho, com pessoas de nossa classe -, da não perspectiva de futuro (do desemprego, da insegurança da subsistência, dos sonhos não realizados, da violência urbana e no campo etc.), além dos inúmeros relatos de adoecimento mental. Pude perceber que esse sentimento, que faz parte não somente da “condição humana”, mas de nossa formação política, se torna socialmente determinado pelas múltiplas expressões da “questão social” vivenciadas na particularidade do modo de produção capitalista no Brasil.

Também contribuíram para o interesse em realizar essa pesquisa os diálogos, questionamentos e elucubrações surgidos nas aulas e vivências no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bem como nas oportunidades proporcionadas por professoras, professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Percebeu-se que na particularidade da realidade brasileira atual, há em voga a operação de uma ofensiva material e ideológica contra a classe trabalhadora, que se encontra em movimento, deparando-

eventos, é possível identificar como o autor italiano explora as diferentes formas de dominação burguesa. Para tanto, faz uso da metáfora utilizada por Maquiavel do Centauro, criatura mitológica que é metade humana e metade fera. O Estado, no sentido amplo, representaria a articulação entre coerção e consenso que, para Gramsci é implementada pela burguesia. As reflexões sobre a realidade italiana o levam a aprofundar uma forma particular de controle, a consensual. A partir da representação do Centauro, Gramsci (1999c) formula sua ideia de Estado ampliado, ou integral, uma estrutura que conjuga coerção e consenso. Acerca dessa combinação dinâmica de formas de controle social, Gramsci dedica uma especial atenção ao controle socialmente legítimo, ou seja, aquele que se caracteriza pela produção e pela reprodução do consenso”. (2020, p. 54-55).

se com o grito e a revolta de setores anêmicos que buscam entender e mobilizar sua classe, submersa em um processo de apassivamento (IASI, 2014) iniciado há anos, cuja ruptura, ousamos dizer, ainda não se pode vislumbrar no horizonte. Apassivamento que não significa ausência de lutas, apesar da queda no número de sindicalizações (IBGE, 2018; DIEESE, 2015) e da ainda baixa influência dos partidos de esquerda junto aos setores populares após os governos petistas, mas há em curso uma “ressignificação” da luta. O número de greves apresentou uma intensificação no período pré-pandêmico, além de cada vez mais tomar corpo e força diversos movimentos sociais, especialmente os movimentos feministas e antirracistas, ainda que num cenário pandêmico de isolamento social, que inviabilizava encontros massivos, tomou e toma as redes sociais e a mídia independente, fazendo um contraponto ao fenômeno do neofascismo e sua expressão bolsonarista.

Ainda assim, não se pode afirmar que a classe trabalhadora está organizada em um nível capaz de realizar um enfrentamento radical e forte o suficiente para frear as ofensivas burguesas, como se pode observar com a aprovação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, do marco temporal⁸ (ainda em processo no Congresso e no STF, mas já aprovado na Câmara dos Deputados), com a proposição de uma contrarreforma administrativa, com a destruição do meio ambiente, com os assaltos ao fundo público e com os ataques à

⁸ O Marco Temporal é um ataque direto aos direitos dos povos originários, que facilita o processo de expropriação das riquezas naturais do país. A tese exposta no PL 490, que põe 1988 como marco temporal, aprovado pela Câmara dos Deputados na noite do dia 24 de maio de 2023, em regime de urgência e encaminhada ao Senado, foi proposta pela bancada ruralista. O direito originário sobre a terra, previsto no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, será posto em xeque com a aprovação da tese do Marco Temporal. Tal medida visa a obtenção de mais terras e o saque de bens naturais, o que agravará o problema do desmatamento, com a venda de madeiras e de garimpos ilegais, que poluem fozes de rios, uso de terra indígena para agropecuária e elevação da produção de gases do efeito estufa, sem falar na ameaça contra a vida dos 89 povos em isolamento voluntário, apartados da violência dos homens brancos... Como exemplo, basta lembrarmos da dor e das lágrimas que choramos ainda no início desse ano com o assassinato genocida das 570 crianças e adultos ianomâmis, intoxicados por mercúrio, mortos de fome, sem acesso a direitos básicos e à proteção social do Estado, violentados pelo garimpo irregular e ilegal (esse sim protegido pelo governo, que negou 21 pedidos de socorro de comunidades ianomâmi. Fonte: <https://www.intercept.com.br/2022/08/17/governo-bolsonaro-ignorou-21-oficios-com-pedidos-de-ajuda-dos-yanomami/>). Daí a necessidade de não só resistirmos, mas de defendermos a terra e aquelas e aqueles que entendem, como dizia Mariatégui, que “la vida viene de la tierra”. O posicionamento da entidade máxima representativa de nossa categoria profissional é contundente: “O Conjunto CFESS-CRESS reafirma o compromisso do Serviço Social brasileiro na construção de estratégias de resistência junto aos povos originários, respeitando sua diversidade, na perspectiva de garantia e ampliação de direitos, conforme destacamos em 2021 nas comemorações do Dia da/o Assistente Social, com o mote “Há mais de 500 anos, sempre na linha de frente”, reforçando a inserção da categoria na luta e resistência junto às comunidades tradicionais e aos povos originários, e no Seminário Latino-Americano sobre Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos em 2022, que ampliou o diálogo sobre a formação em Serviço Social para esta pauta, e sobre as possibilidades de intervenção profissional. Convidamos toda a categoria profissional, historicamente comprometida com os direitos humanos, a se manifestar contra o marco temporal, apoiando todas as ações e lutas dos povos indígenas, guardiões das florestas, das sementes, dos saberes, das águas, da biodiversidade, de resistências em defesa da vida.” Fonte: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2010#:~:text=O%20%E2%80%99CMarco%20Temporal%E2%80%99D%20%C3%A9%20uma,impulsionando%20processos%20violentos%20de%20empobrecimentos.>

política de assistência social, previdência e à saúde, como observado diante do cenário pandêmico vivido em todo o planeta, em que o baixo investimento, planejamento e cuidado do poder público para com a educação para prevenção e manutenção da saúde da população já resultou em mais 36 milhões de casos e mais de 700.000 mortes no Brasil, segundo dados do próprio Ministério da Saúde (BRASIL, <https://covid.saude.gov.br/>, 2023), fora aqueles não notificados ou diagnosticados, “devido aos baixíssimos níveis de testes que foram realizados na população brasileira e à morosidade do Governo Federal em adquirir os reagentes necessários para viabilizar o processo em ampla escala” (IBRAHIM, 2021, p. 248).

Essa pesquisa encontrou diversos obstáculos em seu desenvolvimento. Porém, entende-la como processo nos possibilitou realizar saltos qualitativos e nos promover reflexões, que levaram a dúvidas e questionamentos, bússolas que guiaram o percurso do estudo, aproximando-se a um referencial teórico-político, num árduo e nebuloso processo de construção, cheio de contradições, mas também de recompensas intelectuais e motivações para sua continuidade. Mesmo enfrentando um contexto de crise e pandêmico que ceifou tantas vidas queridas, que afetou a saúde mental e física da autora, que impôs a obrigatoriedade de adentrar o mercado de trabalho de forma talvez precoce e sobrecarregada, limitando o tempo de dedicação desejado, a autora insistiu em estudar um tema que perpassa o cotidiano da prática profissional: a ofensiva ideológica do capital contra a classe trabalhadora. Não se trata, portanto, de estudar o fenômeno neofascista do bolsonarismo⁹, mas de estudar a cultura da crise no Brasil do tempo presente, em que o neoconservadorismo e o neofascismo se enraízam, selecionando como recorte de análise alguns aparelhos privados de hegemonia elencados por Gramsci (1999b apud BUSNELLO, 2020): a mídia e a igreja, que acreditamos difundirem tais ideologias.

A partir de tais observações e inquietações, surgiram questionamentos que orientaram os caminhos percorridos no desenvolvimento desta pesquisa: Como se caracteriza a estratégia burguesa golpista na particularidade brasileira atual? Como ela se sustenta material e ideologicamente? De que forma as contrarreformas implementadas pela estratégia burguesa golpista encontraram espaço na sociedade brasileira? Quais elementos ideológicos da cultura da crise sobrevivem no processo de consciência da classe trabalhadora, incidindo em sua subjetividade? Por quais mecanismos ela opera? De que forma a mídia serve de braço da burguesia? De que forma o evangelicalismo branco serve de braço da burguesia?

A partir de tais questionamentos o processo de pesquisa que resultou nessa tese foi organizado em três capítulos: No primeiro capítulo fizemos uma breve incursão sobre o processo

⁹ Para isso, indicamos Mattos (2020), Mota e Rodrigues (2020), Behring (2021), dentre tantas e tantos autores que serviram de referência para essa Tese.

de formação social brasileiro, uma vez que dele pudemos extrair elementos que entrecruzam singularidades, particularidades e universalidades, compondo o chão onde se firmam as raízes que erguem as relações de classe e os elementos do processo de constituição da hegemonia burguesa e sua dinâmica de crise-restauração.

No segundo capítulo aprofundaremos o debate categorial sobre o processo de formação da consciência e a ofensiva ideológica burguesa contra a classe trabalhadora, trazendo o medo como elemento constituinte da cultura da crise no Brasil do tempo presente, que influi diretamente na estratégia de incidência dos aparelhos privados de hegemonia na vida cotidiana do mundo moderno, bem como na correlação de forças própria à dinâmica de luta das classes fundamentais, que destacamos no capítulo.

No terceiro e último capítulo trazemos as expressões concretas da ofensiva ideológica burguesa, em que o “espírito do tempo” se manifesta na materialidade das relações entre Estado e classes sociais. Iniciamos o capítulo com uma breve consideração sobre o conservadorismo e o neoconservadorismo, passando à discussão sobre crise e as respostas historicamente implementadas pelo Estado, focando no debate sobre o fascismo e o neofascismo. Também buscamos apresentar a influência dos aparelhos privados de hegemonia no movimento operado pela ofensiva ideológica burguesa: as formulações de intelectuais para contornar as crises do capital que impactam sobre a consciência dos sujeitos na vida cotidiana; o papel da mídia no golpe e na ascensão do fenômeno do bolsonarismo; e a Teologia da Prosperidade como elemento da ofensiva ideológica no tempo presente.

Acreditamos que esse tenha sido o caminho mais fiel ao método materialista histórico dialético, forjando no exercício de sucessivas aproximações o quadro geral objetivado que expôs elementos da ofensiva ideológica burguesa no Brasil do tempo presente, sem, no entanto, esgotá-lo. O golpe, para nós, não começa e nem termina em 2016, mas é um processo ainda em duração e que não pode perder de vista as particularidades e determinações, cujas origens estão no processo de nossa formação socio-histórica. Assim, acreditamos que se confirma a tese de Ana Elizabete Mota, da existência de uma cultura da crise, mas que foi reprogramada no tempo presente, a partir dos aparelhos privados de hegemonia que realizam a manipulação do medo e a difusão de um “terrorismo econômico”, a fim de garantir a restauração¹⁰ da hegemonia burguesa no cenário de crise mundial do capital.

¹⁰ Não existe Restauração completa, para Gramsci, nenhuma restauração possibilita a volta ao regime ou ao sistema anterior, como foi a “restauração do trono e do altar” após a Revolução Francesa. A Restauração no sentido gramsciano havia permitido “à burguesia alcançar o poder sem rupturas clamorosas, sem o aparato terrorista francês”. As velhas classes, como diria Gramsci, ainda defendem seus interesses dentro da nova ordem, “são degradadas de ‘dirigentes’ a ‘governantes’”, embora “não eliminadas e nem mesmo fisicamente

Alguns marcadores teórico-metodológicos

Neste ponto é importante demarcar algumas categorias fundamentais para o desenvolvimento de nossa hipótese. Essas serão demarcadas por ora, a fim de aproximarmos o leitor e a leitora de nossa matriz teórico-metodológica. Desenvolveremos elas nesse espaço e ao longo dos capítulos, conforme apresentamos.

A alienação, no modo de produção capitalista, possui essa relação de determinação com o processo de trabalho (objetivação teleológica), historicamente inscritas e determinadas, cujas relações sociais de produção servirão de base para um modelo particular de consciência e ideologia (IASI, 2002). Assim, é preciso que se entenda que os elementos que compõem estrutura e superestrutura, o econômico e o extraeconômico, não podem ser dissociados, uma vez que são totalidade. “É o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história o que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa” (LUKÁCS, 2004 apud MARTINS, 2014, p. 34).

Nas obras de Hegel, filósofo estudado e superado por Marx, a alienação aparece sob a forma de uma linguagem especulativa, pois sua própria supressão decorreria de uma espécie de devir histórico, subordinado à ideia do Espírito Absoluto. Em Hegel, o Espírito do mundo representa a história, a sociedade, a humanidade, o concreto, a totalidade, categorias utilizadas

suprimidas” (GRAMSCI, 2011, p.134), ou seja, perdem hegemonia. A dinâmica revolução-restauração tratada por Gramsci se aproxima daquela trabalhada por nossa autora de referência, Ana Elizabete Mota, que trabalha a dinâmica crise-restauração. Segundo a autora, tal dinâmica “incide nas relações sociais e implica o redirecionamento da intervenção do Estado. Este, por sua vez, redefine seus mecanismos legais e institucionais de regulação da produção material e da gestão da força de trabalho, instituindo renovadas formas de intervenção relativas aos sistemas de proteção social, à legislação trabalhista e sindical, além daquelas diretamente vinculadas à política econômica. Nesse contexto, se redefinem as relações entre Estado, sociedade e mercado, determinando medidas de ajustes econômicos e de reformas e contra-reformas sociais, que continuem garantindo a acumulação capitalista, em conformidade com as particularidades de cada formação social.” (MOTA, 2009, p. 04-05). Ou seja, não se trata de uma volta ao regime anterior, mas de transformações na dinâmica das relações sociais de produção que possibilitam a restauração da hegemonia burguesa. Adotamos também a concepção formulada a partir da atualização proposta por David Harvey: “Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de reestabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a seguir a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo) na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim. Os dados sugerem além disso que, quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis. Isso de modo algum nega o poder que têm as ideias de agir como força de mudança histórico-geográfica. Mas de fato uma indica uma tensão criativa entre o poder das ideias neoliberais e as práticas reais de neoliberalização que têm transformado nas três últimas décadas o funcionamento do capitalismo global” (HARVEY, 2008, p. 27-28).

em sua reflexão e cuja finalidade é o desenvolvimento da liberdade. Nesse sentido, Hegel descreveu estágios pelos quais o Espírito do mundo se desdobrou, sendo um deles a alienação do espírito que se objetiva na natureza (HEGEL, 1990). A discussão de alienação em Hegel é tomada como base para elaboração crítica de Marx, superada em seu estudo colaborativo com Engels, apresentado em *A ideologia Alemã*, o qual abordaremos no segundo capítulo dessa tese.

Outro elemento da teoria hegeliana que serviu de base para Marx foi a questão da dialética, central para a análise do próprio movimento da alienação na sociedade capitalista. A dialética hegeliana molda-se a partir de uma forma lógico-abstrata do desenvolvimento histórico, isto é, haveria um processo de inversão da relação entre realidade e ideia, revelada e criticada por Marx (que caracteriza essa forma como a pré-história da humanidade (a sociedade de classe)). Enquanto para Hegel, as ideias seriam anteriores e determinantes para a realidade, para Marx, o movimento é antecedido pela reflexão que parte da própria realidade, ou seja, o real é determinação para o ideal. Portanto, Marx avança na reflexão sobre a alienação, elabora uma crítica radical a Hegel, invertendo a própria lógica de seu pensamento, ainda que tenha sido influenciado pelo grande filósofo.

Critiquei a dialética hegeliana, no que ela tem de mistificação, há 30 anos, quando estava em plena moda . [...] A mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não o impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico (Prefácio da 2ª edição, janeiro de 1973, MARX, 2003, p. 28-29)

Marx rompe com o idealismo da dialética hegeliana, substituindo esta noção de totalidade fechada, amarrada à ideia do Espírito Absoluto – por uma totalidade aberta que vai além de um devir, desenvolvendo uma análise sobre a história real da humanidade (KONDER, 2009), da produção de suas condições concretas no cotidiano da história. Entendemos que essa compreensão é fundamental para a mediação que relaciona estrutura e superestrutura, econômico e extraeconômico, sobre a qual trabalharemos ao longo dessa tese. Marx afirma no Prefácio à *Para a Crítica da Economia Política* ser este o fio condutor para seus estudos:

[...]na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2012, p. 270-271).

Essa citação, que será ainda mais trabalhada ao longo do estudo realizado, é a chave para o caminho de análise da realidade atual e de seu “espírito do tempo”, análise que não se

trata de um inventário de fenômenos sociais, mas exige a apreensão do movimento do real por meio de conceitos, de categorias, de uma teoria social capaz de apreendê-lo em suas múltiplas determinações.

Refletir sobre as formas da vida humana e analisá-las cientificamente é seguir a rota oposta à do seu verdadeiro desenvolvimento histórico. Começamos depois do fato consumado, quando estão concluídos os resultados do processo de desenvolvimento. As formas que convertem os produtos do trabalho em mercadorias, constituindo pressupostos da circulação das mercadorias, já possuem a consistência de formas naturais da vida social, antes de os homens se empenharem em apreender, não o caráter histórico dessas formas, que eles, ao contrário, consideram imutáveis, mas seu significado. [...] É porem essa forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência [...]. Formas dessa natureza constituem as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas, portanto, objetivas, ajustadas às relações desse modo de produção historicamente definido, a produção de mercadoria” (MARX, 2003, p. 97).

Não basta a simples descrição dos fenômenos: “A simples descrição do caos ou do mal-estar [...] não poderia, por outro lado, convir a esse método e a essa orientação. Pode-se tratar somente de uma análise, empregando conceitos, desenvolvendo-se em uma teoria, visando à exposição global do processo” (LEFEBVRE, 2001, p. 171). Exposição que se sustenta em uma reprodução ideal do movimento real do todo concreto, síntese de múltiplas determinações, que possuem maior ou menor peso no processo de análise, apresentando-se em camadas, principais e secundárias, “relações e manifestações mais ou menos profundas da essência” (LEFEBVRE, 1987, p. 218 apud MARTINS, 2014, 26).

O pensamento é posto em movimento em uma análise dialética, que acompanha a passagem do movimento do real, dividindo, separando o fenômeno e a essência. O fenômeno contém a essência, mas vai além dela, possui uma relação com a forma, com a totalidade do devir. Segundo Lefebvre, o pensamento é “*relação* com o real e com suas próprias etapas percorridas” (LEFEBVRE, 1987, p. 178, grifo do autor, apud MARTINS, 2014, p. 27).

No tempo presente, o método de Marx continua válido para a análise das contradições advindas das transformações da base econômica que têm transformado toda a “enorme superestrutura” com maior ou menor rapidez, de acordo com as áreas, os processos, “as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim.” (MARX, 2012, p. 371). A relação entre estrutura e superestrutura é compreendida por nós de forma dialética, não entendemos a dimensão superestrutural como apenas um reflexo da estrutura econômica da vida social, mas entendemos que ambos formam uma totalidade cujas mediações são permeadas por contradições, que não tendem a se resolver pacificamente. Para Gramsci (2011), a conexão entre estrutura e superestrutura se dá por intermédio de uma direção

intelectual e moral e do domínio alcançados no âmbito dessa superestrutura. Lefebvre contribui para com essa compreensão:

Os conhecimentos nascem ao nível das superestruturas relacionados com as ideologias. Ora, eles são eficazes, pois a ciência intervém na produção material. **E o que é uma ideologia? Essa mistura de conhecimentos, de interpretações (religiosas, filosóficas) do mundo e do saber, enfim, essa mistura de ilusões pode chamar-se “cultura”. Mas o que é uma cultura? É também uma práxis. É um modo de repartir os recursos da sociedade e, por conseguinte, de orientar a produção. É uma maneira de produzir, no sentido forte do termo.** É uma fonte de ações e de atividades ideologicamente motivadas. O papel ativo das ideologias devia então reinserir-se no esquema marxista, a fim de enriquecê-lo, em lugar de empobrecê-lo pela redução ao filosofismo e ao economismo. [...] (LEFEBVRE, 1991, p. 38-39, grifo nosso).

A partir dessa citação, afirmamos que, para nós, cultura da crise não é apenas o objeto de estudo de uma mente brilhante do Serviço Social brasileiro, mas categoria viva, emergida das contradições do real no contexto de crise dos anos 1980-1990 e que é reprogramada no tempo presente. Assim, buscaremos explicar o “espírito do tempo” “a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção” (MARX, 2012, p. 371).

A análise da sociedade contemporânea sustentada em tais elementos impõe a compreensão do *trabalho*, das modificações em suas relações e formas de organização, não nos aprofundaremos nesse estudo, indicando a contribuição de Antunes, dentre outros autores e outras autoras sobre o tema. Mas, cabe alertar que compreender a base implica na compreensão da superestrutura e da estrutura, como alerta Lefebvre (1991). Segundo o autor, reduzir “[...]os níveis superiores a uma mera expressão ou reflexo da base econômica” (LEFEBVRE, 1991, p. 38) é um esquematismo dogmático do materialismo, esvaziado da dialética. “O esquema tornava-se inaplicável por ser grosseiramente simplificado; intermináveis e bizantinas discussões se travavam em torno da eficácia das superestruturas.” (LEFEBVRE, 1991, p. 38) estabelecendo-se assim a crítica ao estruturalismo como ideologia e a concepções da burguesia que reforçavam a lógica de separação entre Estado, economia produtiva e ideologias.

Conforme Ellen Wood (2003) o capitalismo enfiou uma cunha entre o econômico e o político, esvaziando o elemento social e político do âmbito produtivo, afastando-o da arena política. Segundo a autora, a economia política burguesa universalizou as relações de produção ao abstrair “suas determinações sociais específicas – relações sociais, modos de propriedade e de dominação, formas políticas ou jurídicas específicas” (WOOD, 2003, p. 29), isso não significa que a “superestrutura” seja um espelho da “base”, “mas que a base produtiva em si existe sob o aspecto de formas políticas, sociais e jurídicas – em particular, formas de propriedade e dominação.” (WOOD, 2003, p. 29).

A preocupação está em compreender que as mudanças no mundo do trabalho, o sequestro do fundo público, a constante ameaça à democracia por setores associados ao neofascismo, a informação mercantilizada e a desinformação gratuita, o fanatismo religioso e consumismo da mercadoria fê, a expropriação de direitos, terras e riquezas dos países dependentes, dentre tantos outros elementos, são fenômenos que além de uma base concreta enraizada no cotidiano da luta de classes, possuem uma face ideológica que se expressa objetivamente em ações que se operam a partir de uma unidade contraditória.

O Estado e a burguesia se utilizam de uma ofensiva ideológica, sustentada no terrorismo de Estado e no “terrorismo econômico” (PAULANI, 2016), para operar o ajuste fiscal permanente (BEHRING, 2021). Terrorismo de Estado assumido por Lefebvre como mais um dos mecanismos utilizados para o controle da reprodução da vida cotidiana no mundo moderno, pondo a funcionar a sociedade burocrática de consumo dirigido¹¹.

Com esses mecanismos, a burguesia encontra baixa resistência junto à classe trabalhadora. Por quê? Acreditamos que a resposta está no estudo de como se dá o processo de consciência casado ao estudo sobre o processo de constituição de hegemonia, que concorre para a realização de mudanças materiais, a partir de sua “austeridade” fiscal, que “se tornou uma espécie de catequese do *mainstream* burguês” (CASTELO, 2020a, p. 93), e que visam elevar não somente as taxas de lucro, como a massa de lucro total, de forma desigual e combinada.

A categoria hegemonia é estudada a partir dos Cadernos do Cárcere, de Gramsci e de diversos intérpretes. Ela se consolida e repercute a partir dos mais variados espaços da sociedade, porém, alguns espaços são mais estratégicos que outros. Segundo Busnello (2020, p. 17), a hegemonia é vista enquanto

[...] uma manifestação de controle social que se dá a partir da direção intelectual e moral dos indivíduos, um controle essencialmente parcial e temporário que, como todos os demais, sempre deve ser interpretado do ponto de vista histórico. Ou seja, é na constituição do próprio bloco histórico que se encontra o sentido da dinâmica luta pelo poder entre os grupos sociais, o que faz com que Gramsci (1999c) afirme que esta se encontra em uma permanente situação de “equilíbrio instável”. Entre os elementos capazes de promover tal equilíbrio se encontra o sentimento do medo.

¹¹ Henri Lefebvre (1910-1991) buscou interpretar as mudanças ocorridas na sociedade capitalista em crise, identificando, tal como muitos autores, uma ênfase no consumo através da caracterização da sociabilidade da época. Categorias como sociedade da técnica, da abundância, de consumo, de lazer. Lefebvre prefere “‘Sociedade burocrática de consumo dirigido’, tal é a definição proposta aqui para ‘nossa’ sociedade. Marcam-se assim tanto o caráter racional dessa sociedade, como também os limites dessa racionalidade (burocrática), o objeto que ela organiza (o consumo no lugar da produção) e o plano para o qual dirige seu esforço a fim de se sentar sobre: o cotidiano. A essa definição atribuímos então um caráter científico” (LEFEBVRE, 1991, p. 68). Não nos aprofundaremos nessa tese nessa discussão, mas acreditamos que tal caracterização contribui para nosso objeto.

Para Gramsci, os principais espaços de construção da hegemonia, são: a religião, os meios de comunicação e a educação (BUSNELLO, 2020), que, para nós, manipulam o sentimento de medo para conquistar consenso ou exercer coerção. A hegemonia se afirma na vida cotidiana e na “atividade escolar”, no sentido mais amplo que envolve a dimensão pedagógica do conhecimento em todos os níveis. Daí se constrói a ideia de bloco ideológico, que se apresenta como fundamental à classe dirigente, que formará e absorverá intelectuais buscando permanecer como dirigente e dominante, atuando a partir de aparelhos privados de hegemonia (APHs), que formaria um bloco histórico (BUSNELLO, 2020). Para Busnello,

O cimento da sociedade, ou seja, aquele que se destaca pela sua capacidade de congruência, segundo Gramsci (1999c), é a hegemonia. A operacionalização desta depende dos intelectuais que, localmente ou por meio dos APHs, dirigem intelectual e moralmente. A atividade de construção da hegemonia é permanente e conflituosa. São diversos grupos, por vezes com interesses antagônicos, que mobilizam todo um conjunto de intelectuais e APHs, com o intuito de serem hegemônicos, atuando diretamente na produção de interpretações acerca das diversas relações sociais em que os indivíduos estão inseridos, e com isso atuando sobre suas crenças e valores. E é em torno desses APHs que se organizam as vontades, as crenças e os valores coletivos, seja dos grupos dominantes, seja dos dominados (MENDONÇA, 2014). Portanto, a mediação da realidade social promovida por tais aparelhos está relacionada à construção de significado de um processo político que, conforme Kuschner e Carneiro (1999), põe em evidência regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento dos atores sociais. Nessa perspectiva, a síntese dos APHs feita por Ivete Simionatto (2009) auxilia na compreensão da amplitude destes e seu papel na socialização de valores e crenças. Eles são representados pelo amplo conjunto do sistema escolar, incluindo o nível universitário, pelas formas de organizar a cultura, tais como museus e bibliotecas, incluindo também os meios de organização da informação em geral (o que se entende atualmente por mídia). Além disso, os APHs incluem os movimentos sociais, os sindicatos, os partidos políticos e as igrejas (SIMIONATTO, 2009). (2020, p. 79-80)

A ofensiva ideológica burguesa é operada e defendida por *intelectuais* e instituições burguesas, que enraízam suas ideias no cotidiano, afetando a consciência de indivíduos que compõem a classe trabalhadora. Ideologias incorporadas como *verdades*, pregadas pela militância de “ressentidos” nas redes sociais, nos programas de televisão pelos mercadores da oratória, nas *fakes news* circulantes, nos púlpitos e altares de templos e Câmaras, nos *outdoors* das grandes cidades, nas revistas e jornais lidos diariamente, *podcasts*, em anúncios, e mesmo no âmbito de práticas profissionais aligeiradas etc. disfarçando os fenômenos recentes, ocultando suas essências na cotidianidade. Gramsci também trata do papel da ideologia,

[...] O autor dos Cadernos, sem jamais negar a centralidade ontológica das relações sociais de produção na explicação da vida social, concentrou sua atenção nas esferas da política e da ideologia, que haviam sido postas na sombra pelo positivismo da II Internacional e voltariam a sê-lo na época de Stalin. Utilizando o conceito de “bloco histórico”, Gramsci elabora um modo de articulação no qual as superestruturas ideológicas, longe de aparecer como simples reflexos passivos da base econômica, têm sua autonomia relativa grandemente ampliada. Recorrendo a uma observação de Marx no célebre ‘Prefácio’ de 1859 à Contribuição à crítica da economia política – um dos textos marxianos mais utilizados pelo autor dos Cadernos, que o interpreta sempre num sentido antieconomicista –, Gramsci vai dizer que é na esfera político-

ideológica, ou seja, no terreno das superestruturas, que se trava em última instância a batalha decisiva entre as classes sociais. (KOPNIN, 1978, apud SILVA; PANOSSIAN, 2021, p. 21).

Desvelar e compreender esse movimento se justifica também por sua relevância para a crítica da estratégia burguesa de captura do fundo público e mercantilização das políticas sociais para o atendimento das necessidades do capital. Estratégia que, como já dissemos, encontra baixo grau de resistência efetiva organizada diante de sua hegemonia, cuja “cultura da crise” implica em uma das mediações responsáveis pelo processo de apassivamento da classe trabalhadora, que mesmo com o desemprego estrutural (ANTUNES, 2015), com a queda do valor do salário real, com o enfrentamento da degradação das condições necessárias à reprodução social no contexto de um cenário pandêmico, com as constantes perdas de direitos e o crescimento da violência no cotidiano, ainda não realizou a ruptura, não alcançou o necessário “estado de revolta” capaz de elevar seu nível de consciência de classe e coloca-la em movimento, organizada e diversificada, lutando por melhores condições de vida enquanto classe (e não apenas enquanto categorias profissionais e segmentos).

Marx queria estudar como funcionava a sociedade capitalista e a entendeu como um complexo. Uma totalidade composta por totalidades. Estudou a origem, o desenvolvimento e a consolidação do Modo de Produção Capitalista, suas relações sociais e as condições de crise da sociedade burguesa. Dessa forma, ele fornece elementos para que se possa fazer a crítica ao capitalismo, compreendendo crítica como conhecimento consciente, uma vez que para o autor, criticar é revelar os fundamentos de uma teoria, fenômeno ou processo.

Ao analisar a sociedade capitalista, e identificar a luta de classes entre proletariado e burguesia como manifestação das contradições inerentes, Marx vê nas forças produtivas o determinante para as relações sociais e de produção, e a partir disso, a própria constituição das formas artísticas, filosóficas e espirituais, que se compoem como determinantes ao (e determinados pelas relações sociais que perpassam o) aparato político, jurídico e ideológico do Estado (MARX, 2008a, 2008b, 2009, 2011b). Segundo Ellen Wood (2003, p. 27),

A intenção original do materialismo histórico era oferecer fundamentação teórica para se interpretar o mundo a fim de muda-lo. Isso não era apenas um *slogan*. Tinha um significado muito preciso. Queria dizer que o marxismo procurava um tipo especial de conhecimento, o único capaz de esclarecer os princípios do movimento histórico e, pelo menos implicitamente, os pontos nos quais a ação política poderia intervir com mais eficácia. O que não significa que o objetivo da teoria marxista fosse a descoberta de um programa “científico” ou de uma técnica de ação política. Ao contrário, o objetivo era oferecer um modo de análise especialmente preparado para se explorar o terreno em que ocorre a ação política.

O método de Marx opera através de aproximações sucessivas com a realidade. Um método que agarra a história dos processos e identifica suas singularidades, aponta suas

particularidades internas e analisa a totalidade em que se inserem. Segundo Engels, no prefácio do terceiro livro d'*O Capital*, Marx não trabalha com definições rígidas, ou seja, enquanto imagens mentais do real em movimento as definições trabalhadas por Marx “estão igualmente submetidos a modificação e renovação” (ENGELS, 2017, p. 42). Assim, o método de Marx não se forja independentemente do objeto que se pesquisa: é uma relação necessária pela qual o sujeito que investiga pode reproduzir intelectualmente o processo do objeto investigado. Corrobora-se com a síntese de Cardoso (2018):

Como nos ensina Marx, ao romper com o idealismo alemão e criticar de forma materialista a dialética hegeliana, o conceito não antecede o ser, pois as determinações e as contradições são do ser social e da realidade social, e não da razão. Não bastando, portanto, o esclarecimento do pensamento (autoconsciência) sobre a realidade para que esta se transforme. Isso significa que o movimento dialético, subjacente à compreensão teórica das contradições da realidade, não se autonomiza da realidade, de sua forma concreta. É nesse sentido que a transformação social é um pressuposto revolucionário do pensamento marxista e de seu método. O movimento dialético de aproximações sucessivas da razão às contradições do real e às determinações singulares, particulares e universais da realidade concreta expressa a centralidade da categoria da totalidade para o método em Marx. (CARDOSO, 2018, p. 47).

A sociedade é repleta de fenômenos complexos a serem desvendados, que se expressam num movimento dialético e é, pois, a contradição o elemento motor que perpassa o sentido de certas ações dos homens (MARX, 2011a, 2017). A luta de classes movimenta o fazer da história (MARX; ENGELS, 2010, 2007). Há, portanto, uma dinamicidade histórica que não permite a imutabilidade dos fenômenos. Dessa forma, entende-se que hoje, o processo de produção e de reprodução sociais possuem novas mediações, contradições, particularidades, que repercutem no próprio nível de organização das classes sociais e na consciência dos sujeitos que as compõem.

A categoria *padrão de reprodução do capital*, segundo Osorio, é paradigmática dessa perspectiva do método: estabelece mediações entre níveis mais gerais de análise e aqueles menos abstratos ou histórico-concretos (2012, p. 41). Assim, se recorrerá a esta categoria no sentido de auxiliar a compreensão da cultura da crise e das ofensivas da burguesia que incidem sobre a consciência de classe em sua atualidade, entendendo que ela assume formas diversas em diferentes contextos históricos, se adequando às mudanças no processo de mundialização do capital e na “[...] divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou novos valores de uso.” (OSORIO, 2012, p. 41). O desafio de compreensão do padrão atual envolve o exercício de uma análise de conjuntura que identifique a essência dos fenômenos em voga na atualidade.

A noção de conjuntura remete a unidades político-temporais em que se produzem modificações significativas na correlação de forças entre os agrupamentos humanos em conflito e os projetos que encabeçam, tanto no seio de formações econômico-sociais como no do capitalismo como sistema mundial. Enquanto unidade mais concreta, constitui a

síntese de múltiplas determinações de processos variados e alimentados pelas unidades mais abstratas. (OSORIO, 2012, p. 40).

Para entender a atual conjuntura, outras categorias, como ideologia, consciência de classe, violência e medo também foram trabalhadas no desenvolvimento de nossa tese. Do acúmulo teórico registrado por Mota (2015), recortamos especificamente a “cidadania pelo consumo”, e deixamos para estudos futuros qual a realidade do cidadão-fabril e do cidadão assistido, uma vez que associamos o fenômeno do neofascismo à perspectiva homogeneizante da cidadania pelo consumo, do hedonismo consumista, da padronização totalitária posta pelo fetiche da mercadoria, que nos reifica em um automatismo que tensiona, que coloca o medo e a insegurança da existência no cotidiano da sociedade burocrática de consumo dirigido. Assim, entender a cultura da crise é entender que esta constrói também o “terrorismo econômico”, que não pode ser confundido com a socialização dos custos da crise, mas que impõe aos Estados a chantagem burguesa dos “humores do mercado” como forma de regulação da política econômica, sem alternativa¹² (que não a revolução).

Recorremos a dois procedimentos. O primeiro foi apreender categorias básicas do marxismo. Fez-se necessário, como recomenda Lefebvre (2006), um retorno à obra de Marx, não para afirmá-la dogmaticamente, mas para interpolá-la, descobrir nela pistas, elementos para a análise da realidade em sua dinâmica atual (LIMA, 2017). Buscou-se moldar a pesquisa enquanto conjunto de atividades exploratórias, sistemáticas, analíticas, e sintéticas, almejando *apreender o movimento da ofensiva ideológica burguesa contra a classe trabalhadora, a partir das contratendências operadas pelo capital em resposta à sua crise no Brasil do tempo presente*, entendê-lo na dinâmica da reprodução do modo de produção capitalista hoje.

Além do imprescindível exercício de abstração e retorno ao concreto, das sucessivas aproximações entre um objeto e sua realidade, é preciso reconhecer a totalidade em que esse se articula, “a unidade mediatizada entre essência e aparência” (MANDEL, 1982, p. 13). Esta totalidade não deve ser entendida como fechada, mas, como uma totalidade dinâmica, “tanto é multiplicidade real quanto unidade real” (LEFEBVRE; GUTERMAN, 2011, p. 22), unidade de contradições. Admite-se, assim, o processo de formação de consciência da classe trabalhadora no cenário de luta de classes na crise pelo qual o país passa como um complexo, articulado a muitos outros complexos, uma particularidade inserida em uma totalidade (LEFEBVRE, 2006), permeada de múltiplas mediações e determinantes, em que as estratégias burguesas de

¹² Basta lembrarmos que mesmo com a derrota de Bolsonaro, a burguesia continua controlando as medidas tomadas, vide o embate da taxa de juros com o Banco Central e o novo arcabouço fiscal negociado pelo governo Lula-Alckmin (2023).

contratendência à crise, em particular as ofensivas ideológicas que acompanham tentativas de captura do fundo público voltado às políticas sociais, e as contrarreformas no âmbito do trabalho e da seguridade social – que não enfrentam resistência à altura – são apenas mais um elemento componente do fenômeno.

Com o objetivo de se garantir a viabilidade da pesquisa exposta nesta tese, adotou-se o recorte na análise do pensamento de intelectuais orgânicos da burguesia com o marco temporal no processo histórico de instauração do neoliberalismo e suas formas de expressão no real, suas metamorfoses na particularidade brasileira, que justificariam as medidas de contratendência tomadas a partir da imposição de um “terrorismo econômico” (PAULANI, 2016) divulgado pela mídia, que crava o medo no processo de consciência dos indivíduos que compõem a classe trabalhadora em sua diversidade, bem como no fenômeno da Teologia da Prosperidade, para nós, própria ao evangelicalismo branco importado dos Estados Unidos, que ganhou ampla adesão de camadas da classe trabalhadora.

Segundo Antunes:

[...] Nos estudos sobre a consciência de classe, o desafio maior está em apreender tanto a dimensão da consciência empírica, da sua consciência cotidiana e suas formas de manifestação (aquilo que Mészáros chamou, com felicidade de consciência contingente), como em buscar compreender também quais seriam as outras possibilidades reais que existiam naquelas condições histórico-concretas. (ANTUNES, 1996, p. 103 apud IASI, 2002, p. 138).

Daí que o estudo se debruce na concretude da realidade do momento atual, mas, que também busque apreender os elementos da ofensiva ideológica burguesa, identificando-os, apontando suas possibilidades de impactos a partir do que a luta de classes revela, nas suas mais diversas formas, de tal modo que contribua para a elaboração de saídas coletivas, de resistência e conquistas, visto que “Para que o mundo possa ser explicado “criticamente”, cumpre que a explicação mesma se coloque no terreno da “práxis” revolucionária.” (KOSIK, 1976, p. 22).

Tendo em vista que “Toda elaboração do pensamento procede de elaborações precedentes – eis a razão da necessidade de uma leitura crítica dos textos clássicos” (LEFEBVRE; GUTERMAN, 2011, p. 09), entendemos ser de suma relevância o retorno a Marx e Engels para fundamentar teórico-metodologicamente a análise dos fenômenos elencados. Além disso, utilizando suas contribuições como referência, foi possível realizar um salto qualitativo no estudo de outros autores que analisam a problemática da pesquisa em seu contexto histórico e movimento na realidade atual, compreendendo a temática como mais um dos elementos contraditórios que constituem a articulação interna da sociedade capitalista.

Esta pesquisa não se propôs à elaboração de uma simples descrição, ou uma avaliação *stricto sensu* do momento atual; mas buscou apreender o processo real em que ocorrem os ataques

à subjetividade da classe trabalhadora, a partir das ofensivas ideológicas burguesas no âmbito da relação entre Estado e classes sociais na particularidade brasileira, a fim de se recorrer a uma construção teórica que contribui para embasar o debate acadêmico-profissional no campo das políticas sociais e ao próprio acúmulo de forças no campo da resistência da classe trabalhadora a tais ataques. Buscou-se a articulação da análise proposta com as três categorias fundamentais do método marxiano de investigação: a totalidade, a contradição e a mediação (NETTO, 2011, p.58). Ou seja, o desafio dessa pesquisa foi em suas muitas frentes, encontrar uma unidade, a fim de distinguir entre o discurso crítico da realidade existente e a reconstrução da dinâmica dessa realidade como objeto de estudo.

Com o objetivo de analisar e caracterizar a estratégia burguesa de recuperação de sua taxa de lucros, o que perpassa o objetivo central dessa tese e nossa hipótese, serão analisados o papel de dois dos principais aparelhos privados de hegemonia elencados por Gramsci: a mídia e a Igreja, bem como selecionamos formulações de intelectuais da decadência ideológica burguesa para analisar as propostas de contrarreformas e políticas sociais implementadas pelo Estado. Trouxemos ao debate o processo de contrarreforma no âmbito da Seguridade Social, para ilustrar o processo de mercantilização da vida, dados sobre a realidade da classe trabalhadora brasileira, que vivencia um momento de insegurança da existência, o papel da mídia no *golpe de novo tipo* e na eleição de Jair Bolsonaro, bem como os postulados do evangelicalismo branco, como a Teologia da Prosperidade para a análise dos elementos ideológicos da ofensiva burguesa que incidem sobre a consciência de nossa classe¹³.

Acreditamos que o método de análise e de exposição adotados tenham sido o caminho mais fiel à bússola do materialismo histórico dialético, forjando no exercício de sucessivas aproximações o quadro geral objetivado, que expôs alguns dos múltiplos elementos da ofensiva ideológica burguesa no Brasil do tempo presente, sem, no entanto, esgotá-lo, daí não se seguir *estritamente* a uma linha temporal, mas a um movimento que identifica e recupera elementos da processualidade histórica.

¹³ Entendemos que existem resistências e lutas que buscam a construção de uma contra-hegemonia, porém, tais elementos não serão o foco da pesquisa ora realizada.

1 HEGEMONIA BURGUESA E RELAÇÕES DE CLASSE NA PARTICULARIDADE DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

“Poema ao Vendedor de Pirulito

Uma mancha de sombra no chão secular,
Um traço de poeira no céu todo azul,
Acordes tirados de lábios famintos,
Distante harmonia ferindo o silêncio.

O sol na calçada enxuga teu pranto
Que cala e se perde no chão e na pedra.
Teu passo é caminho de tempo e de luta,
Teu canto, pregão, enfeite a miséria.

Os homens não sentem a muda censura
Que cobre teu rosto de adulta tristeza
E fere teus membros, menino sem lar.

Os homens não vêem a trágica beleza
Que moram em teu corpo pesado de andrajos,
Vestido de sons que chora teu peito.”

(Margarida Lucena da Hora)

O poema acima retrata uma realidade cotidiana nas cidades brasileiras. A cena de sofrimento, situação de rua, miséria, medo e fome retratada tanto na epígrafe de nossa tese como nessa poesia se torna recorrente na história social brasileira. No contexto pandêmico que ainda vivenciamos (e vivenciaremos) as consequências, cenas como as capturadas pelo casal de artistas comunistas se tornaram comuns em um sentido absurdo¹⁴. Como pode um poema do início do século XX se tornar atual? Por quê? Sabemos que isso se deve à própria lógica do capital, ao que consta na Lei Geral de Acumulação Capitalista, mas para responder a isso na particularidade brasileira, recuperaremos as determinações da desigualdade social no processo de nossa formação social.

Para compreensão do momento atual, dos “por quês” que justificam a situação vantajosa para a burguesia nacional no cenário pré-pandêmico e pandêmico, é preciso retomar o contexto que abriu a porteira para que “a boiada passasse”. Neste capítulo, buscaremos abordar o processo de constituição da hegemonia burguesa no Brasil, a partir da análise do processo de

¹⁴ Lembro-me de um dia, ainda em 2020, ao ir deixar o lixo no container no térreo do meu prédio, encontrar um grupo de cinco crianças dentro dele. Mais atenta, pude observar que a cena se repetia quase que diariamente. Não se tratava de uma traquinagem moleca, mas de uma caça a alimentos que pudessem matar a fome antes que essa os matassem.

formação socio-histórica, para que tenhamos elementos para a compreensão da relação entre as classes sociais na dinâmica concreta e ideológica da luta de classes em nosso tempo presente.

1.1 O processo histórico de formação social brasileira: violência no Brasil colônia como particularidade que compõe nossa essência

Muitas são as interpretações sobre o processo de formação socio-histórico brasileiro, que possui caracterizações específicas à sua constituição, determinações que atuam em cada uma de suas épocas históricas. Dados os limites enfrentados por essa pesquisa, privilegiaremos interpretações que nos possibilitem uma análise que apreenda o movimento e dinâmica da luta de classes e da constituição da hegemonia burguesa no Estado brasileiro, objetivo deste tópico.

Entender nossa formação social envolve também apreender o processo de desenvolvimento das forças produtivas, suas determinações, contradições, antagonismos e movimentos. Para que se compreenda as particularidades que permeiam esse processo, é preciso que se resgate, na processualidade sociohistórica, seus determinantes. Sobre as polêmicas, apoiamo-nos no estudo de Cardoso que aponta:

[...] O capitalismo não é uma etapa necessária do desenvolvimento histórico da humanidade porque expressa o “tipo mais desenvolvido”, uma espécie de “trajetória em flecha ou espiral” (Benjamin, 1994, p. 229), em que no percurso, sociedades não capitalistas progredirão por etapas, como a da sociedade feudal, para o tipo mais desenvolvido de sociedade, a capitalista, ou que, uma vez transformadas pelas relações capitalistas, o farão a partir de um mesmo e homogêneo processo extensivo e total de substituição de todas as dimensões e práticas (arcaicas?) anteriormente existentes. Isso está muito longe de corresponder à realidade histórica e espacial subjacente à transformação da sociedade brasileira em uma sociedade regida por relações sociais capitalistas.

Contudo, a transição para o capitalismo foi um dos temas que animou um rico e polêmico debate no âmbito das Ciências Sociais e particularmente entre autores inspirados pela tradição marxista e que divergiram sobre a dinâmica de transição para o capitalismo no Brasil, notadamente sobre como calibrar as ênfases de explicação desses processos do ponto de vista das variáveis externas (o Brasil analisado a partir das relações e dinâmicas desencadeadas centralmente pelo processo capitalista de acumulação primitiva dos países centrais europeus) e internas (o Brasil analisado a partir das especificidades das relações e dinâmicas mais endógenas engendradas pelo colonialismo e a escravidão). (CARDOSO, 2018, p. 55).

Daí a importância de ir além da constituição dessa ou daquela fase, mas compreender na dinâmica de nossa formação as relações de classe que se transformam em determinações para a composição atual da hegemonia burguesa. De início partimos do óbvio, tão olvidado ou ocultado em muitas das análises: nossa formação de caráter colonial repercute ainda hoje no processo de nossa relação econômica, política e social com outras potências capitalistas, em

que o país se coloca em uma posição de dependência e subordinação ao capital imperialista. A colonização serviu ao processo de acumulação primitiva. Segundo Marx:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfiamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das índias Orientais, a transformação da África em um cercado para caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. (2008b, p. 285).

O processo de formação do espaço social brasileiro participou do processo de acumulação primitiva com o uso da força de trabalho indígena, escrava africana e dos poucos colonos livres. Perpassou a dinâmica interna de organização do território e das relações sociais no período da colonização. Para a apreensão desse processo é preciso debruçar-se sobre o desenvolvimento e maturação do modo de produção capitalista, sobre a posição estratégica do país no cenário mundial de disputas geopolíticas e das mudanças sociohistóricas, as relações sociais de produção e a própria história social da propriedade e da questão da terra, que segundo Cardoso (2018):

[...] falar da história social da propriedade e da questão da terra, no Brasil, não é falar de um “passado” que se foi ou falar tal qual ele foi. Como ensina Benjamim (1994) nas teses VI e VII “Sobre o conceito de história”, partindo do tempo presente e do reconhecimento de que o passado está entre nós e nos “escombros” que ficaram para trás sob a marcha do progresso, onde subjaz a memória das lutas dos vencidos, o desafio é reconhecer os lampejos de “instantes de perigo” reveladores desses “escombros” e de suas tradições invisibilizadas pelos dominantes. (p. 49).

Compreender em nossa formação as relações de propriedade, de trabalho e de apropriação dos frutos desse trabalho é fundamental para identificar as origens e raízes de nosso presente. No livro “Rebeliões de Senzala”, escrito em 1948 e publicado apenas em 1959, Clóvis Moura afirma que a escravidão surge de dois fenômenos distintos: 1) da continuação do desenvolvimento interno da sociedade colonial nos moldes em que se vinha realizando a sua evolução nas primeiras décadas; 2) consequência dos interesses das nações colonizadoras em fase de expansão comercial e mercantil, necessário ao movimento de acumulação de capital para o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista (MOURA, 1959).

A princípio, estabeleceu-se entre invasores e povos originários uma relação de troca baseada no escambo, em que a população indígena trabalhava na extração de especiarias e como guia na “exploração” do território pelos portugueses. Segundo Moura (1959), esse momento inicial representa o período de extrativismo, em que se estabeleceu o início do processo de “degradação” econômica, social e cultural da população indígena, que teria seu modo de produção, suas relações sociais e sua cultura, religião, valores e idiomas violentados pelo homem branco.

A primeira tentativa de implantação da escravidão ocorreu com os povos originários de nosso continente, o que não teve sucesso segundo Moura (1959). Os jesuítas buscaram construir um modelo de semisservidão, de forma impositiva, sendo a propriedade comunal indígena expropriada pela Igreja, que se tornara a proprietária privada da produção realizada pelos indígenas. A Coroa se estabelecia como proprietária das terras expropriadas dos povos originários. O modelo inicial de propriedade da terra reproduzia a lógica oriunda do século XIV¹⁵, das capitanias hereditárias, com a figura do colono reinol como produtor.

Segundo Moura (1959), o indígena não possuía os conhecimentos necessários ao modelo de produção visado pelo processo colonizador, além disso, destacamos que muitos de nossos povos originários resistiram à escravidão, fosse através das guerras, do afastamento em relação ao litoral, adentrando as matas e florestas, fosse através da resistência ao modelo de trabalho imposto, como apontado no documentário *Guerras no Brasil.doc*.

Portugal recorrerá à escravidão de negras e negros africanos, continente em que já existia a prática do mercado de seres humanos. Segundo Clóvis Moura (1959), o motivo pelo qual Portugal recorreu à escravidão africana se relaciona diretamente à necessidade de desenvolvimento da sociedade colonial, com a implantação do modelo de produção da *plantation* - base histórica para a constituição do latifúndio atual. Para Procópio, que tem em Moura uma referência, “a diáspora negra caracterizada pelo tráfico atlântico trouxe para o ‘novo mundo’ africanos que com seus descendentes constituem, no período pós-colonial, as diferentes nações das Américas.” (2021, p. 43), revelando o peso do passado colonial enquanto determinação para nossa formação.

O tráfico humano deixou de ser uma atividade de pirataria e se tornou atividade mercantil reconhecida pela Inglaterra. Esta, Portugal, Brasil (brasileiros e colonos portugueses) e Estados Unidos da América (estadunidenses e colonos ingleses) se tornaram os principais comerciantes de seres humanos, obtendo grandes rendas oriundas do tráfico, o que serviu diretamente ao processo de acumulação primitiva, como denunciou Marx (MOURA, 1959). Segundo Procópio, a intensificação da demanda por trabalhadores escravizados se dá ainda no final do século XV, a partir da introdução da produção açucareira nas ilhas atlânticas, o que dinamizou as rotas de tráfico para o continente americano (2021, p. 44).

¹⁵ A lei das sesmarias foi criada em 1375, no reinado de Dom Fernando I, no contexto de crise de abastecimento em Portugal. A lei das sesmarias condicionava o direito à terra ao cultivo de produtos alimentícios, como forma de “constranger” os “donos” de terra a utilizarem a gleba. Caso a lei não fosse cumprida, a coroa poderia revogar a concessão e doar a sesmaria a outro reinol, que se comprometesse a cultivá-la no tempo determinado. Após 155 anos, a Lei das Sesmarias foi implementada no Brasil como recurso ao projeto colonizador, no ano de 1534, através da carta de poderes concedida a Martim Afonso de Sousa. Fonte: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/o-sistema-sesmarial>.

Estima-se que “entre 12 e 13 milhões de africanos foram embarcados em navios negreiros europeus, incluindo todos os destinos, com uma taxa de mortalidade média em torno de 15%” (DORIGNY; GAINOT, 2017, p. 30 apud PROCÓPIO, 2021, p. 44). Desse total, quase 90% foi traficado no século XVIII, período que “coincide, não por acaso, com a dinamização do sistema capitalista pela transição tecnológica para novos processos de manufatura e a sua consolidação ideológica através do projeto iluminista de transformação social.” (PROCÓPIO, 2021, p. 44).

O tripé econômico das metrópoles se baseava nas grandes navegações, na renda da terra extraída a partir da *plantation* e no monopólio comercial nas colônias, especialmente nas Américas, traçando características que se modificam e ganham particularidades ao longo do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista (MOURA, 1959), configurando-se como determinações para elementos que se materializam ainda hoje em nossa realidade, como a dependência, sobre a qual falaremos a seguir.

Quando do início do tráfico no Brasil, toda uma argumentação foi construída na perspectiva de substituição da força de trabalho indígena pela do africano escravizado. A “campanha humanista” desumanizava os povos negros e romantizava a figura indígena, que agora trabalharia predominantemente na pecuária, muitas das vezes como trabalhador livre (MOURA, 1959). No momento de pesquisa para elaboração de seu livro, Clóvis Moura afirmou que poucas eram as fontes, além de haver uma divergência em relação à data da introdução da força de trabalho escrava africana no Brasil. Diante da polêmica entre os autores e documentos investigados, Moura elenca uma data como a que estabelece a introdução de trabalhadores africanos escravizados na colônia: 1549. Cada colono poderia importar até 120 escravos naquele momento inicial, que levaria mais de 300 anos para ser encerrado.

O apelo à escravidão africana – que já se realizara com êxito na Europa desde tempos imemoriais – será uma solução lógica a que recorrerá o colono a fim de conseguir estabelecer nos trópicos uma sociedade para a qual o material humano autóctone era de pouca rentabilidade (embora mais barato) e o braço europeu que para aqui vinha não podia ser arrolado no status de trabalhador que interessava ao colono: o de escravo. (MOURA, 1959, p. 29).

Assim, para o autor, em nosso processo de colonização, duas seriam as classes fundamentais: senhores de terras, brancos, ligados economicamente pelo monopólio comercial à metrópole, e escravos, não-brancos, inteiramente despojados de meios de produção, apesar de produzirem a riqueza social (MOURA, 1959).

Desde o período colonial, as cidades brasileiras desempenharam um destacado papel na circulação internacional de mercadorias, sendo as portuárias aquelas que recebiam trabalhadores e trabalhadoras escravizados, exportando gêneros para o mercado externo de

acordo com as demandas (e exigências) dos países de economia capitalista central etc. O “complexo latifúndio-minifúndio”, a monocultura como modelo produtivo agroexportador e as próprias relações sociais de produção (o escravismo e a regulação autárquica) reproduziam o modelo necessário à acumulação de capital nos países europeus, servindo à consolidação do capitalismo (PRADO JR., 2011).

Como já afirmamos, o escravismo foi ferramenta indispensável ao processo de acumulação primitiva, não só no país, mas, principalmente, nas *metrópoles* capitalistas em expansão (OLIVEIRA, 1980, p. 23). A relação social constituída a partir do modelo escravista, determinado pela própria dinâmica do capitalismo mercantil, era sustentada pelas relações de propriedade (inclusive a da terra, principal meio de produção), e da produção para exportação. Como forma de trabalho *compulsório*, o escravismo alimentou o processo de acumulação, que, no caso brasileiro, resultava na ampliação do fundo de terras e de escravos, configurando-se enquanto uma acumulação de riquezas, mas não de capital¹⁶ (OLIVEIRA, 1980).

Com o desenvolvimento do modelo da *plantation*, é possível verificar uma centralização de poder que encontra desde aí uma divisão de frações nas classes dominantes ainda no período colonial. Havia já uma divisão entre campo e cidade, própria à dinâmica do modo de produção capitalista, que pouco a pouco dava sinais de existência e nascimento por aqui. Enquanto o campo era o local dos escravos, da produção em grande escala para a exportação etc, as cidades geriam as transações de financiamento e com o mercado externo, dirigiam as atividades burocráticas ligadas à administração da Colônia, bem como as relativas à produção agroexportadora (PRADO JR., 2011). Nelas se concentravam o poder outorgado pela metrópole, que o centralizava, ou seja, as principais cidades brasileiras se constituíam em mediação do poder dirigente, situado em Portugal, em relação ao campo produtor brasileiro (OLIVEIRA, 2013), concentrando o comércio exportador de mercadorias e importador da principal mercadoria comprada no exterior: o escravo.

O tráfico negreiro, as grandes remessas da mercadoria escravo, durante o primeiro e segundo reinados foram o elemento fundamental da expansão econômica da colônia (MOURA,

¹⁶ Para o autor, os escravos seriam considerados *capital constante*, pois como o trabalho não era livre, não haveria produção de mais-valia, e portanto, não haveria a produção de renda da terra, consideração polêmica ainda hoje, uma vez que desconsideraria a incorporação de valor à terra, pela mediação do processo de trabalho: “O limite da possibilidade numa economia desse tipo é, no máximo, dado pela fase da cooperação; mais além, o aumento da produtividade mesmo em termos físicos esbarra naquilo que Marx chamou de “transferência da virtualidade técnica do operário para a máquina”, pois essa metamorfose, que culmina a subsunção formal do trabalho ao capital em subordinação real, não é possível na ausência do trabalho livre, na ausência da compra da força de trabalho, na ausência de mais-valia. Não há “descolamento” entre o real e o financeiro; no fundo não há capital-dinheiro. Nessas condições, o avanço da divisão social do trabalho em economias como a brasileira de fins do século XIX será insignificante e incapaz de transformar qualitativamente o padrão econômico de acumulação e crescimento.” (OLIVEIRA, 1980, p. 23).

1959), garantindo as condições de desenvolvimento das primeiras indústrias no Brasil, tendo em países como Angola o “nervo das fábricas do Brasil”, que utilizavam em seu início a força de trabalho do negro escravizado na produção de ferrovias, de materiais para a iluminação pública, de algodão para o comércio internacional, que alimentaria inclusive a indústria têxtil inglesa, etc. (MOURA, 1959).

A Inglaterra buscou construir o monopólio sobre o tráfico negreiro através de leis e disputas geopolíticas, expandindo as fronteiras de seu domínio enquanto potência capitalista. “O tráfico negreiro viria a contribuir em escala ponderável para a acumulação primitiva de capital que serviu de alicerce à sociedade atual” (MOURA, 1959, p. 34), assim, vemos o quanto o capitalismo se expandiu a partir das vidas de milhões de homens e mulheres negros e negras.

Uma das contradições inglesas foi a proibição do tráfico negreiro no Brasil, sob um discurso abolicionista e concomitante apoio aos Confederados escravistas nos EUA (MOURA, 1959). No Brasil, naquele momento histórico, o latifúndio escravista no Nordeste perdia força para o café do Sudeste e Sul. Com a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, o tráfico de escravos passa a ser duramente combatido e se inicia um fluxo migratório de escravos (tráfico interno) do Nordeste em direção ao Sudeste (MOURA, 1959). Essa legislação foi um importante passo no estabelecimento do mercado de trabalho livre, que se relaciona diretamente ao surgimento do mercado de terras. Com o fim do tráfico, a abolição era uma questão de tempo.

A Lei das Terras de 1850 foi aprovada quatorze dias antes da Lei Eusébio de Queiroz, revelando uma relação direta entre o mercado de terras e o mercado de trabalho. Sabemos que as formas de propriedade e as relações sociais de produção são determinação para a composição de classes sociais. Daí a importância de compreendermos a relação que esses dois instrumentos legislativos possuem com o processo de desenvolvimento da propriedade privada da terra e do mercado de trabalho livre assalariado.

A Lei das Terras não surge de forma espontânea, mas num determinado contexto: o de desenvolvimento das forças produtivas, em que o mercado de terras se fazia necessário não apenas à obtenção de renda fundiária (rural e urbana), mas também pela necessidade de criação de um “mercado de trabalho” para a nascente indústria¹⁷ (OLIVEIRA, 1980), impedindo que a população negra tivesse acesso a ela.

¹⁷ Em 1850, a população brasileira era de cerca de 7,2 milhões de pessoas, dos quais 30% estavam escravizadas (IBGE, s/d). Nesse período, a Inglaterra já possuía um “mercado de trabalho” em pleno desenvolvimento, e se posicionava politicamente contra o modelo escravista. O modelo colonial de produção, baseado no escravismo, ainda possuía entraves ao processo de industrialização-urbanização brasileiro. Com o processo que levou ao fim da escravidão, observamos fenômeno similar ao relatado por Marx: “Por exemplo, quando os grandes proprietários territoriais ingleses expulsaram seus dependentes que consumiam uma parte da produção excedente de suas terras e, além disto, seus arrendatários livraram-se dos pequenos camponeses sem terra etc. – grande

Naquele contexto, de “Revolução Industrial”, as necessidades do capital são priorizadas pelos Estados, gerando profundas transformações no cenário político-econômico mundial e na forma de regulamentação estatal, em que se passa a implementar legislações sobre a posse, a propriedade, o uso e ocupação da terra em todo o mundo, pautando-se no modelo de produção e de trabalho em cada país. Basta lembrar da Lei de Cercamentos inglesa, denunciada por Marx e que serviu inclusive para o fluxo migratório para as cidades, num processo de avanço do urbano sobre o rural, em que o pauperismo cresce de forma exacerbada, assim como a superpopulação, cujo processo imigratório servirá como mais um dos múltiplos elementos para o desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Voltando a discussão para a Lei de Terras, segundo Cardoso (2018),

A Lei de Terras de 1850 foi o marco principal de instituição da propriedade privada da terra e sua subordinação ao mercado de compra e venda de terras. Para Silva (2008), a referida lei carrega uma dupla característica de seu tempo: 1) expressa uma forma de regulação territorial do Estado tanto sobre as terras já ocupadas pelas práticas de posse quanto sobre as novas ocupações subordinadas à instituição da propriedade privada; e 2) incorpora as tendências já evidentes de crise do escravagismo e da futura transição ao trabalho livre, e, nesse sentido, estabelece mecanismos de vedação do acesso à terra pelos imigrantes chegados de forma “espontânea” ou subsidiados pelo Estado, para a incorporação no trabalho nas lavouras. Assim, a lei funcionou também como uma espécie de “cercamento de terras” à força de trabalho branca migrante, além dos “trabalhadores livres da ordem escravocrata”, de que nos fala Carvalho Franco (1997), mas já se encontrava “cercada” para os escravos e assim permaneceria após a abolição. (p. 57-58).

Com essas mudanças legislativas de 1850, que representam apenas o movimento de mudanças na realidade e dinâmica de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, nos anos seguintes rapidamente avançaram o desenvolvimento de condições de produção e reprodução capitalistas – estradas, comunicações, capital bancário etc. A imigração de força de trabalho europeia (livre) se manifestava como elemento de contradição em relação ao trabalho escravo remanescente, cada vez mais caro (AZEVEDO, 1987; MOURA, 1959), havendo mais disputas políticas no Legislativo e na opinião pública sobre a figura do imigrante europeu, numa lógica racista de embranquecimento do país (AZEVEDO, 1987).

O movimento abolicionista ganhou muito protagonismo até o ano de 1888. Clóvis Moura afirma a existência de duas alas no movimento: uma moderada, cujo nome mais proeminente era o de Joaquim Nabuco; outra, considerada radical, com nomes como Luís Gama, Silva Jardim, Antônio Bento, Raul Pompeia, dentre outros e outras. A ala moderada

massa de força de trabalho viva duplamente livre foi lançada no *mercado de trabalho*: livre das velhas relações de dependência, servidão ou prestação de serviço e livre, também, de todos os bens e propriedades pessoais, de toda forma real e objetiva de existência, *livre de toda propriedade*. Uma tal massa ficou reduzida ou a vender sua força de trabalho ou a mendigar, a vagabundear ou a assaltar” (1977, p. 103-104). O trabalho livre era exigência para o desenvolvimento do capitalismo, levando o Estado brasileiro a regularizar a imigração europeia para o trabalho livre nos latifúndios agroexportadores e na nascente indústria ainda no século XIX.

recorria a discursos moralistas e buscava o apoio da opinião pública, visando alcançar a abolição a partir de uma movimentação jurídica, excluindo os escravizados do processo, apoiada por frações da burguesia em formação. Já a ala radical buscava a organização dos escravos em luta contra o cativeiro, articulava fugas, comprava cartas de alforria etc. Os trabalhadores assalariados de diversas categorias profissionais se solidarizavam com a luta abolicionista radical, considerada uma “causa comunista” (MOURA, 1959, p. 43), como apresentado nesse artigo de jornal do período: “[...]o Gabinete Rio Branco havia desfraldado as velas por um oceano onde voga também o navio pirata denominado ‘A Internacional’” (MOURA, 1959). Diversas foram as greves de trabalhadores em solidariedade à causa abolicionista, como as dos tipógrafos fortalezenses, capital do primeiro estado a abolir a escravidão, o Ceará, que se recusavam a publicar qualquer conteúdo a favor da escravidão; e a greve dos jangadeiros cearenses contra o embarque de escravos, com destaque para Dragão do Mar¹⁸, o pescador jangadeiro Francisco José do Nascimento.

Tais episódios são antecédidos por muitos outros. A figura do negro como perigoso no Brasil nasce com a resistência e rebeldia que marcaram nossa história. Um desses episódios foi o do Quilombo de Palmares, ou a Nova Angola, que durou de 1580 a 1695, se fortaleceu não somente com as guerras entre holandeses e portugueses, o que enfraquecia a perseguição escravista e destruía diversos engenhos, mas também pela própria inteligência e resistência negra, em sua relação de produção e forma organizativa, que tanto apresentava uma liderança, Zumbi, “senhor da guerra”, como um conselho de sábios idosos. Segundo o documentário *Guerras do Brasil.doc*, Palmares era um território que guardava um conjunto de diversos mocambos que se apoiavam, que chegou a ter uma população de cerca de 20 mil pessoas, até

¹⁸ Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar ou Chico da Matilde, foi um líder grevista, hoje homenageado na capital do Estado do Ceará, Fortaleza, com um complexo de arte e cultura, com mais de 14,5 mil metros quadrados, abrigando equipamentos como Museu (da Cultura Cearense, de Arte Contemporânea do Ceará e a Multigaleria), o Espaço Rogaciano Leite Filho, Espaço Patativa do Assaré, a Biblioteca Leonilson de Artes Visuais, o auditório, a Arena Dragão do Mar, a Praça Verde, cinema, o planetário Rubens de Azevedo, um anfiteatro, um polo gastronômico etc. Dragão do Mar comandou duas greves de jangadeiros em um momento estratégico, em que a seca de 1877 assolava a província do Ceará, sendo o tráfico de escravos do Ceará para outras províncias importante fonte de renda. Liderados por Chico da Matilde, o Dragão do Mar, “nos dias 27, 30 e 31 de janeiro de 1881 e, 3 de agosto do mesmo ano, os jangadeiros se recusaram a transportar, do Porto de Fortaleza para os navios negreiros, escravizados que seriam vendidos para outras províncias. Esta foi a Greve dos Jangadeiros que ao paralisar o tráfico por alguns dias, impulsionou a abolição da escravatura no Ceará” Assim, paulatinamente, diversas vilas da província iniciaram um processo de alforria de escravizados, não como concessão, mas a partir dos avanços da Sociedade Cearense Libertadora, fundada em 1880, e de todos os movimentos abolicionistas não registrados nos anais da História. Não podemos atribuir essa conquista a apenas uma figura, por mais importante que Chico da Matilde seja, mas é preciso lembrar a luta de Preta Simoa, Negra Esperança, Antônio José Napoleão, de tipógrafos e tantas pessoas anônimas que estiveram em constante resistência. Fonte: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/muito-alem-do-13-de-maio-ha-135-anos-o-ceara-tornava-se-a-primeira-provincia-brasileira-a-abolir-a-escravidao#:~:text=Esta%20foi%20a%20Greve%20dos,ao%20esconder%20escravizados%2C%20comprar%20a%20lforrias>.

que a Coroa Portuguesa decidiu fragmentar o movimento e reunir um grupo de mercenários – os bandeirantes – para destruir a organização política e resistência negra. Assim, Palmares foi duramente reprimido, resultando em milhares de assassinatos de mulheres negras e homens negros, além de indígenas Tupinambás que chegaram a apoiar sua resistência, segundo o documentário “Brasil Tupinambá”.

Episódio significativo foi a Revolta dos Malês, em 1835, que segundo João José Reis (2015), se inicia a partir da injusta prisão de Pacífico Licutan, escravo mulçumano idoso, preso devido às dívidas de seu senhor, que o levariam a ser leiloadado como indenização aos credores. Pacífico estava preso no subsolo da Câmara Municipal, que foi atacada por um levante de cerca de 100 guerreiros malês, com a pretensão de libertá-lo. Os guerreiros foram surpreendidos pelo fogo cruzado de carcereiros e guardas do palácio do governo. Esse fato político, no entanto, foi apenas o rastilho de pólvora da organização dos rebeldes de origem mulçumana. Entre suas estratégias, estava matar a população brasileira, fosse esta escrava ou liberta, crioula ou branca (REIS, 2015), objetivando criar uma Bahia malê, com reinado próprio. Essa revolta teve a adesão de cerca de 600 homens malês, o que na maior cidade do Brasil de então, que possuía cerca de 65.000 mil habitantes, era numericamente significativo, impactando diretamente a opinião pública.

A revolta deixou a cidade em polvorosa durante algumas horas, tendo sido vencida com a morte de mais de 70 rebeldes e uns dez oponentes. Mas o medo de que um novo levante pudesse acontecer se instalou durante muitos anos entre os seus habitantes livres. Um medo que, aliás, se difundiu pelas demais províncias do Império do Brasil. Em quase todas elas, principalmente na capital do país, o Rio de Janeiro, os jornais publicaram notícias sobre o acontecido na Bahia e as autoridades submeteram a população africana a uma vigilância cuidadosa e muitas vezes a uma repressão abusiva. (REIS, 2015, p. 03).

O medo provocado foi respondido com a vigilância e a violência: o Estado passou a perseguir os mulçumanos, independentemente de estarem ou não envolvidos com a Revolta (REIS, 2015) – bastava falar, ler, escrever, vestir-se como mulçumano –, prendendo e condenando diversos malês. As sentenças variavam desde a prisão simples, a prisão com trabalho compulsório, açoites que variavam de 300 a 1.200 chicotadas, morte e deportação para África de negros libertos cujo envolvimento não podia ser comprovado (REIS, 2015). Pacífico Licutan recebeu a pena de 1.200 chibatadas.

A pena de morte, foi imposta, inicialmente a 16 acusados, mas posteriormente 12 deles conseguiram sua comutação. Quatro foram no final executados. Eram eles o liberto Jorge da Cruz Barbosa, cujo nome iorubá era Ajahi, carregador de cal; Pedro, nagô, carregador de cadeira, escravo de um negociante inglês; Gonçalo e Joaquim, ambos escravos nagôs. Todos quatro foram executados por um pelotão de fuzilamento no

Campo da Pólvora, no dia 14 de maio de 1835. E assim se findava um dos episódios mais empolgantes da resistência escrava no Brasil¹⁹.

Esse é apenas um exemplo de nossa história, mas nela diversos foram os episódios, como os registrados pelos esforços de Clóvis Moura (1959), J. J. Reis (2015), Célia Maria Azevedo (1987), dentre tantas e tantos autores que recuperaram a verdade e a versão não contada pelos vencedores e acreditamos ser importante mencionarmos pelo peso na concretização de uma violência contra a população negra vigente ainda nos dias atuais, marca de nossa formação socio-histórica e necessária ao capitalismo, seja por ser uma forma de rebaixamento do valor da força de trabalho, seja pelo Estado buscar desresponsabilizar-se pelo enorme contingente de vidas negras, influenciando inclusive no processo de contenção das lutas da classe trabalhadora, a partir da coerção imposta pelo aparelho repressor, sobre o qual falaremos no segundo capítulo.

As lutas por justiça racial são históricas: a Conjuração Baiana, ou Revolta de Búzios, ou Revolta dos Alfaiates, de 1798, buscou lutar por uma sociedade mais justa para negros, negras, pardos e pardas, conquistando pequenos avanços (MOURA, 1959). A Revolução Pernambucana, de 1817, teve inspiração na revolução haitiana e foi apagada dos registros históricos pela Coroa portuguesa, uma vez que por quase dois meses o estado foi liderado por um oficial negro, Pedro Pedroso, colocando a questão racial acima de outras pautas. “Enquanto durou a ocupação, os escravos e pardos que se haviam engajado à revolta, cantavam nas ruas do Recife: *Marinheiros e caiados/todos devem se acabar/porque só pardos e pretos/no país hão de habitar [...]*” (MOURA, 1959, p. 76, grifo nosso). Esse movimento não se encerrou com a repressão violenta da Coroa, mas manteve-se viva na região, culminando na Confederação do Equador, que ganha corpo em 1824 (MOURA, 1959).

Outro exemplo histórico foi a Revolta das Carrancas, de Minas Gerais, em 1833, que ficou registrado na história como o Levante de Bela Cruz, nosso outro 13 de maio, marcado pela violência. Escravos, liderados por Ventura Mina, atacaram e mataram as famílias escravistas de duas casas grandes nas fazendas Campo Alegre e Bella Cruz, matando mesmo idosas e crianças (ANDRADE, 2008). E aqui, acreditamos ser importante enfatizar duas questões importantes, uma primeira trazida por Clóvis Moura (1959): muitas das rebeliões escravas se articulavam a interesses político-econômicos de brancos, ou seja, havia uma manipulação da revolta e da violência. No caso da Revolta das Carrancas, Andrade (2008) relaciona o movimento à tentativa de enfraquecimento da Sedição Militar de 1833, conhecida também como a Revolta do Ano da Fumaça, um conflito regencial que aconteceu em Ouro

¹⁹ Fonte: <https://www.institutobuzios.org.br/186-anos-do-levante-dos-males/>.

Preto, tendo como protagonistas homens brancos. A segunda é apresentada por Franz Fanon: “na medida em que o contrato social excluía determinada população colonial, essa, compreensivelmente, não sentia a obrigação de obedecer às normas jurídicas dos colonizadores” (IBRAHIM, 2021, p. 270), ou seja, a violência cometida era espelho da violência sofrida, uma vez que diversas atrocidades eram cometidas contra nossa população negra escravizada (ou não), por não ser essa considerada sujeita a direitos.

Mais um episódio marcante foi a revolta chamada de Balaiada, que ocorreu no Maranhão entre 1838 e 1841, tendo o protagonismo de Manuel Balaio na mobilização e enfrentamento ao coronelismo na região, à escravidão e às parcas condições de vida da população negra (MOURA, 1959), sendo violentamente rebatida.

A Revolta de Paty do Alferes, no Rio de Janeiro, em 1838, foi outro movimento que teve uma complexidade no nível de organização do povo negro. A revolta teve como fato político o assassinato brutal do escravo Camilo Sapateiro por um capataz, o que levou dezenas de escravos a se organizarem para realizar o justicamento e uma fuga em massa, liderados por Manuel Congo, Miguel Criolo, Justino Benguela, Antônio Magro e Pedro Dias. O movimento foi combatido pelo ainda jovem Caxias, tendo seus líderes um julgamento “sumário e rigoroso como costumavam ser quando julgados escravos rebeldes, sofreram penas que oscilaram entre o enforcamento e o açoite público. O principal dos cabeças, Manuel Congo, foi condenado a morrer na forca [...]. Outros líderes [...] sofreram a pena de seiscentos açoites cada um.” (MOURA, 1959, p. 102).

Enfim, seriam muitas páginas elencando os exemplos históricos da rebeldia e resistência negra. Cada uma delas tem grandiosa relevância pela capacidade de formação política da população, pelo peso de suas irrupções no processo de formação social brasileira. Cada um desses nomes abrirão os caminhos da história para o surgimento de novos lutadores e novas lutadoras sociais, por exemplo: Luisa Mahin, escrava *gege*, participante da Revolta dos Malês, abrindo sua casa para reuniões, seria mãe de ninguém menos que o maior abolicionista brasileiro, Luís Gama (MOURA, 1959).

O sentimento de insegurança alardeado a partir de tais revoltas, tinha como base o discurso de indisciplina, de crimes cometidos por escravos contra senhores, sendo determinante para as discussões legislativas no período (AZEVEDO, 1987). Assistiu-se ao “desenrolar de um processo de violência acelerada e disseminada ao qual os políticos não poderiam tardar em dar resposta sob pena de que as questões sociais atingissem um ponto perigoso de descontrole institucional” (AZEVEDO, 1987, p. 153). Havia um grande medo dos 22% de brancos do Brasil

(REIS, 2015), ante a organização e rebeldia negra, que podem ser identificados nos registros históricos da imprensa da época e dos discursos de representantes políticos da grande propriedade, brancos²⁰.

No capitalismo periférico e dependente, como é o caso brasileiro, na forma específica dominante das relações de trabalho, o racismo imbrica-se com a superexploração do trabalho (MATTOS, 2020). Em 1873, o capitalismo vivenciava uma grande crise, cuja saída foi o processo de disputa geopolítica do Imperialismo, levando ao neocolonialismo, que era ideologicamente sustentado pelo discurso de inferioridade racial dos povos colonizados²¹ (ALMEIDA, 2020).

A abolição da escravatura foi possível devido a um conjunto de fatos que se complementam: às pressões internacionais do mercado capitalista em expansão, à luta e organização do abolicionismo radical e da formação de uma opinião pública pró-abolicionismo, mas também, às modificações ocorridas na própria base produtiva interna, que demandavam a fundação de uma unidade nacional brasileira, que tem como um de seus determinantes o processo de competição entre as burguesias nascentes e sua aliança com a burocracia imperial.

A Lei Áurea sela o fim do escravismo e o fim do escravismo sela o fim do Império. É um marco no processo de transição do Império à instituição da República. Resultante de contradições entre a estrutura de produção, as condições de realização dos produtos e a divisão internacional do trabalho, a “Abolição resolve um dos lados da contradição, transformando o trabalho em força de trabalho” (OLIVEIRA, 1980, p. 13), ainda que não somente através da instituição de uma lei, mas em um processo histórico de anos de acúmulo, como visto em cada revolta, rebelião, aquilombamento, que não pode ser apagado.

Surge uma massa de trabalhadores livres que teriam agora de vender sua força de trabalho para garantir o atendimento às suas necessidades sociais básicas, buscando se manter no campo ou migrar para as cidades, sem terra, sem casa, sem garantia de um amanhã, ainda fortemente segregados e violentados pelo racismo (LIMA, 2017). Buscarão o atendimento dessas necessidades de forma criativa e muitas vezes paralela à ordem imposta, produzindo seu próprio espaço, cultura e conhecimento.

²⁰ Esse marco de nossa formação social ainda está presente na realidade brasileira: das 512 vagas em nossa Câmara de Deputados, apenas 134 são ocupadas por negros e pardos; enquanto o total de pretos e pardos no país é representado por 56% segundo o IBGE (G1, 2022).

²¹ O mesmo discurso foi reproduzido até o início do século XX e ainda hoje é propalado pelas hordas neofascistas, neoconservadoras e xenofóbicas, tanto externamente, como internamente, no âmbito da divisão regional de nosso espaço (PEREIRA, 2018, 2015), como veremos no último capítulo.

Por se tratar de uma economia periférica, dependente²², o processo de desenvolvimento urbano-industrial brasileiro possui grandes diferenças daquele observado em países europeus, além de particularidades em seu processo de formação sociohistórico, dentre as quais está o escravismo, no âmbito da divisão social e regional do trabalho (OLIVEIRA, 2013), que ainda hoje deixa marcas profundas em nossa sociedade, a partir da ideologia do racismo, da marca histórica da violência contra trabalhadores e trabalhadoras, do trabalho análogo ao escravo, da exclusão da apropriação dos produtos do trabalho, da inviabilidade de realização de uma Reforma Agrária (ideal revolucionário burguês, olvidado em terras brasileiras).

1.2 O golpe da República: a violência da autocracia burguesa delineando nossa história

A transição do Império à chamada “Primeira República” (1889-1930) ocorre mediada pelo capital estrangeiro, que implanta uma infraestrutura de transportes e iluminação voltada à exportação dos produtos agrícolas e introduz, ainda que timidamente, certo maquinário no processo produtivo (PRADO JR., 2011), o que elevou a produtividade do trabalho no campo e contribuiu para o nascente processo de valorização da terra, e firma o grande latifúndio como forma de propriedade vinculada à classe dominante.

O latifúndio constitui, [...], a base social e territorial de seu controle sobre o Estado, pois é um dos elementos estratégicos de que a burguesia dispõe para compensar, através da monopolização dos excedentes econômicos e do poder político, a instabilidade econômica, social e política inerente ao desenvolvimento desigual e combinado. (SAMPALIO JR., 2013, p. 175).

Segundo Cardoso (2018), “a dinâmica capitalista de produção social do espaço urbano e agrário e do ambiente é uma das condições de possibilidade e, ao mesmo tempo, um dos produtos das práticas de exploração/expropriação/sujeição dos trabalhadores e de

²² Não entraremos na discussão sobre a Teoria Marxista da Dependência ou sobre a Teoria da Dependência e suas diversas polêmicas. Este não é o objetivo dessa tese. Trabalhamos a questão da dependência a partir da lei do desenvolvimento desigual e combinado e de nossas referências. Citamos aqui a abordagem de Marcelo Badaró Mattos sobre a formulação de Florestan Fernandes: “[...] A análise de Fernandes sobre o capitalismo dependente no Brasil é uma síntese do debate que, naquele momento (meados da década de 1970), já possuía cerca de uma década. O sociólogo paulista vinha discutindo de forma original, desde 1968, a ideia de capitalismo dependente, com base na aplicação não esquemática das reflexões sobre a acumulação capitalista desenvolvidas por Marx, associadas às teorias do imperialismo e à ideia de desenvolvimento desigual e combinado. Em seu esforço para explicar a revolução burguesa na periferia dependente, Florestan evitou tanto a ideia de que ‘determinantes universais’ se aplicassem a todas as situações de desenvolvimento capitalista, que fariam repetir sempre as mesmas etapas, quanto o que chamou de ‘falso problema correlato’, o da explicação de uma suposta excepcionalidade brasileira (‘por que a história não se repetiu?’). Na crítica a essas perspectivas, apresentou uma interpretação do desenvolvimento capitalista no Brasil que destacava as ‘conexões específicas da dominação burguesa com a transformação capitalista, onde o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa constituem realidades intrínsecas permanentes’.” (MATTOS, 2020, p. 103).

acumulação/valorização do capital” (p. 52). Isso implica em uma análise do processo de formação social brasileira que compreenda não apenas as contradições entre capital e trabalho, mas abranja as relações de propriedade da terra, numa leitura analítica a partir da chamada “fórmula trinitária”: capital, trabalho e terra.

O processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista acompanha o processo de formação de formas de propriedade privada, em que destacamos o grande latifúndio como elemento de nossa particularidade, que se deu com a interferência direta do Estado no sentido de implantação de condições gerais de produção (e reprodução) capitalistas, com – inclusive – a implantação de formas de controle da força de trabalho (em que se insere também o processo de surgimento do Serviço Social):

Cabe destacar, na formação brasileira, a participação ativa do Estado na criação das condições gerais de reprodução do capital, notadamente as condições de repressão sobre a classe trabalhadora e suas formas de organização coletiva, quando dos momentos históricos de maior ataque e violação aos direitos sociais e trabalhistas subjacentes aos processos de acumulação. O momento aberto na história brasileira a partir de março de 2016 com o golpe civil e parlamentar ocorrido no Brasil, é um dramático exemplo disso. Como já bem alertou Francisco de Oliveira (1999, p. 60), a burguesia brasileira, junto com o Estado, quando se vê ameaçada, “reage sempre sob a forma de ditaduras. [...] Todo o esforço de democratização, de criação da esfera pública, do fazer política, enfim, no Brasil, decorreu, quase por inteiro, da ação das classes dominadas”. Da mesma forma, a formulação do conceito de autocracia burguesa, por Florestan Fernandes, também expressa a experiência de sociedade de classes engendrada pelo capitalismo periférico e dependente, baseada na máxima expropriação do trabalho e na democracia restrita do Estado autocrático burguês. (CARDOSO, 2018, p. 51).

A autora apoia-se em Francisco de Oliveira para aprofundar sua análise sobre o processo de formação social e do espaço brasileiro, destacando que o processo de desenvolvimento do capitalismo na qual nossa sociedade se inseriu e participou, foi permeado de contradições próprias ao processo de reprodução ampliada do capital. Contradição que compõe a própria essência do modo de produção capitalista, no seu *foi-é-virá a ser*. Segundo Oliveira (apud CARDOSO, 2018, p. 54),

[...] o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades não aparece, como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, a expansão do modo capitalista de produção (na sua reprodução capitalista ampliada do capital), além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua produção, engendra relações subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução.

Ora, o passado colonial, o escravismo que serviu ao processo de acumulação primitiva de capital, a economia agrário-exportadora baseada no modelo da *plantation* são determinações para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, que possui um período de transição

muitas vezes olvidado nas análises sobre seu processo de formação e consolidação. Ianni (2004) apresenta uma relação direta entre o processo de desenvolvimento da indústria no Brasil e o processo de desenvolvimento econômico fundado na extração de riqueza da terra, meio universal de produção. É a partir da implementação da força de trabalho livre no campo que se funda o capital agrícola, que é matriz do capital industrial segundo o autor.

A análise do sistema industrial (em seu funcionamento, em suas distorções) revela que o *capital industrial* nasceu do *capital agrícola*. Todavia, esse percurso não é simples e imediato. Como a economia nacional está inserida no mercado internacional, que lhe dá alguns dos seus significados marcantes, a passagem do capital agrícola ao industrial se realiza pela mediação do *capital comercial* e do *capital bancário*. Ocorre uma sucessão de diferenciações, geradas a partir do capital agrícola, que se completam somente ao assumir a sua forma industrial, que é a sua concretização mais fecunda. (IANNI, 2004, p. 29).

Esse processo é destacado por outro intelectual brasileiro que tomamos como referência, Francisco de Oliveira, que ao analisar o processo de urbanização brasileiro, destaca a contradição campo – cidade em nossa formação social. O autor aponta o esforço do Estado para *modernizar* o país:

A solução do chamado “problema agrário” nos anos da “passagem” da economia de base agrário-exportadora para urbano industrial é um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista. Ela é um complexo de soluções, cujas vertentes se apóiam no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado construindo a infra-estrutura, principalmente a rede rodoviária. [sic] (OLIVEIRA, 2003, p. 43)

Ou seja, o Estado atuava como mais um agente do capital, como regulador das contradições de classes, como garantidor das condições de produção capitalista, garantindo a infraestrutura, a comunicação, a malha rodoviária, portuária etc., o que implica diretamente sobre o cenário da luta de classes e da correlação de forças sociais. O problema é que essa modernização acelerada da agricultura e o elevado crescimento da indústria vieram acompanhados da continuidade da pobreza no campo e de um processo caótico de urbanização que generalizou o subemprego, o desemprego e a superpopulação nas grandes metrópoles (SAMPAIO JR., 2013), agudizou a violência como traço de nossa formação, com o aumento processual e histórico da violência urbana e institucional (a repressão estatal como uma das faces de combate ao pauperismo).

Com outro recorte, Octavio Ianni apresenta a questão da formação do capitalismo no Brasil a partir da perspectiva do Estado e seus regimes (transitórios), tidos como mediação entre Estado e governo, mas componente de uma relação dialética entre Estado e sociedade. As formas assumidas historicamente pelo Estado brasileiro, as quais o autor destaca a forma

oligárquica, a populista e a militarista, são mais bem compreendidas a partir do estudo sobre as condições sociais, políticas e culturais da formação do capitalismo no Brasil (IANNI, 2004).

Estudando Ianni em seu livro *Capitalismo, Violência e Terrorismo*, Busnello fala de nosso processo de formação social, marcado pela violência, em que recupera a seguinte citação (IANNI, 2004, p. 201-202 apud BUSNELLO, 2020, p. 115):

[...] a distribuição desigual da riqueza social, desde a mais estritamente econômica à cultural, constitui uma das bases das inquietações e reivindicações, dos movimentos sociais e protestos, do desespero e da violência. A mesma fábrica em que se desenvolve a cooperação, a divisão do trabalho social e a integração fabrica a desigualdade, a carência e a alienação. Aí se valorizam o progresso e a prosperidade, a ciência e a técnica, a alegria e a beleza, a aldeia global e o fim da história, enquanto se germinam, simultaneamente, o pauperismo e a lumpenização, o desespero e a alienação, a fome e a tristeza.

Assim, o Estado aparece como mediação para o processo de acumulação de capital e o capital como mediador do Estado em sua configuração, sempre utilizando a violência e o consenso. Historicamente, as políticas econômicas governamentais tinham como objetivo central a acumulação do capital, permanecendo em segundo plano o desenvolvimento de políticas voltadas à reprodução da força de trabalho, o que levava a uma tendência para o monopólio. Segundo o autor,

[...] o lucro é um objetivo que aparece na atuação estatal (empresarial ou não) como um alvo indireto, a ser realizado pela empresa privada. [...] Como o lucro é um elemento básico do sistema de motivações e expectativas do capitalismo, toda a atuação governamental se destina a produzir ou acaba engendrando reflexivamente, a produção de lucro no âmbito da sociedade. (IANNI, 2004, p. 12-13).

O Estado brasileiro buscou criar as condições gerais para a acumulação de capital, que possibilitassem a obtenção de lucro a partir do desenvolvimento de setores específicos (de acordo com a correlação de forças, com as disputas internas na burguesia, o rebaixamento do preço de nossa força de trabalho, majoritariamente negra) e a acumulação de capital. Sobre as disputas entre e intraclasses sociais, é importante a referência à elaboração do autor:

No quadro das ambiguidades e contradições que medram no seio da economia brasileira, ao lado das medidas destinadas a aumentar a entrada de capitais externos, o governo também age no sentido de proteger os capitais nacionais. Ainda que o capital seja uma entidade extremamente versátil, ele não realiza o seu caráter abstrato senão através dos homens. A despeito de muitas vezes transformar os homens em instrumentos de sua existência, especialmente ao nível dos empreendedores individuais, em seu significado histórico ele é produto e mediação das relações de produção. Daí as contínuas flutuações da política econômica do governo. Diante da pressão dos interesses das classes sociais, ou suas facções, a política alfandegária tornou-se progressivamente um elemento importante da política econômica nacional. [...] Em consequência o capital estrangeiro modificou a sua compreensão das relações com a nação dependente, chegando a uma das suas formas mais originais e eficazes: associação com empresas que já se encontram em funcionamento e que as tarifas protegem das importações de produtos congêneres. Além disso, essas medidas propiciam o surgimento de situações monopólicas ou oligopólicas, que beneficiam as empresas já instaladas, nacionais, estrangeiras ou associadas. (IANNI, 2004, p. 17).

Há, portanto, uma relação direta entre o Estado e as classes sociais e frações em disputa, que será determinada pela correlação de forças, impactando diretamente no processo de industrialização (que não é localizado apenas em um período histórico, mas que compõem a dinâmica contraditória do modo de produção capitalista, de suas origens à sua atualidade). O processo de industrialização brasileiro se inicia nesse processo, “[...] em resultado de condições e decisões que operam ao mesmo tempo no exterior e no seio da nação.” (IANNI, 2004, p. 16), evidenciando a totalidade do capitalismo, que independia do poder da burguesia oligárquica agrária, mas de uma série de determinações, com mediações inclusive do capital estrangeiro, em uma formação social periférica e dependente. Para Ianni,

[...] no âmbito do processo de acumulação de capital, originado com a industrialização, o Estado surge como uma mediação. É o próprio capital, nacional e estrangeiro, que mediatiza o Estado, para que se constitua a configuração indispensável à própria manifestação. Desfaz-se, assim, uma das aparências da existência do Estado. Apesar de aparecer como autônomo, livre, em face das manifestações do capital, o desenvolvimento da análise revela que ele concretiza determinações do capital. É inegável que o Estado possui uma fisionomia própria e bem marcada, chegando mesmo como veremos, a desempenhar funções excepcionais, com relação aos componentes e à integração do sistema social global. Todavia, ele emerge muitas vezes como mediação, uma das quais é o capital. (2004, p. 17-18).

O Estado controla a remessa de lucros ao exterior, o valor do salário mínimo voltado à reprodução da força de trabalho, as políticas sociais direcionadas ao atendimento das necessidades sociais, a dinâmica produtiva, o nível de investimento em pesquisa voltada ao desenvolvimento tecnológico de forças produtivas etc. E se conforma como “um órgão de capitalização do excedente econômico.” (IANNI, 2004, p. 18). Ao longo do século XX, diversos planos foram implementados por governos a frente do Estado brasileiro voltados para essa regulação, como o Plano Salte, o Programa de Metas, Plano Trienal, além da criação de empresas estatais como Petrobrás, Vale do Rio Doce, Banco do Nordeste, dentre outras, visando estimular o crescimento e a diversificação do sistema produtivo nacional (IANNI, 2004). Tais elementos evidenciam o processo de consolidação da revolução burguesa no Brasil.

Aqui, abrimos parênteses para explicarmos a concepção de “revolução burguesa” adotada, que parte da análise e da formulação históricas de Florestan Fernandes, que a compreende como processo – para além dos fatos – em que as transformações societárias decorrentes do desenvolvimento capitalista garantem a dominação burguesa via Estado (FERNANDES, 1976; MATTOS, 2020). Nossa “revolução burguesa”, diferente das experiências francesa e inglesa, apresenta particularidades que encontram no processo colonizador suas raízes.

Para o professor Marcelo Badaró Mattos, apoiado em Fernandes, haveria uma associação entre “desenvolvimento capitalista e autocracia” (2020, p. 102), em que “[...]as mais leves demonstrações de manifestação autônoma dos trabalhadores urbanos e/ou rurais seriam tomadas como sérias ameaças ao padrão burguês de *dominação autocrática*. Daí que tal dominação adquirisse um *caráter permanentemente contrarrevolucionário*” (idem).

Em seu esforço para explicar a revolução burguesa na periferia dependente, Florestan evitou tanto a ideia de que “determinantes universais” se aplicassem a todas as situações de desenvolvimento capitalista, que fariam repetir sempre as mesmas etapas, quanto o que chamou de “falso problema correlato”, o da explicação de uma suposta excepcionalidade brasileira (“por que a história não se repetiu?”). Na crítica a essas perspectivas, apresentou uma interpretação do desenvolvimento capitalista no Brasil que destacava as “conexões específicas da dominação burguesa com a transformação capitalista, onde o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa constituem realidades intrínsecas permanentes”. (MATTOS, 2020, p. 103).

O contexto da década de 1930 carrega o acúmulo do processo de organização de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros em revoltas, greves, sindicatos e partidos no período anterior, com pautas que representavam uma ameaça à organização da dominação burguesa e que fortaleciam o processo histórico de enfraquecimento do poder das oligarquias agrárias, que se apoiavam em um processo eleitoral segregador (lembremo-nos dos votos de cabrestos, da exclusão das mulheres e da população analfabeta). A burguesia se organizará numa perspectiva de contenção dos avanços da classe trabalhadora, operando uma “contrarrevolução preventiva”, que não buscava a integração das massas populares urbanas em formação, conhecida no episódio da “Revolução de 1930” (IANNI, 1991).

Segundo Ianni, a revolução burguesa no Brasil “[...]é um fenômeno que se tem desenrolado sem convulsões muito violentas” (2004, p. 22). A violência está de fato presente, mas não é o centro da força que garantirá a dominação burguesa. A chamada “Revolução de 1930” é um marco da intervenção do Estado no processo de industrialização e urbanização. Esta é tomada por diversos intelectuais como a “Revolução Burguesa no Brasil”, uma vez que, como consequência da crise econômica internacional de 1929, não só ocorre uma “quebra no monolitismo oligárquico” (OLIVEIRA, 1980, p. 34) - que se configura também como condição para a revolução -, mas também se impõe uma “nova forma de produção do valor” (OLIVEIRA, 1980, p. 34), em que o Estado ocupa uma posição importante na regulação das novas relações entre capital e trabalho.

Nesse contexto foram formuladas as primeiras políticas sociais. Implementadas no decorrer do século XX, no processo de amadurecimento do capitalismo monopolista, e, no Brasil, notadamente durante o governo de Getúlio Vargas, tais políticas surgiram com o ascenso de lutas da classe trabalhadora (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Porém, não é possível

apontar sua implementação como mera conquista, desconsiderando a totalidade contraditória de onde precedem as determinações das políticas sociais, visto que essas se inserem em um contexto internacional de crise do capital e de disputa de direções societárias entre dois projetos distintos de padrões de reprodução do capital – o da direita liberal liderada pelos EUA e o do nazifascismo; e so projeto societário socialista, sob a liderança da U.R.S.S.

Outro elemento importante que as caracterizavam era o populismo varguista, visto como “[...]um fenômeno que revela o antagonismo de classes, numa situação em que precisamente as relações antagônicas parecem apagadas” (IANNI, 1991, p. 02). Segundo Ianni (1991), o populismo compõe e exprime “[...]dimensões importantes das estruturas de poder, das relações de classes e dos encadeamentos entre relações econômicas e relações política.” (p. 02), tratando-se de um fenômeno fundamentalmente urbano, que envolve a manipulação política das massas, portanto, possuindo caráter policlassista, que se constitui principalmente a partir de uma crise em que se delineia um momento de vazio de poder de uma classe dominante²³ (IANNI, 1991, p. 41). Compõe-se então uma aliança de classes que funda o populismo – com um caráter policlassista, segundo o autor – existindo um tipo de barganha entre as classes da coalizão (idem, p. 43). Esta coalizão resultaria “[...] da mudança das condições sociais, políticas e econômicas inerentes à nova situação. [...] a emergência de novos regimes – ou mesmo do Estado populista – é a expressão de mudanças institucionais, ou rupturas estruturais internas e externas” (ibidem, p. 44-45).

Internamente, havia o enfraquecimento das oligarquias agrárias²⁴ cuja hegemonia estava ameaçada. Formou-se uma nova combinação de forças sociais, políticas e econômicas para o exercício do poder. Suplantaria-se o Estado oligárquico com o Estado liberal. Externamente, o que estava em jogo era a reformulação das relações e estruturas de dependência. O próprio aparelho estatal é reconfigurado sob o populismo. As relações entre sociedade e Estado também passavam por mudanças, mas não se modifica o caráter capitalista das relações de dominação política e apropriação econômica (IANNI, 1991).

²³ “Para alguns pesquisadores, no populismo latino-americano haveria uma relação mais ou menos direta entre o ‘vazio político’ deixado pelo lapso das oligarquias, a inexistência de uma ‘nova’ classe social hegemônica, a coalizão populista e o bonapartismo” (IANNI, 1991, p. 40).

²⁴ Estruturas de poder que combinavam “[...]as condições internas, ainda fortemente marcadas pelo passado colonial e escravocrata, e as relações de dependência, que dão continuidade à evasão de uma parte substancial do excedente econômico” (IANNI, 1991, p. 67). “O Estado oligárquico, pois, deve ser entendido como uma forma particular de Estado capitalista, na qual combinam-se elementos patrimoniais com as exigências da ‘racionalidade’ capitalista. Nas condições sócio-culturais e políticas dos países da América Latina, o poder oligárquico aparece como um componente essencial de certa escala de produção de mais-valia. Aí combinam-se a mais-valia absoluta, gerada pela extensão da jornada de trabalho, e a mais-valia relativa, gerada em condições tecnológicas que intensificam a produtividade da força de trabalho” (IANNI, 1991, p. 69).

Havia a formação de um novo contexto social naquela primeira metade do século XX: disputas entre socialismo, fascismo e capitalismo, crise econômica mundial, foram determinantes importantes para o contexto interno de nossa frágil República, que vivenciava processos de grande ascenso de lutas e episódios de rebeldia das classes trabalhadoras urbanas. É inegável que, além do populismo enquanto estratégia operada pela burguesia, as políticas sociais também contribuíram para quebrar a resistência da força de trabalho urbana e tutelá-la pela via institucional do Estado, fortalecendo a hegemonia burguesa e sua legitimidade.

A hegemonia burguesa sobre o Estado direciona uma política de desenvolvimento econômico que se volta para a manutenção da máquina administrativa em suas funções tradicionais orientada para seus interesses, a realização de uma intervenção estatal disciplinadora (tanto economicamente, orientando a distribuição de renda, favorecendo e intervindo no uso do capital; como sobre a dinâmica da luta de classes, com seus aparelhos privados de hegemonia, e com sua força coercitiva). Em diversos momentos do processo de industrialização, o Estado se torna imprescindível para o desenvolvimento das forças produtivas, “para que o processo não se interrompa, nem sofra distorções indesejáveis para certos setores da população” (IANNI, 2004, p. 25).

Segundo Ianni, o processo de industrialização brasileiro, destacadamente no século XX, tem a marca das determinações de uma economia predominantemente agrícola e exportadora. Assim, são destacados pelo autor três tipos de empreendimentos, que “exprimem formas distintas de concretização do capital”, com implicações políticas imediatas no cenário da luta de classes (IANNI, 2004, p. 30): o primeiro tipo destacado pelo autor são as empresas que resultam do investimento do próprio capital agrícola – daí a importância histórica do latifúndio –, que se beneficiavam de suas relações com o capital externo para fundar empresas com certo vulto; o segundo tipo eram as pequenas indústrias de imigrantes, apoiados em capitais domésticos (poupança de salários agrícolas ou pequeno comércio), que possuem uma implicação imediata no campo da ideologia, propagando a ideologia do “espírito empreendedor” liberal, “do self-mademan, que se transformará num elemento das relações de classe da época da industrialização” (IANNI, 2004, p. 31), em que cada indivíduo, agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo; e o terceiro tipo que eram as empresas de capital externo, reafirmando o processo de dependência.

Esses três tipos de empreendimentos contaram com o investimento estatal (fosse economicamente, com o investimento direto de recursos públicos, fosse a partir da facilitação das condições de produção através de obras, ou mesmo com outros tipos de estímulo político).

Para o autor, a implantação e ampliação das indústrias nesse período, com sua diversificação interna, representa a “revolução industrial brasileira”, isto é, a industrialização tardia peculiar às condições históricas do país, marcadamente dos anos 1930 até 1960 (IANNI, 2004).

Exemplo concreto disso foram os governos de Getúlio Vargas (cujo período ditatorial foi de 1937-1945), liderança carismática que representava de modo bastante nítido interesses de determinada fração da burguesia. Além de toda a violência e repressão estatal contra os movimentos da classe trabalhadora (principalmente de caráter anarquista, comunista e socialista) realizadas em seu governo, seu governo conseguiu realizar um apagamento dos antagonismos de classe. Basta lembrarmos que foi nesse período (e inspirado em uma legislação fascista) que foi implementada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), cuja importância para as condições de reprodução da força de trabalho urbana é inegável.

Apesar das polêmicas na historiografia, seguimos aqui Ianni (1991), que aponta o populismo como fenômeno típico da modernização do Estado naquele momento histórico, que ocorria não somente no Brasil, mas em grande parte do continente latino-americano (com o varguismo, o peronismo e o cardenismo). Sobre ele, Ianni afirma:

[...] o populismo latino-americano parece corresponder à etapa final do processo de dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção. Corresponde à época da constituição do mercado de força de trabalho, pela formalização das relações de produção de tipo capitalista avançado (IANNI, 1991, p. 09-10).

O populismo burguês materializava ideologicamente as condições necessárias ao processo de desenvolvimento desse capitalismo avançado, isto é, ele acompanhava o processo de criação das condições objetivas para a realização da revolução burguesa no Brasil, com a implementação de modificações no aparelho estatal (IANNI, 1991) e a condução de uma política econômica que criou indústrias de base, por exemplo, sob o controle estatal, como a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1943) e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945) etc., importantes para o desenvolvimento de outros setores industriais no país.

Vimos que nesse momento de nossa formação socio-histórica, o Estado foi responsável por regular as relações entre capital e trabalho (garantindo a hegemonia burguesa pela coerção e pelo consenso) e por garantir os bens de produção necessários ao processo de acumulação de capital e sua reprodução. As medidas implementadas atenderam prioritariamente às necessidades da fração da burguesia industrial (principalmente, a estrangeira, com filiais no país), que contribuíram para o incremento do processo de acumulação de capital, “caracterizando toda uma nova etapa de crescimento da economia brasileira” (OLIVEIRA, 2003, p. 39).

A produção agrícola, predominante²⁵, voltava-se não apenas à exportação de matérias primas para os países de capitalismo central, mas tinha a tarefa de produzir alimentos a baixo custo, para o mercado interno, a fim de garantir um barateamento da força de trabalho urbana (OLIVEIRA, 2003). O Estado, notadamente na década de 1950, realiza o esforço de ampliação da malha rodoviária a fim de escoar a produção. Outra característica do período é a de que a produção industrial crescia lentamente. Observa-se uma constância do setor de serviços, correspondendo à metade do total de rendas produzidas no país (OLIVEIRA, 1980). Isso mostra que havia uma grande circulação de bens de consumo, oriundos da indústria nacional e da importação de gêneros ainda não produzidos no país. O padrão de acumulação e de reprodução do capital se concentrava fundamentalmente na produção de bens de capital (pelo Estado) e na produção de bens de consumo não duráveis (especialmente, gêneros alimentícios).

Mantinha-se uma política cambial que auxiliava na transferência de excedentes do setor agrícola para o setor industrial, além de um rebaixamento salarial, garantindo a produtividade da indústria e o crescente endividamento externo. Já na década de 1950, constata-se uma nova caracterização no que diz respeito ao Estado:

O que se pode dizer, em linhas muito gerais, é que o período dos anos 1950, sobretudo a partir do período Kubitschek, instala de golpe no Brasil o capitalismo monopolista. E isso por razões muito importantes: em primeiro lugar, devido à própria contradição que se estabelece entre a industrialização chamada periférica e a conduta dos estados centrais dos países capitalistas. É sabido, por exemplo, que desde a ditadura Vargas, passando pela segunda presidência Vargas e o período Kubitschek, a conduta dos estados centrais dos países capitalistas mais importantes é uma conduta assimétrica em relação aos projetos de industrialização na periferia.[...] (OLIVEIRA, 2013, p. 61).

As incoerências nas relações capitalistas entre os países de economia central e os de economia periférica, geraram contradições que exigiam uma resposta por parte do Estado. Este assume, então, o papel que a burguesia nacional não apresentava as condições para representar. Reforça-se o investimento estatal no processo de industrialização, como aponta também Ianni (2004). Essa “troca de papeis” se deu, segundo Oliveira (2013),

Não pelo fato da impossibilidade de acumulação (do ponto de vista do tamanho e da magnitude dos excedentes produtivos), mas [porque a burguesia nacional] não era capaz de dar conta, em primeiro lugar, pelo próprio caráter autárquico que a industrialização tinha imposto nas cidades, o que debilitava o poder de acumulação de cada grupo econômico individualmente considerado; em segundo lugar, devido ao fato de essa industrialização periférica ter que absorver os bens de capital, cuja composição técnica é determinada pelo caráter de luta de classes dos países centrais (não pelo caráter de luta de classes aqui), ela tem que absorver constantemente padrões tecnológicos que são muito superiores à própria capacidade de acumulação privada de cada grupo nacional. (p. 61).

²⁵ O setor agrícola empregava a maior parcela da força de trabalho (53,97%), seguida pela indústria (17,61%), comércio (6,57%), transportes e comunicações (4,60%), bancos e atividades financeiras (4,60%), administração pública (5,66%) e outros serviços (10,69%) (NETTO, 2014, p. 25).

O Estado atende às necessidades imediatas do capital, não apenas criando mais indústrias de base, mas, ainda, facilitando a instalação de indústrias estrangeiras, vindas principalmente de países de economia central²⁶. Na correlação de forças, o imperialismo se fortalece, espalhando suas garras pelo território nacional. O capital oriundo da produção industrial hegemoniza as relações de poder no interior do Estado.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o acirramento nas disputas entre o Bloco Socialista e os países de economia capitalista central, a industrialização periférica “vai sendo forçada por uma espécie de redefinição da divisão internacional do trabalho” (OLIVEIRA, 2013, p. 61). Outra determinação para esse fenômeno foi o processo de encarecimento da força de trabalho em países de economia central, do Estado de Bem-Estar Social, “[...] o que induz esses países a um movimento de industrialização no sentido da periferia” (OLIVEIRA, 2013, p. 62).

O padrão de acumulação do capitalismo no Brasil apoiado na regulação estatal voltada à produção de bens de produção e exportação possuía muitas limitações internas e externas. Acabou por não se sustentar, devido a uma série de determinações que vão desde a correlação de forças ante as disputas entre os blocos capitalista e socialista, até o cenário internacional de disputa por mercados.

Com o governo de Juscelino Kubistchek, surge a proposta do Plano de Metas (1956), que remolda o padrão de acumulação do capital no país, sob um discurso *desenvolvimentista*, apoiado no nacionalismo e na proposta de “substituição de importações”²⁷. No período anterior,

²⁶ Entre as décadas de 1940 e 1960, vê-se a instalação no Brasil de diversas indústrias norte americanas e europeias, bem como a realização de contratos de concessão do Estado às empresas estrangeiras para a realização de atividades, tais como iluminação pública, exploração mineral, aquífera, petrolífera, etc (NETTO, 2014). José Paulo Netto cita *American & Foreign, International Telephone & Telegraph, Coca-cola, Shell, Texaco, Ciba, Schering, Bayer, General Electric, IBM, Remington Rand*, como apenas algumas das empresas que instalaram filiais e prestaram serviços aos governos brasileiros (algumas delas tendo apoiado e financiado abertamente o Golpe Civil-Militar de 1964) (NETTO, 2014). Tal era o grau de espoliação no país, que Getúlio Vargas, quando do suicídio, deixa em sua “carta-testamento” a denúncia de que, não apenas as companhias estrangeiras exportavam todo o capital acumulado, como se utilizavam de artifícios sigilosos e ilegalidades para tal fim (NETTO, 2014). Segundo o autor, “entre 1947 e 1960, ingressaram no Brasil, entre empréstimos e investimentos, 1.814 milhões de dólares, mas, no mesmo período, foram enviados ao exterior, entre remessas de lucros e juros, 2.459 milhões de dólares – sem contar remessas clandestinas, da ordem de mais de 1.022 milhões de dólares” (NETTO, 2014, p. 54). A soma dos valores exportados entre 1947 e 1960 (3.481 milhões de dólares), equivaleriam hoje a 93.238.440.110.000,00 trilhões de reais (Fonte: Conversor de Valores do jornal **O Estadão**. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/> Acesso em 23 de março de 2016.).

²⁷ “Na sua gênese, o conceito [de desenvolvimento] surgiu no seio de setores conservadores da academia norte-americana e serviu de ponto de apoio às propostas políticas imperialistas para o crescimento econômico da periferia, que tinham como principal objetivo, no contexto bipolar da Guerra Fria, criar barreiras à expansão do comunismo no então chamado Terceiro Mundo (Frank, 1975, p. 111 e 120-121). Os trabalhos teóricos de W.W. Rostow, em particular o seu manifesto anticomunista, e o projeto Aliança para o Progresso, patrocinado pelo governo de J.F. Kennedy, são exemplos ilustrativos da primeira fase do conceito de desenvolvimento e suas aplicações políticas. Os adeptos daquelas teorias usavam os padrões de desenvolvimento das economias centrais como arquétipo a ser alcançado ou emulado, desconsiderando as especificidades históricas da trajetória de cada

o rebaixamento dos salários, a constância do preço da força de trabalho, e o aumento da produtividade (transferida do setor estatal para o setor privado) possibilitou à burguesia industrial (e, em certo aspecto, a financeira) acumular um grande excedente, o que gerou um padrão de desigualdade de renda exacerbado, onde a riqueza socialmente produzida era altamente concentrada (OLIVEIRA, 1980), ampliando o fenômeno da pauperização.

Com o Plano de Metas, há um forte investimento na produção de bens de consumo duráveis, mediado pelo capital emprestado por países de economia central, crescendo a dívida externa. A ampliação dessa produção levou, pela primeira vez, em certa medida, a uma articulação entre os três eixos produtivos: bens de produção, bens de consumo não-duráveis e bens de consumo duráveis (OLIVEIRA, 1980).

O modelo *desenvolvimentista* que se buscou implementar no Plano de Metas se esgotou no último ano de mandato do governo Kubistchek, que passou por momentos de instabilidade política, tanto pelo cenário mundial e brasileiro de acirramento da luta de classes - com o fortalecimento de organizações da classe trabalhadora no campo e na cidade -, como pelas próprias disputas entre frações da burguesia na querela pela direção do Estado, culminando em diversas tentativas de golpe²⁸ (LIMA, 2017). Tais tentativas era mais uma demonstração da receita histórica da autocracia burguesa: operacionalizar contrarrevoluções preventivas como forma de contenção da luta de classes. Os governos que o sucederam vivenciaram a mesma realidade: recessão, que “emerge” em 1959 e dura até 1967, acirramento da luta de classes, tentativas de golpe de Estado, culminando no Golpe Civil Militar em 1964 (NETTO, 2014).

O governo subsequente, de Jânio Quadros, que venceu a eleição presidencial com uma campanha moralista e anticorrupção, reatou relações com o Fundo Monetário Internacional (rompidas por Juscelino em 1959), elaborou um plano de estabilidade fiscal que reduzia significativamente o crescimento industrial brasileiro, submeteu a estrutura cambial aos mecanismos do mercado internacional, agravando o processo inflacionário e perdendo o apoio popular e de frações da burguesia nacional, em um cenário que o levou à renunciar o posto presidencial com apenas sete meses de mandato (NETTO, 2014).

Mais um golpe marca a história do país: João Goulart, vice-presidente eleito, que se propunha a seguir um modelo *nacional desenvolvimentista* de gestão do Estado, deveria

um dos países e atendo-se somente a determinações econômicas generalistas. Nessa visão, o subdesenvolvimento era encarado como uma etapa arcaica, primitiva do desenvolvimento, que seria devidamente alcançada com o tempo caso as prescrições dos organismos multilaterais fossem seguidas à risca.” (CASTELO, 2010, p. 204).

²⁸ Em 1955, Juscelino teve sua posse ameaçada por uma tentativa de golpe arquitetada pelos mesmos setores que levaram Vargas ao suicídio, frustrada por uma operação articulada pelo general Lott. Durante seu mandato, ainda sofreu mais duas tentativas: uma em 1956, “a revolta de Jacarecanga”, e em dezembro de 1959, “a revolta de Aragarças” (NETTO, 2014).

assumir seguindo o dispositivo constitucional, porém, forças conservadoras e a cúpula militar do governo Quadros (os mesmos conspiradores que participaram do golpe no 1º de abril de 1964), vetaram a posse de “Jango”, colocando Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados, como chefe do executivo federal (NETTO, 2014, p. 30). Apenas sob pressão popular a situação foi revertida, após negociações entre conspiradores e democratas. “Jango” assume, porém, sob um golpe institucional: através de uma ementa constitucional, o regime presidencialista foi substituído pelo parlamentarismo, reduzindo os poderes do presidente. Dezesesseis meses depois, com grande apoio popular, um plebiscito restaurou o presidencialismo (NETTO, 2014).

Segundo José Paulo Netto (2014), com a conjuntura política instável, constantemente ameaçada por golpes, a crescente organização da classe trabalhadora no campo e na cidade, com o avanço de suas pautas, com a recessão econômica persistente, “Jango” propôs como saída à crise um projeto de *reformas de base*, que compreendia: *reforma agrária, reforma tributária e fiscal, reforma bancária, reforma urbana*, dentre outras medidas. Com a reforma agrária, haveria uma quebra no monopólio oligárquico do grande latifúndio e a socialização da terra, ampliando a oferta alimentar e diminuindo o êxodo rural e a fome, ameaçando o poder dessa fração burguesa historicamente hegemônica em nossa formação social. Na reforma tributária e fiscal, propunha-se um maior controle sobre o fundo público, estancando, aos poucos, o endividamento externo. Na proposta de reforma bancária, haveria a constituição de um sistema de crédito direcionado a subsidiar o financiamento do processo de industrialização do país (NETTO, 2014).

As propostas do governo João Goulart tinham como fim a modernização do Estado e o desenvolvimento do capitalismo no país, no sentido de fortalecimento de algumas frações da burguesia nacional, ameaçando o projeto imperialista estadunidense de intensificação da dependência econômica do Brasil. Para “Jango”, a crise só poderia ser superada se fossem implantadas “medidas econômicas acopladas a mudanças institucionais profundas” (NETTO, 2014, 42), fosse instituído um novo padrão de acumulação no país, que rompesse com a dependência.

A crise, pois, derivava da dinâmica interna, endógena, da economia brasileira, mas não era uma simples crise cíclica própria do sistema capitalista: era uma crise estrutural do capitalismo brasileiro que exigia uma reestruturação geral dos mecanismos e instituições necessários a um novo padrão de acumulação. (NETTO, 2014, p. 41, grifo do autor).

O Golpe Civil Militar de 1964²⁹ marca a derrota da proposta de João Goulart e de sua base social. Para Fernandes (1976), o golpe é mais uma resposta “preventiva” à correlação de forças sociais do período. Aproveitou-se da conjuntura em que as tensões sociais estavam ainda mais acirradas para “[...]legitimar a transformação da dominação burguesa em uma ditadura de classe preventiva e para privilegiar o seu poder real, nascido dessa mesma dominação de classe, como se ele fosse uma encarnação da ordem ‘legitimamente estabelecida’” (FERNANDES, 1976, p. 369).

É preciso reforçar, este golpe foi processual: há mais de dez anos vinha sendo arquitetado, com influência direta de países de economia capitalista central, principalmente, os Estados Unidos (NETTO, 2014). Não se trata de afirmar que o golpe tenha ocorrido devido apenas a uma intervenção estadunidense, reduzindo-o a vontades, e ignorando as mediações e processos contraditórios que o perpassam, as necessidades ao avanço do processo de acumulação capitalista, em que a posição de dependência é determinação fundamental, sendo preciso entendê-lo também como resultante da dinâmica da luta de classes no país, com influências externas.

1.3 A ditadura do grande capital: o terrorismo estatal como arma da burguesia contra a classe trabalhadora

Arquitetado por burgueses associados ao grande capital estrangeiro, capitalistas fundiários, militares conservadores de alta patente, com o apoio de grande parte da pequena burguesia urbana, o golpe “deve ser entendido como uma forma de *autocracia burguesa* [...] ou, ainda, como a *ditadura do grande capital*” (NETTO, 2014, p. 74).

Aqui abrimos um parêntese fundamental para o processo de construção de nosso estudo. A categoria “autocracia burguesa” é um dos elementos que conformam a particularidade do processo de nossa formação socio-histórica. Segundo Iasi (2018),

[...] o Estado é sempre a expressão dos interesses das classes dominantes que necessitam apresentar esses interesses como se fossem expressão de interesses gerais. Uma vez que esse exercício de poder é sempre um “equilíbrio instável”, dada a natureza antagônica dos interesses dominantes e das classes trabalhadoras, o Estado burguês sempre está pronto para reverter as formas democráticas em formas abertamente autocráticas na medida em que seus interesses econômicos corporativos se vejam real ou potencialmente ameaçados (GRAMSCI, 2007, p. 41-42). (IASI, 2018, p. 145).

²⁹ Neste trabalho, não nos deteremos a uma análise aprofundada do Golpe Civil-Militar de 1964. Para isso, recomendamos o exímio trabalho, já citado, do professor José Paulo Netto: *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*. Ver Netto, 2014.

A autocracia burguesa se conforma como um poder centralizador, que desde o modelo econômico da *plantation* sustenta o racismo como particularidade estruturante das relações sociais³⁰, que reproduz a exploração e a opressão como forma de garantir o máximo da extração de mais-valia possível, a propriedade da terra no Brasil nas mãos de poucos, e a dominação de classe da burguesia, impondo uma hegemonia liberal inserida nas relações do imperialismo de forma desigual e combinada, sob a lógica da “falsa universalidade do mercado” (DEL ROIO, 1998). O racismo também é internalizado (ou assimilado) pela população negra e isso é a internalização dos ideais da burguesia. O passado colonial, em que surge o capitalismo brasileiro, é um elemento com o qual a burguesia ainda nos dias de hoje não pode romper, visto que é por ele determinada (DEL ROIO, 1998)³¹.

Para Mattos, “As frações burguesas em operação no país foram organizadoras ativas do padrão de acumulação do capital do capitalismo dependente, pautado em grande medida por ‘taxas de exploração excessivas’” (2020, p. 104). No Brasil, não existe, pois, Revolução Burguesa sem autocracia burguesa, o que garantirá o domínio desta classe pela combinação entre coerção e consenso, com a construção de hegemonia como forma de garantir sua continuidade no poder.

No contexto da ditadura civil militar, a burguesia brasileira poderia realizar sua “Revolução burguesa”, a partir da coerção, do domínio e da direção do Estado, do *terrorismo estatal*³², que serviram de sustentação para as propostas de saída à recessão econômica, atendendo aos interesses dos maiores empresários e banqueiros, dos latifundiários, empresas e bancos estrangeiros, que lucravam com o endividamento do país (NETTO, 2014)³³. Ou seja, garantiam sua hegemonia e a acumulação de capital, com o braço forte militar.

³⁰ Apesar das polêmicas, sustentamos que uma particularidade é determinada e determinante, o que não perde de vista a dialética do método ao qual nos filiamos.

³¹ As palavras de Del Roio (1998) seguem: “[...] havia se configurado uma autocracia em função da gênese colonial do capitalismo brasileiro, contra a qual a burguesia, estruturalmente determinada, não pode romper. Em decorrência dessa análise [de Florestan, Chasin, Mazzeo, dentre outros], a democracia no Brasil só poderia emergir em função da ação das massas trabalhadoras, de modo que o regime que se desdobrou da chamada “transição”, nada mais seria que a institucionalização da autocracia burguesa.” (p. 144).

³² O terrorismo de Estado, ou estatal, criava as condições políticas para implementação de seu modelo político-econômico, não se tratando, como apontado pela mídia corporativa burguesa, de simples episódios e demonstrações de violência cruel, mas, antes de tudo, de uma tática de ação do Estado burguês na luta de classes, reprimindo as formas contestatórias de organização da classe trabalhadora.

³³ “O grande capital e as classes proprietárias naturalmente quiseram se fazer ouvir pelos ‘revolucionários’ – e algumas de suas ‘sugestões’ merecem ser lembradas: o empresário Antônio Gallotti, figura de proa do IPES, presidente da Light, companhia imperialista que explorava a concessão de produção e distribuição de energia elétrica no Rio de Janeiro e em São Paulo e financiadora do mesmo IPES, enviou mensagem a Costa e Silva recomendando a suspensão de várias garantias constitucionais; Júlio de Mesquita Filho, dono d’*O Estado de S. Paulo*, propôs, com a assessoria de Vicente Rão – catedrático de Direito Civil da Universidade de São Paulo / USP, que fora Ministro da Justiça (!) do Estado Novo -, a dissolução do poder legislativo em todos os níveis, a anulação dos mandatos dos governadores e prefeito e a suspensão do *habeas corpus*; também o já citado cardeal do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara, considerava que se devia ‘sanear’ a vida política mediante

No caso da América Latina, e em especial do Brasil, além de ser um “Estado de classe” e um “Estado burguês”, de acordo com o que diz Florestan Fernandes (1979), o Estado capitalista apresenta uma especificidade. Sem conseguir eliminar ou amortecer as contradições entre interesses das classes sociais, promove a associação do imperialismo das multinacionais e da burguesia nacional, “convertendo-se no pilar, no mediador e até no artífice dos elos estruturais e dinâmicos da periferia com o centro” (FERNANDES, 1979a, p. 41). Conforme essa leitura a violência legitimamente empregada pelo Estado, considerando-se aqui, especificamente, os recursos estatais relacionados à segurança pública, cumpre um papel no processo de controle social na sociedade de classe (BUSNELLO, 2020, p. 77-78).

No período *desenvolvimentista*³⁴ ditatorial, “parques industriais” eram instalados acompanhados por um processo de urbanização, que não era regulado dentro de uma racionalidade totalizante. As produções regionais foram estrategicamente pensadas nessa perspectiva, alinhada aos interesses do capital internacional, de forma dependente e subordinada, principalmente no período do “milagre econômico” ditatorial, onde uma “vocação” era direcionada a determinadas regiões (a instala  o de diversas empresas de produ  o de bens de consumo duráveis, acumulando para a futura forma  o de um “tecnopolo”³⁵ em São Paulo, e a reafirma  o da região nordestina como polo de produ  o agrícola, visto que, mesmo com cidades industriais, estavam subordinadas ao sudeste (AMARAL, 2013), etc.), ampliando, até hoje, as desigualdades regionais.

Marini, ao contrapor-se às teses pecebistas de que havia no Brasil traços feudais que justificariam a necessidade de uma etapa revolucionária burguesa para o desenvolvimento do capitalismo, num sentido democrático-burguês ou nacional-democrático, afirmava que a economia brasileira já era plenamente capitalista na segunda metade do século XX, porém, de forma desigual e subordinada às potências imperialistas (MATTOS, 2020). Para o autor, “o capitalismo brasileiro só poderia desenvolver-se extraíndo uma quantidade suficientemente elevada de mais-valor”, o que garantiria a acumula  o de capital não somente para a burguesia interna, como a remessa de lucros para as potências imperialistas. Dessa forma, a superexplora  o do trabalho se expressa pela subsun  o do trabalho ao capital, com o pagamento de s  l  rios abaixo de seu valor, o que justifica inclusive o movimento de instala  o de polos fabris de empresas estrangeiras nos países dependentes, de forma a operacionalizar

exclusões, sob o santo argumento de que ‘punir os que erram    uma obra de misericórdia’.” (NETTO, 2014, p. 71-72).

³⁴ Ver Oliveira, 2003.

³⁵ Segundo Teresinha Ferrari, “Os tecnopolos, centros produtores e difusores de conhecimento de ponta, embora possuam uma aura de puro progressismo tecnicista capitalista baseado no livre mercado, s   são viáveis sob intensa e contínua prote  o estatal e sob o controle de capitais imperialistas. No Brasil, aparecem como soluço para regiões inteiras, mas, contraditoriamente, são dependentes estruturalmente de investimentos nacionais estratégicos de longo prazo que não podem ser garantidos apenas por uma *vontade* política, ou inten  o  es subjetivas de desenvolvimento de *voca  o  es* regionais. Apesar disso, muitos dos nossos planejadores políticos insistem no caminho da constitui  o da competitividade interna e da corre  o de desequilíbrios regionais a partir da dilata  o do setor de serviços precário, porém transformado em arauto da modernidade” (2012, p. 59).

trocas desiguais “que caracterizam o comércio externo (e as remessas de lucros das multinacionais, pagamento de *royalties* por patentes, financiamentos externos, etc.) entre uma economia dependente, com menos composição orgânica de capital, e as economias centrais imperialistas.” (MATTOS, 2020, p. 105).

No Brasil, a correlação de forças favorável à burguesia e seu Estado ditatorial não só contiveram a luta e a resistência da classe trabalhadora através da força bruta, como também exerceram forte ofensiva ideológica com campanhas anticomunista e pró-militarista, além de buscar sua legitimação no atendimento a necessidades sociais básicas, ainda que em modelos que reforçavam o assistencialismo e o clientelismo e que possuíam baixo alcance. É preciso que se compreenda o investimento ditatorial em políticas sociais sob dois aspectos: como forma de acumular forças para o apassivamento da classe trabalhadora e como atendimento a demandas do capital, no âmbito da garantia da reprodução da força de trabalho e de estímulo ao consumo.

O “milagre econômico” se deu com a implementação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II, que abriram o mercado brasileiro ao capital estrangeiro, com a instalação de multinacionais que atuavam na produção de bens de capital e de bens consumo duráveis, mas também, que entraram no departamento dos bens de consumo não duráveis, participando do processo de *modernização do campo*, onde concentravam cerca de 33% das terras cultiváveis, através de um processo de industrialização da produção agrícola (NETTO, 2014, p. 149). Desde a década de 1930, estava em curso um projeto industrialista, que obteve forte expressão nas políticas públicas, com valorização da atividade industrial, implementação de políticas alfandegárias favoráveis, controle social sobre a classe trabalhadora (vivenciamos a ditadura varguista antes da ditadura de 1964, além da implementação de leis trabalhistas), intervenção do Estado na regulação do câmbio e uma política fiscal também favorável ao desenvolvimento da indústria, investimento direto em infraestrutura (MATTOS, 2020). Com a ditadura civil-militar de 1964, “a burguesia industrial do grande capital associado desenvolveu forte capacidade organizativa, essencial para dirigir as demais frações da classe dominante no processo que resultou no Golpe de 1964” (MATTOS, 2020, p. 115).

Assim, a capacidade dirigente entre as frações burguesas demonstrada pela burguesia industrial – e particularmente pelo grande capital nacional e associado – se fortaleceu, nos anos seguintes, por intermédio do governo instalado em 1964, que, embora de caráter ditatorial e componentes que poderíamos compreender como bonapartistas e militares (na chave interpretativa de Poulantzas), ou como composto por faces democrática, autoritária e fascista (na perspectiva de Fernandes), levou adiante, em seus primeiros anos, políticas econômicas e sociais ditadas diretamente pelos interesses do grande capital.

Nesse sentido, ainda que sob a lógica geral de um processo de revolução passiva, ou seja, de uma valorização da iniciativa estatal para operar as mudanças preservando a

ordem (e, portanto, reprimindo a organização e mobilização das classes subalternas), as classes dominantes investiram, e muito, em suas associações de classe, órgãos de construção da chamada “opinião pública”, e na constituição das bases para o consenso dos subalternos. Um consenso predominantemente passivo, mas em certos momentos com algum grau de atividade, conferido pela incorporação de lideranças e organizações da classe trabalhadora ao projeto do capital. Desse ponto de vista, a sociedade civil brasileira estava longe de ser apenas “primitiva e gelatinosa”, pelo menos desde a Primeira República (MATTOS, 2020, p. 117).

Esse processo histórico de construção do domínio da fração burguesa industrial, combina-se à dependência de nosso país ao capitalismo central, em que a crise determina a necessidade de recomposição do padrão de reprodução de capital. É nesse movimento e dinâmica histórica que o processo de financeirização se expande no Brasil, e destacamos aqui uma expressão concreta de sua processualidade a partir da intervenção do Estado sob o regime ditatorial: o surgimento das incorporadoras. Em 1974 é aprovada a lei que criava as incorporadoras, regulamentando o processo de financeirização do setor (fortalecendo a indústria da construção e a indústria da construção civil, bem como os bancos privados, apoiadores e beneficiários do Golpe), e participando da resposta do modo de produção capitalista à sua *crise de superprodução*³⁶ (MANDEL, 1990), qual seja: a mundialização do capital (com a estratégia da financeirização). Abre-se aí a brecha necessária à introdução do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990 (LIMA, 2017).

Vale reforçar que o chamado “milagre econômico” foi um modelo anticrise implementado com o apoio do *terrorismo estatal*, que, de forma bem resumida, compunha-se de medidas que viabilizaram o desenvolvimento industrial e abriram mercado ao capital financeiro, pautado numa política de:

[...] arrocho salarial; concentração de riqueza; financiamento do capital por meio de subsídios; correção monetária como mecanismo de controle inflacionário; garantia de altas taxas de lucro para os monopólios; direcionamento da produção agroindustrial para o mercado externo, em detrimento do mercado interno; e, enfim, como notou Celso Furtado, a adoção de uma política governamental muito bem sucedida, que visava atrair as grandes empresas transnacionais e fomentar a expansão das subsidiárias destas já instaladas no país (NETTO, 2014, p. 153).

Com o esgotamento do modelo implantado pelo chamado “milagre econômico”, abre-se novo episódio de crise recessiva cujas determinações vão além do movimento interno do capitalismo brasileiro, mas envolvem o cenário internacional de crise do capital, que se acirra

³⁶ Segundo nos ensina Mandel, “[...] a crise da economia capitalista é sempre uma crise de superprodução de mercadorias [...]. A superprodução significa sempre que o capitalismo produziu tantas mercadorias que não havia poder de compra disponível para adquiri-las ao preço de produção, isto é, a um preço que fornecesse a seus proprietários o lucro médio esperado. Quaisquer que sejam os meandros profundos da análise, o primeiro fenômeno a se compreender é o dessa ruptura brutal do equilíbrio instável que existe em ‘tempos normais’ entre a oferta e a procura de mercadorias.” (1990, p. 211-212).

entre 1973 e 1975, como consequência da queda da taxa média de lucro³⁷ (MANDEL, 1990; NETTO; BRAZ, 2011). A burguesia precisava retomar os lucros, formulando estratégias de intensificação dos processos de trabalho, com novos métodos de gestão, migrando suas indústrias para “países periféricos”.

Nesse contexto global de crise do capitalismo, assume a presidência o general Ernesto Geisel, em 1974, que (cinicamente) declarava a necessidade de abertura ao processo de “gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático”³⁸ (DEO, 2011, p. 61). Deste período data a construção: da Ponte Rio-Niterói (até hoje considerada uma das maiores pontes do mundo em extensão), da hidrelétrica de Itaipu (segunda maior do mundo), da Rodovia Transamazônica (que custou a vida de cerca de 8 mil indígenas, segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV)), da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (que integra as usinas Angra 1, 2 e 3), da BR-210 (que resultou na morte de mais de 2 mil indígenas, além do fluxo migratório para a criação de pontos de garimpos, degradando a natureza na região), dentre tantas outras³⁹, demonstrando o protagonismo do Estado no processo de modernização e criação de condições gerais de produção.

O “milagre” encontrou seu limite com a crise dos anos 1970. Uma das saídas de enfrentamento à crise, foi a criação de facilidades para a entrada de capitais do exterior no país, como tentativa de recuperação da taxa de lucros. É do período ditatorial a ampliação do processo de endividamento externo do Brasil, enquanto nação dependente. Houve um processo que Ianni chamou de “desnacionalização da indústria nacional”, com a implantação de novas técnicas de evasão de excedentes e a associação subordinada do país ao capitalismo internacional. “Em outras palavras, ao mesmo tempo realiza-se e frustra-se a revolução burguesa no Brasil” (IANNI, 2004, p. 35). Os centros de decisão estavam, portanto, divididos, tanto pelas disputas internas, como pela influência do capital internacional associado a frações da burguesia nacional.

O Estado assume, então, cada vez mais o papel de centro de decisão. Segundo Ianni (2004), consideradas em conjunto, as participações do Estado no processo de desenvolvimento

³⁷ Segundo Marcelo Braz e José Paulo Netto: “entre 1968 e 1973, ela [a taxa de lucros] cai, na Alemanha Ocidental, de 16,3% para 14,2%, na Grã-Bretanha, de 11,9 para 11,2%, na Itália, de 14,2 para 12,1%, nos Estados Unidos, de 18,2 para 17,1 % e no Japão, de 26,2 para 20,3%” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 203).

³⁸ Ainda que se discutisse uma abertura ao processo democrático, vale lembrar que foi durante o governo Geisel, que ocorreram dois dos muitos assassinatos de militantes oposicionistas ao regime, de maior repercussão: o do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e o do operário Manuel Fiel Filho, em 1976, episódios que gerariam grandes mobilizações populares contrárias à ditadura (DEO, 2011). A resposta ditatorial seria de maior contração, com a criação de leis mais duras, como o chamado “Pacote de Abril”, em 1977. Apenas após o período eleitoral, Geisel retomaria a proposta de distensão, extinguindo em 1978, o Ato Institucional nº 5.

³⁹ Fonte: <http://oglobo.globo.com/economia/obras-da-ditadura-do-brasil-grande-ao-brasil-do-ganho-de-eficiencia-11959341>.

econômico assumem duas orientações distintas: uma primeira, em que o Estado agirá “em função da necessidade de preservar certos níveis de renda e emprego em setores determinados da produção”, atuando como regulador da produção e criando instrumentos de proteção de setores estratégicos (2004, p. 37); e uma segunda, em que “o Estado ingressa ativamente nas diversas esferas da vida econômica, colaborando, incentivando e realizando a criação da riqueza” (idem, p. 40), como ocorreu com o investimento estatal em infra-estrutura.

Essas seriam as duas principais orientações da política econômica estatal, que “não se restringem a duas fases nítidas e sucessivas. Encadeiam-se todo o tempo, desenvolvendo-se nas décadas seguintes, revelando flutuações e ambiguidades na orientação do aparelho governamental” (IANNI, 2004, p. 42). Segundo o autor, “[...] os sentidos básicos da política econômica estatal resumem-se em duas orientações” (IANNI, 2004, p. 45):

Uma delas se orienta no sentido da defesa setorial, com a regularização da produção em face do consumo interno e externo. É uma orientação que pode ser definida como específica de uma fase de *crescimento econômico*, em que as forças produtivas não encontram canais novos de manifestações nem recebiam estímulos institucionais. Dizemos crescimento porque a estrutura econômica não era estimulada a modificar-se. Ao contrário, os instrumentos criados nessa conjuntura destinavam-se precisamente a preservar e estabilizar o sistema produtivo vigente, evitando o esgotamento ou as recessões. No caso brasileiro, essa orientação se funda num estilo patrimonial de ordenação econômico-social e política dos homens. Poderíamos mesmo afirmar que esses são instrumentos patrimoniais de interferência estatal nas atividades produtivas, na medida que resultam de uma manipulação discricionária do aparelho estatal, sem que sejam levados em conta os interesses das outras classes sociais e sem que se cogite dos seus significados prospectivos, a médio e longo prazos. Além do mais, eram instrumentos que representavam uma repercussão interna de interesses externos à economia nacional. [...]

A outra orientação, que ganha projeção crescente a partir da década de 50, inclina-se no sentido da dinamização e diversificação das atividades produtivas. [...] Trata-se de desenvolvimento porque a estrutura econômica se encontra em modificação e os instrumentos criados se destinam exatamente a acelerar e ampliar a transformação estrutural. Nesse caso, trata-se de uma orientação tipicamente capitalista, decidida a instaurar e fazer difundir-se uma racionalidade diversa da patrimonial. Agora estamos em face de instrumentos propriamente capitalistas de interferência estatal nas atividades econômicas, pois que resultam de um conhecimento em boa parte técnico dos componentes da situação, em seus encadeamentos.

Vimos aí uma mudança no padrão societário e na própria intervenção estatal. Com as conquistas democráticas e as mudanças nas relações de classe do período dos anos 1950 até 1964, as relações de classe, e principalmente entre a classe trabalhadora e o Estado, ganhavam caráter diferente da base policialesca do tratamento dado à “questão social” no Brasil até a década de 1930. A base ideológica da sociedade colonial e escravocrata se transmuta em uma base urbano-industrial nos anos 1960, o que modifica também a forma de relação entre Estado e sociedade. “Por isso, algumas vezes a atuação do Estado exprime a vontade geral. Todavia, enquanto se preservam os segmentos coloniais do sistema econômico-social brasileiro, muitas

soluções serão de tipo tradicional” (IANNI, 2004, p. 46). Destacamos aí o papel da *violência estatal*, sobre a qual abordaremos adiante, apontada pelo autor como um dos elementos que compõem a natureza autoritária de nossos governos no século XX.

Ao nosso ver, o antagonismo inerente às tendências divergentes da sociedade nacional, por um lado, e da economia dependente, por outro, caracteriza e fundamenta a natureza autoritária, ditatorial e violenta da maioria dos governos latino-americanos na primeira metade do século XX (IANNI, 1991, p. 64).

Ianni (2004) recupera uma formulação marxiana que aponta que quando as contradições entre a correspondência entre as forças produtivas e as relações de apropriação ou quando as relações de produção não correspondem, ocorre uma mudança. Na análise de Ianni, tal mudança se deu a partir da transformação do papel do Estado brasileiro no processo de desenvolvimento capitalista aqui, em que aquele é levado a atuar de forma a atenuar, controlar ou mesmo eliminar focos de crise. “[...] o Estado ganha novas tarefas e se impõem em outras esferas da vida econômica e social. Para controlar e reorientar as manifestações inesperadas da realidade, surge de maneira mais visível e ampla nas épocas críticas” (2004, p. 49).

Isso não significa que o Estado seja um órgão exterior e superior ao sistema. Ou que ele guarde uma distância privilegiada em face das relações e tensões entre os setores de produção, as classes sociais, a economia nacional e a externa. O que ocorre é que o Estado, como instituição fundamental do sistema social global, está na base e na cúpula do sistema de apropriação e dominação. Na ordenação das relações entre os homens, ele toma a iniciativa das reordenações, controles, estímulos e assim por diante. (idem).

Sabemos que o texto do autor é situado historicamente a determinado momento do processo de industrialização brasileiro, o qual atualmente tem passado por um novo ciclo de desindustrialização com a migração de indústrias estrangeiras para países com maior possibilidade de lucratividade na dinâmica contemporânea do modo de produção capitalista, o que impacta o desenvolvimento econômico brasileiro, ainda mais num contexto de crise pandêmica. Com a cada vez mais vasta ampliação do setor terciário, o Estado amplia políticas que têm como objetivo servirem como mediação para o consumo e a distribuição (ou mesmo a circulação de mercadorias), incentivando a formação daquilo que Ana Elizabete Mota aponta como o *cidadão-consumidor*, e o próprio empreendedorismo como “alternativa” ao desemprego gerado pelas perdas no setor. Essa figura foi muito incentivada nos governos de conciliação de classe, a partir da implementação de políticas de caráter social-liberal pautadas nas diretrizes de organismos multilaterais, como veremos a seguir. Mas é importante entender o movimento de consciência que tem em sua essência o próprio fetichismo da forma mercadoria, do qual o Estado é partícipe operador ao implementar políticas econômicas que servem de chão para a propagação de ideologias que reforçam o processo de reificação. O Estado, segundo Ianni

(2004), também é uma mediação nas relações entre os homens, que o reificam (uma vez que este não) é autônomo, mas construído pelos homens que constituem as classes sociais.

Agora não se discute mais se o Estado é ou não o principal centro de decisão; discute-se como ele deve intervir. Cada classe social luta para que a atuação do poder público se oriente num ou noutro sentido. No seio de cada classe, muitas vezes, formam-se correntes adversas. Em todas, no entanto, está em discussão a maneira direta, indireta ou conjugada pela qual o Estado deve intervir. Ninguém mais nega que o Estado é a instituição através da qual as relações de produção se convertem em relações de dominação. Ele representa a sociedade enquanto um sistema econômico-social e político estruturado em classes sociais, cujo equilíbrio de forças se realiza por seu intermédio. Na mediação entre as classes, o Estado raramente guarda independência em face de uma ou outra, ou o todo. (IANNI, 2004, p. 97)

Segundo Ianni, “O Estado é a instituição através da qual as relações de produção se convertem em relações de dominação” (2004, p. 97), assim, a disputa das classes sociais e de suas frações em seu interior o colocam como mediador que tomará posições através de sua força e da forma como conduzirá seu orçamento e que implementará suas políticas. Tudo isso dependerá da correlação de forças sociais, das condições historicamente postas, de determinações e mediações que perpassam as relações sociais de produção e reprodução na dinâmica do capital. Exemplo disso está na resposta do Estado à crise da década de 1970.

Outra perspectiva é apontada por Iasi em sua análise da formação social brasileira, em que levanta cinco teses para sua compreensão das particularidades que conformam nossa sociedade, considerando a formulação de Coutinho, a partir do conceito leninista de “via prussiana”, e das determinações para nossa sociedade, tais como a correlação de forças, o caráter dependente do capitalismo, a forma particular de nossa inserção na divisão social do trabalho (IASI, 2018). Segundo o autor:

A crise da autocracia burguesa no final dos anos 1970 fez com que se apresentasse a hipótese que a formação social brasileira encontraria, finalmente, as condições de superar uma das características mais marcantes de nossa história: o prussianismo. Nosso passado colonial e a forma de nossa inserção no Modo de Produção Capitalista teriam imposto uma forma política que implicaria em determinar “pelo alto” as condições fundamentais de desenvolvimento e garantia das relações sociais de produção propriamente burguesas, daí a referência ao termo leniniano de “via prussiana”, por sua vez relativo às características através das quais se deu o desenvolvimento do capitalismo na Prússia, analisado por Marx. A própria ditadura teria gerado as bases para um processo que levava além dos limites da forma política tradicional que havia até então marcado nossa formação social, isto é, o fato de um Estado forte se impor a uma sociedade-civil fraca e gelatinosa. A passagem para o “capitalismo monopolista de Estado” exigiria um conjunto de mediações entre a sociedade e o Estado que acabaria por fortalecer a sociedade-civil burguesa, mudando qualitativamente a correlação de forças entre as classes, o que poderia fortalecer o avanço dos trabalhadores e suas demandas, diminuindo proporcionalmente a capacidade da burguesia em manter o Estado como instrumento exclusivo de seus interesses (COUTINHO, 2006, p. 454). (IASI, 2018, p. 137-138).

O autor apresenta, a partir disso, sua primeira tese, a de que “as determinações da via prussiana e da autocracia burguesa no Brasil [...] e suas implicações para o campo específico

do Serviço Social tal como estudadas por José Paulo Netto (NETTO, 2008), não foram alteradas pelo equilíbrio conjuntural da luta de classes nos anos 1980 e 2000”, ou seja, a forma fundamental continua sendo um Estado burguês dominado por uma pequena parcela da sociedade “(na origem da aliança burguesa oligárquica que se desenvolveu para um bloco burguês monopolista em aliança com o imperialismo e o latifúndio, culminando num bloco monopolista em seus diferentes segmentos com o capital imperialista)” (IASI, 2018, p. 139). Trabalhadores e demais classes e camadas exploradas pela lógica capitalista ainda têm uma participação restrita na ordem democrática após esse período ditatorial.

Com a crise, a desindustrialização dos países de economia centrais, o desemprego disseminado e a austeridade fiscal, foram justificativas para a elaboração de projetos que buscavam uma racionalização do mercado e das privatizações (HARVEY, 2006, p. 166). Era preciso executar medidas que buscassem superar a recessão, com a elevação do índice de produtividade (consequentemente, da taxa de lucro). A saída buscada pelo capital à sua *crise orgânica* implicou num projeto de *restauração burguesa* (HARVEY, 2006) baseado: 1) na criação de novos modelos produtivos; 2) numa reforma moral e intelectual, que buscava modificar a cultura e a sociabilidade, necessária para que se garantisse a manutenção da hegemonia burguesa; 3) no novo imperialismo (MOTA, 2009).

A crise modificou o modo como o Estado implementa as políticas sociais e a direção social burguesa exigiu deste uma série de *reestruturações*. É preciso chamar atenção para o fato de que se analisa um período histórico marcado pela ofensiva burguesa, que busca firmar seu projeto neoliberal (LIMA, 2017). Relacionadas diretamente ao processo de *mundialização do capital*, as reestruturações realizadas garantiam a hegemonia do capital financeiro. Porém, a consolidação dessa hegemonia se dá de forma processual e historicamente inscrita, dependendo de intervenções estatais, de mediações políticas, que perpassaram seu movimento por todos os países capitalistas, em relação direta com o estágio imperialista vigente, devido não só à dinâmica da contradição fundamental entre capital e trabalho, mas da própria disputa de frações da burguesia pela hegemonia do ciclo que se iniciava, o que não foi diferente no Brasil.

O capital financeiro internacional reforçava a relação de dependência de diversos governos (MOTA, 2009). Uma alternativa posta pelo capital aos governos de países que enfrentavam a recessão, foi a de tomar empréstimos junto ao Banco Mundial e outros organismos multilaterais e empresariais, a fim de investir em obras públicas de infraestrutura urbana ou na produção de bens de consumo coletivos, que atendiam a necessidades sociais, mas também servia como forma de rebaixar o custo da força de trabalho.

Para Mota (2015), nos anos 1980 estava sendo gestada uma cultura política da crise, a fim de garantir a ofensiva neoliberal com a hegemonia das classes dominantes, a partir de dois vetores principais: o primeiro seria o avanço da privatização, o segundo seria a constituição da ideia do “cidadão-consumidor”. Cabe agora aprofundar a análise sobre o processo que levou ao avanço da privatização, que tem como ponto inicial a “crise da dívida”, herança da ditadura civil-militar.

Em 1984, com as grandes mobilizações sociais pela reabertura democrática, o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT) propôs uma emenda constitucional para eleições diretas em 1985, que, após manobras do partido da ordem, o PDS, é recusada no congresso. Ainda assim, Tancredo Neves (PMDB) vence as eleições indiretas, mas morre antes de assumir o cargo, deixado ao seu vice, José Sarney (PDS)⁴⁰ (DEO, 2011). O processo que culminou nas *Diretas Já* e na Constituição Cidadã modificou a “representação” dos poderes, uma vez que, ainda que conquistados direitos políticos e sociais, o Estado continuaria sob a direção dada pela hegemonia burguesa (LIMA, 2017). Porém, a contradição própria à dinâmica da luta de classes no Brasil, no contexto da chamada “crise da dívida” decorrente de toda a política econômica implementada no período ditatorial, fez com que o pagamento de elevados juros da dívida pública gerasse uma transferência de trilhões de reais para a burguesia, que até o tempo presente, ainda não foi interrompida. O processo de endividamento que participou da chamada “crise da dívida” nos anos 1980 levou o Estado brasileiro a realizar uma reconfiguração de sua política econômica, de modo a abrir o caminho e fortalecer os princípios neoliberais e a estatizar dois terços da dívida externa (BEHRING, 2008).

A opção diante daqueles três caminhos, ao longo da década de 1980, foi pela emissão de títulos, elevando os juros e alimentando o processo inflacionário. O Brasil saltou de uma inflação anual de 91,2% em 1981, para 217,9% em 1985 (Kucinski & Brandford, 1987: 45). As baixas da crise do endividamento foram muitas: o empobrecimento generalizado da América Latina, especialmente no seu país mais rico, o Brasil; a crise dos serviços sociais públicos; o desemprego; a informalização em detrimento das necessidades internas. Ou seja, características regionais

⁴⁰ “No processo de sucessão de 1985 concorreram à presidência, Paulo Maluf pelo PDS e Tancredo Neves pelo PMDB. Em 15 de janeiro, Tancredo foi eleito com grande maioria pelo colégio eleitoral, tendo como seu vice José Sarney, político historicamente vinculado à ARENA e, portanto, às forças mais reacionárias e conservadoras desse país. Sarney se aliou ao PMDB logo após as prévias do PDS indicaram Maluf para concorrer no colégio eleitoral – Flávio Marcílio do Piauí era o vice. A dissidência do PDS foi liderada por ‘arenistas’ históricos, tais como Antonio Carlos Magalhães, Aureliano Chaves (vice-presidente de Figueiredo), Jorge Bornhausen, Marco Maciel, além do próprio Sarney, que ocupava a presidência do PDS à época. Formaram a Frente Liberal, posteriormente denominado Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM). Tancredo morre antes de assumir e Sarney toma posse como presidente em 15 de março de 1985. O Brasil voltava a ter um presidente civil vinte e um anos após a deposição de João Goulart. No entanto, as mesmas forças políticas que ‘apearam’ Jango do poder e deram sustentação à autocracia burguesa em mais uma fase militar-bonapartista, permaneceram à frente do comando da nação após os militares “baterem em retirada”. Era preciso mudar para que tudo permanecesse como sempre esteve!” (DEO, 2011, p. 65).

preexistentes à crise da dívida foram exarcebadas no contexto dos anos 1980. (BEHRING, 2008, p. 134).

Pode-se afirmar que ocorre aí uma mudança expressiva no padrão de reprodução do capital, com o esgotamento do modelo de industrialização substitutiva de importações e o fim do Estado desenvolvimentista. Com o neoliberalismo regendo a política econômica do Estado brasileiro, a imposição do superávit primário com metas fiscais cada vez mais prejudiciais às políticas sociais demandava cortes e uma reestruturação objetiva do Estado pela burguesia, impondo a criação de condições subjetivas para a captura do fundo público, enquanto se operacionalizam as contrarreformas, movimento em voga desde a ofensiva burguesa dos anos 1990 (BEHRING, 2021; 2008; 2003).

A interpretação jurídica da Constituição de 1988 encontra e cria brechas para operacionalizar o desmonte dos direitos sociais voltados às massas exploradas, o que se intensifica com as constantes investidas do ajuste fiscal permanente (BEHRING, 2021; 2008). A manipulação constitucional das Emendas e das Medidas Provisórias que atacam as pequenas conquistas da classe trabalhadora, têm sido utilizadas desde então no sentido de garantir as condições de reprodução do capital, com uma maior captura do fundo público pelas frações rentistas e financeira. Importante compreender esse jogo de forças em seu movimento histórico:

Com a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, impõe-se uma derrota parcial das forças dos trabalhadores e populares que exigiam as eleições “diretas já”, num vigoroso movimento político de massas contra a ditadura, pelas liberdades democráticas e contra a carestia, que vinha se fortalecendo desde as greves do ABCD paulista de 1978-1979, apontando uma mudança social e de pauta política progressistas (Oliveira, 1998: 172-173). [...] O Colégio Eleitoral foi a saída institucional para assegurar o controle conservador da redemocratização, numa espécie de contra-revolução, se é observado o aspecto no qual as elites no Brasil sempre tiveram uma profunda unidade política: conter a emancipação dos trabalhadores.

Até para incorporar em alguma medida essas demandas, evitando a radicalização possível do processo político em meio à crise econômica em curso – mesmo com Sarney na Presidência da República –, prevaleceu na equipe econômica a orientação que preconizava o papel do Estado como sinalizador e promotor das medidas requeridas. O plano de governo da “Nova República” reconhecia o esgotamento da etapa substitutiva de importações e a prioridade para a modernização do parque industrial, no sentido da introdução da tecnologia eletrônica e da biotecnologia, tendo em vista a inserção no cenário internacional. Seus formuladores perceberam os constrangimentos externos para a adoção de medidas nessa direção e apresentaram propostas quanto à: renegociação da dívida externa, como já se observou anteriormente; política fiscal não-contencionista com reestruturação da situação financeira do setor público, combate à inflação e redução das taxas de juros; descompressão da massa salarial para estimular a demanda interna. [...] (BEHRING, 2008, p. 139-140).

Ainda assim, o plano não foi bem-sucedido, fosse devido à pressão externa, exercida principalmente pelo FMI, fosse pela instabilidade interna, com o fracasso do Plano Cruzado. Os planos formulados pelo Estado carregam em si uma disputa de forças e de hegemonia, que

revelam contradições e ambiguidades em seu interior e em sua operacionalização. Exemplo disso está na Constituição brasileira que carrega elementos reformadores, principalmente relacionados aos direitos sociais, e elementos conservadores, muitos dos quais voltados à manutenção do poder militar e da predominância da autoridade executiva em relação à política econômica. O processo de expansão do Estado, que se dá notadamente com a ditadura civil-militar, ocorre junto à ampliação de sua capacidade de arrecadação via tributação direta e, principalmente, indireta, bem como pelo crescimento de suas características empresariais, que apregoava a ideologia da valorização da iniciativa privada como forma de alcançar o crescimento econômico (BEHRING, 2008).

Todo esse processo confirma a afirmação de Marx e Engels de que “o governo do Estado moderno não é senão um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (2010, p. 39). Atrelado aos interesses da burguesia, o Estado “nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa quanto internamente, para a garantia mútua da sua particularidade e dos seus interesses” (MARX; ENGELS, 2010, p. 111).

A mentalidade empresarial e competitiva vai aos poucos adentrando nas repartições e empresas públicas, na burocracia estatal, reproduzindo a cultura gerencialista no interior do Estado. Segundo Behring (2008), esse processo – o qual não entraremos em detalhes – é importante para se “compreender o ambiente intelectual e moral para a viabilização da contra-reforma do Estado nos anos 1990” (p. 146).

1.4 O neoliberalismo como projeto da burguesia para o Brasil

Com o esgotamento do governo ditatorial, há certo recuo estratégico da burguesia no que se refere ao processo de elaboração da nova legislação constitucional. Segundo Deo, “os avanços sociais na Constituição só foram possíveis devido ao acirramento da luta de classes no Brasil” (2011, p. 65), com o fortalecimento da organização sindical dos trabalhadores, cuja média de paralisações ao ano chegavam a quatro mil nos anos 1980, e dos movimentos sociais de bairros e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentre outros. Esse ascenso de lutas se apresenta como forma de resistência da classe trabalhadora brasileira aos ataques da burguesia, que, buscando recuperar suas taxas de lucros, reforçou e ampliou o projeto de reestruturação produtiva, elevou a taxa de juros nos países de economia central e pressionou a periferia pelo mecanismo da dívida externa (AMARAL, 2006). Ou seja, houve um avanço da lógica da dependência. Iasi nos chama atenção para o fato de que:

[...]Uma vez que o chamado período de democratização correspondeu a um aprofundamento e não a uma relativização do capital monopolista e da dependência, produz-se um paradoxo, isto é, a forma democrática do Estado Burguês tinha que se efetivar nas condições não superadas da dependência, o que implica na superexploração da força de trabalho e das consequências incontornáveis para a maioria da população, que se expressam na dramaticidade da questão social no Brasil. A síntese possível, mas precária e necessariamente temporária, foi a democracia de cooptação, mas durante todo o processo o que vimos foi a coexistência dos aspectos coercitivos e de formação de consenso, o que tornou possível o desfecho autoritário verificado. (IASI, 2018, p. 139).

Ou seja, a forma estratégica de construção de hegemonia da burguesia no período foi a democracia de cooptação, que opera através de mecanismos de coerção e consenso, de violência objetiva e subjetiva, como veremos no terceiro capítulo dessa tese. Na década de 1980, no mundo capitalista, medidas de austeridade foram executadas em diversos países, fortalecendo o processo de financeirização das políticas sociais. Nesse momento histórico, o neoliberalismo se afirmava como estratégia burguesa implementada nos países de economia capitalista central, hegemonizando o Estado. Desde o final do período ditatorial, como temos apontado, ocorre um alinhamento político econômico interno do Brasil às medidas anticrise (im)postas pelos países de economia capitalista central, reforçando a lógica da dependência.

Com o desgaste do regime ditatorial, se inicia um processo de transição “lenta, gradual e segura”, que impõe a adoção de algumas medidas da estratégia neoliberal como forma de se buscar contornar a crise, mantendo o domínio burguês. Segundo Mattos,

[...]Se o ápice da autocracia burguesa correspondeu ao período da ditadura militar, a forma como se operou a transição iniciada em 1985 não fugiu ao modelo autocrático, muito ao contrário, pois, com “a chamada Nova República, novas reformas institucionais foram implementadas no sentido da democratização, porém mantendo o espírito que animou a transição ‘lenta, gradual e segura’: a prevenção da autocracia burguesa” (MACIEL, 2009, p. 202 apud MATTOS, 2020, p. 121).

Ou seja, a partir de 1985 observa-se a adoção de medidas que garantiriam a perpetuação da autocracia burguesa, ainda que com a mudança do regime ditatorial para o regime democrático, em que o Estado brasileiro buscou manter as políticas de exportação, a fim de garantir saldos comerciais, elevar as taxas de juros internas, implementar medidas de restrições fiscais, o que levou a uma “[...] redução nos níveis de consumo e investimento e, conseqüentemente, uma queda na pressão inflacionária e uma redução na demanda por importações que ampliaria o saldo comercial.” (AMARAL, 2006, p. 112), reforçando da política de arrocho salarial e respondendo às mobilizações das organizações sindicais e da classe trabalhadora como o mesmo receituário ditatorial: a violência.

Nos anos 1980, observa-se em todo o continente latino-americano o movimento de reestruturação produtiva, em que as empresas dos países do centro alocadas na periferia adaptam-se às transformações produtivas de forma a afetar não somente a organização do

trabalho, como o próprio padrão de reprodução do capital que segue cada vez mais o modelo de especialização exportadora “que recria a inserção internacional da região como provedora de produtos básicos” (KATZ, 2016, p. 20). Assim, a produção de *commodities* ganha maior importância, com uma profunda transformação na produção agropecuária em todo o continente, comprando cada vez mais insumos tecnológicos dos países de capitalismo central, ampliando a composição orgânica do capital, e reduzindo o contingente de trabalhadores empregados no campo, utilizando-se da superexploração da força de trabalho como mecanismo para aumento da extração de mais-valia.

O que se vê é a consolidação do modelo neoliberal na política e na economia brasileiras, implicando profundas transformações na dinâmica da luta de classes, das relações do Estado com as classes sociais e da própria cultura vigente. Segundo Behring (2021),

O neoliberalismo, na pista de Dardot e Laval (2016), é uma espécie de razão do mundo à qual os projetos político-econômicos em curso estiveram submetidos. Essa resposta burguesa se conectou visceralmente com as contradições geradas pela profunda e estrutural crise do capitalismo em curso, desde o início da década de 1970, quando se abre uma onda longa de tonalidade de estagnação (MANDEL, 1980). (p. 163-164).

A reestruturação produtiva implicou ainda em um processo de retirada de indústrias da América Latina e sua migração para países asiáticos ou fechamento. Segundo Cláudio Katz (2016, p. 22), no início dos anos 2000 o peso do setor secundário no PIB latino-americano caiu para 6,4% (contra os 12,7% da década de 1970) o que evidencia esse processo de desindustrialização. Mas não só isso, a competitividade tecnológica em relação à indústria asiática estava ainda muito dispar. A indústria latino-americana perde em produção, produtividade, tecnologia, registro de patentes, formação de mão de obra qualificada, gastos em investimentos e desenvolvimento (KATZ, 2016). Com a flexibilização do trabalho e as demissões em massa que vem ocorrendo desde os anos 1990, intensifica-se o processo de apassivamento da classe trabalhadora, que já não era reprimida pelo terrorismo estatal aberto, mas pela ameaça do pauperismo, pela violência cotidiana crescente, expressa em uma multiplicidade de formas, desde o narcotráfico à ostensão policial nos bairros em que residem os trabalhadores e a população mais empobrecida.

Analisando os anos 1990 no Brasil, é possível enxergar que desde o período de transição da ditadura à democracia, intensificando-se no governo FHC, têm sido criadas as condições para o sucesso da gestação dessa “cultura da crise”, de base ideológica neoliberal.

Como se viu, o sentido neoliberal do ajuste estrutural capitalista dos anos 1990 foi sendo delineado na década anterior, na periferia do mundo do capital, de uma forma generalizada, e no Brasil em particular. Entre nós, contribuíram para isso os seguidos fracassos de planos de estabilização ortodoxos e heterodoxos que não enfrentaram devidamente o constrangimento externo e/ou aceitaram passivamente o papel de plataforma de exportações das multinacionais americanas, europeias e japonesas – o

que está longe de ser um destino inexorável – ou deparam-se mesmo com limites estruturais, políticos e econômicos, na sua condução; a exaustão gerada pelo processo inflacionário; as dificuldades de investimento do setor público; e as tensões e paralisias geradas no interior do processo de democratização, no qual os conflitos entre classes e segmentos de classe não poderiam mais ser tratados diretamente de forma autocrática, obrigando as classes dominantes a uma certa concessão à democracia, distante de sua cultura política tradicional e, portanto, de difícil administração. (BEHRING, 2008, p. 147).

Desde 1990, com o governo instável de Fernando Collor de Melo, observa-se tentativas de implementação de contrarreformas voltadas ao mercado. A cultura da crise, que reproduzia a constante necessidade de ajuste fiscal devido à chamada “crise fiscal”, também impunha limites e reestruturações ao padrão de financiamento do Estado, corroendo uma série de conquistas no âmbito da seguridade social constantes na Constituição Federal de 1988, mas ainda não regulamentada por Lei Orgânica. Além disso, o governo Collor enfrentava diretamente as organizações de trabalhadores, que tanto contribuíram com o processo de redemocratização, tratando os sindicatos como organizações corporativistas que deveriam ser enfrentadas, prejudicando a articulação e organizações de trabalhadores e trabalhadoras. Com o esgarçamento de sua relação interna e externamente e com a crise de legitimidade do governo Collor, o impeachment acontece, deixando um ambiente político “articulado à abertura comercial e à reestruturação produtiva, geradores de desemprego” (BEHRING, 2008, p. 154), que tanto concorreu para o processo de enfraquecimento e desmobilização dos movimentos sociais e sindicais.

A partir de 1994, o Estado brasileiro implementa o Plano Real, formulado por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que ocupava o cargo de ministro da fazenda. O plano tinha como objetivo alcançar a estabilização econômica, perdida desde o período ditatorial, mas ia além, pretendia ainda viabilizar a renegociação de “dívidas velhas” junto a organismos multilaterais, visando a contração de novas dívidas, sob contrapartidas e a certeza de desregulamentação de mercados locais (BEHRING, 2008). Assim, FHC se torna a “menina dos olhos” no cenário político, surgindo como promessa de efetivação do programa do FMI no país:

O Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial (FIORI, 1997, p. 14 apud BEHRING, 2008, p. 156).

Com o sucesso do Plano Real, FHC torna-se candidato forte às eleições presidenciais, em uma campanha eleitoral que contou com o apoio do chamado “centrão” e do empresariado brasileiro. Eleito, ele e sua equipe econômica, que contava com a participação de figuras como Bresser-Pereira, criou o Plano de Reforma do Aparelho de Estado (PRAE) e o operacionalizou

com o apoio da grande mídia, ainda que com algumas resistências e enfrentamentos com setores da classe trabalhadora e de tímidas parcelas de instituições que buscavam zelar pela chamada “Constituição Cidadã”. Essa proposta do período seguia as diretrizes do FMI (1990), adotadas a partir das formulações do Consenso de Washington (1989), de contrarreforma administrativa do país antecede o governo FHC, mas apenas em seu mandato ganha condições de ser operacionalizada devido à estabilização da moeda, com o sucesso da implementação do Plano Real – formulado por uma equipe comandada pelo próprio – ainda no governo de Itamar Franco.

Além disso, a securitização dos débitos, que garantia aos investidores do mercado financeiro o pagamento das dívidas, e a abertura financeira da economia, com a liberalização dos fluxos internacionais de capital e do investimento estrangeiro no mercado financeiro brasileiro (com venda de títulos públicos e ações), garantiu uma resolução (parcial) ao problema da dívida externa, agradando aos credores internacionais (PAULANI, 2016).

Segundo Leda Paulani, a partir de 1995 “a economia brasileira experimentou um agressivo programa de privatizações, a adoção de medidas para liberalizar o comércio e o fortalecimento do processo de abertura financeira, que já havia se iniciado.” (2016, p. 70). Tal programa de governo operava com rigidez sua política monetária, a fim de potencializar os ganhos do capital financeiro, que gozava de isenções tributárias e desresponsabilização em relação à toda a população brasileira, afetada pelos baixos salários, pelo fenômeno do pauperismo e com as contrarreformas que visavam esvaziar o conteúdo social da Constituição de 1988, como a contrarreforma da previdência, que abria o mercado previdenciário ao capital privado, a contrarreforma tributária, que reproduzia e reforçava a desigualdade social, e a contrarreforma do aparelho de Estado, em acordo com o Consenso de Washington, realizando a total submissão ao capital internacional com reforço do pacto conservador tradicional de dominação de classe (SOUZA FILHO; GURGEL, 2017).

O Plano de Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), tendo como principal intelectual formulador Luís Bresser-Pereira, se justificava ao apontar uma “crise do Estado”, ou seja, subsumia a crise do capital ao culpabilizar o Estado brasileiro (suas empresas, sua Constituição, a cota direcionada às políticas sociais em seu Orçamento Público) pela crise. Segundo seu principal formulador, “[...] a crise da forma burocrática de administrar o Estado emergiu com toda a força no final dos anos 80, em função do **retrocesso burocrático representado pela Constituição de 1988**” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 41, grifo nosso). A solução? A contrarreforma controlava a presença do Estado nos setores produtivo e financeiro, bem como diminuía o orçamento das políticas sociais universalizantes, disponibilizando-as a um processo de mercantilização em áreas atraentes de negócios. Com isso, foi aprovada a Emenda

Constitucional nº 6, que implantava o modelo flexível na própria gestão estatal, pautando-se sobre as diretrizes do Consenso de Washington, resultando na venda de empresas estatais ao capital privado internacional, que passam a ser responsáveis por 53% da receita oriunda do investimento, superando os 5% do período de 1990 a 1994 (SOUZA FILHO; GURGEL, 2017).

O principal objetivo do PDRAE era realizar o ajuste fiscal, garantir o *superávit* primário para atrair investimentos, o que de fato ampliou a dívida pública no período, além de ter realizado o redesenho do aparelho de Estado, em que funções antes estatais se tornaram públicas não-estatais, via Organizações Sociais, via lei de concessões (Lei nº 8.987 de 1995), com a privatização temporária e parcial, dentre outras medidas efetivadas (SOUZA FILHO; GURGEL, 2017). Além disso, com a crise cambial de 1999, o governo adotou um regime de metas de inflação e adotou um regime de câmbio flutuante (PAULANI, 2016).

Segundo Behring (2008), a reestruturação do Estado se justificava pela falsa ideia de que a crise do capital se tratava na verdade de uma “crise do Estado”, uma crise fiscal. Bresser-Pereira caracterizava a crise fiscal a partir de cinco elementos: 1) o déficit público; 2) a poupanças públicas negativas ou muito baixas; 3) dívida interna e externa excessivas; 4) falta de crédito do Estado; e 5) pouca credibilidade do governo (BEHRING, 2008, p. 174-175). Caberia ao Estado o papel de coordenador suplementar, uma vez que a insolvência fiscal do Estado, o excesso de regulação e a rigidez e ineficiência do serviço público seriam os principais responsáveis pela crise. Logo, era preciso reformar o Estado a fim de “recuperar a governabilidade (legitimidade) e a *governance* (capacidade financeira e administrativa de governar).” (BEHRING, 2008, p. 173).

No âmbito da política de Seguridade Social, que para nós é a que mais se casa à dimensão do trabalho, o Plano, aprovado em 1995, é base para um conjunto de (contra)reformas constitucionais, que impacta contundentemente a classe trabalhadora, operacionalizando uma (contra)reforma da previdência social, além de alterar os instrumentos das políticas sociais no âmbito da saúde e da assistência social. O conceito de seguridade social é ignorado pelo plano, que desrespeita a própria constituição, vendo-as de forma desarticulada, isoladas e focalizadas, revelando o “espírito” anticonstitucional do plano (BEHRING, 2008; 2003), repassando uma série de políticas para o âmbito da execução por Organizações Sociais, ampliando a atuação do Terceiro Setor, através de seu “Programa de Publicização”⁴¹.

O ajuste fiscal ficou sob responsabilidade da equipe econômica do governo e ao PDRAE coube “elaborar propostas visando aumentar a *governance* do Estado brasileiro. Ou seja, deve-

⁴¹ Ver Behring, 2008.

se distinguir a reforma do Estado, como um projeto político, econômico e social mais amplo, da reforma do aparelho do Estado, orientada para tornar a administração pública mais eficiente.” (BEHRING, 2008, p. 178). Com isso, busca-se fortalecer a lógica *gerencialista*, com a introdução de uma cultura gerencial e a adoção de práticas gerenciais.

O *gerencialismo* carrega em si a perspectiva dos cidadãos como consumidores, o que implica em uma redefinição de sua relação com os direitos, base ideológica que justificaria uma série de reformas no âmbito dos direitos sociais (BEHRING, 2008). Durante os governos de FHC ocorreu um alargamento da abertura à ideologia do consumismo (MOTA, 2015), propalada especialmente pelos aparelhos privados de hegemonia – mídia, início da difusão da Teologia da Prosperidade nas igrejas pentecostais, a lógica da descartabilidade dos produtos, etc. Ainda assim, as políticas implementadas tendo a ideologia da cidadania pelo consumo como diretriz encontraram seu limite na vida cotidiana: a crise do capital impedia o sucesso de sua implementação na particularidade brasileira naquele primeiro momento.

Com a crise, segundo Behring (2008), o capital buscou lançar sobre o Estado a responsabilidade, caracterizando-a como uma crise do Estado, indicando aí suas causas e saídas, expressando uma visão unilateral e monocausal da crise. Sob o método de Marx, “tem-se que as mudanças em curso passa[va]m por uma reação do capital ao ciclo depressivo aberto no início dos anos 1970 [...] que pressiona por uma refuncionalização do Estado, a qual corresponde a transformações no mundo do trabalho e da produção, da circulação e da regulação” (BEHRING, 2008, p. 197).

Nos anos 1990, portanto, o neoliberalismo impunha aos governos de países da América Latina uma série de diretrizes formuladas pelo *Consenso de Washington*⁴² voltadas às políticas econômicas e a contrarreformas que retirariam direitos recém conquistados e dariam continuidade ao modelo violento do aparelho repressor estatal, agora sob o regime democrático, em que o inimigo passa a ser o negro favelado, o camponês sem terra, as crianças em situação de rua, os trabalhadores e as trabalhadoras grevistas, as populações tradicionais que reivindicam o reconhecimento de suas identidades e a retomada de seus territórios, contrapondo-se à lógica exploratória do capital e firmando resistências e trincheiras de luta no cotidiano.

⁴² “Na década de 1980, a América Latina foi particularmente tratada na outra famosa reunião internacional, conhecida como Consenso de Washington. Nesse *consenso*, um conjunto de tarefas foi elencado para que os governos latino-americanos pudessem continuar recebendo recursos do Banco Mundial. Essas tarefas vêm até agora, princípios de século XXI, sendo cumpridas. Muitas delas assessoradas justamente por essa rede (teia, armadilha) burocrática de organizações ‘repressivas’ que, ao organizarem a *sociedade civil* plural e desossada da estrutura de classes, divulgam o trabalho solidário e voluntário entre *cidadãos-empREENDEDORES*” (FERRARI, 2012, p. 77).

Com a chamada “crise da dívida” nos anos 1980, a resposta encontrada foi o reforço da estratégia de espoliação e de dominação nos países “em desenvolvimento”, como uma forma de “neocolonialismo” (MILLET; TOUSSAINT, 2006). As políticas econômicas dos países endividados se submetiam às condições do FMI, atingindo diretamente a implementação de políticas sociais, sob orientações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, com um discurso de crescimento econômico com *responsabilidade social* (FERRARI, 2012). Importante ressaltar que essa ideologia foi formulada por intelectuais (neo)liberais e reforçada pelo apoio financeiro e divulgação por instituições como

Organização Internacional do Trabalho (OIT); Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD); Fundo Monetário Internacional (FMI); Organização das Nações Unidas (ONU); e de poderosas outras entidades e fundações internacionais privadas ligadas a partidos políticos de cariz social-democrata europeus e estadunidenses: Fundação Friedrich Ebert; International Finance Corporation, ligado ao Banco Mundial; Fundação Konrad Adenauer; Fundação Ford; Fundação Ted Turner; Rockefeller; Kellogg's Foundation, entre outras. **Essas entidades financiam, fiscalizam e criam a teia burocrática que porá em andamento o decantado tecnológico do mundo novo. Assumem a função social (!) de elaborar os indicadores de miséria mundial e recomendam onde e como investir para eliminar esses bolsões.** Detectam o grau da doença, recomendam os remédios e, para os políticos que cumprem pragmaticamente a profilaxia prescrita, recompensam a lição de casa benfeita com prêmios internacionais (FERRARI, 2012, p. 76-77, grifo nosso).

Os indicadores criados pelas entidades internacionais levavam à *sugestão* de “remédios” a partir de políticas e programas sociais de cunho neoliberal. Além disso, a “teia burocrática” sofria modificações anualmente, que também impactavam nas agendas ministeriais. Quando implementadas, as políticas sociais estavam subordinadas - com algumas poucas exceções - a diretrizes formuladas pelos organismos representantes dos interesses do capital internacional. A chamada “reação burguesa”, realizou uma reestruturação do Estado, que passou a intervir de modo a reduzir as políticas sociais voltadas ao acesso a bens de consumo coletivo pela classe trabalhadora, característica própria à chamada (Contra)Reforma do Estado.

Organizada em movimentos sociais de resistência ao projeto neoliberal, a classe trabalhadora enfrentava uma realidade de perda de direitos sociais, alto desemprego, elevada carestia de vida e forte ofensiva ideológica, com a perseguição às suas organizações sindicais e movimentos sociais, ou mesmo com a cooptação de suas lideranças e representantes (LIMA, 2017). Além disso, o fim do chamado “socialismo real”, desacreditou o projeto socialista revolucionário, cada vez mais atacado política e ideologicamente pela ofensiva burguesa. Nessa perspectiva, Mattos (2020) afirma que o processo de transição democrática foi dirigido ainda sob a lógica da “contrarrevolução preventiva”, alcunha de Florestan Fernandes.

Assolada sempre pela ameaça da revolução proletária, ainda que em territórios distantes, a dominação burguesa no Brasil construiu-se sobre o pressuposto da

necessidade de prevenir tal ameaça, de forma a garantir as elevadas taxas de exploração da força de trabalho. (MATTOS, 2020, p. 122).

Como já vimos, diante da transição democrática, a luta de classes se acirrou, como observado no processo de elaboração da constituinte, em que tínhamos polos opostos disputando a direção do Estado. No entanto, o fortalecimento de pautas vinculadas aos interesses da classe trabalhadora era contraposto à força de organizações da burguesia, como a União Democrática Ruralista (UDR), formada em 1985, a mídia da época, com destacado papel da revista *Veja*, e o processo de “anistia”, que não reparou historicamente os crimes da ditadura, mantendo muitos dos políticos do período ditatorial na administração do Estado (ainda nos dias de hoje, com o exemplo da família Sarney, dentre tantas outras famílias). Com a primeira eleição direta, em 1989, ganha o projeto neoliberal.

O projeto neoliberal deve ser compreendido pelo exercício de abstração e análise da estratégia de desenvolvimento capitalista, que engloba as relações sociais (LEFEBVRE, 1973). As contrarreformas neoliberais afetaram o âmbito concreto das relações sociais. O nível de organização da classe trabalhadora foi afetado diretamente pela ofensiva ideológica burguesa que espalhou sua cultura da crise (MOTA, 2015), cuja essência está no processo de reestruturação produtiva, com a flexibilização do trabalho e as demissões em massa, a quebra dos vínculos sociais de classe, que contribuíram para certo grau de *apassivamento* da classe, já não mais reprimida no Brasil pelo terrorismo estatal, mas pela ameaça do pauperismo, como mencionamos linhas acima. Ainda assim, não se trata de uma paralisação da organização e da luta de trabalhadoras e trabalhadores, visto seu movimento de ascensos e descensos. Com a mediação da luta de classes, consolida-se no Brasil o Estado hegemônico pela ideologia neoliberal, onde se minimizam as políticas para os trabalhadores, maximizadas para os capitalistas (NETTO, 2011). Para Mattos (2020)

Além do “consenso passivo” criado em torno da estabilidade da moeda, o projeto neoliberal buscou construir bases de “consenso ativo” via incorporação de segmentos importantes das direções sindicais ligadas ao PT que comandavam a CUT, pressionadas objetivamente pelo crescimento do desemprego no setor industrial (sua base original mais significativa) e cativadas pela lógica do “menos pior”, acabaram demonstrando sua “disposição para o diálogo” – leia-se para a colaboração de classes com o empresariado. Algo que se tornou visível desde, pelo menos, as “câmaras setoriais” no governo Itamar Franco e ficou ainda mais explícito quando das negociações em torno do “acordo da previdência”, em 1997, já no governo FHC. Também se deve ter em conta que, participando da “gestão tripartite” de fundos públicos como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dirigentes sindicais cutistas compartilharam discursos e propostas com os empresários, ainda que pudessem obstar alguns projetos mais radicais de (contra)reforma trabalhista. Havia, porém, outro ponto de ligação entre as privatizações, a burocracia sindical de origem petista e a burguesia que merece ser lembrado: os fundos de pensão. (p. 125).

Tal citação traz diversos elementos, que contemplam a história recente, sobre os quais não nos aprofundaremos. Cabe aqui enfatizar que o processo de cooptação e apassivamento de nossa classe foi construído historicamente, dentro da estratégia burguesa de contrarrevolução preventiva, em que o neoliberalismo retira direitos numa perspectiva de “colaboração de classes”.

Vamos voltar um pouco mais no tempo: a vitória eleitoral em 1989 do candidato Fernando Collor de Mello (PRN) representou a integração da fração burguesa representante do capital financeiro ao bloco no poder, em um casamento com a fração financeira da burguesia instalada no Brasil (DEO, 2011), junto às frações da burguesia industrial (nacional e internacional) e agroexportadora (LIMA, 2017). Era a vitória do neoliberalismo. Esse governo buscou implementar um modelo de reestruturação econômica e social que inserisse o país nos “ciclos internacionais da mundialização do capital” (DEO, 2011, p. 68).

O governo Collor enfrentou denúncias de corrupção e um total descontrole inflacionário, que apelavam às camadas populares instalando a insatisfação popular, a partir disso foram realizadas grandes mobilizações sociais. Collor de Mello passa por processo de impeachment em 1992. Itamar Franco, seu vice, assumiria o posto e colocaria na ordem do dia um projeto de reestruturação econômica: o Plano Real, implementado no final de 1993, seguindo as diretrizes do Consenso de Washington (DEO, 2011). Segundo Behring (2021),

Vivenciamos nos anos inaugurais do Plano Real algo bastante diferente do crescimento mal dividido do desenvolvimentismo em seus vários matizes (1930 a 1980), bastante criticado na época como intervencionismo estatal. Os anos 1990 foram marcados pelo desmonte, a destruição não produtiva (TAVARES, 1999), numa espécie de reformatação do Estado brasileiro para a adaptação passiva à lógica do capital (CHESNAIS, 1996; HUSSON, 1999; BEHRING, 2003). Revelou-se, mais uma vez e sem surpresas, a natureza submissa e antipopular das classes dominantes brasileiras com medidas que fizeram o país andar para trás, se adotarmos, na análise, os critérios de Florestan Fernandes (1987) – a ruptura com a heteronomia e o enfrentamento do drama social crônico da desigualdade. Houve, portanto, uma redefinição do padrão de reprodução do capital no Brasil, acompanhada de uma contrarreforma do Estado abrangente, cujo sentido foi definido por fatores estruturais e conjunturais externos e internos e que engendrava um duradouro ajuste fiscal. (p. 166-167).

O Plano Real alcança seu objetivo proposto de “reconstruir a aliança política burguesa no Brasil” (DEO, 2011, p. 109), dando seguimento à implementação da recuperação das taxas de lucro, com recuperação do poder burguês no país, e implementação de políticas de caráter liberal-conservador pelo Estado brasileiro. A aliança burguesa havia perdido parte de sua legitimidade social devido ao apoio ao governo de Collor de Mello, recuperada com as medidas implementadas no governo de Itamar Franco. Tratava-se de um momento de recomposição do bloco de poder burguês, que foi continuado de forma bem-sucedida com a eleição de FHC:

[...] Eleito em 1994, assume em 1º de janeiro de 1995; sua tarefa – como ele mesmo anunciou em seu discurso de posse – seria a modernização econômica, política e social do Brasil. Tal modernização teria como premissa a inserção do país no novo ciclo de

internacionalização da economia mundial. Nesse novo ciclo o predomínio da fração financeira do capital mundial passa a ditar a lógica do processo de reprodução e acumulação capitalistas e o primeiro mandato de Cardoso (1995-1998) colocará o Brasil nos “trilhos” em que perseguirá, sempre de forma subordinada e dependente, a locomotiva do capital monopolista internacional. (DEO, 2011, p. 109).

O governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), ex-ministro da Fazenda no governo de Franco, foi o principal representante do projeto neoliberal no Brasil. Cardoso revisou o papel do Estado, realizando contrarreformas institucionais estratégicas (BEHRING, 2008), culminando em uma série de privatizações, e deu continuidade ao Plano Real, a fim de estabilizar a economia. Segundo Behring (2021, p. 164-165),

Debates sobre a necessidade de um ajuste fiscal no Brasil têm sido frequentes desde a debacle da ditadura, aprofundada pela crise da dívida entre 1980 e 1982, que levou muitos países latino-americanos para os braços do FMI. Tavares e Fiori (1993) mostram que houve cerca de quatorze planos econômicos de ajuste, tendo em vista controlar o processo inflacionário e estabilizar a economia até 1994, quando se tem a elaboração do Plano Real pela equipe econômica de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Ali se iniciava a primeira fase consistente do neoliberalismo no Brasil, pois FHC foi eleito para presidente, alçado pelo sucesso do Plano Real. Em 1995, sua equipe, tendo à frente Luiz Carlos Bresser Pereira, formula aquele que pode ser considerado o documento orientador de período e talvez o mais forte elemento de continuidade pós-constitucional: o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE, 1995).

A participação do país no processo de mundialização do capital foi intensificada no governo FHC, promovendo uma expressiva transferência de capitais para investidores externos, nunca antes medidos na história da República, utilizando-se desse projeto de reestruturação do Estado, em que a “desestatização” aparece como etapa estratégica que ampliava as privatizações (iniciadas ainda no governo Collor de Mello) e a abertura do mercado interno aos fluxos do capital internacional (DEO, 2011, p. 147). Segundo Behring (2021, p. 169),

As privatizações no período FHC – cerca de US\$ 49 bilhões mudaram de mãos públicas para privadas (BEHRING, 2003) – e a intensidade do ajuste mostraram quanto foi preciso muito Estado para criar o mercado “livre” do século XXI. [...] Ou seja, há uma associação entre autonomia e distanciamento em relação às pressões e à eficácia que cede espaço às tentações autocráticas, que historicamente fazem parte dos expedientes da burguesia brasileira e da alta burocracia estatal a ela vinculada.

A contrarreforma do Estado seguia as diretrizes recomendadas pela equipe econômica que se orientava pelo ajuste fiscal, desde 1995, tratando-se, segundo Behring, da “versão brasileira de uma estratégia de *inserção passiva* (FIORI, 2000, p. 37) e *a qualquer custo* na dinâmica internacional” (2021, p. 167), seguindo a opção neoliberal que não pode ser naturalizada como único caminho possível naquele contexto, como argumentava a tecnocracia, a intelectualidade liberal burguesa e a mídia, “na busca de consentimento e convencimento” (BEHRING, 2021, p. 167) para uma maior extração de mais-valia, buscando a recuperação da taxa de lucros.

Na particularidade brasileira, apesar de Bresser Pereira afirmar o PDRAE como pautado no social-liberalismo, as características neoliberais são pulsantes na contrarreforma do Estado

realizada no governo FHC, cujos princípios e ataques às políticas de seguridade social podem ser revistas nos dias atuais, pós-golpe de 2016, em que nosso “lugar no mercado mundial, a correlação de forças entre as classes sociais, a cultura política, as escolhas dos segmentos que detêm hegemonia, dentre outras mediações” (BEHRING, 2008, p. 197) são determinantes para a configuração do que posteriormente a autora chamaria de ajuste fiscal permanente. Tal reforma foi uma escolha, cujo centro é o ajuste fiscal. Trata-se de uma estratégia de inserção passiva na dinâmica internacional do modo de produção capitalista (BEHRING, 2008).

[...] transformações no Estado brasileiro são fundamentais numa agenda que se propõe a superar um Estado privatizado, volta-lo para a coisa pública e especialmente, imprimir maior eficiência em suas ações. O resgate da “dívida social” como parte das preocupações está obviamente associado à capacidade do Estado brasileiro de implementar políticas públicas. No entanto, para além desses argumentos muito genéricos, e por vezes de ocasião, há campos distintos no Brasil que apontam soluções inconciliáveis para as necessárias e esperadas transformações, sendo que procurei esclarecer aqui os termos do projeto hegemônico nos anos 1990 e de virada para o novo milênio. Espero ter demonstrado que a “reforma”, tal como foi (e ainda está sendo) conduzida, terminou por ter um impacto pífio em termos de aumentar essa capacidade de implementação eficiente de políticas públicas, considerando sua relação com a política econômica e o *boom* da dívida pública. Há uma forte tendência de desresponsabilização pela política social – em nome da qual se faria a “reforma” – acompanhada do desprezo pelo padrão constitucional de seguridade social. Isto ocorre *vis-à-vis* a um crescimento da demanda, associado ao aumento do desemprego e da pobreza, aprofundados pela macroeconomia do Plano Real [...]. O trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais – privatização, focalização e descentralização (Draibe, 1993) – tendeu a se expandir por meio do “Programa de Publicização”. Outro aspecto foi a forma tecnocrática e antidemocrática de condução, que se expressou pela dificuldade de conviver com o debate e a crítica, dentro de arenas onde estavam presentes sujeitos coletivos organizados. O recurso reiterado às medidas provisórias criou um ambiente onde a democracia foi quase retórica. [...] (p. 211-212).

Com tudo isso, o que se constata é que a contrarreforma do Estado levou à perda gradativa de soberania; à incapacidade do Estado em implantar uma política econômica na perspectiva do trabalho e do crescimento efetivo; à incapacidade do Estado para dirigir sua política econômica, sempre pautada por princípios e diretrizes oriundos de constrangimentos internacionais; e na falta de vontade política de reverter a desigualdade social. O objetivo do desmonte do Estado foi (e continua sendo) a adaptação do país ao capitalismo contemporâneo para obtenção de superlucros, isso é feito sob a mediação da nossa história, da nossa formação social e da relação entre as classes sociais. Sem as privatizações, os processos de aquisição e fusão não é possível a entrada de capital estrangeiro no país, o que justificou o programa de demissões voluntárias e privatização de uma série de empresas estatais e serviços públicos, inclusive de setores estratégicos, como telecomunicação e energias, o que leva à compreensão do processo de privatização como uma “reestruturação patrimonial” (BEHRING, 2008, p. 241).

Vamos mais a fundo. Havia um movimento global de crise, em que o Brasil se insere mais evidentemente nos anos 1990, que aponta como resposta a saída neoliberal. Essa “saída”

burguesa tem como eixo central, segundo Behring (2021), uma forte ofensiva sobre o trabalho, buscando a ampliação da subsunção e ampliação da extração de mais-valia ao redor do mundo, principalmente em países de economia capitalista dependente, como no caso do Brasil, assegurando a superexploração de uma das forças de trabalho mais baratas do planeta⁴³.

O setor financeiro foi o grande privilegiado, buscando criar escapatórias às crises de 1995 (crise bancária), 1997 (crise financeira asiática) e 1998 (crise financeira russa), como com a implementação do Programa de Estímulo à Reestruturação do sistema financeiro nacional (PROER)⁴⁴, em 1995 (DIAS, 2012). Além disso, a fim de buscar a estabilidade de preços no mercado, o governo se desonerou de diversas políticas sociais, realinhando-as à lógica privatista e financeirizada, estimulando o Terceiro Setor.

Através do mecanismo de emendas constitucionais, o governo FHC operou o projeto das frações burguesas no poder de esfacelamento das políticas sociais conquistadas no processo de elaboração da Constituição de 1988, através de medidas de desresponsabilização do Estado, levando os serviços públicos ao colapso e à precarização (Saúde, Educação, Habitação de Interesse Social, Saneamento Básico e Distribuição Energética), provocando o aumento da violência nas cidades e no campo, implementando uma contrarreforma trabalhista e a contrarreforma da previdência, uma política econômica de desvalorização do salário mínimo, de elevação da taxa de juros, ampliando a dependência do país (DEO, 2011).

No cenário da luta de classes, os trabalhadores rurais se organizavam massivamente em luta pela terra e contra a fome, que atingia milhões de brasileiros. Também houve uma modificação na organização dos trabalhadores, que passava por um período de descenso, em que os maiores episódios de paralisações e greves já não eram gerais, mas restritas a categorias específicas, como a de servidores públicos, principais afetados com as mudanças de FHC. Segundo Behring (2021),

Passado um primeiro e ilusório momento distributivo em função do controle da inflação, veio o desgaste de FHC pelas medidas adotadas em seu nome e pela reorientação do Real a partir do acordo com o FMI de 1998/1999. Esse era um contexto em que as forças vivas da redemocratização sob a liderança do PT, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de movimentos sociais, como o MST, faziam uma oposição combativa e se colocavam como alternativa política e eleitoral real. (p. 165).

⁴³ Informações sobre esses dados podem ser obtidas na reportagem do Jornal Valor Econômico. Fonte:

<https://valor.globo.com/brasil/coluna/mao-de-obra-industrial-e-uma-das-mais-baratas-entre-34-paises.ghtml>.

⁴⁴ “[...] Através deste expediente [o PROER], o Banco Central estava autorizado a investir grandes quantias nas instituições financeiras para salvá-las da bancarrota. Devido à redução da inflação – mecanismo que garantiu grandes lucros aos bancos durante a década de 1980 e início da de 1990, num ciclo conhecido como “ciranda financeira – e ao aumento da inadimplência, os bancos de menor porte, tais como o Econômico e o Nacional, não resistiram aos novos mecanismos da política econômica. De qualquer forma, o governo federal vai ao ‘socorro’ desses bancos, demonstrando claramente que a nova fração hegemônica no bloco histórico era composta pela burguesia financeira.” (DEO, 2011, p. 172).

O projeto liberal-conservador encontrou seu limite na ampliação das desigualdades sociais, nas contradições que perpassavam o cotidiano da classe trabalhadora, revelando com crueza a luta de classes nas cidades e no campo. Segundo Castelo (2010), o neoliberalismo dá sinais de esgotamento no final da década de 1990, levando alguns intelectuais a afirmarem a entrada em uma sociabilidade *pós-neoliberal*. Na América Latina, diversos governos alinhados às propostas do Consenso de Washington, perderam o poder estatal para lideranças políticas e sociais eleitas com apoio popular sob o discurso antineoliberal.

Vale lembrar que as sucessivas eleições de Hugo Chávez Frias, na Venezuela, desde 1998, a vitória no Brasil de dois governos de Luís Inácio Lula da Silva, o governo de Néstor Kirchner à Casa Rosada, em 2003, a chegada no poder da Frente Amplia representada por Tabaré Vázquez, no Uruguai em 2004, a ascensão de Evo Morales à presidência da Bolívia em 2005, e, em 2006, as conquistas de Rafael Correa no Equador e de Daniel Ortega, na Nicarágua, além da acirrada disputa no Peru e do processo eleitoral no México, representam uma transformação de enorme importância para o quadro político latino-americano” (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 154).

Espalhados por toda a América Latina, esses governos apresentavam propostas que se diferenciavam podendo ser subdivididas em três campos: 1) o social-liberalismo⁴⁵; 2) o novo desenvolvimentismo⁴⁶, ou neodesenvolvimentismo; e 3) o socialismo do século XXI⁴⁷ (CASTELO, 2010).

No Brasil, a vitória de Lula (PT), um presidente cuja formação política se deu nas lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores sindicalizados, no processo de resistência e luta contra o governo ditatorial, reafirmava a perspectiva de aparente encerramento de um ciclo político econômico

⁴⁵ “O social-liberalismo é uma proposta de revitalização do neoliberalismo por meio da adoção de uma agenda política de alívio às expressões mais agudas da ‘questão social’. Ele ganha força a partir da publicação dos trabalhos de Anthony Giddens, sobre a Terceira Via; de Alain Touraine, sobre a Via 212; de Amartya Sen, sobre o desenvolvimento humano, entre outros. Tais propostas ganham materialidade institucional por meio de políticas sociais assistencialistas e focalizadas de transferência de renda, programas de economia solidária e de empoderamento dos indivíduos e comunidades e de medidas regulatórias do Estado diante das falhas do mercado.” (CASTELO, 2010, p. 23).

⁴⁶ “Adotando as posições centristas moderadas, o novo-desenvolvimentismo, que em quase nada lembra o velho desenvolvimentismo latino-americano, coloca em discussão projetos nacionais de crescimento econômico combinados a uma melhora substancial nos padrões distributivos da América Latina. A consecução desse objeto passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na ‘questão social’, principalmente no tocante à redução da incerteza inerente às economias capitalistas periféricas. Nesse caso, podemos constatar a influência das ideias keynesianas. Sua força é crescente e se faz sentir na Argentina e em setores do governo Lula” (CASTELO, 2010, p. 23-24).

⁴⁷ “Do lado mais à esquerda do espectro político, temos o socialismo do século XXI, iniciado com a Revolução Bolivariana de Chávez em 1998. Ainda marcado por fortes pressões contrárias, como movimentos separatistas das elites descontentes, golpes militares com o apoio dos Estados Unidos e campanha difamatória orquestrada pela grande mídia, o socialismo do século XXI busca consolidar o rompimento dos elos de dominação imperialista que ligam a periferia ao centro; busca também combater as relações capitalistas, coloniais e racistas internas a cada um dos países da região andina. Sua principal iniciativa de integração político-econômica é a *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra America* (ALBA), e suas raízes ideológicas, ainda muito frágeis do ponto de vista teórico, remontam aos antigos líderes independentistas, como Simon Bolívar e José Martí, ou revolucionários como Zapata e Sandino, bem como a ramos da teoria marxista, como a da Dependência.” (CASTELO, 2010, p. 24).

liberal-conservador. Porém, o que se constata é que a transição ao novo ciclo, sob a regência de um governo considerado progressista, não ocorreu apenas com rupturas, mas com muitas continuidades.

Lula não rompeu totalmente com a política econômica liberal de Fernando Henrique Cardoso, mas teve uma sagacidade política que faltou ao seu antecessor. O novo presidente determinou uma transferência de renda para os muito pobres através de programas sociais como o bolsa-família. Isso (embora não só) lhe garantiu forte apoio popular. O aumento real do salário mínimo, o programa ‘luz para todos’, o crédito consignado e a manutenção e ampliação do sistema de seguridade social foram fundamentais também. O Governo também contornou a luta de classes ao internalizar os conflitos sociais no aparelho de Estado, dando ministérios tanto aos representantes do capital quanto [...] aos representantes do trabalho. [...] (SECCO, 2012, p. 205-206).

Deu-se sequência a estratégias neoliberais burguesas de apassivamento da classe trabalhadora, com um processo de transformismo, de captura de suas necessidades sociais e amoldamento às necessidades do capital, ainda que sob o discurso de novas propostas políticas, novas perspectivas de diretrizes, numa processualidade socio-histórica que avança, conservando em sua essência elementos da velha ordem.

No caso brasileiro, não apenas intelectuais conectados às lutas da classe trabalhadora nos anos 1960 a 1980 percorreram o caminho do transformismo, mas podemos dizer que também aqui, como no caso italiano examinado por Gramsci, partidos inteiros nascidos das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras viveram um processo de transformismo. O que Coelho observa em relação aos anos 1990 é, por um lado, uma mudança significativa no quadro objetivo em que se processa a luta de classes no Brasil (e no mundo), no qual a concorrência extrema entre trabalhadores, em uma situação de desemprego galopante, acaba por ser “desfavorável à afirmação da unidade de classe”. Por outro lado – e esta não é uma consequência necessária da primeira alteração –, no projeto político representado pelo PT ocorre uma “troca da referência de classes [...] pela generalidade formal da cidadania”, o que acarreta “outra forma de destituição da ‘autoconsciência crítica’”. Tal processo é explicado por ele a partir da dissolução dos vínculos orgânicos entre a direção política petista e a classe trabalhadora, na medida em que os quadros dirigentes do partido se burocratizaram e, ao mesmo tempo, tenderam a cada vez mais posicionarem-se “num campo sob a direção intelectual e moral da burguesia”. (MATTOS, 2020, p. 129-130).

As candidaturas de Lula, mesmo antes de sua primeira vitória em 2002, se aproximavam mais da burguesia a cada pleito. Ainda na segunda eleição de Lula, em 1994, por exemplo, o banco Bradesco doou cerca de R\$500 mil para sua campanha eleitoral. Apenas pode-se dizer de uma divisão mais igual de doações empresariais na eleição de 2006, quando Lula e Alckmin receberam praticamente os mesmos investimentos (MATTOS, 2020). Não é possível afirmar que o governo Lula simplesmente deu continuidade ao programa de governo de Fernando Henrique Cardoso, mas é inegável que elementos próprios ao neoliberalismo estiveram enraizados em seu primeiro mandato (IASI, 2012; DEO, 2011; SECCO, 2012) e que, pela própria processualidade da transição de governo, incorporou elementos da gestão anterior. Segundo Behring (2021, p. 176),

Sustentamos a hipótese de que houve no Brasil dos governos petistas alguns deslocamentos em relação às orientações neoliberais mais duras do Consenso de Washington, plenamente encaminhadas e realizadas entre 1995 e 2002, [...] mas não

rupturas quanto ao essencial do ajuste fiscal. Para conter os impactos mais deletérios e explosivos do neoliberalismo e acompanhando os deslocamentos internos nos núcleos formuladores daquelas orientações (a exemplo dos Prêmios Nobel de Economia Joseph Stiglitz e Amartya Sen), bem como respondendo às pressões da crise do capital no seu momento mais agudo, destacadamente a partir de 2008, produziram-se mudanças no Brasil induzidas pelo Estado, sob a gestão dos governos de coalizão de classes do PT.

Os determinantes para as políticas de governo implementadas no governo Lula correspondem à processualidade histórica do padrão de acumulação de capital e da dinâmica da luta de classes. Haveria, segundo Iasi (2018), um equívoco na linha política desse governo, e na leitura geral do partido, em que vinculam “o amadurecimento e as condições de socialização política e da dinâmica de direitos ao bom desenvolvimento da economia capitalista” (p. 141). Vimos aí a adesão aos postulados ideológicos dessa decadência burguesa.

Já em 2002 ao apresentar os eixos de sua proposta de governo, o PT afirmava como prioritário os três primeiros eixos relativos à chamada dívida social (gerar empregos, melhores salários, diminuição das desigualdades, reforma agrária etc.), à democratização da sociedade e do estado e à inserção soberana na ordem internacional. Mas alertava que esses eixos estariam subordinados à capacidade de manter em funcionamento adequado a economia do país, e, para isso, se apresentava o compromisso de manter os marcos macroeconômicos de saneamento do Estado (equilíbrio orçamentário, fiscal e cambial), assim como incentivos ao desenvolvimento econômico. (IASI, 2018, p. 141)

O sucesso do primeiro mandato de Lula na presidência no cumprimento das metas apresentadas em seu programa de governo e na Carta ao povo brasileiro (de ampliar as exportações), tem como base medidas político-econômicas tomadas ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (DEO, 2011), além das determinações que compunham o cenário internacional, “a natureza capitalista, monopolista e imperialista da ordem mundial contemporânea” (IASI, 2018, p. 141). Segundo Deo (2011, p. 236),

No Governo Lula, a balança comercial brasileira alcançou índices crescentes de superávits, invertendo a tendência de déficits observada no período de 1995-2000. Alguns fatores contribuíram decisivamente para esse novo quadro. No cenário externo, a expansão da economia mundial, [...], foi determinante; internamente, as medidas tomadas a partir da crise Russa (1999) começaram a surtir o efeito desejado. Com a mudança do regime cambial (câmbio livre/flutuante), o Real passa por um processo de depreciação, favorecendo as exportações. Junte-se a isso o aumento da “produtividade” e da “competitividade” das mercadorias brasileiras, resultado direto da reestruturação produtiva e da abertura comercial verificadas durante a década de 1990. Devido ao baixo dinamismo do mercado interno – resultado do pífio crescimento econômico brasileiro na citada década –, importantes setores produtivos buscaram nas exportações uma forma de “compensação” para seus negócios.

O capital atuante no país necessitava viabilizar saídas à sua crise. A reação burguesa buscava reestabelecer a taxa de lucros e uma elevação no padrão de acumulação de capitais em todo o mundo. Era imprescindível que a burguesia contivesse a luta de classes, que as conquistas a classe trabalhadora fossem comprimidas e tudo isso deveria ser realizado de uma forma tal que estes não se apercebessem. Surgia então a necessidade de alterações no padrão de

reprodução do capital, cujo projeto petista atendia a demandas postas tanto pelo capital, quanto pelo trabalho, garantindo a conciliação de classes e a possibilidade de construção de coesão e consenso. Sobre a importância do consenso no processo de construção da hegemonia, deixamos a citação de Busnello (2020, p. 65):

Gramsci (1999a) argumenta que o controle calcado no consenso derivado desse bloco ideológico é mais eficaz do que aquele calcado sobre a coerção, em razão de que o consenso implica uma economia de recursos políticos e econômicos. Ou seja, dispensa o gasto com a repressão (dentro os quais vale destacar gastos com o soldo, armas e estrutura penitenciária), além de evitar o possível desgaste político frente à sociedade abalada pela sensação de opressão, desordem e violência. Contudo, esse recurso de dominação pela coerção de um segmento da sociedade sobre outros segue sendo muito usado, justamente por se tratar de sociedades caracterizadas pela distribuição econômica desigual e tensionada por interesses contraditórios e antagônicos das classes presentes. **Já o consenso, enquanto consequência da hegemonia, manifesta-se de modo circunstancial. Conforme Gramsci (1999a), por intermédio dos aparelhos privados voltados à produção da hegemonia é que se estabelece uma direção moral, intelectual e ideológica que resulta na construção do consenso.** Este pode assumir tanto uma forma ativa quanto passiva – por vezes denominadas pelo autor como forma direta ou indireta. O consenso ativo, conforme anuncia o pensador italiano, implica a participação dos indivíduos, ainda que isso provoque uma aparência de desagregação e tumulto (GRAMSCI, 1999d). Em determinadas circunstâncias, o consenso ativo pode ser mais útil para que determinado grupo se torne hegemônico; outras vezes, pode ser o passivo, e ainda há vezes em que é indiferente o tipo desse consenso. Neste caso, Gramsci (1999b, p. 90) afirma, “la burguesía tomó el poder luchando contra determinadas furezas sociales ayudada por otras determinadas fuerzas; para unificarse en el Estado debía eliminar a unas y tener el consentimiento activo o pasivo de las otras”. O que importa é que consiga alcançar um nível de consciência coletiva que garanta seu espaço de poder.

1.5 Os governos petistas: a conciliação de classes como estratégia de governabilidade

A estratégia da revolução passiva, apontada por Gramsci (2011), captura necessidades postas pelas “classes subalternas”, atendendo-as ao mesmo tempo em que procura readquirir o consentimento para sua permanência no poder, garantindo sua legitimidade em um momento de crise de hegemonia. Falar em revolução passiva não significa afirmar que um grupo seja dirigente de outros, mas que o Estado, ainda que limitado, é o “dirigente” do grupo, dispondo da força (exército, polícias etc.) e da diplomacia. O Estado dirige então uma luta de renovação, que pode recorrer a expressões “reformistas” da estrutura econômico-política, que possibilitaria transformações político-culturais sem radicalismos, mas que também pode recorrer apenas ao domínio (sem a direção), ou seja, a uma ditadura sem hegemonia, apenas pela força (GRAMSCI, 2011). Em alguns momentos de nossa história a burguesia recorreu a esse recurso, como em 1964.

Para Gramsci (2011), o fascismo seria precisamente a forma de “revolução passiva” do século XX, tal como o liberalismo foi a do século XIX, daí identificarmos que o ascenso do

neofascismo que reconhecemos na atualidade brota ainda no período petista. Evitando os conflitos e ascensos da organização e luta da classe trabalhadora, a revolução passiva se constitui, reforma a organização da estrutura econômica, formando um amálgama entre o individualismo e a massificação, possibilitando através de uma ofensiva ideológica a passagem de forças políticas e culturais que amoldam a luta de classes, em um caráter passivo, de reforço ao corporativismo, ao nacionalismo (GRAMSCI, 2011). Porém, tal amálgama se forma processualmente, e é preciso identificar seus determinantes em nossa história social (que tem na violência e no racismo traços característicos desde a colonização, como fundamento para a superexploração do trabalho). Partindo da reflexão de Behring (2021), concordamos que:

Parece certo que não estamos diante de um *regime* fascista. Os sinais de recrudescimento antidemocrático possivelmente nos aproximam da “democracia blindada que não dispensa os blindados” no marco de um semibonapartismo (DEMIER, 2019), mas que pode se desdobrar para uma ditadura aberta (e fascista), caso a dinâmica da luta de classes não coloque os freios necessários. Há interpretações bastante diferentes sobre o significado de fascismo e os processos que estão diante de nós, os quais ora se aproximam, ora se afastam peremptoriamente dessa caracterização, levando-nos a constatar que estamos diante de uma espécie de simulacro. Seria, pedindo licença a Marx (2011), a história não se repetindo, a não ser como tragédia ou farsa? E neste caso, tragédia e farsa? (p. 201).

É importante, pois, conhecermos o contexto histórico que forja o fascismo enquanto fenômeno histórico e o processo de ascensão do neofascismo, que não se constitui enquanto regime, mas que se enraíza na vida cotidiana, propagando o anticomunismo, o machismo e a misoginia, o racismo, o capacitismo, a LGBTQIAPN+fobia, o especismo, a intolerância a religiões não cristãs, o classismo etc.

Focaremos, a partir de agora, em nossa história recente, nas bases para o enraizamento do neofascismo, que vemos no projeto transformista operado um ninho para o ovo da serpente, que tem no bolsonarismo uma de suas expressões (MATTOS, 2020). Em primeiro de janeiro de 2003, toma posse na Presidência da República uma figura que representava, ainda que simbolicamente, um inimigo da burguesia: um proletário, sindicalista, de um partido que se dizia socialista, um partido dos trabalhadores, mas que realizou uma série de concessões para chegar ao poder. Seu partido retirou a estratégia socialista de seu programa, num contexto em que por toda a América Latina se vivenciava o ascenso do que ficou chamado de “Socialismo do século XXI” (como na experiência venezuelana, por exemplo); aliou-se com a centro-direita, operando uma inflexão moderada (IASI, 2012). A citação abaixo explicita esse movimento:

[...] a maioria dos empresários preferia uma saída de continuidade nas eleições de 2002, mas a deterioração das condições sociais decorrente do desmanche neoliberal indicava forte possibilidade de uma vitória das oposições. Testadas as possibilidades mais variadas, um setor burguês construiu as pontes com a candidatura do Partido dos Trabalhadores. Não à toa, Lula se apresentou candidato enfatizando que não “quebraria contratos”, construiu sua chapa em aliança com o Partido Liberal e

convidou o maior empresário da indústria têxtil brasileira – José de Alencar – para vice. A aproximação com a burguesia resultou em um financiamento empresarial da campanha de Lula quase tão vultoso quanto o de José Serra, candidato do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). (MATTOS, 2020, p. 127).

A conciliação de classes - materializada não somente no chamado presidencialismo de coalizão - serviu diretamente à estratégia burguesa da revolução passiva, garantindo a fragilização das lutas e da organização operária, contendo-as, impedindo a ruptura com as formas de relação de propriedade (em que os grandes latifúndios e sua burguesia se perpetuam no domínio econômico e político) e com as relações sociais de produção (com a superexploração cada vez mais agudizada em nossa particularidade), dois dos determinantes fundamentais para a conformação do Estado (LIMA, 2017).

Com a eleição de Lula (PT) em 2002, a partir de um programa de governo conciliador, as medidas liberalizantes do governo FHC passaram por alterações, ainda que o ajuste fiscal tenha sido continuado. Em seu primeiro mandato, Lula ampliou a taxa de juros, operou um arrocho monetário, adotou uma meta de superávit primário superior à exigida pelo FMI, realizou uma reforma na lei de falências, além de uma contrarreforma da previdência abrangendo os servidores públicos e aprofundou o processo de abertura ao capital financeiro (PAULANI, 2016). Mas os governos petistas foram além. Deram continuidade ao modelo privatista e o ampliaram com as ferramentas regulatórias das Parcerias Público-Privadas, as PPPs (implementadas pela Lei 11.079/2004), OSCIPS e OSS, terceirizando funções do Estado. Além disso, o microcrédito e o crédito empresarial facilitados, a simplificação do acesso ao crédito e à formalização do empreendedorismo, o perdão de dívidas de empresas e o incentivo do Banco Central aos bancos privados levaram a uma potencialização do capital financeiro, que ganhou força política. Cada uma dessas iniciativas evidencia que a estratégia da pinça⁴⁸ falhou, inflando o braço da relação com a burguesia, cada vez mais fortalecido, segundo Mattos:

[...] a montagem do primeiro ministério de Lula demonstra que as representações do grande capital em geral compuseram o primeiro escalão do governo e se mantiveram ao longo de todos os anos seguintes. O “setor financeiro” foi representado por Henrique Meirelles no Banco Central nos anos Lula e teria em Joaquim Levy, como ministro da Fazenda de Dilma Rousseff no primeiro ano de seu segundo mandato

⁴⁸ A *estratégia democrático-popular* aparece em registros do V Encontro Nacional do PT, em dezembro de 1987. “Tal estratégia não surgia apenas com o objetivo de centralizar a linha política do partido, a partir de sua conjuntura interna. Ao contrário, buscava uma proposta que contemplasse o movimento de ascenso de lutas. Naquele ano, haviam ocorrido diversas mobilizações sociais, e uma tentativa (frustrada) de greve geral (IASI, 2012), em que a burguesia cada vez mais aplicava sua estratégia de quebra da organização dos trabalhadores. Era preciso preparar um programa para as lutas e para as disputas eleitorais. O PT apontava como objetivo estratégico para se alcançar o socialismo, a conversão da classe trabalhadora em classe ‘hegemônica e dominante’ no poder do Estado (IASI, 2012, p. 422). Adotava-se a chamada ‘estratégia da pinça’: por um lado, se colocava a necessidade de acirramento das lutas sociais, com o fortalecimento das organizações sindicais e movimentos populares; por outro lado, a classe trabalhadora se tornaria ‘hegemônica e dominante’ no poder do Estado pela via eleitoral, ou seja, pela entrada da classe na esfera de regência da institucionalidade burguesa, como tática para a construção do socialismo.” (LIMA, 2017, p. 72).

(2015), seu último representante direto no centro das equipes econômicas dos governos petistas. O agronegócio se fez representar no primeiro mandato de Lula pelo seu principal organizador, Roberto Rodrigues, como ministro da Agricultura, e nunca deixou o primeiro escalão, como o demonstra a participação da líder “ruralista” Kátia Abreu no governo Dilma. Empresários do setor industrial e exportador também passaram por aquelas cadeiras, como ficou evidente no primeiro ministério Lula pela presença de Luís Fernando Furlan no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. (p. 134).

Mesmo com a ampliação do programa liberal macroeconômico, os governos petistas investiram em políticas sociais de alto impacto. Exemplo disso foi a valorização real do salário mínimo, que segundo Leda Paulani (2016), alcançou 85% entre 2003 e 2014. Isso impactou diretamente cerca de 20 milhões de beneficiários do regime geral de previdência social (tão atacados com a atual contrarreforma previdenciária), além disso, o Programa Bolsa Família também alcançou milhões de famílias brasileiras, o Programa de Cisternas entregou cerca de 750 mil cisternas entre 2011 e 2014, contribuindo para o enfrentamento da seca na região nordeste, o Programa Minha Casa Minha Vida, que apesar de conciliar necessidades sociais com necessidades do capital, contribuiu para a redução (ainda que tímida) do *déficit* habitacional, dentre outros programas e políticas sociais que atendiam as demandas da população trabalhadora e de baixa renda (PAULANI, 2016).

Ora, a combinação desses dois elementos (agenda liberal e políticas sociais de alto impacto) é, em princípio, contraditória, porque vai aumentando a importância e a presença do Estado na economia, além de exigir um nível cada vez maior, ao invés de menor, de regulamentação em vários setores e instâncias da vida socioeconômica. Além disso, essas políticas foram fortalecendo e ampliando os direitos sociais garantidos pela Carta de 1988. Mas enquanto prevaleceu o crescimento econômico puxado pelas exportações e pelo efeito multiplicador dessas mesmas políticas, essa contradição foi acomodada. (PAULANI, 2016, p. 73)

O primeiro mandato do governo Lula se caracterizou por manter o câmbio flutuante, seguindo as orientações dadas por intelectuais orgânicos de frações da burguesia, como Henrique Meirelles, dando continuidade aos compromissos firmados com o FMI pelo governo anterior, seguindo as metas de controle inflacionário e continuando o ajuste fiscal (DEO, 2011) iniciado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Também se incentivou a produção de *commodities* no campo, fortalecendo o setor de exportações, privilegiando as frações burguesas da indústria de base e o agronegócio, que se somaram ao bloco de poder. Cabe ressaltar que mesmo sendo privilegiadas, tais frações ainda não possuíam o mesmo grau de hegemonia na direção das políticas econômicas implementadas pelo governo Lula em seu primeiro mandato, que a fração burguesa do capital rentista-financeiro:

Afirmamos anteriormente que durante o Governo Lula, as frações industriais e agrárias da burguesia ampliaram sua participação e influência na aliança política de sustentação de seu governo. Contudo, essa maior influência não nega a determinação hegemônica por parte do capital financeiro no bloco de poder dominante, mesmo porque, as frações da burguesia industrial e da burguesia agrária que conseguem ampliar sua participação

passam a exercer também funções financeiras, pois suas atividades econômicas estão diretamente ligadas ao setor exportador. Tal fato foi possível devido à iniciativa da equipe econômica de Luis Inácio de dilatar o “prazo para cobertura cambial das exportações”, o que implicou ainda em uma ampliação da abertura financeira do país. Essa medida permite aos exportadores escolher o momento de internalizar suas receitas, aumentando assim “a volatilidade de capital e financeira do balanço de pagamentos”. As divisas geradas com as exportações passam a ingressar no país de acordo com os interesses dos exportadores, que podem agora explorar as taxas de juros externas. Ou seja, os setores exportadores passam a comparar as melhores taxas de juros – interna ou externa – e as expectativas cambiais, para introduzirem no mercado interno os recursos gerados pelas exportações, o que “aponta para o aprofundamento do processo de financeirização da economia”. Esse mecanismo proporciona uma forte aproximação entre os interesses dos setores exportadores e financeiros. Na verdade, passam “a ser um só” [...]. (DEO, 2011, p. 247-248).

Tais interesses fundiram-se fortalecendo o projeto de frações da burguesia em torno de uma estratégia de governo, que cimentava o bloco de poder constituído, concretizando a revolução passiva. “Era hora do neoliberalismo sofrer um suave ajuste na sua direção estratégica.” (CASTELO, 2013a, p. 244). A burguesia buscava criar as condições de sua recuperação enquanto classe hegemônica a partir da operacionalização de um novo padrão de reprodução do capital como saída à crise.

[...] o Estado, agora, teria uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas, visando garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar as expressões da “questão social” através do controle da força de trabalho e do atendimento de necessidades mínimas dos “clientes” dos serviços sociais. (CASTELO, 2013a, p. 244).

Aí está a essência do ajuste caracterizado por Castelo como social-liberal, proposto por intelectuais orgânicos da burguesia, como mencionamos, no qual o Estado interviria sobre as expressões da “questão social” no que tange aos aspectos políticos, humanitários e ecológicos (CASTELO, 2013a). Haveria então, “um sincretismo entre o mercado e o Estado, imaginariamente capaz de instaurar a justiça social” (CASTELO, 2013a, p. 247), as desigualdades socioeconômicas passam a ser consideradas um dilema social a ser tratado pela burguesia e seus intelectuais. Tais intelectuais formam o campo ideológico hegemônico no seio da academia nos anos 2000-2010, com destaque para Anthony Giddens, Alain Tourraine, Amartya Sen, Dani Rodrik, Jeffrey Sachs, John Williamson, Joseph Stiglitz, Pierre Rosavallon, além dos brasileiros: André Urani, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Marcelo Neri, Ricardo Henriques, Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça (CASTELO, 2013a). Tais autores influenciam as políticas tomadas pelos governos social-liberais, mas também influenciam as medidas atuais.

O social-liberalismo, que segundo Castelo (2013a) foi adotado pelos governos petistas, era “uma versão ideologicamente decadente do antigo desenvolvimentismo produzida pelo transformismo” (BEHRING, 2021, p. 181). Essa vertente liberal aposta que o mercado é a

melhor forma de organização social para a produção de e acesso à riqueza, reconhecendo suas falhas pontuais e episódicas, principalmente no tocante à má distribuição e à destruição ambiental, criticadas e compreendidas como agravantes de momentos de crise, o que requer uma regulação estatal seletiva (LIMA, 2017).

O Estado que se pauta nas diretrizes do social-liberalismo assume uma atuação intensa nas expressões da “questão social” mais exacerbadas, tais como a pobreza, a degradação ambiental, doenças infectocontagiosas, violências etc., programa mínimo que ficou consagrado internacionalmente nas Metas do Milênio (CASTELO, 2013b). Ressaltavam-se temáticas centrais para a ideologia social-liberal, tais como a “equidade social”, “desenvolvimento sustentável” e a “participação ativa da sociedade civil nas tomadas de decisão dos governos” (CASTELO, 2013a, p. 253).

Em seu primeiro mandato o mote da proposta de governo de Luís Inácio da Silva era o desenvolvimento econômico com redistribuição de renda. O revisionismo neoliberal que levou à elaboração de propostas do social-liberalismo se apresentava nos programas de governo daquele primeiro mandato, demonstrando seu alinhamento direto com as diretrizes das agências internacionais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (LIMA, 2017). O Partido dos Trabalhadores (PT), ao chegar ao poder, não operou um projeto para a classe trabalhadora, ao contrário, subordinou-se e subordinou-a ao projeto burguês, à estratégia de sobrevivência do modelo que garantiria a manutenção da hegemonia de suas frações dominantes. Não se trata de afirmar que o transformismo reproduzido pelo partido se deu baseado em aspectos meramente políticos, em vontades voluntaristas.

É preciso entender sua essência a partir de uma base concreta, do real, em que as transformações no mundo do trabalho gestariam um processo de flexibilização e precarização, as crises financeiras assumiriam alcance mundial e as lutas de resistência ao projeto neoliberal, que vinham desde o final dos anos 1980 produzindo uma crise de legitimidade da política e do Estado, geraram um período de crises conjunturais (CASTELO, 2013a; 2013b) que impetravam uma reação burguesa, orquestrada pela fração rentista-financeira, um transformismo também da própria “classe dirigente”. Coube ao partido, como já afirmado, acompanhar este processo, remoldar-se a essa conjuntura. (LIMA, 2017, p. 84).

Para a viabilidade do projeto de recuperação da burguesa, era preciso a formação de um consenso, uma estratégia que conciliasse o atendimento às necessidades do capital e de necessidades sociais exacerbadas. O consenso alcançado no primeiro governo não foi “genérico e vago”, resumido ao momento eleitoral, mas garantiu a governabilidade: “o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (GRAMSCI, 2011, p. 267).

O PT era o agente político oportuno ao projeto restaurador burguês. A partir da figura histórica de um trabalhador, líder sindicalista, que sempre dialogou e negociou com a patronal,

seria possível a construção da conciliação necessária à manutenção do padrão de acumulação de capital, que se utilizou, inclusive, das políticas sociais, sob orientação social-liberal – formuladas a partir das necessidades sociais da classe trabalhadora –, através da expropriação, direta ou indireta, dos recursos do fundo público nelas alocados para realizar sua expansão e recuperação da taxa de lucros (LIMA, 2017).

O objetivo principal do social-liberalismo era preservar a primazia da lógica do mercado como mecanismo de alocação dos recursos e conjugá-la com um nível de regulação estatal, evitando a agudização de certas expressões da “questão social” e as revoltas populares. A “estratégia da pinça”, adotada pelo PT, estava ligada ao Projeto Democrático-Popular, e se casava ao projeto conciliatório da revolução passiva, para a legitimidade necessária à efetivação das demais estratégias burguesas para manutenção e ampliação da extração da mais valia no país. O social-liberalismo era a aliança necessária no plano ideo-político, que sedimentou a cooptação de um partido de caráter social-democrata ao projeto do “novo reformismo-restaurador liberal” (CASTELO, 2013a, p. 274).

[...]O bloco histórico neoliberal sofreu abalos nos anos 1990, mas foi remodelado sobre velhas bases e uma nova roupagem: o que se vislumbra com as teorias do social-liberalismo é um projeto ideológico classista de retomada da supremacia neoliberal que ganhou impulso com o acoplamento de amplos setores da social-democracia e de ex-comunistas cooptados ao novo reformismo-restaurador liberal. O transformismo social-democrata na supremacia neoliberal resultou no aprofundamento de pontos da agenda neoliberal, e não na sua amenização. O que importa destacar é que a operacionalização política e ideológica do neoliberalismo sofreu uma inflexão – contraditoriamente marginal e relevante – após o ingresso da social-democracia na concepção do mundo que fornece a argamassa da solidificação do presente bloco histórico. (CASTELO, 2013a, p.273-274).

O bloco histórico no poder não era monolítico, mas possuía diversas frações da classe burguesa com projetos e estratégias complementares e divergentes, revelando seu caráter contraditório. Nas disputas internas no próprio governo, um grupo defendia uma proposta neodesenvolvimentista, baseada no que foi o *desenvolvimentismo*, ou seja, buscava conciliar a política macroeconômica neoliberal com antigas políticas desenvolvimentistas no movimento histórico contemporâneo (CASTELO, 2013a). O governo petista reforçava o empreendedorismo e o individualismo como ideologias e deslocava as contradições próprias à luta de classes “para o campo das possibilidades de melhor distribuição de riqueza gerada pela superexploração do trabalho e pelos recursos da natureza” (AMARAL, 2013, p. 01).

No campo das políticas sociais, o modelo econômico adotado atuava por meio de programas de transferência de renda, que assumem a centralidade das políticas, em substituição ao direito ao trabalho. Tal posição forma uma cultura e uma ideologia que estimulam e referenciam as práticas de empreendedorismo, da economia solidária, do autoemprego, da

empregabilidade para enfrentar os efeitos da destrutividade neoliberal e de um novo contexto, onde capital e trabalho não são incompatíveis. (AMARAL, 2013, p. 01).

Alguns setores do governo Lula começavam a idealizar a execução de medidas que reforçassem o processo de construção de um consenso entre capital e trabalho, não apenas através de propagandas midiáticas, mas também através dos Conselhos, de ministérios (com destaque para o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário), de uma propaganda ideológica cujo fundamento era a base material, produtiva, adequada aos interesses de frações da burguesia nacional (LIMA, 2017).

Sabe-se que, com a crise política que emerge após as denúncias do mensalão, diversos ministérios do governo Lula passaram por reestruturações, abrindo espaço para seus aliados da centro-direita e representantes da burguesia, fortalecendo sua base aliada. O chamado presidencialismo de coalizão, forma de governo utilizada desde o governo de FHC e exponenciada com os governos petistas, se deu, segundo Iasi (2014, p. 55),

[...] pela formação de bases de apoio buscando alianças com as bancadas e seus líderes, tendo como moeda de troca a oferta de cargos no governo, aprovação de emendas orçamentárias visando atender aos lobbies que atuam por meio dos parlamentares, ou na liberação de recursos de formas lícitas e, como vimos, ilícitas.

Na Casa Civil, saía José Dirceu, denunciado no episódio do mensalão, e entrava Dilma Rousseff, transformando o ministério no maior gestor do governo. Desde o primeiro mandato de Lula até o final do primeiro governo de Dilma Rousseff o incentivo ao consumo figurou como elemento de importância crucial e em escala cada vez maior, ampliando a figura do cidadão-consumidor, enraizado junto às “classes subalternas” a partir da ofensiva ideológica construída com a cultura da crise (MOTA, 2009).

O programa Bolsa Família concedia a famílias pobres um benefício mensal que variava de acordo com a renda e o tamanho da família e tinha como um de seus objetivos a ampliação do consumo (fosse de alimentos, roupas, remédios etc.). Para ampliar o consumo outras medidas, também inspiradas em diretrizes do Banco Mundial, foram tomadas como a expansão continuada do valor real do salário mínimo, a concessão de incentivos para a produção e aquisição de bens duráveis, por meio de isenções fiscais, linhas de crédito com baixas taxas de juro e, em alguns casos, subsídios diretos (LIMA, 2017). Essas medidas gestaram a “nova classe média” – aventada pelo aumento do consumo de trabalhadores e de pequenos empresários. Importante destacar que essa “classe média” é fundamental para a consolidação do projeto conservador neofascista vigente na atualidade e muito se assemelha àquela denunciada por Gramsci ainda no século XX:

Também na Itália a classe média acredita poder resolver os problemas econômicos através da violência militar; acredita poder solucionar o desemprego com tiros de

pistola e aplacar a fome e enxugar as lágrimas das mulheres do povo com rajadas de metralhadora. A experiência histórica não vale para os pequenos burgueses, que não conhecem a história: os fenômenos se repetem e ainda repetirão, além da Itália, nos demais países. [...] A ilusão é o alimento mais tenaz da consciência coletiva. A história ensina, mas não tem alunos. (GRAMSCI, 2004, p. 46).

Essa “nova classe média” trazia em seu bojo valores conservadores, em um processo em que a consciência, lapidada pela base econômica pautada no consumo e na “cultura da crise”, buscava manter sua posição em um cenário em que a crise de 2008 deixava de ser uma “marolinha” e se manifestava no cotidiano da luta de classes. Segundo Behring (2021, p. 179), os dois primeiros mandatos de Lula se encerram em um cenário em que houve:

O crescimento real do emprego na faixa de 1,5 salário mínimo – 95% das vagas abertas e quase 59% de todos os postos de trabalho brasileiros até 2011 –, segundo Pochmann (2012), ocorreu principalmente no setor terciário, que, em 2008, já correspondia a 66,2% do PIB, seguido da construção civil e indústrias extrativistas. Essa força de trabalho que sai do pauperismo é majoritariamente feminina (60% das ocupações geradas), concentrada entre 25 e 54 anos de idade e não branca (quatro quintos dos trabalhadores). Houve também uma concentração regional desse processo no Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Nesse quadro, 45% da força de trabalho brasileira passava a ter alguma cobertura da legislação social e trabalhista, um dado que mostra que, apesar de certa melhoria na formalização das relações de trabalho, os direitos sociais e trabalhistas ainda deixavam de atingir 55% da força de trabalho brasileira.

A burguesia aceitou a combinação do social-liberalismo petista até seu limite. A crise financeira que irrompe em 2008 foi contornada pelas medidas sociais-liberais no país em um primeiro momento, com a isenção de IPI para carros e eletrodomésticos, incentivo à Indústria da Construção com intensificação do ritmo de operacionalização do PAC e do PMCMV, além da expansão do crédito ao consumidor. Tais medidas além de buscar contornar a crise, criaram uma política de incentivo ao consumo, propalando a ideia de cidadania atrelada diretamente ao consumo, fosse de alimentos, vestimentas, imóveis e automóveis, de eletrodomésticos etc. As peças publicitárias passavam essa ideia, a política de crédito dava as condições de sua operacionalidade, bem como as isenções fiscais etc.

Com o fim do governo Lula, Dilma é lançada candidata com vasto financiamento empresarial, arrecadando dezenas de milhões de reais a mais que seu principal oponente, José Serra (PMDB). Lula foi um dos dirigentes da campanha eleitoral, fazendo as pontes políticas e propaganda da pouco carismática Dilma. Segundo Mattos (2020):

A primeira campanha de Dilma, em 2010, comandada pela figura de Lula ainda na presidência, arrecadou algumas dezenas de milhões de reais a mais que a de José Serra, sendo que 41 empresas doaram mais de R\$1 milhão para a candidatura petista. JBS-Friboi, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez foram as maiores doadoras para Dilma. Não foi muito diferente o quadro em 2014, embora a presença de Marina Silva no primeiro turno tenha recebido atenção (e “investimentos”), criando uma divisão de contribuições algo distinta das eleições anteriores. Entre os maiores doadores de Dilma em 2014, continuavam presentes JBS-Friboi e as construtoras (agora já ameaçadas pela Operação Lava Jato). Mas vale notar que as construtoras doaram ainda mais para Aécio e muito também para Marina (embora ela tenha recebido

sempre muito menos que os outros dois candidatos). Interessante observar que o total de doações da JBS para todos os candidatos equivalia a 40% de seu lucro líquido em 2013, enquanto a Odebrecht doou 22% do lucro líquido daquele mesmo ano e o Bradesco, apenas 0,83%. Sem dúvida, o lucro líquido do Bradesco é muito maior do que o das empresas mencionadas, mas ainda assim percebe-se que os bancos se retraíram, desde 2010, como doadores de campanha. (p.133-134).

A vitória eleitoral de Dilma Rousseff (PT) foi acompanhada pelo contexto de crise alcançando a economia brasileira. Se no período anterior houve um aumento no número de trabalhadores e trabalhadoras formais, terceirizados(as), sindicalizados(as), bem como de contratações no âmbito do trabalho doméstico, o novo governo petista enfrentaria desafios significativos para a garantia de governabilidade. No mundo do trabalho, um elemento importante se relaciona à superpopulação relativa, que se expandiu devido à elevada rotatividade do trabalho no setor primário, que alcançou 85,3% em 2009, “[...]o que mostra a insegurança e a precariedade no mundo do trabalho brasileiro, bem como o crescimento da terceirização formalizada” (BEHRING, 2021, p. 179).

Tais elementos evidenciam uma alteração na dinâmica da luta de classes, que apresenta um movimento determinado pela correlação de forças políticas em toda a América Latina, pressionada pela crise e pela ofensiva ideológica pautada no conservadorismo, que ressurgia em países do sul (SECCO, 2012). Segundo Lincoln Secco (2012, p. 242-243):

Nos seus primeiros pronunciamentos, a presidente eleita Dilma Rousseff declarou-se preocupada com a guerra cambial no mundo e o risco de desindustrialização e falou explicitamente em tornar a taxa de juros interna mais ou menos compatível com a externa. Dessa forma, a indústria brasileira gozaria de um câmbio ‘civilizado’. Mas em janeiro de 2011 ela anunciou um ‘pacote’ de medidas para cortar os gastos públicos e teve que enfrentar sua primeira batalha no Congresso Nacional defendendo um salário mínimo menor do que queriam as centrais sindicais.

A recuperação do PT foi decorrência de três fatores:

1. A economia internacional teve uma crise [...], mas a forma de inserção do Brasil no mercado mundial contava com dois fatores (interno e externo): a demanda chinesa de commodities e o mercado interno de massas. Ambos articulados.
2. A história do PT lhe granjeou apoio que o credenciou a receber os novos contingentes de eleitores mais pobres, sem que o partido perdesse respaldo de parte expressiva dos eleitores do sul e sudeste.
3. A bolsa família foi um programa de transferência de dinheiro a mães de família de baixa renda com filhos na escola. Mas ela associou-se à recuperação do salário mínimo, à extensão de luz elétrica para áreas desassistidas, habitação popular e outras medidas sociais que ajudavam a estimular a demanda interna.

A vitória eleitoral de Dilma Rousseff vinha acompanhada de fortes críticas realizadas pelos aparelhos midiáticos, de denúncias de corrupção que se avolumavam, de uma “desconfiança” e com episódios de greves, que se alastraram por 2012, culminando em grandes manifestações de massa em 2013 e 2014, no contexto das obras da Copa do Mundo. Vivia-se um ascenso de lutas? Seria o fim do apassivamento? Mauro Iasi (2014) afirma que “[...] as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção

[...] se expressam em conjunturas que ora revelam nitidamente essa contradição, ora a ocultam e a disfarçam sob o manto da harmonia” (p. 51). Segundo o autor (2014), os dois mandatos de Lula e o primeiro mandato de Dilma eram ilusoriamente apontados pelo núcleo dirigente do PT como bem-sucedidos devido ao modelo de governabilidade baseado na democracia de cooptação e no apassivamento, que garantiam a segurança e estabilidade, necessários à continuidade do partido no poder (LIMA, 2017).

Mesmo com os grandes movimentos de massa que ocorreram, o apassivamento da classe trabalhadora continuava operado pelo transformismo (IASI, 2014). Houve sim um ascenso de lutas sociais, porém, este não foi acompanhado de uma elevação do nível de consciência da classe trabalhadora, de sua compreensão enquanto classe para si. Apassivamento não significa ausência de lutas, no entanto, essas lutas expressam uma resistência diante de uma hegemonia soldada por um pacto de classes entre a pequena burguesia política, representada pelo PT, e setores das camadas dominantes da burguesia monopolista, que impunham os termos de uma democracia de cooptação, isto é, a busca de adesão das camadas proletárias e das massas urbanas e rurais à ordem burguesa, ainda que oferecendo pouco em termos de direitos e acesso a bens e serviços (IASI, 2014, p. 51).

As chamadas Jornadas de Junho, ocorridas entre junho e julho de 2013, acirraram a pressão popular sobre os governos petistas. Os primeiros protestos se iniciaram em São Paulo a partir da organização de coletivos, movimentos sociais (com destaque para o Movimento Passe Livre – MPL) e partidos políticos de esquerda (como Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, Partido Comunista Brasileiro – PCB e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU), que reivindicavam a manutenção do preço da tarifa dos transportes públicos e/ou o passe livre, e enfrentaram a repressão policial e a falta de cobertura da grande mídia.

As redes sociais driblaram o bloqueio midiático e a luta começou a ganhar adesões e despertar simpatias. A grande imprensa rompeu o silêncio e passou a condenar abertamente aqueles que “atrapalhavam o trânsito e impediam o exercício do direito de ir e vir”. Ironicamente, ao adicionar mais tediosos minutos ao longo do tempo já gasto pelos cidadãos que se deslocam na megalópole periférica, as manifestações chamavam atenção justamente para uma das causas responsáveis por esse exagerado dispêndio de tempo: a precariedade e o alto custo dos transportes coletivos, controlados por mafiosas empresas privadas. Instigado pelos editoriais midiáticos, o aparelho de repressão estatal reprimiu violentamente os manifestantes. O regime deu mais um tiro no pé. As imagens da atroz repressão policial – que atingiu até jornalistas da grande imprensa – se tornaram “virais” na internet e funcionaram como um acicate para que outras manifestações, em São Paulo e no Rio de Janeiro, viessem a ocorrer nos dias seguintes. Crescia a solidariedade à luta contra o aumento tarifário dos transportes e, principalmente, às vítimas da repressão policial. Sem dúvida, esta última acabou por se tornar o principal alvo dos manifestantes, o que colocava (coloca) em discussão o modo de atuar, e mesmo a simples existência, das polícias militares no (eufemisticamente) chamado “Estado Democrático de Direito”. Centenas de milhares saíram às ruas e, dessa vez, apareceu com destaque no leque das reivindicações populares a defesa de outros direitos sociais (além do Transporte) negados pela

democracia blindada. Surgindo para os politólogos de plantão *como um raio no céu azul*, as mobilizações de junho se tornaram multitudinárias e, depois de décadas de contrarreformas, exigiam, entre outras demandas, Saúde, Educação e Transporte públicos, baratos e de qualidade. As duas principais capitais do país estavam em ebulição social. O movimento começava a se espalhar por outras grandes e médias cidades. A Copa das Confederações da FIFA, que então ocorria em vários estados do país, estava ameaçada de não chegar ao final. A burguesia foi surpreendida, e precisava reagir. (DEMIER, 2017, p. 68-69).

Os movimentos que levaram à ampla adesão aos atos e ao ativismo no contexto de 2013 e 2014, de frações da classe trabalhadora e da pequena burguesia não se explicam apenas na luta contra o aumento no preço das passagens de ônibus, ou podem ser justificados como revolta contra o PT, que ainda possuía forte aprovação (IASI, 2014). O que justifica a ascensão das lutas sociais é própria conjuntura: “[...] as manifestações em si mesmas são uma reação às contradições que germinavam, não sendo expressão da intencionalidade política de um ou outro grupo, organização ou quem busca se apresentar como ‘não organizado’” (IASI, 2014, p. 59).

Havia uma contradição entre a base material e as relações sociais no contexto de reorganização do trabalho, de crise e de implementação de medidas anticrises, muitas das quais implementadas sob a pressão do “terrorismo econômico” e da violência do Estado contra as classes subalternas, como forma de buscar conter a ascensão das lutas da classe trabalhadora, que como vimos, ampliava suas greves, manifestações de rua, ocupações de terra, dentre outras. Como resposta, o governo Dilma implementou a Lei antiterrorista, Projetos de Emenda Constitucional (PEC), que aprovadas favoreciam setores da burguesia, e realizou (contra)reformas que ameaçavam direitos historicamente conquistados, como a da previdência. Seu primeiro mandato seguiu o receituário do Banco Mundial de forma ortodoxa e ampliou o processo de financeirização da política social.

O Estado participa diretamente do processo de reestruturação produtiva, como uma de suas múltiplas determinações, através de suas políticas sociais e econômicas, de suas regulações, investimentos, coações. Sob o governo petista, o Estado brasileiro beneficiou a indústria nacional, com isenções e incentivos fiscais, e ampliou mecanicamente o mercado interno, elevando o poder de compra de diversas frações da classe trabalhadora. Porém, a inevitabilidade das consequências da crise nos países periféricos iniciou um processo de crise política, em que a política de conciliação de classes se torna inviável. A resposta dada pelo governo de Dilma Rousseff (PT) apostava no investimento privado, desonerando a folha de pagamentos de alguns ramos de empresas, relaxando a política monetária, com redução da taxa de juros e intensificação do ajuste fiscal (PAULANI, 2016).

Segundo Behring (2019), a partir de 2011 os governos petistas operaram uma série de cortes no orçamento das políticas sociais, especialmente no orçamento voltado à saúde, à educação, e

moradia, além de operar uma contrarreforma da previdência ainda em 2015, que atingia os servidores públicos federais. Segundo a autora “o contingenciamento tem sido um mecanismo importante para a formação de superávit primário, o que permanece como cláusula pétrea da economia política brasileira desde o acordo com o FMI de 1999, tendo em vista sua importância para a segurança dos credores da dívida pública” (BEHRING, 2019, p. 57). E mais, a autora denuncia: “entre 2006 e 2012 foram ‘expropriados’ do Orçamento da Seguridade Social R\$309.941 bilhões de reais (ver ANFIP, 2013), ou seja, este mecanismo [DRU] retira 20% das fontes de recursos da seguridade social” (BEHRING, 2019, p. 57), assim, os recursos antes voltados para a Seguridade Social vão sendo deslocados para o pagamento dos juros da dívida pública.

A intensificação do ajuste fiscal como medida anticrise, o endividamento da população e o agravamento da crise no cenário econômico levou à uma crise no cenário político e à “difusão do terrorismo econômico” (PAULANI, 2016, p. 73). Depois das manifestações de junho de 2013, o país ficou politicamente dividido em relação à disputa eleitoral de 2014. Segundo a autora, dois modelos estavam em disputa: “de um lado, a tentativa de, mesmo em meio à crise, dar continuidade ao modelo conciliatório [...] e, de outro, a busca por resgatar *in totum* a agenda neoliberal e romper com esse modelo”. (PAULANI, 2016, p. 73).

Com a reeleição de Dilma, a instabilidade de seu novo governo quebra o pacto conciliatório. Frações burguesas exigiam respostas radicais à crise, a fim de se recuperar o PIB, que em 2014 fechou com a taxa de apenas 0,1% de crescimento e em 2015 fechou em queda de 3,8% (PAULANI, 2016, p. 73). Para a classe trabalhadora, o desemprego massivo e o endividamento das famílias da chamada classe média abriram espaço para a contestação do segundo mandato de Dilma Rousseff (PT). Instalavam-se as condições para o golpe.

Frações da burguesia iniciam um projeto de recuperação financeira que exigia o avanço de medidas antipopulares, de intensificação do ajuste fiscal. Tais medidas foram apresentadas no programa *Uma ponte para o futuro* do partido do então vice-presidente Michel Temer (PMDB), que propondo “avanços” e “modernização”, apontava um “novo regime fiscal” com um “novo regime orçamentário”, o que agradou as frações da burguesia. Abria-se o caminho para o golpe.

1.6 Democracia blindada: a violência do golpe contra a classe trabalhadora

Em seu livro *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*, Felipe Demier aponta as contradições na forma democrática assumida pelo Estado capitalista, que adota formas diversas a depender da correlação de forças entre as classes sociais, modificando-se ao longo do processo histórico. Assim, se no período pós-Segunda Guerra Mundial, as

democracias “Ocidentais” se assentavam na representatividade com reformas e direitos sociais universais, a partir da década de 1980 surgirão as *democracias blindadas*.

Dotadas de um caráter hegemônico – isto é, combinando de forma equilibrada elementos de consenso e coerção –, tais democracias apresentam estruturas de funcionamento hermeticamente fechadas às pressões populares, preservando seus núcleos institucionais decisórios como espaços exclusivos dos interesses da classe dominante. Impedindo, por meio de uma série de artifícios econômicos, políticos e culturais, que as demandas populares de cunho reformista possam adentrar a cena política institucional, essas *novas democracias* se definem pelo seu conteúdo essencialmente contrarreformista. Adequadas às necessidades da acumulação capitalista em tempos de *tardo-capitalismo*, as *democracias blindadas* combinam retiradas de direitos sociais com a expansão (maior ou menor, a depender do momento e do gestor de plantão) de políticas sociais compensatórias, carentes de universalidade, além de um aumento seletivo da repressão estatal voltada aos setores indômitos. Compõe ainda a estrutura dessas democracias blindadas, claro, a sua inexpugnável coluna de sustentação midiática, a qual, responsável pelo fornecimento de altas dosagens ideológicas produtoras de consenso (cada vez mais necessárias conforme os direitos são atacados), atua muitas vezes como o principal partido do capital. Encerrando um sentido histórico regressivo, essas democracias liberais contemporâneas, de tipo *blindado*, oferecem o que pode se chamar de uma nova forma de trato da velha “questão social” por parte do Estado capitalista. (DEMIER, 2017, p. 33-34).

A partir da caracterização de Demier, entendemos a democracia blindada como forma própria de regime do neoliberalismo em toda a sua radicalidade. No caso brasileiro, como visto acima, desde o processo de redemocratização vimos uma série de medidas de contrarreformas sendo implementadas no cenário nacional, processo em que vai se formando a blindagem. A própria Constituição de 1988, segundo Demier (2017), “encerrou (encerra) um conteúdo híbrido, contraditório, mesclando aspectos progressistas e conservadores” (p. 58).

Segundo Mattos (2020), desde a Constituição de 1988, ficam “evidentes os elementos contrarrevolucionários preventivos” (p. 122) operacionalizados pelo Estado, por homens e mulheres que representam os interesses da burguesia nas casas Legislativas, Executivas e Judiciárias, formulando, aprovando, regulamentando e reiterando contrarreformas sucessivas que acabam por ampliar a taxa de lucros e de exploração, retirando direitos sociais e fragilizando as condições de reprodução das classes subalternas.

Demier aponta que foi durante o governo FHC que a blindagem se institucionalizou e, nos governos petistas, a *democracia blindada* se consolidou no Brasil como forma de regime, em que “Substituindo um projeto de pacto social por um de *concertação social*, o PT, no poder, contribuiu, portanto, para a *blindagem* do regime democrático-liberal brasileiro, cada vez mais imunizado em face às pressões populares” (2017, p. 62-63), o que completava o *transformismo petista*.

Entendemos que o Golpe jurídico-parlamentar-midiático que derrubou a presidenta Dilma Rousseff (PT) foi mais um dos momentos necessários à implementação da estratégia burguesa de recuperação de sua taxa de lucros e elevação da massa total de lucros, mais uma forma de operacionalização de uma contrarrevolução preventiva? Talvez. Mas, sem dúvidas,

uma forma de demonstração de força da autocracia burguesa. Sob uma acusação de crime de Responsabilidade Fiscal, devido às chamadas “pedaladas fiscais”, alegação até hoje desacreditada internacionalmente⁴⁹, a presidenta eleita foi derrubada por homens e mulheres que propagavam em nome de Deus, da Família, do Brasil, do marido corrupto, de torturadores etc., um “sim” cínico, histérico, ressentido, aprovando a continuidade do processo de impedimento, tendo na cadeira principal da Câmara Eduardo Cunha (PMDB), acusado de desviar R\$500 milhões dos cofres públicos para contas pessoais no exterior (GOMES, 2016). Não se trata aqui de realizar uma defesa moral do governo petista e expor uma indignação, mas de entender racionalmente o porquê do golpe. Segundo Iasi (2018)

Nenhum dos aspectos que agora se evidenciam deixava de estar presente na forma política do chamado “Estado Democrático”: a criminalização dos movimentos sociais, o extermínio dos pobres, a violência policial e a política prisional, o jogo político controlado pelos interesses econômicos e a arquitetura do chamado presidencialismo de coalisão. No entanto, cada um desses elementos é potencializado numa guerra aberta para garantir o governo usurpador e sua missão de impor as reformas necessárias ao grande capital monopolista e ao imperialismo. (p. 145).

O golpe era necessário a frações do capital, que buscam e operam um processo de desmonte de direitos e políticas sociais públicas voltados prioritariamente às classes subalternas, com a realização de contrarreformas que operam as chamadas expropriações secundárias (FONTES, 2018), além de vender as empresas estatais e outros ativos públicos, buscando ainda diminuir custos com os cargos públicos, ampliando radicalmente o processo de terceirização do serviço público (DRUCK, 2017), dentre outras medidas tomadas no sentido de capturar montantes cada vez mais vultosos do fundo público. Segundo Behring (2021),

Desde abril de 2016, acompanhamos os desdobramentos do golpe de Estado de novo tipo em andamento no Brasil que criaram as condições para o ascenso da extrema direita nas eleições de 2018. Numa articulação envolvendo segmentos de todos os poderes da República e da sociedade civil, com destaque para a grande mídia, forjou-se a chegada à presidência do vice-presidente Michel Temer (PMDB). De novo Eldorado latino-americano que debelou a miséria e alçou milhões à “classe média”, mediante a implementação de um projeto “neodesenvolvimentista” que teria rompido com o neoliberalismo, conduzido pelo PT e aliados, em menos de dois anos adentramos numa espécie de barbárie ultraneoliberal. (p.162-163).

Em outro trabalho, a autora afirma que o golpe abre “um novo momento do neoliberalismo no Brasil, adequado aos desdobramentos da crise do capitalismo que se agudizou nos últimos anos, com algumas semelhanças discursivas e de medidas concretas com

⁴⁹ É interessante expor o cinismo do parlamento brasileiro. Dia 31 de agosto de 2016 é encerrado o processo de impedimento de continuidade de mandato de Dilma Rousseff, e no dia 02 de setembro do mesmo ano, foi aprovada pelo Congresso a lei 13.332/2016, que autoriza a chamada “pedalada fiscal”, flexibilizando a manipulação de até 20% de um subtítulo pelos governos, descumprindo a lei orçamentária, o que revela a total armação do golpe. Fonte: <https://economia.ig.com.br/2016-09-02/lei-orcamento.html>. Acesso em 15 de abril de 2020.

o projeto contrarreformista de FHC” (BEHRING, 2019, p. 57-58). Há, portanto, a persistência de medidas neoliberais no sentido de implementação do chamado ajuste fiscal permanente, que atingem as políticas sociais em seu financiamento e concepção, principalmente no contexto do golpe de novo tipo (BEHRING, 2021).

Os acontecimentos precipitaram-se a partir de maio de 2016, deslanchados com a posse de Michel Temer, cujo projeto estava expresso no documento de seu partido, o PMDB, intitulado “Uma ponte para o futuro”, lançado em outubro de 2015, o que já sinalizava as articulações para o Golpe. Ali se nota claramente a presença das linhas mestras do PDRE de 1995 e abre-se o terceiro momento de nítido aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, com o novo regime fiscal ultraneoliberal. (p. 166).

Com a crise vivenciada e aprofundada, entre 2014 e 2015 observa-se o congelamento do crescimento do PIB, uma queda na remessa de exportações de lucros, uma maior taxa de desemprego e desalento, que exigirá do capital respostas, encontradas pela burguesia no processo de captura de recursos do fundo público, sustentado principalmente pelo *trabalho*, seja através de impostos diretos (como o imposto de renda, pago principalmente pela chamada classe média), mas prioritariamente pelos impostos indiretos (pelo consumo, tão incentivado pelas políticas de distribuição de renda e acesso ao crédito petistas).

A necessidade de captura do fundo público se manifesta em sua concretude através das contrarreformas propostas (trabalhista, previdenciária, da terra, administrativa e tributária) e repercute tanto pela constante propaganda midiática que as apresentam como positivas para a recuperação econômica do país, enraizando o terrorismo econômico no cotidiano das massas, tratando como coletiva a vitória de frações da burguesia em sua guerra pela acumulação de capital. Concordamos com Iasi (2018):

A arquitetura da forma política, as eleições, o financiamento e o jogo de cartas marcadas da democracia representativa que leva à constituição das instâncias governativas e parlamentares do Estado burguês determinam de antemão a supremacia dos interesses do capital transpostos para as bases das políticas econômicas que constroem a distribuição do fundo público para satisfazer o apetite do capital financeiro e dos demais segmentos do capital monopolista. [...] mesmo os recursos supostamente disponibilizados para as demandas que visam necessidades essenciais ou serviços e estruturas que interessariam ao conjunto da sociedade são apropriados para saciar essa mesma fome de valorização, como as políticas de infraestrutura, financeirização das políticas sociais (GRANEMANN, 2012) e o desvio de recursos públicos para OSs operarem serviços de saúde, quando não diretamente para empresas privadas, via subsídios ou financiamento direto, como no caso da educação privada. Essa operação não seria tão eficaz sem a mediação de mecanismos ideológicos. Parte da sociedade incorporou a concepção que associa ineficácia aos serviços públicos e eficácia ao setor privado, e a compreensão fundamental de que o acesso a serviços, bens e direitos pode e deve ser mediada pelo mercado e deriva da capacidade de indivíduos em concorrência alcançarem posições mais ou menos favoráveis na escala social. Nessa lógica, caberia ao Estado apenas a política compensatória e corretiva de atendimento aos que são derrotados nessa concorrência por sua própria incapacidade ou fatores do azar. (p. 149).

Tais medidas imporão a necessidade de mecanismos ideológicos de convencimento, como apresentado por Iasi, bem como do uso da violência (força repressiva estatal) (DEMIER, 2017) como estratégia para a operacionalização das expropriações (sejam elas primárias ou secundárias) (FONTES, 2018). Tal violência se manifesta não somente nos ataques aos territórios de povos originários, na violência política ou mesmo nas operações militares nas cidades, no campo e nas florestas, mas também ocorre no âmbito subjetivo da consciência coletiva de nossa classe. Segundo Behring (2021), “Após o golpe de novo tipo de 2016, essa norma internalizada de convivência, espírito e *ethos* do tempo, profundamente individualista e competitiva, impôs-se com toda a força, ao se encontrar com o verde-amarelismo bolsonarista burguês, branco, masculino e fundamentalista religioso.” (p. 247).

O fenômeno do verde-amarelismo bolsonarista possui diversas determinações, que só a análise materialista histórica e dialética pode explicar. Entende-se ser esse a expressão dos fenômenos que vivemos hoje, mas que vem acompanhado de outros elementos e fenômenos que guardam em sua essência essa raiz individualista e consumista do pensamento liberal e de suas releituras. Segundo Behring (2021),

Do ponto de vista político, o ascenso do projeto neofascista e ultraneoliberal de Bolsonaro e Guedes contou, até maio de 2020, com o apoio do lavajatismo antipetista de Moro. O espectro de apoio a esse projeto envolveu, destacadamente, o agronegócio e grandes e médias empresas da indústria, comércio e bancos; foi fortemente apoiado pelas camadas médias urbanas e segmentos da classe trabalhadora. Ainda tivemos (e temos) o pentecostalismo autônomo empresarial (Edir Macedo, Silas Malafaia e Marco Feliciano) e setores ultraconservadores da Igreja Católica (renovação carismática, milícias urbanas e rurais, narcomilícias e setores das Forças Armadas. Todo esse universo foi investido de poder político a partir de 2019, desencadeando uma ofensiva conservadora econômica, social e cultural. (p. 237).

Acreditamos que o bolsonarismo encontra lastro social no Brasil devido à própria história de nossa formação social, cravada pela violência e pelo racismo, que são usados como estratégias de acumulação do capital em solo periférico, daí recuperarmos esse processo. A autocracia burguesa se mantém como forma predominante de domínio, cuja experiência ditatorial não foi exorcizada da memória de nosso país. Não é possível ter justiça sem que haja memória. A não recuperação e reparação histórica dos crimes da ditadura (não apenas contra militantes brancos de partidos de esquerda, mas contra as populações negras de favelas, os povos de terreiros, as comunidades indígenas dizimadas, como já destacamos) e o enaltecimento do militarismo (por frações da burguesia e parcelas da mídia, pelas igrejas neopentecostais e renovadas que formam em suas fileiras o “Exército de Deus” e pregam o armamentismo, por *influencers* de direitas – muitos os quais, netos de nazistas resgatados e acolhidos pelo Brasil – que ensinam a crianças e adolescentes valores de um *füher* suicidado,

pelas escolas cívico-militares etc.) gera um processo de esquecimento e apelo à volta de um regime político marcado pela violência.

Os governos petistas poderiam ter ampliado o trabalho de recuperação e reparação histórica dos crimes da ditadura. Poderia ter investido em políticas de enfrentamento à violência e ao racismo estrutural, e até o fizeram, como com as políticas de cotas raciais em universidades e concursos públicos, mas era preciso mais. Há uma combinação de elementos sobre o PT que reforçaram a blindagem do Estado no regime vigente (DEMIER, 2017).

No período ditatorial, o PT era um partido anti-regime, que compunha a luta pela democracia com ampla capacidade de mobilização e força junto às classes subalternas. Com a queda da ditadura, ocorre uma transformação no PT, no sentido de que adere à ordem neoliberal após 1988. Esse movimento, casado ao transformismo pela qual o partido passa, garante a blindagem do regime (DEMIER, 2017), na medida em que as massas populares brasileiras que ainda defendem direitos sociais (aposentadoria, educação, saúde, transportes públicos etc.) se encontram praticamente incapazes de fazer valer suas aspirações nas arenas políticas decisórias do regime. Mattos apresenta uma síntese interessante da ideia de Demier:

Para entendermos o regime político que emergiu ao fim da ditadura, quando finalmente o “longo bonapartismo” brasileiro teria sido superado, Demier cunhou o conceito de “democracia blindada”. Sua análise vai além do Brasil, tentando abarcar, através de comparações, outras situações periféricas nas quais a democracia burguesa se implanta já na fase histórica em que o capital não pode e não quer ceder a nenhum tipo de pressão por novos direitos da parte da classe trabalhadora. Demier parte de uma leitura própria de Gramsci para definir os regimes democráticos como portando um “caráter hegemônico – isto é, combinando de forma equilibrada elementos de consenso e coerção”. (2020, p. 122-123).

Dessa forma, as democracias blindadas impediriam o acesso de demandas populares à cena política institucional. As expressões da questão social serão “tratadas” na perspectiva de ampliação de políticas sociais compensatórias, focalizadas, carentes de universalidade (DEMIER, 2017). Segundo Mattos,

As políticas sociais compensatórias e o transformismo das direções, entretanto, se combinam a outras formas, menos “consensuais”, de garantia do controle da ordem. Demier está atento ao sentido de classe da violência institucional no contexto do início do século XXI, no qual está presente um “agressivo ataque aos direitos dos trabalhadores”, ao qual corresponde um “crescimento das resistências sociais”, percebendo-se também “o crescimento da repressão”. É com base nessa combinação de espoliação de direitos e lutas de resistências que Demier afirma que “a violência policial não é um mal genérico e abstrato, que sobre todos se abate indiscriminadamente, mas sim uma força política concentrada, cuja finalidade é a proteção dos interesses sociais bem concretos do Capital”. (2020, p. 133).

As expressões da questão social passam a receber um tratamento de polícia ainda mais severos em alguns espaços sociais, como a intervenção da Força Nacional em alguns Estados do país, na “guerra às drogas” tupiniquim, ou mesmo as ações das UPPs iniciadas no século

XXI, em que o número de assassinatos cometidos pela polícia (que vitimam principalmente jovens negros) aumenta a cada ano (como veremos no terceiro capítulo). No âmbito da coerção, um marco simbólico que destacamos foi a lei Antiterrorismo, aprovada no governo Dilma Rousseff (PT), no contexto de cumprimento de exigências internacionais para a realização das copas de 2013 e 2014 no Brasil. O artigo segundo da lei afirma que:

Art. 2.º O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar **terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública**.

§ 1.º São atos de terrorismo:

I - usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa;

II – (VETADO);

III - (VETADO);

IV - sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça a pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos, do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meio de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração ou transmissão de energia, instalações militares, instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás e instituições bancárias e sua rede de atendimento;

V - atentar contra a vida ou a integridade física de pessoa:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos, além das sanções correspondentes à ameaça ou à violência.

§ 2.º O disposto neste artigo não se aplica à conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais, sem prejuízo da tipificação penal contida em lei. (BRASIL, 2016).

Mas, e quando o terror social é causado pelo Estado? Pelas próprias políticas operadas pelo Executivo, como vimos no período pandêmico, com a política genocida exercida pelo então presidente do país? Por que não podemos considerar o terrorismo estatal como um tipo de violência tão ou pior que o “terrorismo social”? Demier (2017) aponta que cada vez mais Judiciário, Executivo e Legislativo se tornam imunes à pressão popular, daí afirmar-se o caráter blindado dessa democracia. Porém, é importante que se observe que esse movimento se atrela diretamente à dimensão econômica, ao capitalismo e sua crise, em que a burguesia buscará no Estado respostas para a recuperação de sua taxa de lucros, de sua acumulação. Daí ser preciso entender a composição desse novo padrão de reprodução capitalista.

Juliana Cislighi (2020) apresenta sua análise do neoliberalismo na particularidade brasileira a partir de três ciclos: o primeiro, em que se destaca a operacionalização do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), com forte combate aos movimentos

grevistas e sociais; um segundo ciclo, caracterizado pelo que a autora chama de “neoliberalismo de cooptação”, que apresentava “novas estratégias de consentimento assegurados por uma nova base ideológica”; e um terceiro ciclo, atual, emergente com a crise de 2008, em que há um “aprofundamento dos pressupostos neoliberais passando ao que chamamos de ultraneoliberalismo” (CISLAGHI, 2020, Portal Esquerda Online).

Apesar de concordar com a análise de que há em curso uma radicalização das estratégias burguesas de contratendência à crise, em que a “configuração hegemônica” de tais estratégias se apresentam reacionárias, racistas e misóginas, entendemos que tal categorização se dá “a quente” e necessita de uma análise mais ampliada e processual. O que se quer dizer com isso? Que o momento atual compõe um momento do desenvolvimento do capitalismo, mais um de seus estágios em que há em processo a configuração de um novo padrão de reprodução do capital, com a operacionalização de medidas de intervenção (ou não) do Estado na economia, garantindo a radicalização da estratégia burguesa de contratendência à crise.

Este é um mecanismo já conhecido que se manifesta – ainda que oscilantemente – através da luta de classes, mesmo que sob novas roupagens, de forma não apenas ideológica, mas material, com ações de sujeitos concretos e suas subjetividades reprodutoras das relações sociais de produção capitalistas (LEFEBVRE, 1991) na particularidade brasileira, em que o racismo, o machismo e a exploração são traços estruturantes de nossa formação econômico-social. Em outras palavras, passamos por mais um processo de transformação do modo de produção capitalista, que necessita desse movimento de transformação e retorno de elementos anteriores, em um movimento dialético, a fim de garantir sua reprodução. Partimos da caracterização de que no processo em curso há uma retomada acentuada da estratégia burguesa neoliberal, que desde sua implementação, não foi abandonada, apenas coexistiu com outras diretrizes, sem jamais ser olvidada.

A estratégia burguesa reproduz na realidade concreta da luta de classes o racismo, a misoginia e o reacionarismo, que são características do próprio modo de produção capitalista, sendo concretizados com muito mais violência pelas relações sociais capitalistas em diversos momentos, como no início do século XX no Brasil, ou mesmo no findar deste, com episódios como o massacre do Carandiru, a chacina da Candelária e o ataque do Estado contra militantes do MST no Massacre de Eldorado dos Carajás, apenas para citar episódios mais conhecidos.

No momento atual, a autocracia burguesa ainda reproduz elementos do passado, mas ao longo de suas crises e do fazer dos homens e das mulheres no cotidiano, o capitalismo se atualizou e tem se atualizado, inserido nas relações imperialistas de forma dependente, procurando a construção de novos padrões de reprodução a fim de garantir alternativas à sua

crise (CASTELO, 2020b). Acreditamos que a radicalidade do golpe de 2016 e das medidas advindas de sua baila, são “freios de arrumação” operados pela burguesia como contratendência à sua crise, não modificando a essência do fenômeno, daí avaliarmos que é preciso uma análise mais profunda para a caracterização da realidade atual, evitando a preocupação com a novidade, como ensina Cunhal (2013).

Em suma, com a crise, o Estado quer reduzir seus gastos sociais, como mostrou a EC 95/2016 e a diretriz política do ministro da economia. Reduzir, palavra muito utilizada pelo discurso oficial, e que deveria ser substituída pela palavra redirecionar. Para reduzir seus gastos sociais, o Estado se enrijece:

Qual é a razão desse enrijecimento do Estado, especialmente do Estado social, num prazo tão amplo? Para a economista Laura Carvalho (2016), a EC nº95 não tem relação com ameaça de inflação, cujo leve impulso se deu com a liberação de preços administrados pelo Estado e não com o gasto público. Ela critica duramente o axioma de que o controle rígido do gasto público leva à mítica confiança. De fato, isso não aconteceu com o duplo ajuste de curto prazo de Dilma, que inclusive vetou a necessária e urgente Auditoria da Dívida, aumentou o superávit primário, em 2011, e realizou corte monumental de gastos, em 2014 e 2015. (BEHRING, 2021, p. 192)

O que a diretriz ultraneoliberal orientadora de Paulo Guedes pretendia e colocou em operação foi o redirecionamento do orçamento público para o pagamento da dívida pública, que duplicou com o governo Bolsonaro⁵⁰, ou seja, retornar as parcelas recolhidas através dos impostos para o empresariado, ou melhor, para a burguesia (essa classe que quer nos matar de trabalhar e que trabalhemos até morrer).

Como anteriormente citado, o golpe de 2016 irrompe um novo momento no Brasil, em que o Estado, buscando responder à crise do capital, opera sob o bastião do ultraneoliberalismo a fim de viabilizar a execução de medidas de contratendência. Medidas essas que se assemelhavam tanto na forma, como no conteúdo com o projeto contrarreformista de FHC (BEHRING, 2019, p. 57-58). O Novo Regime Fiscal implantado no governo usurpador de Michel Temer (sustentado por frações da burguesia), que aprovou a Emenda Constitucional 95, sinalizava as profundas mudanças no âmbito dos direitos sociais no Brasil.

[...] O discurso da EC 95 foi o de realizar sacrifícios para entregar um país saneado e que voltasse a crescer, responsabilizando os gastos públicos e a dívida. Mas, apesar de a dívida brasileira ter chegado em 2016 a 4,2 trilhões e a relação dívida/PIB estar em 70,1% nesse mesmo ano, é preciso comparar para justificar a necessidade de uma medida tão destrutiva: em 2002, a relação dívida/PIB com FHC era de 81%; a dos EUA, de 101%; da zona do euro hoje, cerca de 90,7%; do Japão, de 229,2%, todos em 2016. (BEHRING, 2019, p. 59).

⁵⁰ A dívida pública dobrou com a política econômica predatória operada pelo governo de Jair Bolsonaro, sob a condução de Paulo Guedes à frente do Ministério da Economia. Estima-se que a dívida pública brasileira alcance a casa dos R\$ 1,2 trilhão em 2021. Disponível em: <http://jubileusul.org.br/noticias/divida-publica-dobra-com-bolsonaro-e-sera-de-r-12-trilhao-em-2021/> Acesso em 05 de novembro de 2020.

A Emenda Constitucional 95 estabelece mais uma etapa do ajuste fiscal permanente (BEHRING, 2019), burlando a redação original da Constituição, tocando um “aventureirismo irresponsável inimaginável, em que independentemente do desempenho econômico, congelam-se os gastos primários do orçamento público brasileiro, no mesmo passo em que se libera a apropriação do fundo público pelo capital portador de juros e pelos especuladores” (p. 59-60).

Segundo a autora, em outro trabalho,

O objetivo é criar um bom “ambiente de negócios” para extrair mais-valia, de um lado, e realizar a maior punção possível do fundo público, de outro. Este último, insistimos, é formado pela mais-valia socialmente produzida (trabalho excedente) e por parte do trabalho necessário (renda dos trabalhadores), onde incidem os impostos e contribuições, de forma extremamente regressiva no Brasil. O fundo público, como um pressuposto da reprodução ampliada do capital, em tempo de crise passa a ser disputado ferozmente como vimos anteriormente. Nesse sentido, a política econômica bolsonarista se volta a aprofundar muito os parâmetros do ajuste fiscal brasileiro. Este foi o sentido do golpe de 2016 que abriu caminho para a vitória eleitoral desse projeto neofascista em 2018. (p. 207-208).

Behring (2019) ainda aponta o entrecruzamento entre a EC 95 e a contrarreforma da previdência, uma vez que o descumprimento da EC 95 implica, dentre outros, em uma sanção (de muitas) de não autorização da elevação das despesas obrigatórias, “o que atropela a recomposição do salário mínimo, indexadora de benefícios previdenciários e assistenciais, como o BPC” (p. 60). Assim, vimos um ataque ao BPC. Sobre os efeitos da EC 95, Behring (2021, p. 192) afirma:

Os estragos da EC nº 95 foram monumentais durante o governo Temer: 1) nota técnica nº 27, do Ipea (2016), apontava tendência de perda de recursos da Assistência Social de 199 bilhões em dez anos e de 868,5 bilhões em vinte anos para a política onde se situam os programas de transferência monetária (BPC e PBF). O BPC se tornará insustentável a partir de 2026, com o teto de gastos, ao mesmo tempo que um número cada vez maior de idosos/as pobres sem aposentadoria passará a ter direito a esse direito constitucional. Já na passagem de 2016 para 2017, após anos de crescimento significativo (ainda que insuficiente), o orçamento da assistência social caiu 2,8%; o da saúde, 7%; o da Previdência, 0,2% (BOSCHETTI; TEIXEIRA, 2019).

O teto dos gastos, a contrarreforma trabalhista, a contrarreforma da previdência e as tentativas de desregulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS) e de desvinculação dos benefícios previdenciários e assistenciais ao salário mínimo, materializam a ofensiva burguesa no âmbito cotidiano, revelam o conservadorismo da burguesia no contexto da luta de classes, que se manifesta nas expressões ideológicas dessa ofensiva, que se expressa e reflete no âmbito da consciência dos indivíduos, afirmando, reforçando e reproduzindo a ideologia que sustenta a hegemonia burguesa. Utilizar o ultraneoliberalismo como categoria analítica não significa afirmar uma mudança na essência do neoliberalismo, mas que no Brasil, país periférico que sofre expropriações de múltiplas formas pelo imperialismo organizado, inclusive com o apoio ao golpe de 2016, a ofensiva neoliberal pós-golpe alterou a política fiscal e econômica

aprofundando-o exacerbadamente. As EC 95 e 93, a contrarreforma trabalhista e da previdência (já com Bolsonaro) são expressões desse aprofundamento inédito (BEHRING, 2021), cuja essência está na concepção clássica liberal que toma a miséria como insolúvel, o que justificaria a tentativa de redução das políticas sociais, que devem assegurar apenas o mínimo necessário a aqueles e aquelas que não conseguem competir no mercado de trabalho (crianças, idosos, deficientes). Retoma-se a imagem do menino vendedor de pirulitos, triste, faminto, adulecido pela angústia e pelo medo, cujo passo “é caminho de tempo e de luta” que na decadência ideológica do tempo presente poderia ser romantizada pela lógica deturpada do empreendedorismo no senso comum, tal qual os rapazes que vendem petiscos em semáforos, cujo canto, nada mais é do que “enfeite à miséria”.

2 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA E A OFENSIVA IDEOLÓGICA BURGUESA CONTRA A CLASSE TRABALHADORA

“O operário em construção

[...]

Sentindo que a violência
Não dobraria o operário
Um dia tentou o patrão
Dobrá-lo de modo vário.
De sorte que o foi levando
Ao alto da construção
E num momento de tempo
Mostrou-lhe toda a região
E apontando-a ao operário
Fez-lhe esta declaração:
- Dar-te-ei todo esse poder
E a sua satisfação
Porque a mim me foi entregue
E dou-o a quem bem quiser.
Dou-te tempo de lazer
Dou-te tempo de mulher.
Portanto, tudo o que vês
Será teu se me adorares
E, ainda mais, se abandonares
O que te faz dizer não.

Disse, e fitou o operário
Que olhava e que refletia
Mas o que via o operário
O patrão nunca veria.
O operário via as casas
E dentro das estruturas
Via coisas, objetos
Produtos, manufaturas.
Via tudo o que fazia
O lucro do seu patrão
E em cada coisa que via
Misteriosamente havia
A marca de sua mão.
E o operário disse: Não!”
(Vinícius de Moraes)

Para refletirmos sobre o processo de consciência dos indivíduos, sobre a forma como opera a ideologia no cotidiano de cada um de nós, é preciso que situemos as determinações concretas e a realidade em que se constituem as “subjetividades”, que preferimos chamar de consciência. Uma das determinações essenciais está na forma mercadoria e sua particularidade sob o modo de produção capitalista, que na fase atual intensifica o consumo, aprofundando o individualismo como elemento que promove a ostentação e a descartabilidade – de produtos, de memórias, do meio ambiente, de pessoas.

Marx inicia *O Capital* expondo seu estudo sobre a forma mercadoria: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria” (2008a, p. 113). Marx aponta dois aspectos: a mercadoria enquanto coisa, objeto útil; e a mercadoria enquanto elemento que guarda uma proporção de troca, equivalência. Seus exemplos clássicos do casaco e do linho, ou da mesa de madeira, são fundamentais como ilustração que levará sua leitora e seu leitor à compreensão do fetichismo da mercadoria.

Como se vê, a mesma coisa que nos disse, antes, a análise do valor das mercadorias, diz-nos, agora, o linho, ao entrar em contato com outra mercadoria, o casaco. Transmite seu pensamento numa linguagem peculiar, a das mercadorias. Para revelar que o trabalho humano abstrato cria seu valor, diz que o casaco, ao ser equivalente a ele e, portanto, um valor, é constituído por trabalho idêntico ao que o fez. Para expressar que sua sublime objetivação de valor difere da sua tessitura material, diz ele que o valor se apresenta sob a figura de um casaco e, por isso, ele mesmo como valor, iguala-se ao casaco, como se ambos fossem produtos idênticos (2008a, p. 60).

A forma mercadoria se caracteriza, dentre outros, por possuir um valor de troca, fruto do trabalho humano, abstrato, que produzirá um valor. Tal qual a marca da mão do operário em construção do poema, cada objeto, coisa, possui trabalho humano envolvido em seu processo de produção. É na forma mercadoria que os trabalhos humanos se relacionam, a partir de três pré-condições: 1) indivíduos diferentes com trabalhos diferentes se apresentarem como portadores privados de produtos do trabalho humano; 2) trabalhadores diferentes produzindo mercadorias diferentes; e 3) os produtos diferentes, sob o modo de produção capitalista, sofrem o fetichismo, em que uma relação social entre seres humanos assume a forma de uma relação entre coisas. Aí se encontra o caráter misterioso da mercadoria.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. (MARX, 2008a, p. 81).

Em outras palavras, o fetichismo das mercadorias não está nas diferentes formas de expressão do valor, mas no caráter misterioso da mercadoria. Esse caráter misterioso está na própria forma mercadoria, não em suas determinações. É a forma mercadoria que traz à tona seus elementos, que a expressam em sua forma fetiche, o que não significa falsidade, mas a aparência, que expressa a essência, representação do real. Aparentemente, o fetichismo da mercadoria seria uma forma de autonomização do objeto em relação ao seu produtor. Há uma inversão, em que a criatura, aparece como criador. Cria o mundo da riqueza, enquanto os seres humanos (os/as trabalhadores/as) são criaturas coisificadas, extensões de uma máquina que

parece funcionar por si mesma, tal qual a imagem de um Chaplin amedrontado por não acompanhar o tempo da produção ou ao ser engolido pela máquina em *Tempos Modernos*. Reduz-se os operários a instrumentos da produção de valor.

Relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que acontece com os produtos da mão humana no mundo das mercadorias. Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. (MARX, 2008a, p. 81).

O fetichismo não é uma ilusão própria ao capitalismo, nem é criado propositalmente, de forma planejada, pela consciência dos seres humanos. Trata-se de uma representação de relações concretas de produção, que dá vida a coisas que não possuem vida, num exercício em que o ser humano se transforma em “Deus” – ao criar objetos e dar vida a eles –, mas torna-se servo desses mesmos objetos, está aí a base do fetichismo (BENSAÏD, 2013).

As coisas produzidas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras muitas das vezes tornam-se inalcançáveis a esses/essas. O acesso às coisas é mediado pelo equivalente geral: o dinheiro. O dinheiro é um equivalente geral na forma monetária, que representa um valor. Em *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx afirma que o dinheiro pode tudo aquilo que o ser humano não pode: “ele pode comer, beber, ir ao baile, ao teatro, sabe de arte, de erudição, de raridades históricas, de poder político, pode viajar, pode apropriar-se disso tudo para ti; pode comprar tudo isso; ele é a verdadeira capacidade” (2004, p. 142). O dinheiro é o poder corruptor do capitalismo. A figura de linguagem utilizada por Marx aproxima-se ao poema de Vinícius de Moraes, em que o burguês oferece *coisas* ao operário, mas esse percebe que em tudo que vê está a “marca de sua mão”, conseguindo romper com a lógica da alienação que acompanha o fetichismo da forma mercadoria (BENSAÏD, 2013).

Na relação mercantil, cada coisa, cada mercadoria é igual em valor. A relação entre coisas não considera o trabalho concreto, mas o trabalho abstrato (NETTO; BRAZ, 2011). Sabemos que o valor de uma mercadoria é determinado socialmente, pelo *tempo de trabalho socialmente necessário* investido em sua produção. Esse valor é apenas expresso sob a forma de dinheiro, que aparece no mercado como seu preço (MARX, 2008a). A lei do valor também é acionada pela concorrência, que influencia os preços e a própria dinâmica do consumo, mas ela mesma funciona à revelia, sem o controle direto dos produtores. Sobre a lei do valor:

[...] quando se consolida a produção mercantil, as mercadorias são trocadas conforme a quantidade de trabalho socialmente necessário nelas investido. Essa é a chamada lei do valor que, como todas as leis econômico-sociais, não é a-histórica ou supra-histórica, mas tem um âmbito de validade determinado: ela impera no marco da produção mercantil [...]. Em poucas palavras: a lei do valor passou a regular as

relações econômicas, quando a produção mercantil, sob o capitalismo, se universalizou. (NETTO; BRAZ, 2011, p. 90).

A produção mercantil se dá através do trabalho humano, como já afirmamos. Sob o capitalismo, a venda da força de trabalho humana transforma o “operário em construção” tanto em proprietário individual (de sua força de trabalho), como sua força de trabalho se torna mercadoria, seguindo as leis mercantis. O caráter social do trabalho provém das relações e da divisão social do trabalho. Como já afirmamos, a forma mercadoria apresenta uma relação tal como ela é: uma relação material entre pessoas e uma relação social entre coisas. Ela não é uma falsidade, ela é uma expressão do real, por isso aparece como uma inversão. O fetichismo estabelece uma relação entre os seres humanos que vivem uma forma de sociabilidade em que os mesmos não a controlam, gerando um automatismo das coisas, ou seja, não têm controle sobre as relações sociais, e sim, são controlados por estas. Ao ocorrer essa aparente inversão, em que os humanos se coisificam na proporção da fetichização da mercadoria e da própria humanidade, ocorre aí a reificação.

[...] o fenômeno da reificação (em latim, res = coisa; reificação, pois, é sinônimo de coisificação) é peculiar às sociedades capitalistas; é mesmo possível afirmar que a reificação é a forma típica da alienação (mas não a única) engendrada no modo de produção capitalista. O fetichismo daquela mercadoria especial que é o dinheiro, nessas sociedades, é talvez a expressão mais flagrante de como as relações sociais são deslocadas pelo seu poder ilimitado. (NETTO; BRAZ, 2011, p. 93).

Sabemos que é através do trabalho, da relação ser humano e natureza, que se funda o ser social, e aqui “é preciso evitar fixar mais uma vez ‘sociedade’ como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o ser social. Sua manifestação de vida[...] é, por isso, uma externalização e confirmação da vida social” (MARX, 2004, p.107). O ser social não se esgota no trabalho, suas objetivações vão além, possuindo esferas que criam objetivações próprias (NETTO; BRAZ, 2011). A *práxis* humana revela tais objetivações, que transcendem o controle e exploração da natureza, podendo influir sobre o comportamento e ação dos seres humanos – formas de *práxis* em que o ser humano atua sobre si mesmo (como a educação, a arte, a filosofia, a política, etc.).

Mas da *práxis* não resultam somente produtos, obras e valores que permitem aos homens se reconhecerem como autoprodutores e criativos. Conforme as condições histórico-sociais em que se realiza (vale dizer: conforme as estruturas sociais em que se insere a atividade dos homens), a *práxis* pode produzir objetivações que se apresentam aos homens não como obras suas, como sua criação, mas, ao contrário, como algo em que eles não se reconhecem, como algo que lhes é estranho e opressivo. Em determinadas condições histórico-sociais, os produtos do trabalho e da imaginação humanos deixam de se mostrar como objetivações que expressam a humanidade dos homens – aparecem mesmo como algo que, escapando ao seu controle, passa a controlá-los como um poder que lhes é superior. Nessas condições, as objetivações, ao invés de se revelarem aos homens como a expressão de suas forças sociais vitais, impõem-se a eles como exteriores e transcendentais. Numa palavra: *entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura,*

aparece invertida – a criatura passa a dominar o criador. (NETTO; BRAZ, 2011, p. 44, grifo dos autores).

Assim se constitui a alienação, fenômeno histórico em que ocorre uma inversão, constituída a partir de condições sociais específicas, que têm como algumas de suas múltiplas determinações a divisão social do trabalho, a propriedade privada dos meios de produção e a existência de classes sociais, o que revela seu caráter histórico e social, passível de transformação, uma vez que não é natural. A partir da relação de exploração do trabalho alheio, a alienação se enraíza no conjunto das relações sociais, formando-se uma “cultura alienada que envolve a todos e a tudo: as objetivações humanas, alienadas, deixam de promover a humanização do homem” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 45). Abordamos e abordaremos mais a questão da alienação ao longo da tese, mas, por ora, basta atentarmos que ela limita a plena consciência e desenvolvimento das capacidades humanas. A superação da sociedade de classes, da própria divisão social do trabalho, é o momento em que o operário em construção não somente diz “não”, como elimina a exploração de seu trabalho, rompe com a propriedade privada dos meios de produção e, cria as condições para a emancipação humana, momento em que “No lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (MARX; ENGELS, 2010, p. 69).

Assim, é importante iniciar o capítulo desmistificando a ideia equivocada reproduzida por aqueles e aquelas que desconhecem os escritos marxianos (e marxistas) de que haveria uma tendência à homogeneização (essa sim característica da alienação). Do contrário, afirmar o horizonte da emancipação humana implica na garantia do desenvolvimento do *ser humano genérico* a partir da afirmação do direito à diferença, “o direito de não ser forçosamente classificado por categorias que foram necessariamente determinadas pelos poderes homogeneizadores” (LEFEBVRE, 1976, p. 35). O ser social também se expressa enquanto indivíduos singulares, diferentes. Em outras palavras: ao mesmo tempo em que o ser social comporta o *ser humano genérico*, ele também se expressa no *ser singular*, no indivíduo. Quanto mais rica em objetivações é uma sociedade, mais complexa será a sociabilização de cada um de seus membros (NETTO; BRAZ, 2011, p. 46) e mais vasta a possibilidade de múltiplas singularidades se desenvolverem, de se alcançar o direito à diferença. Porém, diante da marca da alienação, temos que a forma de incorporação ou socialização das objetivações do ser social (através da práxis) será posta de forma desigual para os seres humanos singulares.

[...] No seu processo de amadurecimento, e conforme as condições sociais que lhe são oferecidas, cada homem vai se apropriando das objetivações existentes na sua sociedade; nessa apropriação reside o processo de construção da sua subjetividade. A

subjetividade de cada homem não se elabora nem a partir do nada, nem num quadro de isolamento: elabora-se a partir das objetivações existentes e no conjunto de interações em que o ser singular se insere. A riqueza subjetiva de cada homem resulta da riqueza das objetivações de que ele pode se apropriar. E é a modalidade peculiar pela qual cada homem se apropria das objetivações sociais que responde pela configuração da sua personalidade. (NETTO; BRAZ, 2011, p. 47).

Antes de atomizar a análise pensando numa perspectiva micro, de indivíduos e o processo de configuração de suas personalidades e consciências, entendemos ser necessário abordarmos algumas linhas sobre a categoria ideologia. Entendemos que a ideologia se constitui como já afirmamos, em um dos elementos que constituem o cenário da luta de classes, essa arena de luta que não tem uma única forma, nem um único conteúdo. Trazemos aqui uma citação interessante:

[...] Gramsci entende que é na esfera político-ideológica, ou seja, no terreno da superestrutura, que se trava a fundamental batalha entre as classes sociais (COUTINHO, 2011c). A disputa ideológica engloba inclusive a própria produção do conhecimento científico. As notas que tratam da ciência nos Cadernos do Cárcere revelam que esta também é entendida como uma ideologia, uma vez que resulta do processo histórico, do processo de desenvolvimento das classes e das lutas de classe. [...] Gramsci chama a atenção para a inexistência de neutralidade na produção do conhecimento. Segue ele dizendo que “De tal modo una clase puede apropiarse de la ciencia de otra clase sin aceptar su ideología (la ideología del progreso fue creada por el progreso científico)” (GRAMSCI, 1999a, p. 142). O que importa, de acordo com o que escreve, é identificar o processo presente no direcionamento do conhecimento produzido. A importância que Gramsci dará às ideologias está diretamente relacionada ao quão estas se fazem necessárias a determinada estrutura social. Àquelas efetivamente necessárias ele chamará de “ideologias historicamente orgânicas” (GRAMSCI, 1999a, p. 142 apud BUNELLO, 2020, p. 52-53).

Ou seja, a luta de classes transborda a esfera econômica, invade a esfera político-ideológica, que passa ela mesma pela influência do conhecimento produzido (e aqui ressaltamos o papel dos intelectuais burgueses) e disseminado (e aqui ressaltamos os aparelhos privados de hegemonia). Logo vimos o peso da ideologia para a dinâmica da luta de classes em Gramsci. Mas essa ideologia opera a partir de uma legitimação social, que na citação seria aquela proveniente do saber científico. Mas cabe a pergunta: Como essa ideologia penetra na consciência dos sujeitos? Assim, antes de refletir sobre o efeito ou o peso determinante da ofensiva ideológica burguesa sobre os indivíduos, vamos estudar a consciência da classe trabalhadora, única capaz de fazer frente à burguesia.

Segundo Duarte Pereira (2012), em seu plano de estudos, Marx esperava desenvolver uma teoria das classes em *O Capital*, o que não teve tempo de realizar devido à sua morte. Marx pretendia realizar a crítica à concepção burguesa sobre as classes sociais e, provavelmente, formular sua própria concepção. A localização desse estudo estaria na sequência do estudo sobre a base econômica e antes de sua pretendida discussão sobre o Estado e a cultura burguesa. “Lugar revelador de que, para Marx e Engels, o conceito de classe era o enlace mediador entre

a infra-estrutura e a superestrutura do edifício social, necessário para prevenir tanto as interpretações economicistas, quanto as voluntaristas de sua teoria da mudança social.” (DUARTE PEREIRA, 2012, p. 09)⁵¹.

Para Marx e Engels, portanto, as classes emergem na base econômica, quando ela se ergue sobre modos de produção antagônicos, organizados em torno de diferentes modalidades de exploração do trabalho. A exploração é estrutural e objetiva, assim como é objetiva a contradição antagônica que opõe os proprietários das condições de produção aos produtores diretos expropriados. A exploração não depende da consciência dos explorados. (p. 04).

A classe trabalhadora só pode ser entendida no interior da luta de classes. As condições postas pela dinâmica contraditória da realidade do modo de produção capitalista é que transformam uma massa de indivíduos em classe trabalhadora. Lukács escreve ainda em 1920 (2018): “No espírito do marxismo, a divisão da sociedade em classes deve ser determinada segundo a posição no processo de produção.” (p. 133). Essa mesma lógica é reproduzida em um discurso de Lênin à União da Juventude Comunista. Em momento posterior, Lênin complexifica a questão ao afirmar que

As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social historicamente determinado, pelas relações em que se encontram com respeito aos meios de produção (relações que as leis referendam e formulam em sua maior parte), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e, conseqüentemente, pelo modo e proporção em que recebem a parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho de outro por ocupar postos diferentes em um regime determinado de economia social. [sic] (LENIN, s.d., p. 504).

Nessas duas respostas à pergunta “O que são classes sociais?”, Lukács e Lênin destacam as determinações econômicas, em que produção se articula a distribuição, circulação e consumo. Assim, a resposta à questão parte também das relações sociais de propriedade e das

⁵¹ Aqui, achamos importante mencionar um trecho de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, em que Marx fala sobre as condições para a constituição de uma classe social e, ao mesmo tempo, para sua não conformação enquanto classe, utilizando o exemplo dos camponeses franceses: “Os camponeses parcelheiros constituem uma gigantesca massa, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si. O seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio recíproco. O isolamento é favorecido pelos péssimos meios de comunicação franceses e pela pobreza dos camponeses. A sua unidade de produção, a parcela, não permite nenhuma divisão de trabalho no seu cultivo, nenhuma aplicação da ciência, portanto, nenhuma multiplicidade no seu desenvolvimento, nenhuma diversidade de talentos, nenhuma profusão de condições sociais. Cada família camponesa é praticamente autossuficiente, produzindo diretamente a maior parte do que consome e obtendo, assim, os seus meios de subsistência mais da troca com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. [...] Assim, a grande massa da nação francesa se compõe por simples adição de grandezas homônimas, como batatas dentro de um saco constituem um saco de batatas. Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parcelheiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção. Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados. [...]” (MARX, 2011b, p. 142-143).

relações sociais de produção. A definição de Lênin permite também considerar o consumo humano, as necessidades sociais e a riqueza social que cabe às classes, “possibilitando incorporar, subordinadamente, na delimitação das classes e de seus estratos, características [...] como o nível de instrução, o local de moradia, ou o prestígio das ocupações” (DUARTE PEREIRA, 2012, p. 12) Segundo o autor, a definição de Lênin, ainda que pouco desenvolvida, “destaca, com justeza, a exploração do trabalho como a base objetiva e estrutural que diferencia qualquer classe de proprietários exploradores da classe correlacionada de trabalhadores expropriados” (idem). Duarte Pereira ainda faz a seguinte pontuação com a qual concordamos:

A formulação de Lênin acarreta, por fim, outra implicação importante, nem sempre notada: se as classes se originam das posições objetivas que ocupam na base econômica, elas não podem ser confundidas com as camadas superestruturais, também chamadas por alguns autores de categorias sociais, vinculadas aos aparatos administrativos, repressivos e culturais do Estado, como a burocracia civil e militar. A definição de Lênin padece, contudo, de um grande defeito: não articula a situação de classe com a consciência de classe e, como afirmou Thompson com razão, “uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma” (p. 16).

Essa citação é fundamental para nos contrapormos às análises da sociologia burguesa, que identificam não mais a existência de uma classe explorada e uma classe exploradora, mas situa diferenças a partir de papéis sociais, como a divisão entre “classe produtiva” e “classe política” (INSTITUTO MISES BRASIL, 2021), propagada inclusive em aparelhos midiáticos, em que a classe produtiva é identificada pelos empreendedores (empresários, independentemente do tamanho de seu empreendimento) e trabalhadores assalariados, e a classe política que viveria dos impostos, igualando, servidores públicos (independentemente dos salários e funções) a políticos do alto escalão e grandes empresários que recebem isenção de pagamentos de impostos, ou subsídios estatais, por exemplo.

Também não reproduzimos aqui a crítica injusta de que Lênin era economicista, uma vez que tal falácia ignora o conjunto da obra e da prática do pensador revolucionário. Pelo contrário, Lênin travou uma brava luta contra a socialdemocracia russa que propalava teses economicistas e contra o “culto à espontaneidade” do movimento operário, que também oclusava a dimensão política da luta do proletariado (DUARTE PEREIRA, 2012, p. 14).

Esses autores, Lênin e Lukács, estabeleceram, a partir do método de Marx, concepções de classe social a fim de formular análises sobre a realidade e transformá-la. Suas concepções preocupavam-se em entender o que eram as classes e como se formava seu processo de consciência, no intuito de compreender a própria luta de classes, visando a transformação da realidade, a ruptura com a cotidianidade do modo de produção capitalista. Como afirma Iasi (2002) “Estudar o processo de consciência é refletir sobre a ação dos indivíduos e das classes

em sua pretensão de mudar o mundo.” (p. 13). Tais autores, quando da escrita das obras citadas, não tiveram contato com a obra conjunta de Marx e Engels, pois que *A Ideologia Alemã* só foi publicada em 1933. Nela os autores afirmam

[...] Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta comum contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho, e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho (MARX; ENGELS, 2007, p. 63).

Assim, Marx e Engels já afirmavam a categoria *classe social* como abstração concreta, manifestação do real que se enuncia como ideia, e dessa formulação se aponta a necessidade de uma revolução comunista, para que fosse superada a própria divisão social em classes sociais.

A manutenção da divisão da sociedade em classes depende da manutenção da propriedade privada dos meios de produção, da divisão social do trabalho e do próprio trabalho. Mas esse movimento, que em nossa sociedade tem como base as relações sociais de produção, sua reprodução e as condições de exploração capitalistas, depende de múltiplos elementos que confluam para sua ocorrência. Um desses elementos está no processo de formação da consciência de classe. Lukács traz essa preocupação no livro *História e Consciência de Classe*:

O que significa então a consciência de classe? A questão se ramifica imediatamente numa série de questões parciais, estreitamente ligadas entre si. Em primeiro lugar, o que se deve entender (teoricamente) por consciência de classe? Em segundo, qual é a função da consciência de classe assim entendida (na prática)? Na própria luta de classes? Tal pergunta leva a seguinte: a questão da consciência de classe é uma questão sociológica “geral” ou tem para o proletariado um significado inteiramente diferente daquele que teve para todas as outras classes surgidas até então na história? E, por fim: a essência e a função da consciência de classe formam uma unidade ou comportam diferentes gradações e camadas? Se for assim, qual o seu significado prático na luta de classes do proletariado? (2018, p. 133-134).

Há sobre tais questões um esforço em respondê-las, não apenas realizado por Lukács, mas um esforço coletivo acumulado, de autoras e autores que buscam refletir sobre a consciência de classe.

2.1 Como se constitui o processo de consciência

“Não se nasce pensando, se aprende a pensar”
(Mauro Iasi)

Parte-se, neste trabalho, da compreensão da consciência como processo, formulada por Mauro Iasi (1999, 2002, 2010, 2014, 2019, 2020). A consciência não deve ser compreendida, pois, como algo natural, mas como processo constituído nas contradições do movimento do

cotidiano. Compreender a consciência significa tentar extrair do real seu movimento. Mas essa resposta talvez não atraia um leitor mais ansioso. O que seria então a consciência? Para um burguês, certamente a resposta será diferente da que será aqui adotada. Caso o burguês seja alguém convencido pelo conhecimento produzido por Freud, certamente partirá da compreensão de consciência como *Gewissen*:

Conforme o testemunho da linguagem, é aquilo que se sabe com a maior certeza [...]; há línguas em que a sua designação mal se distingue daquela de consciência. Consciência é a percepção interna da rejeição de determinados desejos existentes em nós; mas a ênfase está em que essa rejeição não precisa apelar para nenhuma outra coisa, que está segura [...] de si mesma. [...] o tabu é um mandamento da consciência. [...] a consciência provavelmente surge com base numa ambivalência emocional, a partir de relações humanas bem específicas às quais se liga tal ambivalência, e sob as condições reivindicadas para o tabu e a neurose obsessiva, de que um dos sentimentos opostos seja inconsciente e conservado reprimido pelo outro, obsessivamente dominante. (FREUD, 2013, p. 66-67).

Lefebvre (1991) alerta para o perigo de se atribuir centralidade à linguagem:

[...] Privilegiar a linguagem é ainda privilegiar a consciência e permanecer nos quadros da antiga filosofia (idealista). É fetichizá-la, mudá-la em potência, alienada e alienante, e finalmente em coisa. É preciso ir além da linguagem, e mesmo da palavra ativa, para encontrar, para descobrir – para criar – o que será dito. (p. 08).

Tal crítica revela a nossa diferença com a concepção freudiana, pois entendemos a consciência como processo que participa de outro processo: o de reprodução das relações sociais de produção. Não privilegiamos a consciência, ou os discursos, mas queremos compreender o processo de consciência na totalidade das relações sociais de produção capitalista e em seu movimento de reprodução, na particularidade brasileira atual, a partir do estudo da ofensiva ideológica do capital contra a subjetividade da classe trabalhadora na operacionalização de medidas contratendências à queda da taxa de lucros. Para nós,

A consciência [...] é o processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento através de seu vínculo de inserção imediata (percepção). Dito de outra maneira, uma realidade externa que se interioriza. (IASI, 1999, p. 14).

Consciência é movimento. Apresenta elementos de contradição que amadurecem e são superados, abrindo espaços para a construção de novas contradições a partir da realidade concreta das relações sociais desenvolvidas no cotidiano de vida dos sujeitos (IASI, 2010). Cotidiano que é lugar não apenas da objetividade, da produção material, mas onde se constroem e se modificam, se esculpem e se amoldam as subjetividades. Produzimos o cotidiano – ainda que não o seja livremente – e somos condicionados por ele, em uma dinâmica que revela e obscurece contradições. Nesse processo se produz o *senso comum*, uma forma de consciência reificada.

O senso comum reproduz um pensamento genérico, que nasce do cotidiano, suas características difusas e dispersas, próprias a uma época histórica e a certo ambiente popular (GRAMSCI, 1999). Para Gramsci, o senso comum é a “filosofia dos não filósofos”, é a “concepção de mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio” (GRAMSCI, 2011, p. 148), e cuja principal influência está no âmbito místico e religioso, na busca de explicações para os fenômenos concretos. Aqui, acreditamos ser próxima uma compreensão de cultura formulada por Pasolini, a partir de sua discussão sobre a cultura na Itália, no contexto de crise dos anos 1970:

O que é a cultura de uma nação? Pensa-se correntemente, mesmo entre as pessoas *cultas*, que seja a cultura dos cientistas, dos políticos, dos professores, dos literatos, dos cineastas etc.: isto é, que seja a cultura da *intelligentsia*. Mas isso não é verdade. E nem é também a cultura da classe dominante, que, justamente através da luta de classes, procura impô-la pelo menos formalmente. Tampouco, finalmente, é a cultura da classe dominada, isso é, a cultura popular dos operários e dos camponeses. A cultura de uma nação é o conjunto de todas essas culturas de classe: é a média delas. E seria, portanto, abstrata se não fosse reconhecível – ou mesmo dizendo, visível – no vivido e no existencial, e se não tivesse consequentemente uma dimensão prática. (PASOLINI, 1990, p. 86).

O que interessa para nós, nessa citação, é a compreensão de que a cultura ganha concreticidade na vida cotidiana. O senso comum só pode ser superado com a crítica filosófica, coincidindo com o “bom senso” (GRAMSCI, 1999, p. 96) e por isso mesmo, não se deve separar a política da filosofia, ao contrário, a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são fatos políticos que não devem ser ignorados. Porém, o autor aponta que a própria filosofia formulada por determinadas camadas, tende a se enraizar na consciência popular, tornando-se um senso comum (ainda que restrito). *Filosofia* que é compreendida pelo autor a partir de uma elaboração de Benedetto Croce, entendida como “concepção de mundo que se transformou em norma de vida, já que a norma de vida não se entende em sentido livresco, mas realizada na vida prática” (GRAMSCI, 2011, p. 146). Daí o desafio da ruptura com o senso comum: produzir uma filosofia da práxis, uma filosofia que se torne um senso comum renovado com a coerência e o vigor das filosofias individuais (GRAMSCI, 1999).

O senso comum reproduz o automatismo no cotidiano, reproduzindo as verdades incorporadas acriticamente. O automatismo é uma das características das relações sociais de produção capitalistas, reproduzido pelo e no cotidiano. A forma mercadoria e a troca de mercadorias nesse modo de produção coisifica pessoas e personifica coisas (MARX, 2008a). A transferência do que é próprio do ser humano ao que não é humano é a base do fetichismo. A mercadoria força de trabalho (sob o modo de produção capitalista), apesar de sua particularidade, também se inscreve em relações fetichizadas, que geram um automatismo em que os seres humanos perdem o controle sobre as relações sociais, sendo controlados por essas.

É essa relação social que socializa o trabalho, na forma mercadoria, e que implica na necessidade de uma superestrutura de dominação que participe do processo de produção, que garantirá sua reprodução.

Para manter-se enquanto modo de produção, o capital precisa reproduzir-se no cotidiano. Marx (2001, p. 114 apud CHAGAS; DO VALE, 2020), ao estudar a sociedade capitalista, afirma que o produto do trabalho constituiu um resumo da atividade realizadora, da produção. “Em consequência disso, se o produto do trabalho é alienação, a produção em si tem que ser alienação ativa – a alienação da atividade e atividade da alienação” (MARX, 2001, p. 114 apud CHAGAS; DO VALE, 2020, p. 33). Assim, o próprio trabalhador é alienado de sua atividade produtora, de seu processo de trabalho, tomando um caráter meramente de meio de sobrevivência (de assalariamento para compra de meios de reprodução). Trata-se de uma “dimensão *objetiva* da alienação, que se põe e repõe para além do que se processa no domínio ideológico.” (CHAGAS; DO VALE, 2020, p. 34).

No chão do cotidiano opera a ideologia. Na concreticidade da vida cotidiana se forma a consciência a partir de um processo dialético, cheio de contradições. A cotidianidade burguesa é o lugar da luta de classes, onde a ideologia se espraia e enraíza. É o terreno em que se manifesta as múltiplas expressões da “questão social”. É o terreno em que se reproduz o capital e suas relações sociais de produção, de forma fragmentada e fragmentária, ocultando a essência de fenômenos sociais sob o véu de sua aparência imediata, produzindo uma “pseudoconcreticidade” (KOSIK, 1976).

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade (KOSIK, 1976, p. 15).

Para Kosik (1976) – similarmente a Gramsci –, a esfera da “pseudoconcreticidade” pode ser superada a partir da formulação científica, do movimento de construção do conhecimento capaz de apontar as determinações imanentes que o constituem em uma totalidade. Daí a necessidade de se buscar compreender a realidade, apesar das tramas subjacentes à aparência do real. Aparência que não se trata de falsidade, mas de primeira forma objetivada, elemento imediato que compõe o real, mas ainda por descobrir. Daí o desafio da pesquisa ora proposta: compreender a realidade atual a partir da dialética e da análise das mediações entre o concreto pensado e o concreto real.

Os fenômenos se manifestam sob sua forma aparente no cotidiano da vida, mesma esfera que obscurece sua essência. Karel Kosik, ainda em 1963, refletiu sobre o que chamava de cotidianidade (e nós entendemos como cotidiano). Todo modo de existência humana possui o

que ele chama de cotidianidade. Mas o que seria isso? Segundo Kosik (1976), aquilo que chama de cotidianidade vai além da oposição entre vida privada e pública, é o lugar da vida. Para o autor, aquilo que chama de cotidianidade é onde a atividade e o modo de existir se transformam em um instinto consciente e subconsciente, irreflexivo. Ela é a organização da vida dos indivíduos, a reiteração de suas ações vitais no tempo, a repetição de cada dia, a divisão do tempo e do ritmo em que se desenvolve a história de cada indivíduo. Ignorar a vida cotidiana, banaliza-la e contrapô-la à História resulta em certa mistificação do real (KOSIK, 1976, p. 44). Complementarmente a essa argumentação, contribui Lefebvre (1991):

Com relação à filosofia, a vida cotidiana se apresenta como não filosófica, como mundo real em relação ao ideal (e ao conceito de mundo). Diante da vida cotidiana, a vida filosófica pretende ser superior, e descobre que é vida abstrata e ausente, distanciada, separada. [...] O conceito de *cotidianidade* provém da filosofia e não pode ser compreendido sem ela. Ele designa o não-filosófico para e pela filosofia. Mas o pensamento só pode leva-lo em consideração no decorrer de uma crítica da filosofia. O conceito de cotidianidade não vem do cotidiano nem o reflete: ele exprime antes de tudo a transformação do cotidiano vista como possível em nome da filosofia. Também não provém da filosofia isolada: ele nasce da filosofia que reflete sobre a não filosofia, o que é sem dúvida o arremate supremo da sua própria superação! (p. 17-19).

A cotidianidade é o cotidiano planejado, dirigido, cuja ruptura só pode ocorrer na perspectiva emancipatória, de ruptura com a própria alienação. Outras formas de rupturas são apontadas por Lefebvre, porém, continuam na perspectiva de manutenção da cotidianidade burguesa, por exemplo, a guerra (LEFEBVRE, 1991, p. 15), elemento também mencionado por Kosik (1976), que ao mesmo tempo em que rompe com o cotidiano, busca romper para mantê-lo, “é preciso que tudo mude para que tudo permaneça como está”, como diria Lampedusa. O próprio cenário atual, de isolamento social pandêmico é uma ruptura com o cotidiano e, ao mesmo tempo, impõe uma cotidianidade ainda mais enrijecida da vida cotidiana, em uma relação contraditória e dialética.

Segundo Lefebvre, Marx estudou o quadro social do capitalismo de livre concorrência, a vida concreta dos trabalhadores, o que compreende tanto a atividade produtora como as ilusões a superar (LEFEBVRE, 1991, p. 17). Vida que se realiza concretamente no cotidiano. É no cotidiano que o *espírito do tempo* se manifesta, ou melhor, esse se apodera daquele e investe nele (LEFEBVRE, 1991, p. 07). Ele prossegue: “O tempo é o tempo da mudança” (LEFEBVRE, 1991, p. 08), tempo em que se manifesta o cotidiano e a cotidianidade burguesa. **Haveria assim um novo tempo para o capital e sua lógica de reprodução das relações sociais⁵² de produção que impõe sobre a sociedade um “terrorismo econômico”,**

⁵² Entendemos aqui a reprodução das relações sociais de produção “como a reprodução do capital permeia as várias ‘dimensões’ e expressões da vida em sociedade” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 65). Trata-se da

disseminando o medo da “insegurança da existência” como mais um elemento da cultura da crise? Questão desafiadora que só o *tempo* da produção coletiva de conhecimento científico poderá vir a responder... Tempo sob a lógica produtivista do capital. Tempo cuja substância é sua fluidez, que contrasta com sua continuidade, “é o fluxo heraclitiano sem cortes, principalmente entre o cósmico (objetivo) ou o subjetivo. A história de um dia engloba a do mundo e a da sociedade” (LEFEBVRE, 1991, p. 08). Esse movimento encontra uma base no passado, se manifesta no presente e se interconecta ao futuro do ser consciente em uma dinâmica que se fundamenta na realidade do próprio ser social (IASI, 1999).

Segundo Iasi (2010; 1999), o processo de consciência não pode ser compreendido linearmente (e crescemos, numa linha de tempo), visto que não se compreenderia seu movimento de avanços e recuos, a superação de formas anteriores e o regresso a tais formas, resumindo o processo ao etapismo: alienação – “conscientização” – “tomada” de consciência. Ao contrário, no cotidiano que corre pelo tempo, a consciência “Amadurece por fases distintas que se superam, através de formas que se rompem, gerando novas, que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações” (IASI, 2010, p. 12). Assim, a consciência estaria em constante movimento na história da humanidade e deve ser compreendida dialeticamente, pois sua compreensão limitada impõe essa linearidade etapista.

Em seu livro, *O Processo de Consciência*, Iasi (1999) fala que o primeiro movimento na constituição do processo de consciência é a formação da criança em que, a partir das relações sociais, ocorre uma interiorização do mundo exterior, com base em nossas percepções e no que nos é ensinado. Geralmente, tal processo ocorre na forma de organização social familiar. A relação com familiares e outros faz com que a criança desenvolva seu ser, se socialize em fato, compreenda o que é o *outro* e o que ela *não é*, partindo para o exercício da compreensão de si (IASI, 1999).

Aqui cabe o reconhecimento do valor da teoria freudiana de divisão da tríade complementar entre *id*, *ego* e *superego* (IASI, 2010; 1999). Grosso modo, podemos definir o *id* como o ser instintivo, o desejo. Já o *ego* seria nosso mediador entre o *id* e o mundo externo, ligado, contudo, ao princípio do prazer. O *superego* é a expressão de um comportamento exterior que faz a mediação entre a criança e o mundo, exerce certo controle, impondo limites.

A partir da teoria freudiana, Iasi (2010) afirma que o *desejo*, manifestado na consciência da criança, oriundo do *id*, impõem-se e busca operar sua realização, mediada pelo *ego* e pelo *superego*. Nesse processo o indivíduo em formação é socializado, apreendendo os limites postos a seus desejos, a forma e a ocasião socialmente aceitas de sua satisfação, definidos não

pelo indivíduo que deseja, mas por outro, com o poder de determinar o quando e o como tais desejos serão realizados. Na luta entre a satisfação do desejo e a sobrevivência, o indivíduo reprime ou desloca seu desejo ao encontrar as barreiras à sua realização, gerando diversos sentimentos que influem no processo de consciência (IASI, 2010; 1999), dentre os quais a angústia e a ansiedade, que antecipam o medo (gerador de fobias) e o ressentimento.

É importante sublinhar que tais sentimentos são constituídos não apenas em nível biofisiológico, mas também a partir das relações sociais, e que ganham novas formas de sentir e expressar a partir de determinações que percorrem o cotidiano do modo de produção capitalista. Sentimentos dos homens presentes em relação no tempo presente. Tais relações sociais não permanecem externas, mas interiorizam-se como normas, valores e padrões de comportamento, formando com o *superego* um componente que o indivíduo vê como dele, como autocobrança e não como uma exigência externa, social (IASI, 2010; 1999). Iasi alerta:

[...] a família, que antecede no tempo sua ação no indivíduo em relações às atividades econômicas de produção, é por sua vez determinada por estas relações, na verdade as mediatiza. Aquilo que determina é determinado. Ao mesmo tempo, neste âmbito, reproduz e reforça as relações sociais de produção, dando a base necessária para que a ideologia frutifique e garanta a reprodução destas. (1999, p. 30).

Algo fica subjacente: na lógica individualizante do modo de produção capitalista, as necessidades sociais são tomadas como individuais na imediatividade do cotidiano e os desejos do indivíduo, que são criados e/ou moldados pelas relações sociais, também são reprimidos pelas mesmas, direta e indiretamente.

A reflexão freudiana contribui para o avanço no sentido de compreensão do processo da formação de consciência, não apenas dos sujeitos, mas das classes sociais e das massas. Ao estudar o processo de formação de consciência do indivíduo – desde a primeira forma de consciência – podemos entender o processo de criação de identidades, do estado de revolta e do que por ora interessa a esse estudo: da formação de uma consciência coletiva, esteja no âmbito de um grupo social, de uma classe social ou de massas. A partir disso, é possível pensar o tema da consciência de classes, essa “subjetividade” que nos interessa por ora, em se tratando de classe trabalhadora.

2.2 Classe em si e classe para si

“É o homem que, com sua consciência, a sua ação e a sua luta, determina o curso da história. Os homens são os obreiros das transformações sociais. São criadores da história.”

(Álvaro Cunhal)

Em *A miséria da Filosofia*, Marx elabora uma crítica a Proudhon, autor que no início de sua aproximação ao socialismo francês havia sido sua referência, superando-o ao incorporar a Crítica da Economia Política como elemento basilar em suas análises. No capítulo intitulado a *Metafísica da Economia Política*, Marx dará pistas sobre a questão da consciência de classe no tópico “As Greves e as Coalizões dos Operários”. A seguinte citação inicia o debate:

A grande indústria aglomera num só lugar uma multidão de pessoas desconhecidas umas das outras. A concorrência divide seus interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que têm contra o patrão, reúne-as num mesmo pensamento de resistência — coalizão. Assim, a coalizão tem sempre um duplo objetivo, o de fazer cessar a concorrência entre os operários, para poderem fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo de resistência não foi senão a manutenção dos salários, à medida que os capitalistas por sua vez se reúnem num mesmo pensamento de repressão, as coalizões, a princípio isoladas, formam-se em grupos, e diante do capital sempre unido, a manutenção da associação torna-se mais necessária para os operários do que a do salário. Isto é de tal modo verdadeiro, que os economistas ingleses se mostram muito espantados de ver os operários sacrificarem uma boa parte do salário em favor das associações que, aos olhos destes economistas, não foram criadas senão para a defesa do salário. Nesta luta — verdadeira guerra civil — reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários para uma batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire um caráter político. (2007, s/p)

Da citação apreendemos alguns elementos importantes: 1) O processo de industrialização e consequente urbanização aglomera pessoas formando uma multidão, uma massa amórfica que compete entre si por um salário; 2) O salário é identificado como interesse comum, o que quebra a lógica da concorrência entre vendedores/as da força de trabalho e os/as reúne em torno da luta por ele, produzindo uma coalizão; 3) Abre-se o processo de concorrência entre vendedores/as da força de trabalho e capitalistas, que irão eles também se organizar; 4) As coalizões se expandem e fortalecem, formando-se grupos de resistência à repressão burguesa; 5) Cada vez mais esses grupos se comunicam e associam, adquirindo um caráter político. A massa da população pertence a uma classe, uma vez que o capital “criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns” (MARX, 2007, s/p.). Ainda que se configure enquanto classe diante do capital, essa classe ainda não o é em si mesma. “Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe em si mesma. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe.” (MARX, 2007, s/p.).

Marx nos ensina que ao organizar-se enquanto classe e lutar por seus interesses, cada classe fará o enfrentamento à outra. No caso, destacam-se as duas classes fundamentais, burguesia e proletariado, ou classe trabalhadora. Tais classes fundamentais travarão uma luta, uma contra a outra, e como afirma Marx: “a luta de classe com classe é uma luta política” (MARX; ENGELS, 2010, p. 48).

Vimos em Marx pistas sobre o processo de formação da classe trabalhadora, mas ele apresenta também o processo de desenvolvimento da formação da burguesia enquanto classe,

entendendo que esta também já foi uma classe revolucionária, apresentando dois momentos históricos de sua constituição:

Na burguesia, temos duas fases a distinguir: aquela durante a qual ela se constituiu em classe sob o regime da feudalidade e da monarquia absoluta, e aquela em que, já constituída em classe, derrubou a feudalidade e a monarquia, para fazer da sociedade uma sociedade burguesa. A primeira destas fases foi a mais longa e nela foram necessários os maiores esforços. Ela também havia começado por coalizões parciais contra os senhores feudais. (MARX, 2007, s/p.)

Entende-se como o salto de consciência de classe é fundamental para o processo revolucionário. Marx aponta que diversos intelectuais da burguesia apresentavam certo receio em pesquisar o processo de formação de classe trabalhadora, justamente pelo potencial revolucionário dessa classe, do processo histórico vigente, das contradições que formavam a correlação de forças no período mesmo em que o desenvolvimento das forças produtivas e da acumulação de riqueza socialmente produzida levavam ao desenvolvimento do fenômeno do pauperismo. Segundo Marx,

Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo das classes. A libertação da classe oprimida implica, pois necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa se libertar, é preciso que as forças produtivas já adquiridas e as relações sociais existentes não possam mais existir lado a lado. De todos os instrumentos de produção, a maior força produtiva é a própria classe revolucionária. A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as forças produtivas que podiam se engendrar no seio da velha sociedade. (2007, s./p.)

Aí estava a origem do medo burguês. O medo de virar a esquina e encontrar a revolução proletária era real, tendo em vistas as diversas experiências como as Jornadas de Junho no período conhecido por Primavera dos Povos, a própria experiência da Comuna de Paris, a quebra das máquinas pela rebelião de trabalhadores e trabalhadoras que viam nos instrumentos de trabalho seus inimigos, as greves por melhorias nas condições de trabalho, salário e vida, dentre tantas manifestações e revoltas organizadas pelo protagonismo da classe trabalhadora. Da leitura de Marx, compreendemos a classe trabalhadora como o sujeito revolucionário que, ao contrário da burguesia, não iria exercer um novo tipo de dominação de classe, resumindo-se a um novo poder político, uma vez que “A condição de libertação da classe trabalhadora é a abolição de todas as classes, do mesmo modo como a condição de libertação do Terceiro-Estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os estados e de todas as ordens.” (MARX, 2007, s./p.). Assim, a classe trabalhadora substituirá a antiga sociedade civil⁵³ por uma

⁵³ “[...] Dias (1996) adverte que, na perspectiva gramsciana, a sociedade civil não é uma instância real, mas sim uma das formas da natureza estatal. Diz ele que, “a acentuação da forma ‘privada’ dessas instituições – da sociedade civil – do seu caráter de regulação não nega (nem o poderia) o seu caráter estatal, nem o seu caráter classista, como querem os liberais” (DIAS, 1996, p. 113). Neste ponto, vale notar que a percepção que Gramsci possui do Estado é construída na tradição de Marx, Engels e Lenin, ou seja, o Estado é definido como um espaço

associação de livres-trabalhadores, que excluirá as classes e seu antagonismo, já inexistindo um poder político centralizador propriamente dito, “pois que o poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil” (MARX, 2007, s./p.). Mas até lá, há um período de espera, e sobre ele Marx (2007, s./p.) afirma:

No período de espera, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de classe contra classe, luta que, levada à sua mais alta expressão, é uma revolução total. Aliás, devemos nos admirar de que uma sociedade, fundada na *oposição* das cousas, chegue à *contradição* brutal, a um choque corpo-a-corpo como última solução? Não digais que o movimento social exclui o movimento político. Não haverá jamais movimento político que não seja social ao mesmo tempo.

Não será senão numa ordem de cousas na qual não haja mais classes e antagonismo de classes, que as *evoluções sociais* deixarão de ser *revoluções políticas*. Até lá, nas vésperas de cada remodelação geral da sociedade, a última palavra da ciência social será sempre: "O combate ou a morte: a luta sangüinária ou o nada. É assim que inelutavelmente se apresenta a questão. George Sand"

Tratar de consciência de classe em si e de consciência de classe para si é refere-se a processo de organização de uma classe, a salto organizativo, seja focado na mobilização e na coalizão voltada aos interesses específicos, às necessidades prementes de uma categoria específica da classe trabalhadora, seja pensando-se numa transformação social, numa revolução total, em que a classe trabalhadora consiga realizar uma emancipação humana real, superando sua própria existência enquanto classe. Segundo Duarte Pereira (2012, p. 6-7, grifo nosso):

É nesse contexto que Marx discorre, em A miséria da filosofia, sobre a passagem da classe-em-si à classe-para-si, utilizando, como em outras oportunidades, uma linguagem de ressonância, mas não de conteúdo hegeliano. A referência é muito conhecida, mas vale a pena repeti-la: "As condições econômicas transformaram, primeiro, a massa da população do país em proletários. O domínio do capital criou, para essa massa, uma situação comum e interesses comuns. **Assim, essa massa já é uma classe para o capital, mas ainda não é uma classe para si mesma.** Na luta, da qual não assinalamos mais do que algumas fases, essa massa se une, **constituindo-se numa classe para si.** Os interesses que defende, convertem-se em interesses de classe." Como se observa, Marx procura articular a existência econômica da classe proletária, como um coletivo organizado e comandado pelo capital e sem o qual o modo de produção capitalista não seria possível, **com o momento posterior em que, adquirindo consciência de sua situação objetiva e do processo histórico em que está inserida, essa classe passa a ter uma presença independente na cena política e nos embates ideológicos, procurando transformar-se numa força hegemônica e aglutinadora para impulsionar a luta por uma formação socialista.** Nesse momento, sua constituição como classe se arremata, mas ela já existia anteriormente. **Classe para o capital e classe para si mesma, classe econômica e força política e ideológica:** não há como fugir aos polos desse processo, nem como invertê-los, imaginando que a classe proletária possa constituir-se nas esferas política e cultural, sem existir previamente na esfera econômica. As potencialidades de sua atuação como classe revolucionária decorrem de sua existência e labuta como classe explorada.

político que não paira acima da sociedade, nem mesmo fora dela; portanto, não é neutro. Ele está decisivamente participando do processo de dominação de uma classe, ou um conjunto delas, sobre as demais. Sendo assim, um grau de consenso da legitimidade do Estado se faz necessário, bem como a noção de independência deste com relação aos interesses de classe.” (BUSNELLO, 2020, p. 51).

Tal complexidade é trabalhada por outros autores que trazem contribuições necessárias e fundamentais a essa tese, dentre elas citaremos a contribuição de Gramsci (2011) e de Marcuse (1978). Ainda que em nossa limitada leitura não tenhamos encontrado em Gramsci essa mesma terminologia – consciência de classe em si e consciência de classe para si –, no estudo das “relações de forças” no processo de construção de hegemonia encontramos pistas que contribuirão para esse estudo. Segundo Gramsci (2011, p. 103),

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam.

Gramsci (2011) afirma que para análise das “relações de força” é necessário que se identifiquem e diferenciem três momentos: 1) “*relação das forças sociais*”, que se relacionam ao desenvolvimento das forças materiais de produção; 2) a “*relação das forças políticas*”, que se refere à homogeneidade, à autoconsciência e à organização das classes e grupos sociais; e 3) a “*relação das forças militares*”, ligadas aos aparatos técnicos e políticos coercitivos de dominação. Tais momentos interagem entre si, formando as “relações de forças” em uma totalidade que comporá uma dada hegemonia, daí a importância de considerarmos não apenas a dimensão econômica ou a dimensão econômica e política da correlação de forças, mas também a “relação das forças militares”. Não focaremos aqui na relação das Forças Armadas brasileiras com o governo e os empresários detentores da hegemonia, que sabemos que foi fortalecido no governo Bolsonaro. Mas entende-se sua importância, uma vez que para Gramsci (2011), a hegemonia oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento no processo de desenvolvimento histórico, sob a mediação do segundo. Gramsci, conforme Busnello:

[...] refere-se à ideologia como um “instrumento prático de ação” ou expressões similares. Essa forma de abordar o conceito vai no sentido de entendê-lo para além de um sistema de ideias. A ideologia, segundo Gramsci, deve ser abstraída do processo social vivo (WILLIAMS, 1979) ou, ainda, é o próprio fator de organização da vontade coletiva (COUTINHO, 2011a). Nesses termos, a importância em compreender a ideologia de uma época está no fato de que a adesão, ou não, a uma ideologia é um indicativo que permite verificar a crítica real da racionalidade e a historicidade de determinado modo de pensar (GRAMSCI, 1970). Ela cumpre o papel de “cimento más íntimo a la sociedad civil y por lo tanto al Estado” (GRAMSCI, 1999c, p. 190). A importância que Gramsci confere à ideologia também se deve ao fato de ela possuir a propriedade de organizar as massas. A classe dominante tem sua própria “estrutura ideológica”, isto é, “a organização material” voltada para manter, defender e desenvolver a frente teórica ou ideológica. Faz parte dessa estrutura ideológica, além da imprensa, que é a parte mais dinâmica, tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente. (2020, p. 53).

As ideologias surgirão na dinâmica dos momentos do desenvolvimento histórico, na relação de força que constitui a unidade dialética em movimento. Assim, haveria a constituição

de uma “consciência política coletiva”, que possuirá ela mesma seus momentos, sendo estes: 1) o momento econômico-coorporativo, em que trazemos o exemplo das lutas sindicais corporativistas; 2) o momento da consciência da solidariedade, em que os interesses de um grupo social é compartilhado e posto na dimensão jurídico-política no âmbito do Estado, podendo vir a buscar transformar uma pauta econômica em um aparelho legislativo (norma, lei, constituição, reforma, etc.); e 3) o momento em que a consciência de seus próprios interesses coorporativos é superado, no sentido de que seu desenvolvimento atual e futuro pode transformar seus interesses particulares em interesses gerais, sendo para o autor a fase mais política do processo, uma vez que marca a passagem para a esfera das superestruturas complexas (GRAMSCI, 2011):

[...] é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação a lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (2011, p. 41)⁵⁴.

Assim, compreendemos que as classes sociais em seu processo de consciência, operam ideologias na materialidade do real através de aparelhos privados de hegemonia, fundando partidos, não num sentido formal como o conhecemos, mas no sentido gramsciano ampliado, que envolto pela névoa da pequena política adentra o cotidiano, enraizando-se nele. Tal concepção é fundamental para o desenvolvimento de nossa tese, em que o “terrorismo econômico” que impõe o medo como elemento ideológico da ofensiva burguesa para que esta opere suas estratégias de captura do fundo público, de consolidação do conservadorismo, de manipulação da fé e retirada de direitos sociais etc. Falaremos mais sobre isso no capítulo seguinte. Por ora, nos ateremos ao objetivo do tópico, de travar a discussão sobre consciência de classe em si e consciência de classe para si.

Outra contribuição que apresentamos é tomada de Marcuse, que trabalharemos com o auxílio da interpretação de Maria Helena Rauta Ramos (2012, mimeo). Como vimos, a consciência de classe surge desse processo de identidade, de coalizão e organização. Ela é

⁵⁴ O momento da ruptura, em Gramsci é a catarse, em que ocorre a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens: “Pode-se empregar a expressão “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-pessoal) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. A fixação do momento “catártico” torna-se assim, parece-me, o ponto de partida de toda a filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético” (2011, p. 315).

desenvolvida no processo de transição da tomada de consciência de classe em si para a tomada de consciência de classe para si, que se dá por meio da formação de uma consciência humano-genérica que, diferente do “senso comum”, procura compreender as causas e determinações dos fenômenos, numa visão de totalidade, alcançando um nível de consciência que possibilita o conhecimento crítico da realidade, surgido do campo da luta de classes, que se orienta no sentido de transformação da sociedade (RAUTA RAMOS, 2012, mimeo).

A verdadeira consciência de classe é fruto dessa dupla negação: num primeiro momento, o proletariado nega o capitalismo assumindo sua posição de classe, para depois negar-se a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital. (IASI, 2010, p. 32).

Para nos apropriarmos da raiz desse processo é importante lembrarmos que a tomada de consciência de classe em si decorre de um processo em que as contradições se acirram do e no real, onde trabalhadoras e trabalhadores criam uma identidade, identificação com uma pauta comum, compreendendo as causas e determinações que levam à existência de determinadas necessidades, demandas, bandeiras de lutas comuns (RAUTA RAMOS, 2012, mimeo). Isso se dá, contraditoriamente, no cotidiano, esse a que chamamos chão da alienação, no entanto, ele é o espaço da contradição, é o espaço do desencontro, mas também do reencontro consigo e com o outro. O processo de trabalho, ainda que alienado, alienante e alienador, possui brechas, que possibilitam no próprio cotidiano o surgimento de irrupções, de reflexões críticas, de análises totalizantes que apreendam o movimento da história e coloquem o trabalhador e a trabalhadora no centro do processo de luta por mudanças nesse mesmo cotidiano.

No entanto, ao mesmo tempo em que o processo de trabalho pode abrir a possibilidade de criar autoconsciência no trabalhador a partir da percepção das contradições e da identidade com os seus e as suas, o processo de trabalho também pode criar autoconsciência no senhor-cidadão, no burguês (MARCUSE, 1978). Esse, embora não produza os objetos desejados, fetichizados, acaba por controlá-los em certa medida. A satisfação de seus desejos se dá pela mediação do trabalho alheio. Os produtos, objeto de fruição do senhor, têm a marca da autoconsciência do trabalhador/da trabalhadora que os produziu. Ele percebe que não é um ser independente, um “ser-por-si”, “[...] *mas depende essencialmente de outro ser, da ação de quem trabalha para ele*” (MARCUSE, 1978, p. 117, grifo nosso).

Segundo Marcuse (1978), é somente ao tomar consciência de que ele/ela trabalhador/a é quem é responsável pela fruição “do seu senhor”, do burguês, comprador de sua força de trabalho e explorador de sua capacidade criativa e produtiva que o/a mesmo/a poderá constituir-se enquanto classe no sentido de busca pela liberdade

[...] a liberdade e independência da autoconsciência nada mais são, portanto, que um estágio transitório do desenvolvimento do espírito em direção à liberdade real. Esta última dimensão é atingida quando o homem abandona a liberdade abstrata do pensamento e entra no mundo na plena consciência de que ele é ‘seu próprio’ mundo” (MARCUSE, 1978, p. 119).

O processo de conquista da liberdade real passa pela autoconsciência e desemboca no mundo real, através da luta entre as forças contrárias, constituída no movimento da história (RAUTA RAMOS, 2012, mimeo). Ou seja, o/a trabalhador/a consciente de si “[...] não atinge sua liberdade na forma do ‘Eu’ e sim na do Nós, o Nós associado que aparecera pela primeira vez como resultado da luta entre senhor e escravo. A realidade histórica daquele Nós ‘encontra sua verdadeira realização na vida de uma nação’” (MARCUSE, 1978, p. 120).

Duriguetto e Montaña (2010), em sua tentativa de formulação didática para um livro de nossa biblioteca básica, diferenciam classe em si de classe para si. Os autores alertam para que seus leitores não confundam tais caracterizações como etapas de um processo, saltos irreversíveis na consciência e organização das classes sociais, mas compreendam que não existe um “antes e depois” da “tomada de consciência”, representando os dois momentos uma relação dialética do desenvolvimento das classes sociais e, portanto, da nossa análise. Segundo eles:

A “classe em si” é constituída pela população cuja condição social corresponde com determinado lugar e papel no processo produtivo, e que, independentemente de sua consciência e/ou organização para a luta na defesa de seus interesses, caracterize uma unidade de interesses comuns em oposição aos de outras. Não representa necessariamente um momento “maturo” da formação das classes, mas uma dimensão da sua constituição e da análise social. “Classe em si” remete à mera existência de uma classe. Conforme Marx apontou *n’O Dezoito Brumário*, ao tratar da classe camponesa: “na medida em que milhões de famílias [...] vivem em condições econômicas que [...] opõem seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem *uma classe* [em si]” (Ver Marx e Engels, 1977a, p. 227). (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010, p. 97).

Assim, o momento da “classe em si” é historicamente definido, tomando como base para o processo de consciência a identificação de pautas comuns que a contrapõem em relação a outras classes. No exemplo citado pela autora e pelo autor, está o caso da classe camponesa, que por viverem nas mesmas condições e reproduzirem um mesmo interesse e cultura, formariam uma classe. Interessante observar na citação a dimensão da cultura como elemento determinante para o pertencimento de classe e mesmo para a consciência.

Já a ideia de classe para si estaria relacionada a uma dimensão de organização e luta, podendo coexistir num mesmo momento a dimensão da consciência de classe em si com a consciência de classe para si, em que as determinações de classe se configurarão no âmbito da “consciência” e da organização da “luta” (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010). Segundo a autora e o autor:

A “classe para si” caracteriza outra dimensão possível da constituição e da análise da classe. Conforma uma classe para si aquela que, consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta na defesa destes. Pode-se verificar um momento

histórico em que Marx observou a passagem da “classe em si” para a “classe para si” no contexto em que, entre 1830 e 1848, a classe trabalhadora se torna sujeito autônomo, consciente de seus interesses e do seu antagonismo ao capital, e organizado para as lutas de classes. Como Marx caracteriza em a *Miséria da Filosofia*, “as contradições econômicas, inicialmente transformam a massa [do povo [...]] em trabalhadores [conformando uma classe em si]. A *dominação do capital* sobre esses trabalhadores criou a *situação comum e os interesses comuns* dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe [em si] em relação ao capital, mas não ainda uma classe para si mesma. Na luta [...] essa massa se une e forma uma classe para si” (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010, p. 97).

Como exemplos ilustrativos, muitas vezes cita-se a luta sindical como momento em que se constitui o processo de consciência de classe em si. A luta sindical, a greve unificada, a mobilização em torno de pautas que vêm das necessidades sociais que submergem do cotidiano das massas muitas vezes buscam a reivindicação de pautas pontuais, específicas, econômicas, como melhorias nas condições de trabalho e salário, em que a luta sindical acaba por se configurar como luta contra os efeitos do capitalismo, não contra as causas. Como exemplo, citamos Iasi, que trata dos ataques da burguesia ao fundo público e às políticas sociais:

O resultado desse processo é a reconversão da lógica de “direitos” por políticas compensatórias, fragmentadas, focalizadas e refilantropizadas. Tal postura permite ao poder público saciar os interesses do capital monopolista e financeiro e, com o pouco que sobra, centrar sua atenção no atendimento pontual e focalizado em direção aos efeitos mais agudos da miséria absoluta. Ainda assim, o poder público faz isso se tal iniciativa for potencialmente possível de contribuir de alguma forma com o processo de valorização ou reprodução do capital fictício.

A parte da sociedade que resiste contra a perda de direitos (organizações sindicais, partidos políticos, movimentos sociais) ao lado daqueles que lutam por eles (movimentos sociais, segmentos sociais oprimidos etc.) se confronta contra essa lógica nadando contra a corrente que parece ser ajudada por amplos segmentos da massa proletária empenhada em iniciativas guiadas pela concorrência, pela meritocracia, pelo empreendedorismo e pela disputa de poucos recursos nos balcões de projetos que fariam a “loteria” de Luís Bonaparte parecer um empreendimento sério. (IASI, 2018, p. 149-150).

A luta da classe trabalhadora no processo em que há o desenvolvimento de uma consciência de classe para si vai além de uma pauta econômica. Reivindica a pauta econômica, mas se vê enquanto classe organizada e consciente de si e de sua universalidade, de seu projeto de emancipação para toda a humanidade, buscando assim a conquista do poder político e o fim do modo de produção capitalista, levando-a a organizar-se partidariamente, no partido do proletariado, que tem a função de vanguarda no processo revolucionário e de centralização das ações políticas até o fim do Estado, da propriedade privada, da divisão sociotécnica do trabalho e das próprias classes sociais.

Falar em consciência de classe em si e consciência de classe para si implica pensar a mediação entre as categorias classes sociais, consciência de classes e luta de classes, indissociáveis numa análise que se pretenda fiel ao método de Marx, visto que constituintes de uma mesma processualidade. Fechamos esse ponto com uma citação de Duriguetto e Montañó:

A consciência é determinada pela realidade social, e ela é condição para sua transformação. A objetividade (da realidade existente) e a subjetividade (dos sujeitos que dela fazem parte) unem-se num único processo. A mera vivência das pessoas sobre a(s) realidade(s) sociais determina um tipo de consciência, mas esta última pode se desenvolver de diversas formas e níveis, em função do tipo de inserção e apreensão na/da realidade, individual, grupal ou humano-genérica. [...] “é impossível compreender a questão da consciência de classe [...] se não se considerar que *trabalho*, *vida cotidiana* e *consciência* do ser social se inter-relacionam e se articulam de maneira indissolúvel” ([ANTUNES,] 1996, p. 99; grifos nossos). (2010, p. 98-99).

Objetividade e subjetividade são pares dialéticos, se complementam formando um único processo em que a vida cotidiana no mundo moderno determina tipos de consciência em uma diversidade de níveis e estágios, que serão determinados pelas relações sociais de produção e sua reprodução. Já discorreremos sobre cotidiano, o processo de formação da consciência, ideologia e senso comum. Buscaremos abordar elementos que compõem no tempo presente o processo de consciência e que para nós possuem uma relevância muitas vezes ignorada nos estudos marxistas sobre a realidade e a dinâmica da luta de classes. Esperamos que essa seja uma contribuição para a “análise concreta da situação concreta” da conjuntura das “relações de força” que conformam o tempo presente, possibilitando o exercício reflexivo e intelectual de elaborações táticas para nossa intervenção no sentido de transformação do mundo, para aquilo que queremos, seguindo a direção social de nosso Projeto Ético-Político.

Como exposto desde nossa Introdução, visualizamos nossos limites, os vácuos que deixamos ao longo do processo de maturação da pesquisa, daí entendermos que se trata de uma provocação, uma reflexão tímida e ainda inicial, passível de uma contribuição coletiva, como temos visto em algumas elaborações de Iasi (2022, 2023) e em vídeo de Rita Von Hunty (2019), ainda que em abordagem diferente da nossa.

2.3 A violência do cotidiano e incidência do medo na consciência da classe

Medo

/ê/

substantivo masculino

1. PSICOLOGIA

estado afetivo suscitado pela consciência do perigo ou que, ao contrário, suscita essa consciência.

"m. ao se sentir ameaçado"

2. temor, ansiedade irracional ou fundamentada; receio.

"m. de tomar injeções" (Dicionário Oxford)

“Eu sempre tive medo pela minha vida graças a essas estruturas de ódio e violência que marcam corpos como o meu para serem mortos e abusados” (Erika Hilton⁵⁵).

⁵⁵ Erika Hilton é a primeira vereadora negra e transgênero de São Paulo. Eleita pelo PSOL, foi a mulher mais votada do Brasil em 2020, com 50.447 votos segundo o TSE. (IBRAHIM, 2021, p. 271).

O processo de formação do capitalismo enquanto modo de produção e organização da sociedade é permeado pela violência, este elemento regulador da vida. Nesse tópico abordaremos a questão da violência a partir da contribuição de alguns autores marxistas, a fim de que possamos desenvolver uma análise sobre como ela participa no cotidiano e sua relação com o medo, que incide sobre a consciência da classe como um fenômeno social, estruturante da sociedade patriarcal-racista-capitalista brasileira, que constitui a cultura da crise, entendida, conforme já apresentamos em nossa Introdução, enquanto a “formação da cultura como um processo social que estabelece o nexo entre crise e constituição de hegemonia no interior das práticas sociais das classes.” (MOTA, 2009, p. 31). Assim, não se trata de propor um esgotamento do tema, mas ao contrário, introduziremos uma contribuição inicial a partir da literatura selecionada, a fim de não necessariamente conceituar a violência, mas entender que ela se revela de múltiplas formas e em diversos aspectos, com diferentes práticas sociais e sentimentos imbricados, dentre os quais destacaremos o medo.

De início, partimos da contribuição de Friedrich Engels (1981), que aponta que a violência vai além da dimensão natural. Ao tomar uma dimensão política, a violência participa do processo de organização social, assumindo uma função econômica. Além disso, a violência política poderia atuar “no sentido e na direção da evolução econômica normal – e, nesse caso, não há conflito entre ambas e a revolução econômica é acelerada – ou a violência atua contra a evolução econômica – e, nesse caso, salvo raras exceções, ela sucumbe ao desenvolvimento econômico” (ENGELS, 1981, p. 187).

A violência possui também um papel revolucionário, transformador, pondo a história em movimento, mas tem ela mesmo determinações múltiplas. Busnello resgata uma afirmação clássica de Marx que evidencia que numa sociedade dividida em classes sociais, serão produzidos diversos conflitos e um conjunto de violências (objetivas e subjetivas), que podem ser entendidas como ameaças diretas ou indiretas: Marx dirá que “a violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica” (MARX, 2013, p. 998 apud BUSNELLO, 2020, p. 81).

A luta de classes tem como determinação o grau de desenvolvimento econômico, das relações sociais de produção e sua reprodução, o que envolve uma totalidade que não pode ser restringida à esfera da produção, para que não se incorra num economicismo raso. No Prefácio ao *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Engels afirma (2011) que

[...] Marx foi o primeiro a descobrir a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais, a lei segundo a qual a existência e, portanto, **também as colisões entre essas classes são condicionadas, por sua vez,**

pelo grau de desenvolvimento da sua condição econômica, pelo modo de sua produção e pelo modo do seu intercâmbio condicionado pelo modo de produção. Essa lei, que para a história tem a mesma importância do que a lei da transformação da energia para a ciência natural – essa lei lhe proporcionou também nesse caso, a chave para a compreensão da história da Segunda República francesa. (p. 22, grifo nosso).

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels também afirmam a ideia da violência como motor da história na frase clássica “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (2010, p. 45).

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. (MARX; ENGELS, 2010, p. 45)

Ao organizar-se enquanto classe, o proletariado se põe em luta contra a burguesia. Ao alcançar o estágio revolucionário, a violência do proletariado destruiria as antigas relações de produção, transformaria o Estado, a vida cotidiana. Com a revolução total, desapareceriam “as condições dos antagonismos entre as classes e as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe” (MARX; ENGELS, 2010, p. 44).

George Sorel (apud KLEIN, 2011) também afirma que a violência é componente do motor da história. Ela é inevitável na sociabilidade capitalista, pois é essencial à luta de classes, entre proletariado e burguesia. Para o autor, "Quanto mais a burguesia for ardentemente capitalista, tanto mais o proletariado estará repleto de um espírito de guerra e confiante na força revolucionária, tanto mais o movimento estará assegurado." (SOREL, 1992, p. 100).

Assim, a violência revolucionária se distancia da violência da barbárie, uma vez que não visa as pessoas, mas a superação de um modo de vida, que separa as classes (SOREL, 1992). O autor também diferencia força, entendida como atos de autoridade (próprias ao Estado), de violência, entendida como atos de revolta (próprias ao proletariado) (SOREL, 1992). Porém, a violência que antes era vista como agente transformador, revolucionário, hoje é desprezada e desvinculada ao coletivo, ideologicamente sendo trabalhada a ideia de harmonia e apassivamento da classe trabalhadora. “Aos olhos da burguesia contemporânea, é admirável tudo o que afasta a ideia de violências. Nossos burgueses desejam morrer em paz; depois deles o dilúvio” (SOREL apud KLEIN, 2011, p. 119).

A paixão coletiva da violência proletária é, portanto, temida e combatida pela burguesia, que utiliza a força da violência do Estado como mecanismo de controle e repressão à violência transformadora da luta organizada do proletariado. Para Gramsci, segundo Carlos Nelson Coutinho, a violência compõe a estrutura do Estado, presente tanto no monopólio legal, quanto de fato na coerção, fazendo valer sua natureza de classe (COUTINHO, 2011, p. 23).

A violência revolucionária é uma necessidade histórica. Sobre isso, Adolfo Sanchez Vázquez (1990) traz uma rica contribuição ao afirmar que a violência sempre esteve presente na realidade social. Ela tanto é potência, latente, como existe em ação, como forma de garantir a dominação. A violência enquanto potencial está sempre pronta para se converter em ação.

Para Vázquez (1990), em uma sociedade de classes baseada na exploração do homem pelo homem, a violência pode se revelar direta, de forma mais visível, na medida em que se expressa numa ação organizada voltada à dominação, e indiretamente, de forma velada, vinculada à alienação e à manutenção da exploração, sendo ignorada, ocultada, ou mesmo considerada como algo exterior.

O esquecimento dos fatores objetivos da violência faz com que a atenção se concentre, principalmente, nas situações opressivas extremas, nas quais a violência aparece de forma direta e imediata, relegando a um segundo plano aquelas em que esta última toma formas mais sutis e indiretas. Mas o fundamento de uma e de outra — e da violência extrema e direta em um país colonial ou dependente, e o da violência calada, oculta e surda que se exerce sobre a classe operária de um país capitalista desenvolvido — é o mesmo. (VÁZQUEZ, 1990, p. 388).

A violência é um modo de vida, que “se manifesta de um modo indireto, e aparentemente espontâneo, como violência vinculada com o caráter alienante e explorador das relações humanas” (VÁZQUEZ, 1990, p. 380). No capitalismo, o Estado utilizará a violência de forma a buscar garantir a exploração do homem pelo homem.

[...] a luta de classes se desenvolve historicamente com um coeficiente maior ou menor de violência, mas a experiência histórica demonstra que quando a existência da classe dominante se encontra em perigo, esta não vacila em recorrer às formas violentas mais extremas, inclusive o terror maciço, pois nenhuma classe social está disposta a abandonar voluntariamente o cenário da história (VÁZQUEZ, 1990, p. 377).

Em regimes despóticos, ditatoriais ou autoritários, a violência é assumida como princípio universal consubstancial (VÁZQUEZ, 1990). Violência que deverá ser combatida pela classe trabalhadora através da violência revolucionária, essa mesma a ser superada. Ou seja, a violência revolucionária se coloca enquanto necessidade histórica. Por se inscrever historicamente, ela é passageira. Construídas as condições histórico-sociais que superam a sociedade capitalista, a *práxis social* perderá a dimensão violenta para assumir uma dimensão autenticamente humana.

Em síntese, se para Vázquez (1990) a revolução é a parteira da sociedade – seguindo Marx –, se ela é ato necessário nas reviravoltas decisivas na história, por outro lado ela também possui o desafio de trabalhar contra si mesma, ou seja, de ao assumir seu aspecto positivo revolucionário, ser utilizada de forma a transformar a sociedade e encerrar-se após esse processo (GOMES, 1997). Violência revolucionária que supere a si mesma, para que não haja mais violência.

Outra contribuição é apresentada por Poulantzas (1985), que relaciona ideologia e violência. Para ele, a ideologia é responsável por legitimar a violência e contribuir para a organização do consenso entre as classes sociais e frações de classes dominantes em relação ao poder público (GOMES, 1997). O Estado utiliza a violência “nua”, a repressão e a força como formas de controle, ainda que “não transpareça no exercício cotidiano do poder” (POULANTZAS, 1985, p. 90). Ainda assim, o Estado não pode ser reduzido “a um mero aparelho ou instrumento de força nas mãos da classe dominante” (idem, p. 220).

Sabemos que um exemplo de violência institucional no século XX foram os regimes fascistas, os quais destacamos pela influência sobre o fenômeno do neofascismo que se delineia no cenário brasileiro do tempo presente. Segundo Behring (2021), Mandel, ao estudar o fascismo se preocupou em entender sua natureza e função. Os regimes fascistas ao longo do século XX não colocaram em questão as leis iminentes que regem o capitalismo, contrariando muitos de seus discursos de combate ao liberalismo, de justificação da violência como forma de assegurar soberania etc. Assim, é preciso revelar sua essência, não apenas as representações fantasiosas que apresentavam sobre si mesmos (BEHRING, 2021) e que muitas vezes ainda são reproduzidas no senso comum. Na experiência fascista a burguesia exercia o domínio, o que justificaria o recurso à força militar e à extrema violência como forma de hegemonia:

A autonomia dos governos (e regimes) fascistas, enfim do poder político em relação às classes dominantes e às contradições econômicas, é muito relativa, sendo a maior expressão disso o militarismo, que longe está de ter sido ou ser hoje algo oposto ao capitalismo monopolista. Portanto, o fascismo denota a irracionalidade de conjunto do capitalismo em sua maturidade, que irrompe em condições políticas particulares, tendo uma “origem muito real e racional” (idem, p. 203-204).

Assim, a violência, o ódio e a agressividade são expressões da capacidade de mobilização dos movimentos de massa pequeno-burgueses e fascistas, o que não é parte de uma “natureza humana adormecida” ou provocados apenas por razões psicológicas, que, a nosso entender existem sim, não podendo ser menosprezados de uma análise que se pretenda totalizante, como alertou Reich (2001), mas que não devem ganhar centralidade. E por que o recurso a tamanho terror e violência? Para Behring (2021), a partir de Mandel,

Essa necessidade de terror e da violência teve, na Itália e, especialmente, na Alemanha, profunda relação com o capitalismo monopolista e suas demandas de reprodução após a debacle de 1929 a 1932, e com o imperialismo, tendo em vista a retomada das taxas de lucro, inclusive pelo militarismo. Ou seja, “o que é realmente essencial é a propriedade privada e a possibilidade de acumular capital e extrair mais-valia” (MANDEL, 1976, p. 27). (p. 205).

Uma contribuição mais recente sobre a reflexão mais ampla acerca da violência está na análise de Žižek (2014, p. 25), que aponta a existência de uma violência objetiva e uma violência subjetiva. Sobre a violência objetiva na história, o autor destaca seu papel no

capitalismo, em que essa ganha maior importância. A violência objetiva é situada historicamente, assumindo uma nova expressão no capitalismo, sendo ela mesma *inquietante*, palavra utilizada pelo autor e que nos chama a atenção. Essa violência não pode ser atribuída a indivíduos concretos e suas “más” intenções, mas ao conformar-se enquanto uma violência sistêmica, ganha um caráter anônimo (ŽIŽEK, 2014). Já a violência subjetiva seria um oposto complementar da violência objetiva, como os “novos fundamentalismos emergentes de caráter étnico e/ou religioso e, em última instância, racistas” (ŽIŽEK, 2014, p. 26).

Assim, é importante a compreensão dessa “violência subjetiva” para análise do Brasil no tempo presente, em que nosso passado escravocrata e o racismo que está na essência de nossa formação compõem junto à adesão cada vez mais ampla ao fundamentalismo religioso cristão uma intolerância à figura do outro, chamado muitas vezes nos templos e programas televisivos de “o inimigo”, que aparece no cotidiano na representação da mulher não-submissa (com elevação dos casos de feminicídio), na população LGBTQIAPN+ (também com o aumento dos casos de violência e assassinatos), no praticante de religiões não-cristãs (e até os cristãos, a depender da denominação, com a destruição de imagens, vandalização de templos, e ateamento de fogo contra ilês etc.).

A violência do capitalismo, para o autor, tem uma dimensão social e ideológica, “própria às condições sociais do capitalismo global, que implica a criação automática de indivíduos excluídos e dispensáveis (dos sem-teto aos desempregados)” (ŽIŽEK, 2014, p. 26). Vivemos um momento em que há a promoção de uma mobilização ativa das pessoas por intermédio do medo. Este é um “elemento constituinte fundamental da subjetividade de hoje” (ŽIŽEK, 2014, p. 39). Assim, a expressão real da violência não está somente no uso da força, do aparato repressivo do Estado, mas da própria negação do acesso às formas de suprimos as necessidades sociais, nas desigualdades sociais, na contradição existente e afirmada na Lei Geral de Acumulação Capitalista, formulada por Marx.

Há diversas aproximações e distanciamentos nas contribuições por ora elencadas. Mas formas de apreensão sobre a violência e sobre sua relação com a sociedade em suas múltiplas expressões partem do cotidiano, ainda que esse não seja mencionado diretamente. São as relações sociais de produção, sua reprodução e as relações entre capital, trabalho e Estado que determinam a dinâmica da violência no movimento da vida do ser social no tempo presente.

A luta de classes tem o cotidiano como arena, e a disputa de hegemonia pelas frações de classe tem a violência como instrumento estratégico. Na luta por hegemonia, direção e domínio são marcados pelo uso da força. O uso da violência é um recurso clássico e que compõe o poder do Estado. Portanto, a luta por hegemonia possui também uma disputa ideológica entre

classes e frações, que não é mera exposição de ideias, mas se apresenta materialmente, como veremos no terceiro capítulo. Além disso, a ideologia possui também uma dimensão política, que tomaremos como elemento de análise para entender o Brasil de hoje.

No Brasil, como vimos em nosso primeiro capítulo, a violência é traço marcante do colonialismo que garantiu à metrópole portuguesa a condição de acumulação primitiva de capital às custas das vidas dos povos originários, da natureza nativa e do mercado da “pele negra” (MARX, 2008a). Essa trajetória funesta, pautada pela violência como mecanismo fundamental para a acumulação primitiva no momento mesmo de transição e consolidação do modo de produção capitalista, constitui nossa formação social:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das índias Orientais, a transformação da África em um cercado para caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 2008a, p. 285).

A “*escravidão foi uma instituição econômica de primeira importância*” (WILLIAMS, 2012, p. 33, grifo nosso, apud PEREIRA, 2018) diante da necessidade de substituir, nas colônias, o trabalho pessoal na terra pelo compulsório, marcado pelo recurso à violência regulada e assegurada pela legislação estatal. Como vimos no primeiro capítulo, a tentativa de escravização indígena no Brasil não obteve o sucesso esperado, sendo necessário recorrer ao comércio de trabalhadores escravos negros, que, ainda que mais cara, era possuidora de um acúmulo sobre as técnicas agrícolas, compensando os altos gastos (MOURA, 1959). Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, da indústria e de seu exército industrial de reserva, com a abundância de oferta de força de trabalho livre, mais barata que a força de trabalho traficada, cada vez mais o escravismo perde espaço na dinâmica mundial de consolidação e desenvolvimento do capitalismo (WILLIAMS, 2012 apud PEREIRA, 2018).

Quando se adota a escravidão, não se trata de uma escolha em detrimento do trabalho livre; simplesmente não há escolha. As razões da escravidão [...] “são condições não morais, e sim econômicas; dizem respeito não ao vício e à virtude, e sim à produção”. Com a população reduzida da Europa no século XVI, não haveria como prover a quantidade necessária de trabalhadores livres para uma produção em grande escala de cana-de-açúcar, tabaco e algodão no Novo Mundo. Por isso foi necessária a escravidão [...]. Em certas circunstâncias, a escravidão apresenta vantagens evidentes. Em culturas como a cana-de-açúcar, o algodão e o tabaco, cujo custo de produção se reduz consideravelmente em unidades maiores, o dono de escravos, com a produção em grande escala e turmas de trabalho organizadas, consegue ter um uso mais rentável da terra do que o camponês proprietário ou o pequeno agricultor. [...] “O trabalho escravo é mais caro do que o livre sempre que exista uma abundância de trabalho livre” [...]. A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão. O trabalho forçado no Novo Mundo foi vermelho, branco, preto e amarelo; católico, protestante e pagão. [...] Eis aí, portanto, a origem da escravidão negra. A razão foi econômica, não racial; não teve a ver com a cor da pele do trabalhador, e sim com o baixo custo da mão de obra. Comparada ao trabalho

indígena e branco, a escravidão negra era muito superior. (WILLIAMS, 2012, p.33-50 apud PEREIRA, 2018, p. 03).

Portanto, o racismo surge enquanto ideologia com a escravidão moderna. Não surge em decorrência da escravidão, mas da forma como a escravidão foi ressignificada pelo capitalismo. O próprio conceito de raça é formulado como “tecnologia do colonialismo europeu” (ALMEIDA, 2020) que servira de justificativa para a violência do processo de exploração da escravidão, que “bestializava” e “desumanizava” corpos não-brancos e é por isso que trazemos o racismo como elemento para contribuir com nossa análise: um elemento ideológico (o racismo) é manipulado pela classe dominante (o colonizador branco, senhor de escravos), para justificar uma relação social de produção (o escravismo), tendo como mecanismos de sua operacionalização o medo e a violência. Não se trata aqui de igualar racismo e violência. O racismo é, para nós, ideologia, que surge do real, de uma relação social de produção, em que a violência incide como mecanismo de controle que, somada a esse aspecto ideológico, controla corpos não-brancos como objetos, mercadorias, no processo social de produção.

Segundo a ideologia racista: [...] “a pele não branca e o clima tropical favoreciam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência” (ALMEIDA, 2020, p. 29). Ideia disseminada histórica e socialmente pelos aparelhos privados de hegemonia: a Igreja, a família, a imprensa/mídia, a escola, etc.

Passadas centenas de anos, o racismo não acabou, pelo contrário, é permanentemente reatualizado pelo capital, pois se manifesta como ideologia que “explica” a desigualdade social e o (neo)colonialismo imperialista, “abona” a concorrência no mercado de trabalho e o enorme exército industrial de reserva, divide a classe nas lutas e serve de “justificativa” para o aparato da violência de Estado, que contém essas lutas. O exemplo do racismo como elemento ideológico que se expressa de forma múltipla na concretude da vida cotidiana, não é apenas ilustrativo, mas demarca e denuncia a forma como o capital transforma fenômenos sociais em mecanismos de violência subjetiva (ŽIŽEK, 2014) que, internalizados, ganharão materialidade na existência de toda uma população.

No capitalismo, raça, assim como gênero e classe, são elementos (co)constituintes de uma totalidade contraditória (um modo de produção) que, através da exploração, da opressão e da alienação, impõe desigualdades crescentes e uma sociabilidade marcada pela concorrência individualista, pelo estranhamento e pela violência, que transparece não somente de forma objetiva, no cotidiano de vida em sociedade, na dinâmica da luta de classes, como também de forma subjetiva, incidindo no processo de formação da consciência e nos sentimentos e emoções que dão forma ao ser indivíduo. Somos *todo*, contradição em movimento. Assim,

concordamos com Barroso (2021, p. 10), que alerta para o cuidado com uma análise que se restrinja a uma perspectiva economicista:

Reatualizam-se e agudizam-se formas específicas de outras determinações sociais — por exemplo, o sexismo, que remete às sociabilidades patriarcais, e o racismo, que remete ao escravismo, que desde a antiguidade se recompõe ao longo da história —, mesmo que essas formas não fossem assim consideradas. Aqui chamamos a atenção para a indissociabilidade entre capitalismo, patriarcado e racismo. Estes sistemas não funcionam separados, nem se articulam pela simples reprodução da cultura. Possuem base material na imbricação entre exploração/opressão. A consubstancialidade entre essas estruturas caracteriza o atual modelo societário e consequentemente fundamenta a violência estrutural que deriva dele. É necessário destacarmos que, apesar de suas raízes fortes e espalhadas em todo o tecido social, essas estruturas não passam sem constrangimentos e tensionamentos oriundos das resistências e lutas antissistêmicas.

Não concordamos com a terminologia defendida pela autora, de violência estrutural, visto que ela pode sim levar a reducionismos, como igualar violência a desigualdade social. Ainda assim, acreditamos que a contribuição da autora está na perspectiva que encontra na totalidade as contradições do capitalismo e localiza a violência em uma dupla dimensão – objetiva e subjetiva.

Nosso passado colonial é marcado pela violência e pelo medo como mecanismo de controle sobre a classe trabalhadora, que era e ainda é em sua maioria negra. Tal mecanismo era/é próprio ao autoritarismo de nossa autocracia burguesa. É inegável que o racismo é parte de nossa formação social, que se constitui ainda hoje como elemento potencializador da violência, principalmente daquela disseminada pelo terrorismo estatal, reproduzida também por diversos aparelhos privados de hegemonia, como o aparelho midiático sensacionalista dos programas policiais, que põem no negro periférico a figura do inimigo, do perigoso, do violento, reproduzindo um preconceito historicamente construído e *assimilado*, interiorizado (REIS, 2015; AZEVEDO, 1987; MOURA, 1959), a partir de uma ideologia que se tornou útil inclusive ao processo de rebaixamento do valor da força de trabalho dessa população, que constituirá maioria no exército de trabalhadores ativos e no exército industrial de reserva.

Nossa classe trabalhadora é sim múltipla, mas é inegável sua origem escrava, sua *amefricanidade* como uma de suas particularidades, como aponta Lélia González (PROCÓPIO, 2021). Nosso passado colonial, que durou mais de 300 anos, teve como suas duas classes fundamentais os senhores de escravos – brancos – e os escravos, negros, pardos ou indígenas (MOURA, 1959). O medo construído contra a figura do negro se relaciona ao racismo e ao combate às resistências e lutas por direitos para a população não-branca (ALMEIDA, 2020; AZEVEDO, 1987; MOURA, 1959). Medo que ainda hoje é disseminado pelos programas policiais sensacionalistas, pelos jornais e suas reportagens criminalizadoras, pela intolerância contra as religiões de matrizes africanas, dentre outros fenômenos que emergem no real. Daí a

existência de tantos dados que apontam as desigualdades sociais entre brancos e não-brancos, que denunciam a limitação de acesso às garantias de necessidades sociais à parcela significativa de nossa população, principalmente a população negra (IPEA, 2019), agravando a “insegurança da existência” no Brasil do tempo presente.

O medo tem como elemento fundador, a concretude da vida material, da objetividade do cotidiano, isto é, na sociedade capitalista, para nós, trabalhadores e trabalhadoras, o medo está vinculado às inseguranças com relação a elementos básicos da sobrevivência, das necessidades sociais, à “insegurança da existência”. Concordamos com Barroso (2021, p. 01):

A violência, seja ameaça ou fato, direta ou indireta, invisível ou visível, existe! Mostra-se, inclusive, tantas vezes para ocultar-se “no preconceito que segrega, na miséria que aparta, na polícia que prende, tortura e mata, na moradia que se afasta, nas portas que se fecham, nos olhares que se desviam” (IASI, 2017, p. 1). Está oculta na “etiqueta de preço nas coisas feitas em mercadorias que proíbem o acesso ao valor de uso, no mercado de carne humana barata na orgia de valorização do valor, sangue que faz o corpo do capital manter-se vivo [...]” (IASI, 2017, p. 1). Podemos identificá-la também nas vidas que esperam por um atendimento nos serviços públicos de saúde, no/a usuário/a de drogas levado tantas vezes à força para o tratamento, na loucura enclausurada e medicalizada, na família que tem sua casa destruída — como ocorreu com Palmeira — e na pescadora que vê o rio secar para viabilização da construção de uma hidrelétrica. Na justiça ou condenação feita pelas próprias mãos contra suspeitos e indesejáveis. Na morte de um alguém no metrô que defende a vida de uma travesti ou de uma criança que pede comida na porta de um restaurante para não sucumbir de fome. Na intolerância e discriminação diárias vivenciadas por negros/as, indígenas, gays, lésbicas, travestis, transexuais. Na ordem dada ao maquinista para que um trem passe sobre o corpo de alguém supostamente morto a fim de não gerar atraso no percurso. Na expulsão dos povos indígenas de suas terras. Na/o aposentada/o que não consegue seu auxílio-doença porque sua impossibilidade de trabalhar é questionada. No/a jovem que precisa “optar” entre trabalhar e estudar. Ela é real também no feminicídio e no estupro a que todas as mulheres estão expostas.

É dessa dinâmica social, em que a violência se revela de tantas formas na concretude da vida cotidiana, que trazemos, como forma de exposição de nossa análise a partir de categorias do método, o medo como “par dialético” da violência do capital. Medo que está na violência e que é utilizado como justificativa ideológica para essa. Em outras palavras, o medo é aqui apresentado em sua dupla dimensão: natural e social, mas sendo observado enquanto construção social, que é manipulado, como forma de violência subjetiva.

O medo é um fenômeno que está presente na vida cotidiana. Não apenas como uma manifestação dela, mas também como um elemento que produz mudanças de comportamentos, valores e crenças. Do ponto de vista histórico, o fenômeno do medo molda e é moldado pelo social e está sempre relacionado a relações de poder. Perder de vista essa dimensão histórica faz com que se caia na ilusão de que a realidade do mundo existe meramente como o correlato da consciência intencional, a matéria não serviria como fundamento da consciência por não ser algo absoluto e universal, mas sim relativo às múltiplas interpretações (HUSSERL, 2006). Nesses termos, seria a própria consciência a base verdadeira do mundo. Há nessa forma fenomenológica de interpretar o mundo uma pressuposição de que existem estruturas universais da realidade cuja essência se fariam evidentes sem mediações das relações sociais. Contudo, como identificou Lukács (2012, p. 60), “[...] o universal não aparece na realidade existente em si de maneira imediata ou isolada, independentemente dos

objetos e das relações singulares, sendo portanto necessário obtê-lo mediante a análise de tais objetos, relações etc. [...] é dessas circunstâncias que surge a ilusão de que o universal nada mais é que um produto da consciência cognoscente, e não uma categoria objetiva da realidade existente em si.” A sensação do medo possui um caráter subjetivo, porém com um lastro na realidade objetiva. Por mais que seja fomentado, ampliado e ressignificado em determinados espaços sociais, ele ainda assim não deve ser interpretado como um mero fenômeno circunstancial. Ou seja, os muros, as grades, as câmeras de vigilância e, em especial, o desejo de que as forças de segurança do Estado se façam mais presente são aspectos que devem ser analisados de tal maneira que daí seja possível compreender as relações de poder menos aparentes. A título de ilustração, a pesquisa Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que 76% dos brasileiros têm medo de morrer assassinados e 85% têm medo de serem vítimas de violência por parte de criminosos (ANUÁRIO..., 2016). (BUSNELLO, 2020, p. 108-109)

Para Martín-Baró (2003), a violência está em vários momentos do fazer humano e pode se reproduzir em qualquer relação, não necessariamente sob a forma da agressão ou da coerção, e nem pode ser confundida com impulsos, assertividade. Em outras palavras, a violência não pode ser condenada, uma vez que já compõe na sociedade estabelecida, podendo mesmo ser justificada a partir de um estado de injustiça (MÁRTIN-BARÓ, 2003, p. 51), ao mesmo tempo em que essa “justiça” está incorporada dentro de uma ordem estabelecida e que busca ser mantida.

[...] A exploração de trabalhadores, a repressão de seus esforços organizativos, o impedimento à satisfação de suas necessidades básicas, tudo isso é parte do funcionamento normal das estruturas sociais. Trata-se de uma situação em que a violência contra as pessoas está incorporada à natureza da ordem social, uma ‘desordem organizada’ (MARTÍN-BARÓ, 2012, p. 375).

Essa desordem organizada compõem a estrutura de manipulação do medo, que subsidiará a violência objetiva. Sabe-se que muitas vezes a violência não aparece de forma direta, ou é reproduzida sem uso da força física (BARROSO, 2021; MARTÍN-BARÓ, 2003). Na sociedade capitalista, a violência servirá ao processo de “mercadorização da vida e da natureza pelo sistema do capital e deve ser analisada pela cisão entre a economia e as demais dimensões da realidade social” (BARROSO, 2021, p. 08). Segundo Busnello

Faz-se aqui uma aproximação com o que afirma Loïc Wacquant (2001) acerca do uso que o Estado faz de seus mecanismos de repressão, que cumprem a função de combater tanto o crime quanto as consequências da marginalização econômico-social, sendo que, muitas vezes, essas duas ações parecem ser uma só. O trecho a seguir permite compreender melhor o que está sendo dito por Wacquant (2001, p. 129). Segundo ele, “A polícia foi instituída para combater a delinquência, o flagelo do banditismo ou da criminalidade. Pede-se bem mais a ela atualmente: combater o mal da exclusão social e seus efeitos destrutivos, responde aos sofrimentos provocados pela inatividade, a precariedade social e o sentimento de abandono, coloca um freio na vontade de destruir para mostrar que existimos. [...] a polícia deve daqui em diante fazer a tarefa que o trabalho social não faz ou já não faz mais desde que se admite que não haverá trabalho para todos”. Há, portanto, um significado político de fundo que envolve o processo de legitimação da violência do Estado. Esta forma de dominação, que explora um uso político da insegurança e do medo, pode estar relacionada de alguma maneira com a hegemonia política, e é essa relação que o presente estudo pretende compreender e explicar. Ou seja, interessa aos objetivos desta tese

compreender a correspondência das políticas de segurança pública sustentada pela representação ideológica de termos como violência, insegurança e medo com a reprodução do bloco histórico da sociedade brasileira. (2020, p.112)

Assim, a violência do capital, de suas relações de exploração também serão constituintes de nosso cotidiano, apresentando “uma aparência puramente econômica, coisificada e quantificada abstratamente, fazendo com que as taxas de exploração sejam travestidas de lucratividade” (FONTES, 2010, p. 22 apud BARROSO, 2021, p. 05). Segundo Fontes, “a expropriação massiva [marca histórica de nosso processo colonizador, reinventada no tempo presente sob a forma das expropriações secundárias] é, portanto, condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista” (2010, p. 23 apud BARROSO, 2021, p. 06).

Dessa forma, é importante levarmos em consideração que “[...] a dinâmica da violência contempla, ao mesmo tempo, as esferas individual e coletiva, envolvendo pessoas, grupos e classes sociais”, e é empregada “com objetivos distintos, desde meros desejos pessoais, passando por interesses de grupos criminosos/terroristas, chegando até a ação oficial coordenada pelo Estado (sendo ela legítima ou não)” (FONTES, 2010 apud BARROSO, 2021, p. 06).

Essa dupla dimensão, individual e coletiva, que envolve as pessoas, os grupos e as classes sociais perpassam o processo de nossa formação socio-histórica, partindo da base da vida real, em que o medo compõe a tessitura das relações sociais, do “conjunto das atividades que asseguram a reprodução da existência, objetiva e subjetivamente” (FONTES, 2010, p. 40 apud BARROSO, 2021, p. 08). Ou seja, o medo parte do real, e é parte da luta por hegemonia:

É possível estabelecer uma aproximação desta mobilização política a partir do medo com a ideia gramsciana de que a luta pela construção e pela disseminação de crenças e valores é representada pela luta pela hegemonia, tratando-se de uma batalha que não é travada exclusivamente no campo das ideias. É estabelecido um amplo conjunto de relações materiais, as quais servem de lastro para diversos tipos de reprodução da vida social e das percepções da realidade (GRAMSCI, 1999a). Inspirado em Marx e Engels, Gramsci (1999b, p.149) afirma que “*no son las ideologías las que crean la realidad social, sino que es la realidad social, en su estructura productiva, la que crea las ideologías*”. (BUSNELLO, 2020, p. 121).

O medo que a burguesia tem é diferente do medo da classe trabalhadora (e para os objetivos deste trabalho, são abstraídas as singularidades, aquelas próprias às frações de classe e aos próprios indivíduos). Além disso, cada fração de classe também terá um medo, de acordo com seus objetivos, suas necessidades, seus desejos, sua consciência. Para a classe trabalhadora, a violência aparece “como ‘resposta’ às suas diferentes lutas, motivada pela negação das dimensões econômicas, territoriais, culturais, raciais, geracionais, políticas e de gênero e pela falta de reconhecimento do direito à organização social para reivindicar a efetivação de direitos” (CARVALHO, 2022, s/p).

O medo muda, de acordo com a perspectiva de classe, com a dinâmica da consciência de classe, com a “*relação de forças*”. O medo da burguesia pode ser a redenção da classe trabalhadora, como declara a célebre abertura do *Manifesto do Partido Comunista*,

Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa unem-se numa Santa Aliança para conjurá-lo: o papa e o czar, Metternich e Guizot, os radicais da França e os policiais da Alemanha.

Que partido de oposição não foi acusado de comunista por seus adversários no poder? Que partido de oposição, por sua vez, não lançou a seus adversários de direita ou de esquerda a pecha infamante de comunista?

Duas conclusões decorrem desses fatos:

1º: O comunismo já é reconhecido como força por todas as potências da Europa.

2º: É tempo de os comunistas exporem, abertamente, ao mundo inteiro, seu modo de ver, seus objetivos e suas tendências, opondo um manifesto do próprio partido à lenda do espectro do comunismo. (MARX; ENGELS, 2010, p. 44).

Desse trecho, vimos que a burguesia também temia o movimento revolucionário da classe trabalhadora e disseminava o medo do comunismo a partir de acusações falsas. O comunismo era reconhecido como força, potência transformadora e deveria ser divulgado em sua verdade, contrapondo-se à “lenda”, ao mito, do espectro, que provocava e estimulava o medo. O medo da burguesia estava relacionado à perda de poder, de hegemonia, à dificuldade de acumulação de capital, a obstáculos no processo de rotação do capital, empecilhos no processo de reprodução ampliada, à ampliação das consequências das crises etc. Já para a classe trabalhadora, o medo estava e está diretamente ligado às condições de vida. É preciso, pois, assumir um cuidado com a generalização, entendendo que o medo dos ataques aos direitos e às políticas sociais pode atingir a uma fração da classe trabalhadora, por exemplo, mas não a todo o conjunto da classe (como no caso da chamada classe média, ou classe C, denominação que não adotamos). Aqui cabe breve menção ao debate sobre privilégios, para isso, citaremos Florestan Fernandes, que aponta que as classes dominantes brasileiras não podem abrir mão

[...] das próprias vantagens e privilégios; dos controles de que dispõem sobre si mesmas, como e enquanto classes; e dos controles de que dispõem sobre as classes operárias, as massas populares e as bases nacionais das estruturas de poder. As vantagens e privilégios estão na raiz de tudo, pois se as classes burguesas realmente “abrissem” a ordem econômica, social e política, perderiam, de uma vez, qualquer possibilidade de manter o capitalismo e preservar a íntima associação existente entre dominação burguesa e monopolização do poder estatal pelos estratos hegemônicos da burguesia (FERNANDES, 2005, p. 422).

O medo pode ser suprimido ou manipulado. Existe um elemento social que fundamenta o medo, o elemento mais básico que é instintivo e pode ser manipulado pela ideologia burguesa, a partir de seus interesses, como forma de expandir a produção de mais valia relativa, ampliar a produtividade, controlar a organização e as lutas da classe trabalhadora, propagar seus princípios e valores etc. A produção material da vida social se relaciona diretamente ao chão

em que se enraízam as práticas sociais diversificadas (FONTES, 2010), como as mencionadas, não podendo ser dissociadas, ou seja, se relaciona

[...] a um conjunto de relações sociais dominantes, nas quais se embebem todas as cores e que marcam, objetiva e subjetivamente, o conjunto dos seres sociais para os quais tais práticas, muitas vezes, aparecem como se fossem naturais ou como se derivassem das coisas (FONTES, 2010, p. 40).

Dentre essas cores, destacamos o medo enquanto um fenômeno social, constituinte desse par dialético “violência-medo”, que mais uma vez pontuamos, par dialético entendido enquanto forma de exposição de nossa análise, possibilitando uma relação que não reproduza a lógica formal de causa e consequência, mas a dinâmica de um movimento contraditório que parte do real, da vida cotidiana e se expressa na consciência, amoldando-a.

O medo se apresenta numa dimensão natural, relacionada à nossa condição de animais, mas ele é amoldado socialmente, compondo nossa condição humana, como diria Baumann (2008), relacionada à sobrevivência ainda nos primórdios de nossa existência e mesmo ainda hoje, ganhando maior complexidade, camadas e dimensões.

Os medos contemporâneos, os “medos urbanos” típicos, ao contrário daqueles que outrora levaram à construção de cidades, concentram-se no “inimigo interior”. Esse tipo de medo provoca menos preocupação com a integridade e a fortaleza da cidade como um todo (...) do que com o isolamento e a fortificação do próprio lar dentro da cidade. Os muros construídos outrora em volta da cidade cruzam agora a própria cidade em inúmeras direções. (BAUMAN, 2008, p. 20).

Temos sim muitas críticas à matriz epistemológica do autor, mas é inegável a sensatez de sua leitura: se antes, no mundo feudal, as cidades eram muradas, hoje, a vida particular, o indivíduo, a família, os comuns em seus espaços condominiais, circundam e protegem-se contra a ameaça do humano-outro⁵⁶. Porém, cabe enfatizar que mesmo as cidades continuam mantendo suas fronteiras, seus muros, seus limites não somente geográficos, mas espaciais no sentido social, reproduzindo a segregação socioespacial no cotidiano de sua produção e de sua reprodução (LEFEBVRE, 1991). O muro de Trump, as guerras territoriais (como a guerra pela Criméia e sua importância estratégica para a Ucrânia e a Rússia), a vigilância nas fronteiras sobre a alegação do combate ao narcotráfico, mas cujo impacto recai sobre os migrantes e refugiados, a exigência de vistos e tarifas alfandegárias exorbitantes, a xenofobia que muitas vezes é acompanhada pelo neofascismo, enfim, muitas são as formas de muros invisíveis e visíveis criados pelo capitalismo, sob um discurso de raiz conservadora e a máscara “protetiva”, materializando a violência e impondo o medo.

⁵⁶ Exemplo disso pode ser visto na série Os Outros, do streaming Globoplay, em que as personagens que buscam a segurança de um condomínio fechado para morar e viver seu cotidiano são os próprios agentes da violência. Evidencia-se no seriado o estranhamento como fenômeno social ante à sociabilidade capitalista e a criação desse inimigo-outro.

Marx – que não tinha autores marxistas para utilizar como base de seus estudos – elaborou uma crítica aos jovens hegelianos, que recuperavam o idealismo de Hegel para suas análises sobre ser humano genérico, em níveis de abstrações que se distanciavam do real. Ao mesmo tempo, Marx não nega a existência do ser humano genérico, ou de nossa dimensão natural, apenas inverte a lógica de análise hegeliana para se aproximar sucessivamente do real, alcançando suas raízes, sua essência.

Partindo da realidade concreta, das pessoas reais, tais como são, das categorias mais simples às mais complexas, Marx explica que o desenvolvimento do ser social se dá sempre em função do desenvolvimento das formas produtivas em relação com as esferas extraeconômicas no campo da reprodução do ser social.

Nessa perspectiva, Lukács afirma que “o desenvolvimento essencial do ser humano é determinado pela maneira como ele produz” (2012, p. 336). Lukács destaca também a importância do caráter da processualidade na perspectiva ontológica marxista para a compreensão do gênero humano. Ao buscar a compreensão da totalidade do ser social, Marx elegeu o estudo sobre o processo de produção, utilizando-se das categorias universalidade, particularidade e da singularidade, a fim de realizar mediações com as categorias destacadas em seu estudo, permitindo desvelar a relação delas entre si e com o ser social (LUKÁCS, 2012).

Ainda que não tenhamos a inteligência, o nível de amadurecimento e o acúmulo categorial de Marx, é a isso que nos propomos nesse momento: debruçarmo-nos sobre uma temática ainda pouco explorada pela literatura e reflexão marxista brasileira, apoiando-nos naqueles autores que encontramos para elaborarmos uma crítica que contribua como um tijolinho nessa grande cidade que é o conhecimento crítico.

Mesmo que tenhamos nos distanciado da dimensão natural do medo com o desenvolvimento das forças produtivas e do trabalho cada vez mais especializado, a partir da alienação do ser humano em relação à natureza, nunca perderemos nossa dimensão natural, visto que esse sentimento faz parte “da condição humana”. Não se trata de uma simplificação da naturalização do medo ou mesmo de entendê-lo mecanicamente, posto a partir de determinantes genéticos, psicológicos, orgânicos etc. Trata-se de afirmar que há sim uma dimensão natural, uma reação mais primária que nos aciona ante a ameaça à viabilidade de condições de nossa existência, participante de nosso instinto que foi social e historicamente transformado, não se trata de uma “Seleção Natural”, mas de uma adaptação social. Daí novamente afirmarmos que o medo apresenta um componente social.

Freud, em seu livro *Totem e Tabu*, trata o tabu como regras estabelecidas externamente a partir de uma justificativa que pode ou não ser “sobrenatural”, mas que exercerá uma forma

de domínio sobre determinado povo, que seguirá as normativas **a partir do medo** das consequências de sua violação. Como ilustração, Freud traz exemplos de histórias orais relatadas por antropólogos:

As histórias seguintes atestam o terrível efeito do contato ativo, embora não intencional com o rei ou algo que lhe pertence. “Um grande chefe da Nova Zelândia, de alta santidade, havia deixado restos de seu jantar à beira do caminho. Um escravo robusto, com fome, passou depois do chefe e, vendo o que restava do jantar, comeu-o de imediato. Mal acabou, um espectador horrorizado lhe disse que aquele alimento era o do chefe.” Ele era um guerreiro forte e corajoso, mas “tão logo ouviu a notícia fatal, foi tomado de extraordinárias convulsões e de cólicas no estômago, que não cessaram até que morreu, no fim da tarde do mesmo dia”. “Uma mulher maori comeu certos frutos e, após saber que vinham de um local que era tabu, exclamou que seria morta pelo espírito do chefe cuja santidade foi assim profanada. Isso ocorreu à tarde, e no dia seguinte, por volta das doze horas, ela estava morta.” “Certa vez, a pedra de fogo de um chefe maori causou a morte de várias pessoas; pois ele a havia perdido e alguns homens a acharam, usaram-na para acender seus cachimbos e, ao saber a quem pertencia, morreram de pavor.” (FREUD, 2013, p. 39).

A própria organização social circunda o medo. A formação de grupos e a vida em comum era uma estratégia de sobrevivência de nossos grupos nômades, que através do trabalho complexificaram sua organização social. Os *tabus* e, o que nos interessa por ora, o medo, são projeções *na* e *da* realidade externa. Um movimento que parte do real, é abstraído em uma representação e que retorna ao real a partir das próprias relações sociais de produção vigentes em dada época histórica:

Aquilo que, exatamente como os primitivos, projetamos na realidade externa, não pode ser outra coisa senão o reconhecimento de um estado em que algo é dado, está presente para os sentidos e a consciência, junto a um outro em que esse algo é latente, mas pode reaparecer; isto é, a coexistência de percepção e lembrança, ou, de modo mais geral, a existência de processos psíquicos inconscientes ao lado dos conscientes. (FREUD, 2013, p. 94).

Essa projeção não é paralisada no tempo, ela muda de acordo com a dinâmica da realidade externa, se movimenta com as transformações societárias, como já mencionamos. O medo, portanto, se transforma, assim como a violência. Pode se relacionar ao prazer, como o medo produzido pela indústria do entretenimento, com os filmes, séries e *podcasts* de terror; a uma patologia, como a síndrome do pânico e a ansiedade cada vez mais lucrativas à indústria farmacêutica; há o medo da violência urbana, que expande as fronteiras da indústria da segurança privada/pessoal e da “arquitetura do medo”.

No vídeo *A Indústria do Medo*⁵⁷, Rita Von Hunty afirma que, financeiramente falando, é positivo, para diversos setores produtivos, que a população esteja alardeada sobre seu próprio medo. Tal indústria, segundo Rita, teria como pilares de sua fundação expressões da “questão social” como a falta de acesso à educação, a falta de oportunidade de trabalho para jovens, o

⁵⁷ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=sGOwKAEFarg>.

desemprego, a miséria e a própria desigualdade social. Assim, a “Indústria do Medo” produz uma população amedrontada que não ocupará as ruas, que se desloca da “grade do trabalho para a grade de casa”, deixando de ter vivência política. “A Indústria do Medo é inclusive ideológica, ao impor sanções de organização público-política” (VON HUNTY, 2019).

Assim, um sentimento humano, como o medo, é respondido com a produção de mercadorias, que reforçam e ampliam as desigualdades entre as classes sociais na medida em que criam processos de isolamento e segregação de determinadas frações de classe (no geral, da burguesia) e o transmutam em fobia social, via o sensacionalismo midiático que destaca a violência urbana nos homicídios e linchamentos, assaltos e latrocínios, na violência contra a mulher, nos estupros, feminicídios, na violência da exploração sexual contra crianças e adolescentes, na violência no trânsito, somando-se a tudo isso o próprio terrorismo de Estado (LEFEBVRE, 1991) e as “guerras psicológicas” (MÁRTIN-BARÓ, 2017), que constroem na esquerda a figura do inimigo e têm no anticomunismo sua bandeira de luta.

Ao analisar a situação de El Salvador na década de 1980, o padre e psicólogo comunista Mártin-Baró, apresentou reflexões sobre o terrorismo de estado com seus esquadrões da morte paramilitares, estimulados também pelos Estados Unidos em suas “missões democráticas”. Segundo o autor: “O medo do reaparecimento do terrorismo de estado não é ingênuo; porque a guerra suja, não em sua forma, mas em seu conteúdo, nunca deixou de ser um ingrediente essencial do projeto sociopolítico que os Estados Unidos estão efetivando em El Salvador” (MÁRTIN-BARÓ, 2017, p. 272). Deste fenômeno social, que coloca a violência do Estado salvadorenho à do Imperialismo estadunidense, por sua vez combinada à um terrorismo de estado que dissemina o medo no cotidiano da sociedade civil, surgirá a categoria de análise do real calcada por Mártin-Baró: guerras psicológicas.

O projeto norte-americano tem como meta essencial a eliminação do movimento revolucionário, enquanto a instauração da democracia no país é uma meta apenas secundária ou derivada. Por isso, em um primeiro momento, esse projeto buscou aniquilar os grupos insurgentes de forma rápida e brutal, combinando ações militares com uma campanha de repressão massiva da população civil. Após o fracasso dessa campanha, o projeto ingressou em uma nova fase que busca alcançar o mesmo objetivo, mas sob uma permanente contradição entre as necessidades militares e as exigências políticas, entre o objetivo de eliminar toda oposição e aparência de um livre-jogo político. Assim, o projeto norte-americano para El Salvador foi obrigado a buscar uma forma de guerra suja que possibilitasse alcançar os seus objetivos evitando custos políticos. A resposta que se acredita ter conquistado foi a guerra psicológica.

Ainda que a particularidade da formação social e da realidade de El Salvador se diferencie da realidade brasileira, a categoria guerras psicológicas é tida por nós como uma chave de análise que contribui para a leitura do Brasil no tempo presente, em que a propaganda anticomunista divulgada pela mídia, pelas Igrejas e até mesmo por escolas (como as militares

e as cívico-militares, que ganharam incentivos no governo Bolsonaro; ou mesmo no famigerado projeto Escola Sem Partido), servem cotidianamente para disseminação do ódio e da violência na sociedade brasileira, em que se ampliam os casos de violência política. A guerra psicológica é construída explorando o medo na sociedade civil. Acreditamos que essa categoria é relevante para entendermos o processo de controle e apassivamento da classe trabalhadora no período recente, uma vez que no último governo, o ex-presidente em diversas ocasiões não apenas recuperava a memória do trauma social da violência da escravidão, do terrorismo de estado na ditadura militar com suas práticas de assassinatos, torturas (lembrando que o próprio ex-presidente foi afastado do Exército no período de transição democrática do fim da ditadura por planejar um ataque terrorista), se desresponsabilizava pelas vítimas fatais da pandemia por Covid-19, como também ameaçou por diversas vezes – a partir de insinuações – aplicar um novo Golpe de Estado, com demonstrações das Forças Armadas nos dias da “Independência” (muitas vezes ridicularizadas por pequenas parcelas da população), ameaças diretas em suas *lives* divulgadas por suas redes sociais, dentre outros episódios.

Assim, vê-se ações concretas de violência do Estado, bem como uma tentativa de “ganhar a opinião pública”, agindo sob as consciências, a partir de ofensivas ideológicas construídas e disseminadas no cotidiano, conforme vimos afirmando. A partir de nossa história recente, concordamos com a tese de Martín-Baró, que afirma que “tal modalidade de guerra paralela permite alcançar os mesmos objetivos e produz consequências psicossociais similares na população, mas salvaguarda a aparência de democracia formal” (2017, p. 273). A guerra psicológica opera “programas que visam anular os inimigos” (idem, p. 276), não por uma eliminação física, mas destruindo também sua imagem, convencendo o outro a eliminá-lo moralmente, conquistando “seu coração e sua mente” (idem, p. 276). Assim, os violentos, os terroristas do Estado, os responsáveis pela “guerra suja”, poderão vir a ser celebrados como patriotas e heróis nacionais, como vimos recentemente, no enaltecimento da figura de invasores de terras indígenas em redes sociais, ou dos terroristas do 08 de janeiro de 2023.

Como qualquer outra guerra, a “guerra suja” busca a vitória sobre o inimigo por meio da violência, não existe uma guerra democrática ou pela democracia. Daí porque, em algumas situações, recorrer à guerra psicológica é um recurso mais estratégico e ainda mais violento, seja por convencer a população de que não há alternativa política além daquela defendida pelo terrorismo do estado, seja por “corromper a consciência social do adversário” (VOLKOGONOV, 1986 apud MÁRTIN-BARÓ, 2017, p. 276).

Para Martín-Baró, a guerra psicológica é operada de forma a buscar o apoio da população e não o atendimento de suas necessidades, o que em nossa interpretação, reforça uma sensação de insegurança e o medo.

Busca-se ganhar seus corações e suas mentes sem mudar em nada sua situação ou suas condições de vida e sem satisfazer suas necessidades. O que a guerra bélica e a guerra suja buscam por meio da eliminação física, a guerra psicológica busca por meio da desqualificação ou pela inutilização da mente. Tal como no caso da tortura, os métodos psíquicos substituem os físicos, mas, em ambos os casos, o foco é quebrar a pessoa, acabar com sua autonomia e sua capacidade de oposição, não dar espaço para sua liberdade e suas opções. (MÁRTIN-BARÓ, 2017, p. 277).

Com isso, as campanhas propagandísticas de uma ideologia do medo são a principal arma das guerras psicológicas, que utilizava como tática a fabricação de narrativas e a institucionalização das mentiras (MÁRTIN-BARÓ, 2003) (as *fake news*), a contradição como prática constante, o “pânico moral” (COHEN, 1972)... Ou seja, as campanhas propagandísticas aparecem como ferramenta para a disseminação da insegurança e do medo. No Brasil, o medo tem sido constantemente utilizado como arma política ao longo de nossa história: medo do negro, medo da vacina, medo do comunismo etc. Logo, percebemos que quando tratamos da análise da dimensão política da vida social, assim como nas demais dimensões, não podemos perder de vista que a sociedade é composta por seres humanos completos, não apenas máquinas de trabalho, mas seres que possuem consciência, emoções, que podem e são conformadas em acordo com a dinâmica social constituinte de seu tempo histórico vivido.

O medo impõe limitações, controlando comportamentos, oclusoando horizontes, como no mito da caverna de Platão, ou mesmo no exemplo contemporâneo daqueles e daquelas fiéis, que seguem líderes religiosos, cujo discurso é pautado na ameaça, na visão do diferente como inimigo, no medo da “vida após a morte”, no medo da maldição, na necessidade de organização de um “Exército de Deus” para combater o mal – identificado com a esquerda política, com a população LGBTQIAPN+, com a mulher sexualmente independente, etc. Isso nos remete a uma citação de Reich:

Ora, é do nosso conhecimento que a repressão sexual serve para mecanizar e escravizar as massas humanas. Assim, sempre que se depara com a repressão autoritária e moralista da sexualidade infantil e adolescente, e com uma legislação sexual que a apóia, pode-se concluir, com segurança, a presença de fortes tendências autoritárias e ditatoriais no desenvolvimento social, independentemente dos chavões a que recorrem os respectivos políticos (2001, p. 203).

A própria discussão sobre direitos reprodutivos, acaba sendo pautada pela rigidez moral dos princípios postos na “Bíblia Sagrada” defendida por diversos membros da bancada evangélica, da bancada da bala, da bancada ruralista etc. A laicidade do Estado se perde na defesa de valores cristãos vociferados com ódio e repulsa à liberdade do amor e do sexo.

Liberdade que é sim temida. O medo do diferente ter liberdade se confronta com a defesa da liberdade de expressão que ofende, amedronta, assassina. Para Reich, a liberdade “é a responsabilidade de cada indivíduo pela construção da sua existência pessoal, profissional e social, de forma racional” (2001, p. 303), porém, numa sociedade em que vigora a decadência ideológica burguesa do irracionalismo, as massas temem tal responsabilidade, muitas vezes atribuindo-a ao Estado, esse “pai” que utiliza a violência como mecanismo de educação de seus filhos e que é temido (REICH, 2001). Marx falava sobre a relação entre Estado e Liberdade em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*:

O inevitável estado-maior das liberdades de 1848, ou seja, liberdade pessoal, liberdade de imprensa, de expressão, de associação, de reunião, de ensino e religião etc. recebeu um uniforme constitucional que o tornou inviolável. Cada uma dessas liberdades foi proclamada como direito *incondicional* do *citoyen* francês, cada uma, porém, dotada da nota marginal de que seriam irrestritas enquanto não fossem limitadas pelos ‘*mesmos direitos dos outros*’ e pela *segurança pública*’, ou por ‘leis’ que visam mediar justamente essa harmonia das liberdades individuais entre si e com a segurança pública. [...] (2011b, p. 41-42, grifos do autor)

Vimos aí uma relação, em que o limite da Liberdade é posto pelo Estado, que tem no artifício à violência, sob a máscara da segurança pública, seu recurso. O Estado, pois, utiliza a responsabilidade do indivíduo e do coletivo como mecanismo também de manipulação/fabricação do medo, instituindo leis que a limitarão e imporão sobre as classes a força, a violência objetiva e subjetiva.

O medo é construído até mesmo no projeto de disseminação de ideologias, como ofensiva ideológica, como vimos mencionando, em que o outro é fonte de confronto, que ameaça à família, à propriedade, à obtenção dos meios de subsistência, visto que é meu concorrente, não meu companheiro, meu camarada, meu comum, mas meu inimigo, relacionando-se à ascensão da adesão às ideologias neofascistizantes na sociedade brasileira.

Em detrimento dos verdadeiros esforços pela liberdade, o fascismo foi e ainda é considerado como a ditadura de uma pequena clique reacionária. A persistência neste erro deve ser atribuída ao medo que temos de reconhecer a situação real: o fascismo é um fenômeno internacional que permeia todos os corpos da sociedade humana de todas as nações. Esta conclusão coaduna-se com os acontecimentos internacionais dos últimos quinze anos. As minhas experiências em análise do caráter convenceram-me de que não existe um único indivíduo que não seja portador, na sua estrutura, de elementos do pensamento e do sentimento fascistas. O fascismo como um movimento político distingue-se de outros partidos reacionários pelo fato de ser sustentado e defendido por massas humanas. (REICH, 2001, p. 12).

Ou seja, há uma determinação pautada também numa emoção, num sentimento, que é o medo da verdade, segundo Reich (2001), que transforma a verdade em ilusão. Esse medo leva ao sentimento de insegurança nas massas que garantirá a abertura para o estabelecimento de uma organização social e de poder político-econômico, sem o controle das massas: [...] “o sentimento de insegurança [...] não tem nada de subjetivo, mas corresponde fielmente a um

ambiente social objetivo criado intencionalmente pelos detentores de poder” (MÁRTIN-BARÓ, 2017, p. 277).

Pasolini (1990) já chamava atenção em 1976, ao apontar a “padronização repressiva” como estratégia de consumo produzida pela cultura do hedonismo, da *joie de vivre* do “neocapitalismo”, que buscava expandir o consumo, expandindo mercados (com o neocolonialismo), intensificando o fetichismo a partir da estratégia da tensão e do medo. O “Poder” na Itália, para Pasolini (1990), não é identificável como antes, apoiando-se no fascismo-cristão ou na democracia-cristã.

O autor nos lembra do poder centralizador do governo, das polícias e das máfias italianas, bem como dos ataques de bombas implantadas por grupos de jovens fascistas italianos no pós-1968. Assim, Pasolini afirmava ser a nova forma democrática vivida (após o período em que o fascismo ainda estava fresco na memória do povo italiano), um novo fascismo, em que se perdia o horizonte de classe, a partir de uma homogeneização da sociedade (que formaria um *todo não-italiano*). Aprofundava-se o fenômeno da reificação. Buscava-se transformar camponeses e operários em pequeno-burgueses a partir da padronização pelo consumo, resumindo suas vidas ao produzir e consumir.

A formação da democracia blindada, alimentada com o leite puro da violência colonial, que deu força aos músculos do “Poder” no Brasil, se constitui como particularidade de nossa formação e de países por toda a América Latina. Compartilhamos as dores dos açoites que formaram nossa amefricanidade (PROCÓPIO, 2021), a violência que constitui o Estado, o fetichismo e a ofensiva ideológica que possui um braço na Igreja e outro na mídia. Na tentativa de transformação social, milhares de mulheres e homens adotaram o projeto emancipatório da classe trabalhadora e foram duramente massacrados, tanto pela violência objetiva do Estado, sua força e repressão, quanto pela violência subjetiva, que cria na figura dos comunistas, dos socialistas ou de qualquer sujeito que intenciona uma transformação social, a figura do outro, à parte à homogeneização fetichizante do sistema. Dessa forma, defendemos que o Brasil do tempo presente apresenta como determinação para sua conjuntura política-econômica e social a operacionalização de uma guerra psicológica, constituída desde à ascensão das lutas da classe trabalhadora ainda em 2012-2013, no contexto das greves da Educação e das resistências às obras da Copa do Mundo.

A guerra psicológica também busca criar um clima de insegurança para alcançar os seus fins. Mas, ao invés de utilizar a repressão aterrorizante, emprega o que chamamos de repressão manipuladora. A questão não é mais paralisar completamente a população civil, mas inibir sua rebeldia potencial ou, pelo menos, impedir o seu apoio efetivo ao inimigo. Para isso, é necessário que as pessoas continuem com sua dose de medo, o que é conquistado por uma distribuição de ameaças e estímulos, de punições

e de premiações, de atos seu de amedrontamento e demonstrações de apoio condicional. Assim, a guerra psicológica combina atos de “ação cívica” (modalidade militar de serviço público beneficente) com operativos de grande violência bélica, tratamento compreensivo às pessoas após o aprisionamento injustificado, ofertas generosas antecedidas por esgotadores assédios sobre distintos grupos e setores sociais. A todo momento, os executores da guerra psicológica assumem um comportamento prepotente, o que deixa claro quem é o senhor, quem dá ou retira, quem define e decide. A militarização da vida cotidiana e dos principais espaços sociais contribui para a onipresença do controle prepotente e da ameaça repressiva. Ocasionalmente, um ato de repressão aterrador reavivará o sentimento de medo agudo na população. Desse modo, propicia-se um ambiente de insegurança, imprevisível em suas consequências e que demanda das pessoas uma submissão completa aos ditames do poder (MÁRTIN-BARÓ, 2017, p. 278).

Tal ambiente foi construído através de diversos processos históricos. No Brasil, segundo Busnello “os conflitos decorrentes das diferenças tais como de etnia, classe, gênero foram frequentemente solucionados mediante o uso das formas mais hediondas de violência” (2020, p. 76). Daí a afirmação de que “a história da sociedade brasileira pode ser contada como uma história social e política da violência” (ADORNO, 1996, p. 48 apud BUSNELLO, 2020, p. 76). A violência realizada pelo Estado possui certo grau de legitimidade:

Um tipo especial de violência que, por mais brutal que possa ser, pode ser entendida como legítima. São ações que envolvem o uso, descontrolado ou não, da força física ou que envolvem, direta ou indiretamente, os instrumentos associados à violência, os quais são passíveis de controle burocrático do Estado (prisões, circunstâncias que envolvam a violência física que resulte em ferimentos ou seja letal). Para entendê-la enquanto um exercício de poder do Estado, cabe ir para além dos aspectos mais visíveis ou do regramento jurídico que lhe confere uma existência dentro da legalidade. (BUSNELLO, 2020, p. 76-77)

Recentemente, diversas situações foram impulsionadas pela cúpula do governo Bolsonaro, que colocavam e ainda colocam a violência como elemento patriótico, atentando contra a própria ideia de Estado Democrático de Direito, o que reforça a violência como instrumento de domínio econômico e político sobre as classes subalternas (CARVALHO, 2022, s/p). Carvalho continua:

Respectivas situações têm como pano de fundo impossibilitar o fortalecimento de um projeto democrático no país conquistado por meio de árduas lutas coletivas organizadas. O caminho sinalizado, conforme manifestações públicas, é o de inviabilizar liberdades asseguradas pelos pilares da democracia e que podem resultar em mais mortes, perseguição, ameaça e intimidação. Concomitante desestabilizar e desacreditar a justiça eleitoral na sua responsabilidade de realização e monitoramento do processo eleitoral que enfrenta o país.

Logo, vê-se um contexto de constante ameaça à democracia, com o crescimento da violência política e da violência contra defensoras e defensores de direitos humanos, ativistas ambientais e pessoas *trans*, colocando o Brasil como um dos países mais perigosos do mundo para lutadoras e lutadores sociais. Isso sem dúvidas se relaciona ao nosso passado autoritário, cuja violência recorrente se entrecruza às diferentes expressões da “questão social”.

Para Marilena Chaui (2017 apud CARVALHO, 2022, s/p) “A democracia propicia uma cultura da cidadania e a luta contra o medo e a violência”. Faz-se urgente enfrentarmos o contexto de ódio, medo e violência política no Brasil, acirrado no último período eleitoral, em que foram registrados diversos episódios de agressão verbal e física, culminando em assassinatos. O bolsonarismo utiliza o medo como estratégia política e mesmo eleitoral. Seus discursos tinham como inimigos a esquerda, os jornalistas e as mulheres, e traziam o apelo golpista, de ataque às instituições do Estado Democrático de Direito e estímulo ao porte e uso de armas de fogo. Aparelhou as polícias dificultando o acesso de eleitores às suas zonas eleitorais. É impossível analisar esse cenário e não pensar em outro elemento histórico e necessário de ser abordado, que foi a própria construção do medo como suporte de sustentação para o nazismo, como diria Reich: “A estrutura humana debate-se na contradição entre o desejo intenso de liberdade e o medo de liberdade” (2001, p. 305).

É sobre isso que trataremos no tópico a seguir, a contradição que perpassa o cotidiano da luta de classes, em que nossa organização se coloca entre a luta pela liberdade, com suas resistências, avanços e investidas revolucionárias, ou com o medo da liberdade, que produz e reproduz o apassivamento, a alienação.

2.4 Apassivamento e resistências

[...] Por que razão se deixaram trair milhões de trabalhadores, amantes da liberdade e anti-imperialistas? Só em relação a uma minoria se pode apontar como causa o medo das consequências envolvidas na "objeção de consciência".[...] (REICH, 2001, p. 40).

[...] o Brasil desenvolveu um capitalismo completo nos marcos de sua inserção subordinada e dependente à ordem capitalista e imperialista, e isso implica sua adequação aos padrões da acumulação de capitais que hoje predomina nesta ordem, isto é, uma forma chamada “flexível” para ocultar ideologicamente seu aspecto extremamente predatório, precarizante das relações de trabalho e contrato, intensificadora da exploração e extração de mais valor, mercantilizante de todas as esferas da vida. (IASI, 2018, p. 141).

Muito se diz, atualmente, sobre a classe trabalhadora estar em processo de passividade devido à “alienação” e ao anterior processo de cooptação de dirigentes, entidades e sindicatos. Tal movimento teria produzido um processo de capitulação de diversos sindicatos e organizações da classe trabalhadora, convergindo para a passividade encontrada atualmente ante aos diversos ataques da burguesia aos direitos historicamente conquistados e às políticas sociais que atendiam predominantemente aos interesses de frações da classe trabalhadora mais

empobrecida. Porém, é preciso, como afirmado anteriormente, entender a consciência como movimento e a consciência de classe como processo, em que a alienação é apenas mais um momento do processo.

A origem da alienação está no âmbito do concreto real. Sim, sua raiz se encontra na própria produção social da vida sob a vigência da propriedade privada e deve ter essa dupla dimensão de análise: as relações concretas de produção e a formação de uma superestrutura em que se movimenta a alienação, a ideologia e a consciência.

A alienação dos homens, e na particularidade de trabalhador assalariado, tem sua expressão na propriedade privada dos meios de produção, base do processo de produção capitalista: “Toda vez que uma parte da sociedade possui o monopólio dos meios de produção, tem o trabalhador, livre ou não, de acrescentar ao tempo de trabalho necessário à sua própria manutenção um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção” (MARX, 2003, p. 273). A teoria social de Marx parte do pressuposto de que o processo de trabalho determina a realidade da existência humana:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla o intercâmbio material com a natureza. [...] Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (2003, p. 211).

Marx se refere ao duplo movimento provocado no e pelo processo de trabalho: objetivação e subjetivação. Pelo trabalho, o homem se objetiva, transforma matérias primas em produtos, transforma a natureza, de acordo com o planejamento, com a capacidade teleológica. Mas, o trabalho como uma unidade composta de movimentos opostos, a ação do homem sobre a natureza retorna em direção à sua própria subjetividade, constituindo-a e alterando-a.

Nos “Manuscritos filosófico-econômicos de 1844”, Marx trata a organização capitalista do trabalho como alienação. Uma forma degenerada de trabalho contra o homem e contra a natureza. Seguindo o método dialético, herdado de Hegel, no entanto na perspectiva materialista, Marx vai pensar essa realidade no movimento de vir-a-ser, buscando sua essência no tornar-se, no transformar-se. Desse modo, “[...] o trabalho alienado só aparece como um fato à luz de sua abolição” (MARCUSE, 1978, p. 270).

É importante observar que a análise do processo de formação de consciência, bem como das categorias alienação e ideologia, se inscreve em um dado período histórico, determinado pelas relações sociais de produção capitalistas. Marx, afirma que

Quando se trata, pois, de produção, trata-se da **produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais**. Por isso, poderia parecer que ao falar da produção em geral seria preciso quer seguir o processo de desenvolvimento e suas diferentes fases, quer declarar desde o primeiro momento que **se trata de uma determinada época histórica, da produção burguesa moderna,**

por exemplo, que propriamente constitui o nosso tema. **Mas todas as épocas da produção têm certas características comuns, certas determinações comuns. A produção em geral é uma abstração**, mas uma abstração razoável na medida em que, efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição. As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito – a humanidade – e o objeto – a natureza – são os mesmos. (2012, p. 238-239, grifo nosso).

A produção dos próprios indivíduos, inscrita em determinado tempo histórico, tem como determinante as relações sociais de produção, sua dinâmica, suas contradições e as mediações que as determinam... Complexo de muitos complexos. A produção de indivíduos significa a reprodução da própria vida, inscrita no ser social, cuja determinação comum é o trabalho. O ser social, fundado no trabalho, possui uma dupla dimensão, objetiva e subjetiva, objetiva que materializa a produção, subjetiva que produz também a vida em sociedade, as potências da cultura, da arte, do saber, da ciência, do humano em si.

Para Marx e Engels, o trabalho é o primeiro ato histórico da humanidade, pois a produção de meios de satisfação de suas necessidades, a produção da própria vida material é uma condição fundamental de toda a história, que tem que ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para que possamos existir (2007, p. 32-33). A produção material de objetos que satisfaçam necessidades implica em uma determinação para a produção dos indivíduos. Ao modificarem a natureza, os seres humanos modificam a si mesmos. Ao criarem produtos que satisfaçam suas necessidades, os seres humanos produzem também novas necessidades.

Exemplo disso está na divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho tem uma base ideológica, o patriarcado. Juntos, impuseram uma série de tarefas relacionadas ao atendimento direto das necessidades ligadas à reprodução social à mulher. Quando analisado aprofundadamente, esse exemplo revela a indissociabilidade entre estrutura e superestrutura, a relação entre produção e ideação. O surgimento da família, a partir das transformações ocorridas nas relações sociais de produção com o advento da propriedade privada, cria uma figura de autoridade: o proprietário, macho, senhor, que domina sobre as mulheres e herdeiros, reproduzindo e zelando pela manutenção da lógica de sua dominação, zelando pela própria continuidade e controle da reprodução social, elemento desprezado pela teoria freudiana. Falar em produção de indivíduos é falar em reprodução social. A reprodução social é “entendida como **reprodução da força de trabalho e sustentação do cotidiano**, é largamente ancorada no trabalho não remunerado das mulheres na esfera doméstica” (FERREIRA apud CISNE; SANTOS, 2018, p. 61, grifo nosso).

Uma ideologia propagada no cotidiano (o patriarcado), sustenta a imposição da divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres o exercício de atividades que garantam não somente

a continuidade e manutenção da existência, a reprodução biofisiológica da força de trabalho, mas também a tarefa de continuar e perpetuar a própria *reprodução das relações sociais de produção* a partir de ações patriarcais. Porém, não se pretende aqui inverter determinantes, ou confundi-los, não é uma ideologia que determina o ser, a realidade, ao contrário, são as determinações da realidade concreta que demandam uma ideologia que componham com ela um todo, sem hierarquizações, mas em uma totalidade. “Dessa forma, a reprodução das relações sociais é a reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade.” (YASBEK, 2009, p. 03). O exemplo anterior evidencia que a reprodução social ocorre atravessada por ideologias, que percorrem o cotidiano, compondo uma totalidade indissociável, a não ser com a perda de elementos que qualificam a análise.

O capital se utiliza da forma de atendimento às necessidades humanas – morar, vestir-se, higienizar-se, reproduzir-se – para atender à sua necessidade: reproduzir-se. Por isso, o debate acerca da reprodução social é importante para compreendermos a totalidade do movimento de reprodução do modo de produção capitalista, as mudanças em seus padrões de reprodução e do movimento de construção e propagação de ideologias, seus enraizamentos socio-históricos. Nesse sentido, o debate sobre as políticas sociais se insere devido ao fato de estar intrinsecamente vinculada à reprodução social sobre a particularidade do modo de produção capitalista (com a vigência de determinado padrão de reprodução) e a relação entre Estado e classes sociais⁵⁸.

Lefebvre (2006) aponta o imbricamento de três níveis da reprodução, sob o capitalismo: “o nível da — reprodução biofisiológica (a família), — o da reprodução da força de trabalho (a classe operária como tal), e o da reprodução das relações sociais de produção, ou seja, das relações constitutivas da sociedade capitalista, cada vez mais (e progredindo)” (LEFEBVRE, 2006, p. 57). Para que se garanta a reprodução das relações sociais de produção, é preciso que se mantenha e as condições de reprodução do capital, mas é preciso também a continuação da dominação ideológica e a perpetuação da lógica capitalista, enraizadas em todos os âmbitos das relações humanas, inclusive no ponto nuclear da vida cotidiana: a família.

A dominação ideológica em um determinado tempo ocorre a partir da reprodução das relações sociais de produção capitalistas, tendo como chão o cotidiano, nesse caso, a cotidianidade burguesa. Mas como se constituem as ideias dominantes? Para uma resposta, examinou-se atentamente elaborações de Marx e Engels.

⁵⁸ Por ora, não se entrará em tal recorte, adotado nessa investigação, especialmente no que tange à seguridade social, para ilustrar a ofensiva ideológica operada pela burguesia a partir da implementação de contratendências à sua crise na particularidade brasileira.

Marx e Engels, em seu duro combate crítico ao movimento sustentado no hegelianismo de sua época, ao criticarem o filósofo Max Stirner, afirmam que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes” (2007, p. 47). Isso significa que as determinações sobre a ideologia hegemônica de uma época podem ser identificadas no âmbito do cenário da luta de classes, nos determinantes políticos, econômicos e sociais que se refletem no nível da consciência dos indivíduos.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da sua produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles os quais faltam os meios da produção espiritual. **As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.** Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; **na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo;** e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. Por exemplo, numa época e num país em que o poder monárquico, a aristocracia e a burguesia lutam entre si pela dominação, onde portanto a dominação está dividida, aparece como ideia dominante a doutrina da separação de poderes, enunciada então como uma “lei eterna”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47, grifo nosso).

Essa citação, já muito explorada na literatura marxista, apesar da obra ter sido descoberta e traduzida tardiamente, resultando em alguns erros de formulação no movimento comunista revolucionário (como a perspectiva de uma “ideologia proletária”), é importante para a construção dos elementos que sustentam esta pesquisa, tanto teórica, quanto metodologicamente. Cabe aqui uma tentativa de também explorá-la, aprender sua obviedade e relacioná-la ao tema abordado. O primeiro e fundamental aprendizado está na compreensão de que as ideias são social e historicamente construídas e destruídas. O segundo aprendizado óbvio é o de que as ideias possuem uma base material e necessitam de meios para que possam ser produzidas e compartilhadas em ampla escala na vida cotidiana, sendo introjetadas como naturais. O terceiro ensinamento do parágrafo é o de que as ideias dominantes não formam uma oposição às relações sociais de produção dominantes, mas uma complementariedade sincrônica e simultânea, “As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47), do contrário, haveria um momento de crise. O quarto ensinamento é o de que só existe classe dominada, porque existe classe dominante, classe que exerce uma dominação a partir de relações de dominação. O quinto aprendizado extraído da citação, e talvez o mais importante, é o de que

os indivíduos que compõem a classe dominante estão conscientes de sua dominação e “dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47), daí a necessidade de se conhecer a produção e a distribuição de sua ideologia. O sexto ensinamento é o de que há uma luta pela dominação e as ideias refletem inclusive essa disputa, ainda que apareçam como naturais e eternas. O leitor mais atento pode considerar tal reflexão uma repetição desnecessária, porém, essa citação chave não pode ser lida *an passant*, mas deve ser lida, relida, esmiuçada, apreendida em seu significado e visualizada em sua realidade concreta.

A ideologia, para Marx e Engels, é produzida a partir da divisão do trabalho (note que aqui há a ausência da palavra “social”), no interior da classe dominante, entre trabalho espiritual e trabalho material (2007, p. 47). Gramsci aponta algo nessa direção ao trabalhar seu conceito de senso comum, em que aponta a organização de intelectuais e da alta cultura como um sistema desconhecido pelas multidões, ainda que “influem sobre as massas populares como força política externa, como elemento de força coesiva das classes dirigentes, e, portanto, como elemento de subordinação a uma hegemonia exterior [...]” (2011, p. 149). Haveria então, intelectuais e organismos próprios a essa classe dirigente, que exercem a dominação, que buscam criar condições subjetivas para a reprodução das relações sociais de produção a partir, também, da dominação ideológica.

[...] no interior dessa classe, uma parte aparece como os pensadores dessa classe, como seus ideólogos ativos, criadores de conceitos, que fazem da atividade de formação da ilusão dessa classe sobre si mesma o seu meio principal de subsistência, enquanto os outros se comportam diante dessas ideias e ilusões de forma mais passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para formar ilusões e ideias sobre si próprios. No interior dessa classe, essa cisão pode evoluir para uma certa oposição e hostilidade entre as duas partes, a qual, no entanto, desaparece por si mesma a cada colisão prática em que a própria classe se vê ameaçada, momento no qual se desfaz também a aparência de que as ideias dominantes não seriam as ideias da classe dominante e de que elas teriam uma força distinta da força dessa classe. A existência de ideias revolucionárias numa determinada época pressupõe desde já a existência de uma classe revolucionária [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 47-48).

Como afirma Iasi (2002), a burguesia (e seus organismos de hegemonia) apregoa discursos em que quanto mais as ideias dominantes “são desmentidas pela vida, mais se tornam ‘morais e sagradas’ na linguagem” (p. 30). A época da “ilusão consciente”, da “hipocrisia deliberada” “apresenta as ideias dos trabalhadores como ‘anacrônicas’, ‘particularistas’, ‘corporativas’, na mesma medida em que sacraliza o ideário liberal, louvando seu caráter universal, não importando o quanto a realidade o desminta no concreto das relações existentes.” (IASI, 2002, p. 30-31).

A contradição insolúvel da sociedade capitalista pulsa e se manifesta no cotidiano: o desenvolvimento das forças produtivas se dá em ritmo cada vez mais acelerado, mas as relações sociais de produção devem permanecer as mesmas (IASI, 2010), ainda que em constante

atualização. Não só isso. Ideias como a da meritocracia⁵⁹, do empreendedorismo, a creditação de problemas a um *coach* ou a “*Deus*” através da fé na Teologia da Prosperidade, o “vai dar certo”, “*good vibes*”, a cidadania pelo consumo, o endividamento pelo “merecimento”, são ideias que envolvem práticas que se traduzem em contradições, que emergem na “pseudoconcreticidade do cotidiano” (KOSIK, 1976)... Tais contradições geram manifestações práticas que provocam questionamentos no âmbito da consciência, concorrendo para o processo de ruptura, a partir de uma *crise ideológica*.

[...] enquanto as **forças produtivas** devem constantemente desenvolver-se, as relações sociais de produção, sua manifestação e justificativa ideológica devem permanecer estáticas em sua essência. Com o desenvolvimento das forças produtivas, acaba por ocorrer uma dissonância entre as relações interiorizadas como ideologia e a forma concreta como se efetivam na realidade em mudança. É o germe da **crise ideológica**. (IASI, 2010, p. 27).

Ao perceber as contradições no chão do cotidiano das relações sociais, e ao perceber a “dissonância entre as relações interiorizadas” e a realidade objetiva, o indivíduo desenvolverá um “estado de revolta”, de ruptura com a primeira forma de consciência,

O indivíduo interioriza novos valores, normas, juízos e comportamentos a partir das relações imediatas que estabelece. Ele vive as novas relações, julgando-as e buscando compreendê-las com o mesmo arcabouço de valores que antes orientavam sua vida, de forma que a introjeção de novos valores acaba provocando uma contradição, que é vivida pelo indivíduo como conflito subjetivo (IASI, 2010, p. 30).

A depressão, o medo do “fracasso social”, a angústia, o ressentimento, a “crise”, sentimentos que surgem do concreto real, do cotidiano das relações sociais, impactam os indivíduos em sua consciência, em que o estado de revolta se transmuta em tais sentimentos e

⁵⁹ Sobre a meritocracia, citamos Agnes Heller: “*Esta generalmente reconocido que el principio meritocrático no funciona del modo en que debería o podría. No existen «iniciales igualdades de oportunidad», puesto que la «circunstancia del nacimiento» (tanto si uno ha nacido en una familia rica como pobre, en una de bajas o altas aspiraciones, en uno u otro grupo étnico, como hombre o como mujer) influye con tanta fuerza, aunque no determine completamente, las oportunidades de triunfar en una función, que es la que mejor se adecúa a uno. Sin embargo, el problema apuntado en la segunda cuestión va más allá. ¿Por qué las personas deben recibir remuneraciones según su grado de excelencia? ¿Qué es, por cierto, la excelencia? Todo el mundo puede ser excelente en algo. ¿Por qué un artista de cine estará mejor pagado que un basurero si ambos son excelentes en sus trabajos? Una buena parte de la teoría contemporánea liberal de los Estados Unidos se concentra en este problema. Rawls, cuya teoría de la justicia es la más conocida entre ellas, se ha ocupado de la aplicación dogmática del principio meritocrático. Formula la aceptación del llamado «principio de diferencia» según el cual una realización excelente se merece una remuneración más alta sólo si mejora directamente la situación del grupo humano más marginado. Independientemente de si las sugerencias alternativas para una justicia distributiva están formadas por la idea «a cada uno según su grado de excelencia».[...]¿Podemos imaginar otros programas sociales? En realidad, podemos fácilmente imaginar una sociedad en la que no sean los átomos individuales sino las entidades colectivas las que participen en la carrera. Del mismo modo, podemos fácilmente imaginar qué entidades colectivas distintas se avienen a diferentes principios de distribución con los miembros de una comunidad que consideran justo un principio concreto, mientras que los miembros de otra comunidad consideran justo otro. No está en modo alguno escrito en las estrellas que el Estado deba ocuparse de los ancianos o los enfermos, y ni siquiera que deba organizar todos las formas de educación.*” Trecho de La justicia social y sus principios (s/d, s/p).

processos de adoecimento mental e físico (KEHL, 2015). Tais sentimentos e processos se manifestam individualmente e coletivamente, atuam na e sob a consciência, muitas vezes sem que o indivíduo entenda que a “crise” pela qual passa é concretamente determinada pelas relações sociais de produção capitalista, na dinâmica contraditória de sua reprodução.

Henri Lefebvre (1991), ao construir seu conceito de *sociedade burocrática de consumo dirigido* trata que esta desenvolve mecanismos de integração dos indivíduos objetivando direcionar, planejar, institucionalizar não somente as necessidades sociais, mas também seus desejos e sonhos. Porém, o autor afirma que isso não ocorre com eficácia absoluta, resultando em um mal-estar moderno, em um sentimento de insatisfação com a “vida” e com o “mundo”, uma vez que não é possível controlar completamente as pessoas, os grupos e as classes sociais, ainda que as combinações de mecanismos racionais e irracionais mostrem um poder jamais visto. As relações sociais de produção e as relações de propriedade capitalista apresentam profundas contradições que continuam determinantes para a vida social, ainda que subjacentes. Essa sociedade não consegue superar o paradoxo integração-desintegração, ampliando a sensação de não pertencimento, de mal-estar, como mencionamos.

Tanto o pensamento de Kehl como o de Lefebvre nos fizeram refletir e associar a uma citação bastante abordada de Marx:

[...] na **produção social** da própria vida, os homens contraem **relações** determinadas, necessárias e **independentes de sua vontade, relações de produção** estas que correspondem a uma etapa determinada de **desenvolvimento das forças produtivas materiais**. A **totalidade** dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de **consciência**. O **modo de produção** da vida material **condiciona** o processo geral de **vida social, político e espiritual**. **Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência**. (MARX, 2012, Prefácio a *Para a Crítica da Economia Política* – 1859).

Segundo Marx, é devido ao processo real de vida que surgem reflexos e ecos ideológicos de tais processos de vida, com base nas ações humanas. Assim, com as contradições que irrompem e criam níveis de consciência diferentes, entendendo que a própria consciência se inscreve em relações sociais, é possível afirmar que não só os indivíduos, mas a própria classe trabalhadora estará em constante movimento e transformação, uma vez que as múltiplas determinações que interferem em sua composição implicam em processos de ruptura e continuidade, submetidos a constantes ataques ideológicos.

Antes de existir qualquer ideologia, existe a realidade objetiva, que antecipa e antecede qualquer forma de expressão ideal. Focar na ideia como determinação para a realidade é retomar o idealismo hegeliano, criticado e superado por Marx em seus exercícios de compreensão da

realidade, a partir de seu método. Assim, buscar entender qualquer ideologia implica em identificar a própria produção material da vida, as relações sociais de produção que se reproduzem no cotidiano e a dinâmica das forças produtivas materiais (força de trabalho e conhecimento, inclusos aí) em seu constante movimento. Isso leva a afirmar que a própria consciência social compõe o que se chamou de *superestrutura*, junto aos elementos jurídicos e políticos nas relações sociais. Reafirma-se aqui que não há separação entre *estrutura* e *superestrutura*, mas uma relação de totalidade.

Os processos de consciência, os avanços e recuos no nível de consciência de classe são permeados pela alienação oriunda da divisão sociotécnica do trabalho na particularidade do modo de produção capitalista, de sua formação econômico social atual, na reprodução das relações sociais no cotidiano de vida das classes, na luta de classes. A alienação tem origem anterior ao modo de produção capitalista, mas nele ganha outras características, particulares às relações sociais de produção e à reprodução dessas na atualidade.

A alienação típica da sociedade capitalista, a que deriva das relações fetichizadas e reificadas do capital e da produção de mercadorias, seria, assim, uma **forma particular de alienação, que serve de base para um modelo particular de consciência e de ideologia**. Transformar a ideologia no mecanismo pelo qual os indivíduos se moldam como sujeitos sociais é tornar inevitável não a distinção entre o caráter histórico universal da sociedade em contraste com o caráter particular dos indivíduos, mas significa tornar inevitável a dominação e o ocultamento próprios da ideologia. (IASI, 2002, p. 113-114, grifo nosso).

Para se compreender “ideologia” hoje, em especial ao que se remete essa tese, a ofensiva ideológica burguesa contra a consciência da classe trabalhadora, é preciso estudar, identificar e analisar a produção material da vida, as relações sociais de produção que se reproduzem no cotidiano e a dinâmica das forças produtivas materiais. A ofensiva ideológica burguesa não parte de uma falsidade, mas da realidade do modo de produção capitalista na atualidade.

[...]seria um erro atribuir à ideologia um caráter de falsidade. A ideologia é uma inversão, um velamento, uma justificação; no entanto é, ao mesmo tempo, a “expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante. A “inverdade” é baseada numa “verdade”, o Estado e a sociedade produzem a “consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido”. O processo no qual as concepções ideais da classe dominante se tornam inautênticas, não correspondentes, não se deve a nenhuma essência falsa, mas está ligado ao desenvolvimento da própria base material que lhe serviu até agora de suporte, como condição material de seu status de verdade. (IASI, 2002, p. 31).

Assim, todo o processo de Golpe, operado no projeto de implementação de medidas do capital como contratendência à sua crise, todo o processo de ofensivas ideológicas que culminaram a partir do processo de apassivamento e de legitimação da democracia⁶⁰ de

⁶⁰ Lembrando que Marx faz uma crítica à democracia, como criação moderna da pequena-burguesia e dos novos burgueses no contexto revolucionário francês em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*: “[...] Porém, por

cooptação (IASI, 2014), não são uma falsa ideia, mas uma ideia surgida de uma estratégia de intervenção na realidade concreta, por frações de classe da própria burguesia, que também disputam o poder, a hegemonia sobre o Estado e a sociedade.

A classe trabalhadora foi de fato o elemento dinamizador da sociedade brasileira no último período, mas ela não estava sozinha no campo de batalha. Por vezes parece à consciência social de nossa época que a “sociedade” brasileira lutava contra fantasmas de um passado a ser superado, de forma que nessa categoria “sociedade” caberiam todos os que, ainda que por interesses diversos, se empenhavam em construir as condições de “um novo país”. Sempre nos perguntamos: contra quem? A resistência não vem de anacronias fantasmagóricas, mas de interesses bem precisos, em parte descritos na tese anterior, e que também encontravam suas personificações adequadas (IASI, 2017). O programa apresentado originalmente pelo PT falava em tarefas “antimonopolistas, anti-imperialistas e antilatifundiárias”, num pálido eco empobrecido do programa histórico dos comunistas brasileiros de períodos passados. Ora, a execução de tal programa implica o enfrentamento frontal contra os segmentos monopolistas (da indústria, do agronegócio, dos setores financeiros, da circulação, dos serviços etc.) e do imperialismo. A forma política do pacto de classes e da conciliação, como eixo central da manutenção da governabilidade no ciclo petista, quebra a autonomia e a independência de classe, desarmando os trabalhadores necessários confrontos com seus inimigos. (IASI, 2018, p. 144).

Ao afirmar-se que para compreender a ofensiva ideológica burguesa é preciso identificar e analisar os elementos estruturais e superestruturais que dão base a essa ofensiva, é preciso, pois recuperá-los na história recente e na particularidade nacional, ainda que se incorra no perigo de soar repetitivo.

Começemos pela crise do capital. O processo de concentração e de centralização do capital chega a níveis nunca dantes vistos. Esse processo histórico se sustentou na aceleração da produção e na financeirização da vida, em que direitos antes garantidos por políticas sociais não são *somente* mercantilizados, mas sustentam operações financeiras, fundos especulativos etc. A compressão espaço temporal, já enunciada sutilmente por Marx e explicada por Lefebvre, se acelera com o avanço do desenvolvimento das forças produtivas, em que o conhecimento ascende de maneira extraordinária. A financeirização é retrato disso. Tome-se a crise de 2008

representar a pequena burguesia, ou seja, uma classe de transição, na qual os interesses de duas classes se embotam de uma só vez, o democrata tem a presunção de se encontrar acima de toda e qualquer contradição de classe. Os democratas admitem que o seu confronto é com uma classe privilegiada, mas pensam que eles é que constituem o povo junto com todo o entorno restante da nação, que eles representam o *direito do povo*, que o seu interesse é o *interesse do povo*. Por conseguinte, não teriam necessidade de verificar, na iminência de uma luta, os interesses e posicionamentos das diferentes classes. Não teriam necessidade de sopesar com todo cuidado os seus próprios meios. A única coisa que precisariam fazer era dar o sinal para que o povo se lançasse sobre os *opressores* com todos os seus inesgotáveis recursos. Mas quando, no momento da ação concreta, os seus interesses se revelam desinteressantes e o seu poder se revela impotente, atribuem esse fato a sofistas perniciosos que dividem o *povo indivisível* em diversas frentes hostis ou ao exército que estava por demais abastalhado e ofuscado para compreender os fins puros da democracia como a melhor coisa para si mesmo, ou tudo falhou em algum detalhe de execução ou então algum imprevisto pôs a perder essa rodada do jogo. Como quer que seja, o democrata sai da derrota mais vergonhosa tão imaculado quanto era inocente ao nela entrar, agora renovado em sua convicção de que ele deverá triunfar, não de tal modo que ele próprio e o seu partido tenham de renunciar ao seu velho ponto de vista, mas, ao contrário, de tal modo que as condições amadureçam no sentido por ele pretendido.” (2011b, p. 67-68).

como exemplo. Qual a sua causa? Em estudo anterior, afirmamos que a crise de 2008 configurou-se como *crise sistêmica* (NETTO, 2012), que criou fissuras no processo de reprodução capitalista, impondo a necessidade de uma recomposição do modo de produção capitalista, que passa desde então por profundas alterações no sentido de buscar superar sua crise, ainda não superada segundo nossa análise (LIMA, 2017).

Com o rompante da crise de *subprimes*, as bolsas de diversos países quebraram, exigindo lastro para o capital financeiro, comprometendo o Orçamento Público de diversos países, o que implicou em um processo de expropriação de direitos (BOSCHETTI, 2018) em uma outra qualidade. As políticas sociais têm sido cada vez mais esvaziadas em sua forma e conteúdo, afetando diretamente e indiretamente as diversas frações da classe trabalhadora. O Estado atua ativamente no sentido de buscar compensar a burguesia por suas perdas, e “recuperar a economia” operando um ajuste fiscal permanente (BEHRING, 2021), implementando contrarreformas cujo conteúdo, como já afirmamos, é atuar como contratendência à crise do capital. O Estado participa no processo de expropriação, inclusive com a publicização e propaganda de ideologias, que muitas vezes se inserem no processo de serialidade cotidiana, buscando conciliar interesses conflitantes, apassivar a classe trabalhadora, impactando diretamente a dinâmica da luta de classes (determinação para o *ser* do Estado) (LIMA, 2017).

Se no início do ciclo no final dos anos 1970 tínhamos uma crise do capital em um momento em que as lutas sociais e operárias produziam uma fusão de classe e indicavam a passagem para a constituição dos contornos do que denominamos de “classe em si”, nos termos marxianos (MARX, 2009), hoje a crise, por várias razões muito mais profundas e grave, se dá em um momento de derrota política dos trabalhadores e de reversão para a serialidade (SARTRE, 1979). Uma correlação de forças extremamente desfavorável que explica, em parte, o relativo sucesso de um governo usurpador e sem nenhum apoio social em impor as medidas de desmonte de direitos, sucateamento das estruturas estatais e das políticas sociais. (IASI, 2018, p. 146).

O processo de apassivamento foi uma característica marcante do ciclo da democracia de cooptação (IASI, 2014). No caso brasileiro recente, é preciso que se compreenda que o controle da classe trabalhadora foi construído historicamente via cooptação e pelo processo de transformismo⁶¹, mas não somente, também pela construção de consensos, que influíram no processo de cooptação de dirigentes e da fragmentação da classe, por lutas por categorias.

Estamos convencidos de que a ideologia é muito mais eficaz quando oculta a si mesma (EAGLETON, 1997), de forma que uma sociedade racista que opera cotidianamente a opressão e o preconceito pode provocar a revolta e a indignação, fermentos de luta e transformação, ao passo que uma sociedade racista que tem instituições de combate

⁶¹ O transformismo é entendido como o processo de “absorção gradual, mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliáveis inimigos” (GRAMSCI apud IASI, 2014, p. 51).

ao racismo, dispositivos legais que o criminalizam, campanhas publicitárias em que os protagonistas são negros, filmes onde uma negra está no deque de comando da *Interprise*, podem, com muito mais eficácia, reproduzir o racismo cotidiano sob o manto enganoso da tolerância (ZIZEK, 2014). Da mesma forma, uma ordem excludente e predatória que concentra riquezas e propriedades na mão de uma ridícula minoria se oculta ideologicamente de forma muito mais eficaz quando opera “políticas públicas”, “distribuição de renda”, “direitos sociais”, do que quando explicitamente os nega. Por isso, estamos convencidos de que a democracia de cooptação é preferível, para os interesses burgueses, à ditadura aberta. No entanto, não se trata de preferências, mas de necessidades. A ordem democrática cumpriu seu papel, mas as demandas e necessidades da acumulação de capital agora exigem o sacrifício da ordem democrática no altar da valorização, e os sacerdotes se empenham em convencer os fiéis de que é para sua salvação. (IASI, 2018, p. 152-153).

O processo de apassivamento, ao qual a classe trabalhadora foi submetida, não contradiz o levante de massas ocorrido no período de 2012-2014. O apassivamento não elimina as lutas, mas altera sua qualidade. Quando se analisa o período do início do governo Lula (PT), em 2003 até 2013, é possível identificar um aumento no número de greves, ocupações de terra no campo e na cidade, e diversas lutas sociais, que expressavam uma resistência à hegemonia burguesa construída sobre um pacto de classes, tangido tanto pela cooptação de frações da classe trabalhadora, notadamente das burocracias sindicais, como pela conciliação com diversas frações da burguesia, continuando a democracia de cooptação tão denunciada no governo FHC (PSDB). A conciliação petista ocorria tanto no âmbito da criação de uma política de desenvolvimento econômico, que buscava viabilizar garantias às necessidades do capital, como no âmbito da criação de uma política de amenização da miséria extrema (IASI, 2014), que reproduzia elementos ideológicos da corrente social-liberal: o microcrédito, o empreendedorismo e a cidadania pelo consumo. A criação de um mercado de consumo de massas, beneficiando trabalhadores e burgueses foi a pedra fundamental da conciliação. Mas vai além disso, segundo Iasi (2018), “[...] a consolidação da sociedade-civil burguesa nos coloca em um novo patamar no qual a luta por direitos (que caracterizou o ciclo que se encerra) é substituída pela aceitação de garantias sociais mediadas pelo mercado.” (p. 148).

Em diversos momentos do processo histórico de formação da sociedade brasileira, ocorreram grandes mobilizações de massa. Episódios como as chamadas “Jornadas de Junho de 2013”, os protestos pró e contra o processo de *impedimento* do mandato da presidente Dilma Rousseff (PT), as mobilizações de estudantes secundaristas, as grandes passeatas contra as “reformas” trabalhista, previdenciária e do ensino superior público, greves gerais, manifestações de movimentos “identitários”... Greves, paralisações, passeatas, pichações e colagens nos muros, manifestações de rua, ocupações de escolas e universidades, ocupações de terra, ocupações de espaços institucionais do Estado: a classe trabalhadora organizada, ou espontaneamente, planta, no cotidiano, sementes para uma ruptura. Segundo Iasi (2018),

Presenciamos uma dinâmica, desde 2013, na qual os impasses acabam por explodir em manifestações de massa pontuais, extremamente fortes, mas pouco eficazes (jornadas de junho de 2013, os ensaios de Greve Geral em 2017, a greve dos caminhoneiros em 2018), acentuando a crise das representações sindicais e formas tradicionais de organização, inclusive as expressões partidárias. (p. 145-146).

A burguesia, ciente da dinâmica própria à luta da classe trabalhadora e temerosa das espontaneidades e irrupções, busca cada vez mais controlar a classe trabalhadora, “administrar o caos” em seu favor e enrijecer o aparato de exercício de força, seja pela repressão institucionalizada pelo Estado brasileiro, seja pelo investimento na Indústria da Guerra, guerra interna que deve ser enfrentada com inteligência, com forte investimento no avanço da tecnologia da informação, a vigilância constante dos indivíduos, reproduzindo uma espécie de *panóptico* em nosso cotidiano⁶², reforçando o aprisionamento massivo dos pobres, prioritariamente de negros, jovens e periféricos, aí está o inimigo do Estado.

Mas, é importante ressaltar que a própria burguesia se divide em frações, as quais disputam a direção do Estado, o controle das políticas (entre si e com a classe trabalhadora) e a captura do orçamento público, a fim de garantir a “anarquia” do capital e sua reprodução. Tal disputa se revela no processo de impedimento do mandato de Dilma Rousseff (PT). Como já afirmamos, toda uma retórica foi produzida no sentido de esvaziar sua legitimidade, o voto da maioria da população já não possuía validade. O que era válido era a crise que determinados setores da economia enfrentavam e o “terrorismo econômico” que impunham. O que era válido era a ameaça de perda de poder a quais determinados partidos representantes da autocracia burguesa estavam submetidos. O que era válido era a insatisfação de frações da chamada “classe média alta” com a perda de privilégios, como o fato de ter que reconhecer o direito de trabalhadoras domésticas que criam seus filhos e limpam sua sujeira. Toda uma comunicação midiática foi propagada no sentido de disseminar no cotidiano uma argumentação em defesa do Golpe.

Um golpe que tem sido investido contra a classe trabalhadora. Um golpe de retrocessos que ameaçam a própria sobrevivência daqueles e daquelas que constituem a nossa classe. Um golpe que, desferido, crava o medo na subjetividade da classe: medo do desemprego, medo da violência urbana, medo do não conseguir se aposentar, medo do endividamento, medo de não ter moradia, medo de não ter acesso à saúde e à educação, medo da fome, medo da morte. Medo que cada vez mais coage trabalhadoras e trabalhadores a aceitarem condições de salário e emprego precarizadas, a não se organizarem em seus sindicatos e a não se organizarem

⁶² Apesar da distância teórico-metodológica, vimos razão na análise foucaultiana de que, na sociedade capitalista contemporânea “[...]essa grande teia carcerária reúne todos os dispositivos disciplinares que operam, de forma disseminada, na sociedade. [...]. O arquipélago carcerário transporta essa técnica da instituição penal para todo o corpo social” (FOUCAULT, 1987, p. 340).

enquanto classe. E o mesmo medo varia de acordo com cada época e local. Enquanto a pesquisa já apontada, requerida pelo Jornal Valor Econômico, aponta que no geral, o maior medo do brasileiro e da brasileira é o desemprego (VALOR, 2021), em São Paulo, estado com a maior população, o maior medo do paulistano é a “violência e criminalidade” (quase 50% dos respondentes apontaram esse como o aspecto mais negativo da capital paulista) (IBOPE, 2021).

Afirma-se que há em curso um processo de desmonte de políticas sociais tecidas no âmbito das contradições da relação Estado e classes sociais no modo de produção capitalista em sua fase atual. Desmonte cuja direção é também disputada por frações da burguesia, que buscam construir hegemonia sobre a sociedade e o Estado, difundindo ideologias (que refletem suas disputas internas), que dão sustentação (ideológica) ao discurso de defesa da retirada de direitos e políticas sociais voltadas à classe trabalhadora, escondendo a essência do fenômeno: *buscar construir uma “consciência social” cuja base está na totalidade que envolve as contradições das relações sociais de produção capitalistas*. Ou seja, fortalece-se a perspectiva de pulverização do processo de formação da consciência da classe em si e para si, buscando disseminar o senso comum pautado nos valores próprios à ofensiva ideológica burguesa.

O brutal ataque aos trabalhadores se apoia, entretanto, na certeza da fragilidade dessa consciência e na sua não universalização como senso comum; pelo contrário, apoia-se na convicção de que o senso comum expressa as cores evidentes do conservadorismo e, em muitos casos, de uma visão reacionária do mundo, em tudo diversa dessa projeção ideal cidadã. O senso comum se revela intolerante, preconceituoso, violento, sectário, irracional, antidemocrático, anticomunista e propenso a apoiar alternativas autoritárias. (IASI, 2018, p. 146-147).

Partindo da contribuição de Iasi (2018), temos a identificação de dois momentos no Brasil do tempo presente, que expressam o senso comum: um primeiro que “expressava os movimentos da luta de classes no momento da crise da autocracia burguesa e do processo de democratização; o segundo que expressa a crise desse processo e sua negação pelos limites da política de conciliação de classes que predominou.” (p. 146). Esse último representa idealmente a ordem capitalista e a interiorização de seus valores, juízos, formas de comportamento, transparecendo na imediatividade do cotidiano, apontando um choque entre a ideologia burguesa e os valores “democráticos”, onde a democracia representativa e as conquistas do movimento pela redemocratização foram minadas pelo domínio e pela opressão perpetuada pela autocracia burguesa nesse mesmo cotidiano (IASI, 2018), tendo no último período, ampliado esse recurso a partir da estratégia da blindagem (DEMIER, 2017), como vimos no primeiro capítulo, utilizando-se da violência objetiva e subjetiva para garantir sua dominação.

Esse aspecto faz com que uma política claramente contrária aos interesses dos trabalhadores encontre entre as massas as bases de sustentação passiva, mas por vezes ativa, que desequilibra a correlação de forças e sustenta a reação política. Isso implica

que a perspectiva “democrática” e, ainda mais a revolucionária, tenha que lutar não apenas contra seus inimigos de classe, mas contra significativos setores da classe trabalhadora e das massas populares capturadas pela ideologia dominante. (IASI, 2018, p. 147).

Ao incidir sobre a consciência da classe trabalhadora, através dos aparelhos privados de hegemonia, a ofensiva ideológica burguesa é realizada com sucesso, internalizando seus valores como consciência imediata nos sujeitos da classe trabalhadora. Como apontava Pasolini, sob o modo de produção capitalista, mesmo as bases da esquerda, que na Itália de seu tempo alcançava milhões, “a situação é a seguinte: um trabalhador vive *na sua consciência* a ideologia marxista e, conseqüentemente, entre outros valores seus, vive *na consciência* a ideia de ‘progresso’; ao passo que, concomitantemente, vive *na sua existência* a ideologia consumista” (1990, p. 64), processo que reforça a alienação e dificulta o salto no processo de consciência, muitas vezes reforçando as contradições e os sentimentos de infelicidade, angústia, medo, culpa, apontados pelo autor.

Segundo Martín-Baró (2017), uma das técnicas de tortura adotadas pela violência objetiva e pelo terrorismo estatal é o isolamento: uma pressão psicológica que faz a “pessoa sentir que está isolada, que seus familiares, amigos e companheiros abandonaram-na e que ninguém se preocupa com ela” (p. 278). Com a crise pandêmica, um dos elementos de ampliação do medo, para além do desemprego, da possibilidade da morte, foi o isolamento social, obviamente necessário, mas que abriu o caminho para o fortalecimento da estratégia burguesa de divulgação de suas ideologias, através dos televisores e da internet, uma vez que o medo é acompanhado dos sentimentos de insegurança, abandono, “impotência e de futilidade diante da luta que, aparentemente, não possui qualquer futuro ou sentido” (MÁRTIN-BARÓ, 2017, p. 279), o que dificulta a organização da classe trabalhadora, que tem assumido outras formas, no âmbito das redes sociais, pulverizada, ganhando cada vez mais a dimensão da riste no sentido freudiano, porém, sem profundidade, muitas vezes com análises que não conseguem se converter em críticas, uma vez que falta conhecimento, análises de conjuntura densas e alcance à essência dos fenômenos.

Para Martín-Baró (2017, p. 281) “a guerra psicológica propicia a despolitização intencional das pessoas”. Logo, para o autor, a baixa organização da classe trabalhadora no continente latino-americano não se relaciona necessariamente a um processo de apassivamento (nos termos gramscianos), mas de uma formação socio-histórica marcada pela violência e pelo medo, que leva à inibição forçada das opções político-sociais dos povos latino-americanos. Para nós, entendemos como uma combinação das duas análises, há sim o elemento do apassivamento como estratégia burguesa, e há a determinação de nossa formação socio-histórica que não pode

ser olvidada. Na particularidade latino-americana, segundo o autor (MÁRTIN-BARÓ, 2017, p. 281): “[...] A construção de um mundo orwelliano não deixa de afetar a consciência coletiva e o horizonte histórico dos povos.”

No caso da guerra psicológica, como abordamos no tópico anterior, “a própria realidade cotidiana é negada e redefinida pela propaganda oficial” (MÁRTIN-BARÓ, 2017, p. 279). Ou seja, na vida cotidiana ocorre uma manipulação da violência e do medo, como vimos afirmando, de forma a garantir a dominação de classe da burguesia, seus interesses e sua supremacia (IASI, 2018). No caso brasileiro

[...]se destacam as instituições religiosas, notadamente a rede de igrejas evangélicas, os meios de comunicação de massa, a persistência de formas de família e comportamentos morais, assim como o papel de uma rede de instituições com grande poder econômico e enraizamento social como ONGs, fundações etc. Apenas afirmamos que essa rede de aparatos opera sobre uma base que lhes favorece, uma vez que interpelam valores na consciência imediata que encontram eco na correspondência da substância das relações das quais se originam. (IASI, 2018, p. 147-148).

No contexto de acirramento da luta de classes que segue a esteira dos anos 2010, tais aparelhos privados de hegemonia foram fundamentais para constituir uma fragmentação política, que desde junho de 2013 aparece com mais evidência e vai ganhando espaço. Com a pandemia, o isolamento social impôs novas formas de resistência, fosse a partir de manifestações por redes sociais, painéis contra Jair Bolsonaro, ou mesmo ações de solidariedade e de educação para prevenção da contaminação pelo vírus no seio da nossa classe.

Esse confinamento da dissidência impôs dificuldades à luta contra o neofascismo e o ultraneoliberalismo, pelas liberdades democráticas, pelos direitos sociais e humanos, pela vida. Mas, ainda assim, diante da intensidade e ferocidade das manifestações fascistas, a resistência se levantou e foi possível fazer intervenções públicas, seja das janelas, seja nas ruas e praças, a exemplo das manifestações de enfermeiras(os), assistentes sociais e médicos/as residentes na frente do Palácio do Planalto, além das manifestações das torcidas antifascistas em várias capitais, mesmo sob hostilidades bolsonaristas. (BEHRING, 2021, p. 242-243).

Dados os limites postos no processo de construção dessa tese, como já especificados em sua Introdução, não nos debruçaremos sobre o conjunto de aparelhos privados de hegemonia existentes ou sua atuação no marco temporal escolhido: do Golpe de 2016 até o fim do governo Bolsonaro. Buscaremos pontuar alguns processos que identificamos como ataques da burguesia no âmbito dessa ofensiva ideológica a partir de certos aparelhos privados de hegemonia, mas daremos foco às igrejas evangélicas adeptas da Teologia da Prosperidade.

3 AS EXPRESSÕES CONCRETAS DA OFENSIVA IDEOLÓGICA

“Assim nasce o conservador

[...] De todo medo

“Agora não, ainda é cedo”,
de todo gesto invertido para dentro,
de toda palavra que morre na boca.

Do obscurantismo, de todo preconceito,
de tudo que te cega, de tudo que te cala,
de tudo que lhe tolhe, de tudo que recolhes,
de tudo que abdicas, de tudo que te falta.

Um beijo o assusta,
um abraço o enfurece,
a dúvida o enlouquece,
a razão se esvanece no vácuo.

[...] Assim nasce o conservador.
Ele teme tudo que é novo e se move.
É um ser frágil, arrogante, assustado...
e violento.”
(Mauro Iasi, agosto de 2015).

Leila Escorsim Netto (2011) aponta que desde a década de 1980 se observou uma viragem na produção intelectual e no “imaginário sociopolítico da intelectualidade (especial, mas não exclusivamente acadêmica)” (p. 15), relacionada à viragem no próprio modo de produção capitalista, que impôs a saída da crise a partir do neoliberalismo, estabelecendo não somente um novo padrão de reprodução do capital, como uma cultura, embebida da pós-modernidade em suas diversas matizes. Desde então, observa-se um movimento de desqualificação das experiências socialistas e de seus projetos de transformação societária apresentados por partidos, movimentos sociais, sindicatos etc. (ESCORSIM NETTO, 2011).

[...] A característica mais imediata do conservadorismo contemporâneo, [...] consiste em que ele não se apresenta como conservadorismo e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e seus conteúdo conservadores. Isso é de uma visibilidade gritante, se se compara um intelectual da estatura de Durkheim com um sociólogo do nível de um Giddens: a honestidade subjetiva de Durkheim leva-o a assumir-se abertamente um conservador; o respeitado acadêmico que assessorou Tony Blair “ressignifica” o termo, trata os socialistas como “conservadores” – e, naturalmente, oferece como não-conservadora a requeitada receita da “terceira via”, que nada mais é que uma social-democracia desfribada e tardia “para além da direita e da esquerda”. (idem, p. 16-17).

A citação acima retrata a forma como o conservadorismo se expressa no tempo presente: tanto se enraíza a partir de vertentes do pensamento pós-moderno como aponta uma direção política, que, no exemplo acima, aponta uma “terceira via”, argumento utilizado nas eleições

presidenciais no Brasil, no contexto de efervescência política pós-junho de 2013, em que diversas candidaturas apresentavam essa proposta⁶³.

Segundo Leila Escorsim (2011), reproduzindo Cueva, vivemos *tempos conservadores*. Tempos que acompanham o movimento da “ofensiva neoliberal”, em que uma onda conservadora se constituiu ainda nos anos 1970 e vem tomando corpo e conteúdo em todo o mundo, “para as sociedades civis dos Estados ocidentais, com as incontornáveis implicações nestes mesmos Estados” (idem, p. 16). Ainda assim, o conservadorismo possui uma constituição histórica e passa por transformações no movimento da sociedade burguesa: “o pensamento conservador é uma expressão cultural (obviamente complexa e diferenciada, como veremos) particular de um tempo e um espaço socio-histórico muito precisos: *o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa*” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 40-41).

Entendendo o conservadorismo como próprio à sociedade burguesa, podemos recuperar seu processo de surgimento, que se relaciona diretamente ao processo de transição e consolidação do modo de produção capitalista na Europa Ocidental entre os séculos XIV e XVI, que forma um caldo cultural contrapondo-se à cultura feudal (idem). A burguesia comercial, constituída enquanto classe social, terá sua própria intelectualidade, que formulará teorias, ciências e farão descobertas, que acompanharão o movimento do real, as transformações entre a base e superestrutura, buscando compreender o modo de funcionamento da sociedade que nascia. Com a crise do Antigo Regime, as formulações da teoria política liberal, da economia política (clássica) e do jusnaturalismo moderno não somente analisavam a sociedade em transformação, como se apresentavam como “arma ideológica” do projeto revolucionário burguês contra o Estado Absolutista (NETTO; BRAZ, 2011).

Diversos foram os fatores que levaram à queda do feudalismo: as crises sociais que decorreram de períodos de estiagem, pandemias, e disseminação da fome pelo continente; o advento das “grandes navegações”, que geraram um processo de acumulação de capital extraordinário à burguesia comercial; a diminuição da manufatura e da produção artesanal e o aumento exponencial da produção industrial, fortalecendo a burguesia industrial; a disseminação da cultura Ilustrada, etc. A Revolução Industrial “*é o processo pelo qual a burguesia opera a conquista da sua hegemonia econômica e social ainda nos quadros da sociedade feudal*” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 42). Hegemonia econômica e social.

A cultura ilustrada condensa um projeto de emancipação humana que foi conduzido pela burguesia revolucionária, resumido na célebre consigna *liberdade, igualdade e fraternidade*. Entretanto, a emancipação possível sob o regime burguês, que se

⁶³ Basta lembrarmos da candidatura de Eduardo Campos e Marina Silva. Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/05/politica/1412467126_269132.html.

consolida nos principais países da Europa Ocidental na primeira metade do século XIX, não é a *emancipação humana*, mas somente a *emancipação política*. Com efeito, o regime burguês emancipou os homens das relações de dependência pessoal, vigentes na feudalidade; mas a liberdade política, ela mesma essencial, esbarrou sempre num limite absoluto, que é próprio do regime burguês: nele, a igualdade *jurídica* (*todos são iguais perante a lei*) nunca pode se traduzir em igualdade *econômico-social* – e, sem esta, a emancipação *humana* é impossível. (idem, p. 19).

Sem dúvidas, como indica Escorsim Netto (2011), “o processo geral da revolução burguesa, que decorre aproximadamente, no Ocidente, entre os séculos XVI e XVIII”. Segundo a autora, as *revoluções políticas* da Inglaterra (1688) e da França (1789) marcam a destruição do Estado feudal e molda o Estado burguês. E é nesse momento histórico, de consolidação da hegemonia econômico-social e da hegemonia política que se “assiste ao surgimento do pensamento conservador”, tendo como obra teórica fundante o livro “*Reflexões sobre a Revolução na França e sobre o comportamento de certas comunidades em Londres com relação a esse comportamento*”, de Burke, irlandês que foi parlamentar na Câmara dos Comuns (1766-1794) e era chamado por Marx de “execrável embusteiro político” e “um burguês ordinário” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 44). Segundo a autora: “[...] o que Burke repudia vigorosamente não é o desenvolvimento capitalista como tal, mas: 1º a forma da ação política e 2º a destruição de instituições sociais consagradas pela tradição. A forma da ação política repudiada por Burke é a da *revolução burguesa que mobiliza massas*” (idem, p. 44-45).

A revolução é feita pelas massas, não por uma classe social. A burguesia era a classe revolucionária por portar um projeto revolucionário de emancipação humana, ainda assim, ao alcançar o poder, a burguesia criará barreiras à sua realização, com o respaldo do poder hegemônico constituído, de forma a abandonar o projeto que ganha as massas. O que queremos dizer? Ao alcançar o poder, a burguesia abandona o projeto de emancipação humana e adota um projeto *conservador*, de conservação de seu poder, apoiando-se tanto na hegemonia econômica e na hegemonia política conquistada, que buscará imprimir uma série de legislações e regulações estatais à segurança das relações de propriedade e relações sociais de produção capitalistas, quanto se apoiará em toda a cultura formulada e hegemônica, que aponta o *racionalismo*, a *autonomia individual*, o *humanismo*, o *historicismo*, a *secularização*, a *dessacralização do mundo*, a *valorização da experiência controlável e universalizante* etc (ibidem, p. 43). O projeto de emancipação humana é assumido pelo proletariado, classe que agora se apresenta como revolucionária, capaz de dirigir as massas.

No plano das ideias, 1848 assinala uma inflexão de significado histórico-universal: a burguesia abandona os principais valores da cultura ilustrada e ingressa no ciclo da sua *decadência ideológica*, caracterizado por sua incapacidade de classe para propor alternativas emancipadoras; a herança ilustrada passa às mãos do proletariado, que se situa, então, como sujeito revolucionário. (NETTO; BRAZ, 2011, p. 23).

Leila Escorsim aponta que entre 1830 e 1848 ocorre um processo de refuncionalização da cultura, em que “No lugar da pesquisa desinteressada, entrou a espadacharia mercenária, no lugar da pesquisa científica imparcial, entrou a má consciência e a má intenção apologética” (MARX, 1983, p. 17 apud ESCORSIM NETTO, 2011, p. 48). O pensamento conservador, torna-se contrarrevolucionário, ou seja, busca a manutenção da ordem burguesa, já que passa a expressar o repúdio a qualquer revolução: “converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 49). Autores como Durkheim e Weber surgirão como proeminentes defensores de uma nova ciência que ampare o conservadorismo, ainda que defendam pequenas reformas sociais, mas essas se colocam apenas como forma de resguardar a “harmonia” social e a manutenção da forma de organização social sob o capitalismo.

A partir da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Bolchevique, o pensamento conservador – em novas interações e novas interlocuções com as vertentes ideoculturais e políticas concorrentes, e respondendo às conjunturas histórico-sociais – vai se desenvolver diferencialmente. Uma de suas características centrais, visível especialmente na sua filosofia social, é a perda daquela perspectiva otimista: a obra de Spengler, refletindo o novo ceticismo conservador, representa, ao mesmo tempo, “o prelúdio real e direto da filosofia do fascismo” (Lukács, 1968, p. 373). Vale dizer: um dos caminhos da evolução do conservadorismo, passado o seu período clássico, é associar-se ao reacionarismo moderno; o otimismo perdido é substituído pelo desespero – a *angústia* (inteiramente desconhecida pelos conservadores clássicos) favorece a sua vinculação às *filosofias da vida* tão funcionais (como o prova a trajetória de Heidegger) ao fascismo. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 56-57).

O pensamento conservador presente nos países capitalistas, tanto do centro, quanto da periferia hoje, é diferente daquele conservadorismo clássico apontado a partir do estudo de Leila Escorsim Netto (2011), mas não tanto. Desde a crise dos subprimes de 2008, como aqui delineado, observa-se elementos de um conservadorismo e de um ultraconservadorismo que ganha espaço na mídia, no ensino, nas igrejas – as quais teremos como recorte nesse estudo, em resumo, por aquilo que Gramsci chamou de aparelhos privados de hegemonia.

O conservadorismo e o neoconservadorismo de hoje apresentam um conteúdo reacionário que flerta com ideais neofascistas (MOTA; RODRIGUES, 2020), e utilizam de forma velada o “terrorismo econômico” para justificar seu ódio a tudo que corresponde ao outro: os “comunistas” que pedem mais recursos do orçamento público para a implementação de direitos e políticas sociais, as religiões de matrizes não eurocêtricas e todas as pessoas que criticam a mercadorização da fé e não laicização do Estado, as populações não-brancas, periféricas, tradicionais e LGBTQIAPN+ que reivindicam direitos, afetando a estabilidade social etc.

[...] o conservadorismo avançou em termos políticos, adensou-se ideologicamente, expressa-se no cotidiano e nas instituições, avança sobre a produção de conhecimento, demarca posições na batalha das ideias, confere conteúdo a decisões da política econômica dos estados capitalistas e entrelaça-se com outras matrizes como o

liberalismo e o pragmatismo. No debate filosófico, tenta se passar como se fosse uma “forma de ser” própria de sujeitos “prudentes” (KIRK, 2014) e preocupados com a “manutenção da ordem”. Essas características denotam a ampliação e o aprofundamento da influência conservadora sobre o conjunto da sociedade [...]. (ANUNCIACÃO DE SOUZA, 2018, p. 38-39 apud MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 203).

O conservadorismo é expressão dessa ofensiva ideológica burguesa que compõe a cultura da crise e possui uma funcionalidade própria à dinâmica do capitalismo contemporâneo. Não se trata de afirmar que seja algo planejado por intelectuais burgueses em suas conferências, clubes e reuniões, mas que ideologia e a produção material da vida compõem uma totalidade, estrutura e superestrutura, que não podem ser dissociadas, examinadas separadamente, a não ser como abstração, recurso pedagógico, ou perde-se o método, reproduzindo determinismos e mesmo um dogmatismo para um lado ou outro. Assim, concordamos com Mota e Rodrigues, quando afirmam que:

Elucidar a funcionalidade desse conservadorismo na dinâmica do capitalismo contemporâneo requer analisar os fios que ligam seus elementos internos estruturantes (seus componentes ideológicos centrais) aos antagonismos das classes fundamentais, em disputa num cenário de aprofundamento da crise estrutural do capital, mediado, ainda, pelas injunções econômicas e políticas particulares de cada formação social. [...] Note-se que o neoconservadorismo não se apresenta como um sistema coerente de ideias, mas como um compósito ideológico constituído por doutrinas muito diversas e, até mesmo, colidentes entre si, tais como o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e um anticomunismo reciclado. (2020, p. 203).

Cada vez mais a disseminação e o enraizamento do pensamento conservador no cotidiano da classe trabalhadora amplia a alienação e a fragilização do processo de formação da consciência de classe, de se reconhecer enquanto classe, a partir do avanço do individualismo que acompanha a glorificação do mercado, da propriedade privada e da família, nos discursos presentes em pregações nas igrejas, nos programas de rádio e *podcasts* voltados ao público jovem, nos enredos de programas de TV, no discurso liberal disseminado pelos *think tanks* e suas mídias, mas que – como procuramos demonstrar – tem suas origens no processo de consolidação da figura do cidadão-consumidor, construída como estratégia burguesa para a reprodução do capital (MOTA, 2015). Figura que guarda não somente a ideologia e a cultura da ostentação, mas que traz à tona a necessidade constante do capital de produção de mercadorias e garantia de seu consumo como forma de garantir a reprodução de capital. Cada vez mais o fetiche da mercadoria analisado por Marx ganha sentido para além de seu exercício de abstração, ganha significado na realidade concreta de nossas vidas.

Nesse sentido, valores como enriquecimento, empreendedorismo, meritocracia, família (herança) e propriedade privada ganham um cunho moral e político pautado no chamado ultraneoliberalismo, ainda que subjacente, e as conquistas daqueles movimentos democratizantes da década de 1970-1980 no Brasil passam a ser demonizados. Com a retirada

de direitos a partir das (contra)reformas, do ajuste fiscal permanente, da desindustrialização e constante financeirização das políticas sociais, temos que

Esse cenário sombrio é a mais clara reversão de uma expectativa estruturante do ciclo que se encerrou. Aceitou-se como premissa a tese essencial de Marshall (1967), segundo a qual a dinâmica do direito seria cumulativa e progressiva de forma que o acesso efetivo aos direitos civis e políticos levaria à conquista de direitos sociais pelo aperfeiçoamento dos marcos institucionais do Estado nessa direção. O cenário descrito por nós, tendo por base a crise do capital e o momento mundial da civilização capitalista, leva não a um aprimoramento do direito, mas a uma reversão mesmo no sentido dos direitos civis mais elementares como mostram didaticamente os termos do Patriotic act nos EUA depois dos ataques de 2001, as leis anti-imigração na comunidade europeia, a tolerância do direito internacional contra violações explícitas de seus fundamentos nos conflitos na Líbia e Síria, para não falar da barbárie do Estado Sionista de Israel contra a Palestina. O mesmo pode ser dito da complacência bovina com a qual a estrutura judiciária brasileira vê os termos da Reforma Trabalhista, a chacina diária das diferentes políticas de segurança pública, transformadas em máquinas de extermínio de jovens negros e de matéria-prima para o encarceramento contra todos os dispositivos previstos na legislação específica, como a Lei de Execuções Penais, a Constituição Federal e os tratados que definem o respeito aos Direitos Humanos. (IASI, 2018, p. 150-151).

A citação revela a retirada e a reversão de direitos e evidencia o desmonte e a captura do Estado (a partir do fundo público) pela burguesia. Exemplo desse desmonte está, como vimos, no processo de (contra)Reforma da Previdência, em que a própria Confederação Nacional das Indústrias (CNI), junto a outros aparelhos privados de hegemonia, investiu em uma campanha publicitária para convencer milhares de cidadãos de que seus direitos na verdade eram privilégios, de que era preciso a aprovação dessa contrarreforma para acabar com tais privilégios.

Composta por cartaz, selo, material para compartilhamento nas redes sociais, cartilha e tira-dúvidas, a campanha esclarece e mostra à população a importância das mudanças nas regras da aposentadoria. Além da CNI, **apoiam a mobilização as confederações empresariais** da agricultura (CNA), dos transportes (CNT), do comércio (CNC), **das instituições financeiras (CNF), das seguradoras e de previdência privada (CNSeg)** e das cooperativas (CNCoop) e outras entidades. [...] A campanha acrescenta que **a reforma "é justamente contra os privilégios e a favor da igualdade"**. Lembra, ainda, que para pagar os benefícios de poucos privilegiados, a população perde investimentos em saúde, educação e segurança. "Só com o rombo de um ano, daria para pagar mais de 10 anos de Bolsa Família, por exemplo", informa. (FIEC, 2017)⁶⁴.

A CNI tratava servidores públicos, pensionistas e professores como privilegiados, buscando defender a retirada de diversos direitos a partir do mecanismo da contrarreforma, alegando que isso garantiria “equilíbrio das contas públicas” e “sustentabilidade econômica” para os empregadores. Além disso, a CNI também defende a campanha de redução e/ou extinção do FGTS e a contratação de funcionários em empresas privadas via MEI, não mais via

⁶⁴ Fonte: <https://www1.sfipec.org.br/sites/numa/?st=noticia&id=112191>.

CLT, reduzindo ainda mais direitos trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora e ampliando o tempo de trabalho excedente, consequentemente, a taxa de mais-valia e a taxa de exploração (NETTO; BRAZ, 2011). Dessa forma, concorda-se com Mota e Rodrigues ao afirmarem que o conservadorismo traz

Sua pauta comportamental retrógrada, sob o argumento da defesa da família tradicional, monogâmica e cristã, contra a homossexualidade e os direitos da mulher e dos negros, se integra perfeitamente à pauta econômico-social brutalmente regressiva, através de contrarreformas do Estado, do ajuste fiscal e de medidas que requerem o recrudescimento da coerção, do silenciamento das divergências e o retrocesso no conjunto das práticas sociais. Essencialmente antimoderno no conteúdo, mas moderno na forma, esse novo conservadorismo de tipo reacionário faz uso de ferramentas e estratégias *high techs* e de inovações tecnológicas, como a utilização intensa das redes sociais e robôs. Essas novas dinâmicas digitais surgem como meio de ampliação de sua capilaridade social e da defesa de ideias retrógradas, através de um discurso sintonizado com as premissas neoliberais de desregulamentação, privatização, mercantilização e apelo ao empreendedorismo. (2020, p. 203-204).

O uso de tecnologia se expandiu no contexto de desenvolvimento informacional, apropriando-se dela como ferramenta disseminadora *da ideologia conservadora*. Ao invés de através de um partido político formal e único, os aparelhos privados de hegemonia que carregam em sua essência os ideais conservadores arregimentam seus seguidores através de redes sociais não regulamentadas e que espalham e promovem seus discursos.

A propagação de *fake news*, por exemplo, a disseminação de vídeos com discursos de ódio e alienantes, livros superficiais e cursos de qualidade duvidosa são oferecidos por *think tanks* como Instituto Millenium⁶⁵, dentre tantos outros, são parte do investimento dessa burguesia conservadora, que opera através das chamadas *big techs* não regulamentadas e de outros mecanismos, buscando enraizar suas ideologias e promover suas estratégias político econômicas de superação da crise.

Assim, as práticas e ideologias do núcleo central desse conservadorismo reacionário filo-fascista **são reveladoras da ofensividade ideopolítica das classes dominantes, qualificando-se como as principais estratégias de enfrentamento da crise econômica e política que se espalha no país – e isso se dá por meio da implantação de um programa autoritário e antipopular, condizente com os interesses do capital financeiro e rentista.** (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 204, grifo nosso).

O conservadorismo penetra o cotidiano das classes subalternas, a partir dos aparelhos privados de hegemonia, ganhando fôlego e expressão no senso comum, “pois concentra esforços no sentido de dar vazão ao ressentimento generalizado entre as frações menores da pequena burguesia, dos trabalhadores e do lumpemproletariado, por meio da indicação abstrata de razões para a crise e as dificuldades práticas do cotidiano” (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 205). Segundo as autoras, o reacionarismo constante no pensamento conservador vigente na

⁶⁵ Não nos debruçaremos sobre o tema em si, mas indicamos as pesquisas do Grupo de Pesquisa História e Poder, coordenado pelo professor Gilberto Calil, na Unioeste.

sociedade brasileira contemporânea possui um matiz neofascista que “compõe uma nova etapa da hegemonia burguesa no país, incluindo novos elementos à cultura da crise” (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 205). Assim, acreditamos que o medo seja um desses elementos (que sempre esteve presente, mas que hoje é radicalizado pela perspectiva do “terrorismo econômico” operado pelo Estado e disseminado pelos aparelhos privados de hegemonia), por fazer parte da própria natureza, mas que possui uma dimensão social que é determinada pela reprodução das relações sociais de produção capitalistas.

Ocorre a adesão de parcelas das classes subalternas, a partir da ofensiva ideológica burguesa, ao conservadorismo e ao neofascismo, à agenda político-moral e econômica da direita, que se utiliza de diversos mecanismos para expropriar direitos e avançar sobre o orçamento público, como o hiperindividualismo, o ultraneoliberalismo e o fundamentalismo religioso (MOTA; RODRIGUES, 2020), sobre o qual nos debruçaremos mais a seguir.

Para as autoras, essa cultura autoritária, antissocial, antimoderna e com características neofascistas surge do processo de rompimento do pacto da conciliação de classes construído durante os governos petistas, que encontrou seu limite no contexto de crise do capital e de suas repercussões para a burguesia em solo brasileiro, que culminou com o golpe de 2016 articulado por diversas frações da burguesia e do aparato estatal, que apontavam um inimigo em comum: a esquerda política (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 204). Dessa forma, a burguesia, organizada politicamente e através de seus aparelhos privados de hegemonia, busca operar a revolução passiva na dinâmica de avanço da precarização e uberização do mundo do trabalho, acirrando a crise da organização sindical e partidária de trabalhadores/as.

A partir da operacionalização de toda essa ofensiva, forma-se um novo perfil de jovens operários/as e trabalhadores/as⁶⁶ “no rastro da destruição dos empregos, do trabalho protegido, das terceirizações, da uberização do trabalho individual e por conta própria, após 30 anos de investidas neoliberais.” (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 205). Mesmo em um perfil empobrecido, endividado, sem perspectivas de um futuro com acesso à seguridade social pública, gratuita e de qualidade, amplas frações jovens de nossa classe trabalhadora compraram

⁶⁶ “[...] contando os trabalhadores formalizados, o rendimento médio mensal real domiciliar per capita em 2021 foi de R\$ 1.353, o menor valor da série histórica da PNAD Contínua, iniciada em 2012. [...] a taxa de informalidade ficou em 40,1% da população ocupada do país, ou 38,7 milhões de trabalhadores informais. [...] O perfil do trabalhador informal brasileiro de subsistência é bem definido: homem, jovem, preto e de baixa escolaridade. Cerca de 75% têm o ensino fundamental incompleto ou inferior. Na faixa etária de 14 a 17 anos, o grupo representa mais de 80% e nas idades de 18 a 24 anos, os informais de subsistência são 64% do total. Na análise por regiões, a presença desse grupo é especialmente expressiva nas regiões Norte (49%) e Nordeste (45,5%). A maioria deles trabalha com serviços ligados a comércio, reparação de veículos e construção.” (CNN, 2022). Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/60-dos-trabalhadores-informais-no-brasil-fazem-bicos-para-sobreviver/>.

o discurso da direita e do conservadorismo, levando parte dos votos na disputa eleitoral de 2018 ou mesmo afastando-os da cena eleitoral, a partir de altos índices de abstenção.

Surge, portanto, numa conjuntura que reverbera os efeitos da crise do subprime de 2008 e põe fim à bonança dos preços das commodities e do petróleo, às elevadas taxas de lucro, ao estímulo do crescimento econômico e à arrecadação do governo federal para implementar políticas sociais, de forma que já não era mais possível garantir os “[...] lucros das empresas nem o consentimento dos subalternos” (BRAGA, 2016, p. 59). E se fortalece com o apelo à anticorrupção, ao fundamentalismo religioso e contra uma suposta saga comunista, fatores decisivos para a vitória eleitoral do candidato da extrema direita, Jair Messias Bolsonaro, para presidência em 2018. Bolsonaro chegou ao Planalto como um desdobramento imprevisto do golpe. A eclética aliança que se estabeleceu entre as diversas frações das classes dominantes para criminalizar o PT e a esquerda e realizar o impeachment de Dilma não tinha por objetivo levar o candidato da extrema direita ao poder. A vitória eleitoral do ex-capitão foi antes – como sinalizou Miguel (2019) – o que se mostrou possível diante do enfraquecimento da direita tradicional quando as farsescas operações anticorrupção da Lava Jato demonizaram a política. (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 205).

Se naquele momento histórico, Bolsonaro parecia ser a melhor alternativa eleitoral para algumas frações da burguesia, na sequência, o que vimos foi um tensionamento. Com a entrada de Paulo Guedes, representante do capital financeiro no Ministério da Economia, uma agenda econômica proposta e construída desde o golpe foi operacionalizada de forma draconiana, o que na prática levou a uma série de regressões sociais e econômicas para a classe trabalhadora, aliadas a um reacionarismo neofascista que funciona como uma arma (MOTA; RODRIGUES, 2020) numa guerra psicológica (MÁRTIN-BARÓ, 2017) contra a classe trabalhadora e a esquerda política, que garante legitimidade à remoção dos obstáculos à expansão do capital, a partir da imposição de um “terrorismo econômico” (PAULANI, 2016) que traz o medo do desemprego, da insegurança alimentar, da baixa condição de garantir as necessidades sociais no futuro imediato e na velhice, da morte violenta, dentre tantos outros *medos* vivenciados pela nossa classe.

Assim é possível dizer que, frente à crise do capital, à hipertrofia do capital financeiro e à ofensiva ultraconservadora e ultraneoliberal, as classes dominantes – nacional e internacionalmente – promoveram as condições materiais e subjetivas para a passivização das classes subalternas aos seus interesses materiais e políticos. E o fizeram (e fazem) na tentativa de exercer sua dominação direta, malgrado a resistência de importantes setores da esquerda. Além de classe dominante, a burguesia investe em tornar-se de classe dirigente (sob o signo do seu projeto) e, para isso, precisa formar consensos ativos e passivos junto às classes subalternas, ao tempo em que arregimenta meios institucionais e materiais de coerção. Consoante com a histórica ofensiva antirreformista e autoritária da burguesia brasileira, as classes trabalhadoras devem assimilar como seus os costumes e as ideias propagandeadas pelos aparelhos privados de hegemonia da direita. (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 205).

Daí a importância de nos debruçarmos sobre o estudo dos aparelhos privados de hegemonia da burguesia na conjuntura atual, que operacionalizam uma ofensiva ideológica na cotidianidade. Suas ofensivas ganham legitimidade moral em amplos setores da sociedade a

partir da disseminação de suas ideias ultraconservadoras, ultraneoliberais e mesmo neofascistas.

Segundo as autoras, em países periféricos como no Brasil, cuja história democrática é permeada por golpes e pela violência da autocracia burguesa, pela inexistência da experiência de um Estado de Bem-Estar Social, sem “sobras” de recursos voltados para políticas de bem-estar para cortar, o avanço do ultraneoliberalismo vem casado à disseminação do conservadorismo reacionário, antidemocrático, intolerante, que não podem ser dissociados, servindo um de mediação ao outro, “como forma de legitimar uma radical supressão dos direitos trabalhistas e dos pilares de proteção social previstos na Constituição de 1988.” (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 205).

A partir do “terrorismo econômico” e do medo do desemprego, justifica-se a contrarreforma trabalhista, que desregulamenta direitos e flexibiliza a legislação do trabalho; a partir do discurso contra o funcionalismo público – constantemente acusado de corrupto, lento, incompetente etc. – justifica-se a contrarreforma administrativa, o desmonte de políticas sociais, as privatizações; a partir do discurso de possível falência do Estado, do desequilíbrio das contas públicas, se justifica a contrarreforma da previdência social; etc. Assim, concordamos com Mota e Rodrigues (2020, p. 205), quando as autoras afirmam que:

Para isso, precisam contrarreformar o Estado, alquebrar as ideologias do trabalho, as conquistas libertárias e os embriões de emancipação humana, ressignificando seus conteúdos em prol de outra direção política e moral, como é o caso do combate à corrupção, da fetichização do judiciário, da cristianização e militarização do poder e da redução do Estado, entre outros. Ademais, os retrocessos econômicos, sociais e políticos processados no país desde o golpe de 2016 até a constituição de um governo autoritário e antipopular, encabeçado pela extrema direita (ou por uma nova direita), em 2018, expressam também o esgotamento das potencialidades civilizatória do capitalismo no tardo-capitalismo (NETTO, 2017).

No contexto de ascensão do conservadorismo e do neofascismo na sociedade brasileira é importante contextualizar o poder que a fetichização do judiciário teve, como um dos protagonistas do golpe. A mídia construiu uma credibilidade no senso comum sobre o sistema judicial, como se este fosse imparcial e imune a corrupções. A militância judiciária da 4º Vara do Tribunal de Justiça, no Paraná, reduziu o debate político e realizou uma operação de despolitização da sociedade, muito mais semelhante à investigação judicial realizada em 1918 pela República de Weimar, do que de fato à Operação Mãos Limpas italiana (IBRAHIM, 2021). Os julgamentos de Weimar eram extremamente severos com pessoas de esquerda e lenientes com pessoas de direita, o que fortaleceu o projeto nazista (ainda embrionário).

No Brasil, a militância política do judiciário envolvido na Operação Lava Jato era medíocre em termos intelectuais: Sérgio Moro, por exemplo, além da falta de domínio da língua

portuguesa, só conseguiu os louros da operação devido a atuação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, cujo propósito estava em quebrar a economia brasileira e empresas que competiam com companhias estadunidenses, em um projeto amplo, de ataque aos países que compõem o BRICS (IBRAHIM, 2021).

A Operação Lava Jato descredibilizou não apenas o PT, mas toda a esquerda, que recebeu a pecha de corrupta, o que contribuiu para o projeto bolsonarista, que apoiou amplamente a Operação e seus julgamentos políticos, olvidando de empresários e técnicos, sempre com a ilusão moralista. Para Michel Löwy,

[...] enquanto entre a direita europeia o tema da corrupção existe, mas em posição marginal, no Brasil a velha tradição conservadora de invocar o poder das oligarquias ou legitimar golpes foi decisiva para a vitória de Bolsonaro, que foi bem-sucedido em identificar o PT como o “principal responsável pela corrupção”; o “ódio à esquerda, ou à centro-esquerda”, extemporâneo em relação à Guerra Fria, e tão presente no bolsonarismo, é secundário na extrema-direita europeia ocidental, embora tenha peso no Leste Europeu; a adesão de Bolsonaro a um programa ultraliberal e o alinhamento ao imperialismo estadunidense são distintos da ênfase crítica à globalização neoliberal por parte da extrema-direita europeia; por fim, o papel da religião é limitado na força política da extrema-direita europeia, enquanto no Brasil, “as Igrejas neopentecostais, com seu discurso homofóbico e antifeminista ultrarreacionário, tiveram um papel essencial na vitória de Bolsonaro” (apud MATTOS, 2020, p. 95).

No Brasil, o conservadorismo no tempo presente é acompanhado do neofascismo, daí porque nos debruçamos sobre esse debate controverso a partir da contribuição de Marcelo Badaró Mattos. Em seu livro *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*, o autor lembra que no Brasil, o fascismo foi representado pela Ação Integralista Brasileira (AIB) (MATTOS, 2020), que apontavam como seu principal inimigo o Partido Comunista Brasileiro, perseguindo seus militantes e divulgando uma propaganda anticomunista e baseada em três pilares: Deus, Pátria e Família.

Os integralistas, apesar de ilegalizados pelo Estado Novo varguista, não desapareceram com a redemocratização de 1945. Pelo contrário, Plínio Salgado e seus seguidores fundaram um partido (Partido de Representação Popular – PRP) e participaram de todo o processo político entre 1945 e 1965, contribuindo, como analisou Gilberto Calil, para a “manutenção da dominação burguesa” naquele período. Na análise do movimento integralista e de seu partido, Calil evidencia seu papel “no enfrentamento, contenção e denúncia dos ‘comunistas’; na afirmação de uma concepção excludente de ‘democracia’; na defesa incondicional da propriedade privada” e na atuação nos diversos espaços institucionais a partir de um projeto de “graduais reformas regressivas, em consonância com a ordem dominante”. Os integralistas, que se localizaram bem nos espaços abertos pela ditadura instaurada em 1964, não desapareceram totalmente após a redemocratização dos anos 1980, mas assumiram um caráter minoritário e quase clandestino. (p. 87-88)

Importante observar, a partir da citação, que os integralistas, não foram erradicados, mas mantiveram-se participando da cena política, ainda que de maneira tímida e sem ferir a constitucionalidade. Muitos dos princípios e valores integralistas se entrecruzam aos conservadores e estão presentes no próprio discurso de Jair Bolsonaro e sua corja. Mattos

apresenta a perspectiva de Loff, que afirma que Bolsonaro é sim neofascista, mas o neofascismo não foi uma característica de seu governo ou do regime político brasileiro recente, ainda que vivenciemos uma dinâmica de transição para o autoritarismo”, “que pode ou não reunir todas as características clássicas do fascismo”. (MATTOS, 2020, p. 89). Borón compartilha da mesma análise, segundo Mattos (2020):

Entre as características que demarcam a especificidade da “era do fascismo”, estariam: “um bloco de poder hegemonizado por burguesias nacionais” enfrentando-se contra a ameaça da revolução proletária e em disputas nos marcos da expansão imperialista, que desaguaram na Segunda Guerra (enquanto hoje, as burguesias nacionais estariam mortas, submetidas a uma burguesia multinacional); “os regimes fascistas foram radicalmente estatistas” e antiliberais (enquanto o governo Bolsonaro seria radicalmente neoliberal em suas políticas econômicas); “os fascismos europeus foram regimes de organização e mobilização de massas, especialmente de camadas médias” (enquanto Bolsonaro aprofundaria a desmobilização e a atomização social); e, por fim, os regimes fascistas seriam “raivosamente nacionalistas” (enquanto o bolsonarismo seria totalmente subserviente ao imperialismo estadunidense, representando um projeto de recolonização do país). (p. 91)

Para Borón, o governo Bolsonaro foi um regime que se aproximava às sanguinárias ditaduras militares vivenciadas na América Latina do século XX, mas não era fascista. Utilizava o medo como mecanismo de manipulação, bem como a desinformação, o discurso do ultranacionalismo, mas realizava a prática subserviente aos Estados Unidos, na figura de seu aliado Donald Trump (MATTOS, 2020).

O neofascismo brasileiro possui características bastante diferentes do fascismo italiano, até pelas nossas particularidades sociohistóricas, como a violência da autocracia burguesa e o peso do racismo. No movimento neofascista brasileiro, a esquerda é apresentada como inimigo a ser destruído, se invoca um “culto à violência”, se toma o irracionalismo como elemento ideológico valorativo, constrói-se um nacionalismo de forma, mas não de conteúdo, e realiza-se a politização do racismo e machismo (MATTOS, 2020). Também é importante destacar que nem todo movimento fascista resultou em um regime fascista, da mesma forma que na dinâmica atual, o movimento neofascista ainda não alcançou o poder ou a hegemonia sobre determinado governo, como provou a experiência de Jair Bolsonaro, que sempre insinuava a intencionalidade de implantar um regime ditatorial neofascista, mas sem sucesso.

No que respeita ao Brasil de hoje temos a ideologia neofascista, o movimento neofascista e um governo no qual os neofascistas ocupam a posição dominante – lograram, após alguns meses de governo, deslocar o grupo militar para um plano secundário e o grupo militar é propenso a outro tipo de ditadura. O que não temos no Brasil, pelo menos até agora, é um regime político fascista. O regime vigente no Brasil é uma democracia burguesa deteriorada e em crise. (BOITO JR., s/d apud MATTOS, 2020, p. 92).

A tentativa de assalto ao poder, por setores ultraconservadores e neofascistas, com o aumento da violência política contra a oposição e a esquerda, o projeto de genocídio que

encontrou apoio em alguns empresários e nas Forças Armadas, os acampamentos patrióticos em frente a quartéis militares com o clamor de “suas falanges neofascistas agressivas, que estiveram inclusive acampadas e armadas na Esplanada dos Ministérios, intimidando manifestações contrárias ao presidente e constrangendo o STF e o Congresso” (BEHRING, 2021, p. 240), as manifestações por uma intervenção militar ou mesmo pela volta da ditadura, dentre outras, culminando no 08 de janeiro de 2023, mostram que o neofascismo tem sim o caráter de “movimentos reacionários das classes intermediárias” (MATTOS, 2020, p. 93).

3.1 A situação de insegurança da existência da classe trabalhadora brasileira e a ofensiva ideológica burguesa: conservadorismo e crise

Ao partir do método de Marx, compreende-se que a análise do fenômeno tem de estar centrada não somente nas suas formas de manifestação, mas também em seu conteúdo. Assim, não basta caracterizar a crise, é preciso buscar identificar sua multicausalidade e sua processualidade histórica. As crises são intrínsecas ao modo de produção capitalista. Resultam das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, de sua própria legalidade. Legalidade que tem como uma de suas muitas determinações o processo de reprodução do capital e de suas relações sociais de produção. E, por mais óbvio que seja, é preciso afirmar: para que se possa reproduzir, é preciso que o capital seja produzido, assim, as transformações que atingem o âmbito da produção e os processos de trabalho, atingirão também as relações sociais, as formas como essas se reproduzem e o cotidiano em que se reproduzem.

A forma histórica da produção é também a forma da sua reprodução: a produção capitalista determina a forma capitalista de sua reprodução – o MPC particulariza-se historicamente por uma reprodução peculiar, que se torna compreensível quando se leva em conta a acumulação de capital. Sem acumulação de capital, o modo de produção capitalista não existiria (NETTO; BRAZ, 2011, p. 135)

A acumulação capitalista possui particularidades históricas. Modifica-se conforme ocorrem transformações na própria dinâmica socio-histórica de reprodução do capital e de suas relações sociais, na dinâmica da luta de classes. O Estado participa desses processos, ligado organicamente à acumulação capitalista. Em *O capital*, Marx aborda (nos três livros) diversas formas de intervenção do Estado no processo de organização da produção (e da reprodução) de capital, com destaque para o processo de exploração da força de trabalho⁶⁷, da garantia das

⁶⁷ Com as leis que o Estado impõe ou mesmo as que deixa de impor, deixando a “mão invisível do mercado” regular o preço da força de trabalho de homens, mulheres e crianças.

expropriações⁶⁸, o sistema da dívida pública e de crédito aos capitalistas e mesmo a generosidade do sistema tributário estatal para com os capitalistas. As análises de Marx fornecem pistas para que ainda hoje possamos coletar elementos que contribuam para uma análise da atualidade, para identificar e compreender os fenômenos surgidos com as transformações societárias e suas particularidades no Brasil, em um contexto de crise.

A dinâmica do modo de produção capitalista implica em transformações societárias que trazem para o terreno da luta de classes⁶⁹ novas questões, novas formas de ação e novas formas de vivenciar suas contradições, apontando mais uma vez o imbricamento entre o político e o econômico, entre base, estrutura e superestrutura (LEFEBVRE, 1991).

A reprodução ampliada do capital passa por ciclos de ascenso e descenso que repercutem nas relações sociais de produção capitalista e na forma com que estas se reproduzem (MARX, 2017). A crise é o momento de irrupção de contradições e de reestabelecimento da unidade entre a produção e a realização de capital, momentos organicamente interligados.

As contradições que decorrem da lógica do modo de produção capitalista – em particular ao que tange à sua contradição central, em que a produção de riqueza é amplamente socializada e sua apropriação é distribuída de forma exorbitantemente desigual –, acirram o caráter anárquico da produção de mercadorias, potencializando o desdobramento de crises, que podem se expressar na tendência da queda da taxa média de lucros ou numa crise de superprodução e consequente subconsumo das massas assalariadas (BRAZ, 2012), incidindo em todas as dimensões da vida social. Nesse processo, os capitalistas com maior liquidez engolem os menores, comprando os títulos de suas dívidas a baixo preço, modificando a própria “estrutura” de classe dos capitalistas (BEHRING, 2012).

Behring, ao citar Marx, afirma que “a crise restabelece violentamente a unidade das fases do processo de produção e reprodução social que estavam autonomizadas pela dinâmica mesma da economia burguesa” (2012, p. 168-169), ou seja, a crise reconfigura a própria dinâmica das relações sociais de produção capitalistas. Serve como “freio de arrumação” em que a própria burguesia sofrerá rearranjos em sua disputa interna. O Estado participa desse movimento, seja regulando, intervindo diretamente com legislações protetivas, seja concedendo empréstimos, subsídios e perdão de dívidas. Ele também implementa condições gerais para a produção capitalista (meios de comunicação e transporte e meios de reprodução da classe

⁶⁸ Com o investimento nas guerras para expansão de territórios e dominação de povos, com o exemplo do sistema colonial, que imprimiu particulares em toda a América Latina, e especialmente no Brasil, último país a abolir a escravidão, etc.

⁶⁹ Aqui se pauta a luta entre duas classes fundamentais: proletariado e burguesia.

trabalhadora, segundo Lojkin (1995)), buscando facilitar o processo de produção e de realização do capital. Em todos os períodos históricos do modo de produção capitalista, se observam intervenções do Estado no sentido de garantir saídas às crises do capital e aumentar o grau de sua legitimidade (GRANEMANN, 2007).

Segundo Ana Elisabete Mota (2015), as crises implicam em uma conjuntura de transição, “portadora de um conjunto potencial de iniciativas políticas, capazes de promover mudanças” (p. 31). As crises trazem à superfície, à vida cotidiana das massas, as contradições do próprio capitalismo, o que pode contribuir com o processo de acirramento da luta entre as classes e intraclasses. A autora prossegue: “[...a crise] é um período de disputas políticas em que a burguesia [...] investe na perenização de uma sociedade baseada no mercado e na democracia dos livres proprietários, contrapondo-se às lutas das classes subalternas.” (p. 31).

Nesse processo, a burguesia guia as políticas implementadas pelo Estado buscando saídas, tais como as apontadas por Lefebvre (2006, 1991, 1973), Mandel (1982) e Lojkin (1995). Assim, o Estado assume uma das funções que lhe cabe na dinâmica da luta de classes, onde a burguesia possui hegemonia: o de garantir as condições de reprodução das relações sociais de produção capitalistas (LOJKINE, 1995; LEFEBVRE, 1973).

O aumento do exército industrial de reserva e a exorbitante elevação da massa de capital excedente monopolizado – que encontra dificuldades em se valorizar, seja devido à superacumulação ou ao circuito contraditório do capital fictício – tem tornado o “metabolismo social do capital” ainda mais agressivo no processo de valorização do valor, apontando a tendência de barbarização da vida (BRAZ, 2012) e acirra a necessidade de expansão do capitalismo para novas fronteiras, sejam espaciais, sejam mercantis, virtuais, imateriais. Fronteiras ultrapassadas no decorrer do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas que sofrem uma aceleração no processo de expansão conhecido como fase imperialista do capital, marcado por um processo de ofensiva ideológica, pelo colonialismo e pela violência. Para entendê-lo é preciso historicizá-lo e analisá-lo processualmente.

No último quartel do século XIX ocorre uma transformação qualitativa nas relações sociais de produção capitalistas que levam à formação de cartéis, grandes grupos econômicos que cresceram para além de seus territórios e colônias, numa disputa geopolítica pela expansão de seus mercados, expressa no fenômeno do imperialismo. Lenin (2017) apontava que a transição da Idade Concorrencial para a Idade dos Monopólios teve como um de seus marcos a I Guerra Mundial. Esse episódio histórico, que afetou diversos Estados europeus e suas colônias, evidencia a disputa dos capitais e revela como a crise é imprescindível para o processo

de constante reinvenção do modo de produção capitalista, que as necessita para perpetuar sua reprodução, revelando seu movimento contraditório no real.

A Idade dos Monopólios, ou o Capitalismo Monopolista, alterou significativamente as relações sociais de produção capitalistas, em que se vê uma maior organicidade nos processos de organização das classes fundamentais. No âmbito das relações sociais de propriedade, surgirá a propriedade por ações, “coletiva” para a burguesia, ou seja, se consolidará o capital financeiro, e sua organização garantirá uma forma de domínio político-econômico, que incorpora o poder coercitivo do Estado, a força armada, braço da dominação burguesa (LENIN, 2017). Segundo Iasi (2018, p. 18):

De certa forma o momento da passagem para o monopólio e sua conversão em imperialismo correspondeu a duas necessidades: a organização da partilha do mundo entre as potências capitalistas, e o meio disso foi a guerra, mas também, um correlato político importante, qual seja, a formação de uma aristocracia operária, no centro e a transferência das condições mais agudas da exploração para a periferia do sistema.

A reconfiguração a qual se referiu Iasi (2018) evidencia mudanças profundas na correlação de forças do cenário da luta de classes naquele momento. A classe trabalhadora buscou se reorganizar diante das mudanças históricas, no contexto imperialista, fosse com um movimento de negação a essa aristocracia operária (vale lembrar as crises no interior da Segunda Internacional Comunista), fosse com o movimento de constituição de organizações sindicais e partidárias nos países em que vigorava a superexploração da força de trabalho, o que levou a uma série de impasses postos à direção do Estado capitalista, não apenas pela vitória da Revolução Bolchevique em 1917, mas pela força organizativa e renovação das formas de luta da classe no início dessa nova fase do modo de produção capitalista em todo o mundo. As guerras imperialistas⁷⁰ acarretaram em vitórias essenciais a setores capitalistas, mas sempre enfrentando resistências na periferia e nos países semi-periféricos.

Há uma relação orgânica entre crise do capital e recrudescimento da dominação coercitiva do Estado sob hegemonia burguesa. As guerras são fundamentais para o exercício da coerção estatal, sua demonstração de força, de imposição do medo sobre os povos dominados, colonizados, mas também sua forma de apropriação e expropriação de riquezas internamente. Daí a tendência à necessidade de fortalecimento do braço coercitivo do Estado nas crises.

⁷⁰ Segundo Marx (2008), a história do modo de produção capitalista foi escrita com sangue e fogo. Para garantir sua acumulação primitiva, o capital expropria o que era o servo, o plebeu, que se transforma em classe trabalhadora “livre” para vender sua força de trabalho, a ser explorada no processo de produção de valor. Para dar continuidade ao processo de acumulação, necessário à sua reprodução, o capitalismo continua expropriando, outros povos, formando uma periferia capitalista em relação ao centro, a partir da organização do imperialismo, enquanto etapa superior do capitalismo (LENIN, 1989).

O processo de desenvolvimento capitalista em países do centro – que se sustentavam também com a exploração imperialista sobre a periferia – é permeado por contradições. Ou seja, mesmo no período de ascensão da taxa de lucros, diversos países do centro vivenciaram crises pontuais, até sua generalização, entre 1929 e 1932, episódio conhecido como a *Grande Depressão*, uma das múltiplas determinações para a ascensão do nazifascismo e para a instauração da II Guerra Mundial (NETTO; BRAZ, 2011).

Segundo Palmiro Togliatti (1978), o fascismo ascende como ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários e imperialistas do capital financeiro, que se consolidava no período. O fascismo toma formas diferentes em países e em períodos diferentes, mas sempre se tratará de uma ditadura da burguesia, com uma base de massa (principalmente na pequena burguesia), que recorre à Igreja e a um modelo de família específico (REICH, 2001), dois importantes aparelhos privados de hegemonia que disseminaram a ideologia conservadora necessária à burguesia para a implementação de sua estratégia de recuperação de taxa de lucros.

Mas como algo prejudicial a tantas camadas da classe trabalhadora pôde ganhar tamanha adesão entre as massas? A instauração de uma ditadura fascista naquele momento histórico se relacionava à insatisfação da classe trabalhadora, cada vez mais pauperizada pela crise do capital, que não encontrava capacidade de enfrentamento combativo em defesa das instituições democráticas (TOGLIATTI, 1978).

[...] O fascismo se desenvolve porque as contradições internas chegaram a tal ponto que a burguesia é obrigada a liquidar as formas de democracia. Deste ponto de vista, quer dizer que nos encontramos diante de uma crise profunda, que se prepara uma crise revolucionária que a burguesia quer enfrentar. (TOGLIATTI, 1978, p. 07)

A crise, que dava lastro material à guerra, foi responsável por um processo de *reificação* da consciência, fundando uma base ideológica de justificativa para a II Guerra Mundial: a ideologia nazifascista e seu necessário combate, que escondia a necessidade de “partilha do mundo” entre as potências imperialistas (cujo mecanismo foi a guerra).

É importante recuperar o pensamento de Pasolini (1990), que afirmava ainda no final do século XX o surgimento do novo fascismo. Para o autor, o novo fascismo usa a maquiagem da democracia, impondo uma violência degradante na sociedade italiana em crise, objeto de sua análise. Nela, se disseminava “a idéia de que o pior mal do mundo é a pobreza, e que, portanto, a cultura das classes pobres deve ser substituída pela cultura da classe dominante” (PASOLINI, 1990, p. 33-34). Em seu compilado *O fascismo de consumo, uma mutação antropológica*, o intelectual, que se apresentava como artista, afirmava que o velho fascismo distinguia as pessoas, as classes sociais, já o que ele chamava de o novo fascismo, que seria uma releitura democrática do fascismo italiano pós-1968, “não distingue mais: não é humanisticamente

retórico, é americanamente pragmático. Seu propósito é a reorganização e a padronização brutalmente totalitária do mundo.” (PASOLINI, 1990, p. 91-92).

Sabemos que o fascismo se manifesta de formas diferentes, nos diferentes contextos socio-históricos, tendo como determinantes as próprias particularidades de cada país. Assim, o que temos no Brasil de hoje é uma conjuntura completamente diversa da experiência europeia e mesmo daquela vivida pelos “galinhas verdes” do século XX. Enquanto esses se preocupavam em cooptar organizações da classe trabalhadora numa perspectiva de propagação do “irracionalismo, voluntarismo, anticapitalismo e antissocialismo” (BEHRING, 2021, p. 202), o neofascismo à brasileira aprofunda cada vez mais a lógica individualista e possessiva, mistura o nacionalismo com a exaltação aos Estados Unidos e ao Estado sionista de Israel, difunde a meritocracia e o empreendedorismo, aliados à precarização do trabalho (BEHRING, 2021). Segundo a autora (2021, p. 201):

[...] O *Dicionário de economia* (SANDRONI, 1985, p. 131-132) informa que o fascismo é um regime político totalitário, de partido único, com hipertrofia do aparato policial, marcado pela “exaltação nacionalista”, o “antiliberalismo” e o “anticomunismo”, com defesa do Estado como “dirigente da economia nacional”, característica que afastaria inteiramente o atual governo brasileiro da ideia de fascismo, dado seu ultraneoliberalismo visceral, eleito democraticamente e sustentado politicamente por diversos partidos com representação no Legislativo nacional. Se, inicialmente, o fascismo foi marcado pelo combate ao “capitalismo de rapina” financeiro, a sequência foi de associação aos grandes grupos econômicos, no mesmo passo em que se instituía o cooperativismo em meio aos trabalhadores.

Behring ainda aponta que o fascismo pode também ser entendido como uma ditadura aberta da burguesia, sem instituições democráticas “numa contrarrevolução burguesa, e que mobiliza camadas pequeno-burguesas [...] camadas estas que são movidas por um forte ressentimento para objetivos fictícios e recompensas mais simbólicas que materiais” (BEHRING, 2021, p. 202), expressando uma revolta que pode ser identificada no Brasil do tempo presente, “após a captura das mobilizações de junho de 2013 pelo discurso “contra a corrupção” (DEMIER, 2017)” (idem).

Neste momento de ditadura aberta da burguesia, sem ser diretamente conduzida por ela, fascismo e bonapartismo são processos que convergem, sendo esse último uma espécie de cessão temporária do poder político a uma força que tem relativa autonomia em relação ao núcleo central das classes dominantes. As ditaduras militares na América Latina foram as expressões mais contundentes de bonapartismo e têm sido reivindicadas, hoje, como exemplos de colocar as “coisas em ordem”, como o dizem as faixas e manifestações verde-amarelistas (CHAUÍ, 2000) de 2020 para “fechar o STF e o Congresso” e combater uma imaginária “ameaça comunista”. (ibidem, p. 202-203).

Segundo Behring, “podemos sintetizar que há nítidos elementos de fascismo naquilo que o bolsonarismo está fazendo no seu conjunto e desencadeando na sociedade brasileira, num contexto de crise estrutural do capitalismo [...]” (2021, p. 205), ainda que muito difira do

processo histórico de constituição do fascismo italiano e que ainda não esteja no controle do regime do Estado brasileiro. Esse elemento é importante para visualizarmos que a luta de classes é uma determinação importante, visto que no âmbito da consciência, o neofascismo à brasileira ainda não possui hegemonia.

Importante aqui pontuarmos que, como afirma Coutinho (2010), a consciência⁷¹ burguesa tende a operar de modo unilateral em momentos de estabilidades, ampliando o movimento de fetichização e autonomização da vida cotidiana⁷². Desses movimentos surgirá uma consciência imediatista, insuficiente para explicar os fenômenos em sua complexidade, que servirá de base ideológica para a elaboração de um “sentimento de mundo”, que diverge de uma autêntica “concepção de mundo”, sobre o qual se constrói visões imediatistas, espontâneas e sentimentais (COUTINHO, 2010).

De acordo com o período histórico, os intelectuais podem experimentar, diante do real, uma sensação de “angústia” ou uma sensação de “segurança”; e, de acordo com isso, elaborarão posições filosóficas preponderantemente irracionais ou pseudorracionais [como o nazismo] (COUTINHO, 2010, p. 62).

O autor continua: “tomando essa polaridade como fio condutor, veremos que a primeira forma assumida pela ideologia da decadência caracterizava-se pela ‘angústia’ e pelo irracionalismo” (COUTINHO, 2010, p. 62), que segundo analisa, sustentaria um comportamento “humanamente superior” baseado numa vida vivida em angústia, expressas não apenas nos romances literários da época, como também na filosofia existencialista. O existencialismo, para o autor, abriria uma polaridade ontológica entre homens superiores e homens cotidianos, base para a elaboração ideológica do fascismo (COUTINHO, 2010).

O conflito que envolveu as potências do Bloco Nazifascista e do Bloco “Aliado” resultou no processo que levou à vitória dos “Aliados”, iniciado após a Batalha de Kursk, em 1943, que durou aproximadamente dois meses, em que o Exército Vermelho fez retroceder o

⁷¹ “A consciência seria o processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento através de seu vínculo de inserção imediato (percepção). Dito de outra maneira, uma realidade externa que se interioriza” (IASI, 1999, p. 14). Entendemos que a consciência está em constante movimento na História, ou melhor as consciências, uma vez que não existe apenas a consciência burguesa, mas a consciência dos indivíduos e das classes, por isso, não se trata de afirmar uma linearidade, mas sua transformação a partir da própria transformação no ser social, principal determinante para o movimento da consciência.

⁷² Para maior compreensão ver Coutinho, 2010 e Iasi, 2018. Indicamos ainda o filme-documentário *O fascismo de todos os dias*, de 1965, dirigido por Mikhail Romm. Cabe destacar aqui, a afirmação de Iasi (2018): “O fetichismo e a reificação de nossos tempos não é um produto da crise do capitalismo, mas o ponto máximo de expressão de uma de suas características constituintes. O fetichismo, entretanto, se expressa de uma forma característica no nosso tempo. Podemos dizer que ele foi muito além do que a mera constatação que o fetiche fundado na produção mercantil tenderia a se alastrar para todas as esferas da vida, como de fato ocorreu. No seu ponto de maior desenvolvimento, o fetichismo passa a constituir o núcleo central da sociabilidade incidindo, de forma decisiva, na reprodução e garantia da ordem reificada. O fetiche e a consciência reificada não apenas são a expressão das relações que os determinam, mas seu efeito de volta acaba prejudicando e, no limite, impedindo a constituição do sujeito que poderia superar tais relações.” (IASI, 2018, p. 27).

Exército Alemão, e avançou sob o território da Alemanha Oriental, sendo o primeiro a adentrar na capital alemã, a conquistando, tendo esse episódio histórico sendo tomado como marco para o fim da II Guerra Mundial, já em 1945.

Naquela conjuntura, em que houve o crescimento do Bloco Socialista (após o pacto de Varsóvia), com a elevação das taxas de lucros e com a conciliação de classes necessária ao processo de “reerguimento das nações” europeias foram colocadas as bases socio-históricas para a realização do Estado de Bem-Estar Social (NETTO, 2011), que se diferenciara em cada país. Ou seja, com o processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista e o acirramento da luta de classes, o Estado assumirá um papel político que expõe cada vez mais sua indissociabilidade de seu papel econômico (NETTO, 2011).

Com o fim da II Guerra Mundial, os conflitos entre Bloco Capitalista (tendo à frente Estados Unidos) e Bloco Socialista (tendo à frente a União Soviética) se acirram, gerando significativas disputas geoeconômicas. Nesse momento, a memória da guerra recentemente superada e a ameaça de catástrofe mundial nuclear constante, com a Guerra Fria, implicaram em impactos na direção dos Estados europeus, que buscarão não apenas garantir as condições gerais de produção capitalistas, como também a obtenção de consenso, em que diversos partidos socialistas e social-democratas ascenderam ao poder e contribuíram com o projeto capitalista⁷³.

Após a guerra, com a necessidade de reerguimento dos países capitalistas afetados, a burguesia demandava a intervenção do Estado no sentido de operar e custear o reerguimento econômico. Assim, utilizando o fundo público e ampliando sua responsabilidade para com o gasto social, os países centrais do Bloco Capitalista, assumiram diretrizes que 1) redirecionavam o crédito estatal para a produção em massa na grande indústria, com implementação do modelo fordista de produção em um grau de maior complexificação, adentrando no próprio nível cultural e da subjetividade da classe trabalhadora; 2) ampliaram o investimento estatal em tecnociência, processo que se inicia com a guerra; 3) investiram mais em infraestrutura para produção e consumo (o Estado garante os bens de consumo coletivos); 4) alguns países adotariam o modelo macroeconômico keynesiano, casado a um novo modelo de controle social e administrativo que buscava operar uma racionalidade legalista, fortalecendo sua dimensão burocrática; 5) além de implementar políticas sociais que formariam os chamados “Estado de Bem Estar Social” no centro capitalista – que possuirá particularidades em cada país, não se tratando de um modelo único – o que estimularia o consumo (realização de capital)

⁷³ Como no caso francês, por exemplo. Indicamos a tese de Maria Helena Rauta Ramos intitulada *Política e Teoria: Programa comum de governo e movimentos sociais urbanos - as condições sócio-políticas do debate na França*, orientada pelo professor José Paulo Netto e co-orientada por Jean Lojkin.

e a reprodução da força de trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2008; DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011).

Tais elementos foram incorporados com objetivos de atender necessidades do capital e necessidades sociais, a fim de se garantir a “segurança” no contexto de reerguimento do continente europeu e de hegemonia estadunidense, recuperando suas taxas de lucros, vivenciando o período conhecido como os “30 anos Gloriosos” (NETTO, 2011). Enquanto isso, nos países periféricos, o processo de colonização (em países africanos, por exemplo) era tensionado e, na América Latina, o autoritarismo garantia a superexploração do trabalho, com o avanço do processo de urbanização e industrialização com base no nacional-desenvolvimentismo. Elencando tais elementos e compreendendo-os dentro de uma totalidade, é possível aprofundar a discussão sobre a operacionalização de políticas sociais por essa dimensão social do Estado, entendendo-o como uma instituição que compõe um sistema social mais amplo, em que estão presentes interesses de classes em disputa, determinado – em última instância – por relações sociais de produção, pela luta de classes (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 139-140).

Aqui, é importante situar o debate europeu sobre uma “nova questão social”, não no sentido de afirmá-lo como referência para este trabalho, mas de apontar que as diretrizes que orientam programas e políticas sociais implementadas em todo o continente latino-americano seguem a influência de tais referenciais, que afirmam uma “nova questão social”, ou um “Estado Social”, ou mesmo o “risco social” como parâmetro para o planejamento público, importando para a periferia postulados teóricos do centro, geralmente afirmados por organismos multilaterais.

Segundo Robert Castel (1998), o que o autor chama de “Estado Social” surge a partir de certa concepção de sociedade, a sociedade moderna (fundamentada na consolidação do modo de produção capitalista). Para o autor, o Estado ganha uma maior função reguladora, apresentando uma “direção” social, no sentido de mediar os conflitos e propor novas respostas à “questão social”. O “Estado Social”

[...] começa sua carreira quando os notáveis deixam de dominar sem restrições e quando o povo fracassa ao resolver a questão social por sua própria conta. Abre-se um espaço de mediações que dá um novo sentido ao ‘social’: não mais dissolver os conflitos de interesses pelo gerenciamento moral nem subverter a sociedade pela violência revolucionária, mas negociar compromissos entre posições diferentes, superar o moralismo dos filantropos e evitar o socialismo dos ‘distributivistas’. (CASTEL, 1998, p. 345).

Se antes a alternativa burguesa de enfrentamento à “questão social” perpassava o controle e uso da força estatal contra a massa trabalhadora desempregada, ou a dominação

ideológica apoiada em uma moralidade burguesa e filantrópica (CASTEL, 1998), agora era necessário se pensar novas formas de dominação, o que Castel demarca como o surgimento da *propriedade social*. Ou seja, para o autor, é o surgimento dessa forma de propriedade que definirá a ascensão do “Estado Social”.

Mas o que seria a *propriedade social*? Seriam os bens de consumo coletivo? As políticas sociais? Os programas sociais? O autor busca resgatar a constituição do que chama de *propriedade social* a partir da relação entre o direito ao trabalho e o direito à assistência, historicizando a partir do resgate das legislações francesas até o contexto de seu surgimento, onde, segundo o autor, o “tempo livre”, ou seja, aquele tempo que não é tempo de trabalho, é convertido em tempo de consumo (CASTEL, 1998), processo garantido pelo Estado, que recolhe dos trabalhadores empregados, através de impostos, os recursos necessários ao custeio da *seguridade social*.

A seguridade social, inaugurada pelo Relatório Beveridge inglês nos anos 1940, pode ser compreendida como um direito social conquistado naquela conjuntura de “Estado Social”, em que há uma “evasão irracionalista da ‘angústia’” (COUTINHO, 2010, p. 64) em prol da fundação de um aparato teórico sustentado na estabilidade e na eficácia formal da “segurança”. A ideia de que a “segurança” expressa pelo “espírito do tempo” durante a experiência do Estado de Bem Estar Social, cuja base material encontra seus limites em meados dos anos 1970 com sua crise de superprodução, é substituída pela “angústia” que perpassará as formulações ideológicas próprias às concepções pós-modernas, negando paradigmas modernos e polarizando-se entre o que chamamos aqui de o bloco dos “românticos” e o bloco dos “fatalistas”, influenciará diretamente o nível de consciência da classe trabalhadora, que encontrará base material nas relações flexíveis e informais de trabalho, no processo de precarização e uberização do trabalho, no esvaziamento e mercadorização das políticas sociais, no processo de endividamento, dentre outras alterações que alargam o processo de dominação do capital sobre o trabalho.

A dominação de classe da burguesia sobre trabalhadores também se expressa abstratamente na representação técnico-ideológica da burocracia. O Estado a utiliza como forma de organização “pseudorracional” em que se apoiará a expansão e avanço do capital sobre as políticas sociais, esvaziando a “segurança”, formulada pela cultura da decadência, através de contrarreformas do Estado, que estabelecem tetos para gastos públicos, fragilizando direitos e políticas sociais, ampliando o desemprego, dessegurando a velhice, reforçando a “angústia” e a “insegurança social”, termo tão utilizados pelos organismos multilaterais.

O conceito de “segurança”, tal como é formulado na cultura da decadência, liga-se estreitamente à limitação imposta pela economia capitalista à plena expansão da personalidade humana. Somente submetendo-se às “normas” e regras socialmente impostas, tornando-se um conformista, pode o indivíduo experimentar uma sensação de segurança e estabilidade num mundo objetivamente assolado por contradições. Portanto, percebe-se facilmente a relação direta entre burocracia e “segurança”, ou seja, o modo pelo qual uma vida “segura” submete-se aos princípios do formalismo pseudorracional e aos valores burocráticos da eficácia “profissional”; a “segurança”, assim, conforma-se à identificação entre personalidade individual e função desempenhada na divisão do trabalho, identificação própria da cultura capitalista. (COUTINHO, 2010, p. 64)

Isto é, a Seguridade Social, enquanto elemento inserido em uma totalidade, expressa não apenas um momento histórico ou um aspecto legal (o direito social à assistência, saúde e previdência), mas é vista aqui também como momento de viragem da consciência burguesa, em disputa com a consciência da classe trabalhadora, evidenciando a dimensão ideológica da luta de classes, materializada em uma conjuntura de disputas e transformações nas relações sociais de produção, em que o capital buscava apresentar uma “rede de segurança” que impediria a classe trabalhadora viver abaixo do mínimo necessário à reprodução de sua força de trabalho (SALVADOR, 2010), no contexto de acirramento de disputas de projetos societários. Assim, a aposta nas políticas sociais estava atrelada à disputa de hegemonia do bloco capitalista, que necessitava da socialização dos custos relacionados às condições gerais de produção e de reprodução das relações sociais de produção capitalistas.

Segundo Behring e Boschetti (2008), as políticas sociais devem ser entendidas como categoria que expressa um processo social gestado na confluência do movimento de ascensão do capitalismo monopolista, especialmente em sua fase tardia, em que os postulados liberais estavam fragilizados ante à conjuntura histórica anterior. Daí percebe-se dois elementos: 1) a instabilidade na conjuntura internacional, com o acirramento dos conflitos gerados pela crise do capital evidenciava a relevância da luta de classes para a mudança na direção política do Estado e 2) que a sociedade moderna vivenciava uma transição, não apenas econômica, mas também social-moral, em que “[...] a evasão diante dos dilemas histórico-sociais mais decisivos é um traço peculiar ao pensamento decadente” (NETTO, 2010b, p. 243). Tais elementos, pouco abordados por Castel (1998), podem ser tomados como duas das muitas chaves para a compreensão da “questão social” naquela conjuntura de primeira metade do século XX, em que a “segurança” e a “angústia” coexistirão na expressão ideológica vigente.

A sensação de “segurança” gerada pela dinâmica do modo de produção capitalista nos países do centro pós-segunda guerra, com o incentivo ao consumo irracional e “anti-humano”, a partir da criação de novas necessidades enfrentará dificuldades para seu sucesso (COUTINHO, 2010). Já nos países de economia capitalista periférica, a sensação de

“segurança” era substituída pelo *controle estatal a partir da coerção ditatorial* (como no caso da América Latina, além de alguns países árabes), pelo terrorismo de Estado.

Aquela sensação de “segurança” é uma expressão ideológica de um contexto de Guerra Fria, em que Bloco Capitalista precisava garantir legitimidade social e frear adesões ao Bloco Socialista. A base material desse contexto revelava que a produção passava por uma tentativa de racionalização, com a produção fordista em massa, ancorada em políticas de Estado que promoviam a expansão de capitais, com um intenso movimento de centralização, além de garantir salários indiretos – através de políticas sociais – voltados para a viabilização do consumo em massa (MOTA, 2009). A ideia de “segurança” vivenciada pela geração do Estado de Bem Estar Social expressa um movimento do real, em que foi necessária a alocação do fundo público na constituição de políticas econômicas e sociais, para a garantia da produção em massa e do consumo em massa, até seu limite, ou seja, a crise enfrentada pela dinâmica contraditória do capitalismo. Segundo Mandel,

[...] a crise da economia capitalista é sempre uma crise de superprodução de mercadorias [...]. A superprodução significa sempre que o capitalismo produziu tantas mercadorias que não havia poder de compra disponível para adquiri-las ao preço de produção, isto é, a um preço que fornecesse a seus proprietários o lucro médio esperado. Quaisquer que sejam os meandros profundos da análise, o primeiro fenômeno a se compreender é o dessa ruptura brutal do equilíbrio instável que existe em ‘tempos normais’ entre a oferta e a procura de mercadorias. (1990, p. 211-212).

Assim, entendemos que se deve partir de uma compreensão da crise do modelo fordista-keynesiano e no próprio Estado de Bem Estar Social europeu para a compreensão do cenário da reestruturação produtiva em todo o mundo, de suas consequências para o cotidiano da classe trabalhadora e do exército industrial de reserva, que apresenta como uma de suas expressões ideológicas a “insegurança da crise”, causada pelo desemprego estrutural, o esvaziamento dos direitos e políticas sociais implementados nos “30 anos gloriosos”. Ou seja, não se trata de uma crise do Estado de Bem Estar Social, mas de uma crise que nele incide.

No contexto de crise no Estado de Bem Estar Social europeu, novos conflitos surgiram no mundo e os Estados direcionaram parcelas vultosas de seu fundo público para o fortalecimento do que Mandel (1982) chama de Departamento III, que consiste no que aqui chamaremos de Indústria da Guerra. As guerras imperialistas do século XX foram importantes não somente para alimentar o desenvolvimento dessa indústria, mas também como forma da burguesia garantir seu domínio, diante da “ameaça” do socialismo, e de expandi-lo através da dependência de países periféricos, do domínio sobre as matérias-primas – abundantes principalmente na Ásia, África e América Latina. Assim, não apenas se fortalecia o Departamento III, como também o Departamento I – a Indústria dos Bens de Produção – que

avançava a largos passos, e o Departamento II – a Indústria de Bens de Consumo (MANDEL, 1990), cuja produção nos países centrais era exportada para a periferia em larga escala, ampliando-se o mercado, tendo em vista a crise de consumo no centro. Estava aí a dinâmica crise-restauração.

A dinâmica crise-restauração incide nas relações sociais e implica o redirecionamento da intervenção do Estado. Este, por sua vez, redefine seus mecanismos legais e institucionais de regulação da produção material e da gestão da força de trabalho, instituindo renovadas formas de intervenção relativas aos sistemas de proteção social, à legislação trabalhista e sindical, além daquelas diretamente vinculadas à política econômica. Nesse contexto, se redefinem as relações entre Estado, sociedade e mercado, determinando medidas de ajustes econômicos e de reformas e contra-reformas sociais, que continuem garantindo a acumulação capitalista, em conformidade com as particularidades de cada formação social. (MOTA, 2009, p. 04-05).

Este movimento, descrito pela autora, foi vivenciado em diversas economias a partir da crise do modelo fordista-keynesiano, dando espaço para a ascensão ideológica do neoliberalismo. Além disso, as legislações sociais foram flexibilizadas, novas estratégias de captura do fundo público foram realizadas, profundas alterações no mundo do trabalho, recompondo sua própria morfologia ocorreram, reestruturando não somente a produção, mas as próprias relações sociais, com o crescimento significativo do fenômeno do pauperismo, evidenciando uma crise societária.

Das crises decorrem instabilidades ou quebras na legitimidade dos sistemas burocráticos assumidos e operados pelo Estado (FIORI, 1995). Durante a crise recessiva dos anos 1970, a desindustrialização dos países de economia centrais, o desemprego disseminado e a “austeridade fiscal” foram os principais “motes” para a elaboração de projetos que buscavam uma racionalização do mercado e das privatizações (HARVEY, 2014), que implementavam a reestruturação produtiva e do espaço urbano como tentativa de viabilizar a recuperação da taxa de lucros pelo capital.

Os conflitos de classe e intraclasses (especialmente entre as frações burguesas) se acirravam, levando a significativas modificações no cenário internacional. No continente europeu ocorreram conflitos com o IRA, na Irlanda, que levaram ao Domingo Sangrento (1972), a Revolução dos Cravos (1975), em Portugal, conflitos trabalhistas que levaram o franquismo a sua derrota cabal (entre 1975 e 1976), greves na Inglaterra significativas contra a novidade neoliberal. No continente de África surgem movimentos de libertação nacional de diversos países colonizados, muitos aliados à U.R.S.S. No continente latino americano diversos serão os levantes revolucionários, combatidos duramente pelos Estados Unidos, que vivenciava uma de suas maiores crises.

Cada acontecimento histórico destes deve ser entendido a partir do estudo sobre o nível de consciência de classe, e tomar como elementos para sua compreensão a intensificação dos conflitos de classes e a tentativa de recomposição do capital, que resultará num movimento de compressão espaço-temporal (já sinalizada por Marx, enunciada por Henri Lefebvre e abordada como ponto fulcral da tese de David Harvey), em que há uma aceleração no tempo de realização da mais-valia, partindo da aceleração do processo de produção das mercadorias e da rotação do capital, afetando diretamente as relações de produção, a organização do trabalho e a organização da própria classe trabalhadora.

Segundo Antunes (2015), a partir da década de 1980 se vivencia um processo de desproletarização relativa do trabalho fabril em todo o mundo, ampliando explosivamente o setor de serviços, a informalidade e a precarização do trabalho e do salário, que atinge principalmente a força de trabalho feminina, cada vez mais inserida no mercado de trabalho. Além disso, esse processo incide sobre o Estado, que operará alterações legislativas que favorecem a flexibilização e a exploração do trabalho e a regressão e mercadorização de direitos sociais, concorrendo para o movimento de subproletarização intensificada e para o desemprego estrutural, em que os trabalhadores já não encontram uma proteção e expressão sindicais (que sofrem pelo processo de burocratização e judicialização das lutas).

A organização do trabalho adquire uma tendência crescente de individualização exacerbada, que intensifica a concorrência intraclasse e fragiliza ainda mais o trabalho protegido, o que implica ainda em um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2015, p. 64). Cada uma dessas transformações compõe o receituário para saída da crise.

Segundo Harvey, a burguesia demandava cada vez mais um aumento do índice de produtividade, para isso era preciso a execução de medidas que buscassem superar a recessão e criar alternativas ao crescimento econômico, com “menos” Estado – responsabilizado por seu excesso de regulação (HARVEY, 2014). Assim se justificariam os processos de venda de empresas públicas, de privatizações de serviços, de terceirizações no setor público (DRUCK, 2017), de redução de impostos sobre operações do mercado financeiro, de aprovação de contrarreformas e alterações legais que atingem diretamente a regulamentação do trabalho, dentre outras medidas tomadas. Segundo Antunes (2015):

[...]neste quadro, caracterizado por um *processo tendencial de precarização estrutural do trabalho*, em amplitude ainda maior, que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. E flexibilizar a legislação social do trabalho significa – não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso – aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais arduamente conquistados pela classe trabalhadora,

desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro. (p. 251)

Harvey aponta ainda que a aceleração causada pela chamada compressão espaço-temporal foi um elemento significativo, que altera não somente a base produtiva, o modo de se produzir mercadorias e o processo de reprodução do capital, como atinge ainda o nível de consciência da classe, em que se produz um aligeiramento ideológico, sintetizado no pensamento pós-moderno (HARVEY, 2014).

Segundo Maria Rita Kehl (2009), na sociedade em que vivemos, o tempo do capital determina o tempo dos indivíduos, implicando em uma “brutalidade da relação dos sujeitos contemporâneos com o tempo” (p. 17), resultando num processo de fragilização do nível de organização da classe, em que raramente se atinge sequer o nível de consciência de *classe em si*, tão forte a ofensiva e investida ideológica burguesa, decorrente da “decadência ideológica”⁷⁴ dessa época (COUTINHO, 2010).

Behring (2021) contribui para a atualização do debate sobre a decadência ideológica burguesa no tempo presente: o pensamento pós-moderno. A autora, trazendo sua interpretação de Frederic Jameson, afirma:

Ao discutir a lógica cultural do capitalismo na sua maturidade e decadência – o pós-modernismo – Frederic Jameson (1996) nos adverte para o espírito do tempo. Aponta o fascínio pelo *kitsch* numa produção estética fortemente mercantil, ou seja, a ampliação do fetichismo da mercadoria, da reificação do capital e da alienação. Fala de uma espécie de “nova falta de profundidade” e do “enfraquecimento da historicidade”, que são duas características desse tempo que saltam aos olhos. A superficialidade e o presenteísmo proliferam, estimulados até mesmo pelas novas tecnologias e redes sociais. Uma espécie de frivolidade gratuita, que se conecta ao “esmaecimento dos afetos”. Um mecanismo pelo qual os indivíduos se libertam da ansiedade moderna, substituindo-a por um tipo particular de euforia pós-moderna. É o tempo da canibalização cultural e do simulacro, fugindo da história e das representações da experiência corrente. (p. 245-246)

Dessa forma, a “cultura da decadência” própria ao “espírito do tempo” atingirá a subjetividade da classe trabalhadora, manifesta não apenas na “sensação de insegurança” implantada pela própria ideologia burguesa, como também nas ansiedades e nas depressões, novo sinalizador do “mal-estar na civilização” (KEHL, 2009, p. 22), no hiperindividualismo que leva a esse “esmaecimento dos afetos”.

A saída buscada pelo capital implicou no que Mota (2009) chama de “projeto de restauração burguesa” baseado: 1) na criação de novos modelos produtivos, que se utiliza de

⁷⁴ A decadência ideológica burguesa seria a incapacidade dessa em criticar seu próprio mundo, resultando na formulação de “uma ciência e ideologia apoloéticas da ordem existente e condescendente com a barbárie que o movimento do capital engendra e potencializa. O instrumento metodológico possível para seguir esse caminho a burguesia e seus intelectuais encontram no ecletismo.” (DEL ROIO, 2010, p. 139).

uma racionalização de métodos de gestão do trabalho, com a finalidade de garantir a ampliação da produtividade e a redução dos custos produtivos; 2) numa reforma moral e intelectual, que busca modificar a cultura e a sociabilidade, necessária para que se garantisse a manutenção da hegemonia burguesa; 3) no novo imperialismo (MOTA, 2009). Cada um desses elementos impactará diretamente sobre a luta de classes e concorrerá para o surgimento de novas expressões da “questão social”, como sinalizado no parágrafo anterior, no exemplo apontado por Maria Rita Kehl.

Intelectuais não marxistas buscam explicar o surgimento de novas expressões da “questão social” de outras formas. Tomemos como exemplo Pierre Rosavallon. Para o autor, (ROSAVALLON, 1998, p. 96-97), com o fim dos chamados “trinta anos gloriosos”, ocorre um movimento em que progressivamente, durante toda a década de 1980, as “convenções” e “subvenções” implementadas pelo contrato social anterior desaparecem, trazendo consigo “o crescimento das desigualdades” e “a elevação das taxas de juros reais” - cuja consequência social foi o aumento dos rendimentos do capital e a queda nas remunerações do trabalho para manutenção das taxas de lucratividade das empresas. Para o mesmo, não se trata de uma crise do capital, mas de uma crise do Estado Providência, modelo de Bem-Estar Social francês, analisado pelo autor. Para este, a crise possui uma dimensão financeira, mas também possui uma dimensão ideológica (que coloca o Estado como um mal gestor) e outra filosófica (caracterizada pela “desagregação dos princípios de organização da solidariedade e o fracasso da concepção tradicional dos direitos sociais, que propõem um contexto satisfatório para considerar a situação dos excluídos” (ROSAVALLON, 1998, p. 25)). Entendemos que essa concepção evidencia a base ideológica do pensamento do autor, que tempera seu funcionalismo durkheimiano com pitadas do liberalismo clássico, reproduzindo a “angústia” do pensamento decadente (COUTINHO, 2010).

Importante destacar que os elementos elencados por Rosavallon influenciaram governos no Brasil, principalmente de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), no sentido de afirmar ser necessária uma reestruturação do Estado, tido como um mal gestor, atuando diretamente no processo de operacionalização do Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE). Além disso, esse referencial influenciou ainda a política de seguridade social, principalmente à assistência social, cujo processo de filantropização cresceu cada vez mais, esvaziando seu conteúdo de classe, que atrelava o direito à assistência ao direito ao trabalho.

José Paulo Netto (2010c) reforça os argumentos para a crítica à formulação equivocada de Rosavallon, ao tratar de uma “nova questão social” a partir da ideia de uma “nova pobreza”.

Segundo o autor (NETTO, 2010c), a “questão social” deve ser vista como categoria teórica cuja base está em um fenômeno social cuja determinação fundamental se encontra na exploração.

A análise de conjunto que Marx oferece n’O capital revela, luminosamente, que a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da “questão social”; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos e culturais. Contudo, sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda luta contra as suas implicações político-econômicas, sociais e humanas (inclusive o que se designa por “questão social”) está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos. (NETTO, 2010c, p. 07).

Ou seja, sem o fim da exploração, para nós, não é possível falar em um fim da “questão social”. Ela em si, fruto das contradições do modo de produção capitalista. As novas expressões da “questão social” refletem a crise do capital e toda a “decadência” ideológica corrente no cotidiano, construída sobre uma base material “nascida” em crise. A crise do modelo fordista-keynesiano implicará numa mudança de qualidade no cenário da luta de classes, onde a “questão social” torna-se uma ameaça à hegemonia burguesa. Novas expressões da “questão social” surgirão ou ganharão maior visibilidade na sociedade e, com isso, velhos e novos conflitos emergirão à superfície, prontos a rompê-la. Como resposta, a classe burguesa propagará o neoliberalismo como ideologia que acompanha o processo de reestruturação produtiva, como já dissemos, trata-se de um movimento de “restauração burguesa” (HARVEY, 2014; MOTA, 2009).

O neoliberalismo se apoiará em uma mudança na base tecnológica de gestão empresarial e estatal, implementando um modelo de administração flexível, o que levará à “redução”⁷⁵ do Estado, com a implantação do gerencialismo, da desresponsabilização estatal pelas políticas sociais, etc., com a deslegitimação do que é público, a partir de uma forte ofensiva ideológica, com um indicador particular do “espírito do tempo”: a direitização em diversas culturas (especialmente, na cultura francesa) “responsável pelo aviltamento e a degradação de boa parte da produção ídeo-teórica [...cuja] *decadência ideológica*, subjacente ao novo *espírito do tempo*, não tem fronteiras nacionais e envolve o conjunto do mundo ocidental”. (NETTO, 2010b, p. 255, grifos do autor).

Além de destituir direitos sociais, aplicando políticas de “austeridade”, a estratégia burguesa de recuperação de suas taxas de lucros também acirrará a luta de classes a partir do rompimento do acordo tácito entre burguesia e classe trabalhadora (suas entidades representativas), levando a perseguições abertas ao movimento sindical e outras organizações da classe, como ocorrido na Inglaterra de Margareth Thatcher (1979) e nos Estados Unidos de

⁷⁵ Nas palavras de Netto (2012), Estado mínimo para o social, máximo para o capital.

Ronald Reagan (1980). Se a geração europeia do pós-guerra vivenciou o pleno emprego, a garantia de acesso a serviços públicos gratuitos e de qualidade, além da certeza de condições para a reprodução social, as gerações seguintes à crise vivenciaram a ameaça do desemprego e da pauperização.

O processo de mundialização do capital, pautado no novo estágio imperialista, ocorreu sob a hegemonia do capital financeiro, e dependeu de intervenções estatais, de mediações políticas, que perpassaram seu movimento por todos os países capitalistas, devido não só à dinâmica da contradição fundamental entre capital e trabalho, mas da própria disputa de frações da burguesia pela hegemonia do ciclo que se iniciava.

Na periferia, onde o Estado de Bem Estar Social nunca se efetivou, foram implementadas diversas medidas de “austeridade”, com a retirada de direitos, o uso da violência estatal, além da busca pela captura do fundo público, fosse a partir de seu redirecionamento para áreas produtivas, fosse a partir do endividamento externo.

A plena incorporação das economias periféricas ao processo de reprodução ampliada do capital ocorreu nos anos 70 do século XX, quando os países então chamados subdesenvolvidos transformam-se em campo de absorção de investimentos produtivos. A seus Estados nacionais coube a continuidade – embora com novas características – do papel de indutores do desenvolvimento econômico, propiciando uma base produtiva integrada às necessidades dos oligopólios internacionais, graças ao apelo ao crédito externo para o financiamento daquela base e da sua expansão. (MOTA, 2009, p. 07-08).

Diversos governos se encontravam em uma situação de poucos recursos para execução de programas e políticas, dependendo, por conseguinte, do capital financeiro internacional (MOTA, 2009). Uma alternativa posta pelo capital aos governos de países que enfrentavam a recessão foi a de tomar empréstimos junto ao Banco Mundial e a outros organismos multilaterais e empresariais, a fim de investir em obras públicas de infraestrutura ou na produção de bens de consumo coletivos, que, além de atender a necessidades sociais, também serviu como ferramenta auxiliar no rebaixamento do custo da força de trabalho.

No Brasil, como em outros países da América Latina, o acirramento da luta de classes no contexto em que as grandes potências imperialistas apostavam no neoliberalismo, levou a diversas experiências de governos autoritários e ditatoriais (no findar dos anos 1970 até os anos 1980), que operavam o terrorismo de Estado casado a guerras psicológicas, com o assassinato de e a ameaça a milhares de pessoas por todo o continente, evidenciando o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista. O imperialismo vestia – e ainda veste – novas roupas sob o selo da mundialização do capital, mas expõem as velhas cicatrizes das amarras de sua dominação nos países colonizados, em que são introjetadas ideologias próprias à estratégia burguesa de contratendência à queda de sua taxa média de lucros.

Mesmo com os processos de redemocratização, a pobreza se espalhava, na proporção em que os Estados latino-americanos se endividavam, e a classe trabalhadora e o exército industrial de reserva eram suas principais vítimas, gerando indignação e revolta, que serviram de estímulo ao processo de reorganização da classe no continente, com diversos movimentos de resistência contra os ataques burgueses, como E.Z.L.N., em México, M.S.T. no Brasil, as greves de mineradores, no Chile, a luta dos povos originários, em Bolívia e Equador, o levante contido na Nicarágua e em El Salvador, dentre outros exemplos.

Naquele contexto de crise, a ideia do *risco social* aparece como elemento da vida social. Segundo Martins (2012), a teoria do risco social surge na década de 1980, a partir da publicação do livro *Sociedade do risco*, de Ulrich Beck, em que o autor argumenta que “[...] a possibilidade de ocorrência de eventos futuros passa a ser pensada como passível de controle pelos indivíduos. Assim, resgata-se a responsabilidade individual presente na capacidade humana de escolhas.” (BECK apud MARTINS, 2012, p. 07). Tal conceito concorre para o reforço ao individualismo, e se revela enquanto um dos elementos da ideologia propagada por correntes do neoliberalismo, através de aparelhos privados de hegemonia como Universidades, Organismos Multilaterais, Organizações Não-Governamentais, Institutos de Pesquisa e de Opinião, etc.

A ideia do “risco social”, da qual divergimos, aponta que com a destruição das bases da sociedade industrial e o advento da “sociedade de riscos”, o Estado deixa de ser o responsável pela “segurança” e o comportamento do indivíduo é o principal determinante para a efetivação dos riscos. Ou seja, há uma responsabilização dos sujeitos por suas condições de vida, “desqualificando as instituições de proteção social, vistas como ineficientes nesse novo momento” (MARTINS, 2012, p. 07). Reforçando a lógica neoliberal, tal argumento pode ainda ser incorporado à lógica de justificação das privatizações, da mercantilização das políticas sociais e públicas, pela própria culpabilização dos indivíduos não “precavidos” e não empreendedores, fazendo eco ao discurso da direita conservadora cooptada ao projeto ultraliberal (CASTELO, 2020a, p. 94), que condena os direitos sociais (inclusive aqueles voltados aos miseráveis) e dá centralidade ao mercado e à caridade cristã e filantrópica.

Castel discorda da concepção de Beck, e analisa as transformações no mundo do trabalho para explicar o que chamará de “nova questão social”, tomando o conceito de risco social como “um evento que compromete a capacidade dos indivíduos de assegurar por si mesmo sua independência social.” (2005, p. 27). Ao analisar as modificações no mundo do trabalho a partir da crise dos anos 1970, Castel (2005) identifica a grande mobilidade, associada à fragilização dos vínculos sociais colocando a sociedade em estado de risco social, onde o

futuro se torna incerto. Apesar das divergências teórico-metodológicas, concordamos com Castel (2005) ao apontar que o *risco social* se firma como elemento da vida social, mas entendemos que há uma inversão na lógica do autor.

O “risco” ou a “insegurança” são determinados pela própria dinâmica da reprodução do capital, que repercute no complexo de totalidades, sejam expressas pelo nível de consciência da classe trabalhadora (que hora está ativa, hora compõe o exército industrial de reserva), sejam pelas crises, implicando em alterações nas formas de enfrentamento às diversas expressões da “questão social”, dentre as quais destacamos aqui a decadência ideológica que influenciará diretamente a dinâmica da vida cotidiana, ampliando o espaço para a ascensão de pautas conservadoras e do neofascismo.

Para nós, o que tais autores definirão como “risco social” não passa daquilo que Marx já apontava em pleno século XIX: o fenômeno do pauperismo, que, como já enunciamos, é intrínseco ao modo de produção capitalista, só podendo ser superado a partir de uma *revolução total* (LEFEBVRE, 1991).

A compressão espaço-temporal que impulsionou a reestruturação produtiva e o novo imperialismo, impôs uma aceleração no processo de produção de mercadorias que se repercutiu na sociabilidade, de forma a impor uma aceleração dos indivíduos, gerando a “angústia” em contraposição à “segurança”, levando a esse novo “mal-estar da civilização”: a depressão, tornando a força de trabalho subutilizada ou mesmo inutilizável, descartável para o capital, passando a ser responsabilidade das políticas sociais (em que a classe trabalhadora disputará espaço para atendimento pela política de saúde, no âmbito da seguridade social) (KEHL, 2009).

Além da depressão que revela a “angústia” expressa no pensamento pós-moderno (COUTINHO, 2010), a “insegurança social” emerge como elemento que constrói o medo. O Estado também realiza medidas para a construção da ideia do medo, a partir da “insegurança social” (WACQUANT, 2007), como meio de garantir legitimidade à sua principal forma de dominação: a coerção. A força estatal utiliza-se da violência e da justiça, legitimada socialmente como forma de se garantir a “paz” necessária à dominação burguesa sobre a classe trabalhadora⁷⁶ e como forma de punição aos pobres que enfrentam o sistema, que se indignam e rebelam contra a ordem.

O medo é necessário como mais um dos múltiplos requisitos sociais para o processo de produção capitalista, que em seus períodos de queda na taxa de lucros precisa criar mecanismos –

⁷⁶ Seria aqui necessário um maior aprofundamento sobre a categoria medo social, além de um maior debruçamento sobre o livro *Punir os Pobres: nova gestão da miséria nos Estados Unidos*, de Loïc Wacquant, que aponta pistas para que possamos analisar essa expressão fenomênica da crise.

que usa inclusive o terrorismo de Estado – para garantir a continuidade do processo de exploração da classe trabalhadora, de extração de mais-valia e de sua realização, utilizando-se também de mecanismos ideológicos que implicam na formação de novas culturas, de novas subjetividades, para garantir, como vimos, saídas à crise, objetivamente, em uma relação de complementariedade, totalidade impossível de ser fragmentada a não ser à custa da perda da dialética.

Segundo Coutinho (2010), “ao analisar o ciclo da acumulação capitalista, Marx demonstrou a necessidade da alternativa entre períodos de expansão e períodos de crise, entre uma estabilidade relativa e épocas ‘explosivas’” (p. 62). Tal movimento faz parte da lógica contraditória do capital, em que o conjunto do capital compete entre si, disputando o lucro, e que em conjunturas de crise absorve os capitais menores.

O ciclo de acumulação do capital tem o sentido de valorização do valor produzido pelo trabalho, porém, em sua análise deve ser considerada não apenas a produção, mas seu processo de reprodução. O processo de reprodução afeta diretamente as relações sociais, modificando as condições sociais e materiais. O ciclo não se reproduz de maneira contínua, sendo afetado por elementos internos e externos, tais como a elevação da composição orgânica do capital, em que o aumento da tecnologia, de equipamentos e maquinaria mais avançados eleva a produtividade às custas de uma redução do emprego da força de trabalho, ampliando a superpopulação relativa com a redução do capital variável (OSORIO, 2012).

[...] a elevação da produtividade aumenta a massa de valores de uso na qual o valor é encarnado. O capital comprova que, “quanto mais se desenvolve [...] a força produtiva, tanto mais ela entra em conflito com a estreita base sobre a qual repousam as relações de consumo”. A elevação da composição orgânica provoca, por sua vez, a queda tendencial da taxa de lucro, o que propicia a sobreacumulação (relativa) de equipamentos, maquinaria e matérias-primas, os quais não podem ser reincorporados à produção se a taxa de lucro não se eleva. Enquanto isso não ocorre, a crise se faz presente e múltiplos capitais se veem destruídos ou absorvidos por outros. As crises servem como estopim para restabelecer novas condições para a rentabilidade do capital, para voltar a propiciar a renovação de seu ciclo de reprodução e de suas contradições econômicas sociais em novos estágios. (OSORIO, 2012, p. 63).

Ao analisar o que chamou de capitalismo tardio, Mandel também destaca o processo de elevação da composição orgânica do capital e o problema da prevalência do capital constante sobre o capital variável, que aponta “a tendência de redução do trabalho vivo e o problema da relação criação/realização da mais-valia” (BRAZ, 2012, p. 470). Tais elementos e tendências seriam marcas da crise atual,

[...] movida pela natureza contraditória do desenvolvimento capitalista que, ao potencializar seu processo de reprodução ampliada (sua própria acumulação de capital), reproduz os fatores que exponenciam suas contradições e acionam crises que, desde as últimas décadas do século XX, têm maior duração e se exprimem em períodos menos espaçados (e sem ondas longas expansivas), alternando períodos (espasmódicos) de crescimento, auge, crise, recessão/depressão, retomada. (BRAZ, 2012, p. 470).

As crises abrem espaços para a recomposição do capital, alterando a dinâmica do modo de produção capitalista e de suas relações sociais. Segundo Marcelo Braz (2012, p. 475-477), o processo de valorização do capital no atual estágio do capitalismo ocorre fundamentalmente de quatro formas:

a) **migrando para áreas ainda inexploradas que podem fornecer novos espaços de acumulação de capital, especialmente para os segmentos, ainda não explorados do setor de serviços (saúde, educação e previdência)**, em geral a cargo do Estado, nos quais o montante de mais-valia extraída do trabalho vivo se valoriza através de meios que mercantilizam os diversos níveis da vida social, ao mesmo tempo em que podem ser espaços fecundos para, segundo os termos de Mandel, transformar serviços (sociais, culturais) em mercadorias, industrializando-os. [...];

b) **avançando sobre a natureza, no sentido de industrializar e mercantilizar os recursos naturais** — não é à toa que a Nestlé e a Coca-Cola tentam no âmbito da OIT tornar a água um bem energético que a torne commodity; e não é à toa que estamos assistindo, em pleno século XXI, à pilhagem contemporânea de terras e recursos naturais dos países periféricos por parte de grandes grupos do capital financeiro. [...]

c) investindo nos setores rentistas, preferencialmente nos segmentos de renda fixa que melhor remuneram o capital, **como os títulos das dívidas públicas de países como o Brasil onde quase metade do orçamento federal está comprometida com o pagamento dos serviços da dívida (juros e amortizações)**;

d) ou, ainda, **investindo na produção de artefatos bélicos, o que supõe a criação de conflitos e guerras que possam animar a indústria bélica e que possam ser espaços de destruição de forças produtivas**. Aqui, reitere-se o papel da segurança privada, profícuo para a potenciação de armamentos e acessórios sofisticados voltados para o uso civil e para a prestação de serviços de segurança. [...] (grifos nossos).

Tais estratégias criadas pelo capital reconfiguram as relações sociais de produção, interferindo na dinâmica da luta de classes. Construiu-se uma “hegemonia incomparável das forças do capital, estabelecendo uma *onda longa contrarrevolucionária*” (BRAZ, 2012, p. 479, grifo do autor). O conservadorismo se estabeleceu como alternativa cultural e política difundida pelo neoliberalismo, que segundo Braz (2012), se expressam tanto na direita – clássica e sua versão atualizada – como na esquerda pós-moderna.

Nas crises, a luta de classe se acirra e transparece apesar dos esforços de ocultamento realizado por setores conservadores, que muitas vezes constroem “novos conceitos, mas estes serviam como véu que encobre a essência, acabando por reforçar sua ‘aparência enganadora’” (BRAZ, 2012, p. 481), ou seja, substitui-se o termo *luta de classes* por lutas sociais ou outros, ou mesmo se substitui qualquer terminologia que remeta a um conflito deliberado entre classes sociais, ocultando a realidade e apontando fenômenos localizados como sendo a própria realidade, o que implica em formulação de saídas e políticas que não tocam a essência dos fenômenos, que não abordam a crise em suas determinações mais concretas, muitas vezes focando na ordem do discurso, dos direitos (especialmente ao consumo) e dos privilégios, buscando camuflar a contradição fundamental entre capital e trabalho, entre produção

socializada da riqueza e apropriação privada dela. Como afirma Braz (2012, p. 481): “Capitalismo é luta de classes. Enquanto aquele existir, esta persistirá.”.

Segundo Fiori, nas crises se “refazem as relações entre as formas política e econômica de dominação” (1995, p. 68), afetando a direção cultural, política e a própria ação do Estado. Como vimos, o neoliberalismo foi uma resposta à crise. Sobre o neoliberalismo, Dardot e Laval (2016) apontam que nessa “nova razão do mundo” aspectos da vida cotidiana são regidos pela economia, orientando condutas, direcionando escolhas e influenciando as práticas dos indivíduos. Para os autores, “Com o neoliberalismo o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos” (2016, p. 16). Assim, o neoliberalismo é parte da decadência ideológica do tempo presente, uma vez que, segundo os autores, constitui uma racionalidade que “tende a estruturar não apenas a ação dos governos, mas até a própria conduta dos governados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

A concorrência se expande de tal forma, que a própria democracia fica abalada: “Não se trata mais de postular um acordo espontâneo entre os interesses individuais, mas de produzir condições ótimas para que o jogo de rivalidade satisfaça o interesse coletivo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69). Assim a racionalidade burguesa neoliberal, para os autores, busca criar estratégias de destituição de direitos a favor de uma “lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 34).

O neoliberalismo assumiria o papel de “refundador intelectual” de toda a sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 35), daí a decadência ideológica burguesa no tempo presente. Para refundar a sociedade a partir dessa “nova razão do mundo”, o neoliberalismo instaura um clima em que “uma guerra [vem] sendo travada pelos grupos oligárquicos, na qual se misturam de forma específica, a cada ocasião, os interesses da alta administração, dos oligopólios privados, dos economistas e das mídias [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 20). O objetivo é e não é comum, querem uma transformação em que eles detenham o domínio sobre a sociedade “[...] impondo-lhe a fórceps a lei tão pouco natural da concorrência e o modelo da empresa”. Para isso, “[...] é preciso enfraquecer as instituições e os direitos que o movimento operário conseguiu implantar a partir do fim do século XIX” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21).

Dardot e Laval apresentam um conceito de Wendy Brown, de *desdemocratização*, que significa o movimento de perda da normatividade da democracia liberal, com a desativação de seus fundamentos como igualdade, emancipação política, laicidade, universalidade, cidadania e liberdades civis; um processo “que consiste em esvaziar a democracia de sua substância sem a extinguir formalmente” (2016, p. 20).

O sistema neoliberal é instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em nível nacional e internacional. Oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais formam uma coalizão de poderes concretos que exercem certa função política em escala mundial. Hoje, a relação de forças pende inegavelmente a favor desse bloco oligárquico (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 8).

O Golpe de 2016 revela esse elemento de mudança nas relações entre Estado e classes sociais. Relações que se adaptam às respostas criadas pela burguesia à crise de capital, envolvendo não somente as disputas entre suas frações, como também realizam um aumento da exploração da força de trabalho – principalmente nos países periféricos –, na tentativa de elevação da taxa de mais valia, com a aceleração do ciclo de rotação do capital (pela criação de uma cultura do consumo, com o alto investimento em publicidade e marketing, fornecimento de crédito, a obsolescência programada etc.), nas disputas e guerras imperialistas, “que permite explorar o diferencial de produtividade do trabalho e baixar os custos das matérias-primas, reprimarizando inclusive alguns países, tendo em vista as suas vantagens comparativas e sustentação no mercado mundial, como é o caso do Brasil” (BEHRING, 2012, p. 174), além da intervenção pública direta, garantindo a socialização das perdas dos capitalistas com toda a sociedade, via renúncias fiscais, perdão de dívidas, fortalecendo a indústria da guerra, dentre outras medidas (BEHRING, 2012).

Tal direção tem como uma de suas determinações a correlação de forças na luta de classes e intraclasses (suas frações), em que as contradições do modo de produção capitalista se acirram a depender de sua dinâmica. Segundo Fiori (1995), as crises políticas – que para nós fazem parte da crise do capital, em uma totalidade, sem separações ou fragmentações, ainda que estas sejam um recurso “didático” para alguns autores – devem ser compreendidas, sobretudo no capitalismo monopolista, a partir dos conflitos “que, no processo social de valorização, empurram e limitam, permanentemente, a eficácia da intervenção econômica, social e política do Estado” (p. 64).

As crises expõem e requalificam a “questão social”, cuja gênese está no caráter coletivo da produção (social) contraposto à sua apropriação privada da riqueza produzida pelo trabalho, ou seja, está na formulação marxiana apresentada na Lei Geral da Acumulação Capitalista.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto

maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista. (MARX, 2008b, p. 209).

A partir da lei geral de acumulação capitalista, é possível estabelecer as bases para a relação entre trabalho e capital no modo de produção capitalista. A “questão social” é tida como categoria teórica formulada a partir de um fenômeno do real: o pauperismo (NETTO, 2010a). A “questão social” é vista como indissociável da sociabilidade capitalista, sendo determinação para e determinada por modelos de organização do trabalho e da configuração estatal, particularmente na fase monopolista do capital (IAMAMOTO, 2011), dando base à formulação de direitos e políticas sociais, que ganharão maior ou menor operacionalidade a partir do contexto da luta de classes no modo de produção capitalista.

Sabemos que as crises fazem parte da lógica contraditória do modo de produção capitalista. Surgem das contradições, em uma relação dialética que se expressa não apenas objetivamente, mas na própria subjetividade constituinte das relações sociais. Mais uma vez afirmamos que a “insegurança social”, enquanto forma que se vincula ao medo socialmente constituído, é um elemento subjetivo que parte de uma realidade objetiva: o processo de crise do capital e de resposta à esta crise.

A generalização da “insegurança social” é uma expressão ideológica do chamado tempo presente, tempo que ganha o sentido histórico que os homens e as mulheres lhe dão. A chamada “insegurança social” é resultante das relações sociais próprias ao modo de produção capitalista em sua fase atual, produzidas pelos aparelhos privados de hegemonia da burguesia com o forte incentivo do Estado. Tal generalização se revela necessária, para que assim se possa enfrentar as condições que permitem a organização da *classe em si* (MARX, 2007), seu retorno à *serialidade* (IASI, 2012).

Diante da atual forma de acumulação capitalista, da nova “morfologia” da classe trabalhadora, fortalecem-se as determinações que prendem a classe no seu momento inicial de serialidade, isto é, na situação na qual os trabalhadores ocupam o mesmo lugar, desenvolvendo práticas comuns, sem que constituam uma classe, mas se vejam reduzidos à pluralidade de indivíduos isolados (MARX, 2005, 2013; SATRE, 1979). (IASI, 2018, p. 23).

Se a organização da classe em seu nível de consciência de *classe em si* expressa sob a consigna “direito a ter direitos”, pressionou o Estado de forma a implementar – até certos limites – políticas sociais progressistas, a fim de garantir condições para sua reprodução social; a destruição de tais políticas possibilita novas condições de exploração da força de trabalho e o redirecionamento do fundo público (BEHRING; BOSCHETTI, 2008), tendo como pré-condição o enfrentamento pelo capital das condições que possibilita a organização da classe em si mesma.

Desde o processo de instauração do regime de acumulação flexível, Ricardo Antunes afirma que há uma nova morfologia do trabalho que impõe uma “informalização do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, do ciberproletariado” (2015, p. 127), em que a classe que vive do trabalho é cada vez mais desprovida de direitos, com a mercadorização dos serviços públicos (como educação, saúde, energia, previdência, etc.) e ameaçada pelo desemprego estrutural.

Nesse processo ocorre uma intensificação das formas de extração de trabalho, comprime-se cada vez mais a relação tempo-espço, ampliam-se as terceirizações, o que altera radicalmente o modo do capital produzir as mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais (ANTUNES, 2015, p. 129). Cada uma das transformações que compõem essa nova morfologia do trabalho repercute no plano organizativo, valorativo, subjetivo e ideo-político da classe trabalhadora.

O processo de precarização estrutural do trabalho encontra baixa resistência junto à classe trabalhadora – ameaçada pelas transformações no modo de produção capitalista, que esvazia suas organizações clássicas, como os sindicatos. Assim, o capital exige a flexibilização das legislações sociais e encontra facilitação por parte dos Estados.

E flexibilizar a legislação social do trabalho significa – não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso – aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro. (ANTUNES, 2015, p. 130, grifo do autor).

Em 2019, segundo o IPEA, mais da metade dos brasileiros pobres não teve ou perdeu rendimentos. E os pobres assalariados tiveram seus salários corroídos pela inflação e pela alta no INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (MADEIRO, 2019). Em 2020, com o cenário pandêmico, o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo cresceu em relação a 2019, revelando a alta dos preços na cesta básica de brasileiras e brasileiros, com a maior taxa em quatro anos (FORBES, 2021)⁷⁷. Ainda que o número de miseráveis tenha sido reduzido momentaneamente com o auxílio emergencial, em 2020, a perspectiva é de aumento da miséria e da fome em patamares não vistos há décadas, devido não só ao fim do auxílio emergencial ou sua redução significativa, mas também ao desemprego registrado em 2021, que não pode ser atribuído apenas ao cenário pandêmico, mas ao desemprego estrutural, a uma lógica que sobrepõem o lucro em detrimento às vidas de trabalhadoras e trabalhadores e da própria correlação de forças na luta de classes.

⁷⁷ Fonte: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/01/alimentos-pressionam-e-ipca-termina-2020-a-452-a-maior-taxa-em-4-anos/>.

Após a “Reforma” Trabalhista, que no discurso midiático prometia mais empregos aos trabalhadores e às trabalhadoras brasileiras, a taxa de desemprego teve queda ínfima, terminando 2019 em 12,1%, 12,8 milhões de desempregados segundo a OIT (CHADE, 2020), taxa que no cenário pandêmico se amplia a mais de 14%, ou seja, atualmente são mais de 14 milhões de desempregados (FOLHA, 2021)⁷⁸, tendendo a crescer com planos de demissão voluntária de servidores públicos, que Paulo Guedes tentara implantar, com a falência de milhares de pequenas e médias empresas no contexto da pandemia, mas, significativamente, com o fechamento e migração de grandes indústrias, empurrando a passos largos amplos setores da classe trabalhadora em direção à informalidade, à pobreza, quando não, à morte. Segundo Behring (2019), existe no Brasil uma “persistência do desemprego e das expressões da questão social daí decorrentes – pauperismo, violência endêmica, superlotação das prisões etc. Hoje temos cerca de 28,3 milhões de [trabalhadores] subutilizados, classificação atual do IBGE que soma todos os que estão de fora [...]” do mercado de trabalho, sem contar os desempregados.

Outros dados apontam que no Brasil, dos 92,2 milhões de trabalhadores, aproximadamente 36,8 milhões estão na informalidade, o que corresponde a cerca de 39,9% da força de trabalho no país, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) do IBGE, referentes ao primeiro trimestre de 2020. Ou seja, quatro em cada dez ocupados no país trabalham sem vínculos formais, sem o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários garantidos, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais (SEDET, 2020).

No cenário mundial, o isolamento social necessário à contenção da propagação da Covid-19 impactou aproximadamente de 1,6 bilhão de trabalhadores informais em todo o mundo, o que provocou uma queda de rendimentos estimada em 60% (SEDET, 2020). Brasil e EUA foram os países mais afetados, tendo como uma das razões os negacionismos genocidas mais radicais de Bolsonaro e Trump⁷⁹ (IBRAHIM, 2021).

Nas economias de capitalismo central, a taxa de informalidade é considerada relativamente baixa, situando-se em torno de 18,3%, mas nos países periféricos esse índice chega a alarmantes 79% (OIT, 2020), o que revela a desigualdade entre centro e periferia no acesso a direitos e à “segurança” da existência mesmo em um contexto pandêmico, revelando

⁷⁸ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/taxa-de-desemprego-em-janeiro-e-a-pior-para-periodo-na-serie-historica-diz-ibge.shtml>.

⁷⁹ “Segundo relatório apresentado em fevereiro de 2021, pela *Lancet Commission on Public Policy and Health in the Trump Era*, os Estados Unidos poderiam ter evitado 40% das mortes por Covid-19. De acordo com o documento, Trump é amplamente responsável por não levar a pandemia a sério desde o início, não ter encorajado o uso das máscaras, ter espalhado teorias da conspiração e prejudicado cientistas e outros profissionais que buscaram combater a propagação do vírus. ‘Políticas públicas e saúde na era Trump’. *The Lancet*, 2021.” (IBRAHIM, 2021, p. 32).

uma das múltiplas razões de países como Índia e Brasil terem sofrido mais perdas populacionais vitimadas pelo vírus (IBRAHIM, 2021).

No contexto brasileiro, a taxa de informalidade varia consideravelmente entre os estados e regiões do país, o que expressa também a marcante “questão regional” que constitui nosso processo de formação sociohistórica do espaço brasileiro. O estado do Pará, por exemplo, apresenta a maior taxa de informalidade, atingindo 61,4% de sua força de trabalho, enquanto Santa Catarina possui a menor taxa, com 26,6%. O Distrito Federal, centro do Poder, apresenta uma taxa de informalidade de 29,8%, e o Ceará, uma das maiores taxas, com 53,8% de trabalhadores na informalidade (SEDET, 2020). Ainda assim, no Nordeste brasileiro, o estado do Ceará ocupa a terceira posição em relação à taxa de informalidade, ficando atrás do Piauí e do Maranhão. De fato, as regiões Norte e Nordeste do Brasil possuem os maiores níveis de informalidade no mercado de trabalho, apontando a desigualdade regional na dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado internamente.

Outros dados que achamos relevantes são os indicadores levantados pelo IBGE, que revelam que a população desempregada aumentou em 898 mil pessoas, em relação ao trimestre anterior, desmentindo a falácia dos benefícios positivos da realização de uma reforma da previdência. A taxa de desemprego em abril de 2020, momento em que ainda se iniciavam os processos de *lockdown*, foi de 16,6%, que no mesmo período do ano anterior estava em 12,5%. Em resumo, os dados mais recentes do IBGE revelam a magnitude da exclusão social e da precariedade das relações de trabalho no Brasil. Cerca de 23,9 milhões de pessoas estão em situação de desemprego, subemprego ou desalento, além dos 34,6 milhões de trabalhadores informais, uma massa significativa de trabalhadoras e trabalhadores, que vendem sua força de trabalho, vistas como uma mercadoria lucrativa para a extração de valor pelo capital.

Se a realidade de frações significativas da classe trabalhadora é de “insegurança da existência”, por outro lado, em 2019 o número de bilionários no Brasil passou de 180 para 206, o equivalente a 0,0000001% da população brasileira. Somente os dez mais ricos do Brasil – homens, brancos, vários deles envolvidos em escândalos de corrupção e em denúncias de descumprimento da legislação trabalhista – concentravam 408.8 bilhões de reais. Isso equivale a pouco mais de 6% do PIB nacional, segundo a revista Forbes (2019). Além disso, o número de milionários também subiu, chegando a 199 mil pessoas (COTIAS, 2019)⁸⁰. Esse crescimento no cenário pré-pandêmico se justifica com as medidas de ajuste fiscal e de relaxamento de impostos, de garantias ao investimento financeiro-especulativo, de concessão de subsídios e

⁸⁰ Fonte: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/hora-de-investir/noticia/2019/10/21/clube-dos-milionarios-no-brasil-ganha-42-mil-novos-membros.ghml>.

empréstimos à burguesia nacional e àquela interessada em investir no Brasil, o que justifica o apoio de frações significativas de tal classe ao governo de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão.

Em 2020, em pleno cenário de crise mundial devido à pandemia de Covid-19, o número de “ricos” (que preferimos chamar burgueses) e de sua riqueza se ampliou astronomicamente. As 500 pessoas mais *ricas* do planeta ficaram até 31% mais ricos segundo o Índice de Bilionários da *Bloomberg*, reproduzido pelo jornal Valor Econômico, somando US\$ 1,8 trilhão a suas fortunas (VALOR, 2021)⁸¹. A concentração de capital cresceu significativamente em setores estratégicos (como o de mineração, aplicativos e telecomunicações, alimentos e comércio online) no ano da pandemia (FORBES, 2021). No Brasil, segundo jornal Valor Econômico, “levantamentos mostram que durante a pandemia a fortuna de 42 bilionários do país aumentou US\$ 34 bilhões”⁸². Além disso, em 2020 houve um aumento no número de bilionários brasileiros que passou de 206 a 238 (UOL, 2021)⁸³. Apesar de o aumento ser considerado pequeno por um(a) leitor(a) menos atento(a), é importante destacar que o cenário da crise fechou milhares de empresas e suspendeu o contrato de trabalhadores(as) em contraste com a significativa ampliação de seus lucros, que segundo o portal UOL, suas fortunas apresentaram uma alta de 33% em relação à soma do ano de 2019. Esse fenômeno ilustra a tendência de disputa dos próprios capitalistas no movimento de acumulação de capital, em que os processos de centralização e concentração permanecem ampliando as distâncias entre os próprios capitais.

Segundo Elaine Behring (2021), no contexto de pandemia, em que se impôs o isolamento social como medida de prevenção, a proposta do governo à classe trabalhadora foi a de diminuição dos salários, da jornada de trabalho, aprofundando a crise, pois tal proposta levou à suspensão de contratos e demissão em massa. Por outro lado, o governo Bolsonaro foi muito generoso com as empresas, implementando as Medidas Provisórias nº 927⁸⁴ e 936⁸⁵.

⁸¹ Fonte: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2021/01/02/fortuna-dos-mais-ricos-no-mundo-salta-31-pontos-percentuais-no-ano-da-pandemia.ghtml>.

⁸² Fonte: <https://valor.globo.com/impreso/noticia/2020/07/28/bilionarios-ficaram-mais-ricos-e-miseria-diminuiu.ghtml>.

⁸³ Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/21/novos-bilionarios-da-revista-forbes.htm?cmpid=copiaecola>.

⁸⁴ “Durante o estado de calamidade pública, o empregado e o empregador poderão celebrar acordo individual escrito, a fim de garantir a permanência do vínculo empregatício, que terá preponderância sobre os demais instrumentos normativos, legais e negociais, **respeitados os limites previstos na Constituição. Qualquer redução salarial, por exemplo, somente poderá ser realizada por meio de convenção ou acordo coletivo de trabalho**, conforme determina o artigo 7º, inciso VI da Constituição.” Assim, o acordado mais uma vez prevalecia sobre o legislado, abrindo-se as possibilidades de teletrabalho, férias adiantadas e férias coletivas, aproveitamento e antecipação de feriados, banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho, suspensão do contrato de trabalho: direcionamento do trabalhador para qualificação, diferimento de recolhimento do FGTS, além de não prever a contaminação por Covid-19 como doença ocupacional. Fonte: <https://www.fecomerciomg.org.br/news/mp-927-2020-conheca-os-principais-aspectos-da-nova-medida-trabalhista-sobre-o-coronavirus/>

Mesmo antes da pandemia, como resultado do contexto de crise e da (contra)reforma trabalhista, “[...] trabalhadores(as) sem carteira assinada e sem direitos somavam, no final de 2019, o recorde de 11,8 milhões e este tem sido resultado da contrarreforma trabalhista.” (BEHRING, 2021, p. 228).

Diante dessa dramática condição social, a resposta de Guedes é colocar em questão por que os pobres não poupam (sic!) e sugerir o congelamento do salário mínimo. Trata-se do mais profundo darwinismo social ultraneoliberal, de um ataque inédito aos trabalhadores(as) dos setores público e privado. Ao juntar todas as faixas de desemprego do IBGE, há mais de 30 milhões de desempregados/as. No contexto da pandemia, foram fechados 7,8 milhões de postos de trabalho, e a taxa de desemprego foi para 12,9% da população economicamente ativa (PEA), lembrando que esse percentual não considera trabalhadores ocupados em atividades informais ou que estejam buscando emprego na semana da pesquisa. (BEHRING, 2021, p. 228-229).

Segundo o IBGE “[...]até junho de 2020, houve a extinção de 7,8 milhões de postos de trabalho e a solicitação de seguro-desemprego para 3,9 milhões de trabalhadores. Além disso, “A força de trabalho subutilizada ficou em 30,4 milhões de trabalhadores(as).” (BEHRING, 2021, p. 239). Em julho, a taxa de desemprego chegou a 13,1% e 522 mil negócios suspenderam atividades ou fecharam definitivamente [...]” (BEHRING, 2021, p. 238). Para a autora (p. 229):

Esses são dados do IBGE de junho de 2020, que mostram uma imensa tragédia que essa perspectiva ultraneoliberal não tem qualquer condição de enfrentar, ou mesmo o desejo, já que se orienta por uma visão meritocrática, segundo a qual o desemprego é um problema individual e os bens e serviços devem ser acessados no sacrossanto mercado deificado, o que é acompanhado do negacionismo da pandemia. E mais: o que vemos como precarização e trabalho sem direitos eles veem como empreendedorismo.

A forma de enfrentamento à questão veio a partir de uma política de assistência social imediatista: o Auxílio Brasil, programa necessário, proposto pelo Congresso, como meio de controlar a intensificação do crescimento do pauperismo. Tal programa, com todas as críticas que podem ser feitas a ele, atuou sobre a realidade concreta da nossa classe:

[...] Até julho de 2020, a Dataprev analisou 108,4 milhões de cadastros, dos quais 64,1 milhões estão recebendo o auxílio, conforme apontamos anteriormente, incluindo os inscritos no Bolsa Família, a um custo de R\$90,8 bilhões de reais. Chama atenção na conta o número de solicitações negadas, o que requisitaria uma investigação mais profunda sobre os fundamentos do bloqueio de acesso. Houve residuais tentativas de fraude no programa que foram amplamente divulgadas na imprensa, mas que não diminuem o impacto desses números e menos ainda das imagens das filas na frente das agências da Caixa, que lamentavelmente se tornaram focos de propagação do vírus. (BEHRING, 2023, p. 238).

⁸⁵ “Basicamente, a principal medida que a MP 936 propunha era a possibilidade de redução da jornada de trabalho, e consequentemente do salário, por até 90 dias, e a suspensão temporária do contrato por até 60 dias. As duas medidas poderiam ser combinadas, desde que o prazo total não excedesse 90 dias”. Fonte: <https://tangerino.com.br/blog/mp-936/#:~:text=Basicamente%2C%20a%20principal%20medida%20que,total%20n%C3%A3o%20excedesse%2090%20dias>.

Um dos elementos que justificam a maior acumulação de riqueza está no âmbito político-econômico, num movimento que antecede o cenário pandêmico, com a operacionalização de contratendências à crise implementadas pelo Estado brasileiro, que se intensifica com a crise pandêmica, com a maior flexibilização dos direitos⁸⁶, nas isenções e subsídios às grandes empresas⁸⁷ e à ínfima e desproporcional taxaço sobre grandes fortunas e sobre transações do mercado financeiro – que em 2019 obteve a maior alta de movimentações⁸⁸ desde 2016, com as políticas econômicas do governo Bolsonaro (BERTÃO, 2019) e bateram novo recorde em 2020 com as transações de fusão e aquisições, em que a falência de uns é o lucro de outros, o que garante uma relativa perpetuação no processo de concentração e centralização de capitais por parte de frações da burguesia. É momento do ciclo de reprodução do capital, que garante a hegemonia do capital financeiro, reitor do tempo presente, do cotidiano da reprodução das relações sociais de produção.

A miséria causada pelo fenômeno do pauperismo atinge as massas exploradas não apenas material, mas também ideologicamente. Atinge de tal modo, que altera qualitativamente uma condição objetiva da luta de classes, que afeta sua própria subjetividade.

Para se alcançar uma situação revolucionária, de rompimento com a lógica do modo de produção capitalista, são necessárias condições, segundo Iasi (2010), tais como 1) a impossibilidade de manutenção da dominação burguesa (crise das “cúpulas”, crise da política da classe dominante), onde a indignação e o descontentamento das classes oprimidas forçam um caminho de transformação; 2) o agravamento extremo da miséria e da angústia das classes oprimidas; e 3) a acentuação da atividade das massas que se deixam pilhar em períodos pacíficos, mas que se rebelam e revoltam em períodos de crise de forma independente⁸⁹. Mas, além dessas mudanças objetivas, é preciso que ocorra uma mudança subjetiva, de nível de consciência: a capacidade da classe trabalhadora de conduzir a ação revolucionária das massas, de forma vigorosa.

A ofensiva capitalista, que ora vivenciamos, impacta na vida cotidiana da classe trabalhadora impondo o pauperismo, em que o desmonte das políticas sociais, que repercute

⁸⁶ Recorde-se o apelo do Ministro do meio ambiente (Ricardo Salles), de que era preciso aproveitar o momento para fazer “passar a boiada”.

⁸⁷ Lembre-se também que o socorro aos bancos e empresas por parte do Governo Federal foi bastante anterior ao auxílio emergencial.

⁸⁸ Apesar da queda de investimentos no exterior, 2019 foi “[...] o quarto ano consecutivo de crescimento. Em 2015, a compra e venda de ações movimentou, em média, R\$ 6,0 bilhões por dia. No ano passado, chegou a média diária chegou a R\$ 10,8 bilhões. Em 2019, esse volume cresceu 29,1%.”. Fonte: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/bolsas-e-indices/noticia/2019/06/19/volume-de-negocios-na-bolsa-tem-maior-media-historica-em-2019.ghtml>.

⁸⁹ Ver Lenin, 1989.

diretamente sobre a garantia de reprodução da força de trabalho, amplia a pobreza. O ataque (neo)conservador – expressão ideológica da crise de nosso tempo – que tem seu fundamento material na crise do capital e imaterial em um caldo cultural, infiltrado na sociedade ocidental, somado ao processo de deslegitimação e esvaziamento das organizações clássicas da classe trabalhadora servem para o fortalecimento da exploração capitalista.

3.2 O “espírito do tempo” do tempo presente: o debate da decadência e a atualidade brasileira

As frações da burguesia arquitetam e financiam a construção de um Estado radicalmente “mínimo para os pobres e trabalhadores, e um Estado máximo para o capital” (NETTO, 2011). Tentam convencer as massas – com ataques constantes à sua subjetividade – de que dessa forma gerarão mais empregos; de que, assim, trarão um horizonte de mais esperança para todos; de que, finalmente, acabarão com os privilégios.

Privilégio: palavra de ordem nos discursos em defesa de (contra)reforma, como vimos na campanha liderada pela CNI a favor da (contra)reforma da previdência aprovada. Mas que privilégios são estes? Questão polêmica. A ideologia burguesa busca confundir e implantar no senso comum das massas a ideia de que os direitos historicamente conquistados – como acesso à educação gratuita e de qualidade (independentemente do nível), aposentadoria por exercício de função e estabilidade no emprego, dentre outros – são privilégios, quando na verdade, a burguesia luta para que seus privilégios se tornem direitos. Ou seja, para que seus privilégios se tornem regulamentados em lei (se tornem direitos) e sejam operados pelo Estado, é preciso que a lei que favorece a classe trabalhadora seja considerada uma forma *injusta* e garantidora de privilégios.

Daí a implementação de mecanismos que propalem o individualismo, a concorrência, o empreendedorismo, o sucesso pessoal meritocrático (que não enxerga a rede de apoio e o suporte singulares a cada indivíduo), próprios à ideologia burguesa, abordando desde as múltiplas faces do *coach* até a Teologia da Prosperidade, formadoras de uma outra cultura, que se alinhe às necessidades do capital no século XXI, em que conquistas coletivas da classe trabalhadora, direitos e garantias voltados a ela são consideradas políticas retrógradas, anacrônicas, ultrapassadas. Onde o novo é o *self*, a competitividade radicalizada, o individualismo extremo, narcísico (KEHL, 2015).

Segundo Kehl (2015), um dos elementos da cultura moderna é o individualismo, fruto de uma sociedade narcísica. Sabemos que o individualismo é uma das características do liberalismo que se amplia e intensifica na atualidade. Para a autora, o individualismo está fadado

ao fracasso, uma vez que se trata de uma ideologia falaciosa, tendo em vista que *ser humano* implica ontologicamente em uma socialização do *ser humano*. Assim, a ideologia individualista, própria ao tempo presente, seria a mola propulsora do ressentimento social (KEHL, 2015). Ressentimento social disseminado em setores da chamada “classe média”, que teve seus *privilégios* ameaçados pela conjuntura de crise e pela socialização de políticas dirigidas ideologicamente pelas diretrizes do Banco Mundial, que sustentavam a lógica do cidadão-consumidor, reforçando e ampliando o consumo das massas através de políticas de transferência monetária, da facilitação do acesso ao crédito, da valorização do salário mínimo através de medidas estatais de controle da moeda e dos juros (LIMA, 2017).

Segundo José Paulo Netto (2012), com a desqualificação da esfera pública universalizadora própria ao que o autor chama de ideologia neoliberal, “o privilégio é conferido à um individualismo de caráter possessivo” e “o ‘direito à diferença’ se impõe abstrata e arbitrariamente” (NETTO, 2012, 421). A cultura formada pela ideologia da corrente neoliberal reproduz a frase de Margaret Thatcher “não há sociedade, só indivíduos” (NETTO, 2012, p. 421) o que, para nós, com base em Kehl (2015), reforçaria o processo de culpabilização e o ressentimento.

José Paulo Netto ainda afirma:

A dinâmica cultural do capitalismo contemporâneo, o *tardo-capitalismo*, é parametrada por dois vetores, de natureza econômico-política e técnica: a *translação da lógica do capital* para todos os processos do espaço cultural (criação/produção, divulgação, fruição/consumo) e o desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos *meios eletrônicos* (a televisão, o vídeo, a multimídia). Essa cultura incorpora as características próprias da *mercadoria* no tardo-capitalismo: sua obsolescência programada, sua fungibilidade, sua imediaticidade reificante. (2012, p. 419).

Tais elementos, elencados por Netto (2012), apontam um fenômeno próprio ao *tardo-capitalismo*: o desenvolvimento de uma ideologia do consumo. A ideia da fruição pela compra, do consumismo, produz elementos que afetam a própria consciência dos indivíduos, e contribui com o processo de produção capitalista com rotação cada vez mais acelerada, demandando a obsolescência não somente dos produtos, mas das próprias “necessidades fabricadas”, dos desejos. A ideologia do consumo é própria ao capitalismo.

O sentido do consumismo e seu enraizamento na sociedade se devem ao conjunto de operações que são também propaladas pelos aparelhos privados de hegemonia da burguesia, que implantam verdadeiras e *falsas* necessidades no nível de consciência dos indivíduos, e criam comportamentos que os direcionam a reproduzirem padrões sustentados em discursos e propagandas que atacam e moldam sua subjetividade. Exemplos disso se encontram na vida cotidiana das massas, desde a necessidade de uma uniformização de crianças para se inserirem

no processo de educação formal, até os *slogans* publicitários, signos máximos da ideologia do consumo (PASOLINI, 1990).

Caberia, talvez, uma maior exploração da propagação da *cidadania pelo consumo* para compreensão do próprio fenômeno do golpe no Brasil. O processo de construção dessa ideologia é próprio à lógica liberal em sua releitura, que dá centralidade ao mercado. Para Pasolini (1990), que não trata especificamente da cidadania pelo consumo, mas do poder do consumo, uma nova forma de poder construída no bojo do fascismo-clerical italiano, o século XX trouxe um processo de “genocídio cultural”, que tem como cúmplice a intelectualidade que ou produzia nessa direção, ou reagia com indiferença ou mesmo com satisfação.

Uma releitura da cidadania pelo consumo, no Brasil do tempo presente, tem suas raízes no próprio neoliberalismo, como nos ensinou Mota (2008), mas ganha novas características com o *social-liberalismo*, que orientou as diretrizes do Banco Mundial na década anterior, com destaque para as formulações de seu intelectual mais proeminente no último período, Amartya Sen, que relacionava *consumo* à liberdade e ao empoderamento. Tais diretrizes serviram de referência para a formulação do maior programa de assistência social já operacionalizado no país, o Programa Bolsa Família (SILVEIRA JÚNIOR, 2016), por exemplo, em que se assume a lógica de recebimento de um benefício pela mediação bancária, e de suprimento de uma necessidade pela compra no mercado.

O que, em nossa opinião, poderia ser atendido a partir de convênios com a agricultura familiar e agroecologia, com projetos de hortas urbanas comunitárias, restaurantes populares, projetos de gestão democrática das políticas de assistência social, políticas de garantia do direito ao trabalho, economia solidária numa perspectiva crítica, dentre outras propostas mais democratizantes e efetivas, tem sido ignoradas até mesmo em espaços de produção de conhecimento como as Universidades, aderindo-se e repetindo-se o missário do Banco Mundial, que prega uma redistribuição de renda *falseada*, devido justamente à mediação do consumo, em que a renda transferida do Estado, a partir do fundo público, formado principalmente por recursos advindos dos trabalhadores (BEHRING, 2021), retornam sob a forma de lucro e impostos ao mercado e ao Estado pela mediação do processo de compra de mercadorias que suprirão as necessidades prementes das camadas mais pauperizadas.

Concorrem para a lógica do consumismo os programas e projetos implementados pelos governos petistas, que realizaram uma série de incentivos, seguindo o receituário *social-liberal* do Banco Mundial, como a facilitação do acesso ao crédito e ao microcrédito, o incentivo ao empreendedorismo, a isenção de tributos para compra de automóveis e motocicletas, eletrodomésticos e materiais de construção. No período de 2004 a 2014 houve uma explosão

no consumo das famílias brasileiras (FECOMÉRCIO, 2017, p. 11). Se o recorde de consumo anterior havia sido em 1990, com consumo agregado estimado em R\$ 2 trilhões, em 2003 (primeiro ano do governo Lula), este valor alcança R\$ 2,7 trilhões e se expande constantemente alcançando em 2016 o valor estimado de R\$ 4 trilhões (FECOMÉRCIO, 2017).

A ofensiva ideológica ficava por conta da “linguagem puramente comunicativa da indústria”, o *slogan* publicitário (PASOLINI, 1990, p. 45). Os *slogans* expressivos, cuja expressividade monstruosa e imediatamente estereotipada criam uma rigidez e se enraízam no cotidiano, com a constante afirmação de necessidades, modas e aparências de *status*, impõem sobre os indivíduos uma necessidade “eternamente mutável” (PASOLINI, 1990, p. 45), que acaba por remoldar constantemente a própria *psique* destes (KEHL, 2015). Assim, os consumidores passam por um duplo movimento de crise: 1) crise financeira, em que o endividamento das famílias brasileiras alcança níveis astronômicos⁹⁰; 2) as constantes crises em suas subjetividades, com processos de adoecimentos psíquicos⁹¹.

Os governos petistas, alimentando a ideologia do consumo com políticas de incentivo e apoiando a conciliação com a burguesia de setores da indústria e do comércio, com uma política sindical que também incentivava a mercantilização da vida, saíram do Poder Executivo com o recorde de endividamento das famílias brasileira, que em dez anos passou de 18,42% a 46,3%, a maior taxa da série histórica que vai de 2005 (governo Lula) a 2015 (ainda no governo Dilma) (REVISTA VEJA, 2015). Acreditamos, com base em Kehl (2015), que isso contribuiu para a formação de sentimentos de insatisfação, frustração, medo, indignação que irromperam e revelaram contradições culminando em processos também contraditórios como foram os protestos de 2014 e 2015, que resultaram em uma conjuntura propícia ao golpe jurídico, parlamentar e midiático de 2016 e a um caldo cultural como o apontado por Pasolini, que é construído desde os anos 1960 e tem se espalhado globalmente pelo neocolonialismo.

Golpe que não se tratou apenas da derrubada de uma presidenta democraticamente eleita, mas da própria vitória de determinadas frações da burguesia em sua disputa de hegemonia, em que venceu o projeto de radicalização, do ultraneoliberalismo, o projeto privatista, direitista da burguesia, que utiliza da ideologia do consumo a partir da mercantilização da vida, para aportar suas propostas de contrarreformas, especialmente no

⁹⁰ No primeiro semestre de 2023, o endividamento alcança 78,3% das famílias brasileiras, segundo a CNC. Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/endividamento-atinge-783-das-familias-brasileiras-diz-cnc>.

⁹¹ O Brasil é o país com mais casos de adoecimento mental na América Latina. Em 2019, o Ministério da Saúde aponta que são 16,3 milhões de pessoas, com maior prevalência na área urbana (10,7%) do que rural (7,6%), sendo as mulheres mais que o dobro das pacientes, em comparação com a população de homens diagnosticados. Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pesquisas-apontam-aumento-nos-casos-de-depressao-no-brasil/>.

âmbito da política de seguridade social, sustentando a lógica de mercantilização dos direitos e políticas sociais, através do processo de desmonte e precarização do trabalho, dos aparelhos públicos de serviços sociais e da captura do fundo público, intensificado no cenário pandêmico.

O que vimos e estamos vendo é o processo de radicalização das propostas de privatização dos ativos públicos, de desestatização, com a oferta das empresas estatais com preços abaixo do real valor de mercado (após processos de desvalorização e precarização das empresas⁹²), de desvinculação constitucional dos gastos sociais obrigatórios e do desmonte das políticas de proteção social, ameaça de radicalização do “terrorismo de Estado” (LEFEBVRE, 1991), com a implementação de todo um aparato legislativo repressor, de contrarreformas trabalhista e da previdência social, tão ou mais duras que aquelas aplicadas nos governos de FHC e nos governos petistas, entravando o orçamento público – ao menos para a área social – com a aprovação da “PEC da morte”, também conhecida como PEC do teto dos gastos, a Emenda Constitucional nº 95, aprovada em 15 de dezembro de 2016. Segundo Behring (2021),

[...] tornou-se constitucional a correção dos gastos primários pela inflação do ano anterior, por vinte anos. Apesar de a dívida brasileira ter chegado em 2016 a 4,2 trilhões e a relação dívida/PIB estivesse em 70,1%, é preciso compará-la com a de outros países para justificar a necessidade de uma medida tão destrutiva. (p. 192)

Além de tudo isso, não podemos perder do horizonte analítico que tais medidas se formulam e implementam na dinâmica da luta de classes, que, no Brasil, é marcada ainda pelo peso do racismo, esse elemento ideológico que reflete o real, na vida em sociedade. Em nossa estrutura colonial, como vimos, o racismo se estabeleceu como mecanismo estruturador da sociedade, segundo Silvio Almeida (2020, p. 20-21),

O racismo é sempre estrutural [...], ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...]o racismo é manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.

O racismo, que enquanto ideologia compõe a decadência ideológica burguesa, é exemplo de como essa violência materializada na vida cotidiana se entrecruza ao machismo e ao patriarcado. A primeira vítima fatal de Covid-19, identificada ainda no início de 2020, era uma trabalhadora doméstica negra, profecia que manifestou o racismo estrutural na sociedade brasileira no âmbito do acesso à política de saúde: a maioria das mortes por covid-19 foram de mulheres negras. Enquanto 55% de pessoas negras morreram por covid-19, a proporção entre brancos foi de 38%, além disso, mais de 3 milhões de pessoas brancas foram vacinadas, enquanto a população negra vacinada foi de apenas 1,7 milhão (FIOCRUZ, 2021).

⁹² Como exemplos temos os casos dos Correios e da Eletrobrás.

Do total de trabalhadoras domésticas, 65% são negras (AGÊNCIA BRASIL, 2022)⁹³. A polícia matou 5.804 pessoas em 2019, desse total, 75% (4.533) eram negras (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2022). No Rio de Janeiro, o percentual salta para 81% (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2022). Além disso, 77% das vítimas de homicídio no Brasil são negras (idem). No mesmo período, a taxa de mortalidade indígena cresceu mais de 20%, principalmente em disputas de território (idem). A violência contra a mulher, o feminicídio, a violência contra a pessoa com deficiência, as mortes violentas sem causa determinada (que cresceram 35%), enfim... a violência se expressa na maquiagem dos dados que representam o real. Porém, como viemos apontando, a violência não é apenas a morte, o homicídio, a agressão. Ela também tem uma dimensão simbólica, como diria Žižek (2014), representada tanto em quem são essas vítimas (em sua maioria, a população negra e parda, indígenas, homens e mulheres – cis ou trans – da periferia), como também na questão da falta de moradia (três em cada 10 brasileiros (sendo dois negros) ainda moram de aluguel⁹⁴), na falta de acesso às políticas sociais (educação, saúde, transporte e mobilidade etc.⁹⁵), no desemprego (em que do total de desempregados, 65% são negros⁹⁶) e na baixa remuneração (FGV, 2022).

Mesmo com uma (contra)Reforma Trabalhista que prometia mais empregos, o número de brasileiros no regime CLT ou formalizados no serviço doméstico encolheu para menos de 40% dos trabalhadores no setor privado (G1, 2022). Já o número de trabalhadores por conta própria ou sem carteira aumentou em 6,3 milhões. Isso significa que quase 60% da força de trabalho brasileira está entre a informalidade e o desemprego. Desde 2014, em que o número era de 43%, tem ocorrido uma queda constante no número de empregos formais (G1, 2022)⁹⁷. Os negros representam 55,8% da população brasileira e 54,9% da força de trabalho (AGÊNCIA BRASIL, 2021)⁹⁸, a taxa de informalidade entre os negros (44,5%) continuou mais elevada em relação à de amarelos e pardos – de 33,3% (CNN, 2021)⁹⁹.

⁹³ Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/ibge-numero-de-empregadas-domesticas-caiu-em-dez-anos#:~:text=H%C3%A1%20quase%206%20milh%C3%B5es%20de,3%20milh%C3%B5es%20sem%20carteira%20assinada>.

⁹⁴ Fonte: <https://www.terra.com.br/nos/moradia-propria-ainda-e-uma-realidade-distante-para-a-populacao-negra,ce03006c813ebbcce729467017141b0fih3s3x6q.html>.

⁹⁵ Fonte: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2674:catid=28&Itemid=23.

⁹⁶ Fonte: <https://portal.fgv.br/artigos/negros-ainda-sao-maioria-rendimento-ate-2-salarios-minimos#:~:text=Entre%20os%209%2C5%20milh%C3%B5es,amarelos%20totalizavam%203%2C3%20milh%C3%B5es>.

⁹⁷ Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/18/brasil-perde-28-milhoes-de-trabalhadores-com-carteira-em-8-anos-informalidade-e-conta-propria-crescem.ghtml>.

⁹⁸ Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/negros-sao-maioria-entre-desocupados-e-trabalhadores-informais-no-pais>.

⁹⁹ Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/rendimento-de-brancos-e-687-maior-do-que-de-trabalhadores-negros-aponta-ibge/#:~:text=Dos%2099%2C3%20milh%C3%B5es%20de,%2C3%25%2C%20s%C3%A3o%20negros>.

Tais dados, para nós, ilustram como essa ideologia que é o racismo representa a violência historicamente expressa de múltiplas formas na concretude da vida cotidiana. A ideia burguesa do inimigo no outro – no trabalhador, ou no próprio concorrente – que funda as bases da acumulação de riqueza social, para nós, na particularidade brasileira, nada mais é do que a representação do medo da própria burguesia em relação à imagem revolucionária brasileira: a classe trabalhadora, que é em sua raiz negra.

Porém, não é apenas a burguesia que tem medo. A classe trabalhadora e as classes subalternas também acabam sendo controladas a partir da manipulação do medo, que entra no processo de ofensiva ideológica através de sua disseminação pelos aparelhos privados de hegemonia. O que estamos vendo, passados quase sete anos de andamento do golpe, é a nossa classe temer por padecer, de fome, de pobreza, com o desemprego e a insegurança, com a angústia das dívidas que instauram processos de adoecimento físico e mental, com a falta de leitos em Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) no Sistema Único de Saúde (SUS) e mesmo no sistema privado de saúde, pela ausência de uma política de educação preventiva à população, de convencimento, de produção e universalização da vacina contra a Covid-19, com o papel central do governo Bolsonaro operando uma política genocida.

Mesmo antes do cenário pandêmico, as condições de reprodução humana e social da fração mais empobrecida da classe trabalhadora passava por um processo de corrosão, consequência da crise sistêmica do capitalismo, que não apenas cobra seu custo nos processos de exploração (e superexploração) e de reprodução da força de trabalho, mas também cobra do Estado respostas, resultando no esvaziamento de parcelas do orçamento público direcionadas às políticas sociais e seu redirecionamento em auxílio ao capital. Cortes de repasses de verbas para as políticas sociais; a “caça às bruxas” realizada desde o governo Temer junto aos beneficiários das políticas de assistência e previdência sociais e sua tentativa de “militarização” pelo governo Bolsonaro; a aprovação da Reforma Trabalhista e a tentativa de aprovação da carteira de trabalho verde e amarela (seguindo o princípio liberal que vê o trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado); o desemprego e o desalento; o endividamento das famílias brasileiras – que é o maior desde 2010¹⁰⁰ (CALIXTO, 2020); as sequentes altas nos preços para o consumidor (com a proposta de Paulo Guedes de taxaço sobre a cesta básica); a proposta de criação de uma nova “CPMF” por Paulo Guedes e de um imposto sobre

¹⁰⁰ “O percentual de famílias endividadas no Brasil chegou a 65,5% em dezembro de 2019. É o maior patamar desde 2010, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O cartão de crédito tem sido a principal causa de endividamento das famílias brasileiras.” (CALIXTO, 2010).

operações digitais para garantia das desonerações de folhas de pagamento para 17 setores produtivos; a contaminação das praias no nordeste; o aumento nos índices de violência e de encarceramento; as queimadas, expropriações e explorações das terras indígenas; a remoção forçada de comunidades quilombolas e acampamentos rurais etc. O que estamos vendo é grandes parcelas de nossa classe morrendo, sufocadas, enterradas em covas rasas, não somente devido à pandemia causada pelo corona vírus (cuja proporção nos é intangível devido à política de morte do governo Bolsonaro, oportunisticamente sem partido), mas também pela falta de garantias suficientes para a manutenção de sua reprodução humana. Pela guerra às comunidades periféricas, ao povo preto, pobre e favelado. Pela constante ameaça que custa a vida de tantos militantes e defensores de direitos humanos. Pela falta de acesso à política de saúde integral, pela falta de segurança alimentar, pelas parcas condições de proteção e segurança na primeira infância e na velhice etc.

Um golpe que compõe a operação de uma ofensiva investida contra a classe trabalhadora cuja base ideológica está na propagação e enraizamento do conservadorismo no cotidiano. O processo de construção do golpe se iniciou bem antes de 2016, tendo no episódio do impedimento presidencial apenas um marco, um momento garantidor de sua continuidade, um catalizador para seu avanço. Um processo que traz consigo ofensivas que impuseram retrocessos, que ameaçam a própria sobrevivência daqueles e daquelas que constituem a nossa classe. Ofensivas que cravam o medo¹⁰¹ na subjetividade da classe: medo do desemprego, medo da violência urbana, medo do não conseguir se aposentar, medo do endividamento, medo de não ter moradia, medo de não ter acesso à saúde e à educação, medo da fome, medo da morte. Medo que cada vez mais coage trabalhadoras e trabalhadores a aceitarem condições precarizadas de salário e emprego, a não se organizarem em seus sindicatos ou mesmo enquanto classe.

Há em curso um processo de desmonte de políticas sociais tecidas no âmbito das contradições da relação Estado e classes sociais no modo de produção capitalista em sua fase atual. Desmonte cuja direção é também disputada por frações da burguesia, que buscam construir hegemonia sobre a sociedade e o Estado, difundindo ideologias (que refletem suas disputas internas) que dão sustentação ao discurso de defesa da retirada de direitos e políticas sociais voltadas à classe trabalhadora, escondendo a essência do fenômeno: *buscar construir uma “consciência social” cuja base está na totalidade que envolve as contradições das relações sociais de produção capitalistas.*

¹⁰¹ Segundo pesquisa encomendada pelo jornal Valor Econômico ao Instituto Travessia, mesmo passado 1 ano de pandemia, **o maior medo do brasileiro é o desemprego**. Não a morte por covid-19, mas a falta de condições de custeio de sua reprodução (RYDLEWSKI, 2021, notícia do portal Valor Econômico).

3.3 Os ataques à política de Seguridade Social como contratendência do capital à crise e sua sustentação ideológica

As históricas conquistas no campo da seguridade social podem ser situadas no âmbito das políticas sociais, que se constituem numa forma institucional de resposta (limitada) do Estado às necessidades sociais. Entendendo que o Estado “é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes” (LENIN, 2017, p. 09), é preciso demarcar que as “políticas” ou modelos de proteção social só passam a ser reguladas no contexto de acirramento da “questão social”.

A expressão “questão social” surgiu na terceira década do século XIX, para caracterizar o fenômeno do pauperismo no momento em que houve um desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas, ou seja, “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42). Daí sua novidade em relação às desigualdades existentes em “formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa” (NETTO, 2001, p. 43). Deste mesmo período, têm-se exemplos de organizações, revoltas, lutas e resistências de trabalhadoras e trabalhadores em todo o mundo, no campo e na cidade, reivindicando melhores condições de vida, a garantia de reprodução de sua força de trabalho.

Compreender a chamada “questão social” significa buscar identificar e compreender sua processualidade histórica, sua origem, mas também, sua dinâmica, ou seja, que não se trata de um fenômeno congelado em um determinado tempo histórico. Assim, é preciso buscar suas raízes. Segundo Mota,

Em termos histórico-conceituais, a expressão questão social foi utilizada para designar o processo de politização da desigualdade social inerente à constituição da sociedade burguesa. Sua emergência vincular-se-ia ao surgimento do capitalismo e à pauperização dos trabalhadores, e sua constituição, enquanto questão política foi remetida ao século XIX, como resultado das lutas operárias, donde o protagonismo político da classe trabalhadora – à qual se creditou a capacidade de tornar públicas as suas precárias condições de vida e trabalho, expondo as contradições que marcam historicamente a relação entre capital e trabalho. (MOTA, 2015, p. 35).

No decurso do século XIX, a pobreza – fenômeno que ganha novas particularidades no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista – se expressa como “questão social”. Foi da *revolta dos trabalhadores* com suas condições de reprodução social em contraste com a riqueza inédita que produziam no interior das fábricas e (mas não só) que se impôs à pauta pública a chamada “questão social”. Com sua legitimação, tanto a “sociedade civil” quanto “sociedade política” responderão a ela. Daí o estímulo à caridade cristã, à filantropia positivista e, por que não dizer, à organização e solidariedade de classe.

[...] é somente quando os trabalhadores se organizam como sujeito coletivo, dando voz aos interesses e necessidades do proletariado enquanto classe, exigindo reformas, melhores condições de trabalho, ganhos econômicos e, no limite, a supressão do capitalismo, que as classes dominantes adotam medidas de enfrentamento da questão social, através da legislação e de algumas reformas sociais (MOTA, 2015, p. 25).

Assim, as lutas travadas no âmbito da “questão social” darão base à formulação de respostas por parte do Estado, fosse ao âmbito da repressão, fosse ao âmbito de “protoformas” do que viriam a ser direitos e políticas sociais, que ganharão maior ou menor operacionalidade a partir da correlação de forças e do contexto da luta de classes na particularidade da dinâmica do modo de produção capitalista em cada país.

A seguridade social, segundo Mota (2008), é fruto das contradições do modo de produção capitalista, em que há o reconhecimento de necessidades sociais estritamente vinculadas à reprodução social da força de trabalho, demandando uma regulamentação do Estado na pauta dos direitos sociais.

Segundo Salvador (2010), com o enfraquecimento das ideias liberais e o fortalecimento da organização e luta da classe trabalhadora, um conjunto de medidas de “cunho social” passa a ser implementado em países do centro capitalista, principalmente no continente europeu. O autor cita exemplos ainda no século XIX, com medidas adotadas na Prússia bismarckiana, atual Alemanha. Os modelos então implementados abrangiam desde medidas voltadas à provisão de habitação, a segurança na saúde, o pagamento de indenização por acidente de trabalho na indústria, o acesso a seguros sociais mediante contribuição prévia de trabalhadores (SALVADOR, 2010).

No Brasil, parte das políticas sociais compreendidas na seguridade social possuem protoformas oriundas da organização de trabalhadores ainda no século XIX, como as Caixas e os auxílios filantrópicos que visavam assistir a trabalhadores na velhice ou a suas famílias em caso de morte (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Conquistada pelo acúmulo das lutas dos trabalhadores em busca de direitos, a seguridade social se complexifica no contexto de transformações societárias no tardo-capitalismo. Sua origem não se encontra na caridade conservadora, mas na solidariedade de classe. Seu desenvolvimento é permeado pela atuação do Estado capitalista como ente regulador, que retira do valor criado pelo trabalho parcelas, em forma de impostos, que serão redirecionadas a seu sustento e operacionalização. Parcelas cada vez mais cobiçadas pelo capital, especialmente pela fração do capital financeiro e pela lógica mercantil, que visualiza na seguridade social um campo de expansão de seus negócios e proventos.

Se, no centro do capitalismo, a seguridade social amadurece no contexto de reestruturação dos países que vivenciaram os conflitos, como a II Guerra Mundial e a Guerra

Fria, na periferia do capital, suas conquistas serão lentas e imbricadas à luta de classes e às formas de enfrentamento à “questão social”. No Brasil, ainda que no período denominado por “República Velha” houvesse políticas direcionadas à classe trabalhadora, é inegável a dimensão policialesca de enfrentamento da “questão social”. O processo de regulamentação das primeiras políticas sociais focava em segmentos da classe trabalhadora estratégicos para o desenvolvimento do capitalismo no país (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014), em que as primeiras medidas se relacionavam à cobertura de riscos relacionados ao trabalho, a aposentadorias e pensões e a condições de trabalho, especialmente no que se referia ao trabalho feminino e infantil.

A previdência social brasileira tem como marco a constituição dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que se expandem na década de 1930, porém, na lógica setorializada e colaborativa, incorporando parte da direção operária à administração estatal e constituindo uma oligarquia sindical, que seguia uma direção contencionista (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). A uniformização e unificação da previdência social só ocorre oficialmente em 1960, com a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social. A saúde, que na década de 1930 era vinculada à educação, lentamente passa a se articular à previdência, mas ainda na lógica restrita a determinados setores da classe operária. Apenas em 1953 é criado um Ministério da Saúde. A assistência social ainda estava fortemente atrelada à sociedade civil, numa perspectiva filantrópica, e com caráter fragmentado, que inicia um processo de centralização com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942 (BEHRING; BOSCHETTI, 2008), sob o peso do primeiro damismo. A partir de um processo histórico de lutas e conquistas, especialmente no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, a seguridade social lentamente reunirá as políticas de saúde, previdência e assistência sociais.

Com o golpe civil-militar de 1964, ocorre um processo de modernização conservadora do Estado, em que as políticas sociais eram operadas como forma de enfrentamento à crise e como “estratégia de busca de legitimidade” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 137). Considerando o período anterior ao ditatorial e os investimentos em infraestrutura e na modernização do parque industrial do país, Evilásio Salvador (2010, p. 138-139) afirma que

O modelo de substituição de importações significou a tentativa de inverter as receitas das exportações primárias na indústria de bens de consumo com a compra de bens de capital (máquina e equipamentos) dos países desenvolvidos e a proteção da indústria nascente por meio de fortes barreiras alfandegárias. Trata-se de um processo interno de desenvolvimento, estimulado pelo desequilíbrio externo e que resulta na dinamização, crescimento e diversificação do setor industrial. No período de 1968 a 1971, o Brasil registrou índices de crescimento econômico impressionantes no denominado “milagre brasileiro”, que contribuíram para o desenvolvimento do mercado de trabalho urbano estruturado com ocupações de caráter assalariado.

A geração de trabalho formal tinha em sua contraface o baixo nível de formação/qualificação dos trabalhadores, a baixa escolarização, o alto índice de rotatividade e o baixo valor real dos salários (SALVADOR, 2010). Também ocorre uma mobilidade da classe trabalhadora no país, com elevação do fluxo migratório para regiões com maior investimento público e privado. Ainda assim, as mudanças no âmbito da produção ocasionaram em transformações nas relações de trabalho e relações sociais que impactaram a organização da classe trabalhadora, que sofria ainda a dura repressão do braço ditatorial, com a perseguição a suas organizações, lideranças e repressão aos movimentos grevistas e por melhorias nas condições salariais, de trabalho e de vida, constituindo um “consenso passivo”.

A estratégia da ditadura militar foi usar as políticas sociais como amortecedoras de uma conjuntura muito desfavorável aos trabalhadores. Em outras palavras, uma forma de obtenção de “harmonia social” junto a uma classe que tivera seus direitos trabalhistas reduzidos e até mesmo extintos (por exemplo, a estabilidade no emprego) e estava impedida de organizar e participar da vida política do país. (SALVADOR, 2010, p. 156).

A própria previdência social, segundo o autor, tem uma “expansão selecionada” no período ditatorial, ainda que mantendo como critério o emprego assalariado formal. Ao mesmo tempo, havia um incentivo ao setor privado, “configurando um sistema dual de acesso às políticas sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 137), com forte influência do modelo norte-americano de proteção social, em que “quem pode, paga” para garantir acesso à saúde e à previdência (funcionando sob a lógica do seguro), excluindo milhões de pessoas do “complexo assistencial-industrial-tecnocrático-militar” (FALEIROS, 2000 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 137).

O financiamento das políticas sociais no período da ditadura civil-militar era caracterizado pelo padrão regressivo, que implicou em uma restrita utilização de recursos de natureza fiscal, com a predominância de recursos para-fiscais e fontes autossustentáveis (SALVADOR, 2010). Com o agravamento da crise do capital ao longo dos anos 1970 e 1980, cada vez mais o Estado buscará reverter seu fundo público em prol da recuperação da taxa de lucros, garantindo a reprodução do capital. Behring (2008) aponta que no Brasil, houve um movimento de estatização da dívida externa, contraída pelo setor privado sob pressão do FMI.

No Brasil, por exemplo, 70% da dívida externa tornou-se estatal. Com isso, “criou-se uma contradição entre a intensa geração de receitas de exportação pelo setor privado e o intenso endividamento do setor público. [...] Ao governo só restaram três caminhos: cortar gastos públicos, imprimir dinheiro ou vender títulos do Tesouro a juros atraentes” (Kucinski & Branford, 1987: 43). Este *quantum* de estatização da dívida é também ressaltado por Cano, que identifica a constituição do circuito “dívida externa/dívida interna/déficit público/emissão de títulos públicos/nova ampliação da dívida interna” (1994:21), melhor dizendo, da ciranda financeira, como um elemento decisivo do descontrole inflacionário brasileiro. A estatização de dois terços da dívida

externa, de acordo com Cano – e este elemento é muito importante para compreender a crise do Estado no Brasil e o quanto é ideológica sua “satanização” -, ocorreu a partir de 1978-79, e passou a exercer uma dupla pressão sobre a economia: uma demanda violenta de títulos cambiais para o serviço da dívida, acrescida de novos encargos de juros internacionais e dos juros da dívida pública interna, esta última crescente para fazer face à compra de cambiais para atender àquele serviço. Desde então, para ele, o gasto público passa a ser estruturalmente desequilibrado. (p. 133-134).

Segundo Behring e Boschetti (2008), com o endividamento do Estado brasileiro e o estrangulamento da economia nacional, resultante do processo de crise do modelo ditatorial e da crise que atingiu todo o mundo, as conquistas no âmbito da política social¹⁰² alcançadas pela classe trabalhadora, organizada em movimentos sociais e em um partido dos trabalhadores durante a Constituinte se encontraram ameaçadas.

Para Salvador (2010), a seguridade social é uma das principais conquistas da Constituição Federal de 1988. Porém, com a vigência do projeto neoliberal no país, na sequência da aprovação da carta constitucional, a seguridade social emerge como uma das principais vias de mercantilização e privatização, devido à sua ampla capacidade de acumular capitais na área financeira e na ampliação do mercado de capitais, sobretudo sob a lógica de seguros privados (na área de saúde e previdência). O avanço da “aristocracia financeira” já era apontado por Marx (2011a) em *Os Grundrisses*:

[...]Não se deve entender aqui por aristocracia financeira somente as grandes instituições de crédito e os grandes especuladores de títulos públicos, em relação aos quais se compreende imediatamente que o seu interesse coincide com o interesse do poder estatal. Todo o moderno negócio com dinheiro e toda a economia bancária estão intimamente entretecidos com o crédito público. Uma parte do capital ativo necessariamente é investido em títulos públicos facilmente resgatáveis e emprestado a juros. Os seus depósitos, o capital disponibilizado entre eles e distribuído por eles entre comerciantes e industriais, flui em parte dos dividendos dos detentores de fundos públicos. Se em todas as épocas a estabilidade do poder estatal equivalia a algo como Moisés e os profetas para todo o mercado do dinheiro e para os oficiais desse mercado, como deixaria de sê-lo nos dias de hoje, em que todo dilúvio ameaça arrastar embora as velhas dívidas públicas junto com os velhos Estados? (p. 122)

O “capital portador de juros” compromete governos, capturando vultuosas parcelas do orçamento público, mas vai além: quer mercantilizar as históricas conquistas da classe trabalhadora, capturar sua consciência, incidindo em sua subjetividade, e fazê-la vender sua força de trabalho sob condições cada vez mais precárias, com o trabalho flexível, informal, jornadas intermitentes etc. operando a chamada superexploração do trabalho (MARINI, 2012).

Para Marini (2012), a compreensão do processo de exploração do trabalho no modo de produção capitalista parte da compreensão do processo de produção. Assim, a análise sobre a

¹⁰² As políticas sociais possuem uma natureza contraditória “à medida que produz acesso a direitos conquistados pelos trabalhadores e, desde a viragem para a onda longa de estagnação, estão em xeque, inclusive sendo redirecionadas para a lógica do consumo e do produtivismo, via transferência de renda (BOSCHETTI, 2012), em vez da lógica dos direitos e serviços gratuitos e universais [...]” (BEHRING, 2012, p. 178).

reprodução das relações sociais na atualidade deve partir das relações de produção, considerando a particularidade brasileira. Na economia dependente latino-americana, o ciclo do capital se apresenta de forma particular, desde a origem do dinheiro que inicia o processo de transformação de dinheiro em mercadoria. Tal conhecimento implica em elencar elementos para análise da correlação de forças em disputa por hegemonia. Marini (2012) aponta três principais fontes que iniciam o circuito da mercadoria: o capital privado interno, o investimento público e o capital estrangeiro.

O capital privado interno tem origem na mais-valia gerada na economia nacional, ou seja, pela mais-valia produzida pela força de trabalho interna, e reinvestido nela, independente da nacionalidade do proprietário (se interna ou externa). O investimento público tem origem tanto em parcela da mais-valia apropriada pelo fundo público sob a forma de impostos (diretos e indiretos) e proventos, além daquela produzida por trabalhadores de empresas estatais. Segundo Marini (2012)

[...] a importância do papel do Estado no ciclo do capital propriamente dito (e não em termos mais gerais da criação de condições para a valorização, caso em que esse papel é ainda mais amplo) é considerável, dada a capacidade que possui de transferir para si parte da mais-valia gerada pelo capital privado, a de produzir ele próprio mais-valia e, finalmente, a de captar parte do capital variável dos salários pagos à força de trabalho. Isso explica, de certo modo, o peso que o investimento público tem na economia dependente. (p. 24)

A terceira fonte que inicia o ciclo do capital na economia dependente citada por Marini é o capital estrangeiro, que pode aparecer como investimento direto ou indireto (assumindo a forma de empréstimos e financiamentos). Segundo Marini (2012), em todo o continente latino-americano, ao longo do período pós-guerra até a década de 1960 a forma predominante foi o investimento direto, alterada naquele momento, em que se ampliam os processos de endividamento dos países e a hegemonia do capital financeiro.

Nesse caso, muda o tipo de remuneração que se obtém: à diferença do lucro ou dividendo [*benefício*] industrial, o capital estrangeiro, além das taxas de amortização, cobra taxas de juros que são deduzidas da mais-valia gerada pelo investimento produtivo para o qual ele contribuiu, sem haver assumido, contudo, os riscos da produção e realização dessa mais-valia. (idem, p. 25).

O capital financeiro de origem estrangeira ganha uma hegemonia que se amplia, com garantias de retornos de remessas de lucros e juros para o exterior e extração de superlucros, liberando-se do “ônus” com o trabalho. A fim de atingir a taxa média de lucros, os capitalistas buscarão a elevação da produtividade do trabalho, nem sempre alcançada pelas médias e pequenas empresas, ou por aquelas com baixa tecnologia incorporada à produção. Assim, como forma de compensação, aumenta-se a intensidade e/ou a jornada de trabalho e/ou rebaixa-se o salário, a fim de se aumentar a taxa de mais-valia (MARINI, 2012; NETTO; BRAZ, 2011).

“Em todos esses casos, a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor e, por conseguinte, dá-se uma superexploração dos trabalhadores” (MARINI, 2012, p. 30).

Para que a superexploração do trabalho seja realizada “é indispensável que a classe operária se encontre em condições difíceis para reivindicar remunerações que compensem o desgaste de sua força de trabalho.” (MARINI, 2012, p. 30-31). Tais condições difíceis são operadas principalmente através de ações do Estado, e encontram sustentação na existência e ampliação do exército industrial de reserva, “essa massa de operários sobrantes não incorporados à produção (de maneira permanente ou temporária), que pressionam constantemente o mercado de trabalho e ameaçam a situação do setor empregado da classe operária” (MARINI, 2012, p. 31).

Na economia dependente, esse exército industrial de reserva tende a crescer a partir do momento em que se introduzem (principalmente através do capital estrangeiro, como já vimos) novas técnicas de produção, projetadas para economias nas quais a mão de obra é relativamente escassa e que obedecem, de resto, à busca natural de uma maior produtividade e, por conseguinte, de mais produção por homem/hora. Vimos também que a essa introdução de tecnologia corresponde a agilização de formas de superexploração que implicam também arrancar mais produção dos operários já em funções. Reduz-se, em consequência, a capacidade do capital para empregar mais mão de obra, fazendo com que o exército industrial de reserva ativo cresça a um ritmo lento, o que resulta, como contrapartida, em expansão rápida do exército de reserva. Este pode existir sob a forma aberta, do desemprego, ou disfarçada, de subemprego; mas, em qualquer caso, é um exército de reserva que faz minguar a capacidade reivindicativa da classe operária e propicia a superexploração dos trabalhadores.

Assim, a superexploração do trabalho, além de ampliar o exército industrial de reserva, reduzir os salários e impor que o Estado atue controlando a classe trabalhadora, também implicará, de acordo com sua intensidade, na redução da capacidade de consumo por parte de frações da classe, cujos salários estarão aquém de seu valor e da capacidade de adquirir os produtos necessários à reprodução social de sua força de trabalho. “Como consequência, a estrutura do consumo individual responde à da distribuição da renda, que compreende a mais-valia não acumulada e o capital variável.” (MARINI, 2012, p. 34).

Isso influenciará em um processo de concentração de renda e em uma dinâmica da produção nacional, cuja produção voltada ao mercado de massa se diferenciará daquela voltada aos bens de consumo suntuários ou bens de capital, que terão um mercado limitado, evidenciando o divórcio entre a estrutura de produção e as necessidades sociais, que demandará a intervenção do Estado (MARINI, 2012).

Tais elementos se fazem necessários para a compreensão das transformações enfrentadas no processo produtivo, que afetam objetiva e subjetivamente a classe trabalhadora, ou seja, impactam diretamente sobre o processo de consciência e o cenário da luta de classes. Compreender a superexploração como particularidade que caracteriza a formação da classe

trabalhadora brasileira influi na compreensão da dinâmica resistência-apassivamento diante da operação da ofensiva ideológica burguesa e de sua materialidade objetiva, cuja raiz está na processualidade histórica das tentativas de radicalização dos postulados ultraneoliberais, que encontra diferentes formas de resistências em cada período histórico.

Voltemos a tratar do período que gesta a seguridade social tal como hoje a conhecemos. Segundo Ana Elisabete Mota (2008), a crise que emerge na década de 1970 gerou um novo processo de reestruturação produtiva do capital, com novos modelos de gestão da força de trabalho e a constituição de uma nova cultura. Essa crise também modificou o modo pela qual o Estado implementa as políticas sociais, afetando a dinâmica da reprodução da força de trabalho e a própria correlação de forças na luta de classes.

A chamada “reação burguesa” gerou uma reconfiguração do Estado, anteriormente adequado ao modelo keynesiano-fordista – e no caso brasileiro, *desenvolvimentista* (MARINI, 2012) -, que na década de 1990 passa a intervir em acordo com o projeto neoliberal, reduzindo as políticas sociais voltadas ao acesso a bens de consumo coletivo pela classe trabalhadora, realizando a chamada contrarreforma do Estado, em que se opera um ajuste fiscal permanente (BEHRING, 2021).

Segundo Behring (2008) “[...] o neoliberalismo em nível mundial configura-se como uma reação burguesa conservadora e monetarista, de natureza claramente regressiva, dentro da qual se situa a contra-reforma do Estado.” (p. 139). Assim, compreende-se que as transformações pelas quais as relações de produção passaram, exigiram transformações no próprio ser do Estado.

O projeto burguês, que vai para além da política econômica, deve ser compreendido pelo exercício de abstração e análise da estratégia de desenvolvimento capitalista, que engloba a reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 1973). As contrarreformas burguesas buscam não apenas a mudança nas políticas econômicas, mas afetam o âmbito concreto das relações sociais (HARVEY, 2014), modificando o próprio *ethos* da sociedade brasileira (BEHRING, 2021).

Para Mota, a burguesia desenvolve “estratégias constitutivas da hegemonia da classe dominante que, para exercitar o seu papel de dirigente, segundo o pensamento gramsciano, precisa realizar uma verdadeira reforma social e moral que transforme o seu projeto de classe num projeto de todas as classes” (MOTA, 2015, p. 42). Nossa pesquisa investigou parte da continuidade dessa estratégia burguesa, com recorte para o âmbito da consciência da classe trabalhadora na atualidade, buscando apreender os ataques da ofensiva ideológica burguesa na cotidianidade. Segundo Mota,

[...] posto que as crises econômicas não se transformam mecanicamente em alavancas desagregadoras do bloco dominante – ao contrário, podem até favorecer novas formas de agregação de frações das classes dominantes –, isso significa que o enfrentamento das crises econômicas depende da capacidade das classes de fazerem política. Isto é, de reestruturarem progressivamente a hegemonia ameaçada ou de tecerem as bases para a construção de uma outra hegemonia. (2015, p. 42).

Entendemos que a correlação de forças no cenário da luta de classes é uma das múltiplas determinações que implicam no processo de reestruturação da hegemonia no momento de crise do capital, uma vez que não há automatismos intrarrelacionais, mas “É por implicarem a emergência de processos políticos que os períodos de crise podem conter as condições para reciclar as bases da hegemonia do grupo dominante ou esgarça-las” (MOTA, 2015, p. 42).

Pulando para o tempo presente, recorte adotado nessa tese, a desconstitucionalização das regras da aposentadoria, a lógica financeirizada do regime de capitalização, a tentativa de extinção da aposentadoria por tempo de contribuição e imposição de tempo mínimo, a mudança na proporcionalidade do cálculo da aposentadoria, as modificações na aposentadoria por invalidez e na pensão por morte, além da redução no acúmulo de benefícios, impacta diretamente as condições de reprodução da classe trabalhadora.

As regras aprovadas e mesmo os vetos que ocorreram na proposta original de contrarreforma da previdência social revelam apenas a tentativa de impedir e limitar o acesso à aposentadoria. O resultado é a intensificação do processo de pauperização da classe trabalhadora, que sofrerá um empobrecimento na velhice ou em situações de incapacitação para o trabalho, modificando seu próprio cotidiano em uma fase da vida em que se necessita “cuidados especiais”. Em contrapartida, a burguesia ganha perdão de dívidas e isenções do governo federal, que se torna cego ante à sonegação fiscal de grandes corporações e de megaempresários. Porém, um leitor mais atento pode afirmar que tal visão incorre no perigo do fatalismo. É preciso ver além.

Os vetos na PEC 06/2019 (ainda que parcos), os recuos de Bolsonaro (sempre acompanhadas de ameaças subjacentes) como no caso da MP que permitia ao ministro da educação escolher livremente reitores para universidades e institutos federais, a derrota sofrida pelo terrorismo econômico de Paulo Guedes na pauta de aprovação dos fundos de pensão, o acuo em relação ao Programa “Renda Brasil”, a derrota sofrida pelo Decreto 10.530/2020, que tentava privatizar unidades básicas de saúde, ampliando e operando o desmonte do SUS, mostram que ainda houve resistência, que houve luta política e pressão social, apesar de a luta não seguir o projeto de transformação societária que queremos.

Se a Seguridade Social é sustentada pelo conjunto da sociedade – o que envolve pobres, miseráveis e bilionários –, a diminuição da participação das empresas, ou seja, da burguesia no

custeio daquela, ampliará o gasto do Estado, isto é, este precisará de estratégias de arrecadação, o que implica na cobrança de impostos para o conjunto da população (majoritariamente composta pela classe trabalhadora urbana e rural), como demonstrado nas tentativas de Paulo Guedes – um dos *Chicago Boys*, que “estagiou” na ditadura chilena de Pinochet, compondo a equipe desse que foi um dos governos mais cruéis da América Latina, além de ser um dos principais banqueiros do Brasil –, que foi ministro da economia no governo de Jair Bolsonaro, de criação de uma nova “CPMF”, de retirada da dedução sobre a declaração de renda simples (afetando as frações da classe trabalhadora melhor remuneradas e a pequena burguesia), e a infeliz proposta de aumentar o imposto sobre a cesta básica de produtos numa conjuntura em que a fome, a miséria e o desemprego produziam “Acordes tirados de lábios famintos”.

3.4 A participação política da mídia brasileira no impeachment de Dilma (2016) e na eleição de Bolsonaro (2018)

A comunicação é um direito social previsto na Constituição Federal, tais quais outros direitos essenciais, como saúde, educação e moradia (BRASIL, 1988). As emissoras de rádio e televisão no país são concessões públicas, passando assim por autorização do Estado para o seu funcionamento, cabendo ao Ministério das Comunicações a função de fiscalizar o conteúdo veiculado pelas empresas concessionárias. Segundo o capítulo V da Constituição Federal, intitulado “Da Comunicação Social”, artigos 220 a 224, compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessões, dependendo de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal, sendo o prazo da concessão ou permissão de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Outro documento base para o assunto é a lei 4.117/1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, constituindo os serviços de telecomunicações enquanto “a transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético” (BRASIL, 1962, s/p). A lei define também as competências da União e do Conselho Nacional de Telecomunicações, tais como “fiscalizar o cumprimento das obrigações decorrentes das concessões, autorizações e permissões de serviços de telecomunicações e aplicar as sanções que estiverem na sua alçada” (BRASIL, 1962, s/p).

Entretanto, tanto a fiscalização quanto as denúncias de violações de direitos por parte de emissoras de rádio e TV têm obstáculos em seu enfrentamento pela ausência de mecanismos

concretos que respaldem a Constituição, sendo, portanto, comum os casos de violações por parte das empresas de comunicação. Esse panorama da regulamentação, aliado ao controle dos meios de comunicação por parte de segmentos da burguesia brasileira, sustentam o cenário da mídia hegemônica enquanto esfera do quarto poder, cujo conceito:

Em 1828, de acordo com Daniel Boorstein (1971: 124), surgiu a expressão “quarto poder”, em referência à imprensa. Um deputado do parlamento inglês, McCaulay, apontou para a galeria onde estavam sentados os jornalistas e gritou: “Fourth Estate!” (Quarto Poder). Nelson Traquina (2005: 46) afirma que McCaulay fazia menção ao quarto *état* (termo francês também usado em referência a poder), tendo como quadro de referência os três *états* da Revolução Francesa: clero, nobreza e *troisième état* – que engloba a burguesia e o povo. No novo enquadramento da democracia, com o princípio de ‘poder controla poder’, a imprensa seria o ‘quarto’ poder em relação aos outros três: executivo, legislativo e judiciário. (MAINENTI, 2014, p. 49)

Este “quarto poder” esteve presente em diversos episódios da história brasileira, como a oposição que desembocou no suicídio de Getúlio Vargas, no apoio ao golpe de 1964, na tentativa de conter as mobilizações pelas Diretas Já, em 1984, e na manipulação midiática do debate eleitoral do segundo turno para a presidência, em 1989. Sobre esse último episódio,

[...]ficou famoso mesmo pela provável manipulação produzida pela Rede Globo de televisão. No dia seguinte ao debate no Jornal Nacional, telejornal de maior audiência do país, veicula uma edição do debate favorável ao candidato Fernando Collor de Mello, apontando o candidato do PRN como vencedor do debate. Esse apontamento não foi feito de forma direta. Após a exibição de uma edição tendenciosa do debate, o jornalismo colocou uma suposta pesquisa do Vox Populi questionando o eleitorado com perguntas como: O que acharam do debate? Quem teve o melhor desempenho? Quem tem as ideias mais claras? Quem é o mais preparado para governar? Quem tem os melhores planos de governo? Quem atacou mais o adversário? Em todos os índices percentuais da pesquisa Collor aparece como vencedor do debate e o mais preparado. Essa edição foi apontada por muitos como a grande responsável pelo diferencial de três milhões de votos que deram a vitória a Collor em 1989. (REGO, 2011, p. 1642).

Curiosamente, a mesma imprensa que favoreceu a eleição de Collor, em 1989, foi aquela que aderiu e propagou a mobilização pelo seu impeachment, em 1992. Tais movimentações mostram que os meios de comunicação no Brasil atuam enquanto oligopólios com interesses próprios, e utilizam seu poder de alcance como mecanismo de construção de hegemonia, de enraizamento de sua ideologia no cotidiano das classes subalternas. Os *mass media* na sociedade burocrática de consumo dirigido (LEFEBVRE, 1991) transformam sujeitos ativos em passivos, em consumidores de espetáculos e de signos.

Como afirma Busnello (2020), “a mídia é um terreno para o estabelecimento do domínio de alguns grupos sobre outros” (p. 81). Logo, sua concentração de poder favorece a interferência na opinião pública, levando ao conjunto da sociedade, interesses particulares dos “barões da mídia” ou daqueles que têm condições de pagar por elas¹⁰³, inclusive na

¹⁰³ Exemplos tristes podem ser registrados na utilização da *Rádio Mille Collines*, pertencente à Félicien Kabuga, um dos empresários mais ricos de Ruanda que pregava o discurso de “limpeza étnica” a partir de milhares de

disseminação do terrorismo econômico e difusão do medo (relacionando interesses da burguesia a interesses da classe trabalhadora, através de discursos que atrelam o desemprego à falta de subsídios governamentais ou ao pagamento de impostos por burgueses, por exemplo).

A mídia também tem sido objeto de disputa entre as frações da burguesia e entrecruza a disputa de outros aparelhos privados de hegemonia, como a Igreja. Cada vez mais vimos o “televangelismo” ocupando espaços na programação da TV aberta. No Brasil, esse fenômeno foi influenciado por pregadores estadunidenses, como Billy Graham e Jimmy Swaggart, sobre os quais falaremos no tópico seguinte. Assim, o chamado “televangelismo” ganha dimensões para além da religiosa, sendo “um fenômeno da comunicação social de massa, político e econômico” (IBRAHIM, 2021, p. 258). O autor continua:

No Brasil, todos os principais pastores evangélicos que promoveram a ascensão do bolsonarismo em 2018 transmitem as suas ideias por meio da televisão aberta e da internet. Alguns proprietários de veículos de comunicação hegemônicos e figuram na lista de bilionários da revista Forbes.

Em nossa história recente, a mídia foi uma das protagonistas na montagem teatral do golpe. Desde 2013, os atos de massa foram modelados pela mídia. Em um primeiro momento, a mídia ignorava os atos puxados por coletivos, movimentos sociais e pela Oposição de Esquerda (PSOL, PCB e PSTU), que se posicionavam em São Paulo contra o aumento da tarifa dos ônibus. Em um segundo momento, com o crescimento da adesão popular (com a incorporação do MTST, em São Paulo), a mídia condenava as manifestações alegando se tratarem de violações do direito de ir e vir dos cidadãos e apelava à intervenção policial, resultando em uma violência brutal contra manifestantes, inclusive com casos de violência policial contra a própria mídia, representada por seus trabalhadores. Com o significativo crescimento dos protestos após a indignação popular diante da violência policial, houve a disseminação dos atos para outras cidades.

A mídia revê seu posicionamento, entendendo ser incapaz de impedir as mobilizações. Como resultado, a mídia burguesa tenta pautar as mobilizações, levantando as seguintes bandeiras: prisão dos “mensaleiros”, não aprovação da PEC-37 (uma PEC que poucos conheciam), redução do número de ministérios de Dilma Rousseff (tamanho absurdo) e contra a corrupção. Milhares de pessoas iam às ruas exigir direitos como Saúde, Educação e Transporte público, gratuito e de qualidade, mas quando chegavam em casa e viam jornais, suas pautas

horas de transmissão de mensagens de ódio contra a etnia tutsi, considerada “insetos que deveriam ser esmagados para o surgimento de uma nação superior” (IBRAHIM, 2020, 98). Essa propaganda concorreu para o genocídio de mais de 800 mil pessoas tutsi em 1994. Exemplo mais atual, para além do caso brasileiro, está no Genocídio Rohingya, no Mianmar, país regido por uma ditadura no sul asiático. Desde 2016, a rede social Facebook tem sido utilizada como mecanismo de divulgação de propaganda genocida.

eram ocultadas pelas pautas impostas pela mídia (DEMIER, 2017). Junto à pauta anticorrupção, foi construída a pauta antipartido (no caso, anti-Oposição de esquerda), em que a política “assume uma conotação negativa. A política é reduzida à atividade dos partidos, os quais, por sua vez, não passariam de ‘antros de corruptos’” (DEMIER, 2017, p. 74).

Sem dúvida, a mídia representa um aparelho privado de hegemonia poderoso para a construção de consenso e disseminação de ideologias que se enraízam no cotidiano e na consciência das massas. Todo o processo que vimos de captura das pautas do movimento de massa de Junho e reversão tem o peso da mídia como operador da burguesia. Segundo Demier:

Não seria equivocado dizer, portanto, que o modo pelo qual o *regime democrático-blindado*, então dirigido pelo governo petista de Dilma Rousseff, reagiu às Jornadas de Junho se encontra entre as raízes explicativas do surgimento da *onda conservadora* que assolaria o país pouco tempo depois e que, como se sabe, resultaria no golpe de 2016 e na consequente intensificação da marcha contrarreformista direcionada contra os trabalhadores. (2017, p. 81).

O processo de impeachment de Dilma Rousseff, iniciado em dezembro de 2015, na sequência dos protestos “anticorrupção”, com a aceitação pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (MDB), do pedido de denúncia de crime de responsabilidade fiscal apresentada pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaína Paschoal, passou em seguida pela aprovação na Câmara dos Deputados, em abril de 2016, e foi concluído com a condenação pelo Senado, em agosto do mesmo ano. Sempre, sob os holofotes da grande mídia, que em reportagens apresentava um roteiro repetitivo e incentivava o apoio da opinião pública à denúncia que “justificava” o processo.

A mídia atuava como agente político em favor da destituição da presidenta. Exemplo disso foi o editorial do jornal *O Globo*, em 19 de março de 2016, cujo título escancarava: “O impeachment é uma saída institucional para a crise”. Com a resposta de setores da sociedade civil, afirmando o caráter de golpe do processo de impeachment, os editoriais do jornal passaram a construir uma narrativa de processo legal da destituição de Dilma, rebatendo os que defendiam o governo, como no editorial de 30 de março, intitulado “A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo”.

O jornal *A Folha de São Paulo* foi incisivo no seu posicionamento, a ponto de, em 2 de abril de 2016, no editorial “Nem Dilma nem Temer” propor a seguinte solução: “Dilma Rousseff deve renunciar já para poupar o país do trauma do impeachment” (RODRIGUES, 2018, p. 45). Em 7 de abril, porém, o jornal *O Estado de São Paulo* se posicionou em contraponto à Folha, com o editorial intitulado “Impeachment é o melhor caminho”, defendendo assim o processo de deposição e abraçando a alternativa de Michel Temer, mostrando-se favorável ao Projeto Ponte para o Futuro. Além disso, a defesa midiática da

contrarreforma da previdência foi amplamente propagada. No início de 2019, páginas e grupos no *Facebook* eram criados em favor da contrarreforma, *fake news* e notícias espetaculosas se espalhavam pelo *Whatsapp*, propagandas e notícias eram fabricadas em jornais impressos e digitais, em intervalos comerciais na televisão e no rádio, em programas de entretenimento e até mesmo policiais(!) criavam um apelo moralizante e reproduziam um discurso de combate a “privilégios”, que convenceu uma pequena parte da população, mas não mobilizou as massas para frear seu avanço e aprovação. A classe trabalhadora sofreu, portanto, uma derrota, um retrocesso que ameaça seu futuro “protegido”, sua segurança de condições dignas de vida na velhice, implantando o medo do futuro em sua subjetividade.

No processo de impeachment de Dilma, os meios de comunicação se posicionaram ainda que sob a maquiagem do discurso da neutralidade. Os veículos realizaram a cobertura das manifestações pró e contra o impeachment durante o período, porém, com características diferentes diante do critério de construção da notícia. Ao estudar a diferença de cobertura, Morigi, Stueber, Engelman e Cresqui afirmam que

Ao se fazer o uso de dados quantitativos para descrever a participação popular, a referência ao número de participantes nos atos também evidencia tensões na cobertura da Folha. Nos atos pró-impeachment, os números citados são arredondados (inteiros). Faz-se ainda o uso de adjetivos de grandeza e proporção para destacar a participação social. O foco das matérias se concentram no volume de participantes como elemento de destaque dos fatos. Já nas matérias contrárias ao impeachment os números são quebrados e pouco destacados. As matérias demonstram pouca atenção aos números e mais destaque para as pautas. Esse recurso de linguagem nas referências numéricas procura reforçar o pretenso apoio popular ao impeachment. (2018, p. 51).

As narrativas criadas pela mídia, além de estimular o apoio popular ao impeachment no caso brasileiro, constrói também uma página da história, conforme as teses de Walter Benjamin, com o nítido objetivo de evitar uma imagem do presente que, quando tornar-se passado, traga o surgimento da “centelha da sublevação revolucionária” no momento do perigo supremo (LÖWY, 2005, p. 68). O apoio ao impeachment esteve coligado com a cobertura das investigações da Operação Lava Jato, capitaneadas pelos veículos de comunicação como instrumento de agitação para a continuidade dos atos contra o governo Dilma.

A Operação Lava Jato entra para a história brasileira como um conjunto de investigações realizadas pela Polícia Federal, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro, com movimentação de bilhões de reais em propina, denominado “Petrolão”. A operação se iniciou em 17 de março de 2014, contando com 80 fases, cumprindo mais de mil mandatos de prisão temporária, prisão preventiva e condução coercitiva, condenando mais de cem pessoas. Tendo como um dos responsáveis o Juiz Sérgio Moro, a Operação se encerrou em 1 de fevereiro de 2021, com uma série de irregularidades, apontadas desde 2019, pela chamada “Vaza Jato”, a

partir da divulgação pelo jornal *The Intercept* das conversas entre o juiz do caso, Moro, e o promotor, Deltan Dallagnol, este conhecido na época pela decadente sequência de slides indicando Lula como envolvido no escândalo do tríplice do Guarujá. Favorecidos pelos holofotes da Operação, Sérgio Moro e Deltan Dallagnol foram eleitos senador e deputado federal, respectivamente.

Voltando ao impeachment, no início de 2016 foram registradas diversas formas de manifestações contra a presidenta, com vários “panelaços”, acompanhando as fases da Operação Lava Jato que, em sua 24ª fase, passou a investigar a relação entre Lula e as empreiteiras investigadas, como OAS e Odebrecht. No dia 04 de março, o juiz Sérgio Moro conduziu coercitivamente o ex-presidente Lula a prestar depoimento na sede da Polícia Federal em Curitiba, sob ampla cobertura da imprensa. O cerco contra Lula na Lava Jato é um curioso episódio da teoria do agendamento ou *agenda-setting*, teoria que busca compreender a influência dos meios de massa na construção da opinião pública e da imagem que as pessoas têm da realidade.

O jornalista Walter Lippmann, em seu livro *Opinião Pública*, de 1922, anunciava o papel de destaque da imprensa no enquadramento da atenção dos leitores rumo a temas que ela considerava de interesse coletivo (BARROS FILHO, 1995). Mas apenas em 1972, cinquenta anos depois, dois jovens professores norte-americanos, Maxwell McCombs e Donald L. Shaw afirmaram a hipótese do agendamento em seus estudos, mostrando que os meios de comunicação agendariam os temas aos quais os cidadãos passam a considerar como os mais importantes, sendo tal hipótese compreendida hoje como uma teoria (CASTRO, 2014).

Analisando o episódio da condução coercitiva de Lula, Cruz (2018) observa o diálogo no enquadramento do assunto entre os artigos opinativos e as notícias e reportagens da *Folha de São Paulo*, condenando Lula previamente, pondo em suspeita o apoio de Dilma ao ex-presidente e a desconstrução dos apoiadores de Lula como facilmente manipuláveis. A mesma construção foi feita pela TV Globo, que tratava as denúncias como caso de polícia, em uma construção narrativa sensacionalista que provocava indignação e desencantamento.

Em 16 de março de 2016, Dilma nomeia Lula como Chefe da Casa Civil, tentando rearticular sua base aliada na Câmara Federal. No mesmo dia, Moro retira o sigilo de interceptações telefônicas do ex-presidente Lula, divulgando uma conversa gravada entre ele e a Presidenta para toda a mídia. Na conversa, Dilma informa que está enviando para Lula o termo de posse como ministro e que ele só deveria usar o documento “em caso de necessidade”. Ainda naquela noite,

[...] as âncoras do telejornal da Rede Globo reproduziram sob a forma de uma encenação o diálogo entre Lula e Rousseff. Foi como um rastilho de pólvora que se espalhou sob a forma de protestos em várias cidades brasileiras, terminando com o ‘Occupy paulista’ – uma ocupação dos militantes pelo impeachment, em frente ao prédio da FIESP, na Avenida Paulista, principal cenário político e econômico do país – para exigir a prisão de Lula. No dia 18 de março, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a nomeação do ex-presidente acatando a ação apresentada pelo PSDB e PPS, abortando uma possível solução à crise de governabilidade. (TATAGIBA, 2018, p. 130)

O episódio mostrou uma clara articulação entre a Operação Lava Jato, Supremo Tribunal Federal (STF) e os meios de comunicação para impedir a estabilidade política do governo Dilma e acuar a Presidenta e seu aliado, o ex-presidente Lula, de forma a criar a inevitabilidade do impeachment. Tal situação mostra detalhadamente os interesses políticos por trás dos grandes conglomerados de imprensa e todo o poder de difusão ideológico que possuem, confirmando a teoria de Gramsci sobre os aparelhos privados de hegemonia.

A articulação entre mídia, setores da burguesia e judiciário veio sendo costurada desde 2014, durante o acirramento das eleições presidenciais, levando ao segundo turno a presidenta Dilma, que buscava sua reeleição, e o adversário Aécio Neves (PSDB). Foi exatamente nesse período que surgiu a Operação Lava Jato, deflagrada em 17 de março de 2014, tendo como objetivo investigar redes operadas por doleiros que praticavam crimes financeiros com dinheiro público. A prisão do doleiro Alberto Youssef, escancarou o desvio de recursos da Petrobras para pagamento de propina, nascendo ali, pela alcunha da imprensa, o “escândalo do Petrolão”. Três dias antes do segundo turno da eleição presidencial,

Youssef declarou em delação premiada que Lula e Rousseff tinham conhecimento da rede de corrupção montada na Petrobras. A denúncia foi capa da edição de domingo de uma revista de circulação nacional que mostrava a foto dos dois presidentes seguida da frase ‘Eles sabiam de tudo’ (Revista Veja 2014). Desde então, as investigações do “Petrolão” passaram a mirar o Partido dos Trabalhadores e a receber ampla cobertura da imprensa” (TATAGIBA, 2018, p. 127).

Durante os 22 meses que seguiram, acirraram-se as mobilizações pelo impeachment de Dilma. Constata-se um verdadeiro termômetro entre as investigações e as manifestações pela deposição da presidenta. Ao analisar as principais páginas a favor da saída de Dilma na rede social *Facebook*, Dias (2017) afirma os picos de atividade coincidem com meses de protestos, indicando a relevância da rede social como arena da luta de classes, onde as organizações “convocam, mobilizam para e preparam as demonstrações de rua”, evidenciando que “as práticas contenciosas nas ruas e nas mídias sociais eram complementares e imbricadas na campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff” (DIAS, 2017, p. 36).

Com o impeachment de Dilma, em um episódio teatralizado e exibido como final de Copa do Mundo pela mídia, Temer assume. Nesse momento, a mídia ainda se volta à construção

de uma propaganda antipetista. Outro elemento foi a contínua divulgação de uma agenda anticrise da burguesia brasileira, com reportagens favoráveis à (contra)Reforma Trabalhista, que retirou a obrigatoriedade do imposto sindical, enfraquecendo as organizações da classe trabalhadora, à (contra)Reforma da Previdência, além das diversas medidas que atingiam diretamente as políticas sociais, expropriando direitos, dentre outros. Assim, o governo Temer encontrou baixa resistência na mídia burguesa brasileira se comparado ao último mandato de Dilma Rousseff.

Ao chegarmos nas eleições de 2018, o Partido dos Trabalhadores se encontrava enfraquecido pelo impeachment de Dilma, pelo “fogo amigo” do PMDB, na figura do então vice-presidente Michel Temer que assumiu a continuidade do mandato, bem como pela prisão de Lula, principal candidato nas pesquisas de intenção de votos daquele ano, na continuidade da Operação Lava Jato. Setores da burguesia liberal tentaram costurar uma candidatura que representasse seus interesses. Surgiu, assim, a campanha de Geraldo Alckmin (PSDB) em coligação com mais oito partidos, do chamado “centrão”: DEM, PP, PR, PRB, SD, PTB, PSD e PPS, também denunciados por escândalos de corrupção em diversos canais midiáticos. O Partido dos Trabalhadores, encurralado, lançou Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo e ex-Ministro da Educação no governo Lula, como candidato à presidência da República.

Com um contexto de polarização social, as eleições presidenciais de 2018 tiveram uma diversidade de candidaturas, surgindo dentre elas a do conservador Jair Bolsonaro (PSL), deputado federal por quase trinta anos, mas que apresentava em seu discurso a repetitiva narrativa do “diferente”, do “novo”, do “fim da velha política”, com frases de efeito como “acabou a mamata”, “Brasil acima de tudo e Deus acima de Todos”. Bolsonaro já havia anunciado sua pré-candidatura ainda em 2014, surfando na onda dos protestos contra o governo Dilma, em que ampliava suas concepções torpes e conservadoras a partir de suas redes sociais, único espaço que realmente ocupava, visto que a grande mídia (o oligopólio midiático) não o levava efetivamente a sério e era duramente criticado por esse.

Marcante foi o episódio durante a sessão do impeachment na Câmara dos Deputados, em que Bolsonaro dedicou seu voto favorável à deposição da presidenta ao coronel Carlos Brilhante Ustra, um dos torturadores de Dilma, e de tantos outros e tantas outras militantes, durante a Ditadura Militar e chefe do centro de tortura instalado nas dependências do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em São Paulo.

Ao questionar a oposição e destruir sua imagem, por anos, ao cobrir de forma partidarizada escândalos de corrupção de governos anteriores, a imprensa indiretamente fortaleceu Bolsonaro como uma opção viável aos eleitores que não mais se identificavam com aqueles que não propunham uma solução política pelas vias democráticas. (BARBARESCO, 2021, p. 27-28).

Some-se a esse fator o episódio da facada, em que Bolsonaro foi atingido durante ato de campanha em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 6 de setembro de 2018. A cobertura permanente do caso acabou colocando o candidato em evidência na imprensa, pois o episódio fez com que Bolsonaro tivesse “[...] a maior cobertura dentre os candidatos pela primeira vez exatamente na semana do atentado” (BARBARESCO, 2021).

No contexto social brasileiro, em que o medo do crime é disseminado cotidianamente pela mídia em programas sensacionalistas, a consciência dos indivíduos é constantemente bombardeada pela narrativa da violência. Segundo Busnello, “A insegurança, midiaticamente estimulada, multiplica muros, grades e o desejo por um Estado intolerante com aqueles que ameaçam a vida e a propriedade.” (2020, p. 119). A mídia é capaz de construir narrativas que erguem cenários distantes do real, por exemplo: “[...] Barry Glassner, em seu livro *A Cultura do Medo*, de 2003 [...], Ao analisar as estatísticas de criminalidade dos Estados Unidos, conclui que em um mesmo período em que houve uma queda de 20% nas taxas de crimes, as notícias sobre a violência aumentaram 600%” (BUSNELLO, 2020, p. 122).

Somados o baixo investimento em políticas sociais, a inexistência de políticas de segurança pública numa perspectiva não-reprodutora da violência histórica de nossa particularidade, e as desigualdades sociais o episódio da facada ganhou o palco do diálogo cotidiano: nas redes sociais, escolas, igrejas, mesas de bares, almoços de domingo em família, em algum momento o assunto surgia.

Daí em diante, seu nome foi o mais presente até o final do segundo turno e nas semanas seguintes, o que chamamos de efeito facada” (DINIZ; MENDES, 2020, p. 613). O tema da violência foi explorado de maneira perigosa pela grande mídia, potencializando a sensação de impotência e o sentimento de pânico, confirmando o senso comum da direita conservadora, da defesa do porte de armas para “o cidadão de bem”, da defesa da redução da maioria penal, do discurso do “bandido bom é bandido morto” e “direitos humanos para humanos direitos”. Avançava a marcha de adesão à campanha de Jair Bolsonaro, a partir do fortalecimento da ideologia (neo)conservadora. Em 1º de outubro, seis dias antes do primeiro turno, Bolsonaro aparecia com 31% de intenções de voto nas pesquisas eleitorais encomendadas pela mídia burguesa.

No estudo de Diniz e Mendes (2020) fica demarcada a disparidade na cobertura entre as principais candidaturas em questão: a diferença entre a campanha de Bolsonaro e a de Haddad foi de 23,8% pontos percentuais. Essa disparidade se amplia com o recurso das redes sociais, num cenário em que a campanha de 2018 foi bombardeada por vários casos de *fake news* contra a candidatura petista, a maior parte disseminada por influenciadores evangélicos

neopentecostais, favorecendo o crescimento de Bolsonaro, que até hoje arregimenta seus seguidores através de redes sociais não regulamentadas, que espalham e promovem seus discursos.

A participação da cobertura midiática das eleições tem seu encerramento com o editorial do Estadão, em 8 de outubro daquele ano, intitulado “Uma escolha muito difícil”, igualando os polos numa clássica alusão à teoria da ferradura, concluindo que nenhuma das duas candidaturas ao segundo turno serviam ao país, numa cômoda posição de quem passou os anos anteriores com o ferrenho discurso antipetista e ignorando o perfil de apoiadores de Bolsonaro como abertamente antidemocráticos.

A imprensa brasileira é historicamente controlada por grandes conglomerados empresariais, em sua maioria vinculadas a famílias, políticos e grupos religiosos, descumprindo parâmetros da Constituição Federal em assuntos como a propriedade cruzada e o uso de concessões públicas em benefício a parlamentares.

Com essa configuração, os meios de comunicação tiveram um papel central na política recente do país, abrindo fogo pela deposição da presidenta Dilma Rousseff, culminando no seu impeachment em 2016, quase como um partido organizado da imprensa, bombardeando o governo em vários flancos. Esse ataque assumiu um caráter liberal e conservador, reproduzindo conceitos e visões sobre o governo e o Partido dos Trabalhadores, culminando na ascensão dos grupos de direita reacionários e na figura de Jair Bolsonaro. Além disso, a mídia foi fundamental para a “formação de uma opinião” na sociedade favorável às contrarreformas trabalhista e da previdência, além de tratar a agenda econômica ultraneoliberal como necessária.

Ao apresentar a proposta de contrarreforma trabalhista, jornais de horários nobres de canais televisivos buscavam utilizar palavras que aliviassem os impactos da mesma na jornada de trabalho¹⁰⁴. A mídia enfatizava a fala de Temer, que afirmou ser a contrarreforma trabalhista e a disponibilização de parte do FGTS um “belíssimo presente de natal”, mas esquecia de afirmar explicitamente que a proposta incluía trabalhar 220 horas mensais, não mais 176 horas. Os jornais Folha de São Paulo, O Globo e Estadão tratavam a contrarreforma trabalhista sempre utilizando a palavra “mini” como espécie de prefixo, quando se tratou da perda de uma das mais importantes conquistas da luta das trabalhadoras e dos trabalhadores e de uma medida que enfraquecia sua organização sindical.

A postura da mídia em relação à contrarreforma da previdência foi ainda mais escandalosa, chegando mesmo a sofrer uma ação civil pública protocolada por entidades

¹⁰⁴ Fonte: <https://reporterbrasil.org.br/2017/06/reforma-trabalhista-maior-parte-da-midia-nao-aborda-o-impacto-negativo-das-mudancas/>.

sindicais questionando a abordagem de algumas emissoras favoráveis à ela, mas que sempre afirmavam a posição de “neutralidade”. As notícias sempre vinham acompanhadas com comentaristas favoráveis, que apontavam os benefícios ou a necessidade da contrarreforma como se sem ela o Brasil fosse parar, apontando a Seguridade Social, e nela, a Previdência Social, como a grande vilã das contas públicas, difundindo o “terrorismo econômico” com o pânico do “fim da aposentadoria” caso as medidas propostas pela contrarreforma não fossem tomadas de imediato, ignorando outras alternativas como limitar o pagamento dos juros da dívida pública, dando exemplo de outros países que já haviam realizado, gastando longos períodos de tempo de programação para a difusão de seus posicionamentos favoráveis à contrarreforma. A agência Repórter Brasil, por exemplo, realizou um estudo em que analisou os três principais impressos e os dois maiores telejornais. O resultado foi o de que o espaço para vozes contrárias à contrarreforma da previdência era raro, e o apoio à proposta do governo ia de 62%, no caso da Record, a 91%, no da TV Globo (2017)¹⁰⁵.

Sobre o contexto em que isso ocorre, Behring (2021) aponta que

Enquanto isso, avançam a agenda econômica ultraneoliberal [...] e a ofensiva contrarreforma intelectual e moral, tendo em vista solidificar as bases de legitimidade desse projeto que se funda no mais arraigado individualismo, na deslaicização do Estado e em um menu amplo de desvalores. Estamos de acordo com o artigo recente de Sonara Santos (2019), em que discorre que a verborragia vociferante do bolsonarismo longe está de ser cortina de fumaça para as medidas econômicas ultraneoliberais, mas forma com estas a totalidade em movimento. (p. 200).

Dessa verborragia podemos destacar algumas falas divulgadas pela mídia. Em 15 de março de 2020, Jair Bolsonaro declarou em entrevista à CNN Brasil que “Muitos pegarão isso independente dos cuidados que tomem. Isso vai acontecer mais cedo ou mais tarde. Devemos respeitar, tomar as medidas sanitárias cabíveis, mas não podemos entrar numa neurose, como se fosse o fim do mundo.” (IBRAHIM, 2021, p. 33). Em coletiva de imprensa no dia 20 de março de 2020, Bolsonaro afirmou “Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, não. Tá ok?” (idem). No dia seguinte, em entrevista ao Programa do Ratinho, no canal do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), o inelegível afirmou “Vão morrer alguns pelo vírus? Sim, vão morrer. Se tiver um com deficiência, pegou no contrapé, eu lamento” (idem, p. 34). Em 22 de março, para a TV Record se contrapôs às políticas adotadas pelos governadores: “Brevemente, o povo saberá que foi enganado por esses governadores e por grande parte da mídia nessa questão do coronavírus. [...] Espero que não venham me culpar, lá na frente, pela quantidade de milhões e milhões de desempregados” (idem, p. 35).

¹⁰⁵ Além da reportagem citada (Fonte: <https://reporterbrasil.org.br/2017/04/midia-ignora-criticas-a-reforma-da-previdencia/>), indicamos o estudo “Vozes Silenciadas”, realizado pelo coletivo Intervozes, que resultou em um livro disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas-reforma-da-previdencia-e-midia/>.

Dois dias depois, em 24 de março de 2020, Bolsonaro foi ao ar como autoridade máxima do Estado Brasileiro, e em pronunciamento oficial, afirmou: “O que se passa no mundo mostra que o grupo de risco é o de pessoas acima de sessenta anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais, de pessoas sãs, com menos de quarenta anos de idade”. Cerca de um mês depois, em 20 de abril de 2020, questionado por um jornalista sobre o número de mortes em decorrência da pandemia, inescrupulosamente afirmou: “[...]cara, quem fala de... eu não sou coveiro, tá certo?”, em 28 de abril, reproduziu a mesma linha “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”, mudando o tom da fala ao saber que estava sendo gravado (IBRAHIM, 2021, p. 40).

Em 05 de junho de 2020, Bolsonaro entrevistou sobre a divulgação de dados sobre o número de mortos e contaminados no Brasil, assumindo a intervenção com uma piada “[...] acabou matéria do Jornal Nacional”, que diariamente trazia os dados atualizados. Horas depois, Bolsonaro declara sua subserviência a Trump, com a seguinte declaração “[...] a OMS é o seguinte. O Trump cortou a grana deles, voltaram atrás em tudo. Um cara que nem é médico. E eu adianto aqui. O Estados Unidos saiu da OMS e a gente estuda, no futuro, ou a OMS trabalha sem o viés ideológico, ou nós vamos estar fora também”. Em junho, Bolsonaro afirmou ter sido contaminado pelo vírus, mas que ainda assim estaria lutando pela “liberdade”, pelo direito de ir e vir, contrapondo-se ao governadores e prefeitos que não seguiam sua cartilha.

Durante todo o processo, Bolsonaro se cercou de médicos e médicas aliados, que faziam sua campanha, defendendo o uso de hidroxicloroquina. Houve a troca de ministros na pasta da Saúde três vezes. No mês de maio de 2020, o Conselho Nacional de Saúde publicou uma nota alertando sobre os riscos do uso da cloroquina e hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19. O Conselho se posicionou contrário ao documento do Ministério da Saúde que apresentava orientações para tratamento medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da Covid-19. Durante o período, o Governo Federal investiu nas negociações e compra da medicação do “tratamento” e não priorizou a compra da vacina, sendo o 57º país a começar a vacinar sua população, ainda que a burguesia da indústria farmacêutica internacional tenha buscado canais de diálogo com a presidência, como no episódio da carta enviada pelo CEO da Pfizer, Albert Bourla, no dia 12 de setembro de 2020. “Na época, o Brasil acumulava 131.210 mortes e 4,3 milhões de casos confirmados do novo coronavírus” (CNN, 2021). Não se trata de fazer a defesa de uma indústria farmacêutica em detrimento de outra, mas de apontar os conluíus e o projeto bolsonarista de morte, de lucro acima da vida. Projeto que vê nas mortes de centenas de milhares de pessoas a consequência de maus hábitos de vida, de comorbidades, etc. e não se responsabiliza pela falta de educação sanitária, de garantia de condições de salubridade e

higiene para a população, de real investimento em prevenção e tratamento, além de investimento em informação, o que implicaria em uma relação mais próxima com a mídia. Bolsonaro executou um projeto de governo que não lavou as mãos em água e se isentou da responsabilidade, mas que sujou as mãos em sangue, provocando o genocídio.

Nas palavras de Bolsonaro “no meu entender, houve um superdimensionamento da pandemia”, em 7 de julho de 2020 (IBRAHIM, 2021, p. 43) (mesmo dia da morte de meu primeiro familiar por covid-19, de 42 anos). Continuando sua linha de sujar as mãos em sangue de brasileiras e brasileiras, Bolsonaro afirmou em 31 de julho: “Todos vocês vão pegar um dia. Eu sabia que um dia ia pegar. Como, infelizmente, eu acho que quase todos vocês vão pegar um dia. Tem medo de quê? Enfrenta! Lamento, lamento as mortes. Morre gente todo dia de uma série de causas, né? É a vida.” (idem, p. 45). Revelando a quem servia seu governo, em 06 de agosto, além da famosa piada homofóbica junto ao prefeito de Itajaí (SC), Bolsonaro afirmou: “Quase nove milhões perderam empregos no segundo trimestre. Eu já havia falado lá atrás que teria no mínimo duas ondas. Muita gente diz, e eu também digo, que esse efeito colateral (da economia) é mais grave que o próprio vírus” (ibidem).

Em mais uma fala contra a imprensa, Bolsonaro afirmou em 24 de setembro de 2020, em seu discurso na 75ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas: “[...]Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, disseminando o pânico entre a população. Sob o lema ‘fique em casa e a economia a gente vê depois’, quase trouxeram o caos social ao país.” (IBRAHIM, 2021, p. 46). Em 10 de novembro de 2020, em cerimônia do Palácio do Planalto, Bolsonaro disse “Tudo agora é pandemia, tem que acabar com esse negócio, pô! Lamento os mortos, lamento. Todos nós vamos morrer um dia, aqui todo mundo vai morrer. Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas” (idem, p. 47), mesmo dia em que registrávamos 162.842 mortes oficial registradas. No dia 26 do mesmo mês, em cadeia nacional de rádio e televisão, Bolsonaro mentiu, afirmando que “Não existe um vídeo ou um áudio meu falando dessa forma”, se referindo à covid-19 se tratar de uma “gripezinha”.

Na véspera de natal, 24 de dezembro, Bolsonaro debochou, como sempre o fazia, do governador de São Paulo, segundo Ibrahim (2021, p. 50):

Eu quero o cidadão de bem armado. O povo armado acaba com essa brincadeirinha de ‘vai ficar todo mundo em casa que eu vou passear em Miami’. Pelo amor de Deus, ô calcinha apertada! Isso não é coisa de homem, pô! Fecha São Paulo e vai passear em Miami [...] Que negócio é esse? É coisa de quem tem calcinha apertada. Isso é um crime, pô. O povo tem que estar armado porque a arma é a garantia de sua liberdade.

Ainda na linha armamentista, Bolsonaro afirmou a seus apoiadores na saída do Palácio da Alvorada, no dia em que o Brasil chegou aos 203 mil óbitos registrados por covid, conforme apontado por Ibrahim (2021, p. 53):

Quero destravar a questão das armas no Brasil. Em 2020, nós vendemos quase o dobro de armas de 2019, de armas legais. Quero que vocês tenham armas, porque arma é uma liberdade para vocês. É a garantia que você vai ter dentro da sua casa, né, dar o direito da sua família ser protegida. Sempre digo: povo armado é povo que não será escravizado. Isso passa pela direção das mesas da Câmara e do Senado. Então a gente quer, pô! A gente quer que as questões sejam votadas e não sejam travadas. Se não bota em votação, não tem como a gente buscar soluções para muita coisa. E olha, quem vai decidir é o parlamento e quem coloca o parlamento lá dentro são vocês.

Quando da tragédia em Manaus, Bolsonaro pouco se pronunciou, e quando o fazia era recomendando o tratamento precoce, afirmando que a situação se devia à ausência de investimento na compra de hidroxicloroquina, lamentando as mortes e não agindo em tempo hábil, restando mais uma vez a solidariedade de outros Estados. Em sua contínua guerra com setores hegemônicos da mídia, Bolsonaro afirmou no dia 27 de janeiro de 2021: “Quando eu vejo a imprensa me atacar, dizendo que comprei dois milhões e meio de latas de leite condensado, vai pra puta que eu (sic) pariu, imprensa de merda! É pra enfiar no rabo de vocês da imprensa essas latas de leite condensado” (IBRAHIM, 2021, p. 57). Apenas em 2020, Bolsonaro e os membros de seu gabinete foram responsáveis por mais de 500 ofensas contra trabalhadoras e trabalhadores da imprensa (idem, p. 58). Em 15 de fevereiro do mesmo ano, Bolsonaro fez uma ameaça à liberdade de imprensa, afirmando “o certo é tirar de circulação, não vou fazer isso, porque sou democrata. Tirar de circulação Globo, Folha de S. Paulo, Estadão, Antagonista. São fábricas de *fake news*”. Em outra ocasião, em 03 de março de 2021, segundo Ibrahim (2021, p. 61), afirmou:

Se você ler a imprensa, você não consegue viver. Cancelei, desde o ano passado (desde 2019, de fato), todas as assinaturas de jornais e revistas. Ministros que (sic) quiser ler jornal e revista vai ter que comprar. Não leio mais. Não vejo Jornal Nacional, não assisto, que é a maneira que você tem de realmente pensar em coisa séria no país.

Em uma insinuação de ameaça à democracia, no dia 20 de fevereiro de 2021, em que nos aproximávamos a marca dos 250 mil mortos, Bolsonaro discursou em evento de formatura de militares da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (IBRAHIM, 2021, p. 59):

Alguns acham que eu posso fazer tudo. Se tudo tivesse que depender de mim, não seria esse o regime que nós estaríamos vivendo. E, apesar de tudo, eu represento a democracia no Brasil. Nunca a imprensa teve um tratamento tão leal e cortês como o meu, se é que alguns acham que não é desta maneira é porque não estão acostumados a ouvir a verdade.

No dia 04 de março de 2021, na continuidade da onda de contágios e aumentos das mortes, em que o Brasil se tornou o epicentro mundial da pandemia, com a morte de

aproximadamente 2.000 pessoas por dia, ao ser questionado por repórteres e pelo público presente em uma atividade em Uberlândia (MG), Bolsonaro se alterou e gritou “Chega de frescura e de ‘mimimi’, vão ficar chorando até quando?”, Além disso, o pulha chamou aqueles que o questionavam de “idiotas” (IBRAHIM, 2021, p. 62). Em 10 de março, fez mais uma fala em tom de ameaça à democracia, quando ultrapassávamos 270 mil mortes por covid:

Lembra daquele vídeo nosso que vazou? Que não era para ter vazado, mas o ministro Celso de Mello falou que tinha que botar para fora, que eu havia interferido na PF. Viram primeiro que não havia interferência nenhuma, e, em dado momento, falei aquilo, é espontâneo: “como é fácil impor uma ditadura no Brasil”. Vou repetir: como é fácil impor uma ditadura no Brasil [...] Repito, eu faço o que o povo quiser. E digo mais: sou o chefe supremo das Forças Armadas. As Forças Armadas acompanham o que está acontecendo. As críticas em cima de generais, não é o momento de fazer isso. Se um general errar, paciência, vai pagar. Se eu errar, eu pago; se alguém da Câmara dos Deputados errar, pague. Se alguém do Supremo errar, um ou dois, que paguem. Agora, essa crítica de esculhambar todo mundo... Nós vivemos um momento de 64 a 85. Você decida aí o que achou daquele período. Pense. Não vou entrar em detalhe aqui. (IBRAHIM, 2021, p. 63).

Mais uma vez, em 21 de março de 2021, falando a seus seguidores, Bolsonaro usa o escudo das Forças Armadas para se opor a medida de isolamento social posta por governadores, em que estes “[...] tolhem a liberdade de muitos de vocês, o nosso exército é o verde-oliva, mas também são vocês. Contem com as Forças Armadas pela democracia e a liberdade. [...] Estamos do lado certo e do lado do bem, não queremos mergulhar no socialismo, aonde o povo vai à miséria, ao tudo ou nada” (IBRAHIM, 2021, p. 66). Vimos nessa declaração como se opera a guerra psicológica, em que se constrói a imagem do socialismo e do comunismo sempre de uma forma negativa e como o inimigo, o outro a quem se deve combater para garantir sua própria sobrevivência. Nesse dia, nos aproximávamos aos 300.000 mortos.

Na semana do dia 31 de março de 2021, o Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, abriu mão do cargo por não concordar com as ameaças golpistas de Jair Bolsonaro. Na terça-feira, Edson Leal Pujol (Exército), Ilques Barbosa (Marinha) e Antônio Carlos Bermudez (Aeronáutica) colocaram seus cargos à disposição, demonstrando que os militares não estavam dispostos a participar de nenhuma aventura golpista¹⁰⁶. Braga Neto assumiu o cargo do Ministério da Defesa no contexto em que Jair Bolsonaro¹⁰⁷ tentava ampliar seus poderes a partir de um projeto de lei, frustrado, sempre com o discurso de que as Forças Armadas “[...]se mantêm fiéis às suas missões constitucionais de defender a pátria, garantir os poderes

¹⁰⁶ Fonte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-01/crise-militar-no-brasil-entra-no-radar-internacional-por-temor-de-ruptura-democratica.html>.

¹⁰⁷ Bolsonaro sempre festejou o golpe. Muitas vezes sozinho, como em 31 de março de 2014, quando era deputado e posou diante de uma faixa gigantesca que dizia: “Felicidades, militares, graças a vocês o Brasil não é Cuba”. Sua defesa aberta do regime militar foi o que mais o distinguiu dos demais congressistas durante suas três décadas como deputado. Fonte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-31/braga-netto-estrela-como-ministro-da-defesa-exaltando-o-golpe-de-1964.html>.

constitucionais e as liberdades democráticas”, acrescentando que “O maior patrimônio de uma nação é a garantia da democracia e a liberdade do seu povo”¹⁰⁸. O problema é que essa perspectiva democrática é deturpada e distorcida para muitos adeptos do bolsonarismo, que tratam o Golpe civil-militar de 1964 como a “Revolução democrática de 1964”, que veio como resposta “à expansão de ideologias totalitárias”¹⁰⁹, se referindo ao comunismo.

No dia 21 de junho de 2021, o Brasil alcançou a marca das 500 mil mortes por covid, num contexto em que o então presidente continuava afirmando a utilização do tratamento precoce, com hidroxicloroquina, dentre outras medicações sem comprovação de eficácia, porém, especificamente nessa data, que marcava as 500 mil vidas perdidas, o presidente não falou uma palavra sequer de conforto à população brasileira, e seguíamos subindo no ranking de países com maior taxa de infecção e óbitos.

No dia 31 de março de 2022, o governo federal “celebrou” pelo quarto ano seguido o golpe de 1964, afirmando que o episódio “salvou” o país, “sustentou a democracia” e “pacificou” o país¹¹⁰, numa evidente distorção da realidade histórica, o que engana as pessoas e as novas gerações, além de reforçar a guerra psicológica contra militantes e suas famílias, tudo sob o viés da luta anticomunista. Ainda que a Ordem do Dia do Exército apresentasse um tom mais brando, o documento classificou a ditadura como um “marco histórico da evolução política brasileira, pois refletiu os anseios e as aspirações da população da época”, relembrando o apoio recebido pela imprensa, pela igreja, por diversas instituições da sociedade civil e empresários. O documento também defendeu a neutralidade ao se analisar o episódio histórico, a partir da “isenção e honestidade de propósito”¹¹¹.

No dia 07 de setembro de 2022, Bolsonaro repetiu as provocações já feitas em 2021, de que eleições sem voto impresso eram farsas, de que ele só sairia do Executivo “preso, morto ou com vitória”. Além disso, investiu na figura do inimigo, no medo do outro, afirmando a luta do cidadão de bem contra o mal: “Sabemos que temos pela frente uma luta do bem contra o mal. [...]O mal que perdurou por 14 anos em nosso país. Que quase quebrou a nossa pátria. E que agora deseja voltar à cena do crime. Não voltarão. O povo está do nosso lado.”¹¹². Além disso, apelou aos valores cristãos, afirmando que “Somos uma pátria majoritariamente cristã que não

¹⁰⁸ Fonte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-01/crise-militar-no-brasil-entra-no-radar-internacional-por-temor-de-ruptura-democratica.html>.

¹⁰⁹ Fonte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-31/braga-netto-estreia-como-ministro-da-defesa-exaltando-o-golpe-de-1964.html>.

¹¹⁰ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/03/31/gestao-bolsonaro-celebra-golpe-de-64-pelo-quarto-ano-seguido.htm>.

¹¹¹ Fonte: <https://www.estadao.com.br/politica/exercito-nao-celebra-aniversario-do-golpe-de-1964-veja-como-foram-os-ultimos-anos/>.

¹¹² Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62824150>

quer liberação das drogas, que não quer a legalização das drogas que não admite ideologia de gêneros. O país que defende a vida desde a sua concepção que respeita às crianças nas salas de aula, que respeita a propriedade privada e que combate a corrupção para valer”¹¹³, elogiando sua esposa, como uma “mulher de Deus, família e ativa na minha vida”, puxando na sequência o grito da plateia: “Imbrochável, imbrochável, imbrochável, [...]" (sic). Finalizou seu discurso mais uma vez combatendo a mídia: “Aqui não a mentirosa Datafolha, aqui é o novo 'Data Povo', aqui é a verdade, aqui é a vontade de um povo honesto, livre e trabalhador.”¹¹⁴.

O acúmulo do trabalho da imprensa de criar a imagem dos governos petistas como “ruins e corruptos” beneficiou a oposição ao governo, antes do golpe, e interferiu diretamente sobre a eleição de 2018, abrindo mais espaço para o bolsonarismo e para o neofascismo. A candidatura de Geraldo Alckmin, mais ligada aos interesses econômicos dos grupos midiáticos não vigorou, pouco pontuando em pesquisas contratadas, enquanto crescia vertiginosamente a candidatura de Bolsonaro, que em alguns discursos se apresentava contra a grande mídia, recusando, inclusive, a participar de debates organizados por canais televisivos. Sem dúvidas, sua candidatura foi impulsionada com o grau de cobertura feito pela imprensa ao caso da facada.

Entre a candidatura do pacto da conciliação de classes e a do ultraneoliberalismo, apoiado em pautas conservadoras com caráter fascista, a grande mídia usou um discurso de neutralidade, como se estivesse trabalhado de maneira isenta nos anos anteriores, enquanto rifava o governo Dilma e incentivava a prisão de Lula, utilizando da teoria do agendamento (CASTRO, 2014). Dessa forma, Haddad (PT) perde, e ganha Bolsonaro e toda sua corja, trazendo a radicalização das propostas do período anterior, tendo à frente do ministério da Economia a figura de Paulo Guedes, ampliando os ataques sobre o fundo público, que, vale lembrar, segundo Behring: “[...] o pacote ultraneoliberal é tratado pela grande imprensa conivente como algo do ‘governo que trabalha’, apesar de algumas fricções pontuais com os “excessos” verbais presidenciais” (BEHRING, 2021, p. 228).

Em linhas gerais, vimos a falácia do discurso do jornalismo isento em suas próprias ações que se distancia do objetivo de servir aos interesses sociais, tais quais a Constituição prevê, reacendendo assim o debate acerca da regulamentação dos meios de comunicação como instrumento para garantir a sua democratização, ainda que sob os marcos da institucionalidade burguesa. Ao final de seu mandato, em plena campanha eleitoral, Bolsonaro discursa ao

¹¹³ Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/09/07/interna_politica,1391904/7-de-setembro-em-discurso-bolsonaro-reforca-ataques-e-ameacas.shtml

¹¹⁴ Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/09/07/interna_politica,1391904/7-de-setembro-em-discurso-bolsonaro-reforca-ataques-e-ameacas.shtml

Congresso afirmando que jamais regulamentaria a mídia: "Os senhores nunca me verão vir aqui nesse parlamento pedir para regulação da mídia e da internet. Eu espero que isso não seja regulamentado por qualquer outro poder. A nossa liberdade acima de tudo", talvez em uma tentativa desesperada de apoio eleitoral¹¹⁵. Sua inimiga não era a mídia em si, mas a mídia opositora, como a Rede Globo, ou mesmo as mídias alternativas de esquerda, que se colocavam críticas a seu mandato.

Faz-se importante a defesa da regulamentação da mídia, com a criação “do Conselho Nacional de Comunicação e do Fundo Nacional de Comunicação Pública, veto à propriedade de emissoras de rádio e TV por políticos, proibição do aluguel de espaços da grade de programação e a definição de regras para impedir a formação de monopólio e a propriedade cruzada dos meios de comunicação” (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC). Essa é a regulamentação necessária para que a mídia perca um pouco esse papel de braço da burguesia em sua construção de hegemonia, tal como apontado por Gramsci ainda no início do século XX, a identificando como um dos três principais aparelhos privados de hegemonia. Trataremos a seguir do segundo mais importante braço da burguesia: a Igreja.

3.5 A decadência ideológica e o conservadorismo na religião: o evangelicalismo branco como elemento da ofensiva ideológica no tempo presente

"A miséria religiosa é, de um lado, a expressão da miséria real e, de outro, o protesto contra ela. A religião é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito. É o ópio do povo. A verdadeira felicidade do povo implica que a religião seja suprimida, enquanto felicidade ilusória do povo. A exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões. Por conseguinte, a crítica da religião é o germe da crítica do vale de lágrimas que a religião envolve numa auréola de santidade. A crítica arrancou as flores imaginárias que enfeitavam as cadeias, não para que o homem use as cadeias sem qualquer fantasia ou consolação, mas para que se liberte das cadeias e apanhe a flor viva. A crítica da religião desengana o homem para que este pense, aja e organize sua realidade como um homem desenganado que recobrou a razão a fim de girar em torno de si mesmo e, portanto, de seu verdadeiro sol. A religião é apenas um sol fictício que se desloca em torno do homem enquanto este não se move em torno de si mesmo."
(Marx em Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel)

“Os seus chefes dão as sentenças por suborno, e os seus sacerdotes ensinam por interesse, e os seus profetas adivinham por dinheiro; e ainda se encostam ao Senhor, dizendo: Não está o Senhor no meio de nós? Nenhum mal nos sobrevirá”.
Miquéias 3:10-11

¹¹⁵ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/02/02/bolsonaro-diz-que-nao-vai-regular-midia-ou-revogar-reforma-trabalhista.htm?cmpid=copiaecola>

Para alguns estudiosos, religiosos ou filósofos idealistas, a “pessoa humana” tem direitos inalienáveis procedentes de uma ordem espiritual, o que influenciou durante muitos anos o Serviço Social a partir dos postulados neotomistas. Essa concepção de homem sustenta-se no idealismo subjetivo. O idealismo se caracteriza por tomar, como ponto de partida da reflexão filosófica, o mundo subjetivo (o eu, o sujeito ou a consciência, ou a alma, o espírito, o pensamento, ou o próprio Deus), colocando em segundo lugar – ou mesmo ignorando – as determinações provindas da produção material (o desenvolvimento histórico das forças produtivas) e da vida social e política (a luta de classes).

Nessa concepção de ser humano, de base espiritualista, religiosa, as necessidades humanas seriam próprias da substância humana, de sua natureza universal e perene, enquanto ser constituído “à imagem e semelhança de Deus”. Sob essa orientação, a defesa dos ditos “direitos humanos” assenta-se na concepção de necessidades sociais como atributo da substância individual do ser humano, inerentes a sua própria natureza (TERRAIL, 1975, p. 6). Vimos nessa formulação filosófica uma vertente ainda atual, que se utiliza de argumentos bíblicos para a fundamentação legal do Estado. Diversos políticos cristãos, evangélicos, católicos, espíritas, trazem seus valores para o enfrentamento da própria concepção de Estado laico, impondo sua moral a partir de seus discursos que são utilizados numa perspectiva de argumentação para aprovação ou rejeição de projetos de leis.

Em diversas comunidades, favelas etc. a religião, e destacamos o papel das igrejas evangélicas neopentecostais, têm se configurado como uma forma de integração (e até mesmo de proteção contra a dinâmica da organização da violência no cotidiano desses territórios) de negras e negros periféricos. Religião que ao mesmo tempo exerce uma forma de controle sobre a população, regulando comportamentos, enraizando valores, violentando religiões diferentes da sua (como temos visto nos ataques a terreiros/*ilês* e a praticantes de religiões de matrizes africanas etc.) e influenciando na cena política local e nacional. A relação entre política e religião é historicamente dada. Compõe a dinâmica da organização da vida do ser social.

Há uma complexidade na relação entre política e religião, que no processo atual, ainda não sabemos qual o desfecho, visto que ainda o vivenciamos, podendo apontar apenas o processo que nos trouxe aqui e as tendências que visualizamos. Essa pesquisa pode contribuir no sentido de acumular para a compreensão dessa complexa relação que vem ganhando importância cada vez maior na sociedade brasileira. Porém, a origem dessa relação é anterior.

Nesse tópico, nosso recorte é o marco temporal do golpe e do governo Bolsonaro (2016 a 2022). Pela complexidade das religiões cristãs e pela própria trajetória de vida da autora, optamos por nos debruçar sobre o estudo das Igrejas Evangélicas. Ainda assim, sabemos que nem todas as

denominações defendem a pauta conservadora, o que nos levará a adotar como recorte uma corrente teológica específica, a neopentecostal. Isso se explica tanto pelo seu crescimento como por identificarmos seus dogmas e preceitos como elementos próprios à sociedade brasileira do tempo presente, com suas particularidades, que formam um equilíbrio de forças sociais e ideológicas.

Segundo Koren (2016), a religião possui um significado social a ser descoberto em termos das experiências da vida real de seus adeptos, no tempo e no espaço construído por essas pessoas. É dessa perspectiva que partiremos, seguindo o pensamento de Gramsci que trata a religião de forma histórica, dando principal atenção ao caráter organizativo que assume junto à sociedade (KOREN, 2016). As igrejas atuam no âmbito da “pequena política”, abrangendo “questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” (KOREN, 2016, p. 21). Para Gramsci, a pequena política tem tanta importância quanto a grande política, uma vez que o esforço da burguesia é excluir a grande política da vida estatal e reduzir tudo à pequena política, mais um dos papéis assumidos pelos aparelhos privados de hegemonia.

Ao longo da história humana, muitos foram os estudos que relacionavam religião e política (mesmo antes do capitalismo). Os jovens hegelianos de esquerda responsabilizavam a religião pelo atraso da sociedade, devido à sua influência no sentido de controle da vida privada da população e de seu peso sob o Estado. Strauss, em *A vida de Jesus Cristo*, fez o primeiro enfrentamento à ortodoxia religiosa, influenciando Feuerbach, que tomava o ateísmo como forma superior de libertação do Estado e da consciência humana (RAUTA RAMOS, 2012, mimeo; LIMA, 2003).

Para esses filósofos, “[...] a consciência de si é a única força da história, e a consciência de si é o homem. Para eles, a história cessa de ser a manifestação da vontade divina; a religião, dizem eles, é apenas a manifestação de um grau inferior da consciência, entramos agora num novo período e trata-se de adaptar as formas exteriores da vida a esse novo período. Até aqui a sociedade era dominada pela religião, agora o homem poderá se determinar ele mesmo fora da religião” (RAUTA RAMOS, 2012, mimeo, p. 28).

Feuerbach, que assim como Hegel influenciou o pensamento de Marx, buscou demonstrar como a alienação alienava o ser humano de suas próprias qualidades, submetia o ser humano a um “ser superior perfeito”, criado por ele mesmo para o reprimir, controlar, violar. No entanto, o pensador não avançava para além da abstração, perdendo a mediação do processo histórico, da contradição e do movimento. A análise feita por Feuerbach leva à compreensão de que, conforme Rauta Ramos (2012, p. 29, mimeo),

Os objetos de culto, perante os quais os religiosos se ajoelham e fazem suas preces, têm existência real, embora fetichizada: construídos pelos homens, o adorador vê neles a fonte de poder divino para livrá-lo de uma situação angustiante. Tem a expectativa de obter sua solução, pela ação do divino, espera um milagre.

Ou seja, há uma fetichização da própria imagem do templo, do livro sagrado, do ritual, pois para o religioso, aqueles objetos e tradições são frutos de uma divindade, esquecendo que se trata na verdade da produção humana, inserida em relações sociais de produção que se reproduzem no âmbito da pequena política, construída na cotidianidade. Assim, a fé é sentimento transpassado pelo fetiche da mercadoria. Bensaïd (2013) faz análise próxima:

Acabar de uma vez por todas com o Deus celestre de sinistra memória é também acabar com seus substitutos terrestres, com todas as criações humanas que se edificam diante dos homens como poderes autônomos, como fetiches que os transformam em brinquedos, a começar pelo Estado e pelo Dinheiro, mas igualmente pela Sociedade ou pela História. (p. 33).

Marx trabalha a noção de alienação colocando em novos termos a noção de *devir histórico* de Hegel com base na orientação materialista de Feuerbach, que apresentava a concepção de ser humano completo e de humanismo (RAUTA RAMOS, 2012, mimeo). Marx provavelmente seria chamado de eclético pelos críticos de hoje, mas sua capacidade intelectual de identificar no real o movimento da história e de apropriar-se criticamente das contribuições do saber humano coletivo, superando-o em muitos casos, encanta. Por exemplo, se Feuerbach superava a religião a partir da ideia da liberdade na essência humana, Marx o critica, afirmando que a essência humana não é abstrata, mas constituída historicamente a partir das relações sociais de produção. Rauta Ramos (2012, mimeo) recupera uma citação clássica de Marx:

Feuerbach não vê, pois, que o ‘ânimo religioso’ é um produto social e que o indivíduo abstrato, analisado por ele, pertence a uma forma social determinada. Toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios, que induzem às doutrinas do misticismo, encontram sua solução racional na práxis humana e no compreender dessa práxis. [...] Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo (MARX, K. 1987, p. 162-163).

Marx não apenas superou filosoficamente seus “mestres”, mas formulou sua própria concepção de emancipação humana, original pelo contexto histórico, pela sua formação, e pelo conhecimento construído e acumulado até ele. Ou seja, nosso *elogio* a Marx não está em colocá-lo nessa figura divina tão combatida pelo próprio, mas de entende-lo como homem de seu tempo, cuja genialidade não parte de um plano abstrato, perdido da realidade, mas de seu esforço, dedicação e de sua paixão revolucionária. *A perspectiva revolucionária* assumida por Marx reivindica o Comunismo como modo de produção da vida material e *espiritual*, ou seja, uma sociedade em que o trabalho seja livre e associado, e onde o produto do trabalho, seu processo de produção, distribuição, circulação e consumo, seja consciente, livre e coletivo.

Pesquisar sobre o modo de produção capitalista tornou-se o objetivo, a fim de entender as relações sociais e de pensar possibilidades de transformação, o que não teve tempo de cumprir em sua integralidade, devido à sua morte. Para Marx, o horizonte de emancipação humana não significa apenas uma libertação no âmbito da política ou da economia (no sentido vulgar), mas a

emancipação real, que acumulasse para a construção da vida humano-genérica, o que envolveria “contradições violentas com suas próprias condições de vida, declarando permanente a revolução [...]” (MARX, 2010b, p. 60), exigindo assim também uma emancipação religiosa:

Nisto precisamente, é que se manifesta a alienação inerente à consciência religiosa: em nenhuma de suas formas ela pode reconhecer [...] ilimitadas as possibilidades de expansão para o conhecimento humano. Daí a necessidade [...] de proclamar a existência de duas espécies de razão: a razão natural e a razão sobrenatural. A fé religiosa, segundo Simone Weil, só poderia ser compreendida através da razão sobrenatural: ‘A razão natural, aplicada aos mistérios da fé, produz a heresia (La connaissance surnaturelle)’” (KONDER, 2009, p. 96).

Em *Sobre a Questão Judaica*, Marx responde Bruno Bauer a partir de sua própria vivência, pois provinha de uma família judia pressionada a converter-se ao cristianismo. Para ele, a emancipação real do ser humano exigia a supressão da alienação *de si* e, conseqüentemente, a instauração de um regime social radicalmente transformado (MARX, 2010a). Logo, era necessária uma emancipação para além daquela encravada na noção de cidadania, ainda que Marx visse grande progresso na emancipação política, como se percebe a partir da leitura de passagens do autor sobre a Revolução Francesa e a Revolução na Alemanha.

Ainda que não componha nossa matriz metodológica, acreditamos ser necessário apresentar o debate de Max Weber sobre a relação entre protestantismo e capitalismo, tendo em vista o intuito deste tópico, que poderá auxiliar a destrinchar o tema abordado. Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber abordou o ideário de seitas protestantes, buscando revelar a força motriz da religião no comportamento dos indivíduos. Segundo Kaesler (1995), “um dos objetivos recorrentes de seu trabalho era o estudo das causas, das formas de emergência e dos efeitos do capitalismo, no qual Weber descobre a força revolucionária sobre aspectos sempre novos” (1995, p. 92), aproximando-se aí a questão cultural e as influências das religiões, em destaque, o protestantismo.

Weber (2004) discorreu sobre a formação do *espírito* do que chamava média burguesia, principalmente dos empreendedores capitalistas. Segundo o autor, a burguesia, idealizada com ênfase no seu estilo de vida, apresenta uma cultura particular, repousada em seu *ethos*, que rompe com a ética predominante na sociedade feudal. Ao ser disseminado e partilhado por todos, esse *ethos* é a identidade burguesa, sua própria cultura, produzindo comportamentos econômicos, segundo o autor, adequados aos valores do capitalismo moderno.

Nessa perspectiva, Weber (2004) afirma que a cultura protestante criada pelo calvinismo criou um ambiente baseado em princípios, que podem parecer contraditórios: a acumulação de riquezas e a proibição religiosa de usufruí-las. Ideia derrubada pela Teologia da Prosperidade, como se verá adiante, própria a mudança do *ethos* no capitalismo contemporâneo. Porém, aquela

contradição foi a forma do ascetismo religioso, extraído do puritanismo, adentrar na vida econômica, como ascetismo secular, que veio disciplinar as sociedades industriais. Ou seja, para Weber, tal cultura se dissemina em outros grupos sociais a partir de um processo educacional progressivo, que levará à incorporação desse *ethos*, atingindo o conjunto da vida social. Esta “afinidade eletiva” entre a ética calvinista e o espírito do capitalismo formaria, seguindo a linha weberiana, o coração da compreensão do mundo moderno (WEBER, 2004).

Apesar de termos muitos pontos de discordância teórico—metodológica com Weber, é inegável a contribuição desse autor para o estudo sobre a força das religiões, com destaque para o protestantismo, no modo de vida forjado pelas relações sociais capitalistas. Assim, a ideia de um “espírito do tempo”, ainda que não advinda originalmente de Weber, envolve também a dimensão cultural, em que uma de suas expressões, para nós, é sem dúvidas a religião, que por sua relevância na vida cotidiana dos indivíduos e da sociedade acaba por ser um instrumento de disseminação de valores (como do neofascismo, do ultraconservadorismo e mesmo do ultraneoliberalismo), sendo a Igreja protestante um aparelho privado de hegemonia (na categorização que mais se aproxima de nosso referencial teórico-metodológico) importante para a propagação desse *ethos* capitalista contemporâneo. Não se trata de cairmos no erro do ecletismo, mas de apresentar a análise de um teórico que se estabeleceu na sociologia burguesa ao analisar a própria construção da influência da burguesia sobre as demais classes sociais a partir do poder da religião protestante. A ideologia burguesa, portanto, se utiliza desse importante instrumento como forma de estabelecer sua legitimidade social. Ainda assim, compreendemos que a religião cristã e protestante não é homogênea. Diversas são as denominações, vertentes teológicas, doutrinas, seitas etc. Portanto, não abordaremos o protestantismo ou a Igreja Evangélica em si, como algo unívoco, mas nos debruçaremos sobre uma categoria tomada de Du Mez: o *evangelicalismo branco*.

Kristin Kobes Du Mez, professora de História e de Estudo de Gênero na Calvin University, em seu livro *Jesus e John Wayne: como o evangelho foi cooptado por movimentos culturais e políticos*, traça um paralelo sobre a figura simbólica do caubói com a mudança de referência que o movimento evangélico estadunidense sofreu na transição do século XIX ao século XX. Se antes havia certa influência do feminino vitoriano na religião protestante, ao se assumirem evangélicos essa religião passou por um processo de transição, especialmente no século XX no contexto de consolidação do Capitalismo Monopolista, em que a figura do *macho branco*, assassino dos povos nativos e opressor dos negros, toma a centralidade, configurando-se um “patriarcado cristão másculo, autoritário, ‘cabeça’ incontestável, que não reserva nenhum

outro papel às mulheres senão a obediência” (PACHECO, 2022, p. 14). Isso revela que as transformações próprias à consolidação do capitalismo monopolista alcançaram todos os âmbitos da vida cotidiana, e aqui destacamos o âmbito ideológico representado pela religião, nesse caso, evangélica.

Du Mez (2022) aponta uma relação entre a formação desse neopentecostalismo com o processo de crise do capital, em que vemos a reestruturação produtiva nos anos 1970 como determinante para essa “reestruturação da fé”, com o surgimento de concepções teológicas como a Teologia da Prosperidade, a *confissão positiva*, a constante guerra espiritual (do Diabo contra os “servos de Deus”) que estimula a cultura da violência, ao mesmo tempo em que se superam estereótipos dos “usos e costumes” e se organiza as Igrejas a partir de uma estrutura empresarial, incentivando a fé pelo consumo e o consumo da fé.

E por que falar em evangelicalismo branco? A grosso modo, o estudo de Du Mez se originou da curiosidade de investigar a masculinidade no meio evangélico, em que observou o apagamento das mulheres e a defesa da ideia de um Deus guerreiro. A partir de pesquisas realizadas, a autora verificou o amplo apoio dos evangélicos brancos estadunidenses à guerra do Iraque e a concepções políticas de direita, como a adoção de uma política externa agressiva e o uso da tortura como legítimo, além do forte apoio à figura controversa de Donald Trump (DU MEZ, 2022). A autora ainda recupera a aproximação dessa visão de mundo evangélica branca no contexto anterior do momento de sua consolidação nos anos 1970: nas décadas de 1940 e 1950, durante a II Guerra Mundial e no contexto da Guerra Fria e enfrentamento ao projeto socialista, os evangélicos brancos estadunidenses aderem ao nacionalismo cristão e ao militarismo. A autora lembra que denominações como Batista e os evangélicos negros estavam construindo a pauta dos direitos civis, os movimentos sociais estavam fortalecidos com a luta feminista, do movimento negro, da juventude e contra a Guerra do Vietnã. Nesse contexto, os evangélicos brancos se posicionaram contra esses movimentos e suas pautas, adotando uma postura conservadora que refletiu nas formulações teológicas supracitadas.

O evangelicalismo branco funda a Teologia da Prosperidade e sustenta o medo como mecanismo para controle e manipulação da fé de seus seguidores. Du Mez (2022) exemplifica, no caso estadunidense, a partir dos testemunhos fraudulentos de ex-mulçumanos terroristas, que eram levados aos templos para expor os projetos islâmicos de destruição dos Estados Unidos da América, o que foi descoberto e ainda sim, justificado, o que não tirou a credibilidade das igrejas que realizavam a fraude. A autora trata esses acontecimentos como a necessidade que o evangelicalismo branco, próprio ao neopentecostalismo, tem de viver em uma constante guerra: guerra espiritual, guerra geopolítica, com inimigos externos ou internos. Isso explica,

por exemplo, a adesão de pastores, bispos, ministros brasileiros ao ódio ao PT, em que vêem nos “comunistas” a figura diabólica do Inimigo.

Pode-se dizer que o que Du Mez e Pacheco (2022) chamam de evangelicalismo branco tem suas origens ainda no século XVIII, quando diversos teólogos utilizariam interpretações de trechos bíblicos para justificar a escravidão de pessoas negras, como George Whitefield, proeminente teólogo estudado até hoje nos seminários, e Robert Dabney, presbiteriano muito influente no Brasil. Sobre o evangelicalismo branco, Pacheco (2022, p. 15) afirma:

Continuaria sendo o mesmo grupo que legitimou a fundação de uma organização como a Ku-Kux-Klan, enquanto fugia dos Estados Unidos, após a derrota confederada na Guerra de Secessão, para um país como o Brasil, onde era possível fundar igrejas e, óbvio, ainda ter escravos. Continuaria sendo o grupo que, no século 20, celebrava a segregação racial, a qual considerava uma maneira pela qual o próprio Deus organizara socialmente os Estados Unidos, ao mesmo tempo que combatiam os ensinamentos científicos na academia e perseguiam qualquer um que considerasse razoável a teoria da evolução. Esse grupo era indiscutivelmente evangélico e branco.

No Brasil, como vimos no capítulo um, o desenlace do evangelicalismo branco é diferente pela sua própria particularidade histórica. Em primeiro lugar, o racismo que estrutura nossa sociedade, que limita o acesso aos meios de produção (como a terra), controla a organização da luta (pelos mecanismos de violência) e que perpassa a extração de mais-valia de nossa força de trabalho, foi negado pelo mito da miscigenação, do povo brasileiro cortês, ou mesmo através de decretos afirmando a inexistência de outros povos (como ocorreu com nossos povos originários a partir da legislação pombalina, em 1750, ou de legislações específicas, como a que decretava a inexistência da população indígena cearense, em 1863), sem falar da proibição do debate sobre o racismo no período da ditadura civil-militar de 1964-1985. Assim, falar em evangelicalismo branco no Brasil não é referir-se a cor da pele, à “identificação epidérmica”, como afirma o pastor e militante do movimento negro Ronilson Pacheco (2022, p. 15), mas pela ideologia teológico-política:

Com isso, quero dizer que o que une o movimento de extrema direita dos evangélicos brancos dos Estados Unidos aos evangélicos ultraconservadores do Brasil – aqueles contra, por exemplo, as políticas de ações afirmativas e o ensino da teoria crítica racial, e estes contra as cotas e o ensino de cultura e religiosidade africana nas escolas brasileiras – não é que esses evangélicos brasileiros também sejam todos majoritariamente brancos, mas, sim, a mesma construção e aprendizado teológico-político da noção de privilégio, da superioridade pelo mérito, bem como a ideia de que o cristianismo deve ser pilar da sociedade, e por isso seus valores devem orientar o ensino das escolas, sendo a cultura e a religiosidade tidas por inferiores, quando não a própria expressão do mal, o que implica que nossas crianças devem ficar longe delas.

Sabemos que realidade brasileira é bem diferente da estadunidense. Apesar de adotar-se os mesmos autores da Teologia da Prosperidade, as igrejas evangélicas adeptas ao neopentecostalismo sofreram uma forte influência de religiões de matrizes africanas, especialmente a Umbanda, como se percebe das práticas ritualísticas e objetos de consumo da

fé vendidos por denominações como Universal e Mundial, indo de vassouras para se colocar atrás da porta de entrada de casa para afastar o “mau olhado”(!), o sal grosso, a água ungida etc. Há ainda uma forte adesão da população negra ao neopentecostalismo brasileiro, ou seja, sem dúvida sua influência originária está no modelo estadunidense do evangelicalismo branco, que influencia inclusive a forma de militância evangélica e de consumo da fé, pautada principalmente nos valores e nas concepções teológicas mencionadas acima, porém, no Brasil, o neopentecostalismo adquire particularidades próprias, que se relacionam diretamente à nossa formação sociohistórica.

Vale enfatizar, não se trata de afirmar que toda a religião evangélica seja conservadora, mas que ela poderá ser conservadora a partir dos usos e do equilíbrio de forças sociais e ideológicas do “espírito do tempo”. Koren (2016) ensina que o significado social da religião terá como determinantes a vida cotidiana e as particularidades históricas de cada lugar, ou seja, apontando a necessidade de abordar a questão da religião “de forma histórica dando principal atenção ao seu caráter organizativo da sociedade” (p. 02).

Vimos aí o uso da religião enquanto um aparelho privado de hegemonia que difunde uma visão de mundo, cumprindo uma função pedagógica no processo de constituição de horizontes ideológicos das classes sociais (KOREN, 2016). Em outras palavras, a incorporação e reprodução de valores vigentes, hegemônicos, de uma época estarão reproduzidos no âmbito ideológico da teologia-política. O fetichismo da forma mercadoria, o conservadorismo, a meritocracia, o privilégio branco, o empreendedorismo, o machismo, a LGBTQIAPN+fobia, a gordofobia, são apenas exemplos que podemos citar que permeiam a cultura reproduzida pelas igrejas evangélicas e que estão presentes em falas e pregações de suas lideranças e referências.

Antes da existência do neopentecostalismo, temos o pentecostalismo brasileiro, que chega no início do século XX sob a influência estadunidense, com caráter fortemente conservador, em que se pregava “o tradicionalismo nos costumes e a rigidez moral” (KOREN, 2016, p. 01). Naquele dado momento histórico, rejeitava-se a ideia de participação na política e o uso dos meios de comunicação de massa – considerados mundanos ou diabólicos –, fosse pela hegemonia da Igreja Católica, os usos e costumes¹¹⁶ ou pela tentativa de consolidação de seu projeto de instalação no país. Segundo Koren:

É importante notar que esses aparelhos não necessariamente se apresentam como organizadores da vida econômica ou política da sociedade. Revistas ou jornais em geral apresentam-se como sendo apenas fontes de notícias, como difusores de informações “neutras”. Igrejas tendem a se apresentar como simples seguidoras de

¹¹⁶ Quando criança, muito ouvi sobre a separação entre Igreja e Estado com a constante repetição do versículo bíblico “dai a Cesar o que é de César e a Deus o que é de Deus”, além disso, assistir televisão era proibido por algumas denominações, sendo o ato considerado pecado.

doutrinas metafísicas, sem relação com a realidade social. Isso não impede esses aparelhos de disseminarem as visões de mundo da classe ou fração de classe que representam, aliás, esta suposta neutralidade torna mais efetiva a interiorização e aceitação, por parte dos leitores ou fiéis, de uma visão de mundo que não é originalmente deles. (2016, p. 05).

Com o passar dos anos, outra corrente teológica ganha algumas igrejas evangélicas brasileiras: a da missão urbana (LIMA, 2003). O “ide”¹¹⁷ avança de forma que qualquer pessoa pudesse tornar-se um líder de célula, de ministério e até de uma igreja, sem a obrigatoriedade de formação teológica em Instituição de Ensino Superior ou Seminário, como ocorre na grande maioria das denominações da Igreja Católica (Ortodoxa e Apostólica).

Na igreja evangélica, qualquer cidadão poder se tornar um líder de célula em questão de meses após o ingresso na entidade. Esse novo membro, que na maioria dos casos não precisa de nenhuma formação prévia, passa a reunir a comunidade dentro da sua própria casa e promove a multiplicação desta célula como orientação formal de desenvolvimento da doutrina. [...] Assim, nenhuma outra área de atuação social brasileira oferece uma oportunidade tão rápida, segura e promissora como projeto de vida, principalmente nas regiões mais pobres do país, nas quais o estado é totalmente ausente. Além disso, as igrejas são isentas de impostos, arrecadam dízimos por deliberação dos fiéis que as pagam e são capazes de estabelecer, sem nenhuma forma de contestação ou abertura ao debate, as narrativas sociopolíticas que mais lhes interessam em determinada ocasião. (KOREN, 2016, p. 01).

A partir do crescimento notório obtido pela inserção de sua atuação no âmbito da mídia (com a difusão por rádios e o televangelismo), a igreja evangélica inicia um processo de incorporar a ideia de ser um “agente de transformação social”, passando a atuar no campo da chamada “pequena política”. A Assembleia de Deus, considerada a maior e mais antiga denominação pentecostal no Brasil, passa a incentivar a atuação política de suas lideranças a partir de 1986, visando ter representação dentro da Assembleia Constituinte (KOREN, 2016). O uso da mídia pelos pentecostais passou a ser aceito dentro da lógica da “missão urbana”, de ampliar o alcance da “mensagem de Deus”, abrindo o televangelismo para os neopentecostais, que ganham ampla adesão social, seguindo o modelo estadunidense do evangelicalismo branco.

Com essas mudanças no cenário pentecostal, o conservadorismo das lideranças políticas e midiáticas tornou-se evidente nos últimos anos, acompanhando o fortalecimento de posturas políticas tradicionais em questões morais e culturais. Com o mote da defesa da família tradicional considerada a base da sociedade ocidental, opõem-se aos movimentos civis por direitos dos homossexuais, pró-aborto, feministas, defensores dos direitos humanos, entre outros grupos supostamente responsáveis pela destruição da família e pela perseguição religiosa (idem, p. 01).

No Brasil, a figura de um caubói de filmes *bang-bang* foge à nossa tradição cultural. Mas é fácil reconhecer o que ele simboliza. Simboliza a figura do macho, autoridade do lar, que bate na mulher e em seus filhos como forma de “discipliná-los”, por vê-los como submissos a ele, que está cumprindo os mandamentos de Deus. Simboliza a violência contra as religiões de matrizes

¹¹⁷ Marcos 16:15: “E disse-lhes Jesus: Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda criatura”.

africanas, vistas como demoníacas e bestiais, o que justifica a destruição de terreiros e mesmo o uso de violência contra seus praticantes. Simboliza a destruição do patrimônio histórico e cultural da Igreja Católica, a partir de seus santos, de suas imagens e liturgias. Simboliza o apoio de amplos setores evangélicos às operações militares em territórios periféricos em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Fortaleza etc. Sobre isso, Pacheco é contundente:

[...] É a legitimação da autoridade policial como “autoridade ungida por Deus”, para matar “vagabundos” que desrespeitam a lei. Os muitos indígenas que os personagens *cowboy* de Wayne mataram em dezenas de filmes estão presentes simbolicamente nos corpos abandonados em lamaçais, nos “suspeitos” abatidos com sinais de execução e nas muitas crianças vítimas dos disparos perversos de uma polícia que não respeita o território dos pobres. Tudo isso com as felicitações e, acredite, orações de gratidão de muitas vozes de lideranças evangélicas que, no Brasil, indistintamente equiparam policiais à mão de Deus e ignoram o apelo de Jesus aos pacificadores, justificando o direito ao acesso às armas como forma de defender a própria “liberdade”. (PACHECO, 2022, p. 14).

O enraizamento do bolsonarismo no meio evangélico apresenta a ideia de que existe uma coerência natural entre movimentos da direita, que trazem em seu seio valores antidemocráticos e conservadores, com a ideia de “verdade”, “liberdade” e “vida” do cristianismo (PACHECO, 2022). Tais termos, tão polissêmicos, são reproduzidos por cristãos disseminadores de *fake news*¹¹⁸, defensores saudosistas da ditadura militar¹¹⁹ e propagadores de campanhas anti-vacinas¹²⁰.

Além disso, vimos toda uma simbologia cristã ser atrelada a um nacionalismo cego, utilizadas em episódios como na autoproclamação de Jeanine Áñez à presidência da Bolívia, com o golpe de 2019, quando Camacho – principal articulador do golpe – carregava uma bíblia no Palácio do Governo, nas manifestações golpistas na Nicarágua, na invasão do Capitólio, nas passeatas da morte mobilizadas por Bolsonaro e mesmo na tentativa fracassada de golpe em 08 de Janeiro de 2023.

No Brasil, o 7 de Setembro de 2021 mostrou, semelhantemente, que essa falsa coerência natural é capaz de forjar a construção de uma ideia de defesa de valores e de ordem no país, ao mesmo tempo que fomenta a ruptura e o escracho público do poder, cuja responsabilidade é proteger a Constituição de apreensões e interpretações

¹¹⁸ Segundo a revista Carta Capital (2023): “Estas posturas se configuram em um ponto inicial que é a formulação do conteúdo mentiroso dentro do próprio ambiente evangélico. Segundo o acompanhamento realizado desde a pesquisa Caminhos da Desinformação: Evangélicos, Fake News e WhatsApp no Brasil até o que é empreendido pelo Coletivo Bereia – Informação e Checagem de Notícias, pastores, pastoras, presidentes de igrejas, bispos e outras autoridades, influenciadores digitais, entre artistas gospel, políticos evangélicos e outras personagens que ocupam o espaço público e emergem como celebridades midiáticas, criam conteúdo falso e enganoso e o propagam em seus espaços nas mídias sociais dos aplicativos populares das *big techs*.”. Fonte: https://www.cartacapital.com.br/blogs/por-que-evangelicos-sao-alvo-e-fonte-de-tantas-mentiras/?utm_medium=relacionadas_bottom&utm_source=cartacapital.com.br. Também recomendamos: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62985337>, <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2023/04/desinformacao-contra-gestao-petista-cresce-entre-evangelicos-onde-circulam-ao-menos-30-fake-news-sobre-o-governo-lula.ghtml>.

¹¹⁹ Um pouco mais sobre a história e relação pode ser apreendido dos textos disponíveis em: <https://jacobin.com.br/2021/04/como-a-ditadura-militar-impulsionou-a-teologia-reacionaria-de-igrejas-norte-americanas/> e <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/igrejas-ditadura-no-brasil.htm>.

¹²⁰ Uma vasta pesquisa foi realizada pela agência APública, em reportagem disponível no site: <https://apublica.org/2020/06/poderes-impuros/>. Também podem se obter informações na reportagem da Revista Veja: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/por-que-os-evangelicos-resistem-a-vacina-contra-a-covid-19/>.

que fraturem a equidade, a diversidade e a justiça no país. Tão estarrecedor quanto os nacionalistas cristãos no 6 de Janeiro, no ataque ao Capitólio, é o fato de que, no Brasil, atos que tinham a nítida intenção de afrontar o Supremo Tribunal Federal, pôr em xeque a legitimidade das eleições e distribuir saudosismos da ditadura militar foram convocados e enaltecidos no interior de muitas igrejas. Como quem faz apelo chamando à conversão, pastores e pastoras alinhados ao ultraconservadorismo transformam púlpitos em plataforma, com sermões que davam conta de chamar o rebanho para uma luta do “bem contra o mal”. (PACHECO, 2022, p. 17).

É esse movimento que vimos recentemente com o avanço do bolsonarismo entre evangélicos. Se antes as igrejas assumiam uma postura anti-armamentista, atualmente, reproduz-se o espírito do tempo, com uma bancada evangélica posicionando-se sempre a favor das armas e da liberação de seu uso para defesa da propriedade privada, como reportado pelo jornal O Globo ainda no ano passado¹²¹. O pastor evangélico e um dos maiores cantores gospel do Brasil, André Valadão, fez a defesa, em suas redes sociais, de que o próprio Jesus usaria armas de fogo. O líder da bancada evangélica na Câmara afirmou que é preciso se posicionar contra a esquerda, que é anti-armamentista, o que justifica o apoio ao porte de armas. Diversos pastores realizam cultos com orações para união de armas, contrariando a histórica trajetória de apoio evangélico a campanhas de desarmamento da população, como ocorrido ainda em 2005, primeiro mandato de Lula (PT), durante a Marcha Para Jesus, em um momento que contou com a presença de mais um pastor atualmente armamentista, Silas Malafaia¹²².

Se, em 2005, tínhamos um Malafaia apoiador do governo Lula, construindo uma das principais campanhas do primeiro mandato do governo petista, com o segundo mandato, possivelmente por não ter conseguido seus objetivos junto ao governo, Malafaia utilizou o que chamou de “apoio” dos governos petistas à homossexualidade para realizar forte oposição à candidatura e a todo o espectro da “esquerda”, envolvendo partidos, movimentos sociais, coletivos, ativistas e suas pautas historicamente defendidas:

Nesse processo, o Partido dos Trabalhadores ganhou atenção especial do pastor, principalmente durante a campanha eleitoral de 2010, quando Malafaia assumiu uma postura de oposição ao partido e a sua candidata à presidência, Dilma Rousseff, justificada, principalmente, pelo apoio de petistas ao PL 122/06, à descriminalização do aborto e à aprovação do III Plano Nacional de Direitos Humanos. Com a oposição ao PT, Malafaia passa a assumir um discurso contrário aos partidos e movimentos de esquerda em geral e passa a denunciar supostos planos comunistas que estariam sendo postos em prática no país. Além das causas que já mencionamos, vemos também oposição de Malafaia às tentativas de regulamentação da imprensa pelo Governo Federal. Essa questão interfere diretamente nos interesses do pastor e de outros televangelistas e é apresentada como tentativa de censura e outra forma de ação de 7 comunistas no país, conforme veremos. Ao final analisaremos a atuação do pastor na defesa da indicação do Deputado Marco Feliciano – também pastor e televangelista – à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara de Deputados em 2013. Malafaia saiu em defesa de Feliciano, após esse ser alvo de

¹²¹ Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/armamentismo-ganha-espaco-na-agenda-de-lideres-evangelicos-25494567>.

¹²² Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/12/bolsonarismo-alavanca-gosto-por-armas-entre-evangelicos.shtml>.

manifestações contrárias à sua candidatura, por declarações racistas e homofóbicas do deputado. Esse momento é importante para a articulação de setores conservados e da direita religiosa. (KOREN, 2016, p. 6-7).

Malafaia atua no âmbito da pequena política, com pautas conservadoras e neoconservadoras, reforçando o processo de construção de hegemonia que reproduz a ideologia decadente da burguesia através de sua difusão em rádio, televisão, livros, e cultos, possuindo amplo alcance. Segundo Koren (2016, p. 01-02),

Malafaia propõe a seu público um engajamento político em questões específicas, apresentadas pelo pastor como sendo fundamentais aos “valores cristãos”, geralmente ligadas questões morais e sexuais. Tais questões podem ser compreendidas dentro do que Antonio Gramsci denominou de “pequena política”, ou seja, “questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” que se apresentam em contraposição a “grande política” que compreende “as questões ligadas à fundação de novos Estados à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”. Porém, conforme defendeu Gramsci, também é “grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política”. Conforme escreveu Carlos Nelson Coutinho, sobre o que ele denominou de “hegemonia da pequena política”, é precisamente “através da exclusão da grande política que se apresenta a hegemonia na época do neoliberalismo”.

Silas Malafaia é definitivamente um dos maiores apoiadores de Bolsonaro, fazendo abertamente campanha para o ex-presidente. Esse pastor, que consta na lista dos mais ricos do Brasil, iniciou sua carreira na igreja ainda jovem. Ao adentrar o universo midiático, com o apoio do empresário Sotero Cunha (Deputado Federal da Constituinte, preso em 1994 por corrupção) e inspirado em Billy Graham, Malafaia aproveitava sua capacidade de retórica e seu carisma, acompanhado de um perfil contundente e diferenciado de outras lideranças evangélicas (KOREN, 2016). Em seus programas, Malafaia criticava políticos, artistas, pastores, sempre utilizando termos pejorativos, numa linguagem coloquial que dialogava com as massas subalternas, criando um sentimento de identidade que fazia crescer sua audiência e seu ministério. “Ao final dos anos 1980, Malafaia já era campeão de audiência da Rede CNT e de toda a televisão evangélica” (KOREN, 2016, p. 10). Atualmente, o império de Malafaia, avaliado em US\$150 milhões¹²³, engloba a

Associação Vitoria em Cristo, entidade que tem por objetivo manter no ar o programa televisivo de mesmo nome apresentado pelo pastor através de doações de seus telespectadores, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), a Editora Central Gospel e a Gravadora Central Gospel Music. (idem, p. 05)

Suas pregações pareciam reproduzir uma espécie de “auto-ajuda espiritual” com uso de jargões e versículos que podiam se encaixar em diversas situações da vida de seus

¹²³ Fonte: [https://correiadoestado.com.br/economia/forbes-lista-os-pastores-mais-ricos-do-brasil-macedo-lidera/171967/#:~:text=Malafaia%20vale%20cerca%20de%20US,\(R%24%20300%20milh%C3%B5es\).](https://correiadoestado.com.br/economia/forbes-lista-os-pastores-mais-ricos-do-brasil-macedo-lidera/171967/#:~:text=Malafaia%20vale%20cerca%20de%20US,(R%24%20300%20milh%C3%B5es).)

telespectadores, mas sempre com saídas individualizadas, que poderiam ser alcançadas com o “auxílio de Deus”. “Um cuidado de si que aparta o sujeito de suas relações mais imediatas e de uma compreensão ampla do contexto social em que se insere. Pelo prisma da concepção do plano de Deus para alcançar a vitória, garante-se [...] um rumo definido [...]” (KOREN, 2016, p. 12), que seria uma espécie de triunfo sobre aquilo que estivesse afligindo o fiel, telespectador, numa perspectiva individualista.

A espiritualidade individualista no protestantismo já era apontada por Weber, como vimos, em um movimento historicamente inscrito na dinâmica das relações sociais de produção. É importante perceber que ao mesmo tempo em que esse movimento histórico possui particularidades, ele compõe o movimento da consciência das massas.

As transformações que perpassam a dinâmica da reprodução das relações sociais de produção capitalistas no tempo presente. O evangelicalismo mudou e muda conforme ocorrem transformações societárias, acompanha as mudanças por ela mesmo estar inserida e fazer parte delas. O movimento da decadência ideológica burguesa, do irracionalismo pós-moderno, do avanço do conservadorismo e do neofascismo acompanha a dimensão da ideologia teológico-política do evangelicalismo branco. Percebemos esse fenômeno no Brasil, nosso recorte nessa pesquisa, mas em diversos países da América Latina e nos próprios Estados Unidos, de onde surge e se dissemina. Para apreender esse movimento, recorreremos à Du Mez.

Em seu livro, Du Mez aborda desde a origem do que chama de evangelicalismo branco, ao poder atual que teve como referência desse movimento em uma figura tão abominável como a de Trump. Desde o início dos anos 2000 percebe-se um movimento em que evangélicos brancos estadunidenses apoiavam a guerra do Iraque, criando uma guerra santa que influenciou uma cultura de militarismo cristão no cenário global. “Logo percebi que um ideal de guerreiro cristão alimentava a política de guerras culturais também no front doméstico. Se todo homem precisava de uma batalha para lutar, não faltavam inimigos” (DU MEZ, 2022, p. 19).

Ao longo dos anos, observei essa masculinidade guerreira evangélica evoluir e se adaptar aos tempos de mudança. O pregador-celebridade Mark Driscoll inspirou uma geração de jovens evangélicos com sua pregação combativa e seus discursos misóginos. Igrejas receberam ministérios MMA e promoveram “retiros de guerreiros”; além disso, a relação entre evangélicos e militares dos Estados Unidos ficou ainda mais estreita. Em 2008, com a eleição de Barack Obama, a militância evangélica conservadora teve novas conquistas e chegou ainda mais longe. Enquanto isso, *Duck Dynasty* apresentou uma masculinidade cristã robusta, apesar de retrógrada, para um público que não se limitava ao rebanho evangélico.

No outono de 2016, evangélicos brancos entregaram a presidência a Donald Trump. Após pesquisas de boca de urna revelarem que 81% dos evangélicos brancos votaram em Trump, os observadores tiveram dificuldade de entender como pessoas de “valores familiares” poderiam ter votado em um homem cujas atitudes pareciam demonstrar a antítese desses valores. Contudo, com o tempo, percebi que os evangélicos não traíram seus valores: Trump incorporava uma masculinidade agressiva, cheia de testosterona,

que muitos evangélicos conservadores equiparavam a uma autoridade divinamente atribuída para governar. (DU MEZ, 2022, p. 19-20).

Com sua eleição, Trump aproveitou desse apoio para utilizar uma linguagem incendiária e mesmo antidemocrática, que promovia uma polarização social, o “ressentimento racial” (DU MEZ, 2022, p. 20), o preconceito contra mulçumanos, refugiados e imigrantes, além de diversos atritos sociais. Tais atritos foram ampliados no contexto da pandemia, em que Trump fazia discursos pedindo aos estadunidenses que fossem “guerreiros” e salvassem a economia americana resistindo às recomendações da saúde pública e da OMS, evitava o uso de máscara em público e comparava seu uso à falta de masculinidade. Atitudes muito próximas das exercidas por Jair Bolsonaro no Brasil. Segundo Du Mez:

Muitos líderes evangélicos conservadores seguiram o exemplo, ampliando a rejeição do presidente em relação às ameaças impostas pelo coronavírus e tratando a pandemia como uma “farsa”, insistindo em seu direito de participar de cultos presenciais e desafiando diretrizes de saúde pública. Declarando “fé acima do medo”, pastores conhecidos difamaram os “perdedores” e os “maricas” que usavam desinfetante para as mãos e desafiaram a masculinidade daqueles que cumpriam o distanciamento social e as normas do uso de máscaras. Em uma época na qual a maioria dos estadunidenses questionava o tratamento da pandemia por Trump, 77% dos evangélicos brancos expressavam confiança na atuação do presidente. O apoio inabalável dos evangélicos contribuiu para a profunda divisão partidária, frustrando uma resposta unificada a uma ameaça sem precedentes. (2022, p. 21)

Tais atitudes foram incorporadas em pregações e discursos de pastores de igrejas evangélicas¹²⁴, que cada vez mais alimentaram a polarização, o discurso antivacina e/ou anti-isolamento, os diversos preconceitos e o discurso de fim dos tempos, da “volta de Cristo” e do “anticristo” alimentado a partir de um ódio ao “pecador”, da demonização do diferente, reforçando e acirrando o medo e o ódio social. Politicamente, todos os que pensam diferente de seus valores seriam comunistas, perseguidores, colocando-os na posição de mártires do fim do mundo que lutam contra o “novo fascismo da extrema esquerda” (DU MEZ, 2022, p. 21), comparando comunistas e nazistas.

Aqueles e aquelas do meio evangélico que decidem se opor ao que prega o evangelicalismo branco sabem que poderão perder discípulos, perder seus empregos e fontes de renda. Mas não somente isso, poderão perder amigos, se distanciar de familiares, como vimos ocorrendo no Brasil polarizado.

Nos Estados Unidos, Du Mez aponta que Trump conquista o público evangélico branco com um discurso que carrega o simbolismo do medo: “[Trump] Advertiu sobre os riscos

¹²⁴ Exemplo disso está nos vídeos divulgados nas redes sociais de evangélicos orando ajoelhados nas ruas sem máscaras, apesar dos decretos impondo o *lockdown*, ou mesmo no exemplo patético de um criminoso carioca que se intitula pastor mártir de Cristo na atualidade. Curiosos podem conhecer o caso a partir do link: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/02/25/antivacinas-e-contra-a-constituicao-saiba-quem-e-pastor-presos-pela-pf.htm>.

representados por mulçumanos e imigrantes ilegais [...]. Afirmou que o cristianismo estava ‘sob ataque’ e instou os cristãos a se unir para fazer valer seu poder.” (2022, p. 27). Essa mesma lógica está presente nos discursos de Jair Bolsonaro, porém, ao invés dos mulçumanos e imigrantes, o inimigo é interno. O inimigo são os jovens pretos periféricos, sempre vistos como “traficantes”, “vagabundos”, “bandidos”, o que justificaria o acesso facilitado às armas pelos “cidadãos de bem”. O inimigo é o “comunismo” – sintetizado pelo PT e partidos de esquerda –, pelos professores que precisam ser combatidos pelo movimento Escola sem Partido, pela militância LGBTQIAPN+ e a tal “mamadeira de piroca”, ideologia de gênero, banheiros para todes e linguagem neutra compulsória, dentre tantos.

Mas o que justificaria o apoio de amplos setores evangélicos à perspectivas ideológicas e discursos que guardam tanto ódio e que incitam à violência social necessária ao avanço liberal presente na ofensiva ideológica burguesa? Segundo Du Mez (2002), no caso estadunidense, isso se deve à afirmação no meio evangélico de uma ideologia que afirma a autoridade patriarcal masculina:

Todavia, o apoio evangélico a Trump não se tratava apenas de uma aberração ou de uma escolha meramente pragmática. Tratava-se, antes, do ápice evangélico de uma masculinidade militante, de uma ideologia que consagra a autoridade patriarcal e tolera demonstrações insensíveis de poder, no próprio país e fora dele. Quando Trump entra em cena, proclamando a si mesmo como salvador, os evangélicos brancos e conservadores já haviam trocado uma fé que privilegia a humildade e eleva “o menor dos meus irmãos” por uma crença que ridiculariza a gentileza, relegando-a a uma província de covardes. Em vez de dar a outra face, escolheram defender sua fé e sua nação, confiantes em sua crença de que os fins justificam os meios. [...]. Em 2016, diversos observadores ficaram perplexos com a aparente traição evangélica de seus próprios valores. Contudo, na realidade, os evangélicos não votaram a despeito de sua fé, mas justamente por causa dela.¹²⁵ (2022, p. 27).

¹²⁵ A autora continua: “Donald Trump não desencadeou essa reviravolta militante; seu surgimento foi o sintoma de uma condição havia muito presente. Dados de uma pesquisa realizada revelam acentuados contornos da cosmovisão evangélica contemporânea. Mais do que qualquer outro grupo demográfico religioso dos Estados Unidos, os protestantes evangélicos apoiam a guerra preventiva, toleram o uso de tortura e são favoráveis à pena de morte. São mais propensos do que os membros de outros grupos religiosos a possuir uma arma, a acreditar que os cidadãos devem ter permissão para o porte de armas na maioria dos lugares e a se sentir seguros com uma arma de fogo nas mãos. Os evangélicos brancos são mais avessos à reforma migratória e mais propensos a uma perspectiva negativa sobre os imigrantes do que qualquer outro grupo demográfico religioso; dois terços deles apoiam o muro de fronteira proposto por Trump. Sessenta e oito por cento dos protestantes evangélicos brancos – mais do que qualquer outro grupo demográfico – não consideram que os Estados Unidos têm alguma responsabilidade em aceitar refugiados. Mais da metade dos protestantes evangélicos brancos pensa que uma população estadunidense majoritariamente não branca corresponderia a um desenvolvimento negativo. Os evangélicos brancos são consideravelmente mais propensos a acreditar que o islamismo encoraja a violência, a se recusar a ver o Islã como “parte da sociedade convencional estadunidense” e a perceber um “conflito natural entre o Islã e a democracia”. Ao mesmo tempo, os evangélicos brancos acreditam que, nos Estados Unidos, os cristãos estadunidenses enfrentam mais discriminação do que os mulçumanos. Os evangélicos brancos são significativamente mais autoritários do que outros grupos religiosos, expressando confiança em seus líderes religiosos em níveis muito maiores do que os membros de outras crenças.” (DU MEZ, 2022, p. 27). Isso demonstra que Trump não influenciou e criou um público, mas que esse público já reproduzia essa ideologia, sintetizada e utilizada oportunisticamente por Trump e outros políticos conservadores.

Ou seja, os valores contidos no discurso de Trump apenas apontam a síntese do conteúdo contido na ideologia conservadora ou mesmo ultraconservadora reproduzida por parte desse evangelicalismo branco que influencia e (é influenciado) no âmbito da política, da economia, da sociedade. Casa-se a essa ideologia decadente a prática do consumismo como elemento incorporado à fé.

A Teologia da Prosperidade ganha adeptos por todo o mundo, difundida pela produção de livros que reproduzem o modelo de “auto-ajuda” pela fé, seguindo a esteira ideológica do neoliberalismo, nos anos 1990. Diversas foram as denominações que aderiram à Teologia da Prosperidade: Batistas, algumas Assembleias de Deus, Universal e Mundial, fruto de uma ruptura interna, dentre tantos outros pequenos núcleos religiosos de esquina, que se sustentam à base do mercado da fé. Tais denominações e igrejas seguem em crescente desde a segunda metade do século XX, com a disseminação de “missões urbanas”, mas também com ampla influência de pensamentos e formulações teológicas importadas dos Estados Unidos da América (LIMA, 2003).

A Teologia da Prosperidade traz em seu bojo vários desdobramentos de uma “guerra espiritual”, que coloca *o outro*, o divergente como o “inimigo”, cria a figura dos “demônios territoriais”, transfere responsabilidades à “maldição hereditária” e à “obrigação de Deus em abençoar” o fiel não pecador. Ela impõem um psicologismo a partir da “confissão positiva”, além de reforçar o moralismo formal que guarda os princípios do conservadorismo como profissão de fé, trazendo consigo o reforço do racismo estrutural (ao tratar religiões de matrizes africana como demoníacas¹²⁶), do machismo, da LGBTQIAPN+fobia, da gordofobia (com falas de que as mulheres devem seguir a determinado padrão estético para manterem seus matrimônios, por seu corpo ser “templo do Espírito Santo”, a recomendação da prática de “jejum e oração” para pessoas gordas como forma de emagrecimento¹²⁷) etc.

Somado a tudo isso, a oração, base escatológica da religião, para os evangélicos adeptos da Teologia da Prosperidade, torna-se moeda de troca que caracteriza essa religiosidade do evangelicalismo branco. Uma das consequências imediatas no campo da religião foi a desconstrução de valores cristãos até então propostos pelo evangelicalismo vigente nos anos

¹²⁶ O número de registros de ataques e intolerâncias religiosas cresceu no país, recentemente, apresentando uma média de três denúncias por dia. Seis em cada dez vítimas são mulheres praticantes de religiões de matrizes africanas, o que evidencia o racismo e o machismo que se manifesta no cotidiano de nossa classe, revelando as determinações de nossa formação socio-histórica. Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64393722>.

¹²⁷ Uma situação que ficou conhecida, foi a declaração da cantora gospel Ana Paula Valadão, em 2012, em que afirmou em um vídeo publicado em uma rede social: “Eu não consigo entender, quando não é enfermidade, aquele pastor gordo, barrigudo. Não combina com uma liderança religiosa”, disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/o-milionario-mundo-da-musica-gospel/>. Diversas são as práticas gordofóbicas cometidas pelas igrejas evangélicas, pouco denunciadas. Destacamos o texto de Marco Magoga, que cita três exemplos em seu texto “Cristianismo e gordofobia”. Disponível em: <https://medium.com/ograndeclose/cristianismo-e-gordofobia-311f9c45574e>.

1980-1990. Dialogando com um pastor evangélico, esse lembrou que tal processo não é recente, mas fruto do próprio avanço do pós-modernismo, expressão da decadência ideológica burguesa, que, em suas palavras, “estabelecia a necessidade de uma relação espiritual fluída e funcional aos sujeitos envolvidos”, na lógica de produção e vida no capitalismo.

Deus assume a personagem de “Papai Noel da Fé” e os pastores o papel de empreendedores intermediários de “pequenas igrejas, grandes negócios”, para não mencionar os grandes templos (*shopping centers*) de fé. “A Igreja está inserida num contexto confuso de muitas crises e necessidades simples e profundas, onde as relações interpessoais estão sendo fragmentadas” (LIMA, 2003, p. 34), reproduzindo a lógica do tempo presente, como aparelho privado de hegemonia que não se encontra apartado da materialidade da vida cotidiana e de seu “espírito do tempo”.

Neste mundo pós-moderno onde muitos líderes cristãos bebem a largos sorvos a filosofia pragmática que valoriza o utilitarismo e os resultados a qualquer preço – como afirmava William James: alguma coisa era certa se funcionava. “O bem é o útil”, alegou – cabe à teologia apontar caminhos para a liderança cristã desta geração e quebrar “os feitiços” dos mercadores do sucesso, que rasgam a Palavra de Deus tentando despersonalizar a igreja transformando-a em verdadeiras empresas, onde o cristão é menos do que cliente, é coisa, e “se não presta aos objetivos da santa empresa é descartável (LIMA, 2003, p. 40).

A nova perspectiva mercadológica da fé, importada dos Estados Unidos da América, leva a um crescimento significativo do número de evangélicos no país. O estudo “Religião e Território” (JACOB; HEES; WANIEZ, 2013), indica expansão dos chamados “evangélicos não determinados”. Eles passaram de 580 mil no ano 2000 para 9,2 milhões em 2010, um salto impressionante em tão curto período. Os evangélicos de missão cresceram de 6,9 milhões para 7,6 milhões no mesmo período, enquanto os evangélicos pentecostais passaram de 17,6 milhões para 25,3 milhões em dez anos (REVISTA CONSULTOR JURÍDICO, 2014)¹²⁸. Segundo o último censo do IBGE, eram 42.275.440 milhões de evangélicos no país em 2010, número que deve ter crescido em mais de uma década (IBGE, 2010, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>). Estima-se que esse número já esteja em 55 milhões e que em 2040 os evangélicos sejam a maioria da população brasileira (GUARDA, JC, 2018)¹²⁹.

Com o crescimento da adesão à religião, a relação espiritual do evangelicalismo do século XX precisaria da mediação de um grande balcão de produtos e serviços para desenvolver seus negócios, daí seus intermediários (apóstolos/as, bispos/as, missionários/as, pastores/as) “ungidos” nas grandes redes e marcas, com o domínio sobre meios de comunicações, com redes

¹²⁸ Fonte: <https://www.conjur.com.br/2014-mar-25/imunidade-tributaria-igrejas-utilizada-lavagem-dinheiro>.

¹²⁹ Fonte: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2018/01/28/evangelicos-movimentam-um-mercado-de-r-215-bilhoes-325745.php>.

de televisão, rádios, redes e mídias sociais. A indústria musical gospel, por exemplo, se consolida a partir da segunda metade do século XX, apesar de surgir nos EUA, no início do século, no seio da igreja batista negra, misturando o *soul* ao pop. No Brasil, a indústria musical gospel movimentava cerca de R\$15 bilhões ao ano na década de 2010 (ESTADO DE MINAS, 2014¹³⁰). Atualmente, estima-se em R\$21,5 bilhões o total movimentado nesse mercado em crescimento (GUARDA, JC, 2018)¹³¹.

Tais elementos revelam um projeto de dominação declarado em um discurso maquiado de simbolismos ritualísticos e manifesto em ações, que possui, além do braço espiritual e mercadológico, um braço político, requerendo uma análise mais profunda. O fenômeno do bolsonarismo em grande parte é fruto desse processo histórico, que não se inicia em Bolsonaro (basta lembrar a pressão de apoio à candidatura de Anthony Garotinho à presidência da república em 2002, ou do aumento significativo da bancada evangélica desde o final dos anos 1980 até hoje).

Outro exemplo está na figura controversa do maior milionário do setor da fé no país, que fez sua fortuna, avaliada em US\$ 950 milhões¹³², a partir da mercantilização da fé: Edir Macedo. Autoproclamado bispo, Edir Macedo nunca escondeu seu projeto político de poder. Sua empresa, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), tem cerca de 900 mil seguidores e 4 mil templos espalhados pelo mundo. Macedo já vendeu mais de 10 milhões de livros, mas seu grande investimento é a emissora de televisão aberta Rede Record, o canal Record News e o Jornal Folha Universal (distribuído gratuitamente, disseminando as ideias e a IURD). Além disso, a IURD possui seu próprio partido político (Republicanos), com diversos candidatos eleitos, como Marcelo Crivella (REPUBLICANOS), que foi Senador, Ministro da Pesca e Aquicultura e prefeito de uma das cidades mais importantes do Brasil, o Rio de Janeiro. Outras igrejas evangélicas são sócias de outros partidos e o movimento evangélico tem sua própria bancada, que forma alianças de modo a compor um bloco conservador, em conjunto com a bancada ruralista e armamentista-militarista.

Cada vez mais, a igreja Universal tem avançado sobre o público militar, com o programa “Universal nas Forças Policiais”, que arregimentou no último 14 e 15 de março cerca de mil policiais para seu templo no bairro da Lapa, em São Paulo. Os programas se propõe a oferecer “assistência espiritual” aos policiais e tem sido implementado desde 2018. Esse ano, o programa já realizou atividades em 24 estados brasileiros, com mais de 70 encontros. Segundo o jornal

¹³⁰ Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/01/30/internas_economia,493161/mercado-evangelico-faz-girar-cerca-de-r-15-bi-por-ano-com-vendas-de-cds-e-vestuario.shtml.

¹³¹ Fonte: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2018/01/28/evangelicos-movimentam-um-mercado-de-r-215-bilhoes-325745.php>.

¹³² Fonte: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/forbes-lista-cinco-pastores-mais-ricos-do-brasil/>.

The Intercept, o problema está no fato de que em pleno horário de trabalho, os policiais deixam seus postos para participar de momentos em que pastores dessa denominação propagam suas ideias, o que em muitos estados ferem o regulamento disciplinar da Polícia Militar (que varia de estado para estado). Em um dos eventos, estavam o governador carioca de São Paulo, Tarcísio Freitas, filiado ao Republicanos e grande apoiador de Bolsonaro, e o ministro do STF, indicado por Bolsonaro sob a pecha de “terrivelmente evangélico”, André Medonça. O apelo à imagem bíblica do Exército de Deus marchando sobre os inimigos parece ganhar suas sementes no solo terreno, em que diversos princípios constitucionais, como a laicidade do Estado, têm sido constantemente violados pela lógica neoconservadora que deu massa corpórea ao fenômeno do bolsonarismo. Ainda que IURD defenda seus próprios interesses, surfando na onda que lhe convém de acordo com o momento, suas ações são taticamente planejadas, o que pode sim provocar uma preocupação para analistas mais atentos.

No passado recente, tais igrejas cada vez mais estenderam seu braço no campo político para garantir a manutenção de diversas regalias estatais, como a imunidade tributária ou as inúmeras manobras financeiras, realizadas a partir de suas comunidades terapêuticas, centros e projetos sociais, em que se facilitam a captura de recurso público, as práticas de lavagem de dinheiro, a ocultação de patrimônio e a sonegação fiscal¹³³.

No início da década de 2010, diversos foram os processos investigativos abertos por Ministérios Públicos estaduais e por repartições de procuradorias da República, em operações de investigação que resultaram, por exemplo, na denúncia criminal de responsáveis pela IURD por lavagem de dinheiro, evasão de divisas, formação de quadrilha e estelionato, arquivadas no período¹³⁴. Segundo o jornal *The Intercept* (2023), a Universal:

[...] recebeu R\$ 33 bilhões somente em doações bancárias, entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de julho de 2015. Em valores corrigidos pela inflação, a soma chega a R\$ 42 bilhões. As informações constam em relatório elaborado pelo Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro, subordinado ao Centro de Apoio Operacional à Execução Ministério Público de São Paulo. O CAEx, como é chamado, reuniu os dados após a quebra de sigilo bancário da Universal, no âmbito de um inquérito policial aberto em 2014. O documento era desconhecido do público até agora.

¹³³ São diversas as denúncias relacionando as igrejas evangélicas e a lavagem de dinheiro, dentre elas, destacamos a denúncia feita durante a Operação Lava Jato, que culminou na prisão de Eduardo Cunha (MDB), em que ele fora acusado de utilizar a igreja Assembleia de Deus, da qual era membro, para receber pagamentos e fazer lavagem de dinheiro de propina. Fonte: <https://csalignac.jusbrasil.com.br/noticias/357011526/templos-religiosos-sao-o-melhor-lugar-para-se-lavar-dinheiro-no-brasil>. Uma investigação mais ampla, em nível internacional, foi descrita em matéria da agência A Pública. Disponível em: <https://apublica.org/2020/08/como-o-crime-organizado-tem-explorado-beneficios-concedidos-a-igrejas-para-operar-seus-negocios-ilegais/>, bem como pela Folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/08/investigacoes-sobre-lavagem-de-dinheiro-por-lideres-religiosos-emperram-em-varios-paises.shtml>. E recentemente, foi publicada a denúncia do empresário Michel Pierre de Souza Cintra, condenado a mais de 70 anos por lavar dinheiro de 12 empresas na Igreja Universal. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/07/18/igreja-universal-empresario-ex-fiel-lavagem-dinheiro-nada-a-perder/>.

¹³⁴ Fonte: <https://www.conjur.com.br/2014-mar-25/imunidade-tributaria-igrejas-utilizada-lavagem-dinheiro>.

A grande rede que tal denominação, adepta da Teologia da Prosperidade, articulou, a protege das diversas denúncias e garante sua impunidade apesar de todas as evidências, testemunhas, inquéritos realizados. A IURD estendeu suas garras na política, na economia, na consciência de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, e agora tenta cravar suas garras nas forças militares, buscando construir sua própria milícia de Cristo. Ousamos aqui recordar as denúncias que relacionam a IURD ao tráfico de drogas e às milícias¹³⁵, a montagem da “Força Jovem Universal” e dos “Gladiadores da Fé”¹³⁶ que com suas roupas militares, marchas, continências e gritos de guerra de cariz fundamentalista¹³⁷, trazem a lembrança temerosa do fascismo num contexto em que o neofascismo não é apenas ameaça, mas ideologia presente na vida concreta da sociedade.

Segundo Terry Eagleton (2016), “O fundamentalismo não é ódio, é medo”. E é com a manipulação desse medo que o evangelicalismo branco se enraíza. Du Mez afirma que o crescimento do evangelicalismo branco nos Estados Unidos se dá no contexto sociohistórico da Guerra Fria, a partir de um nacionalismo anticomunista, da ideia de “fidelidade nacional”.

Entre os evangélicos, persistia uma retórica do medo, embora ela fosse direcionada não só as ameaças externas, mas também internas. Instrumental aos seus esforços de reivindicar poder, essa retórica de medo continuaria a impulsionar o papel do protetor masculino heroico. [...] em tempos de perigo, a nação demandava um poder mais implacável. Nas palavras do erudito batista Alan Bean: “O mantra tácito do evangelicalismo do pós-guerra era simples: Jesus pode salvar sua alma, mas John Wayne vai salvar sua pele” (DU MEZ, 2022, p. 75).

Em uma pregação de um bispo da IURD, cujo título trabalha com a perspectiva do medo: “Atenção: feche a porta de entrada do diabo em sua vida”¹³⁸, o mesmo afirma que tal porta de entrada está no “que você pensa e ao que é sugerido a você”, baseando em um versículo bíblico que afirma que “Porque as armas da nossa milícia não são carnavais, mas sim poderosas em Deus para destruição das fortalezas; Destruindo os conselhos, e toda a altivez que se levanta contra o conhecimento de Deus, e levando cativo todo o entendimento à obediência de Cristo”. (2 Coríntios 10:4-5). A partir disso, o empresário da fé alerta de forma a ameaçadora ao público que a mente humana é a fortaleza mencionada no versículo, que precisa ser constantemente vigiada, e que a pessoa deve ser convicta, cheia dos pensamentos de Deus, ignorando todo pensamento contrário à “obediência de Cristo”. Identificamos nessa narrativa a essência da

¹³⁵ Fonte: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/estudo-mostra-que-milicias-do-rio-fazem-parcerias-com-igrejas-pentecostais-para-lavar-dinheiro/>.

¹³⁶ Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/03/em-culto-da-universal-jovens-gladiadores-se-dizem-prontos-para-a-batalha-4710883.html>.

¹³⁷ Levando vários adeptos da umbanda e do candomblé a solicitarem um inquérito contra a IURD:

<https://oglobo.globo.com/brasil/adeptos-de-umbanda-candomble-pedem-inquerito-contra-universal-gladiadores-do-altar-15683429>.

¹³⁸ Fonte: <https://www.universal.org/noticias/post/atencao-feche-a-porta-de-entrada-do-diabo-em-sua-vida/>

decadência ideológica burguesa no tempo presente: o irracionalismo, em que o fundamentalismo aparece como apenas uma dimensão, que, como afirma Eagleton (2016, s/p):

[...] o fundamentalismo tem suas raízes não no ódio, mas no medo, o medo de um mundo moderno e mutante, em que tudo está em movimento, onde a realidade é transitória e com um final não definido, onde as certezas e os pilares mais sólidos parecem ter desaparecido. Nesse sentido, é a outra face do pós-modernismo.

CONSIDERAÇÕES PARA NOVOS INÍCIOS

“— *Bem se vê* — respondeu dom Quixote — *que não és versado em aventuras: eles são gigantes. E, se tens medo, some-te daqui e fica rezando enquanto isso, porque vou travar com eles uma batalha feroz e desigual.*

E, dizendo isso, esporeou seu cavalo Rocinante, sem ligar para os gritos de seu escudeiro Sancho, avisando-o de que sem dúvida nenhuma eram moinhos de vento e não gigantes aqueles que ia atacar. [...Dom Quixote,] com a lança em riste, arremeteu a toda brida com Rocinante e investiu no primeiro moinho que encontrou pela frente. Quando deu uma lançada na pá, girou-a com tanta fúria o vento que fez a lança em pedaços, levando junto o cavalo e o cavaleiro, que foi rolando todo desconjuntado pelo campo. Sancho Pança correu para socorrê-lo, a galope em seu burro, mas ao chegar achou que ele não podia se mexer, tamanho fora o tombo que Rocinante dera com ele.

— *Que Deus me acuda!* — disse Sancho. — *Eu não disse a vossa mercê que olhasse bem o que fazia, que eram apenas moinhos de vento? Só podia ignorar isso quem tivesse outros iguais na cabeça.*”

(CERVANTES, 2005, p. 65)

Acreditamos que essa tese auxilia a todas e todos que alertam sobre os moinhos de vento. É preciso avisarmos aos desavisados que a inelegibilidade do ex-presidente não eliminou o bolsonarismo ou o neofascismo. Que a vitória de um presidente progressista não significa o progresso do processo de consciência de classe trabalhadora para si. Enquanto muitos acreditam terem vencido a batalha com a vitória eleitoral de Lula, acomodando-se em seus gabinetes, esquecem-se que o neoconservadorismo continua enraizando-se em nossa sociedade.

O neoconservadorismo contemporâneo, na sociedade brasileira do tempo presente, é próprio à sua formação social, trazendo em seu bojo o racismo, o machismo e a misoginia, o autoritarismo e a justificação da concentração de terra e das desigualdades sociais em elementos religiosos, na ideologia da meritocracia, do empreendedorismo, dentre outros. O que vem como elemento de novidade é a forma como ele se radicaliza assumindo o caráter neofascista, expresso também no fenômeno do bolsonarismo.

Esse fenômeno social tem sido construído processualmente, encontrando no momento de crise e irrupção social um caldo de cultura propício à sua germinação. A cultura da crise, que no Brasil se dissemina com o projeto neoliberal (que realiza e opera contrarreformas no próprio Estado), alimentou a ideologia da cidadania pelo consumo, um dos recortes de nossa tese. A ampliação do *consumismo* aprofunda o fetichismo da forma mercadoria, coisificando os seres humanos de forma cada vez mais radicalizada. Isso gera um processo de “mutação antropológica”, tal qual enfatizado pelo cineasta e poeta comunista Pier Paolo Pasolini, abrindo-se a cultura do novo fascismo na sociedade, em que o ódio, a angústia, a depressão, o medo, o ressentimento e a violência se manifestam como “sintomas” da alienação em seu grau atual

diante da crise do modo de produção capitalista, que repercute não somente sobre a taxa média de lucros, sobre os mercados e suas emoções transmitidas pela mídia e acolhidas pelos Estados.

As crises repercutem sobre a dinâmica do real, estrutura e superestrutura. Repercutem sobre a taxa de inflação, o desemprego, o endividamento, e sobre as individualidades, as subjetividades, a consciência, seja ela coletiva, seja ela dos indivíduos, imprimindo nelas a violência do capital. O capitalismo necessita das crises para se organizar, servindo estas de “freios de arrumação” em que se reconfiguram os padrões de reprodução do capital, reforçando as disputas entre as frações de classe da própria burguesia. No atual padrão de reprodução do capital, conforme aprendemos com nosso colega Jonathan Jaumont (2022) os setores eletroeletrônico e da tecnologia da informação ganham a ponta de lança do processo acumulativo. No caso de um país periférico, dependente, como o Brasil, o que vimos é que a existência de empresas desses setores em nosso solo não implica em acumulação de capital para o Brasil, tendo em vista a transferência de remessas de lucros às matrizes dessas indústrias. Do contrário, nosso padrão de reprodução ainda possui a herança de nosso passado colonial, o peso da lei do desenvolvimento desigual e combinado, em que a produção se volta fundamentalmente para a exportação, principalmente, de petróleo e gás, minérios, telecomunicação e alimentos, utilizados nas cadeias industriais mundialmente como matérias-primas e insumos. A economia brasileira entra na divisão internacional do trabalho de forma dependente, garantindo condições (meios de produção) à especialização produtiva imperialista, que garantirão a manutenção do monopólio da produção estratégica atual: a produção tecnológica.

Na crise, esse setor produtivo ampliou seu faturamento, como mencionamos no capítulo 3, o que revela aquilo que a economia política crítica já apontava: se algum capitalista está perdendo, outro está ganhando, e a crise é um momento que auxilia esse processo. A crise atual ganha a tonalidade de estagnação e se expande como crise civilizatória. Vimos a ampliação e surgimento de novas expressões da “questão social”, que requerem respostas do Estado, que ousamos afirmar já não serem as políticas sociais garantidoras de direitos, encontrando-se a classe trabalhadora diante da “insegurança da existência”.

O que temos visto tem sido as políticas sociais se tornarem alvos de ataques burgueses, em sua relação direta com a reprodução do capital, que se utilizará de uma ofensiva ideológica como forma de conter a organização de trabalhadores enquanto classe, garantindo o rebaixamento do preço da mercadoria força de trabalho. Desenha-se uma política social neoconservadora, que recupera o processo de “refilantropização” da assistência e traz uma face moralista em sua implementação, que julga os pobres, e perde o horizonte da laicização do Estado ao buscar construção de alianças com igrejas evangélicas, por exemplo, através das

comunidades terapêuticas, aprovadas desde a 309ª reunião do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), realizada em agosto de 2022, a prestar serviços de assistência social. Além disso, o Estado realiza, com o apoio da mídia supersensacionalista, um verdadeiro fortalecimento do complexo assistencial-carcerário, apontado por Loïc Wacquant desde a virada do século. Tal resposta reforça o racismo institucionalizado, que é formado no bojo do capitalismo, com o grande encarceramento de homens (em sua maioria negros) e o acesso das mulheres (em sua maioria negras) às políticas de assistência social no bojo da redistribuição de renda, sempre insuficiente às necessidades sociais reais.

O capitalismo é um modo de produção extremamente violento. Seu projeto civilizatório modifica o uso da violência que não se expressa apenas na “barbárie”, com o uso da força, mas apresenta uma dupla dimensão objetiva e subjetiva. Nessa dupla dimensão encontramos o medo como elemento manipulado, amoldado, de forma que as condições materiais da produção, das relações sociais de produção capitalistas reproduzidas na cotidianidade ganham legitimidade a partir da construção de consenso na sociedade, muitas vezes operado via a estratégia de implementação de uma ofensiva ideológica da classe dirigente contra as classes subalternas, em termos gramscianos. Forja-se uma cultura da crise.

A classe trabalhadora sofrerá diretamente as consequências das estratégias de enfrentamento às crises elaboradas pela burguesia, que buscarão nos elementos superestruturais a contenção da rebeldia contra as desigualdades próprias à dinâmica do capital, operando uma ofensiva ideológica a partir de seus aparelhos privados de hegemonia. Essa dinâmica acirra e expande as expressões da “questão social”, objeto de intervenção profissional de assistentes sociais. Daí identificarmos a relevância no estudo da temática, visto que para nossa atuação, para o exercício de qualquer trabalho, pressupõe-se o exercício do planejar, e para planejar é preciso conhecer. Conhecer a partir de uma análise concreta da situação concreta, que identifique a dinâmica da correlação de forças e os limites postos à institucionalidade, mas veja também as possibilidades diante de nossa autonomia relativa, de nossa capacidade de articulação com outras forças e com as organizações da nossa classe, seguindo a orientação ético-política construída por nossa categoria profissional.

A pesquisa que levou à elaboração dessa tese tinha como objetivo apreender o movimento da ofensiva ideológica burguesa contra a classe trabalhadora, a partir das contratendências operadas pelo capital em resposta à sua crise no Brasil do tempo presente. Pretendia-se com isso contribuir com nossa categoria profissional em sua capacidade analítica coletiva, como também se buscava contribuir para uma análise de conjuntura que possibilite formulações táticas para incidir sobre o processo de formação de nossa consciência de classe

em si, fortalecendo a resistência da classe trabalhadora diante dos ataques do capital e do neofascismo.

Entendendo a amplitude desse objetivo, diversos foram os recortes adotados e as modificações no projeto inicial realizadas diante do contexto de pandemia, que afetou diretamente as classes subalternas e a vida da própria autora, operária em construção que se vê enquanto indivíduo que constrói a classe trabalhadora. Esperamos que a análise concreta da realidade concreta do Brasil do tempo presente nos auxilie no processo coletivo de apontar saídas para nossa classe. Táticas de atuação no tempo presente. Assim, esse trabalho serve como mais um tijolinho do grande edifício do saber, coletivamente construído por operários também em construção, prestes a dizerem “não”, como no poema de Vinícius de Moraes.

Finalizamos esse trabalho afirmando que, para nós, o golpe não começa e nem termina em 2016. O golpe estava sendo plantado já no processo de conciliação de classe, em que uma classe toma a direção e outra é relegada a políticas compensatórias, de incentivo ao consumo e de empreendedorismo. O golpe se enraíza na usurpação midiática da direção dos movimentos das massas indignadas no país, que iam as ruas em 2013. O golpe era regado em 2014, quando a mídia manipulava a imagem de protestos felizes de sujeitos trajados em branco, contra a indignação dos que trajavam camisas vermelhas ou dos que trajavam camisas pretas. Quando a mídia pautava os protestos como manifestações contra a corrupção ou o Partido dos Trabalhadores. O golpe é gestado nos discursos do “Escola sem partido”, em que a propaganda religiosa de púlpitos que infectavam com o vírus do medo seus e suas fiéis era contra a “Ideologia de Gênero”, na propaganda antiLGBTQIAPN+ e antifeminismo. O golpe germina no impeachment de Dilma Rousseff (PT), um teatro de vampiros, em que “fica poeira se escondendo pelos cantos”. O golpe está na imagem do vampiro Temer sugando direitos da classe trabalhadora, operacionalizando a contrarreforma trabalhista e a contrarreforma da previdência, impondo um Teto de Gastos que revela toda a irracionalidade burguesa.

Mas é preciso entender o golpe como um processo ainda em andamento, que encontra determinações desde nossa formação sociohistórica, na violência do Estado colonial e do imperialismo neocolonialista, no racismo impregnando a sociedade, no patriarcado, na heteronormatividade, na formação da autocracia burguesa, na disseminação do neoconservadorismo.

Assim, acreditamos que se confirma a tese de Ana Elizabete Mota, da existência de uma cultura da crise, mas que foi reprogramada no tempo presente a partir dos aparelhos privados de hegemonia que realizam a manipulação do medo (do desemprego, da “insegurança da existência”, da fome, do ser e existir sendo negro(a) e/ou mulher e/ou LGBTQIAPN+, de que

transformem seus direitos em privilégios e os privilégios deles em direitos) e a difusão de um “terrorismo econômico”, que não é apenas a socialização dos custos da crise com as classes subalternas, como apontava a autora, mas que se trata de uma chantagem burguesa, como mencionado anteriormente, a fim de garantir a restauração de sua hegemonia no cenário de crise mundial do capital. “Terrorismo Econômico” que coloca o mercado nesse modelo fetichizado, dando vida a um ente amorfo, imaterial, mas cheio de emoções, que aparece nas manchetes de jornal como temeroso, amedrontado, irritado, e influi diretamente sobre as políticas econômicas estatais, capturando o fundo público e impactando as políticas sociais, instrumentos de trabalho de assistentes sociais e meios de atendimento às necessidades sociais das chamadas classes subalternas, em toda sua diversidade.

Esse processo investigativo gerou mais perguntas, que somente poderão ser respondidas com a produção coletiva de conhecimentos. É preciso estudarmos as relações de propriedade, as disputas por “Poder”, as relações entre a burguesia e as Forças Armadas, bem como seu grau de receptividade junto à população, a população usuária das políticas sociais e a excluída do acesso, o consumo, as manifestações das opressões e a dinâmica da divisão sexual e racial do trabalho, as formas de organização dos grupos neofascistas e de enraizamento, qual o perfil dos/as neofascistas, os desafios postos à organização de Frentes de luta, as possibilidades de articulação entre partidos e movimentos sociais da nossa classe... muitas foram as frentes de pesquisas abertas ao longo dessa trajetória. Tratou-se de um esforço de quatro anos de estudos, acúmulos, dúvidas e diálogos, num contexto pandêmico que afetou e muito a saúde mental, a vida pessoal, profissional e militante dessa autora, que almeja dar sua pequena contribuição com uma transformação societária, comprometida com o horizonte da emancipação humana.

Analisar os ataques que se delineiam no que denominamos de “guerras psicológicas” representou um grande desafio, seja por ser parte do lado atacado e sofrer cotidianamente com as manifestações dessa guerra, seja por ser algo que se movimentava e se modificava de forma veloz no contexto de organização e ataques bolsonaristas em um cenário pandêmico. Tratou-se, pois, de uma análise da contemporaneidade e, por isso, inacabada e longe de ser esgotada.

É preciso resistirmos, entendermos o processo de formação de consciência, de organização da nossa classe, adotarmos a pauta antirracista, feminista classista e contra toda forma de opressão, compreendermo o processo de apassivamento na particularidade latino-americana como alertou Martín-Baró (2017), realizarmos análises de conjuntura coletivas a partir da realidade concreta em sua totalidade, para só daí propormos as saídas coletivas de enfrentamento ao golpe, ao neofascismo em sua expressão bolsonarista. Essa constatação se posiciona tanto no campo de nossa profissão, com o debate coletivo no seio da categoria visando

o constante amadurecimento e atualização desse coletivo de profissionais, quanto no âmbito de nossas entidades, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, a fim de acumular forças, formulações e propostas para nossa intervenção prática no cotidiano de vida da nossa classe e das chamadas classes subalternas. Não devemos ter dúvidas: nosso inimigo maior é o modo de produção capitalista, esse sistema que humaniza mercadorias e nos desumaniza, sendo urgente, pois, superá-lo. Encerro a tese citando Marx: “*Não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social [...] pode colher a sua poesia*” (2011, p. 28).

REFERÊNCIAS

ABREU, Cláudia. *Virgínia*, um inventário íntimo. 1º ed. São Paulo: Nós, 2022.

ALMEIDA, Cássia. Crise levou mais 7,3 milhões de pessoas à pobreza no país. 2019. In: *Jornal O Globo* de 04 de abril de 2019. Disponível em: www.oglobo.globo.com/economia/crise-levou-mais-73-milhoes-de-pessoas-pobreza-no-pais-23573955. Acesso em: 04 de abril de 2019.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. Coletânea Feminismos Plurais. 1ºed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e Neodesenvolvimentismo*: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. 1º edição. Bauru: Canal 6/Projeto Editorial Práxis, 2014.

AMARAL, Angela Santana do. Configurações contemporâneas dos conflitos classistas: experiências brasileiras no contexto neodesenvolvimentista. In: *Acta Científica XXIX Congreso de la Asociacion Latinoamericana de Sociologia*. Santiago: ALAS, 2013. Disponível em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_SantanaDoAmaral.pdf. Acesso em 05 de dezembro de 2015.

AMARAL, Marisa Silva. A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência. *Dissertação* (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Negros rebeldes nas Minas Gerais*: a revolta dos escravos de Carrancas (1833). São João del-Rei: Documenta/UFSJ, 2008. Disponível em: <http://www.documenta.ufsj.edu.br/modules/wfdwnloads/singlefile.php?cid=8&lid=15>. Acessado em: 15 de julho de 2022.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?*: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16º ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. *O privilégio da servidão*: o novo proletariado de serviços na era digital. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

AZEVEDO, Celia Maria de. *Onda negra, medo branco*: o negro no imaginário das elites no século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBARESCO, Maria Claudia Ferreira. O papel da mídia nas eleições de 2016 nos EUA e 2018 no Brasil: como a imprensa ajudou a criar os fenômenos Donald Trump e Jair Bolsonaro. 2021. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Osasco, 2021.

BAIERL, Luzia Fátima. *Medo social*: Da violência invisível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo: Summus, 1995.

BARROSO, Milena Fernandes. Violência estrutural: mediações entre “o matar e o morrer por conta”. In.: UFSC. *Revista katálisis*. Espaço Temático: Violência, Saúde e Classes Sociais. Vol. 24 (2), May-Aug 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e78029>

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2009.

_____. *Medo líquido*. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: EdUnesp, 1997.

BEHRING, Elaine R. *Fundo público, valor e política social*. 1º ed. São Paulo: Cortez, 2021.

_____. *O ultraneoliberalismo e o “esmaecimento dos afetos” na pandemia*. Publicado em 23 de abril de 2020, às 01h13, no Portal Esquerda Online. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/04/23/o-ultraneoliberalismo-e-o-esmaecimento-dos-afetos-na-pandemia/> Acesso em 15 de outubro de 2021.

_____. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (Orgs.). *Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2019. p. 43-66.

_____. *Política Social no Capitalismo Tardio*. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, Evilasio (et al.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 153-180.

_____. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos [et al.] (Orgs.). *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010. p.13-34.

_____. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2ºed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 1º ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 4ª ed. Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008.

BENSAÏD, Daniel. *Marx, manual de instruções*. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

BERTÃO, Naiara. Volume de negócios na bolsa tem maior média histórica em 2019. In: Valor Investe. Bolsas e Índices. 19 de junho de 2019. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/bolsas-e-indices/noticia/2019/06/19/volume-de-negocios-na-bolsa-tem-maior-media-historica-em-2019.ghtml>

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. São Paulo: Paulus, 2002.

BOSCHETTI, Ivanete. A política de Seguridade Social no Brasil. In.: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: UnB, 2009. p. 323-339.

BRASIL TUPINAMBÁ. Direção de Celene Fonseca. Produzido por Cambui Produções. Salvador, BA: relevante. Local de publicação: Cambui Produções, 13 de janeiro de 2022. 52 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IbQctosjaC4> Acesso em 18 de abril de 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Painel Coronavírus. 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

_____. SENADO FEDERAL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 01 de março de 2021.

_____. Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4117-27-agosto-1962-353835-normaatualizada-pl.html> Acesso em 01 maio 2023.

BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. N. 111, jul./set. 2012. São Paulo: Cortez Editora, 2012. P. 468-492.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. *Reforma do Estado para a Cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: Editora 34; Brasília: ENAP, 1998. 368 p.

BRITO, José. Enquanto recusava vacina, Ministério da Saúde entregava cloroquina a estados. *Jornal CNN Brasil*. 06 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/enquanto-recusava-vacina-ministerio-da-saude-entregava-cloroquina-a-estados/> Acesso em 01 de julho de 2023.

BUSNELLO, Flávio Marcelo. O Estado contra o povo: a construção da hegemonia política a partir do exercício legítimo da violência. 2020. 281 f. *Tese* (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

CALIXTO, Larissa. Percentual de famílias endividadadas é o maior desde 2010, diz CNC. In: Congresso em Foco. Portal de notícias UOL. 09 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/economia/percentual-de-familias-endividadadas-e-o-maior-desde-2010-diz-cnc/>. Acesso em 03 de fevereiro de 2020.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. Terra e propriedade como fundamentos da análise das questões agrária, urbana e ambiental. In: SANTANA, Joana Valente (Org.). *Habitação e Serviço Social*. Campinas: Editora Papel Social, 2018. P. 43-70.

CARVALHO, Euzamara de. Seguiremos atentos e fortes na defesa da democracia no Brasil. Quadro é de grave ameaça aos valores democráticos para a integridade e a paz dos cidadãos brasileiros. In: Brasil de Fato. *Opinião*. 15 de Janeiro de 2023 às 13:37. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/15/seguiremos-atentos-e-fortes-na-defesa-da-democracia-no-brasil> Acesso em 20 de junho de 2023.

CASTEL, Robert. *Insegurança Social*. O que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 95-611.

CASTELO, Rodrigo. Cortar ou não cortar, eis a questão. Crise orgânica, tensões no bloco social dominante e ajustes na austeridade fiscal. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. (Orgs.). *Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020a.

_____. Crise orgânica, recessão econômica e lutas de classes no Brasil em tempos de pandemia. In: INTERNATIONAL Gramsci Society. *Boletim IGS-Brasil*. Boletim 05, nº 01, abril de 2020b. Disponível em: <https://pcb.org.br/porta12/25275/luta-de-classes-em-tempos-de-pandemia/> acesso em 20 junho de 2020.

_____. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013a. 400p.

_____. O canto da sereia. In: *Revista em Pauta*. 1º semestre de 2013, n. 31, v. 11. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013b. p. 119-138.

_____. O novo-desenvolvimento e a decadência ideológica do estruturalismo latinoamericano. In: _____. (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CASTRO, Davi de. Agenda-setting: hipótese ou teoria? Análise da trajetória do modelo de Agendamento ancorada nos conceitos de Imre Lakatos. In: UFRGS. *Revista Intexto*. N. 31, dez. 2014 Porto Alegre: UFRGS, 2014.

CELESTINO, Maria Clara Leadebal. Fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos e Cooperação Sul-Sul: o desenvolvimento econômico brasileiro e sua influência nos demais países da América Latina [19990-2018]. In: *Espaço e Economia*. Revista Brasileira de Geografia Econômica. Ano VIII, número 16, 2019.

CERVANTES, Miguel. D. *Quixote* (1605). Vol. I. São Paulo: Edição eBooksBrasil, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eb00008a.pdf> Acesso em 22 de setembro de 2020.

CHADE, Jamil. Taxa de desemprego no Brasil irá se manter em patamares elevados, prevê OIT... – *Coluna do jornal online UOL*. Publicado em 20 de janeiro de 2020, às 17h00.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/jamil-chade/2020/01/20/taxa-de-desemprego-no-brasil-ira-se-manter-em-patamares-elevados-preve-oit.htm?cmpid=copiaecola>
Acesso dia 22 de julho de 2020.

CHAGAS, Juary Luís; VALE, Erlenias Sobral do. A dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social: reflexões e indicações da literatura crítica. In: ALVES, Daniele Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque. (Orgs.) *Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada*. Fortaleza: EdUECE, 2020. P. 25-54

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise. Publicado em 08 de junho de 2020, às 06h55 no portal *Esquerda Online*. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/08/do-neoliberalismo-de-cooptacao-ao-ultraneoliberalismo-respostas-do-capital-a-crise/> Acesso em 15 de outubro de 2020.

_____. Parte II – O neoliberalismo de cooptação como resposta às resistências. Publicado em 15 de junho de 2020, às 06h53 no portal *Esquerda Online*. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/15/parte-ii-o-neoliberalismo-de-cooptacao-como-resposta-as-resistencia/> Acesso em 15 de outubro de 2020.

_____. Parte III: O ultraneoliberalismo e a política dos ressentidos. Publicado em 25 de junho de 2020, às 05h13, no portal *Esquerda Online*. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/25/parte-iii-o-ultraneoliberalismo-e-a-politica-dos-ressentidos/> Acesso em 15 de outubro de 2020.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. Biblioteca Básica de Serviço Social. Volume 8. São Paulo: Cortez, 2018.

COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers*. London: MacGibbon & Kee, 1972.

COHN, Gabriel Cohn (Org.) *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro e São Paulo: LTC, 1977.

COSPIO, Giuseppe. Hegemonia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. Tradução de Ana Maria Chiarini, Diego S. C. Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri, Silvia de Bernardinis. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

CRUZ, Adriano Charles da Silva. A condução coercitiva de Lula: *framing* e jogos de memória na Folha de S. Paulo. In: UFPB-CTTA. *Revista Latino-americana de Jornalismo – ÂNCORA*. Ano 5, vol.5, n.2, jul/dez. 2018. João Pessoa: CCTA, 2018.

CUNHAL, Álvaro. *O Partido com paredes de vidro*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

DA HORA, Abelardo. *Medo*. Ilustração de Abelardo da Hora (1924-2014). *Nanquim* (0,59x0,48m). *Sem data*. Arcevo do Memorial Abelardo da Hora, João Pessoa – PB.

DA HORA, Margarida Lucena. Noite e Vigília. In: EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A. *Revista Correio das Artes*, Ano LXXI, Nº 10, dezembro de 2020. João Pessoa: JORNAL A UNIÃO, 2020, p. 10. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/correio-das-artes/edicao-digital-2020/correio-das-artes-dezembro-2020.pdf/view> Acesso em 15 de junho de 2023.

_____. Poema ao Vendedor de Pirulito. In: EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A. *Revista Correio das Artes*, Ano LXXI, Nº 10, dezembro de 2020. João Pessoa: JORNAL A UNIÃO, 2020, p. 10. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/correio-das-artes/edicao-digital-2020/correio-das-artes-dezembro-2020.pdf/view> Acesso em 15 de junho de 2023.

DANTAS, Raquel. Programa policial exhibe vídeo com estupro de criança. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/educacao-e-cidadania/caderno-da-cidadania/_ed782_programa_policial_exibe_video_com_estupro_de_crianca/ Acesso em: 01 maio 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DATAFOLHA. Aprovação a Bolsonaro cresce e é a mais alta desde início de mandato. *Jornal Folha de São Paulo*. Opinião Pública. 14 de agosto de 2020. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/08/1988832-aprovacao-a-bolsonaro-cresce-e-e-a-mais-alta-desde-inicio-de-mandato.shtml> Acesso em 18 de agosto de 2020.

DEL ROIO, Marcos. Resenha de: MAZZEO, Antonio Carlos. Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Cortez Editora, 1997, 144 p. *Revista Crítica Marxista*. Volume 1, n. 07, 1998. São Paulo: Xamã, 1998, p. 142-145.

DEMIER, Felipe. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DEO, Anderson. A consolidação da social-democracia no Brasil. 2011. 303 f. *Tese* (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

DIAS, Edney Cieli. Do Plano Real ao Programa Minha Casa Minha Vida: negócios, votos e as reformas da habitação. 2012. 169 f. *Dissertação* (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DIAS, Tayrine dos Santos. “É uma batalha de narrativas”. Os enquadramentos de ação coletiva em torno do impeachment de Dilma Rousseff no Facebook. 2017. *Dissertação* (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

DIEESE. *Quem são os assistentes sociais no Brasil?* São Paulo: Subseção DIEESE/CUT-NACIONAL, 2015. Disponível em: <http://www.fenas.org.br/downloads.php?x=63> Acesso em 18 de agosto de 2020.

DINIZ, R. Barbosa; MENDES, V. de Araújo (2020). Uma análise de rede das mídias tradicionais e a cobertura das eleições de 2018. In: *CSOnline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, n° 31. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2020.29410> Acesso em 10 de maio de 2023.

DRUCK, Graça. Terceirização no serviço público: múltiplas formas de precarização do trabalho. In: NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia A. de Souza (Orgs.). *O Averso do trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho*. 1º edição. São Paulo: Outras Expressões, 2017.p. 59-88.

DU MEZ, Kristin Kobes. *Jesus e John Wayne: como o evangelho foi cooptado por movimentos culturais e políticos*. 1º edição. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2022.

DUARTE PEREIRA. Das classes à luta de classes. In: BOITO JR., Armando; TOLEDO, Caio Navarro de. *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Editora Xamã, 2003, pp. 227-238. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/06/DP-Classes-e-luta-de-classes-2.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. *Estado, Classe e Movimento Social*. 2ª ed., Biblioteca Básica de Serviço Social, vol. 5. São Paulo: Cortez, 2011.

EAGLETON, Terry. Terry Eagleton: “O fundamentalismo não é ódio, é medo”. Entrevista de Rafael Gumucio. 15 de agosto de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/08/internacional/1470658452_112309.html Acesso em 25 junho de 2023.

_____. *Ideologia: uma introdução*. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. 2º edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC. *Regulação da Mídia*. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/regulacaodamidia> Acesso em: 10 maio 2023.

ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl Heinrich. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. 1º edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. p. 31-49.

_____. Prefácio à Terceira Edição [de 1885]. In: MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Política*. Teoria da violência. São Paulo: Ática, 1981. p. 164-188.

ESCORSIM NETTO, Leila. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

FEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. *Consumo & Endividamento*. O futuro do comércio no Brasil está comprometido? Porto Alegre: SISTEMA FECOMÉRCIO - RS, 2017. 65 p. Disponível em: <http://fecomercio-rs.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Fecom%C3%A9rcio-RS-Consumo-Endividamento.pdf> Acesso em 19 de novembro de 2020.

FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 4ª edição. São Paulo: T.H. Queiroz Ed., 1980.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERRARI, Terezinha. *Fabricalização da cidade e ideologia de circulação*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FIOCRUZ. ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. *Negros são os que mais morrem por covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil*. 2021. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil> Acesso em 18 de julho de 2023.

FIORI, José Luís. *O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, Ivanete. (Org.) *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

_____. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: ESPJV/UFRJ, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu*: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos. Tradução de Paulo César de Souza. 1ª edição. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2013.

GOMES, Ciro. Por que o golpe acontece? In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). *Por que Gritamos Golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Coleção Tinta Vermelha. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 39-42.

GOMES, Romeu. A violência social em questão: referenciais para um debate em saúde pública. In: *Revista latino-americana de enfermagem*. Vol. 5, n. 2, p. 93-100, abril de 1997. Ribeirão Preto, SP: USP, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/tcJtdtVS9hVzcSkkC7kCjNw/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 15 de maio de 2023.

GRAMSCI, A. textos escolhidos. In: COUTINHO, Carlos Nelson. [Org.] *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRANEMANN, Sara. Política social e financeirização dos direitos do trabalho. In: FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UERJ. *Revista em Pauta*. Número 20. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2007. p. 57-68. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/159> Acesso em 20 de abril de 2020.

GUERRAS DO BRASIL.DOC. Direção, produção e roteiro de Luiz Bolognesi. Brasil: Canal Curta!, 19 de abril de 2019. Uma temporada. Cinco episódios. Disponível no streaming Netflix.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 25ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. *O neoliberalismo*. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. *A Produção Capitalista do Espaço*. 2º ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A ciência da lógica*, volume I de Enciclopédia das Ciências Filosóficas. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social. *Capítulo II*. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2014.

IANNI, Octávio. *Estado e Capitalismo*. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *A formação do Estado populista na América Latina*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IASI, Mauro Luís. O espírito de um tempo carente de espírito. In: BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio; STEIN, Rosa Helena; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. (Org.). *Que política social para qual emancipação?* 1º ed. Brasília: Abaré Editorial, 2018, v. 1, p. 11-32.

_____. Assim nasce o conservador. In: *Blog da Boitempo*. Um poema brechtiano de Mauro Iasi. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/08/13/assim-nasce-o-conservador-um-poema-brechtiano-de-mauro-iasi/> Acesso em 01 de junho de 2023.

_____. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). *Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 50-67.

_____. O Estado e a violência. In: *Blog da Boitempo*, São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/10/16/o-estado-e-a-violencia/> Acesso em: 16 jan. 2017.

_____. *Metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. 2º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *O dilema de Hamlet*. O ser e o não ser da consciência. São Paulo: Viramundo, 2002.

_____. *O processo de consciência*. São Paulo: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, 1999.

IBRAHIM, Cesar Calejon. *Tempestade perfeita: o bolsonarismo e a sindemia Covid-19 no Brasil*. São Paulo: Contracorrente, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Taxa de sindicalização dos trabalhadores brasileiros cai para 14,4%, a menor desde 2012. Publicado por Estatísticas Sociais, em 08 de novembro de 2018, às 10h00, no portal do IBGE. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22952-taxa-de-sindicalizacao-dos-trabalhadores-brasileiros-cai-para-14-4-a-menor-desde-2012#:~:text=Taxa%20de%20sindicaliza%C3%A7%C3%A3o%20de%2014%2C4%25%20%C3%A9%20a%20menor%20desde%202012&text=Esta%20%C3%A9%20a%20menor%20taxa,%25%20\(%2D1.082%20mil%20pessoas\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22952-taxa-de-sindicalizacao-dos-trabalhadores-brasileiros-cai-para-14-4-a-menor-desde-2012#:~:text=Taxa%20de%20sindicaliza%C3%A7%C3%A3o%20de%2014%2C4%25%20%C3%A9%20a%20menor%20desde%202012&text=Esta%20%C3%A9%20a%20menor%20taxa,%25%20(%2D1.082%20mil%20pessoas).). Acesso em 01 de abril de 2021.

_____. Ifonográficos. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 15 de junho de 2013.

INSTITUTO ECONÔMICO DE PESQUISA APLICADA. ATLAS da Violência 2022. Brasília: IPEA; São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/244/atlas-2022-infograficos> Acesso em abril de 2023.

_____. PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). *Implementando desigualdades*: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9323/1/Implementando%20desigualdades_reprodu%C3%A7%C3%A3o%20de%20desigualdades%20na%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf Acesso em: 24 de maio de 2023.

INSITUTO MISES BRASIL. MCCAFFREYÉ, Matt. A “luta de classes” é real – só que os lados opostos são diferentes do que imagina a esquerda. Disponível em: <https://mises.org.br/article/2825/a-luta-de-classes-e-real--so-que-os-lados-opostos-sao-diferentes-do-que-imagina-a-esquerda> Acesso em: 25 de maio de 2023.

JAMESON, Frederic. *Pós-Modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio*. Capítulo 1. São Paulo: Editora Ática, 1996.

JAUMONT, Jonathan Henri Sebastião. Tendências de um padrão de reprodução do capital: análise dos eixos estratégicos da economia brasileira no século XXI. 2022. 151 f. *Tese* (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

KAESLER, Dirk. *Max Weber*. Sua vida, sua obra e sua influência. [Livre Tradução] Paris: Fayard, 1995.

KATZ, Claudio. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016. 473 p.

KEHL, Maria Rita. *O Tempo e o Cão* – a atualidade das depressões. 2º edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

_____. *Ressentimento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

KONDER, Leandro. *Marxismo e alienação*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOREN, Jonas Christmann. Ministério Silas Malafaia: evangelizando à direita (2000-2013). 2016. 162 f. *Dissertação*. (Mestrado em História). – Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2016.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KLEIN, Magno. Resenha - SOREL, Georges. Reflexões sobre a violência. São Paulo: Martins Fontes, 1992. In: *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Ano 6, Nº8, Rio, 2011 [ISSN 1981-3384].

LEFEBVRE, Henri. *A Produção do Espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: (mimeo). 2006.

_____. *A cidade do capital*. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. 2º ed. Rio de Janeiro: DPeA, 2001.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Série Temas, volume 24, São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. *The survival of capitalism*. Trad. Frank Bryant. New York: St. Martin's Press, 1976.

_____. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henri; GUTERMAN, Norbert. Introdução. In: LENIN, V. I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

LENIN, Vladimir I. *O Estado e a Revolução*. 1º edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

_____. A falência da Segunda Internacional. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Lenin: política*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Lisboa-Moscovo: Editorial Progresso, 1984. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf> Acesso em: 28 de julho de 2019.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. 1º edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Caroline Magalhães. Necessidades sociais e política de habitação: a experiência conciliatória do Programa Minha Casa Minha Vida. 2017. 154 f. *Dissertação* (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

LIMA, Otacílio de Pontes. Os processos de plantação de igreja na Assembleia de Deus Betesda. 2003. 87 f. *Dissertação*. (Mestrado em Teologia Pastoral) – Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Faculdade Teológica Sul Americana, Londrina/PR, 2003.

LINS, Flavia Daiane. Gestão do medo e o capitalismo: A influência do medo na vida do trabalhador numa sociedade movida pelo capital. 51 f. 2011. *Monografia* (Especialização em Psicologia do Trabalho) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1995.

LÖWY, Michel. *Walter Benjamin: Aviso de Incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. As aventuras de Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. *Introdução*. São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*: Estudos sobre a dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. 3º edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

_____. Os princípios ontológicos de Marx. In: LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do Ser Social I*. São Paulo: Boitempo, 2012, cap. IV, p. 281–431.

MADEIRO, Carlos. Ipea: mais pobres são os únicos a perder rendimento no Brasil sob Bolsonaro. In: *Cotidiano*. Portal de notícias do UOL. 18 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/18/rendimento-brasil-2019.htm> Acesso em: 19 de dezembro de 2019.

MAINENTI, Geraldo Márcio Peres. O jornalismo como quarto poder: a liberdade de imprensa e a proteção aos direitos da personalidade. In: *Revista ALCEU*. Vol. 14, n.28, jan./jun. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2014. p. 47-61. Disponível em: <http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%2047-61.pdf> Acesso em 07 de maio de 2023.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultura, 1990.

_____. *O Capitalismo Tardio*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In.: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital*: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 21-36.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Da guerra suja à guerra psicológica: o caso de El Salvador. In: LACERDA JÚNIOR, Fernando. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Coleção Psicologia Social. Tradução de Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017. p. 271-285.

_____. Consecuencias psicológicas del terrorismo político. In: BLANCO, A.; CORTE, L. de la (Orgs.). *Poder, ideología y violencia*. Madrid: Trotta, 2003. p. 259-269.

MARTINS, Aline de Carvalho. Risco social: terminologia adequada para a proteção social e garantia dos direitos? In: *Revista Em Pauta*. nº 29, v. 10. Rio de Janeiro: UERJ, 2012. p. 85-99.

MARTINS, Raphael Martins de. “Entre o pensar e o viver”: um estudo sobre a cidade como espaço estratégico da luta de classes. 2014. *Dissertação* (Mestrado em Serviço Social). – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. Edição de Friedrich Engels. Livro III, 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. Escritos escolhidos. In: NETTO, José Paulo. [Org.] *O leitor de Marx: 1818-1883*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011a.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2ª ed. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. *Sobre a Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. *O Capital*. Crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro I, vol. 1, 26ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

_____. *O Capital*. Crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro I, vol. 2, 26ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

_____. *Miséria da Filosofia*. [online] Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2007. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/index.htm> Acesso em: 20 de maio de 2022.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. “Introdução [à Crítica da Economia Política]”. In: *Para a crítica da Economia Política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. (Coleção Os Pensadores). São Paulo, SP: Abril Cultural, 1982. p. 3-21.

_____. Formações econômicas pré-capitalistas. In: HOBBSBAWN, Eric J. (Org.). *Formações econômicas pré-capitalistas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 65-112.

MARX, Karl H.; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. 1º edição. Tradução de Ivana Jinkings e Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MILLET, Damien; TOUSSAINT, Éric. *50 Perguntas e 50 Respostas sobre a Dívida*, o FMI e o Banco Mundial. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

MIRANDA, João Elter Borges. Brevíssima genealogia do pensamento ultraliberal. Publicado em 14 de julho de 2020, às 11h02, no Portal *Esquerda Online*. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/07/14/brevissima-genealogia-do-pensamento-ultraliberal/>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

_____. O ultraliberalismo enquanto categoria conceitual. Publicado em 02 de dezembro de 2020, no portal *Lavra Palavra*. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2020/12/02/o-ultraliberalismo-enquanto-categoria-conceitual/>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

MORAIS, Vinícius de. Operário em Construção. In: _____. *Novos poemas II (1949-1956)*. Rio de Janeiro: São José, 1959.

MORIGI, V. J., K; STUEBER, S. I. et. al. “Tensões nas representações sobre a democracia nos atos contra e pró-impeachment do governo Dilma Rousseff na cobertura do Jornal Folha de São Paulo em 2015”. In: *Revista Intexto*, nº 42, abril de 2018, Porto Alegre: UFRGS, 2018. p. 36-55. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/76398>. Acesso em 08 de maio de 2023.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CFESS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS, 2009.

_____. Seguridade Social Brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Orgs.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. 3ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2008. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-2.pdf. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do; PERUZZO, Juliane. F. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: Ana Elizabete Mota. (Org.). *Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 153-178.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. In: UFSC. *Revista Katálisis*. n. 23. Vol. 2. Mai-ago de 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p199>. Acesso em 06 de maio de 2023.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões de Senzala*. Coleção questão social no Brasil, n° 6. São Paulo: Ciências Humanas, 1959. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584886/mod_resource/content/2/14%20-%20Rebeli%C3%B5es-da-Senzala-Clovis-Moura_Completo.pdf Acesso em: 20 de janeiro 2023.

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Crise do capital e consequências societárias. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. n. 111, jul./set. 2012. São Paulo: Cortez, 2012. p. 413-429.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil [1996]. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 50. 5. reimp. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010b.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. In: *Anais do III Encontro Internacional Civilização ou Barbárie*. Serpa, Portugal: Câmara Municipal de Serpa e odiario.info, 2010c. Disponível em: http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2117:uma-face-contemporanea-da-barbarie&catid=43:imperialismo. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: ABEPSS. *Revista Temporalis*, n. 3. Brasília: UnB/ABEPSS, 2001. p. 41-9.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil. In: BARROS, Joana; SILVA, Evanildo Barbosa da; DUARTE, Livia. *Caderno de Debates 2*. Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FASE, 2013. p. 47-68.

_____. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. 2ª ed. São Paulo, Boitempo, 2003.

_____. *A Economia da dependência imperfeita*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In.: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

PACHECO, Ronilso. Prefácio à edição brasileira. In: DU MEZ, Kristin Kobes. *Jesus e John Wayne: como o evangelho foi cooptado por movimentos culturais e políticos*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2022.

PASOLINI, Pier Paolo. *Os jovens infelizes: antologia de ensaios corsários*. Organização e Tradução de Michel Lahud. 1º edição. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.) *Por que Gritamos Golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Coleção Tinta Vermelha. 1º edição. São Paulo: Boitempo, 2016. P. 69-76.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. Desenvolvimento, questão social e nordeste brasileiro: contradições e tendências atuais. In: ABEPSS. *Revista Temporalis*. Trabalho, "Questão Social" e Serviço Social. Vol. 15, n. 30 (2015): Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/11027>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

_____. O Marxismo e a Questão Regional: Elementos para Análise. In: *Revista Direito e Práxis*. Dossiê. nº 9, vol. 3, Set 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/36549> Acesso em 20 de janeiro de 2023.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. (Biblioteca de Ciências Sociais, v. 19). Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

PROCÓPIO DA SILVA, Ana Paula. Resistências negras e amefricanidade: diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América latina. In: UNESP. *Revista Fim do Mundo*. Vol. 2, núm. 4, 2021. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/448/4481964003/index.html>. Acesso em 30 de junho de 2023.

RAUTA RAMOS, Maria Helena. *Da concepção de alienação à teoria do valor-trabalho*. Anchieta/ES: [mimeo], 2012.

_____. *Introdução à Teoria Social: Marx, Durkheim e Weber*. Anchieta/ES: [mimeo], 2005.

REVISTA VEJA. Endividamento das famílias é o maior em dez anos, diz BC. Por Da Redação, dia 15 de junho de 2015, publicado às 15h57min. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/endividamento-das-familias-e-o-maior-em-dez-anos-diz-bc/> Acesso em 19 de novembro de 2020.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. Tradução de Maria das Graças M. Macedo. 3º edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

REIS, João José. A revolta dos malês em 1835. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em: <http://smec.salvador.ba.gov.br/documentos/a-revolta-dos-males.pdf> Acesso em 21 de maio de 2023.

REGO, Edgar de Sousa. Do caos à miséria: os debates dos candidatos à presidência do Brasil em 1989 e 1994. In: *Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP> Acesso em: 08 de maio de 2023.

RODRIGUES, Theófilo Machado. O papel da mídia nos processos de impeachment de Dilma Rousseff (2016) e Michel Temer (2017). In: *Revista Contracampo*. v. 37, n. 02, ago. 2018/nov. 2018. Niterói: Periódicos UFF. pp. 37-58. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17626> Acesso em 08 de maio de 2023.

ROSAVALLON, Pierre. *A Nova Questão Social*. Repensando o Estado Providência. Coleção Pensamento Social-Democrata. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

RYDLEWSKI, Carlos. Após 1 ano de pandemia, desemprego é o maior medo do brasileiro, mostra pesquisa. In: *Jornal Valor Econômico*. Disponível em: <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2021/02/26/apos-1-ano-de-pandemia-desemprego-e-o-maior-medo-do-brasileiro-mostra-pesquisa.ghtml> Acesso em 05 de março de 2021.

SALVADOR, Evilasio. *Fundo Público e seguridade social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. A atualidade e os desafios da reforma agrária. In: INSTITUTO CAIO PRADO JR. *Revista Novos Temas*, n. 08, 2013. São Paulo: ICP, 2013, p. 171-196.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. *Na Teoria a Prática é outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas do Serviço Social*. 3º edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SECRETARIA do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho do Estado do Ceará - SEDET. Grupo de Trabalho - O Trabalho Informal no Ceará. *O Trabalho Informal no Ceará: Desafios e Possibilidades*. Fortaleza, agosto de 2020.

SECCO, Lincoln. *História do PT 1978-2010*. 3º ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2012.

SILVA, Josyleine Aparecida Bento da; PANOSSIAN, Maria Lucia. Análise de um objeto de aprendizagem sob o viés do par dialético empírico e teórico. In: *# Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia*, v.8, n.2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3484/2535>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. A Assistência Social e as Ideologias do Social-liberalismo: Tendências Político-pedagógicas para a formação dos Trabalhadores do SUAS. *Tese* (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 2016.

SOREL, George. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL, Claudio. *Gestão Democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica*. Coleção biblioteca básica de Serviço Social. Volume 07. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. In: *Lusotopie*, Volume 17 (2018): Issue 1. pp. 112–135.

TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. *Marx, Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Cortez, 2010.

TERRAIL, J.-P. Production des besoins et besoins de La production. In: *La Pensée. Spécial Sociologie*, nº 180, avril 1975. Paris: Editions Sociales, 1975.

TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo*. História e política. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978. 137 p.

TRAGTENBERG, Michel. *Ideologia e burocracia*. São Paulo: Ática, 1999.

TROTSKY, Léon. *A história da Revolução Russa*. A queda do Tzarismo. 1º volume. Tradução de E. Huggins. Edição de centenário. Silveira, Portugal: LeLivros, 2017.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Práxis e violência. In: _____. *Filosofia da práxis*. 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VON HUNTY, Rita. Indústria do Medo. Produção do canal Tempero Drag. Brasil: Youtube. dois de julho de 2019. 6min.30seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sGOWKAEFarg> Acesso em 13 de março de 2023.

YASBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS. *Serviço social: Direitos Sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, 2009, p. 01-21.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres*. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. [A onda punitiva]. Coleção Pensamento Criminológico. 3º edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WEBER, Max. *A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Ática, 2007.

_____. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. 1º ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2014.